SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 19 de Agosto de 2024 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIII | Nº 3091

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
RESOLUÇÃO 003/2024

RESOLUÇÃO Nº 003/2024, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre a designação de servidor para exercer as funções de Leiloeiro Administrativo.

O Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem o Estatuto da entidade,
Considerando o disposto no artigo 31 da Lei 14133/2021, que permite a designação de Leiloeiro Administrativo;
Considerando a necessidade de alienar, através de leilão, bens móveis inservíveis,
Considerando o baixo valor dos bens a serem alienados;
Considerando os princípios que regem a Administração Pública, em especial os a legalidade, transparência e publicidade, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer as funções de Leiloeiro Administrativo, assim como, praticar todos os atos, estabelecer critérios e definir normas necessárias a realização do leilão, a técnica administrativa JESSIKA LUFT, portadora do R.G. nº 10.770.468-0 e inscrita no CPF/MF nº 077.916.359-17, no período de ocorrência de Leilão Público, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 2º A Leiloeira realizará o leilão com estrita observância da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º - Compete a Leiloeira organizar, operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referentes às arrematações, produzir a Ata circunstanciada e realizar todos os procedimentos inerentes à sua função e objetivo fim da presente nomeação.

Art. 4º - O servidor nomeado por esta Portaria não será remunerado pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ELOIR NELSON LANGE
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:A8BA471E

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
REVOGAÇÃO DISPENSA 17.2024

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 017/2024
Objeto: Considerando que após a tomada de orçamentos verificou-se que ao menos por hora não possui recursos orçamentários suficientes para a CONTRATAÇÃO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA , decido, com fulcro no Inciso II do art. 71 da Lei 14.133/2021, pela REVOGAÇÃO do processo de Dispensa de Licitação nº 17/2024.

Francisco Beltrão/PR, 15 de agosto de 2024.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ELOIR NELSON LANGE
Presidente - AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:77B8493D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 060.2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024
Processo Adm: Nº 098/2024
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos agrícolas para fazer frente às demandas da secretaria municipal de agricultura do município de Boa Esperança do Iguaçu/Pr, através da demanda parlamentar 44400004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 198.780,00(cento e noventa e oito mil e setecentos e oitenta reais):**FORTMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA**(06313733000162) com os lotes: 1 no valor total de R$ 174.990,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e noventa reais).**LCM INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA**(44382621000152) com os lotes: 2 no

valor total de R$ 23.790,00 (vinte e três mil e setecentos e noventa reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 16 de agosto de 2024

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 074/2024.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 060/2024.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado:LCM INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ:44.382.621/0001-52
Endereço do Contratado:Rodovia PR 281, nº s/n, Complemento Barração 03 Linha Nova Sessão na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.
Objeto:Contratação de empresa para aquisição de equipamentos agrícolas para fazer frente às demandas da secretaria municipal de agricultura do município de Boa Esperança do Iguaçu/Pr, através da demanda parlamentar 44400004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total:R$ 23.790,00 (vinte e três mil e setecentos e noventa reais).
Prazo de Vigência:31 de dezembro de 2024.
Data da Assinatura:16/08/2024.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr, 16 de agosto de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO

Número do Contrato: 075/2024.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 060/2024.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado:FORTMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ:06.313.733/0001-62
Endereço do Contratado:Rua Projetada C, S/N Parque Industrial na cidade de Realeza, Estado do Paraná.
Objeto:Contratação de empresa para aquisição de equipamentos agrícolas para fazer frente às demandas da secretaria municipal de agricultura do município de Boa Esperança do Iguaçu/Pr, através da demanda parlamentar 44400004, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total:R$ 174.990,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e noventa reais).
Prazo de Vigência:31 de dezembro de 2024.
Data da Assinatura:16/08/2024.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr, 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:DF47970D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR CON N° 268.2023

Número do contrato: 268/2023.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 64/2023.
Número de aditivo:001/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: MDX COMERCIO DE EPI LTDA
CNPJ: 50.401.485/0001-01
Endereço do Contratado: Rua Argentina, 150, Centro, na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de produtos de limpeza hospitalar, bem como equipamentos de limpeza e de segurança básica do trabalho (EPI), para atender as necessidades do Centro de Saúde NSI I de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência
Prazo de Vigência: 17/08/2024 à 31/12/2024.
Data da Assinatura: **16/08/2024**
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:A7D1E55E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CON N° 269.2023

Número do contrato: 269/2023.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 64/2023.
Número de aditivo:001/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA
CNPJ: 18.449.927/0001-79
Endereço do Contratado: Rua Dr. Falcon, 062, União, na cidade de Aratiba, Rio Grande do Sul
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de produtos de limpeza hospitalar, bem como equipamentos de limpeza e de segurança básica do trabalho (EPI), para atender as necessidades do Centro de Saúde NSI I de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência.
Prazo de Vigência: 17/08/2024 à 31/12/2024.
Data da Assinatura: **16/08/2024**
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:4DE2A2E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO DEPRO RROGAÇÃO DE PRAZO CON N° 264.2023

Número do contrato: 264/2023.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 64/2023.
Número de aditivo:001/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: MULTI AÇÃO PROD. E EQUIP. PARA LIMPEZA LTDA
CNPJ: 73.244.337/0001-18
Endereço do Contratado: Rua Sergipe, 512, Alvorada, na cidade de Francisco Beltrão, Paraná.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de produtos de limpeza hospitalar, bem como equipamentos de limpeza e de segurança básica do trabalho (EPI), para atender as necessidades do Centro de Saúde NSI I de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência.
Prazo de Vigência: 17/08/2024 à 31/12/2024.
Data da Assinatura: **16/08/2024**

Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:A932D4EF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DESPACHO DE SANÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO Nº 024/2024

À
M. J. MAZINI CLINICA
C.N.P.J nº 21.563.464/0001-86

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 080/2024
PROCESSO Nº 029/2024
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas em PEDIATRA/NEUROPEDIATRA.

Considerando Decisão em Parecer da Secretária Executiva, datado de 22/07/2024;

Considerando que, não houve interposição de Recurso pela Contratada;

Considerando o trânsito em julgado da decisão, com amparo em previsão editalícia e do Contrato de Prestação de Serviços, com fulcro nos artigos art. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o rito da Resolução CONIMS nº 233/2023, pela conduta ilegal da prestadora e suas repercussões;

Aplica-se a sanção de **ADVERTÊNCIA.**

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

Atenciosamente,

ISABEL CRISTINA VAZATTA
Presidente Comissão Processante
Res. 156/2023

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:70688D74

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
7ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023

7ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NAS ÁREAS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CLÍNICA GERAL consulta ambulatorial com visita domiciliar na ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos, CREDENCIAMENTO DE MÉDICO AUDITOR e MÉDICO PLANTONISTA por hora.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Contratação Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio, bem como da Resolução nº 059/2023 o qual dispõe sobre o procedimento auxiliar do credenciamento, de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, a Lei nº 8.080/90, torna público aos interessados sobre a alteração de valor de atendimentos no edital de credenciamento 003/2023, na forma que segue:

Alteração de valor de atendimentos:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
9	PSICOLOGIA	20,00	21,00
10	NUTRIÇÃO	20,00	21,00
11	FISIOTERAPIA	20,00	21,00
12	ASSISTÊNCIA SOCIAL	20,00	21,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos a partir de **01 de setembro de 2024** e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor Credenciamento do CONIMS, telefone (46) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:B62FBEFA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
14ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

14ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - NAS ÁREAS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CLÍNICA GERAL consulta ambulatorial com visita domiciliar na ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, nas áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Comissão Permanente de Licitação, designada por Ato de Consórcio e em com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 8.080/90, bem como suas alterações, torna público aos interessados a alteração de valor de atendimentos no Edital de Credenciamento nº 003/2019, conforme segue:

Alteração de valor de atendimentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
01	PSICOLOGIA	20,00	21,00
02	NUTRIÇÃO	20,00	21,00
03	FISIOTERAPIA	20,00	21,00
04	ASSISTÊNCIA SOCIAL	20,00	21,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos a partir de **01 de setembro de 2024** e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor Credenciamento do CONIMS, telefone (046) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:0D7FC52D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
46ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023

46ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES, EXAMES CLÍNICOS/IMAGEM, EXAMES LABORATORIAIS, PROCEDIMENTOS, BIÓPSIAS E TERAPIA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESPECIALIZADOS.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Contratação Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio, bem como da Resolução nº 059/2023 o qual dispõe sobre o procedimento auxiliar do credenciamento, de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS e a Lei n.º 8.080/90, torna público aos interessados sobre a alteração de nomenclatura e de valor de procedimento no edital de credenciamento 001/2023, na forma que segue:

ANEXO III – F - ATENDIMENTOS, EXAMES E PROCEDIMENTOS

Alteração de nomenclatura de procedimento:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
	DE	PARA
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA) COM ANESTESIA REGIONAL

Alteração de valor de procedimento:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA) COM ANESTESIA REGIONAL	1.400,00	1.583,31

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos a partir de **25 de julho de 2024** e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Licitação e Contratos do CONIMS, telefone (46) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 15 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:3B16D07B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
168ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS ELETIVOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, através da Comissão Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Portaria nº 1.286/93 e Portaria nº 1.034/10 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados sobre a inclusão, exclusão e a alteração de valor e de nomenclatura de procedimentos no edital de credenciamento 001/2018, na forma que segue:

Incluir conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
04.90.01.067-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS/FILTRADA PED (90030540)	255,00
04.90.01.068-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030588)	260,00
04.90.01.069-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030586)	150,00
04.90.01.070-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030520)	150,00
04.90.01.071-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMÁCIAS LAVADAS (90030530)	160,00
04.90.01.072-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS POR AFÉRESE (90030585)	900,00
04.90.01.073-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS RANDÔMICAS (90030560)	245,00
04.90.01.074-0	UNIDADE DE PLASMA - MEDICINA TRANSFUSIO (90030580)	125,00

Excluir conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
03.06.02.006-8	TRANSFUSÃO DE CONCENTRADO DE HEMÁCIAS	20,97
03.06.02.010-6	TRANSFUSÃO DE PLASMA FRESCO	20,98

Alterar nomenclatura conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
	DE	PARA
07.03.01.071-0	KIT PRÓTESE DE QUADRIL IMPORTADA CERÂMIC A X POLIETILENO CROSSLINK	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X POLIETILENO CROSSLINK IMPORTADA
07.03.01.008-0	PRÓTESE DE QUADRIL DE CERÂMICA	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X CERÂMICA IMPORTADA

Alterar valor conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
07.03.01.071-0	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X POLIETILENO CROSSLINK IMPORTADA	8.500,00	13.000,00
07.03.01.008-0	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X CERÂMICA IMPORTADA	12.500,00	15.000,00
07.03.01.057-0	PLACA BLOQUEADA PARA ÚMERO PROXIMAL TIPO PHILOS DE 03 A 06 FUROS	2.280,00	3.500,00
04.90.01.034-0	TAXA DE VÍDEO COLECISTECTOMIA	300,00	400,00
04.90.01.035-0	TAXA DE VÍDEO HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	300,00	400,00
04.90.01.036-0	TAXA DE VÍDEO HERNIOPLASTIA INGUINAL UNILATERAL	300,00	400,00
04.90.01.037-0	TAXA DE VÍDEO LAQUEADURA TUBÁRIA	300,00	400,00
04.90.01.040-0	TAXA DE VÍDEO P/ MICRONEUROLISE DE NERVO PERIFÉRICO	300,00	400,00
04.90.01.039-0	TAXA DE VÍDEO PARA PROCEDIMENTOS DE UROLOGIA	350,00	400,00
04.90.01.038-0	TAXA DE VIDEO RESSECCAO ENDOSCOPICA DE LESÃO	300,00	400,00
04.08.06.071-9	VIDEOARTROSCOPIA	300,00	400,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos imediatos e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor Credenciamento do CONIMS, telefone (046) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:4548FB7D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO 232/2024

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	232/2024			
b) Nr. Licitação:	207/2024 - IL			
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação			
d) Data de Homologação:	16/08/2024			
e) Objeto da Licitação:	Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de serviços complementares especializados.			
f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:				
	Un.	Quantidade	Vl. Unitário	Total dos Itens
POMPEU ODONTOLOGIA LTDA				
1 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES, EXAMES CLÍNICOS/IMAGEM, EXAMES LABORATORIAIS, PROCEDIMENTOS, BIÓPSIAS, TERAPIAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESPECIALIZADOS	UND	1,000	587.133,8000	R$ 587.133,80
Total fornecedor:				R$ 587.133,80
Total geral:				R$ 587.133,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:5A0D5309

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 207/2024

Fundamentado no art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 207/2024, para a Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de serviços complementares especializados.	
Valor Global: 587.133,80	
Dotação: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00	Fonte: 076
Data: 16/08/2024	

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:30E96522

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO 233/2024

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	233/2024
b) Nr. Licitação:	208/2024 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação:	16/08/2024
e) Objeto da Licitação:	Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas de especialidades e biópsias.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:	Un.	Quantidade	Vl. Unitário	Total dos Itens
UNIDADE DE TERAPIA RENAL DE PATO BRANCO LTDA				
1 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES, EXAMES CLÍNICOS/IMAGEM, EXAMES LABORATORIAIS, PROCEDIMENTOS, BIÓPSIAS, TERAPIAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESPECIALIZADOS	UND	1,000	307.620,0000	R$ 307.620,00
Total fornecedor:				R$ 307.620,00
Total geral:				R$ 307.620,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:54329961

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 208/2024

Fundamentado no art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 208/2024, para a Chamamento Público nº 001/2023 - Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas de especialidades e biópsias.	
Valor Global: 307.620,00	
Dotação: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00	Fonte: 076
Data: 16/08/2024	

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:1DBE98A7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022:

10ª Alteração no Edital de Credenciamento nº 001/2022, o qual tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OSTOMIA EM GERAL.
A íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.conims.com.br/, aba Licitações.

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:553E42E7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE ENCERRAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 024/2024

Nesta data, encerro os autos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 024/2024 em face da empresa **M. J. MAZINI CLINICA,** considerando que foram esgotadas todas as etapas administrativas do procedimento.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

ISABEL CRISTINA VAZATA
Presidente Comissão Processante
Res. 156/2023

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:6465B3D9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO PE 90036-2024

Extrato dos Contratos do Pregão Eletrônico nº 90036/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLINHA DE FUTEBOL NA ALDEIA

GUARANI NAS COMUNIDADES DE PALMEIRINHA DO IGUAÇU E MATO BRANCO – CHOPINZINHO/PR. O prazo de vigência dos Contratos é de 12 (doze) meses, contados da assinatura. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, em remessa única, no endereço indicado no Anexo VI deste edital, conforme especificações técnicas de cada item. A contratada deverá entregar os materiais esportivos na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, situada na rua XIV de dezembro, 3977 - Centro – Chopinzinho-Pr, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Gestão/Unidade: 10.01 - DPTO DE AGRICULTURA, PEC. E ZOOTECNIA; Fonte de Recursos: 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras; Programa de Trabalho: 2042300062.048 - Parcerias com os Reservas Indígenas; Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato 203/2024 – Empresa – JEVERSON IVAN PAESE - PITTY SPORTS - ME. Valor Total R$ 2.400,00. Contrato 204/2024 – Empresa – SUL.COM ATACADO E VAREJO LTDA - EPP. Valor Total R$ 1.388,97. Contrato 205/2024 – Empresa: SILVA & CIA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA. Valor Total: R$ 16.917,00. Data da assinatura: 14 de agosto de 2024. Chopinzinho - PR,

EDSON LUIZ CENCI –
Prefeito.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:CA9308B8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90036-2024 - TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90036/2024

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Por Item - Compras nº 90036/2024, de 29/07/24, e após expirado o prazo recursal, eu EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
JEVERSON IVAN PAESE - PITTY SPORTS - ME	2.400,00
SUL.COM ATACADO E VAREJO LTDA - EPP	1.388,97
SILVA & CIA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA	16.917,00

VALOR TOTAL R$	20.705,97

Que apresentou o Menor Preço Por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 14 de agosto de 2024

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:48C56C2A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO 90042-2024 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS RESOLUÇÃO SESA 516-2024

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90042/2024. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia --30 de agosto de 2024, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de veículos em atenção à Resolução SESA º 516/2024 a qual habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde - Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2024. Valor máximo estimado: R$ 428.125,18 (quatrocentos e vinte e oito mil, cento e vinte e cinco mil e dezoito centavos). Gênero: Bem Patrimonial. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:1B53D23C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO 90043-2024 - RP AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PLÁSTICOS CONTÊINERES

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90043/2024. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 02 de setembro de 2024, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de Contentores Plásticos (Contêineres) para Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais, Capacidade 1000 Litros, fabricados em Polietileno de Alta Densidade – Injetado. Valor máximo estimado: R$ 652.336,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 ou (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:9B6BDCC7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 933-2024 - LICENÇA SEM VENCIMENTO SILVANA DOS ANJOS TONIAL

PORTARIA Nº 933/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO solicitação da servidora para usufruir do benefício da Licença para Tratar de Interesse Particular, de acordo com o Estatuto do Servidores Municipais,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico 258/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano, à servidora Silvana dos Anjos Tonial, matrícula funcional nº 1846-7, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professor, para fruição no período de 19 de agosto de 2024 a 18 de agosto de 2025.

Art. 2º. De acordo com o §4º do art. 137 da Lei Complementar n.º 068/2012, eventual pedido de prorrogação deve ser feito com no mínimo dois meses de antecedência do término da licença vigente, ficando a critério da Secretaria de Educação a análise.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE AGOSTO DE 2024.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C299F14E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 934-2024 - LICENÇA PRÊMIO CLEOMAR LUIS PIASSA

PORTARIA Nº 934/2024

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 140 da Lei Complementar nº 068/2012, e

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico nº 1.575/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade de 30 (trinta) dias ao servidor Cleomar Luiz Piassa, matrícula funcional nº 127-2, referente ao quinquênio aquisitivo de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2022, para fruição de 19 de agosto de 2024 a 17 de setembro de 2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE AGOSTO DE 2024.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:868CB17F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA ABERTURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA Nº 05/2024.01/2023_GABINETE.

PORTARIA DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA N°05/2024.

Súmula: Instaurar Sindicância Investigativa, com base no artigo 182-A da Lei Complementar Municipal n. 068/2012, para apurar possíveis irregularidades administrativas/funcionais.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 183 e artigo 184, tendo em vista o contido no documento em anexo, em consonância com o artigo 5°, inciso LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:
I - Instaurar Sindicância Investigativa, com base no artigo 182-A da Lei Complementar Municipal n. 068/2012, para apurar possíveis irregularidades administrativo/funcional, para apuração dos fatos noticiados no Memorando 3.818/2024, nos termos do art. 182-A, incisos IV e V, da Lei Complementar 068/2012, alterada pela Lei Complementar nº 136/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos de Chopinzinho).
II - Designar os servidores **que compõe a Comissão de Sindicância Investigativa, nomeados através do Decreto n. 133/2023,** Luciani Gubert, cargo Orientadora Educacional, Clévis Trindade, Agente Fiscal, para sob a presidência do servidor Alecson Piassa, Agente Administrativo dar cumprimento ao item supra.
III – Recebido pela Comissão de Sindicância Investigativa o ato de instauração do processo de sindicância investigativa, será apurado os fatos e recolhidas as provas, e caso haja indícios suficientes da pratica de infração por parte do (a) servidor (a) será procedida a instauração de Sindicância Acusatória ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 182-B.
IV – A Comissão de Sindicância Investigativa deverá observar o rito estabelecido nos artigos 178 a 182 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Chopinzinho (Lei Complementar n° 068/2012).
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho, 15 de agosto de 2024.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:5F600364

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 274/2024_ALTERA DECRETO 215/2023_CGM.

DECRETO Nº 274, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto 215, de 17 de junho de 2023, que nomeia membros para comporem o Comitê Gestor Municipal – CGM, criado pela Lei Complementar n° 083/2016, de 12 de maio de 2016, alterada pela Lei Complementar n° 148/2023, de 29 de junho de 2023.

O Prefeito de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 1.873/2023, por meio do qual foi solicitada a troca de membro do Comitê Gestor;
DECRETA:
Art. 1º Altera o Decreto nº 215, de 17 de junho de 2023, que nomeia membros para comporem o Comitê Gestor Municipal – CGM, criado pela Lei Complementar n° 083/2016, de 12 de maio de 2016, alterada pela Lei Complementar n° 148/2023, de 29 de junho de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º *.....;*
X - 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho:

José Inácio Steffen"
Art. 2° Os demais artigos do Decreto nº 215, de 17 de junho de 2023, permanecem inalterados.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE AGOSTO DE 2024.

EDSON LUIZ CENCI

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – **AMP**

SIGPUB – Sistema Gerenciador de Publicações Legais

ANO XI Nº _____ de ___/___/2024

Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:EC7815F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 275/2024_UNIFICAÇÃO_FERNANDES E MURAN SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.

DECRETO Nº 275, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a unificação dos imóveis: Parte do Lote nº 61, Matrícula 31.017, Lote nº 61-A, Matrícula nº 31.018, Lote nº 61-B, Matrícula nº 31.019, Lote nº 61-C, Matrícula nº 31.020 e Lote nº 61-D, Matrícula nº 31.021, situados no quadro urbano deste Município.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico nº 1.407/2024:
D E C R E T A:
Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, a **unificação** dos imóveis denominados: **Parte do Lote nº 61, Matrícula 31.017, Lote nº 61-A, Matrícula nº 31.018, Lote nº 61-B, Matrícula nº 31.019, Lote nº 61-C, Matrícula nº 31.020 e Lote nº 61-D, Matrícula nº 31.021, situados no quadro urbano deste Município,** de propriedade de **FENANDES & MURAN SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA,** com sede neste Município**,** representada por seu sócio **FELIPE MIGUEL MURAN**, conforme Protocolo Eletrônico nº 1.407/2024 nesta Prefeitura, e ART DE OBRA/SERVIÇO Nº CFT2403687630.
Art. 2º Unifica os imóveis denominados: **Parte do Lote nº 61, Matrícula 31.017, com 359,60 m²** (trezentos e cinquenta e nove metros quadrados e sessenta decímetros quadrados)**, Lote nº 61-A, Matrícula nº 31.018, com 330,90 m²** (trezentos e trinta metros quadrados e noventa decímetros quadrados)**, Lote nº 61-B, Matrícula nº 31.019, com 346,20 m²** (trezentos e quarenta e seis metros quadrados e vinte decímetros quadrados)**, Lote nº 61-C, Matrícula nº 31.020, com 334,60 m²** (trezentos e trinta e quatro metros quadrados e sessenta decímetros quadrados)**, e Lote nº 61-D, Matrícula nº 31.021, com 407,10 m²** (quatrocentos e sete metros quadrados, e dez decímetros quadrados)**, situados no quadro urbano deste Município,** passando a denominar-se **Lote nº 61, situado no quadro urbano do Município, com área total de 1.778,40 m² (hum mil, setecentos e setenta e oito metros quadrados e quarenta decímetros quadrados)** com os seguintes limites e confrontações:
Partindo do ponto P01, de coordenadas UTM N=7139083,6089 e E=347392,3601, DATUM SIRGAS 2000, situado no limite com PARTE DO LOTE Nº 179-C, seguindo com distância de 20,26 m e azimute plano de 90º26'45" chega-se ao ponto P02, confrontando com LOTE Nº 179-C, seguindo com distância de 20,76 M e azimute plano de 90º26'46" chega-se ao ponto P03, confrontando com A TRAVESSA FREI VITO, seguindo com distância de 22,14 m e azimute plano de 175º46'33" chega-se ao ponto P04, confrontando com RUA LUIZ ANTONIO ZANOTTO GREZZANA, seguindo com distância de 75,47 m e azimute plano de 266º22'54" chega-se ao ponto P05, confrontando com LOTE Nº 60, seguindo com distância de 22,70 m e azimute plano de 355º11'45" chega-se ao ponto P05, confrontando com PARTE DA CHÁCARA Nº 178, seguindo com distância de 19,65 m e azimute plano de 84º58'03" chega-se ao ponto P07, seguindo com distância de 10,37 m e azimute plano de 79º21'26" chega-se ao ponto P08, seguindo com distância de 4,88 m e azimute plano de 79º21'21" chega-se ao ponto P01, ponto inicial da descrição deste perímetro.
A descrição completa do perímetro consta em memorial topográfico anexo.
Art. 3° Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:8566C702

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº08/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2024

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando:
- a Lei nº 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB;
- o Decreto nº 322, de 09 de setembro de 2022, que dispõe sobre os instrumentos de Avaliação de Mérito e Desempenho dos diretores (as) das Instituições da Rede Municipal de Ensino;
- o Decreto nº 303 de 09 de outubro de 2023, que dispõe sobre os critérios de Avaliação de Mérito e Desempenho aos diretores (as) em efetivo exercício das escolas de ensino fundamental e centros municipais de educação infantil da Rede Municipal de Ensino;
- a Instrução Normativa nº 02/2024, de 09 de janeiro de 2024, que estabelece orientações para a elaboração do Plano de Trabalho do Diretor Escolar que atua em escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho,
RESOLVE:
I – Convocar os diretores de unidade escolar em efetivo exercício na rede municipal de ensino, para participar do processo de Avaliação de Mérito e Desempenho, atendendo às seguintes exigências:
ter concluído o Curso de Especialização em Gestão Escolar ou estar participando de um curso de aperfeiçoamento na área de gestão escolar;
ter apresentado Plano de Trabalho, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação (janeiro/2024);
encaminhar a documentação solicitada através de memorando eletrônico;
II – O período para o envio da documentação solicitada será das 8h dos dia 19/08/2024 até as 17h do dia 21/08/2024.
III – A Comissão Avaliadora, após análise da documentação, emitirá parecer conclusivo.

Chopinzinho, 16 de agosto de 2024.

MARI LÚCIA LAZAROTTO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Zeloir Aparecida Scabeni Mendes
Código Identificador:1B6896A2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESULTADO – PROPOSTA E HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 23/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de serviços de seguros para veículos do tipo mini bus, pertencente ao Município de Corumbataí do Sul-Pr, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I.

Com base no Art. 176, da Lei Federal nº 14.133, torna público o resultado da fase de Proposta e Habilitação da licitação em epígrafe, conforme quadro abaixo:

EMPRESA	VALOR TOTAL	HABILITAÇÃO
GENTE SEGURADORA S/A	R$ 3.398,00	Habilitada

PAÇO MUNICIPAL, 16 de Agosto de 2024.

CASSIANA CÁSSIA ALVES
Agente de Contratação
Portaria nº 105/2022

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:06D0D15E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024 COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 23/2024

Com base nas informações constantes no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 23/2024, e ante as justificativas, que se embasou no Artigo 75 Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve dispensar a exigência de licitação Contratação de empresa para prestação de serviços de serviços de seguros para veículos do tipo mini bus, pertencente ao Município de Corumbataí do Sul-Pr, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo, no valor total de R$ 3.398,00 (três mil, trezentos e noventa e oito reais), junto à empresa GENTE SEGURADORA S/A, com sede na cidade de PORTO ALEGRE - RS.

Paço Municipal, 16 de Agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:C81B7400

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2024 – ID 2603 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de serviços de seguros para veículos do tipo mini bus, pertencente ao Município de Corumbataí do Sul-Pr, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R$ 3.398,00 (três mil, trezentos e noventa e oito reais).

VEÍCULO	ANO	PLACA	VALOR MAXIMO DA FRANQUIA	VALOR MAXIMO DO SEGURO
I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2023/ 2023	SEQ-2G04	R$ 5.896,33	R$ 1.699,00
I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2023/ 2023	SEQ-2E97	R$ 5.896,33	R$ 1.699,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
R: 84 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01000
R: 85 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01303
R: 86 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01494
R: 87 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01510
R: 390 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 36494
R: 421 - 05.001.10.301.0007.2012.3.3.90.39.00.00 - Fonte: 06494

PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 16/08/2024– Término em 16/08/2024.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:9CC47320

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 34/2024 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 34/2024 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Andressa Rosângela dos Santos – CPF: 086.399.649-39

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do contratado (a), na função de **Professor, com carga horária de 20 horas semanal**, no estabelecimento de ensino indicado pelo responsável pela Secretaria de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR.

DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato será de 12 meses, a partir de 23/07/2024.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá como salário base o valor de R$ 1.831,59 (um mil oitocentos e trinta e um reais e nove centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas dotações orçamentárias a seguir:
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1000
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1103
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1104
07.001.12.361.0009.2.028.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1101
07.001.12.361.0009.2.029.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1102
07.001.12.365.0009.2.017.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1101
07.001.12.365.0009.2.027.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1103
07.001.12.365.0009.2.078.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1101
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1000
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1103
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1104
07.001.12.361.0009.2.028.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1101
07.001.12.361.0009.2.029.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1102
07.001.12.365.0009.2.017.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1101
07.001.12.365.0009.2.027.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1103
07.001.12.365.0009.2.078.3.1.90.13.00.00 FONTE: 1101

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 22 de maio de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:F0367FD4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 35/2024 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 35/2024 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Silvana Martins Costa Honorato – CPF: 291.210.698-24

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do contratado (a), na função de **Médico Veterinário, com carga horária de 20 horas semanal**, na Secretaria Municipal de Saúde de Corumbataí do Sul – PR.

DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato será de 12 meses, a partir de 23/07/2024.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá como salário base o valor de R$ 2.831,72 (dois mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas dotações orçamentárias a seguir:
05.001.10.301.0007.2.012.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1303

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 23 de julho de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:90882718

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 33/2024 - RH - REP

REPUBLICAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 33/2024 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Isabel de Fátima Baia Bergossi – CPF: 033.802.589-89

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do contratado (a), na função de **Agente Comunitário de Saúde**, com carga horária de 40 horas semanal, na Secretaria Municipal de Saúde de Corumbataí do Sul – PR.

DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato será de 12 meses, a partir de 10/06/2024.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá como salário base o valor de R$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas dotações orçamentárias a seguir:
05.001.10.01.0007.2077.3.1.90.11.00.00 FONTE: 3051

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 10 de junho de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:9161CAC0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 36/2024 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 36/2024 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Jaqueline Borges Moreira – CPF: 088.621.269-30

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do contratado (a), na função de **Nutricionista, com carga horária de 20 horas semanal**, na Rede de Ensino Municipal, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura de Corumbataí do Sul – PR.

DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato será de 12 meses, a partir de 06/08/2024.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá como salário base o valor de R$ 2.195,96 (dois mil cento e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas dotações orçamentárias a seguir:
07.001.12.361.0009.2.025.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1103

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 06 de agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:67A20272

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO 37/2024 - RH

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 37/2024 - RH

CONTRATANTE: Município de Corumbataí do Sul – CNPJ nº 80.888.662/0001-89

CONTRATADO (A): Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz – CPF: 073.760.329-16

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços por parte do contratado (a), na função de **Assistente Social, com carga horária de 20 horas semanal**, na Secretaria Municipal de Saúde de Corumbataí do Sul – PR.

DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato será de 12 meses, a partir de 06/08/2024.

DA REMUNERAÇÃO
Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá como salário base o valor de R$ 2.831,72 (dois mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos), pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sem qualquer acréscimo, adicional, abono ou auxílio.

DO ORÇAMENTO
As despesas decorrentes deste contrato serão cobertas pelas dotações orçamentárias a seguir:
05.001.10.301.0007.2.012.3.1.90.11.00.00 FONTE: 1303

DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz – PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Corumbataí do Sul, 06 de agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:DD5E09D4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 181/2024

PORTARIA Nº 181/2024
DE 01/08/2024

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de agosto de 2024, a Senhorita **Gabrieli Correa Silva**, inscrita no CPF nº. 129.018.429-17, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, símbolo CC – 7, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:EF7AD882

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 182/2024

PORTARIA Nº 182/2024
DE 01/08/2024

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de agosto de 2024, a Senhora **Cristiane Aparecida Baia Santos**, inscrita no CPF nº. 089.026.459-75, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, símbolo CC – 8, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:3F124A1E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 177/2024

PORTARIA Nº 177/2024 DE 30/07/2024

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora **Leda Maria André Ramos,** matrícula nº. 1042, inscrita no CPF nº 867.726.949-53, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Gari, a partir de 22 de julho de 2024 a 20 de agosto de 2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de julho de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:DB375CE1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXONERA HUANDERLEI

PORTARIA nº 3927/2024

SÚMULA - Exonera a pedido HUANDERLEI ANTONIO MACHADO, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Protocolo nº 642/2024 de 16/08/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido HUANDERLEI ANTONIO MACHADO, portador do RG nº 139882121 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 111.132.069-18, do cargo de Auxiliar Administrativo Aprendiz, a partir de 16/08/2024, agradecendo aos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:1FD060FD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 11/2024 - UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO: 11/2024
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE 11/2024
DATA DE EMISSÃO: 16/08/2024.
FORNECEDOR: UNICURSOS CAPACITACAO E TREINAMENTOS LTDA ME – CNPJ 19.949.769/0001-89

OBJETO: INSCRIÇÃO INDIVIDUAL EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESTINADO A VEREADORES E SERVIDOR EFETIVO

JUSTIFICATIVA: Tendo como motivação a solicitação contida no REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO TECNICA Nº. 21/2024 e 22/2024 de autoria dos nobres vereadores EDER JOSE DE PAULA, GILSON CUSTODIO DA SILVA e do Servidor Efetivo MAURO PEREIRA DOS SANTOS, que argumentam como justificativa: "(..) A participação tem o intuito de qualificar e atualizar Vereadores e servidor em face das novas tecnologias – IA e suas aplicações no processo de governança e fiscalização, além de abrir discussão específica sobre o tema de regime jurídico de servidor público. Por fim salienta-se que o referido curso oferece aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos dos temas anteriormente apresentados, relacionando teoria e prática, através da análise de situações problemas do dia a dia." Inicialmente reconhece-se que as atividades legislativas carregam particular compressibilidade e exigem de agentes políticos e servidores ligados ao assessoramento e controle, contínuo aperfeiçoamento técnico dentre os diversos campos do conhecimento. Dessa forma a realização de cursos de curta duração, com temas direcionados a realidade dessa casa legislativa torne-se ferramenta fundamental e indispensável para qualificação de agentes políticos e servidores cuja atividade esteja atrelada ao assessoramento técnico e/ou fiscalização.

DOTAÇÕES:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1005 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UN	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Inscrição Individual em curso de Capacitação técnica: A Transformação Digital na Administração Pública: Princípios e Legislação O Regime Jurídico do Servidor Público Municipal - Questões Legais Importantes - A Incompatibilidade Parlamentar e suas Ingerências	SERVIÇO	03	1.690,00	5.070,00
TOTAL					**5.070,00**

Valor Total: R$ 5.070,00 (Cinco mil e setenta reais)

EMBASAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021: Art. 74, III, f).

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

SIDNEI APARECIDO TEIXEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Fênix

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:724294E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA RESPONDER COMO GESTOR E FISCAL DE CONVÊNIO E RECURSOS.

PORTARIA N.º 10/2024

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA RESPONDER COMO GESTOR E FISCAL DE CONVÊNIO E RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Fênix, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa servidores para responder como **GESTOR** e **FISCAL DE CONVÊNIO E RECURSOS**, para atuar e auxiliar na gestão e fiscalização de **CONVÊNIOS** firmados pelo Município de Fênix.

I – GESTOR DE CONVÊNIO
Larissa Aparecida Zago Figueira, Matricula N°10867

II – FISCAL DE CONVÊNIO E RECURSOS
Laudinéia do Lago Nascimento do Carmo, Matricula N°764

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 16 de agosto de 2024.

ALTAIR MOLINA SERRANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloine Laiane de Campos
Código Identificador:CC634327

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
NOMEIA COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PORTARIA No 11

Nomeia Comissões de Avaliação do Estágio Probatório.

O Prefeito do município de Fênix, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto no 23, de 04 de março de 2024, que regulamentou o processo de avaliação do estágio probatório dos profissionais do magistério,
RESOLVE:
Art. 1o Instituir a Comissão Central de Avaliação de Estágio, constituída pelos seguintes profissionais:
Solange Jandrey Marques Rodrigues
Silvane Aparecida de Macedo, que presidirá a Comissão;

Art. 2o Instituir as Comissões de Avaliação de Estágio dos profissionais do magistério nas instituições educacionais, assim constituídas:
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
Membros efetivos:
Ana Paula Lopes de Oliveira
Dirce Aparecida Aleixo Mello

Escola Municipal Bela Vista do Ivaí – Educação Infantil e Ensino Fundamental
Membros efetivos:
Maria Eunice de Souza
Adriana Pereira Sturion

III – Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves – Ensino Fundamental
Membros Efetivos:
Maria José Graciete Costa
Jeane José Correia

IV – Centro Municipal de Educação Infantil Hilva Jandrey de Oliveira
Membros Efetivos:
Andréia Cristina Furlan Rudek
Fernanda Gonçalves Vieira Aleixo

V – Centro Municipal de Educação Infantil São Vicente
Membros:
Leida Figueira Russi
Dalva Líbera Molina Santiago

Art. 3o Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 16 de agosto de 2024.

ALTAIR MOLINA SERRANO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloine Laiane de Campos
Código Identificador:5CBCCB55

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA N° 413/2024

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 75,00 (Setenta e cinco reais) a favor do Sr. Tiago Rocha da Silva, motorista, referente ao pagamento de 1/2(meia) diária, face a viagem do dia 16/08/2024 a 16/08/2024 para Santa Mariana-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde para levar paciente.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 15 de agosto de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B483B06D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº168/2024

Designa o Gestor de Contrato, fiscal e o suplente dos contratos, abaixo descrito e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (PR), o Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições constitucionais e,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração; e

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal e gestor do contrato formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) municipal, Luciano Cavalheiro, Matrícula n°934 para exercer a função de fiscal titular do contrato n°165/2022 referente ao processo administrativo n°110/2022, Dispensa n°46/2022.

Art. 2º Designar o (a) servidor (a) municipal, Paulo Cesar Pereira Rocha, Matrícula n°971 para exercer a função de fiscal suplente do contrato n°165/2022 referente ao processo administrativo n°110/2022, Dispensa n°46/2022.

Art. 3º Designar o (a) servidor (a) municipal, Cananor Mariano De Almeida Junior – Matrícula n°1080 para exercer a função de Gestor do Contrato n°165/2022 referente ao processo administrativo n°110/2022, Dispensa n°46/2022.

Art. 4° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições contrarias.

Nossa Senhora das Graças - PR, 16 de Agosto de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:66FD3246

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL-PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL-PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024. TIPO: MENOR PREÇO. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica www.bnc.org.br, por intermédio da Bolsa Nacional de Compras (BNC), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 42/2024, cujo objeto consiste: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02 (dois) veículos automotores, do tipo sedan, ano 2024/2025 (novo, zero km), destinados à Secretaria de Administração, Planejamento e Gabinete, em conformidade com o

CONVÊNIO N° 714/2024 - SECID, conforme Anexo I - Termo de Referência, do Edital completo, com abertura marcada para o dia 29 de agosto de 2024, às 09h00min. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 20 de agosto de 2024, às 08h30min até às 08h30min do dia 29 de agosto de 2024. Valor Total: R$ 227.026,67 (duzentos e vinte e sete mil, vinte e seis reais e sessenta e sete centavos). Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bnc.org.br. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (44) 3312-1150.

Nossa Senhora das Graças, 15 de agosto de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Municipal.
.

.

.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:C6F25331

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 232/2023

ESPÉCIE: Contrato n° 232/2023.

REF.: Pregão Eletrônico n°68/2023.

PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, e a empresa Marymed Distribuidora De Medicamentos E Correlatos Eireli-Me.
CNPJ Nº: 23.121.920/0001-63.

DO OBJETO:
O presente Termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% para os itens 184 ,250 e reequilíbrio ao item 281 referente ao contrato n°232/2023 oriundo do pregão eletrônico n°68/2023 que teve como objeto a Aquisição de medicamentos de distribuição gratuita e uso interno, destinados a Assistência Farmacêutica e equipamentos, materiais permanente e consumo para uso odontológico do Município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital e de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, obrigando as partes o cumprimento em todos os seus termos e nas condições expressas no Edital (Sistema de Registro de Preços).

DA ALTERAÇÃO DO VALOR:
Com o acréscimo de 25% aos itens acima citados e o reequilíbrio, o valor da contratação passará de R$35.894,45(trinta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos) para R$36.587,30(trinta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta centavos). Sendo assim o presente termo aditivo tem o valor de **R$692,85(seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos).**

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 15/08/2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:9EA1CAE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 229/2023

ESPÉCIE: Contrato n° 229/2023.

REF.: Pregão Eletrônico n°68/2023.

PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, e a empresa Classmed - Produtos Hospitalares Ltda – Me.
CNPJ Nº: 01.328.535/0001-59.

DO OBJETO:
O presente Termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% para os itens 205,243,249,286,371 e 375 referente ao contrato n°229/2023 oriundo do pregão eletrônico n°68/2023 que teve como objeto a Aquisição de medicamentos de distribuição gratuita e uso interno, destinados a Assistência Farmacêutica e equipamentos, materiais permanente e consumo para uso odontológico do Município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital e de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, obrigando as partes o cumprimento em todos os seus termos e nas condições expressas no Edital (Sistema de Registro de Preços).

DA ALTERAÇÃO DO VALOR: Com o acréscimo de 25% aos itens acima citados, o valor da contratação passará de R$51.894,40(cinquenta e um mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) para R$52.647,19(cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos). Sendo assim o presente termo aditivo tem o valor de **R$752,79(setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).**

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 15/08/2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:041DE47B

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 416/2024

O Prefeito do município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a licença-prêmio da servidora Eloisa Brunheira da Silva, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula nº 874;

RESOLVE:

Prorrogar o contrato da servidora contratada pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), Denize da Silva Marques, ocupante do cargo de Nutricionista, por mais noventa e dois dias a partir do dia 16 de agosto.

Está portaria entra em vigor na data da sua publicação revogadas a disposições em contrato.

PUBLICA-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças Em 16 de agosto de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:845275B3

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 412/2024

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições legais resolve:

Conceder Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal: **ELOÍSA BRUNHEIRA DA SILVA**, matrícula nº 874 - Referente ao exercício: 2018/2023**.** Conforme dispõe o Artigo n° 113-A, da Lei Municipal n°

323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 19/08/2024 à 16/11/2024.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:1E0810E7

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 414/2024

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder férias à funcionária:

CRISTIANE ALVES GARCIA DA COSTA, matrícula nº **642** – Referentes ao exercício: 11/05/2023 à 10/05/2024.
Período de férias, de: 09/09/2024 à 08/10/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:A98FF57D

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 415/2024

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder 20 dias de férias e 10 dias de abono pecuniário ao funcionário:

ANDRÉ VINICIUS LADISLAU, matrícula nº **470** – Referentes ao exercício: 2022/2023.
Período de férias, de: 16/09/2024 à 05/10/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:522E6708

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 6 TERMO CONTRATO 37/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2023**, parte integrante do(a) Tomada de preços nº 3/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ nº.** 04.949.630/0001-68
Objeto:	**O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência/execução do contrato originário nº 37/2023, passando o mesmo a ter sua vigência até 13/03/2025 e execução até 13/12/2024.**
Prazo de vigência	**13/03/2025**
Prazo de execução	**13/12/2024**
Data assinatura	13/08/2024

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:4F9EA982

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90056/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90056/2024 – UASG 926478

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 27/09/2024 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Por item que tem por objeto **Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em diversas áreas de educação para atendimento em tempo integral, programa oferecido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste/Pr.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 27 de setembro de 2024,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 16/08/2024.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:B80C1B27

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2658 CHS CRISTIANE TEREZINHA DOS SANTOS CARON

Portaria n.º 2658/2024

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Leila da Rocha, Prefeita de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Cristiane Terezinha dos Santos Caron	10.206.784-3/PR	19/08/2024 a 13/12/2024	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, 61º ano de emancipação.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:A495969D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 01/2024

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 01/2024

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR, E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS FOCINHOS E PATAS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A CASTRAÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS E/OU MALTRATADOS NESTE MUNICÍPIO.

Por este **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE – PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.995.380/0001-03, com sede administrativa na Avenida Iguaçu, n° 281, Caixa Postal n° 06, na cidade de São Jorge d'Oeste – PR, por sua Prefeita Sra. **LEILA DA ROCHA**, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF/MF sob n° 619.981.099-68, e do outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS FOCINHOS E PATAS**, com sede na Rua Sétimo Bortolotto, 148, bairro Loteamento Thomaz, São Jorge d'Oeste - PR, CEP 85.575-000, inscrita no CNPJ sob o nº 42.320.397/0001-49, neste ato representada por seu Presidente, Sra. **NATALYANA ELIZA BASEGGIO SILVESTRIN PORTO**, portadora do CPF nº 074.270.179-43, resolvem celebrar o presente instrumento, segundo as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo de Cooperação Técnica objetiva a realização procedimentos médicos veterinários no que diz respeito a castração de cães e gatos, abandonados e/ou maltratados neste Município de São Jorge d'Oeste - PR, a fim de atender as necessidades do bem estar animal, bem como o controle populacional dos animais de rua, o que será realizado de forma cooperativa entre as partes, seguindo os preceitos elencados na Lei Municipal n° 886/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES
Compete a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS FOCINHOS E PATAS**:
Realizar a triagem, identificação e acolhimento pré-operatório dos animais, bem como determinar e implementar os critérios para escolha da ordem de castração dos animais, dando prioridade de castração para os animais de rua, nos termos do Art. 4° da Lei Municipal n° 886/2019;
Realizar o acolhimento e translado dos animais de rua até o local onde será realizado o procedimento de castração;
Realizar, ao final de cada mês, relatório detalhado dos animais beneficiados pelo programa, encaminhando-o ao Município até o dia 10 do mês subsequente;
Realizar a fiscalização e acompanhamento dos procedimentos de castração no que concerne aos cuidados com o bem estar dos animais;
Responsabilizar-se pelos cuidados pós-operatórios prescritos pelo Médico Veterinário responsável pela realização das cirurgias;
Fiscalizar e acompanhar os animais castrados que possuam tutores, zelando para que lhe sejam garantidos os cuidados necessários à sua plena recuperação e bem estar;
Acolher os animais que não possuam tutores após o procedimento operatório, providenciando sua doação ou manutenção em lares provisórios, zelando para que não retornem à situação de rua;
Arcar com as despesas do pós-operatório (alimentação e medicações) dos animais que não possuam tutores até a sua plena recuperação;
Elaborar Termo de Responsabilidade, isentando o município de São Jorge d'Oeste - PR de toda e qualquer responsabilidade em razão de eventuais óbitos de animais durante ou após o procedimento operatório de castração, bem como colher a assinatura dos tutores nos referidos documentos, sem o qual o animal não será castrado. Não haverá necessidade do presente Termo de Responsabilidade em caso de animais de rua.
Compete ao **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR:**
A Contratação, mediante regular procedimento licitatório ou de contratação direta, de empresa privada do ramo médico-veterinário que realizará os procedimentos de castração, o qual deverá ser prestado neste Município;
Acompanhar e fiscalizar a execução de todo o procedimento de castração a ser realizada pela empresa contratada, bem como a observância dos preceitos da Lei Municipal n° 866/2019 e também do contrato, funções estas que serão exercidas através do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses e Endemias – Secretaria da Saúde;
Através de médico-veterinário designado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, emitir parecer e/ou laudo em casos de óbitos de animais durante ou após o procedimento operatório de castração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEMBOLSO
Compete ao MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR, realizar o reembolso/pagamento à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS FOCINHOS E PATAS, dos valores dispendidos para dar cumprimento às obrigações assumidas no presente Termo de Cooperação Técnica, referente às atividades realizadas no período de vigência, conforme relatório emitido ao fim de cada mês devidamente instruído com comprovação dos gastos (notas fiscais).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO
O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo consentimento, pelo descumprimento das obrigações assumidas pelas partes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer delas, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de dez dias, de uma à outra, restando a cada qual, tão somente, a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
É competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas por mediação Administrativa, o Foro da Comarca de São João - PR.
Firmam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para publicação e execução, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Município de São Jorge D'oeste - PR
LEILA DA ROCHA –
Prefeita Municipal

Associação de Proteção Aos Animais Focinhos e Patas
NATALYANA ELIZA BASEGGIO SILVESTRIN PORTO –
Presidente

Testemunhas:

Nome: _____.
CPF: _____.
Assinatura: _____

Nome: _____.
CPF: _____.
Assinatura: _____.

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:0D17CAF4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 52/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE Semeadora de arrasto (acoplamento rebocado em trator agrícola de pneus) para uso em sistema de plantio direto, nova, composta com 15 linhas para plantio de culturas de inverno em espaçamento de 17cm, ainda 7 linhas para plantio de soja com espaçamento mínimo de 40 cm e 4 linhas para plantio de milho com espaçamento mínimo de 80 cm. conforme Pregão 40/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006.***.***-03 e do RG nº 7.***.***-8. CONTRATADA:JULIANA ANDRESSA SCHMITZ LTDA, com CNPJ Nº47.060.802/0001-50, com sede RUA VIGÁRIO FREI JOÃO, Luzerna - SC a neste ato representado por JULIANA ANDRESSA SHMITZ, portador do CPF Nº 100.***.***-40 e do RG nº 6.***.833. ITEM: LOTE/ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 165.000,00 – VALOR TOTAL R$: 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais). PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 meses, PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses. ASSINATURA DO CONTRATO: 31/07/2024.

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:FF9AA45D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 53/2024
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Buffet – modalidade Self – service, completo para realização do jantar alusivo ao Dia dos Pais, tal evento abrange todos os homens munícipes, o qual está previsto para o dia 08 de agosto de 2024. conforme Pregão 41/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006.***.***-03 e do RG nº 7.***.***-8. CONTRATADA: CARMELINDA MARTINELLI MANGONI, com CNPJ Nº30.622.563/0001-82, com sede AVENIDA IGUAÇU, S/N Saudade do Iguaçu - PR a neste ato representado por CARMELINDA MARTINELLI MANGONI, portadora do CPF Nº 994.***.***-00 e do RG nº 517.***-35. ITEM: LOTE/ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$: 27,90 – VALOR TOTAL R$: 25.110,00 (vinte e cinco mil e cento e dez reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/08/24. ASSINATURA DO CONTRATO: 31/07/2024.

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:90E7232A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO N.º 072/2024
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 30 de agosto de 2024, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para aquisição futura de materiais e utensílios de limpeza/produtos de higienização, gêneros alimentícios e utensílios para copa e cozinha, destinados para manutenção das Secretarias Municipais, conforme informações contidas no Termo de Referência

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das **08h31min horas do dia 30 de agosto de 2024.**
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **09:01 horas do dia 30 de agosto de 2024**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefone (046) 92001-4556.

Saudade do Iguaçu, 16 de agosto de 2024.

DARLEI TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:5E27A0EC

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 211 2024

PORTARIA Nº 211/2024, de 16 de agosto de 2024.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor **SETEMBRINO NATH**, matrícula nº 71-0, **LICENÇA ESPECIAL** de acordo com o Art. 128 da Lei nº 376 de 06 de dezembro de 2006, por 03 (três) meses, com início em 19 de agosto de 2024 e término em 16 de novembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, 16 de agosto de 2024.

DARLEI TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:D830CBF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: BENICIO PNEUS LTDA
Objeto: Aquisição de pneus para frota do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Esgoto de Abatiá) no valor máximo de R$ 21.391,68 (vinte e um mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos).
Valor Total: R$ 1.245,00 (um mil, duzentos e quarenta e cinco reais).
Vigência: 16/08/2024 a 15/08/2025.
Dotação Orçamentária: 01.004.17.512.0004.2004 - 33.90.30.39.01
Data: 16 de agosto de 2024.

KARINA CASTILHO OKADA
Diretora SAMAE

LUANA APARECIDA PILATO RIBEIRO
Proprietária

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:8AE9E790

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME
Objeto: Aquisição de pneus para frota do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Esgoto de Abatiá) no valor máximo de R$ 21.391,68 (vinte e um mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos).
Valor Total: R$ 12.840,80 (doze mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta centavos).
Vigência: 16/08/2024 a 15/08/2025.
Dotação Orçamentária: 01.004.17.512.0004.2004 - 33.90.30.39.01
Data: 16 de agosto de 2024.

KARINA CASTILHO OKADA
Diretora SAMAE

EDUARDO HENRIQUE SENFF
Proprietário

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:39141F88

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI
Objeto: Aquisição de pneus para frota do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Esgoto de Abatiá) no valor máximo de R$ 21.391,68 (vinte e um mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos).
Valor Total: R$ 209,00 (duzentos e nove reais).
Vigência: 16/08/2024 a 15/08/2025.
Dotação Orçamentária: 01.004.17.512.0004.2004 - 33.90.30.39.01
Data: 16 de agosto de 2024.

KARINA CASTILHO OKADA
Diretora SAMAE

GIOVANA MENDES GONÇALES
Proprietário

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:37182415

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA N° 019/2024

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA N° 019/2024

O SAMAE de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Dispensa Eletrônica nº 019/2024, que tem por objeto "**ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO COM BASE NA LEI 14.133/21, VISANDO A COMPRA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 2.924.22 (DOIS MIL, NOVENCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS),** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. **A abertura para recepção de propostas ocorrerá no dia 20 de agosto de 2024 ás 08:00 horas e se encerrará as 08:00 horas do dia 26 de agosto de 2024, iniciando a disputa no dia 26 de agosto de 2024, às 09h00min, no site www.bll.org.br.** A íntegra do Aviso de Contratação e outras informações poderão ser obtidas no endereço **samaedeabatia@gmail.com.br**, em horário de expediente das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1400 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 16 de agosto de 2024**.**

KARINA CASTILHO OKADA
Diretora

HELAINE MENDES MENEZES
Agente De Contração/ Pregoeira

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C0135AF2

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA N° 020/2024

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA N° 020/2024

O SAMAE de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Dispensa Eletrônica nº 020/2024, que tem por objeto "**ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO COM BASE NA LEI 14.133/21, VISANDO A COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 5.824.46 (CINCO MIL, OITOCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS),** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. **A abertura para recepção de propostas ocorrerá no dia 20 de agosto de 2024 ás 08:00 horas e se encerrará as 13:00 horas do dia 26 de agosto de 2024, iniciando a disputa no dia 26 de agosto de 2024, às 13h30min, no site www.bll.org.br.** A íntegra do Aviso de Contratação e outras informações poderão ser obtidas no endereço **samaedeabatia@gmail.com.br**, em horário de expediente das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1400 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 16 de agosto de 2024**.**

KARINA CASTILHO OKADA
Diretora

HELAINE MENDES MENEZES
Agente De Contração/ Pregoeira

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:6BE6AD6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 193/2024 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 192/2024, de 13 de agosto de 2024:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, a candidata ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
4º	Raqueli Zoellner Raksa Machado	Auxiliar Administrativo	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido ou porque não alcançaram a pontuação informada, após avaliação minuciosa da comissão, conforme previsão expressa em edital.
§ 1º Nenhum candidato poderá arguir desconhecimento ou erro no preenchimento da pontuação, uma vez que se trata de obrigação do candidato, de acordo com previsão editalícia.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 16 de agosto de 2024

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:DD3CAD72

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 194/2024 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2024, objeto do Edital n° 001/2024, de 02/05/2024, resolve:

CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos classificados para os respectivos empregos público abaixo relacionados, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 19 de agosto de 2024, no horário das 9h às 11h30 e das 13h00 às 16h30, **munido dos documentos que comprove as informações constantes na ficha de inscrição (Itens 11.2 - 11.4 - 11.5 – 11.5.1 constante no Edital 001/2024).**

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
5º	Fernanda Cristina Ferreira	Auxiliar Administrativo	Ampla Concorrência
6º	Gesli Micheli Batista Soares	Auxiliar Administrativo	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
19º	Rafhael Ruchinski Dezatnih	Técnico em Enfermagem	Ampla Concorrência

Art. 2º O prazo para apresentação dos documentos é de 2 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.

Art. 3º A não apresentação dos documentos acima, o candidato será remetido para o final da lista dos classificados.
Agudos do Sul, 16 de agosto de 2024

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:07FD604A

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 192/2024 - DIVISÃO DE PESSOAL REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2024, objeto do Edital n° 001/2024, de 02/05/2024, resolve:

CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos classificados para os respectivos empregos público abaixo relacionados, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 14 de agosto de 2024, no horário das 9h às 11h30 e das 13h00 às 16h30, **munido dos documentos que comprove as informações constantes na ficha de inscrição (Itens 11.2 - 11.4 - 11.5 – 11.5.1 constante no Edital 001/2024).**

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
4º	Raqueli Zoellner Raksa Machado	Auxiliar Administrativo	Ampla Concorrência
Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
17º	Ellom Cristiano Padilha Moreira	Técnico em Enfermagem	Ampla Concorrência

Art. 2º O prazo para apresentação dos documentos é de 2 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.

Art. 3º A não apresentação dos documentos acima, o candidato será remetido para o final da lista dos classificados.

Agudos do Sul, 13 de agosto de 2024

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Goeten de Lima
Código Identificador:8BEE8D91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2024 - REGISTRO DE PREÇOS

www.bllcompras.org.br

O **MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 161/23, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO – POR LOTE,** para contratação do objeto abaixo descrito:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO, ABRANGENDO TODOS OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 19/08/2024 até às 13h00min do dia 02/09/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 02/09/2024.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES: às 14h00min do dia 02/09/2024.
LOCAL: www.bllcompras.org.br - BLL
O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, na sede da Licitante, telefone (41) 3624-1808, nos *sites* www.bllcompras.org.br, www.agudosdosul.pr.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao_agudos@hotmail.com

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:D499774C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – ITEM**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº

14.133/2021, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA DO TIPO SÃO CARLOS, PARA ATENDER A DEMANDA DO CAMPINHO DA COMUNIDADE DO PAVÃOZINHO E PARA O HELIPORTO A SER CONSTRUÍDO NA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL	
VALOR DA CONTRATAÇÃO	R$ 12.264,00
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO	Até o dia 21/08/2024, às 17h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília – DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	licitacao_agudos@hotmail.com, ou por protocolo na Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

O Aviso de Contratação completo poderá ser obtido no site www.agudosdosul.pr.gov.br, no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao_agudos@hotmail.com

Agudos do Sul, 16 de agosto de 2024.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Rocha Dos Santos
Código Identificador:28988570

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2024

O Agente de Contratação do Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a dispensa licitação supramencionada, tendo como objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES**, foi considerada **FRACASSADA**, face ao não recebimento de proposta adicionais e desclassificação dos proponentes que forneceram orçamento na pesquisa de preços.

Agudos do Sul, 16 de agosto de 2024.

GABRIEL ROCHA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto nº 10/2024

Publicado por:
Gabriel Rocha Dos Santos
Código Identificador:0CA6C6B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2024

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 19/08/24 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 04/09/24 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PAPELARIA E ARMARINHOS".**

Valor Máximo: **R$ 30.089,30 (trinta mil oitenta e nove reais e trinta centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ no site do Banco do Brasil, Licitações-e2, licitação nº **1051681**.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 16 de agosto de 2024.

SANDRA MARIA CUMIN
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:4202825D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024 - COMUNICADO 01

Senhores Licitantes

Com objetivo de dar continuidade neste certame, evitando assim custos desnecessários a administração pública, uma vez identificado que os salários base publicados no referido edital, no valor de R$ 1.731,00 Reais, na verdade deveria ser no valor de R$ 1.845,00, ou seja, uma diferença de 5,66%.
O Município por meio da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social desde fevereiro do corrente ano, vem buscando o referido objeto conforme edital nº 03/2024, no entanto sem sucesso, uma vez que se fez necessário cumprir medida do TCE-PR, pela revogação da referida licitação.
Ocorre que durante esta transição para o processo atual, houve nova convenção coletiva trabalhista – CCT, publicada pelo SENALBA-PR, em 07/12/2023 conforme número de processo da CCT principal 13068.203584/2023-35.
Não sendo observado nem na primeira publicação em fevereiro de 2024, e nem na atual, a referida atualizando do salário base em 5,66%, em conformidade com a clausula terceira do piso salarial. Que antes era de $ 1.731,00 é, atualmente o piso salarial e de R$ 1.845,00 Reais, perfazendo uma diferença de R$ 114,00 Reais.
Com objetivo de atendimento ao interesse público, e com a certeza de que não será oneroso aos cofres públicos, uma vez que o resultado financeiro final será o mesmo, pede-se ao agente de contratação desta licitação, para comunicar os licitantes interessados na forma da Lei, **o direito assegurado**, que tão logo, se conclua esta licitação e se tenha firmado a contratação por meio do Terno de Parceira, de aditivo de contrato imediatamente para assegurar direitos trabalhistas já conquistados na CCT ajustada na forma da Lei.
E certo que a manutenção desta licitação, nas condições acima descrita, gerara uma economicidade processual ao Município e tendo como resultado final o mesmo dispêndio financeiro.

Almirante Tamandaré, em 15 de agosto de 2024

LEANDRO LEONEL DOS SANTOS DUBBA
Presidente

KASSIANO BARBOSA SGODA
Membro

EMILIANE DO ROCIO BATISTA DOS SANTOS
Membro

LEIDIANE FRANCISCO DE OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:46B81980

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024 - COMUNICADO 01

Senhores Licitantes

Com objetivo de dar continuidade neste certame, evitando assim custos desnecessários a administração pública, uma vez identificado que os salários base publicados no referido edital, no valor de R$ 1.731,00 Reais, na verdade deveria ser no valor de R$ 1.845,00, ou seja, uma diferença de 5,66%.
O Município por meio da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social desde fevereiro do corrente ano, vem buscando o referido objeto conforme edital nº 03/2024, no entanto sem sucesso, uma vez que se fez necessário cumprir medida do TCE-PR, pela revogação da referida licitação.
Ocorre que durante esta transição para o processo atual, houve nova convenção coletiva trabalhista – CCT, publicada pelo SENALBA-PR, em 07/12/2023 conforme número de processo da CCT principal 13068.203584/2023-35.
Não sendo observado nem na primeira publicação em fevereiro de 2024, e nem na atual, a referida atualizando do salário base em 5,66%, em conformidade com a clausula terceira do piso salarial. Que antes era de $ 1.731,00 é, atualmente o piso salarial e de R$ 1.845,00 Reais, perfazendo uma diferença de R$ 114,00 Reais.
Com objetivo de atendimento ao interesse público, e com a certeza de que não será oneroso aos cofres públicos, uma vez que o resultado financeiro final será o mesmo, pede-se ao agente de contratação desta licitação, para comunicar os licitantes interessados na forma da Lei, **o direito assegurado**, que tão logo, se conclua esta licitação e se tenha firmado a contratação por meio do Terno de Parceira, de aditivo de contrato imediatamente para assegurar direitos trabalhistas já conquistados na CCT ajustada na forma da Lei.
E certo que a manutenção desta licitação, nas condições acima descrita, gerara uma economicidade processual ao Município e tendo como resultado final o mesmo dispêndio financeiro.

Almirante Tamandaré, em 15 de agosto de 2024

LEANDRO LEONEL DOS SANTOS DUBBA
Presidente

KASSIANO BARBOSA SGODA
Membro

EMILIANE DO ROCIO BATISTA DOS SANTOS
Membro

LEIDIANE FRANCISCO DE OLIVEIRA
Membro

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:8339F26B

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº141/2020.

Número Do Processo: 0018.000009002/2024.
OBJETO: Construção do Centro de Convenções de Almirante Tamandaré.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E KSA CONSTRUÇÕES E EMPREEDIMENTOS EIRELI EPP.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam o **prazo de execução e vigência**, que, **respectivamente, iniciará em 23.06.2024 e findará, em 21.08.2024, e iniciará em 30.07.2024 e findará em 30.07.2025.**

Data da Assinatura: 21/06/2024.

Almirante Tamandaré, 16 de agosto de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:6647CF80

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº162/2023.

Número Do Processo: 0018.000012397/2024.
OBJETO: Fornecimento parcelado de alimentos perecíveis e não perecíveis.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ACF ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam o prazo de execução e vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, com início em 15 de agosto de 2024 e término em 15 de fevereiro de 2025.

Data da Assinatura: 31/07/2024.

Almirante Tamandaré, 16 de agosto de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:D5064EA3

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº200/2023.

Número Do Processo: 0018.000010257/2024.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E COMERCIAL NOVA ERA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
Prorroga-se os prazos de execução e vigência do Contrato Administrativo nº200/2023 por mais 03 (três) meses, **iniciando-se em 29.09.2024, finalizando-se em 29.12.2024.**
CLÁUSULA SEGUNDA: DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO.
As partes de comum acordo procedem ao acréscimo quantitativo relativo as quantidades, no percentual de 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento), que corresponde a R$74.964,61, e, atualizará o valor do contrato, de R$299.969,96, para R$374.934,57 (trezentos e setenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), e, o saldo após o aumento, de R$31.484,72, para R$106.449,33.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL.
Considerando o acréscimo quantitativo de 24,99%, os valores atualizados serão:

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
VALOR ORIGINAL TOTAL DO CONTRATO	R$299.969,96
VALOR DO AUMENTO DE 25%	R$74.964,61
VALOR DO CONTRATO APÓS AUMENTO	R$374.934,57
SALDO DO CONTRATO	R$31.484,72
SALDO APÓS AUMENTO	R$106.449,33
PERCENTUAL DE AUMENTO	**24,99%**

Data da Assinatura: 25/07/2024.

Almirante Tamandaré, 16 de agosto de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:1E8159AD

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº01 DO CONTRATO Nº241/2023.

Número Do Processo: 0018.000013120/2024.
OBJETO: Contratação de mão de obra para execução dos serviços para atendimento do programa Armazém da Família do Município de Almirante Tamandaré – supervisor, operador de caixa, repositor/estoquista, atendente de cadastro.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E RC LIMP ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do preâmbulo do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº241/2023, visando a alteração do CNPJ e endereço da CONTRATADA, nos seguintes termos:

Onde se lê: "27.075.446/0001-06", **leia-se "27.420.871/0001-10"** e,

Onde se lê: "Rua José Túlio, nº59, Bairro Cachoeira, Araucária/PR, **leia-se "Rua José Gregório da Silva, nº235, Cachoeira, na cidade de Araucária/PR, CEP 83.708-530".**

Data da Assinatura: 06/08/2024.

Almirante Tamandaré, 16 de agosto de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:BD1CFCEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 666/2024

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Sr. JOÃO JULIO DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2977, RG nº *.***.949-8/PR, CPF nº ***.118.829-**, para exercer a função de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, a partir do dia 15 de agosto de 2024.
Art. 2º. REVOGAR a Portaria nº 212, de 22 de janeiro de 2021.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 14 de agosto de 2024.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Martins da Silva
Código Identificador:65190D91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2024

CONCURSO PÚBLICO 2024

O Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a **HOMOLOGAÇÃO**do **RESULTADO FINAL** e **CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS** do **CONCURSO PÚBLICO**através do**EDITAL N. 35/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISNTRAÇÃO** e tendo em vista a necessidade de preenchimento de cargo abaixo relacionado,CONVOCA os seguinte candidatos classificados, para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantu, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital, munido dos seguintes documentos:
(a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
(b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
(c) Registro de nascimento ou certidão de casamento ou Declaração de União Estável;
(d) Carteira de identidade;
(e) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
(f) Título de Eleitor;
(g) Certidão de quitação eleitoral;
(h) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso de candidato do gênero masculino);
(i) Laudo médico com data do mês de contratação, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido;
(j) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
(k) Certidão de nascimentos dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
(l) Comprovante de residência atual;
(m) Certidão negativa de antecedentes criminais;
(n) Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
(o) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

O candidato convocado deverá apresentar fotocópias dos documentos exigidos juntamente com os originais para autenticação, ou fotocópias autenticadas em cartório. (Item 10.3 do Edital 01/2024 do Concurso Público).

O candidato é responsável pelos custos da emissão e entrega dos documentos, solicitados neste Edital (Item 10.3 do Edital 01/2024 do Concurso Público).

CARGO: Educador Infantil - 40 horas

Candidato(a)	Classificação
Monica Adriely Galvão	2

CARGO: Odontólogo - 20 horas

Candidato(a)	Classificação
Maria Natalia Siqueira Ramos	3

Altamira do Paraná, 16 de agosto de 2024.

JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Aparecida da Cruz
Código Identificador:6D422ACE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no 70º, do Decreto Municipal n. 222/2023 e ao disposto art. 74, incisos II, da Lei Nacional n. 14.133/2021, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74 da Lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2024.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: Contratação de show artístico com a dupla, Emerson & Gabriel, gerenciado pelo empresário exclusivo PLAY PRODUÇÕES LTDA CNPJ: 48.446.428/0001-99 a realizar-se no dia 09 (Nove) de novembro do ano de (2024) dois mil e vinte e quatro, para animação do 63º Sexagésimo Terceiro aniversário da emancipação do Município de Amaporã.

Favorecido: PLAY PRODUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 48.446.428/0001-99.

Valor Total: O valor máximo para contratação do objeto da presente licitação é de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), sendo incluso apresentação, hospedagem, transporte e alimentação de toda equipe.**

Fundamento Legal Art. 70º, do Decreto Municipal n. 222/2023, c/c art. 74, incisos II, da Lei Federal n. 14.133/2021.
Justificativa Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade de licitação nº 011/2024.

Dotação Orçamentária:

08004133920011205533390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no parágrafo único do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Amaporã/PR, em 16 de agosto de 2024.

MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi
Código Identificador:AD66FDC8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO - DISPENSA 14/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2024 ID 3212

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2024

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: SURA SEGUROS S/A, inscrito no CNPJ nº **33.065.699/0001-27.**

***DO OBJETO:* CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**

DO VALOR:
O valor máximo para contratação do objeto desta licitação é de **R$ 12.750,00 (Doze mil setecentos e cinquenta reais).**

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2024, e superávit do ano de 2023, através das dotações abaixo:

04001041220003201033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
08001121220003216433903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001101220003216333903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001103010010206033903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
09001103050010209733903900000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
03.1 O Município de Amaporã efetuará o **pagamento parcelado em 6 (seis) parcelas iguais, sendo 1 + 5**, através de Boleto Bancário, após emissão da Apólice de Seguros

DA VALIDADE:
A vigência do presente contrato será de 12 meses.

Amaporã/PR, 16 de agosto de 2024.

Município de Amaporã
MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi
Código Identificador:EA1452DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃOPROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024 SRP Nº 035/2024

O **Município de Amaporã**, através da **Comissão de Contratação**, designada pela Portaria nº 001/2024, de 08/01/2024, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, Lei Complementar 123/2006, e demais legislações aplicáveis, torna público que está suspenso a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024.**

Considerando requerimento das empresas para conferência dos valores dos itens da licitação referente aos preços fica suspensa a abertura do certame marcada para o dia 19/08/2024, para análise, sendo remarcado e publicado novamente dentro dos próximos dias.

Amaporã/PR, 16 de agosto de 2024.

RENAN MAURICIO DE OLIVEIRA REBUSSI
Pregoeiro Substituto

Publicado por:
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi
Código Identificador:4E7EE03C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 103/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2024
Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto do ano 2024, autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, nos autos do processo de Pregão Eletrônico nº. 022/2024, Processo de Registro de Preços nº. 014/2024, da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de equipamentos permanente para utilização nos diversos Departamentos do Município de Anahy-PR, conforme especificações contidas no Anexo I.
2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
2.1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A empresa **FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA** – **CNPJ 42.727.372/0001-64** sediada na Rua Porto Grande 120, Porto Grande – Araquari/SC, CEP89.245-000, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. Ademir Formigari, portador do Documento de Identidade nº 1228875, inscrito no CPF sob o nº 584.656.269-87, Tel: (47) 99737-0584 - licitacao@moveisformigari.com.br.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
12, 22, 23 e 25	FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ: 42.727.372/0001-64	R$ 8.970,00 (oito mil e novecentos e setenta reais).
Valor Total	**R$ 8.970,00 (oito mil e novecentos e setenta reais).**	

O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:E533BAB0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 092/2024 ADVINDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº. 031/2023 - REGISTRO DE PREÇOS Nº. 027/2023

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº **95.594.800/0001-94**, com sede à Rua Vereador Leonardo Dobicz, nº 591, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CARLOS ANTONIO REIS**, brasileiro, casado, residente domiciliado na cidade de Anahy, sito, Rua Bandeirantes, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 525.179.269-72 e Portador da Cédula de Identidade nº. 3.926.005-0 SSP/PR. **CONTRATADA:** A empresa **PS MECANICA DIESEL LTDA, CNPJ: 02.415.703/0001-06**, sediada na Rua Inês Maria Reicher, 46, distrito industrial, na cidade de Cafelândia Paraná, CEP: 85.415-000, neste ato representada pela sua Sócia Administradora o Srª. Roseli de Souza Pereira Vizzotto, CPF: 738.983.929-53 e RG: 3.296.034-0/SESPPR. **OBJETO:** O objeto do presente instrumento contratual é a aquisições de peças, acessórios e serviços de mão de obra para ônibus e caminhões da frota do Município de Anahy-PR. **VALOR CONTRATUAL:** O valor global do presente contrato é de R$ 352.025,64 (trezentos e cinquenta e dois mil e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para o período de 06 (seis) meses, com pagamento que se fará por meio de ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado. **VIGÊNCIA:** Este contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo este prazo ser prorrogado pelo mesmo período ou rescindido se assim convir a Administração Municipal. O presente contrato terá vigência de 16 de agosto de 2024 até 16 de fevereiro de 2025. **DOTAÇÃO:** Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia –Paraná.

Anahy-PR, 15 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:8ABA9109

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2024
Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto do ano 2024, autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, nos autos do processo de Pregão Eletrônico nº. 022/2024, Processo de Registro de Preços nº. 014/2024, da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de equipamentos permanente para utilização nos diversos Departamentos do Município de Anahy-PR, conforme especificações contidas no Anexo I.
2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
2.1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A empresa **J U V DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no **CNPJ sob nº45.298.461/0001-20**, com sede na rua Eugênio Viapiana, nº28, Loteamento Jacoski, na cidade de São José do Cedro-SC, representada por seu Administrador o Sr. Jackson Ubiratã Vargas, RG 1.945.008 SSP/SC e CPF n. 788.067.049-15, brasileiro, microempresário, divorciado, residente e domiciliado na rua Eugenio Viapiana, nº 28, na cidade de São José do Cedro-SC, Fone: (49) 36430805 E-mail: juvdistribuidora@gmail.com.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
26, 29 e 36	JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 45.298.461/0001-20	R$ 64.580,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos e oitenta reais).
Valor Total		**R$ 64.580,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos)**

O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:51D06F8B

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 032/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2024 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.192/2023

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de construção de 2.000 metros de terraço conforme descrições técnicas deste Termo de Referência. **DATA E HORA PARA INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 19/08/2024 às 09h**. DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 22/08/2024 às 08h. **DATA DA DISPUTA:** 22/08/2024 às 09h00**. HORÁRIO DA FASE DE LANCES**: Das 09h00 às 10h00. **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO**: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.atende.net ou por e-mail: licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 3249-1149.

Anahy-PR, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:B62BA5E1

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 094/2023 - PREGÃO ELETRONICO N°. 032/2023.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ANAHY** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, n°. 591, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CARLOS ANTONIO REIS,** brasileiro, casado, residente domiciliado na cidade de Anahy, sito, Rua Bandeirantes, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 525.179.269-72 e Portador da Cédula de Identidade nº. 3.926.005-0 SSP/PR, a seguir denominado **CONTRATANTE e**, de outro a empresa**, MIZAEL DA SILVA S/S LTDA** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Bandeirantes, 886, Centro, Anahy/PR CEP: 85.425-000, inscrita no **CNPJ nº. 23.723.046/0001-34**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **MIZAEL DA SILVA**, portador do RG: 66557120 SESP-PR e CPF: 021.334.379-75. Firmam o presente Contrato, sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, e ainda as que não explicitadas. Tendo em vista o que consta no Processo de Pregão Eletrônico nº. 032/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de fonoaudiologia, para atuar na rede municipal de ensino atendendo a escola e CMEIS do Município de Anahy-PR, com carga horária de 48 horas mensais. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado em até 12 (doze) meses, **O PRAZO DA VIGÊNCIA** previsto no contrato n°. 094/2023 firmado em 24 de agosto de 2023. A prorrogação compreende o período entre 25/08/2024 à 25/08/2025. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA**: Quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, acordam as partes em repactuar o valor do contrato aplicando-se o índice do IGPM de 1,03% (um vírgula zero três por cento) acumulado dos entre o mês 08/2023 (início da vigência atual) até o mês 07/2024 (último mês com índice cadastrado), Assim, o valor originalmente pactuado em R$ 65.832,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e trinta e dois reais) chega-se ao valor de R$ 68.349,35 (sessenta e oito mil trezentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos). **CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA:** Justifica o presente aditivo diante Do requerimento do departamento Municipal de Saúde e Parecer Jurídico em anexo. **CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**: A Administração Municipal optou de forma expressa pela aplicação da Lei 8.666/1993, conforme se depreende da parte preambular do contrato, dando cumprimento ao art. 191 da Lei no 14.133/2021.**CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**: Foro da Comarca de Corbélia-Pr.

Anahy-PR, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:2F854833

SECRETARIA GERAL
DECRETO N° 2.319/2024

SÚMULA: Nomear a Junta Administrativa, que prestará Contas da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência - FIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas legalmente, em especial as disposições contidas no parágrafo 1º, do artigo 46 da Lei Municipal nº 655/2015 de 26 de maio de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e

Considerando o parágrafo 4º do artigo 43, Seção I, da Criação e Natureza do Fundo, Capítulo III, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, da Lei Municipal nº 655/2015 de 26 de maio de 2015, que diz: o CMDCA ficará subordinado ao Executivo Municipal, o qual, mediante Decreto Municipal do Chefe do Executivo, regulamentará sua administração, bem como a prestação de contas dos respectivos recursos;

Considerando o parágrafo 1º, do artigo 46, seção III, do Gerenciamento do Fundo Municipal, da Lei Municipal nº 655/2015 de 26 de maio de 2015, que diz: O FMDCA é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por Decreto Municipal, deverá nomear uma junta administrativa, composta por, pelo menos, um gestor e um tesoureiro, dentre servidores municipais efetivos;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Junta Administrativa, a quem compete à administração Contábil e Prestação de Contas da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência - FIA, os seguintes membros:

I – Jane Balbino de Souza, e
II – Adeusa Nazareth de Lima Ferreira.

PARÁGRAFO ÚNICO – A representação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência – FIA se dará mediante assinatura conjunta dos dois servidores ora designados.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F3B56A2F

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2024 - CONCURSO PÚBLICO 001/2024

O Prefeito municipal de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2024 pelo Edital nº 015/2024 de 02 de julho de 2024; CONVOCA os candidatos aprovados e relacionados abaixo para comparecerem na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal com seus documentos pessoais num prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação deste Edital.

CONVOCA:

CANDIDATO(A)	CARGO
JOSÉ MARIA ROTTA	TRABALHADOR BRAÇAL
ANA PAULA DA SILVA	TRABALHADOR BRAÇAL

O não comparecimento ou a falta de apresentação dos documentos ensejará a desclassificação do candidato.

Anahy/PR, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:DCC12A17

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 6.242/2024.

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a Servidor Efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias ao Servidor Efetivo Elias Ferreira dos Santos Junior, portador do RG. 9.345.758-7/PR, ocupante do cargo de Contador, matrícula funcional nº 11266-2, lotado no Departamento de Administração.

Parágrafo Único: As férias referem-se ao período aquisitivo de: 03 de agosto de 2023 a 02 de agosto de 2024, que serão gozadas de: 13 à 22 de agosto de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:72384BE1

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 6.243/2024.

SÚMULA: Afasta Servidora Pública Municipal para ocupação de cargo eletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei nº 655/2015 de 26 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1° - Afastar a partir de 19 de agosto de 2024 para ocupação de cargo eletivo como Conselheiro Tutelar, a Servidora Pública Municipal Valcilene Fabris Rocha, portadora do RG. 5.519.606-0/PR, ocupante do cargo efetivo de Zelador, matrícula funcional nº 10820/1, lotada no Departamento Municipal de Ação Social.

Art. 2º - O cargo como servidora pública municipal permanecerá vago neste período.

Art. 3º - Considerando o termo de opção efetuado pela servidora municipal Valcilene Fabris Rocha (cfr. Autoriza o artigo 86, da Lei Municipal nº 655/2015), esta receberá o valor do subsídio devido aos Conselheiros Tutelares.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:50AC88C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA N.º 004/2024 - RETIFICAÇÃO

OBJETO: DOAÇÃO OU CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS (TERRENOS) - COM CLÁUSULA DE REVERSÃO - LOCALIZADOS PRÓXIMOS À RODOVIA ESTADUAL PR 092, ÀS MARGENS DA RODOVIA BR 369 (KM 38), E ÁREA INDUSTRIAL III, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE NATUREZA INDUSTRIAL, COMERCIAL, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2928 DE 11 DE JULHO DE 2017.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS: A partir do dia 19/08/2024.
INÍCIO DA SESSÃO: às 09h:00min do dia 07/10/2024.
TIPO DE JULGAMENTO: MELHOR TÉCNICA
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (43)3538-8100 (Ramal 228) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 16 de Agosto de 2024.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:04830C28

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 7° E 8º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 095/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
AOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TECNICOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **17/08/2024** e término em **16/08/2025**, com fundamento no Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 155.247,36** (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos), com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 16.08.2024

PREGÃO ELETRÔNICONº 060/2021

ASSINATURAS:

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

SILVANO DE SOUZA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:2C6C0909

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 7º E 8º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 096/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **18/08/2024** e término em **17/08/2025** com fundamento no ART. 57 INCISO II DA LEI 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 48.526,80** (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), com fundamento no art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 16.08.2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

ASSINATURAS:

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7BAADB41

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 7º E 8º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 097/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **18/08/2024** e término em **17/08/2025** com fundamento no ART. 57 INCISO II DA LEI 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 48.526,80** (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), com fundamento no art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 16.08.2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

ASSINATURAS:

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C5C878CD

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.18.443 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

***IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,*

R E S O L V E:

***Art. 1º.** Conceder 19 dias de férias remanescentes, a partir do dia 20 de agosto de 2024, a Servidora Pública Municipal **MIKAELY ALVES MOREIRA,** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo: 18-04-2020 a 17-04-2021.*

***Art. 2º**. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

***Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrario.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9C92B27E

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.18.444 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

***IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,*

R E S O L V E:

***Art. 1º.** Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 08 de setembro de 2024, a Servidora Pública Municipal **MIKAELY ALVES MOREIRA,** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo: 18-04-2021 a 17-04-2022.*

***Art. 2º**. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

***Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrario.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9132B633

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.493 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

***IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,*

D E C R E T A:

***Art. 1º -** Fica exonerada**,** a pedido, a partir do dia 19 de agosto de 2024, do cargo de **CHEFE DIVISÃO MATERIAIS SECRETARIA DA SAÚDE,** a Servidora Pública Municipal **AMABILA GABRIELE GANDRA LINO TACONI**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.*

***Art. 2° -** Este decreto entra em vigor nesta data,*

***Art. 3° -** Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E4401310

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.445 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

***IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,*

R E S O LV E:

***Art. 1º.** Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de setembro de 2024, ao Servidor Público Municipal **GUSTAVO TACONI**, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo**:** 19-03-2023 a 18-03-2024.*

***Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

***Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrario.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:965C8632

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.494 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SÚMULA: Dispõe sobre o cancelamento de empenho não processado, que consta em restos a pagar e dá outras providências.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei, tendo em vista os artigos. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, artigo 36 da lei 4.320/64, artigos 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93.872/86, Decreto nº 6.708/2008, e;
Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;
Considerando que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto não ter sido entregue e/ou serviço não ter sido prestado.
Considerando que ocorreu a supressão (redução de valor) do contrato 16/2023.
Considerando que ocorreu equívoco na emissão parcial da nota de empenho referente à fonte de recurso utilizada no contrato 29/2023

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Andirá autorizado a cancelar o valor de **R$ 38.920,31 (trinta e oito mil, novecentos e vinte reais e trinta e um centavos),** referentes a saldo de empenho não processado dos exercícios de 2023 conforme abaixo:

Empenho	Data	Credor	Fonte	CANCELAR
3367	30/03/2023	J L GODOI CONSTRUTORA LTDA	1000	2.943,71
1493	06/02/2023	MMS PINOVA EQUIPAMENTOS E INSTALACOES ESPORTIVAS LTDA	3015	35.976,60
SOMA				**38.920,31**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:F2AF6046

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 1.225 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

GLAUCO TIRONI GARCIA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Portaria 1.156 de 19 de março de 2024, a qual interrompeu as férias a partir do dia 21 de março de 2024 da Servidora;
CONSIDERANDO a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, na Edição nº 2985 do dia 20 de março de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora **KERLIS SIMONE DE FREITAS**, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, 06 dias do período remanescente de férias, a partir de 09 de setembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 16 de agosto de 2024.

GLAUCO TIRONI GARCIA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:1ED7E77D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 1.226 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

GLAUCO TIRONI GARCIA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Portaria 1.214 de 18 de julho de 2024, a qual interrompeu as férias a partir do dia 22 de julho de 2024 do Servidor;
CONSIDERANDO a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, na Edição nº 3070 do dia 19 de julho de 2024;
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor **FERNANDO PREVIATO BAZZO**, ocupante do cargo de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, 08 dias do período remanescente de férias, a partir de 02 de setembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 16 de agosto de 2024.

GLAUCO TIRONI GARCIA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:8A92BEB3

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024

Autorizo a dispensa de licitação nº 009/2024, registro de preço para **CAMILA CRISTINA POLO**, inscrita no CNPJ sob o n° **08.888.229/0001-16**, no valor de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, e **M I P SOARES & SOARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **13.305.275/0001-85**, no valor de **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)** para **FORNECIMENTO DE MARMITAS E PÃES,** em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Andirá, 16 de Agosto de 2024.

GLAUCO TIRONI GARCIA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:A4663212

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2024

OBJETO: contratação de empresas especializada em manutenção, reparo de motos e aquisições de peças.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Das 00h:01m do dia 19/08/2024 até as 07h:59m do dia 22/09/2024; **PERIODO DE LANCES**: das 08h:00m as 14h:00m no dia 22/09/2024. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AVISO NA INTEGRA**: O aviso encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 1710. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 16 de agosto de 2024

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:AD81CFE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CISLIPA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N.º 06/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N.º 06/2024

Processo Administrativo n.º 213/2024
Processo Licitatório n.º 15/2024
Inexigibilidade n.º 06/2024
Credenciamento n.º 04/2024

O Sr. Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Ratifico todos os atos, praticados no presente procedimento licitatório, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021;

Homologo o Processo de Inexigibilidade nº 06/2024, que tem por Objeto: "**Credenciamento Público de Pessoas Jurídicas na Área de Saúde para Prestação De Serviços Especializados de atendimento da operacionalização dos serviços de Urgência e Emergência Samu 192 no Litoral do Paraná, e Prontos Atendimentos e Hospitais nos Municípios de Antonina e Pontal do Paraná**".

Com fulcro na Lei 14.133/2021, e conforme inteiro teor do processo administrativo n.º 213/2024.

Adjudico o objeto a Licitante Contratada **CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** CNPJ nº **40.388.611/0001-73** para o lote 02 e 03, **PMT CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA LTDA,** CNPJ nº **17.431.088/0001-07** para o lote 01, 02 e 03**,** VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 8.593.262,80 (oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)

Este Termo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Presidente Do CISLIPA

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:5226C375

CISLIPA
PORTARIA N.º 44/2024 - FISCAL DO CONTRATO 17/2024

PORTARIA N.º 44/2024

"Designa Fiscal de Contrato, para fiscalização do contrato n.º 17/2024".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 191/2024, Inexigibilidade n° 07/2024, resolve:

Artigo 1º. Designar o servidor **DANIELA MOREIRA DA SILVA – FARMACÊUTICA**como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 03 (três) meses e/ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADOS DO CONTRATO
CONTRATO **N°: 12/2024**
Contratada: **PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ: **N° 03.889.336/0001-45**

Objeto "Contratação de empresa especializada no fornecimento 100 (duzentos) equipo parenteral – SAMTRONIC – EM 04210000 e 50 (cinquenta) Equipo Fotoprotetor para atender às necessidades da Central de Regulação – SAMU 192".

Valor total do Contrato: R$ 4.469,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais).

Artigo 2º. Ao Fiscal do Contrato, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a

devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 art. 117, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Ler minuciosamente o contrato.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que os Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos ao Contrato sob fiscalização.

Artigo 6º. Esta Portaria entrará em vigor nessa data, revogando as disposições em contrário.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Presidente de CISLIPA

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:88EB66CE

CISLIPA
PORTARIA N.º 43/2024 - FISCAL DO CONTRATO 16/2024

PORTARIA N.º 43/2024

"Designa Fiscal de Contrato, para fiscalização do contrato n.º 16/2024".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 187/2024, Inexigibilidade n° 04/2024, resolve:

Artigo 1º. Designar o servidor **VINICIUS VARGAS GAGER - PROCURADOR GERAL** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 (doze) meses e/ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADOS DO CONTRATO
CONTRATO **N°: 16/2024**
Contratada: **FELIPE MIRANDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
CNPJ: **N° 28.502.422/0001-84**

Objeto "Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito do trabalho."

Valor total do Contrato: R$ 231.607,56 (duzentos e trinta e um mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Artigo 2º. Ao Fiscal do Contrato, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 art. 117, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Ler minuciosamente o contrato.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que os Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos ao Contrato sob fiscalização.

Artigo 6º. Esta Portaria entrará em vigor nessa data, revogando as disposições em contrário.

Paranaguá, 17 de agosto de 2024.

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Presidente de CISLIPA

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:AA09A027

CISLIPA
PORTARIA N.º 34/2024 - FISCAL DO CONTRATO 12/2024

PORTARIA N.º 34/2024

"Designa Fiscal de Contrato, para fiscalização do contrato n.º 12/2024".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 115/2024, Pregão Eletrônico n° 03/2024, resolve:

Artigo 1º. Designar o servidor **Renata de Andrade Britto Barboza – Chefe do Departamento de Almoxarifado e Frotas.** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 (doze) meses e/ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADOS DO CONTRATO
CONTRATO **N°: 12/2024**
Contratada: **AMB TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA**
CNPJ: **N° 10.275.087/0001-63**

Objeto "Locação de 2 (duas) ambulâncias de suporte básico (tipo B) ano 2023/2024, para atender as demandas do SAMU LITORAL."

Valor total do Contrato: R$ 271.680,00 (duzentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta reais)

Artigo 2º. Ao Fiscal do Contrato, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 art. 117, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Ler minuciosamente o contrato.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que os Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos ao Contrato sob fiscalização.

Artigo 6º. Esta Portaria entrará em vigor nessa data, revogando as disposições em contrário.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Presidente De CISLIPA

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:BA2AA63E

CISLIPA
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024

Processo Administrativo n.º 161/2024
Processo Licitatório n.º 11/2024
Pregão Eletrônico n.º 04/2024

O Sr. Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Ratifico todos os atos, praticados no presente procedimento licitatório, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021;

Homologo o Processo de Pregão Eletrônico de Licitação nº 04/2024, que tem por Objeto: "**Aquisição de Medicamentos (Soro Fisiológico) para atender as demandas do SAMU LITORAL e Municípios Consorciados".**

Com fulcro na Lei 14.133/2021, e conforme inteiro teor do processo administrativo n.º 161/2024.

Adjudico o objeto as Licitantes: **HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA**, CNPJ **87.749.060/001-75**, lote 03 valor total contratado R$ 432.400,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quatrocentos reais);

Sendo desclassificada a empresa **LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ **37.931.064/0001-16**, pelo não cumprimento com o prazo da entrega do lote o qual foi a vencedora;

Este Termo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 17 de agosto de 2024.

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Presidente Do CISLIPA

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:BCEA94DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 231/2024

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 39/2024 - PMA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 231/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: 27.040.990 DIEGO GUSTAVO QUERINO, CNPJ/MF: 27.040.990/0001-48.
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, Aquisição de berços com colchão infantil. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.365.0011.1.003.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

06.002.12.365.0011.1.003.4.4.90.52.00.00. - 1028 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano,contado da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e DIEGO GUSTAVO QUERINO.
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024.

Publicado por:
Luciana Geraldo
Código Identificador:7A60BDE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO 1° ADITIVO CONTRATO N° 221/2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO – N°221/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2023-PMA

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** – CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: **PREMIUM CALHAS E RUFOS LTDA–** CNPJ: 33.233.854/0001-77;
OBJETO: Fica acordado, a partir desta data, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) à quantidade referente ao lote nº 01, nos termos do parecer jurídico.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Mario Sergio Salazar.
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:ADD1FDB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DECISÃO - PAS 046/2024

À
Sra. Isabel Aparecida Pinto e Ivanilda Aparecida de Oliveira Ribeiro
Rua Rui Barbosa, 166 – Vila Nova Astorga
Astorga – PR – 86.730-000

Prezadas Senhoras,

Servimo-nos do presente, para levar ao conhecimento de V.Sª a decisão pela aplicação de multa, proferida junto ao Auto de Infração de nº 046/2024, no valor equivalente a 05 Unidades Fiscais do Município (UFM), considerando valor unitário atual de R$ 254,73 (Duzentos e cinqüenta e quatro reais e setenta e três centavos), totalizando **R$ 1.273,65 (Um mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos),** em virtude do descumprimento da **Lei Complementar nº 2.017/2008 (Código de Postura do Município)**, no que diz respeito ao imóvel **Quadra 2, Lote 12, Cadastro Imobiliário 2245,** localizado na **Rua Rui Barbosa**, que apresenta mato alto, propiciando o favorecimento à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor ao **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Esclarecemos que, nos termos do:
Art. 128 - os proprietários, inquilinos, ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, lotes, glebas e outras áreas que ocupem;
A**rt. 128, § 2º, inc. II -** expirado o prazo, o Poder Executivo Municipal poderá executar os serviços de limpeza e remoção dos detritos, exigindo do proprietário, além do pagamento de multa, o ressarcimento das despesas efetuadas, acrescidas de 30% (trinta por cento) a título de administração.
Art. 67, As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.
Parágrafo único. O Município deverá ser ressarcido dos gastos provenientes da reparação dos danos resultantes de qualquer infração.
Ao autuado é assegurado o direito de recorrer da presente decisão, apresentando recurso em primeira instância, no prazo de 15 dias úteis.
Não apresentando o primeiro recurso, será definitivo o primeiro julgamento.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos sua colaboração e ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.

Após, baixa e arquivamento do auto.

Astorga – PR, 16 de Agosto de 2024.

BRUNO LEANDRO SANTINI
Fiscal Sanitário

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:A56206D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JULGAMENTO FISCAL

1 - FUNDAMENTAÇÃO
1.1 - SOBRE O AUTO DE INFRAÇÃO
Verifica-se no **Auto de Infração nº 46/2024** de 02 de Julho de 2024 a existência de irregularidade sanitária quanto à questão de mato alto propiciando o **FAVORECIMENTO** à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Justifica-se então correta **Infração** e **Processo Administrativo Sanitário**, em vista que a irregularidade encontrada está claramente citada nas páginas deste processo.
Em visita realizada pela **Vigilância Sanitária** no dia 15 de Agosto de 2024 às 10:05h, constatamos que o imóvel citado continua apresentando situação **irregular**, necessitando de limpeza imediatamente.

1.2 SOBRE A DEFESA
O infrator não apresentou quaisquer formas de **defesa prévia** dentro do prazo previsto de **15** dias úteis descrito no **Auto de Infração nº 46/2024** de 02 de Julho de 2024. O qual foi publicado junto ao Diário Oficial em 03 de Julho de 2024, dando ciência as partes interessadas, conforme publicação anexada.
Não há existência de **Processo Administrativo Sanitário** transitado em julgado nos arquivos da **Vigilância Sanitária**.

2 – DECISÃO
Assim, plenamente demonstradas às irregularidades através do **Auto de Infração nº 46/2024** de 02 de Julho de 2024, acima citado e nas provas documentais apresentadas, fica o infrator sujeito as penalidades cabíveis em legislação.
Com base no **Art. 147 da Lei Complementar 2.017/2008**, visto a infração do **Art. 128 da Lei Complementar 2.017/2008**, considerando imagens do dia 15 de Agosto de 2024 às 10:05h, provando que o infrator não atendeu as exigências da regularização da limpeza do imóvel; e o fato de não existir processo administrativo sanitário transitado em julgado contra o recorrente em vigência, caracterizando ser primário o infrator, fica a infração sanitária classificada como grau **MÍNIMO**, previsto no **Art. 73 da Lei Complementar 2.017/2008**, cominada a penalidade de **MULTA**, no valor de R$ 1.273,65 (Um mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Astorga – PR, 15 de Agosto de 2024.

BRUNO LEANDRO SANTINI
Fiscal Sanitário

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:47E837A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DECISÃO - PAS 047/2024

Ao
Sr. Manoel Antonio Bezerra
Rua Aracaju, 45 – Vila Nova
Astorga – PR – 86.730-000

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente, para levar ao conhecimento de V.Sª a decisão pela aplicação de multa, proferida junto ao Auto de Infração de nº 047/2024, no valor equivalente a 05 Unidades Fiscais do Município (UFM), considerando valor unitário atual de R$ 254,73 (Duzentos e cinqüenta e quatro reais e setenta e três centavos), totalizando **R$ 1.273,65 (Um mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos),** em virtude do descumprimento da **Lei Complementar nº 2.017/2008 (Código de Postura do Município)**, no que diz respeito ao imóvel **Quadra 5, Lote 1-A, Cadastro Imobiliário 379,** localizado na **Rua Aracaju**, que apresenta mato alto, propiciando o favorecimento à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor ao **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Esclarecemos que, nos termos do:
Art. 128 - os proprietários, inquilinos, ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, lotes, glebas e outras áreas que ocupem;
A**rt. 128, § 2º, inc. II -** expirado o prazo, o Poder Executivo Municipal poderá executar os serviços de limpeza e remoção dos detritos, exigindo do proprietário, além do pagamento de multa, o ressarcimento das despesas efetuadas, acrescidas de 30% (trinta por cento) a título de administração.
Art. 67, As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.
Parágrafo único. O Município deverá ser ressarcido dos gastos provenientes da reparação dos danos resultantes de qualquer infração.

Ao autuado é assegurado o direito de recorrer da presente decisão, apresentando recurso em primeira instância, no prazo de 15 dias úteis.
Não apresentando o primeiro recurso, será definitivo o primeiro julgamento.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos sua colaboração e ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.

Após, baixa e arquivamento do auto.

Astorga – PR, 16 de Agosto de 2024.

BRUNO LEANDRO SANTINI
Fiscal Sanitário

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:431B430C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JULGAMENTO FISCAL

1 - FUNDAMENTAÇÃO
1.1 - SOBRE O AUTO DE INFRAÇÃO
Verifica-se no **Auto de Infração nº 47/2024** de 02 de Julho de 2024 a existência de irregularidade sanitária quanto à questão de mato alto propiciando o **FAVORECIMENTO** à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Justifica-se então correta **Infração** e **Processo Administrativo Sanitário**, em vista que a irregularidade encontrada está claramente citada nas páginas deste processo.
Em visita realizada pela **Vigilância Sanitária** no dia 15 de Agosto de 2024 às 09:41h, constatamos que o imóvel citado continua apresentando situação **irregular**, necessitando de limpeza imediatamente.

1.2 SOBRE A DEFESA
O infrator não apresentou quaisquer formas de **defesa prévia** dentro do prazo previsto de **15** dias úteis descrito no **Auto de Infração nº 47/2024** de 02 de Julho de 2024. O qual foi publicado junto ao Diário Oficial em 03 de Julho de 2024, dando ciência as partes interessadas, conforme publicação anexada.
Não há existência de **Processo Administrativo Sanitário** transitado em julgado nos arquivos da **Vigilância Sanitária**.

2 – DECISÃO
Assim, plenamente demonstradas às irregularidades através do **Auto de Infração nº 47/2024** de 02 de Julho de 2024, acima citado e nas provas documentais apresentadas, fica o infrator sujeito as penalidades cabíveis em legislação.
Com base no **Art. 147 da Lei Complementar 2.017/2008**, visto a infração do **Art. 128 da Lei Complementar 2.017/2008**, considerando imagens do dia 15 de Agosto de 2024 às 09:41h, provando que o infrator não atendeu as exigências da regularização da limpeza do imóvel; e o fato de não existir processo administrativo sanitário transitado em julgado contra o recorrente em vigência, caracterizando ser primário o infrator, fica a infração sanitária classificada como grau **MÍNIMO**, previsto no **Art. 73 da Lei Complementar 2.017/2008**, cominada a penalidade de **MULTA**, no valor de R$ 1.273,65 (Um mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Astorga – PR, 15 de Agosto de 2024.

BRUNO LEANDRO SANTINI
Fiscal Sanitário

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:A9E5C0F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N.º 16/2024

RESOLUÇÃO N.º 16/2024

Súmula: Aprova o TERMO DE ADESÃO e o PLANO DE AÇÃO referente à repasse Estadual.

O Conselho Municipal de assistência social de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal n.º 616/2011, alterada pela Lei Municipal n.º 646/2011, Lei Municipal n.º 1052/2018 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, torna público que, em **Assembleia Ordinária** realizada em 15/08/2024, o colegiado

RESOLVEU:

Art. 1º - - Aprovar o TERMO DE ADESÃO e o PLANO DE AÇÃO referente ao repasse: Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, no valor de 84.000,00 anual.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 15/08/2024.

Balsa Nova, 16 de agosto de 2024.

GISELE RODRIGUES PADILHA FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova - PR

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:A0D1065A

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00009, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00009, de 16 de Agosto de 2024.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOSE FRANCO PELLIZZAR	109.49X.XXX-20	7443 /00031/2024
JOSE FRANCO PELLIZZAR	109.49X.XXX-20	7443 /00032/2024
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: PEDRINHO DURAU	Matrícula: 00047065	
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 5	Assinatura:	
Data de afixação: 16/08/2024		
Data de desafixação: 31/08/2024		

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:D5D440AE

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2024

AVISO DE SUSPENSÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2024
OBJETO: "Contratação de seguro para o veículo Strada placa BDL-1C54", nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Venho por meio deste comunicar aos interessados que a Dispensa Eletrônica em epigrafe está sendo **"SUSPENSA"** mediante a necessidade de adequações:
Retirada da Exclusidade ME / EPP;
Adequações no termo de referência;
Conforme retorno do pedido de esclarecimento – disponibilizado na íntegra no portal de transparência do município. (https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2024&tipoLicitacao=7&licitacao=21).
Após as adequações, será publicado novo edital, respeitando-se os prazos legais de publicidade, com nova data para abertura da sessão.

Balsa Nova/PR, 16 de agosto de 2024.

SUÉLI LUCIANE ROECKER DE SOUZA
Agente de Contratação
Portaria nº 05/2024

Publicado por:
Suéli Luciane Roecker de Souza
Código Identificador:1F7C473D

ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

ADMINISTRAÇÃO

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA (CNPJ: 76.105.527/0001-42) torna público que requereu ao Instituto Água e Terra (IAT), a **Licença Ambiental Simplificada** para **Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos** a ser implantada na **Rua Alberto Leshinowiski, 1000, Rio Verde, Balsa Nova-PR**.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 19 de agosto de 2024.

MARCOS ANTÔNIO ZANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:CDAE5BAC

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2024

OBJETO: Registro de Preços para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sepultamentos**, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 189.917,50 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 20/08/2024 às 08h 14m do dia 30/08/2024.
Abertura das Propostas: das 08h 15m do dia 30/08/2024 às 09h do dia 30/08/2024.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h 01m do dia 30/08/2024.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 16 de agosto de 2024.

SUÉLI LUCIANE ROECKER DE SOUZA
Pregoeira
Portaria nº 05/2024

Publicado por:
Suéli Luciane Roecker de Souza
Código Identificador:21A3FAF5

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual **Contratação da prestação de serviços especializados em lavagem, limpeza e**

higienização de veículos pertencentes a frota municipal, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 312.607,58 (trezentos e doze mil e seiscentos e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 20/08/2024 às 08h15min. do dia 30/08/2024.
Abertura das Propostas: das 08h16min. do dia 30/08/2024 às 09h00min. do dia 30/08/2024.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01min. do dia 30/08/2024.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, *datado e assinado eletronicamente*.

PATRIK ALVES
Pregoeiro
Portaria nº 05/2024

Publicado por:
Suéli Luciane Roecker de Souza
Código Identificador:37783333

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 446/2024

PORTARIA Nº. 446/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial ao contido no art. 98, §2° e §3° da Lei Federal 8112/90, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo n° 17520/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a redução de carga horária ao servidor **RAIMUNDO RENATO DA SILVA NETO**, matrícula 4733-8, cargo de Enfermeiro, em 20 horas semanais.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 16 de agosto de 2024.

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo
Código Identificador:10E43ADB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 447/2024

PORTARIA Nº 447/2024

2ª Prorrogação do Contrato Administrativo – Processo Seletivo Simplificado – Processo Administrativo nº 6515/2021
Chamada Pública nº 01/2022

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública n° 01/2022 - Processo Administrativo Nº 6515/2021.

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da **Chamada Pública nº 01/2022**, por mais 02 meses de 19/08/2024 a 18/10/2024.
MÁRCIA RIBEIRO DOS SANTOS
Cargo: Auxiliar Educacional
Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Processo Administrativo nº 6515/2021

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 16 de agosto de 2024

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:74606F49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13-2024

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2024
(PROCESSO ADMINISTRATIVO n.° 24/2024-SAAE)
O **SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, 992 – centro – nesta cidade de Bandeirantes Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 75.624.478/0001-91, através da Diretoria, torna público para conhecimento dos interessados a realização da **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **[*MENOR PREÇO POR ITEM,*** no portal de compras da BLL https:///www.bll.org.br nos termos do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no Artigo 5° §1° do Decreto Municipal 3621/2023, do artigo 158 Decreto n.º 3.537/2023, do Decreto n.º 3.621/2023, Lei Municipal 4169/2022 de 27 de junho e 2022 e demais legislação aplicável, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA CENTRÍFUGA NORMALIZADA, MONOESTÁGIO, MANCALIZADA COM VAZÃO DE 40M³/HORA, ALTURA MANOMÉTRICA DE 110 M.C.A PARA RECALQUE DE ÁGUA DO POÇO BELA VISTA, LOCALIZADO NA AVENIDA ANTONIO MARTINS PINHÃO S/N, BAIRRO BELA VISTA, PERTENCENTE AO SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 22.090,88 (vinte e dois mil, noventa reais e oitenta e oito centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS:
De: **16/08/2024 até 23/08/2024 às 17h:30min.**

PERÍODO DOS LANCES:
De: **26/08/2024 das 08h:30min até as 14h:30min.**
Totalizando o prazo de 6 (seis) horas, conforme Artigo 10 do Decreto Municipal 3621/2023.

DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E LEI FEDERAL 14.133/2021.

A retirada do Aviso e seus Anexos, poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://saaebandeirantes.com.br ou www.bll.org.br e também no Departamento de Licitações do SAAE-Bandeirantes-Pr., a partir do dia: **16/08/2024.**

Bandeirantes, 15 de agosto de 2024.

JOÃO GUIN FILHO
Diretor

Publicado por:
Gilmara Cristina Neri
Código Identificador:4140CF6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2024 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Edenilson Aparecido Miliossi, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***627079**, portador da carteira de identidade n.º *737.444*, e

CONTRATADA: 55.858.241 PAULA FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO, CNPJ: 55.858.241/0001-68.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 21/ 2024.

OBJETO: DISPENSA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A EQUIPE DA TERCEIRA IDADE REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM SUAS ATIVIDADES, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E AVENTAIS PARA A FESTA DO PORCO GARANTIDO 2024 DE BARBOSA FERRAZ.

VALOR: R$ 13.375,00 (treze mil, trezentos e setenta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/08/2024

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 16 de Agosto de 2024

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:EC778231

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 12/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 62/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 62/2024

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos Artigo Nº Lei 14133/2021 Art. 74 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor R.M. EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 15.071.617/0001-75, com sede/domicílio na(o) NENHUM, 152 - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE SHOW CONSAGRADO COM JÃO E THIAGO A SER REALIZADO NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, FESTA ALUSIVAS AO 64º ANIVERSÁRIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.**
Pelo **VALOR DE 25.000,00(VINTE E CINCO MIL REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 16/08/2024.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 12/2024**

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Edmar Gardioli
Código Identificador:75718095

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 13/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 63/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 63/2024

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos Artigo Nº Lei 14133/2021 Art. 74 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor CLARA BORTOLAZZI DE FARIA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 51.536.581/0001-11, com sede/domicílio na(o) 10 R PIAUÍ, 119 - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE SHOW CONSAGRADO COM CLARA FARIA A SER REALIZADO NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, FESTA ALUSIVAS AO 64º ANIVERSÁRIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.**
Pelo **VALOR DE 20.000,00(VINTE MIL REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 19/08/2024.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 13/ 2024**

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Edmar Gardioli
Código Identificador:9B41EAF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 050/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: BANCO BRADESCO S.A.
Valor.....: R$ 36.020,00 (trinta e seis mil e vinte reais)
Vigência...: Início: 16/08/2024 Término: 06/05/2025
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL8/2024
Recursos...: Dotação: 38 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR MEIO DE GUIAS EMITIDAS PELO SETOR RESPONSÁVEL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGENCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO DOS VALORES ARRECADADOS

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 16/08/2024

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:96B24508

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL15/2024
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 16/08/2024
d) Objeto da Licitação: INSCRIÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS EM CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DENOMINADO "4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - COM OFICINAS PRÁTICAS", A SER REALIZADO NOS DIAS 04 A 06/09/2024 EM FOZ DO IGUAÇU/PR.
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

3696 - IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (32.651.451/0001-85)

TOTAL GERAL: R$ 9.560,00

Bela Vista da Caroba, 16/08/2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:8DAEB565

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121/2024

DECRETO Nº 121/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,
CONCEDER
Art. 1º Progressão Funcional à JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA, RG 14.xxx.xxx-6 SSP/PR, CPF 336.xxx.xxx-87, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Pedreiro, Nível "25" do Grupo Ocupacional – Administração geral, passando ao Nível "26", pela avaliação de desempenho, de acordo com a Lei Municipal 386/2011 de 11 de julho de 2011 e pela Portaria n° 096/2018 de 06 de Junho de 2018.

Art. 2° O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/07/2023, revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:FFE0F6BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
PORTARIA Nº 069/2024

Maria Teresinha Ritzmann, Diretora Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 680/99.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio para a servidora Simone Teresinha Grossklaus, matrícula 441, ocupante do Cargo Técnico de Enfermagem, em conformidade com a Lei Complementar 001/2001 em seu Capítulo IV.

Art. 2º. A licença é pelo o período de 90 (noventa) dias, compreendido entre 15/08/2024 a 12/11/2024, referente ao período aquisitivo 2014/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bituruna,15 de agosto de 2024.

MARIA TERESINHA RITZMANN
Diretora Presidente da Fundação
Municipal de Saúde.
Bituruna - PR

Publicado por:
Rubia Nalon
Código Identificador:7FCC4FB9

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
PORTARIA Nº 070/2024

Maria Teresinha Ritzmann, Diretora Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 680/99:
CONSIDERANDO o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 061/2024 publicada em 10 de julho de 2024, bem como o Parecer Jurídico anexo ao procedimento;
CONSIDERANDO o artigo 143 da Lei Complementar 001/2021 – Estatuto dos Servidores Públicos de Bituruna/PR;

RESOLVE:

Art. 1º Acatar o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância n° 001/2024, instaurada pela Portaria Nº 061/2024, com intuito de colher dados acerca da ocorrência de um acidente de trânsito na PR-170, no dia 18 de junho de 2024, envolvendo Ambulância da Fundação de Saúde de Bituruna, e determinar o arquivamento da Sindicância acima citada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bituruna, 15 de agosto de 2024.

MARIA TERESINHA RITZMANN
Diretora Presidente da Fundação
Municipal de Saúde.
Bituruna - PR

Publicado por:
Rubia Nalon
Código Identificador:E3CFD862

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
RESUMO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
CPF / CNPJ: 00.802.002/0001-02
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 056/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24.
Data Homologação: 02/08/2024
Data Assinatura: 05/08/2024
Vigência: Inicio 05/08/2024 – Termino 05/08/2025
Valor: R$: 5.183,19

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES**
CPF / CNPJ: 23.228.076/0001-74
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 057/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24.
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 6.013,65

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**
CPF / CNPJ: 67.729.178/0005-72Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 058/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 2.093,40

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI**
CPF / CNPJ: 25.279.552/0001-01
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 059/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 15.563,54

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
CPF / CNPJ: 85.477.586/0001-32
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 060/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24.
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 2.774,20

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**
CPF / CNPJ: 12.889.035/0001-02
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 061/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 12.460,00

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A**
CPF / CNPJ: 05.912.018/0001-83
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 062/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24.
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024

Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 19.869,40

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: M**ETTA FARMACEUTICA LTDA**
CPF / CNPJ: 42.496.258/0001-70
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 063/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 1.872,96

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **NOVA MEDICAMENTOS LTDA**
CPF / CNPJ: 41.365.113/0001-78
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 064/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 2.310,80

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CPF / CNPJ: 14.595.725/0001-84
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 065/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 2.197,00

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **NUTRI-ELE DIST. DE NUTRIÇÃO PROD MEDICOS E HOSP LTDA**
CPF / CNPJ: 46.381.269/0001-66
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 066/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 15.265,00

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**
CPF / CNPJ: 02.816.696/0001-54
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 067/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 69.976,11

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CPF / CNPJ: 04.355.394/0001-51
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 068/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 8.719,62

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP. LTDA**
CPF / CNPJ: 81.706.251/0001-98
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 069/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 10.723,41

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CPF / CNPJ: 00.656.468/0001-39
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 070/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 86.259,00

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**
CPF / CNPJ: 09.944.371/0001-04
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 071/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 974,50

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nome do Fornecedor: **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
CPF / CNPJ: 32.364.822/0001-48
Modalidade: Pregão Eletrônico
Número Processo: 09/2024
Número Licitação: 09/2024
Número Contrato/Aditivo: 072/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares injetáveis e específicos para uso hospitalar a serem utilizados no Hospital São Vicente de Paula e Unidades Básicas de Saúde no atendimento aos pacientes do município, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Conforme meta da LDO 14,15,20,24
Data Homologação: 14/08/2024
Data Assinatura: 16/08/2024
Vigência: Inicio 16/08/2024 – Termino 16/08/2025
Valor: R$: 17.900,00

Publicado por:
Rubens Nieviadomski
Código Identificador:CB73A5A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2023 ADITIVO N.º 002/2024

O Município de Bituruna, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 81.648.859/0001-03, sito na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, senhor RODRIGO ROSSONI, RG nº 6.944.953-0 SSP-PR, CPF/MF 041.179.229-63, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa e **DUTRI ENGENHARIA METALÚRGICA LTDA**, CNPJ 21.188.542/0001-00, localizada na Rua João Marques de Oliveira, 387, Bairro Morumbi, Cidade de Cascavel - PR, neste ato representada conforme contrato original, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei n° 8.666/93, de 21 de julho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital do Processo nº 013/2023 – Tomada de Preços p/ Obras e Serv. Engenharia n.º 1/2023, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1 Fica aditado em 3,9821% em relação ao contrato original o objeto do contrato n.º 043/2023, que visa a Construção de passarelas metálicas em regime de empreitada por preço global, de acordo com projetos, especificações técnicas e memoriais, totalizando o valor de R$ 17.062,02 (dezessete mil e sessenta e dois reais e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO
2.1 O Aditamento Contratual ao objeto fundamenta-se no Art.65, Inciso II, § 1º, da Lei 8.666/93, a seguir:
"Art.65.Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
II-Por acordo das partes:
§1oO contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento)do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento)para os seus acréscimos."

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA
3.1 O aditivo do objeto justifica-se considerando a solicitação efetuada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Parecer Jurídico, Parecer Técnico e Planilhas de cálculos, cujos documentos são partes integrantes deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA - FORO
4.1 Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bituruna, 17 de agosto de 2024.

RODRIGO ROSSONI
Contratante

DUTRI ENGENHARIA METALÚRGICA LTDA
Contratado

Publicado por:
Eduardo Ribas Conrado
Código Identificador:E6974E64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 228/2024

PORTARIA N° 228/2024
DATA: 07/08/2024

SÚMULA: Concede Diárias.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Diárias aos servidores municipais, lotados na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Nome: CLEVERSON SILVESTRO RAMOS
Função: DIRETOR GERAL DA SAÚDE
Cidade: MARINGÁ - PR.
Quantidade de diárias: 1,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 525,00

Nome: PAMELA CRISTINA FRIGO
Função: DIRETORA HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ
Cidade: MARINGÁ - PR.
Quantidade de diárias: 1,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 525,00

Nome: MARIA APARECIDA BORGES DE ARAUJO
Função: ENFERMEIRA
Cidade: MARINGÁ - PR.
Quantidade de diárias: 1,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 525,00

Nome: MAYCON JEFERSON DOS REIS
Função: DIRETOR DE TRANSPORTE DE SAÚDE
Cidade: MARINGÁ - PR.
Quantidade de diárias: 1,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 525,00

Data: 07/08/2024 à 08/08/2024.

Justificativa: Viagem realizada quando em participação no Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes do Noroeste Paranaense.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 07 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:4EF551A0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 235/2024

PORTARIA N° 235/2024
DATA: 10/08/2024

SÚMULA: Concede Diárias.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diárias ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: JOSÉ PARDINHO ROCHA
Função: MOTORISTA DE TRANSPORTE SANITÁRIO TEMPORÁRIO
Cidade: GUARAPUAVA - PR.
Quantidade de diárias: 0,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 175,00
Data: 10/08/2024.
Justificativa: Viagem a Guarapuava/PR, buscar paciente no Hospital BERNADO RIBAS CARLI para realização de consulta.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 10 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:FCDA68C4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 234/2024

PORTARIA N° 234/2024
DATA: 10/08/2024

SÚMULA: Concede Diárias.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diárias ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: MAYCON JEFERSON DOS REIS
Função: DIRETOR DE TRANSPORTE
Cidade: CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data: 10/08/2024.
Justificativa: Viagem a Curitiba/PR, buscar paciente de alta no Hospital Pequeno Principe.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 10 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:1F4099BD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 236/2024

PORTARIA N° 236/2024
DATA: 12/08/2024

SÚMULA: Concede Diárias.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diárias ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: JOSE ESPRUENCIO
Função: MOTORISTA DE TRANSPORTE SANITÁRIO
Cidade: GUARAPUAVA - PR.
Quantidade de diárias: 0,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 175,00
Data: 12/08/2024.
Justificativa: Viagem a Guarapuava/PR, levar paciente no Hospital BERNARDO RIBAS CARLI para realização de consulta.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 12 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:6B44A5C2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 229/2024

Decreto nº 229/2024 Data 24/07/2024

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **783/2023** de **20/12/2023.**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 692.811,77 (seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e onze reais e setenta e sete centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
84 - 3.3.90.40.00.00	504	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	88.000,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.001		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
528 - 4.4.90.52.00.00	825	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	369.400,00
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**	
451 - 4.4.90.51.00.00	825	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
109 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.452.0005.2.021		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS**	
128 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.1.010		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS**	
527 - 4.4.90.51.00.00	902	OBRAS E INSTALAÇÕES	108.859,10
08.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO, IDOSO**	
216 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
08.002		**DIVISÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
08.002.08.244.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA**	
429 - 3.3.90.30.00.00	946	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
475 - 3.3.90.39.00.00	946	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
10		**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.003		**DIVISÃO DE TURISMO**	
10.003.23.695.0014.2.086		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
481 - 4.4.90.51.00.00	896	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.552,67
Total.....:			**692.811,77**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Excesso de Arrecadação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
Receita: 1.7.2.9.51.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	30.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	66.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	88.000,00
Receita: 2.4.5.1.01.01.01.00 - CONVÊNIO ITAIPU	369.400,00
Receita: 2.4.1.9.51.01.00.00 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	5.552,67
Receita: 2.4.1.9.51.01.00.00 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	108.859,10
Receita: 2.4.5.1.01.01.01.00 - CONVÊNIO ITAIPU	25.000,00
Total.....:	**692.811,77**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 24 Julho 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:DFE5519C

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 001 DE 2024 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 001, de 13 de Agosto de 2024.

O Conselho Municipal de Saúde de Boa Vista da Aparecida – Paraná, no uso de suas atribuições, definidas na Lei Municipal N.º 51, de 31 de maio de 2009, a qual "institui o Conselho Municipal de Saúde de Boa Vista da Aparecida, e dá outras providências".
Considerando Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Considerando a Lei Federal N.º 8.142 de dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
Considerando a ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 2024, realizada no dia 02 de Agosto de 2024.

RESOLVE:
Art. 1.º Deliberação e aprovação da Resolução SESA N.º 1108/2023 para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Vista da Aparecida e a complementação de R$40.000,00 (quarenta mil reais) para adquirir veículo 0 Km para uso da Secretaria de Saúde.
Art. 2º Deliberação e aprovação da utilização de recurso livre da Secretaria de Saúde para reforma de uma casa de propriedade do município no Bairro Iguaçu, a qual será a base do SAMU, recurso livre no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais).
Art. 3º Deliberação e aprovação da adesão da Secretaria de Saúde à Resolução SESA N.º 921/2024 para a aquisição de dois ônibus para transportar pacientes.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.
Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 16 de agosto de 2024

ROZENILDA LORENÇO
Presidente do CMS/ Boa Vista da Aparecida/PR

Homologo a Resolução CMS/PR N.º 001/2024 nos termos de § 2º, Art. 1º, da Lei Federal N.º 8.142 de dezembro de 1990

ROSELI KLAUSS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:FC690DCB

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 028/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 028/2024

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS COMO CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE RODAS PARA BANHO, MULETAS, ANDADOR E COLCHÕES PNEUMÁTICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, APLICANDO SALDO REFERENTE AO RECURSO DA EMENDA IMPOSITIVA Nº 10/2023 AO PROJETO DE LEI Nº 077/2023 DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOA VISTA DA APARECIDA.**

- DATA DE ABERTURA: 30/08/2024
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 14 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:4C198D08

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 029/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 029/2024
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SOROS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSE E VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, GARANTINDO O ATENDIMENTO CONTINUO E DE BOA QUALIDADE A POPULAÇÃO ATENDIDA NA REDE SUS.**
- DATA DE ABERTURA: 02/09/2024
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br
A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 14 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:47EC8DBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N °1610/24 - EXONERA CARGO EM COMISSÃO

DECRETO Nº1610/24

Súmula: Exonera Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 16 de agosto de 2024, Jhenniffer Jhuliane Gasparetto CPF 131.902.049-69 RG 12.412.594-4 Pr, ocupante do cargo em provimento em Comissão de Chefe de Divisão CC4, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 16 de agosto de 2024.

OTAVIO MAURILIO A. G. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:6948A529

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 243/24 - DESIGNA MEMBROS COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSO PUBLICO

PORTARIA N 243/24

Designa membros para compor a Comissão Organizadora de Concurso Público.

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais de Concurso Público,

RESOLVE

Art.1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Organizadora de Concurso Público:

FUNÇÃO	SERVIDOR	ESCOLARIDADE
PRESIDENTE	CAIO MORILO SANTOS DE OLIVEIRA	**Pós Graduado**
MEMBRO	ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO	**Pós Graduada**
MEMBRO	PRISCILLA MARTINEZ DE BARROS POSSELT	**Pós Graduada**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 15 de agosto de 2024.

OTAVIO M. A. G. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:BB674959

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 244/24 - DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA DE CONCUSO PUBLICO

PORTARIA N 244/24

Designa membros para compor a Comissão Examinadora de Concurso Público.

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais de Concurso Público,

RESOLVE

Art.1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Examinadora de Concurso Público:

FUNÇÃO	SERVIDOR	ESCOLARIDADE
PRESIDENTE	CAIO MORILO SANTOS DE OLIVEIRA	**Pós Graduado**
MEMBRO	ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO	**Pós Graduada**
MEMBRO	PRISCILLA MARTINEZ DE BARROS POSSELT	**Pós Graduada**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 15 de agosto de 2024.

OTAVIO M. A. G. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:D1A1DBB8

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1609/2024 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

DECRETO Nº 1609/2024

EMENTA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

O **Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 85, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Lei Municipal n° 883, de 20 dezembro de 2023, e os Decretos Municipais N° 1571 e 1606/2024.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Bocaiúva do Sul/PR.
Parágrafo único. Ficam nomeados os seguintes membros:
I – Secretaria de Assistência Social (titular):
Titular – Geine Larice Taborda de Castro Lima
II – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (suplente):
Suplente – Leonardo Marcondes das Dores
III – Representantes da Sociedade Civil
Titular – Antonio Augusto Poncio Jacomite;
Titular – Tammy Barretto Endo;
Suplente – José Hiroki Kajiwara
Suplente – Selma Maria de Andrade

Art. 2°. Os membros seguiram as normas e regras contidas na Lei Municipal N° 883/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal N° 1571/2024, e dos demais dispositivos legais aplicáveis.
Art. 3°. O mandato dos membros será exercido, gratuitamente, pelo período de 02 (dois) anos e seus serviços são considerados relevantes para o Município.
Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024;

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:A23FD41B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 6 DO CONTRATO N° 115-2021

TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo do Contrato n° 115/2021, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresaa **SODES SOLUÇÕES EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.870.433/0001-66, com sede na Avenida Brasil, nº 942, Centro, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, a seguir denominada CONTRATADA, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 20 de agosto de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato em R$ 32.864,28 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) em conformidade com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 12 de agosto de 2024.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

SODES SOLUÇÕES EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
- Contratada-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
MARIELE SCHERES

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F907F20C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 292, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Nomeia o servidor Felipe Guerios, aprovado no Concurso Público nº 01/2019, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **Felipe Guerios, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.818.28-0 SESP/PR, 99º colocado,** no cargo de **Professor 20h**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2019, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 19 de agosto de 2024**.
Art. 2° O Servidor nomeado exercerá suas funções junto ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:63C0FCF9

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 293, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Nomeia a servidora Thais Daniele Ferreira Dalle Cort, aprovada no Concurso Público nº 01/2019, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora **Thais Daniele Ferreira Dalle Cort, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.557.886-0 SESP/PR, 8ª colocada,** no cargo de **Psicóloga 40h**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2019, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 19 de agosto de 2024**.
Art. 2° A Servidora nomeada exercerá suas funções junto ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:6ED66335

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2024

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2024 – *REGISTRO DE PREÇOS 26/2024 (Processo Licitatório 75/2024)*

De acordo com o resultado por fornecedor, também de acordo com o parecer jurídico, e em concordância com a Ata de Sessão eletrônica de Abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 35/2024, que teve como objeto o **Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de serviços de mão de obra para pinturas, desenhos e outros, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos, HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor da empresa **P S DE CARLOS LTDA – ME,** com o CNPJ nº **54.409.053/0001-90,** conforme itens e valores abaixo relacionados:

Item	Descrição do Item	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total do Item (R$)
1	Serviços, compreendendo os materiais e mão de obra, para desenhos e/ou reprodução de imagens, brasão do município, fotos antigas e outras que o município solicitar, as pinturas Artísticas / Decorativas deverão ser com tinta acrílica, diversas cores, em painéis de alvenaria ou madeira, fornecimento e aplicação de resina acrílica sobre as pinturas, executadas em locais públicos, os materiais aplicados devem ser de primeira qualidade.	M²	1.000	**R$ 198,00**	**R$ 198.000,00**
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR:					

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO
R$ 198.000,00
(Cento e Noventa e Oito Mil Reais)

Bom Sucesso do Sul, 16 de Agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:66A0C222

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº 01 AO CONTRATO Nº 173/2024

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
AO CONTRATO Nº 173/2024
CONTRATADA: BALABUCH TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 31.317.671/0001-04
Cláusula Primeira – Dos Preços
Considerando que o valor pago pelo município pelos serviços prestados de forma contínua, não sofreram reposição da perda inflacionária, o qual foi devidamente comprovado pela contratada e pelo município em parecer jurídico favorável, fica acrescido o valor, por meio de Reequilíbrio Econômico Financeiro, conforme relação abaixo:

Lote	Descrição do Lote	Valor Unitário	Novo Valor com Reajuste
5	Linha Alto Paraíso: Nossa Senhora Aparecida até a Escola Municipal Irmã Neli, CMEI Vovó Helena, APAE e Colégio Estadual Castelo Branco.	R$2,547	R$2,68

Cláusula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 16 de agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:CE20687A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024 – REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2024
Processo Licitatório Nº 65/2024 – **HOMOLOGADO EM: 09/08/2024.**
DETENTORA: MALT ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ: 49.996.464/0001-99.

OBJETO: Registro de preços para futuras contratações de empresa especializada na elaboração de projetos elétricos, projetos de prevenção de incêndio e projetos hidráulicos e

hidrossanitários e outros, conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do edital de **Pregão Eletrônico nº 30/2024**, conforme itens abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
6	Teste de permeabilidade do solo, incluso deslocamento e elaboração do relatório, pagamento de ART e/ou RRT, fornecimento de relatórios via física e digital, seguindo as Normas Pertinentes, os serviços realizados no Munícipio de Bom Sucesso do Sul –Pr.	**Unid.**	**30**	275,00	8.250,00

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 8.250,00 (Oito Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).** Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 03.00 – Departamento de Administração e planejamento; 06.00 Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 1545200062.012 Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica; Despesa:1283.

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 16 de Agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:426D56A3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº 01 AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 189/2023

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 189/2023
CONTRATADA: CONSTRUTORA GLASMANN LTDA - ME
CNPJ: 44.906.326/0001-58
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preços mais vantajosas ao município, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 meses, tendo início na data de 24 de janeiro de 2024 até 23 de janeiro de 2025.
Clausula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Cláusula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 14 de agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:4BC533F8

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2024

INEXIGIBILIDADE Nº *17/2024* – (Processo Licitatório 91/2024). DATA DO AVISO: 07/08/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA - EPP - CNPJ: 27.015.954/0001-24.

OBJETO: **contratação de empresa para especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria para implementação e prestação de contas final da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 regulamentada pelo Decreto Nº 11.740, de 18 de outubro de 2023**", conforme especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Valor unitário R$	Valor Total R$
01	Prestação de serviços de consultoria e assessoria para implementação da Lei Aldir Blanc - Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 regulamentada pelo Decreto Nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, no Município, incluindo os seguintes serviços: 1. Reunião com a Comissão de cultura para elaboração do planejamento de aplicação do recurso; 2. Elaboração dos editais de chamamento público e estratégias de distribuição dos recursos; 3. Auxiliar a comissão de cultura na Análise da documentação de prestação de contas e relatórios dos beneficiários, conforme projetos apresentados durante o chamamento público; 4. Reunião com a Comissão de cultura para validação da análise na prestação de contas dos beneficiários; 5. Prestação de contas, incluindo produção de textos e relatórios acerca dos aprovados e reprovados para publicação no Diário Oficial do Município; 6. Produção de Relatório Final de Gestão para a Plataforma Transferegov; 7. Inclusão dos documentos pertinentes a prestação de contas junto a plataforma Transferegov; e 8. Finalização do relatório final de encerramento da prestação dos serviços.	R$ 5.000,00	R$5.000,00

PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser pago até o 10º útil do mês que for entregue o serviço.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 09.00 – Departamento de Educação, Cultura e Esporte; 09.03 – Divisão de Cultura; 13392000112.035 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica; Despesa1343.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 16 de Agosto de 2024**.**

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:7D1A16CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 043/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 092/2024

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto o Registro de preços visando à aquisição de Alimentos Panificados, destinados a Secretaria de

Assistência Social do município de Braganey/PR, de acordo com as especificações técnicas do anexo I.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 043/2024,** conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor (R$)
2,3,4,6,17,29	CLAUDIA M. PICAGEVICZ & CIA LTDA – CNPJ: 17.544.951/0001-24	R$ 39.675,00
9,10,11,12	JAV COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 50.656.871/0001-36	R$ 4.010,00
1,5,15,16,18,20,23,24,26,28	MARIA SONIA JACOBUSSI DANIELSKI 90088565904 – CNPJ: 31.424.501/0001-29	R$ 60.329,50
7,8,13,14,19,21, 22,25,27	PANIFICADORA RMP BRAGANEY LTDA – CNPJ: 50.274.171/0001-87	R$ 29.968,70
VALOR TOTAL: R$ 133.983,20 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)		

Braganey, 16 de Agosto de 2024.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:DAD6E77E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 046/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 046/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2024

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto o Registro de preço para aquisição de Alimentos Panificados, destinados as diversas Secretarias Municipais de Braganey-PR, de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. 046/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 046/2024,** conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor (R$)
8,9,12,16,20,21,26,29,32	CLAUDIA M. PICAGEVICZ & CIA LTDA – CNPJ: 17.544.951/0001-24	R$ 47.729,40
19	JAV COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 50.656.871/0001-36	R$ 3.900,00
3,6,7,10,13,15,17,22,25,28,30,33	MARIA SONIA JACOBUSSI DANIELSKI 90088565904 – CNPJ: 31.424.501/0001-29	R$ 47.806,25
1,2,4,5,11,14,18,23,24,27,31	PANIFICADORA RMP BRAGANEY LTDA – CNPJ: 50.274.171/0001-87	R$ 43.555,40
VALOR TOTAL: R$ 142.991,05 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS)		

Braganey, 16 de Agosto de 2024.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:DD7F343B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 041/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 041/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 089/2024

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto o Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Braganey-PR, de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. 041/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 041/2024,** conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1,2,3,4,5,7,13,19,21,23,24,25,26,27,28,29,30,31, 32,39,40,42,43,44,46,47,48,49,51,52,54,59,61,63, 64,65,66,67,68,69,70,71,73,74	JAV COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 50.656.871/0001-36	R$ 49.172,48
6,8,9,10,11,12,14,15,16,17,18,20,22,33,34,35,36, 37,38,41,45,55,56,57,58,72	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 10.828.263/0001-47	R$ 28.410,90
VALOR TOTAL: R$ 77.583,38 (SETENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)		

Braganey, 16 de Agosto de 2024.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:366B4A19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 038/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 038/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2024

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas, de fórmulas nutricionais especiais com o objetivo de atender pacientes que demandam de atenção diferenciada em sua alimentação, no município de Braganey-PR, de acordo com as especificações técnicas do anexo I.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. 038/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 038/2024,** conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor (R$)
4,6	CENTER NUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LTDA – CNPJ: 08.617.050/0001-24	R$ 65.017,50
7	ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 85.477.586/0001-32	R$ 5.151,00
3	ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 27.455.068/0001-11	R$ 14.400,00
1,2	NV NUTRIÇÃO LTDA – CNPJ: 48.512.178/0001-48	R$ 42.183,00
VALOR TOTAL: R$ 126.751,50 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)		

Braganey, 16 de Agosto de 2024.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:511CE9D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 047/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 047/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100/2024

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Constitui o presente objeto o Registro de Preços para o fornecimento de refeições tipo marmitex, na cidade de Braganey - PR,

destinados a atender a demanda das Secretarias Municipais, conforme as especificações do anexo I do Edital.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. 047/2024 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 047/2024,** conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1	CLAUDIA M. PICAGEVICZ & CIA LTDA – CNPJ: 17.544.951/0001-24	R$ 20.559,60
VALOR TOTAL: R$ 20.559,60 (VINTE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)		

Braganey, 16 de Agosto de 2024.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:A88B4460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 101/2024

SÚMULA:NOMEAR OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal;*

RESOLVE:

***Art. 1º** -Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor nº 001/2023.*

Inscrição	*NOME DO CANDIDATO*
15°	*Maria Eduarda da Silva*
2º	*Thainá dos Santos Dias*

***Art. 2º** -Esta Portaria entra em vigor retroativamente a data de **05/08/2024**, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.*

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

***PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO**, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.*

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva da Silva Schultz
Código Identificador:FC8C2D23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO nº 78/2024
DISPENSA nº 23/2024

Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06
Contratado:
Nome: 21.918.847 APARECIDO MARCOS PRIMO DA SILVA CNPJ/MF sob o nº 21.918.847/0001-20
Valor de R$ 10.150,00 (DEZ MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS)
Objeto: contratação de empresa para locação de ônibus com motorista para a participação da Viagem para Foz do Iguaçu-PR, com o incentivo da Deliberação Viaja +60 do Fundo Estadual os Direitos do Idoso.
Lei 14133/2021
Vigência 90 dias

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:91E9AE39

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 58/2024

Processo dispensa Nº. 23/2024

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Processo dispensa nº 23/2024, de 13/08/2024, para o qual tem como objeto: "Contratação de empresa para locação de ônibus com motorista" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
21.918.847 APARECIDO MARCOS PRIMO DA SILVA CNPJ Nº 21.918.847/0001-20 no valor total de R$10.150,00 (Dez Mil, Cento e Cinqüenta Reais).

Cafeara - PR, dezesseis dias de agosto de 2024.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:B7D9A146

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE N° 018/2024 -
CREDENCIAMENTO N° 003/2024 – CASA DE APOIO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE N° 018/2024 - CREDENCIAMENTO N° 003/2024 – CASA DE APOIO
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 105/2024**, **Inexigibilidade de Licitação n° 018/2024**, **Credenciamento n° 003/2024,** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, tendo por objeto **CREDENCIAMENTO** de casas de apoio com sede na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, no Estado do Paraná, para prestação de serviços de hospedagem especializada, incluindo alimentação e transporte de pacientes com atendimento 24 horas, aos usuários do Sistema Único de Saúde em tratamento naquelas cidades, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: **R$113.727,50 (cento e treze mil e setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).** O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através do site www.cafelandia.pr.gov.br **As inscrições poderão ser apresentadas a partir do dia 30 de agosto de 2024**. As inscrições poderão ser realizadas por intermédio de correspondência eletrônica, para o e-mail adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br com o envio de todos os documentos listados no item 6 do Edital, devidamente preenchidos, assinados e digitalizados, em formato "PDF". As inscrições também poderão ser realizadas presencialmente no Departamento de Licitações da Prefeitura de Cafelândia/PR, com sede à Rua Vereador Luiz Picolli n° 299, Centro, nos dias úteis, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Cafelândia/PR, 16 de agosto de 2024.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FB1794BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 071.2024 - CBUQ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 086/2024, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, designado pela Portaria n° 632/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 095/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 071/2024, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) destinado a recuperação da malha viária do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, verificando-se como vencedoras do certame, as empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TREVO PAVIMENTAÇÃO LTDA CNPJ 37.340.810/0001-05	2.813.000,00	dois milhões e oitocentos e treze mil reais	ATÉ 30 DIAS DA NOTA FISCAL	001, 002

O valor total da licitação R$2.813.000,00 (dois milhões e oitocentos e treze mil reais) contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 16 de agosto de 2024.

CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6776F6D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO - TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020.

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO - TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020.

PERMITENTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.º 78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/Pr., representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Culestino Kiara, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2021, matrícula nº 767321770.

PERMISSIONÁRIO: empresa **NEUSA SOARES DE CAMARGO 03945921902**, inscrita no CNPJ: 37.205.565/0001-15, localizada no município de Cafelândia, Estado do Paraná, sito a Rua Tranquilino Alba, Nº 211, Bairro: Residencial Alba, CEP 85.415-000, Telefone (45) 99900-8853, a seguir denominada PERMISSIONARIA, representada por **NEUSA SOARES DE CAMARGO**.

Objeto: Fica aditado o prazo de vigência por mais **12 (doze) meses,** conforme previsto na Cláusula Quinta do termo originário, **findando-se em 06/08/2025,** nos termos de ofícios requisitório, anuência da empresa, parecer jurídico em anexo e artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.
Fica alterada a cláusula terceira (do valor e condição de pagamento) reajustando o valor mensal de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,23% (quatro virgula vinte e três por cento) passando do valor de **R$ R$ 337,40 (Trezentos e trinta e sete reais e quarenta centavos)**, para **R$ 351,67 (Trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos)** mensais, a título de aluguel, totalizando **valor total anual de R$ 4.220,04 (quatro mil duzentos e vinte reais e quatro centavos)**, nos termos de ofícios requisitório, parecer jurídico em anexo e artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

VALOR: R$ 351,67 (Trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) mensais, a título de aluguel, totalizando **valor total anual de R$ 4.220,04 (quatro mil duzentos e vinte reais e quatro centavos)**,

Assinaturas: Culestino Kiara E Neusa Soares De Camargo.
Data de Vigência: 12 MESES
Data assinatura: 05/08/2024.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8A7CC34A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 086.2024 - PREGÃO Nº 071.2024 - CBUQ

ATA Nº 086/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 071/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2024
Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, (16/08/2024), às 09:00 horas, no endereço www.gov.br/compras na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, o Agente de Contratação, Adriano Effting, designado pela Portaria n° 632/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 095/2024**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 071/2024**, que tem por objeto Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) destinado a recuperação da malha viária do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa “ABERTO” e sob o critério de julgamento “Menor Preço por item”. Ao declarar aberta a sessão o Agente de Contratação saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Em ato contínuo foi aberto prazo para apresentação das intenções de recurso, sendo que não houve manifestação dos interessados, assim todos concordando com os seguintes vencedores:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TREVO PAVIMENTAÇÃO LTDA CNPJ 37.340.810/0001-05	2.813.000,00	dois milhões e oitocentos e treze mil reais	ATÉ 30 DIAS DA NOTA FISCAL	001, 002

O valor total da licitação R$2.813.000,00 (dois milhões e oitocentos e treze mil reais), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato/Ata de registro de preços será encaminhada para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 16/08/2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:38D103A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 519/2024-DRH

PORTARIA N. º 519/2024-DRH

SÚMULA: Prorroga Licença Sem Vencimentos de Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º PRORROGAR Licença Sem Vencimentos da Servidora **SIMEI CANDIDO DE OLIVEIRA**, matricula 79391, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS**, pelo período compreendido de 20/08/2024 a 31/12/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com a Portaria Nº 466/2023-DRH que concedeu licença sem vencimentos à servidora de 21/08/2023 a 19/08/2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 16 de agosto de 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AB12BADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 127/2024

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 127/2024.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública Municipal nos termos da Lei Municipal nº 1.694/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública Municipal, Sra. Patricia Velnecker da Silva, portadora do R.G. nº 20930973-72 - SSP/PR, 06 (seis) diárias, correspondente a 08 (oito) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 18 (dezoito) de agosto de 2024.
Horário de saída: 08h00min.

Motivo: Participar de curso completo sobre sistema TransfereGov, para a desburocratização da administração pública e viabilização e solicitação dos recursos, cadastramento de propostas, prestação de contas e outras vias da plataforma transfereGov.

Data do retorno: 24 (vinte e quatro) de agosto de 2024.
Horário do retorno: 08h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:56D1F91D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 053.2024 - E-SOCIAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 087/2024, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, designado pela Portaria n° 632/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 068/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 053/2024, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento de Eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, verificando-se como vencedoras do certame, as empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MHS SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA CNPJ 36.245.582/0001-13	7.384,80	sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos	ATÉ 30 DIAS DA NOTA FISCAL	001

O valor total da licitação R$7.384,80 (sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 16 de agosto de 2024.

CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5CD37602

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 087.2024 - PREGÃO Nº 053.2024 - E-SOCIAL

ATA Nº 087/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 053/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2024
Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, (12/08/2024), às 09:00 horas, no endereço www.gov.br/compras na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, o Agente de Contratação, Adriano Effting, designado pela Portaria n° 632/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 068/2024**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 053/2024**, que tem por objeto Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento de Eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por item". Ao declarar aberta a sessão o Agente de Contratação saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Em ato contínuo foi aberto prazo para apresentação das intenções de recurso, sendo que

não houve manifestação dos interessados, assim todos concordando com os seguintes vencedores:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MHS SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA CNPJ 36.245.582/0001-13	7.384,80	sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos	ATÉ 30 DIAS DA NOTA FISCAL	001

O valor total da licitação R$7.384,80 (sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato/Ata de registro de preços será encaminhada para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 12/08/2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F4B07CAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
PORTARIA Nº 04/2024

PORTARIA Nº04/2024

Súmula: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor ocupante de cargo efetivo da Câmara do Município de Califórnia, Estado do Paraná.

O Vereador **Carlos Eduardo Krupniski Gasparetto**, Presidente da Câmara do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

ARTº 1º - Conceder a servidora MONICA DA CONSOLAÇÃO CORDEIRO, lotada no cargo de Secretária Geral, suas férias regulamentares a que faz jus, referente ao período aquisitivo 2023/2024, a partir de 19/08/2024, sendo 10 (dez) dias em pecúnia. A mesma deve retornar as suas atividades profissionais a partir de 18 de setembro de 2024.

ARTº 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Edifício da Câmara Municipal de Califórnia, 12 de agosto de 2024.

CARLOS EDUARDO KRUPNISKI GASPARETTO
Presidente da Câmara do Município de Califórnia

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:F61BBB79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 097/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 097/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria n°142/2024 de 25 de abril de 2024, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às 09:00hrs do dia 02 de Setembro de 2024, na plataforma COMPRASGOV, Aquisição de Pá Carregadeira, convênio n° 955366-2023, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município Califórnia/PR. Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br e as informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11:45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 16 de agosto de 2024.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:3922FEE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2024
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2024
DISPENSA Nº 048/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção da garantia do Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB.
RAZÃO DA DISPENSA: Necessidade de fazer a revisão obrigatória para manutenção da garantia de fábrica VOLKSWAGEM em uma concessionária autorizada adquiridos através de proposta SINCOV nº 02906/2022, convenio nº 926134/2022. Referente ao Pregão Eletrônico nº 103/2022, homologado e 24/03/2023, objetivando o não cancelamento da garantia de fábrica.
Em conformidade ao item:
XXXI - GARANTIA/ VALIDADE DO OBJETO
31.1 - Os produtos fornecidos devem possuir uma garantia/validade do fabricante, computados a partir da data do recebimento definitivo.
33.2 - Havendo prazo de garantia superior ao mínimo exigido prevalecerá a regra mais favorável a Administração Pública.
31.3 - Durante o período de garantia/validade, os produtos que apresentarem defeitos deverão ser trocados por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos produtos originalmente fornecidos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte, correrão por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus a Contratante, conforme o caso. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 75, incisos II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados peloDecreto nº 11.317/2022), os quais autorizam a dispensa de licitação para:
Considerando que, na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado em obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica a ocasião em que é cabível a dispensa de licitação, conforme segue:
[...]
Da Dispensa de Licitação
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; No caso em questão se verifica o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta na modalidade DISPENSA como critério MENOR PREÇO.
Ressalta-se, no entanto, que os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.
Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
Desta forma, considerando o princípio da economicidade o qual visa garantir que a Administração Pública utilize os recursos públicos de

forma eficiente e eficaz e com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21, justifica-se a presente Contratação de empresa especializada para manutenção da garantia do Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no critério de MENOR PREÇO, para fins de atendimento ao disposto na Ação Civil Pública supracitada.
Nesse sentido, até o momento presente, não se verifica que neste exercício financeiro tenha sido realizado anteriormente aquisição da mesma natureza e assim sendo, não há vedação de que se efetue e despesa requerida, entretanto, no futuro havendo necessidade de compra da mesma natureza, antes da contratação deverá ser observada a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.
Por oportuno, friso que deve ser elaborado processo de dispensa de licitação, com os trâmites normais pelo setor competente.
Por fim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração realizar a compra sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
Sendo assim, foi realizada uma pesquisa com empresas buscando o menor preço e qualidade nos produtos, conforme orçamentos acostados, onde a empresa Contratação de empresa especializada para manutenção da garantia do Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB apresentou o menor valor.
VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 8.022,15 (oito mil e vinte e dois reais e quinze centavos).
FORNECEDOR: Servopa Caminhões Ltda
CNPJ: 00.298.749/0001-67
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021
DATA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:EA19C4F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 273/2024

PORTARIA Nº 273/2024

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO WILSON MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei
Nomeia para Constituição de NUCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE.

R E S O L V E:
Artº. 1º - Nomeia para Constituição de NUCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE, com base na Resolução do Ministério da Saúde – RCD nº 36, Portaria nº 529 e Portaria nº 774.
Artº. 2º - NOMEAR, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:
Emanuelly Bueno Bovo - Coordenadora
Claudio de Jesus da Silva Borges – Representante da Equipe de Enfermagem
Daniel Albino Pereira – Representante da Vigilância Epidemiológica
Deise Carolina Alves Moreira – Representante da Equipe Multidisciplinar

Artº 3º - Entra o presente em vigor a partir desta data, revogam se as disposições ao contrário.

Prefeitura do Município Califórnia - PR, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karymen Follador de Melo
Código Identificador:3E3B3C4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 274/2024

PORTARIA Nº 274/2024

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO WILSON MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Criar FARMÁCIA MUNICIPAL.

R E S O L V E:
Artº. 1º - CRIAR Farmácia – Órgão Público, vinculada ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ 08.747.163/0001-44, localizada à Rua Mirian Marçal, 442, Praça José Alves Vicente em Califórnia – Paraná
Artº 2º - Entra o presente em vigor a partir desta data, revogam se as disposições ao contrário.

Prefeitura do Município Califórnia - PR, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karymen Follador de Melo
Código Identificador:D87D5067

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 101/2024

EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2023-PMCS
CONTRATO 101/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: ARTES GRAFICAS BEREZOVSKI LTDA inscrita no CNPJ n.º **07.259.843/0001-56**, situada a Rua Rocha Loures, 665, Bonsucesso CEP: 85.055-070 Guarapuava - PR, neste ato representada pelo senhor **Silvaney Berezovski.**

VALOR: R$ 191.327,63 (cento e noventa e um mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 15 DE AGOSTO DE 2025.
DATA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2024.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Marcio Vasiak
Código Identificador:FC920873

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EDITAL CHAMAMENTO Nº 11 AUXILIAR DE DENTISTA 40HS

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 11
A Fundação de Atenção à Saúde de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, em virtude de que a classificada em:

Classificação	Edital de Chamamento	Data da Publicação Diário Oficial	Nº da Edição	Período de Comparecimento	Status
13º lugar	Nº 10	14/08/2024	3088	14 a 16 de agosto de 2024	Termo de Desistência apresentado em 14/08/2024

considerando tratar-se de serviço público essencial na área da saúde, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada aprovada para a função temporária de **Auxiliar de Dentista (40 horas)**, objeto do Edital no. 001/2023, para comparecer no **PERÍODO de 16, 19 e 20 de agosto de 2024,** no horário das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, sito à Rua Manoel Alves Kustel, 21- Centro - Campina Grande do Sul.
O não comparecimento à presente convocação até a data acima mencionada, será considerado como desistente da vaga ofertada.

Função	Nome	Classificação
AUXILIAR DE DENTISTA (40 HORAS)	GISELE CASTILHO VIEIRA	14°
N°. de Vagas	Local	
01	Fundação de Atenção à Saúde de Campina Grande do Sul	

Campina Grande do Sul, 15 de agosto de 2024.

JHONATHAN CRUZ CHAGAS
Diretor Geral
FASCAMP

Publicado por:
Jhonathan Chagas
Código Identificador:51ABCEF7

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EDITAL CHAMAMENTO Nº 02 - ENFERMEIRO 40HS

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EDITAL DE CHAMAMENTO NO 02
A Fundação de Atenção à Saúde de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado e a disponibilidade das vagas existentes no quadro, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado aprovado para a função temporária de Enfermeiro (40 horas), objeto do Edital no. 001/2023, para comparecer no **PERÍODO de 19 a 21 de AGOSTO de 2024**, no horário das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, sito à Rua Manoel Alves Kustel 21 - Centro - Campina Grande do Sul.
O não comparecimento à presente convocação até a data acima mencionada, será considerado como desistente da vaga ofertada.

Função	Nome	Classificação
ENFERMEIRO (40 HORAS)	CLEUSA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA	02°
N°. de Vagas	Local	
01	FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL	

Campina Grande do Sul, 16 de agosto de 2024.

JHONATHAN CRUZ CHAGAS
Diretor Geral – FASCAMP

Publicado por:
Jhonathan Chagas
Código Identificador:DBDF65BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2024

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2024.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO, COM RESSALVAS, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

ROBERTO CARLOS MAURER, Presidente da Câmara Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e demais disposições atinentes, referendado pelo Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:
DECRETA:
Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2022, com ressalvas, de acordo com o Acórdão de Parecer Prévio n° 181/24 exarado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 05 de agosto de 2024.

ROBERTO CARLOS MAURER
Presidente

Publicado por:
Josiane Kaiss
Código Identificador:C37D641C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 010/2024

PORTARIA 010/2024

Dispõe sobre a promoção de servidor da Câmara Municipal de Campo do Tenente.

O Presidente da Câmara Municipal de Campo do Tenente, **ROBERTO CARLOS MAURER**, no uso de suas atribuições, com base na Lei Complementar nº 011/2022,
R E S O L V E:
Art. 1°Conceder avanço vertical, com o correspondente acréscimo no vencimento, ao servidor público da Câmara Municipal de Campo do Tenente, a partir de 01 de agosto de 2024:

Nome	Cargo	Nível - Promoção
Marcelo Vianna Gurski	Contador	III

Art. 2°Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO CARLOS MAURER
Presidente

Publicado por:
Josiane Kaiss
Código Identificador:5E4CF319

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 544/2024

Nomeia DANUBIA VEIGA na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:

O Protocolo no 2569/2024;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 02/2024;
c) O contido na Lei Municipal nº 947/2017 e Decreto 094/2024;

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 16 de agosto de 2024, **DANUBIA VEIGA,** portadora da RG: 66****80 SSP/PR e do CPF n.º

033.***.*19-08, para ocupar o cargo de FARMACEUTICO, de acordo com a Lei Municipal 947/2017 e Decreto 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Saúde (SESAU).

Art. 2º - A referida servidora cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 16 de agosto de 2024.

Paço Municipal de Campo Magro, em 16 de agosto de 2024

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:93365543

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 009/2024

Designa o servidor Apollo Rodrigues de Oliveira Aguiar como Fiscal de Transferência, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º –Designar o servidor Apollo Rodrigues de Oliveira Aguiar, matrícula nº 2937, como Fiscal de Transferência do Termo de Convênio nº 01/2024, firmado com a AMEP – Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro,Em 16 de agosto 2024.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:CED265D8

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º083.2024 PSS 06/2024
PROFESSORES

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/2000 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro,CONVOCAos candidatos relacionados abaixo, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edital PSS06/2024, para os cargos mencionados abaixo, para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.823 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação doEdital PSS 06/2024.

Para investidura no cargo PROFESSOR 20 HORAS será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

• 2 fotos 3x4;
• Cédula de Identidade;
• CPF
• Certificado de reservista (sexo masculino)
• Título de eleitor;
• Certidão de quitação eleitoral (não é o comprovante de votação);
• Carteira de trabalho (cópia da identificação e número do PIS/PASEP);
• Certidão de casamento, se casado for;
• RG e CPF do cônjuge se for o caso;
• Certidão de Nascimento, RG e CPF do(s) filho(s) menores de 18(dezoito) anos (cópia);
• Certidão Negativa CRIMINAL e Certidão Negativa CÍVEL, expedido pelo FORUM da Comarca onde reside; (não é válida a certidão digital)
• Comprovante de residência, onde conste o CEP (o candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome deverá apresentar uma declaração do proprietário do imóvel);
• Atestado de aptidão física e mental (será agendadopelo Departamento de Gestão de Pessoas).
• Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais, dentro da validade da publicação do presente edital;
• Diploma e/ou declaração de colação de grau do Curso/escolaridade exigido pelo requisito docargo. (cópia e Original)
Os candidatos deverão PROVIDENCIAR CÓPIA LEGIVEL e original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.

Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da convocação ou não apresentarem toda a documentação solicitadaPERDERÃO O DIREITO À INVESTIDURA NO CARGO.

Paço Municipal de Campo Magro, em 16 de agostode 2024.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR (20HORAS)
DIA 29/08/2024 às 14h30min

Classificação	Candidato	Data nasc.	Pontuação	Nota Prova Escrita	Total
1º	TAIS SAMARA DOS SANTOS	06/06/1982	66	100	166
2º	THAYZA SCHMIDT	28/08/1987	74	90	164
3º	RENATA BIANCHI CAZAROTE	08/05/1978	60	100	160
4º	BENEDITA DA SILVA DOMINGUES MACHADO	27/06/1979	60	100	160
5º	VIVIANE DO ROCIO DALLAZOANA TULIO	01/11/1980	60	100	160

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:2C8C52F8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA PGM 002 DE 2024

Republicado por haver incorreção.

Estabelece o procedimento para a negativação de contribuintes inadimplentes de créditos tributários e não tributários definitivamente constituídos, em cumprimento a Resolução 547 de 2024 do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO OBJETO:
Art. 1º. Serão objeto de negativação os créditos inadimplidos tributários e não tributários já definitivamente constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, com o edital de chamamento já publicado, inclusive.
Art. 2º. A Procuradoria Geral promoverá a negativação dos créditos tributários e não tributários não judicializados perante o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, e sendo créditojudicializado, a negativação será realizada nos autos do processo, através do Sistema SERASA EXPERIAN, podendo, também, ser feita perante o SPC.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO:

Art. 3º. Realizada a negativação perante o SPC – Serviço de proteção ao crédito, contrato anexo, a lista mensal dos negativados será encaminhada ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária para conhecimento e acompanhamento.
Art.4º. Realizada a negativação pela Procuradoria caberá ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária:
I - Alimentar o sistema, caso seja possível, sobre a negativação do contribuinte, quer pessoa física ou jurídica,
II - Caso haja o pagamento ou o parcelamento do crédito devido pelo contribuinte negativado, de imediato o Departamento de Tributos deverá comunicar a Procuradoria para que esta promova o levantamento da negativação, esteja o crédito judicializado ou não;
III - Ocorrida nova inadimplência o Departamento de Fiscalização e Administração Tributária informará a Procuradoria Geral para que promova nova negativação, se entender cabível.
Parágrafo único. O levantamento da negativação pode ser feito tanto no pagamento parcelado quanto no pagamento à vista, não havendo qualquer incidência de custas processuais nem honorários, tais emolumentos somente incidirão em processos judiciais ou extrajudiciais.
Art. 5º. O procedimento de negativação aberto pela Procuradoria será realizado com a observância das regras da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, constando apenas o cadastro do contribuinte, quer de pessoa física ou jurídica, sem a identificação nominal, conterá o exercício do crédito e a sua natureza e tramitará em sigilo.
Art. 6º. Para efetivar a negativação a Procuradoria Geral formará uma CDA, **apenas para os créditos tributários e não tributários não judicializados,** sem a petição, pois, o processo exige a presença do título inadimplido, de modo que, juntamente com as informações obrigatórias, contidas no artigo antecedente, haverá, também,a juntada aos autos da respectiva CDA.

DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 7º. Para os créditos **que já se encontram judicializados** o pagamento ou o parcelamento do (s) crédito (s) que foi objeto de negativação levará a suspensão ou extinção do crédito, respectivamente, e da própria ação, no caso de pagamento total, seguindo-se, para estes casos, a praxe administrativa existente quanto a elaboração dos Memorandos, quer de suspensão e/ou extinção e comprovante de pagamento das custas e honorários.
Art. 8º. Para os créditos **não judicializados**em que houver o pagamento na integralidade ou de forma parcelada, a negativação será levantada e a CDA formada será cancelada.
Esta instrução normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Campo Magro, 15 de agosto de 2024.

ANDERSON DE MORAIS LOPES
Procurador Geral OAB/PR 49.952

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:7879E398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 020/2024 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em reunião extraordinária nº 13/2024, realizada aos doze dias do mês de agosto de 2024

RESOLVE:

Art. 1º – CONVOCAR, a 2ª suplente Maria Liliana Garnier Cabral para o exercício da função de conselheira tutelar, por ocasião da ocorrência de hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 40 da Lei nº 1197/2021, conferindo prazo de vinte e quatro horas, após a convocação, para que manifeste o aceite com relação ao preenchimento temporário da vaga e prazo de quarenta e oito horas para sua apresentação na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do parágrafo 1º do artigo 22º da Lei nº 1197/2021.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 16 de agosto de 2024.

DANIEL HAVRO DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:2053F5CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 104/2024 ORIGINÁRIO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 06/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 43.459.615/0001-93
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de ampliação da Unidade Básica de Saúde Retiro, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste termo de referência.
VALOR TOTAL: R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: Na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, o prazo da execução e o prazo de vigência da contratação, destinado ao período necessário para o cumprimento das formalidades legais decorrentes, são os abaixo relacionados: Prazo de execução: 06 (seis) meses a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço; Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do Contrato.
DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:5FB34432

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 03º ADITIVO DO CONTRATO N.º 33/2021 ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: DIRECT WIFI TELECOM LTDA.
CNPJ: 13.447.789/0001-75.
DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Internet fibra óptica para a Secretaria, CAPS e Unidades de Saúde, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.
DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo 4253/2024, fica prorrogado o prazo do contrato, perfazendo o período entre: 17 de agosto de 2024 até 17 de agosto de 2025. Pelo presente termo aditivo originário do protocolo 4253/2024, o valor previsto para a execução do presente contrato fica reajustado pelo índice INPC em 3,335650 % (06/23 a 05/24), passando de R$ 60.514,92 (sessenta mil e quinhentos e quatorze reais e noventa e dois centavos) para R$ 62.533,68 (sessenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).
DATA ASSINATURA: 12 de agosto de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993, Artigo n.º 164 do Decreto Municipal n.º 22/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:31CB50E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) 0135/2024 ORIGINÁRIA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 07/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
DETENTORA DA ARP: MANOGEO SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA-ME
CNPJ: 18.364.468/0001-20
OBJETO: Formação de registro de preços para contratação de empresa especializada para realizar levantamentos topográficos planialtimétricos cadastrais georreferenciados, em diversos locais do Município de Campo Magro, para fins de estudos, cadastros, projetos, levantamentos e fiscalização, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste edital.
VALOR TOTAL: R$ 6.150,00 (seis mil e cento e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração, e comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:04F0ED2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 24/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, fundamento nas disposições do art. 74, IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico n.º 329/2024, do protocolo n.º 4470/2024, pelo presente ato, **RATIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para "Formalização de processo de **INEXIGIBILIDADE** de licitação, com fulcro no artigo 74, IV da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 com a empresa credenciada **CLÍNICA VETERINÁRIA PLANETA DOS BICHOS**, CNPJ **43.940.315/0001-21** para prestação de serviços médico veterinários, como consultas, procedimentos clínicos, tratamentos cirúrgicos, esterilização cirúrgica, exames laboratoriais e de imagem para animais de famílias de baixa renda, beneficiárias de programas do governo e vinculada ao Cadastro Único, animais sob cuidados de protetores cadastrados e em locais de situação de acumulação.", cuja empresa contratada é a **CLÍNICA VETERINÁRIA PLANETA DOS BICHOS, inscrita no CNPJ 43.940.315/0001-21,** no valor global de **até R$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro/PR, 16 de agosto de 2024.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:75D7B5AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA LICITATÓRIA N.º 05/2024

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do art. 75, inc. IV, a, da Lei n.º 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico n° 339/2024, do protocolo nº. 4392/2024, pelo presente ato, **RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO** para "Revisão de garantia do veículo Oficial, VW/NEOBUS 8.160 ESCOLAR, placas SEG 5B37 de 30.000 (trinta mil) quilômetros"**,** cujo contratado é: **SERVOPA CAMINHÕES LTDA,** inscrita no CNPJ n.º **00.298.749/0001-67**, com custo máximo estimado da presente contratação de **R$ 3.447,72 (três mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos)**, em atendimento a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro/PR, 16 de agosto de 2024.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:10C2659B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RENÚNCIA

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Candói
Vereador Valmir Czarnieski

Senhor Presidente,
Eu, **JUAREZ BORGES MACHADO**, brasileiro, casado. Vereador de Candói-Pr, RG: 6.234.875-5, inscrito no CPF sob o número 957.405.119-68, Título Eleitoral: 0559430206-04, residente e domiciliado à Rua Gervásio Hitoshi Dói, n° 846, Bairro: Centro, nesta Cidade de Candói — Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, conferidas por toda a legislação em vigor, venho respeitosamente a presença de Vossa Excelência, na forma legal e regimental, através deste, comunicar a esta Casa Legislativa, minha RENÚNCIA expressa ao Mandato de Vereador e membro do Poder Legislativo Municipal de Candói que me foi outorgado nas urnas no pleito eleitoral no ano de 2020, o que faço em caráter irrevogável e irretratável, com efeitos imediatos, nos termos do Art. 107 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Candói, combinado com os termos do Art. 8° do Decreto-Lei n° 201, de 27 de fevereiro de 1967, a saber:
'Art 8° Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:
I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral; *(grifo nosso)*
§ 1° Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

Quero informar que as razões que me levaram a tomar esta decisão são de cunho estritamente pessoal. Assim sendo, ratifico e reitero de forma livre, espontânea, expressa, irrevogável e irretratável a RENÚNCIA AO MANDATO DE VEREADOR.

Atenciosamente,

Candói, 12 de agosto de 2024.

JUAREZ BORGES MACHADO
Vereador de Candói - PR
RG: 6.234.875-5 - PR
CPF: 957.405.119-68

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:E4C1CC7D

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, Vereador VALMIR CZARNIESKI, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Substituir membro da**Comissão de Recebimento de materiais e Prestação de Serviços do Poder Legislativo do Município de Candói**, nomeada pela Portaria n° 08/2023, como segue:

SUBSTITUIR:

MEMBRO –LUCIANO HENRARD por ELOILSON ORTIZ DOS SANTOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Candói, 15de agostode 2024

VALMIR CZARNIESKI
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:89173D72

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 10/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, Vereador VALMIR CZARNIESKI, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Substituir membro dae equipe de apoio, do Poder Legislativo do Município de Candói, nomeada pela Portaria n° 08/2023, como segue:

SUBSTITUIR:

MEMBRO –LUCIANO HENRARD por JOCAIO FAGUNDES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Candói, 15de agostode 2024.

VALMIR CZARNIESKI
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:678A30D5

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE

A Prefeitura Municipal de Candói, através da Secretaria de Urbanismo e Meio ambiente, CONVIDA os moradores da COMUNIDADE SÃO JOÃO, para AUDIÊNCIA PÚBLICA que tratará de assuntos relacionados a execução de obras de recape asfáltico na referida comunidade.

DATA: 20 de agosto de 2024

HORÁRIO: 19h00min

LOCAL: Pavilhão da Igreja da Comunidade Passo Grande

Sua presença é muito importante

Atenciosamente

RAFAEL MORGENTALE DISCONZI
Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:94344876

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2025

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência, e com base na Constituição Federal e Art. 48, § 1º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, faz saber à população em geral e a quem possa interessar, que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação e discussão da Proposta da Lei de Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2025, nos seguintes termos:

Data: 29 de agosto de 2024
Horário: às 10 horas
Local: Câmara Municipal de Candói, situada a Av. Alfredo Antonio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros - Candói-Pr

Município de Candói, 09 de agosto de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7E088152

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO PORTARIA 358/2024 DECISÃO

Trata-se de Processo Administrativo nº 2.293/2024 – 1DOC, instaurado através da Portaria nº 358/2024, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 12/06/2024, edição nº 3043, para apurar possíveis irregularidades praticadas pela empresa ONCO PROD. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA – CNPJ: 04.307.650/0012-98. Fatos: Item não entregue pela empresa no prazo estabelecido: Requisição de Compra nº 33415 – Produto: COLESTIRAMINA, DOSAGEM: 4G, APRESENTAÇÃO: PÓ, ENVELOPE Do Relatório da Comissão: Fica comprovado nos Autos do Processo Administrativo, que conforme rege os dispositivos legais, a empresa supracitada descumpriu cláusulas contratuais, porém consta ainda nos autos que a referida empresa, afirmou não ter recebido o pedido do item, por adversidades em seu sistema de pedidos. Considerando a Instrução Processual, e que após esclarecimentos do ocorrido, a supracitada empresa, efetuou a entrega do item, e com fundamento, na redação da Constituição Federal de 1988, previstos no que diz o artigo 37, dos Princípios da Administração Pública, sobretudo o Princípio da Razoabilidade, determino o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo.

Publique – se

05 de Agosto de 2024.

ANTONIO CARLOS TERNOUSKI
Secretário de Administração

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EBC9B9E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CONTAS FIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 05/2024

Dispõe sobre: Aprovar a prestação de contas de valores repassados do FIA (Fundo da Infância e Adolescência) ao FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Candói, no uso de suas atribuições, considerando a Lei número 1.414/2017, conforme deliberação plenária ocorrida na data de 08 de agosto, constante na ata número 07/2024 resolve:

Artigo 1º. Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao 1º semestre de 2024.

Artigo 2º. Aprovar a prestação de contas do Incentivo para Fortalecimento das ações voltadas à Primeira Infância, referente ao 1º semestre de 2024.

Artigo 3º. Aprovar a prestação de contas do Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, do pagamento até 30 de junho de 2024.

Artigo 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Candói, 15 de agosto de 2024.

JONILSON ANTÔNIO ARAÚJO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rozane Hlusko
Código Identificador:E7F5FD40

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 003/2024 - PROCESSO Nº 1.019/2024

O Agente de Contratação, Sr. Silvestre Gonçalves Ferreira Filho, torna público o resultado do julgamento realizado na segunda reunião que aconteceu no dia 15 de agosto de 2024, e a lista atualizada de credenciados no credenciamento nº 003/2024, decorrente do processo administrativo nº 1.019/2024, que tem por objeto o "**Credenciamento de clínicas odontológicas para realização de procedimentos especializados em endodontia para atendimento as demandas da Secretária de Saúde**":
Habilitadas e Credenciadas no Julgamento:

Ordem Prot.	Razão Social	CNPJ
3º	SAMUEL DE COL ODONTOLOGIA	46.246.586/0001-70

Nos termos do item 8 do edital, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos administrativos deste julgamento.
Credenciadas até o momento:

Ordem Prot.	Razão Social	CNPJ
2º	J.D.C. CAMARGO CLINICA ODONTOLOGICA & CIA LTDA	24.766.901/0001-57
3º	SAMUEL DE COL ODONTOLOGIA	46.246.586/0001-70

Destaca-se que a qualquer momento, durante a vigência do edital, qualquer interessado poderá protocolar requerimento de participação, obedecendo as regras editalícias.

Candói, 15 de agosto de 2024.

SILVESTRE G. FERREIRA FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FE2F3738

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 286/2024 DATA: 15-08-2024

SÚMULA: Torna sem efeito a nomeação que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base nos Incisos I, IV e V, do artigo 23 da Lei nº 1.784/2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica tornada sem efeito a nomeação de **Vitória Gabriela Borges Arruda**, RG. nº 13.233.537-0/PR, efetuada através do Decreto nº 264/2024, de 16/07/2024, no cargo de Agente de administração, em razão da posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 2º - Fica tornada sem efeito a nomeação de **Pedro Ricardo Prudente de Oliveira**, RG. nº 14.526.961-0/PR, efetuada através do Decreto nº 264/2024, de 16/07/2024, no cargo de Agente de administração, em razão da posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, 15 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:338EB4F7

GABINETE PREFEITO
DECRETO N º 287/2024 DATA: 16-08-2024

SÚMULA: Exonera ocupante de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **Tamara Barbosa**, RG. nº 10.242.147-7/PR., ocupante do emprego público de Professor - PSS, desta Municipalidade, em razão do término do contrato de trabalho por tempo determinado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:97168425

GABINETE PREFEITO
DECRETO N º 288/2024 DATA: 16-08-2024

SÚMULA: Exonera ocupantes de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base na Lei n.º 2.409/2019,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam as abaixo relacionadas, exoneradas a pedido, de emprego público, conforme especificado:

NOME	RG	EMPREGO PÚBLICO
Iania Marisa Henz	6.013.957-1/PR	Professor
Eliane Ribeiro Pinto	10.811.200-0/PR	Professor

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR. 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:0FE128DA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CULTURA
TERMO ADITIVO Nº. 002/2024. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 082/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 395/2023.

Que entre si celebram. De um lado o *MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES*, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*, em pleno exercício de seu mandato e funções e de outro lado a senhora *MARCIA SIRLEI HELING*, residente neste município, na Rua Levino Zeni, 253, inscrita no CPF sob n. º 061.934.249-89. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de prestação de serviços como **"**cuidadora social (1)", pessoa física, do sexo feminino, para prestação de serviços domiciliar à 03 (três) pessoas com deficiência intelectual moderada, sem comprometimento de locomoção e audiovisual, em atendimento a Liminar Judicial constante nos autos do Processo n. º 001582-90.2021.8.16.0062, em trâmite na Vara da Fazenda Pública desta Comarca de Cap.L.Marques - PR**,** com carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas em escalas de 12 (doze) horas por 36(trinta e seis) horas por um período de 12 (doze) meses, segundo orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social, mantidas as demais condições firmadas em 18.08.2023 e aditivo subsequente.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor com aplicação da variação do índice no percentual de 3,8124%, de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M (Índice Geral dos Preços do Mercado).
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contratado o total de R$ 17.974,32 (dezessete mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) referente ao período de renovação, sendo de R$ 1.497,86 (um mil quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos) o valor mensal.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 17 de agosto de 2025.
CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

MARCIA SIRLEI HELING
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:ECF38BCA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
HOMOLOGA E CONTRATA P.E. 059 2024

PORTARIA N. º 482/2024 de 16.08.2024.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 059/2024 de 04.06.2024,** destinado a contratação de empresa (s) para o fornecimento de material elétrico (luminárias de LED), conforme descrições constantes do Termo de Referência/Anexo I, destinado a substituição de luminárias do perímetro urbano, visando a manutenção e ampliação da iluminação pública, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos conforme solicitação 115/2024. Considerando o ***"Menor Preço Por Item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP*** com o item nº 01 no valor de R$ 159.651,00 – ***PROFORT-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA*** com os itens nº 03 e 04 no valor de R$ 93.000,00. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 252.651,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e cinquenta e um reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 388/2024 e 389/2024.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 059/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – EPP e PROFORTE-X CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa (s) para o fornecimento de material elétrico (luminárias de LED), conforme descrições constantes do Termo de Referência/Anexo I, destinado a substituição de luminárias do perímetro urbano, visando a manutenção e ampliação da iluminação pública, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos conforme solicitação 115/2024.
VALOR: R$ 252.651,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil seiscentos e cinquenta e um reais) conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 225 – 06.002.15.451.1010.2123.3.3.90.30.00;**

*** 232 - 06.002.15.452.1010.2125.3.3.90.30.00;**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:7DAB7168

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 224/2024.
REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 038/2024.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 003/2023.
Fundamentação: Conforme previsão contratual (cláusula quinta) e Art. 79, da Lei n. º 8.666/93.
- Pelo presente Termo, rescinde-se de forma amigável o Contrato de Prestação de Serviços, que tem como objeto a prestação de serviços como ***"Oficina de Jogo de Matemáticos*** (Lote 04)", Escola Municipal do Campo Bom Jesus – 10 (dez) horas semanais, no período da manhã - totalizando 40 (quarenta) horas mensais, que serão prestados segundo orientação da Secretaria Municipal de Educação, firmado entre o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI*, e a empresa ***ANA PAULA MULLER COSTA,*** localizada na Travessa 27, 132, Centro, CEP: 85.790-000, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 54.329.780/00001-47, neste ato devidamente representada legalmente por *ANA PAULA MULLER COSTA,* portadora do CPF sob n. º 103.185.299-98 e RG 13.359.277-6, conforme o ajuste que segue:
1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e a Contratada resolvem rescindir o referido Contrato, formalizado em 10.06.2024.
2º - A presente rescisão se dá por ato amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei de Licitações.
3º - Nestes termos, fica rescindido o valor total contratado de R$ 10.417,69 (dez mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos), e, as partes dão uma a outra quitação total de suas obrigações, nada mais uma podendo reivindicar da outra.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ANA PAULA MULLER COSTA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:87FCED7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO PRESENCIAL N. º 111/2020. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 332/2020.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária, Sra. *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI*, e de outro lado a empresa ***ATITUDE AMBIENTAL LTDA,*** com sede na Estrada Principal, s/n, Linha São Roque, Dois Vizinhos, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 07.075.504/0001-10, neste ato representada legalmente pelo senhor *VALDEMAR JOSÉ SPIELMANN*, portador do CPF sob n. º 666.251.909-00. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência contratual, para até mais 12 (doze) meses, do valor do Termo Contratual com aplicação de reajuste, mantidas as demais condições firmadas em 14 de agosto de 2020 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL
Fica reajustado o valor mensal de R$ 3.004,51 (três mil quatro reais e cinquenta e um centavos) para R$ 3.119,05 (três mil cento e dezenove reais e cinco centavos), com aplicação da variação do índice no percentual de 3,8124%, de acordo com o cálculo atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado-IGPM.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Fica alterado o valor contratual de R$ 36.054,12 (trinta e seis mil cinquenta e quatro reais e doze centavos) para R$ 37.428,60 (trinta e sete mil quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta centavos) para um período de 12 (doze) meses.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 14 de agosto de 2025, a partir do vencimento.
CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

ATITUDE AMBIENTAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:1BC09653

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 085/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 396/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI* e de outro lado a empresa ***SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA***, sita à Rua Anita Ribas, 410, Bairro Bacacheri, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.520-610, inscrita no CNPJ sob n. º 00.656.468/0001-39, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *LUIZ RENATO GAROFANI*, portador do CPF sob n. º 874.165.659-87. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 17.02.2025.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:E4E2476D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 085/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 397/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI* e de outro lado a empresa ***PONTAMED FARMACEUTICA LTDA***, sita à Rua Padre Arnaldo Janssen, 1.452, Cara-Cara, município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, CEP 84.032-300, inscrita no CNPJ sob n. º 02.816.696/0001-54, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *FERNANDO PARUCKER DA SILVA*, portador do CPF sob n. º 248.710.109-10. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 17.02.2025.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:BB256A5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 085/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 400/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI* e de outro lado a empresa ***INOVAMED HOSPITALAR LTDA***, sita à Rua Dr. João Caruso, 2115, Industrial, município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.706-250, inscrita no CNPJ sob n. º 12.889.035/0001-02, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *SEDINEI STIEVENS*, portador do CPF sob n. º 004.421.050-70. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 17.02.2025.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:CD24C806

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 085/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 401//2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI* e de outro lado a empresa ***ILG COMERCIAL LTDA***, sita à Rua Itacolomi, 377, Bairro La Salle, município de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.505-050, inscrita no CNPJ sob n. º 20.657.155/0001-02, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *ADOLFO FREDERICO GRAMS*, portador do CPF sob n. º 025.663.419-07. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 17.02.2025.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:A5192812

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 085/2023. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 403//2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente

representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI* e de outro lado a empresa ***F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA***, sita à Rua Genuino Piacentini, 59, Santa Terezinha, município de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85.506-220, inscrita no CNPJ sob n. º 28.093.678/0001-85, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *FABIO EMANUEL REBONATTO*, portador do CPF sob n. º 046.973.639-90. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada a vigência para até 17.02.2025.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

REGINA CRISTINA ANTUNES SCAPINI
Secretária Municipal de Saúde

F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:9BD203AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024

MODALIDADE DE DISPENSA: Nº. 11/2.024
PROCESSO Nº. 24/2.024
OBJETO: Contratação de agente de integração de estagiário, visando a administração do programa de estágio remunerado de um estagiário nível superior para Câmara Municipal de Carlópolis.
TIPO DE PAGAMENTO: Pagamento Mensal conforme descrito no contrato.
EMPRESA AUTORIZADA: CEINEE- CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES CNPJ Nº. 07.136.551/0001-26
VALOR: R$ 372,00 Trezentos e setenta e dois reais anual, dividido em 12 parcelas mensais de R$ 31.00
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75 Inciso II da Lei 14.133/2021 Dispensa de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:F8609FAA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 071/2022- PROCESSO INTERNO Nº 119/2022 - (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representada por seu Prefeito Municipal Hiroshi Kubo**,** brasileiro**,** portador da Cédula de Identidade RG nº 839.181-5- SSP/PR e inscrito no CPF nº 089.767.919-91 e de outro lado como **CONTRATADA a Empresa COVERCOPY LOCACAO E VENDA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.772.359/0001-38,** com sede a Avenida São Judas Tadeu, 573, Jardim Imperial, na cidade de Maringá, Estado de Paraná, CEP 87023200, **Telefone: (04)43025-5547,** E-mail: ricardo@covercopy.com.br chamado@covercopy.com.br, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato pela Senhora Mariuni Bairros da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 61378987/SSP/PR e CPF nº 019.519.169-21, residente e domiciliado na cidade de Maringá**, q**ue, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
O presente aditivo tem por objeto a Prestação de serviços de locação de impressoras para atender Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR
O valor altera de R$0,045, para R$0,0467 por folha, conforme índice IGPM, totalizando o valor do contrato em R$ 42.030,00 (quarenta e dois mil e trinta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo tem vigência de 16 de agosto de 2024 a 16 de agosto de 2025

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 098/2022.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 15 de agosto de 2024.

HIROSHI KUBO
Contratante

COVERCOPY LOCACAO E VENDA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Dirceu Rogerio de Camargo
Código Identificador:2B36F926

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 090/2021- PROCESSO INTERNO Nº 182/2021 - (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representada por seu Prefeito Municipal Hiroshi Kubo**,** brasileiro**,** portador da Cédula de Identidade RG nº 839.181-5- SSP/PR e inscrito no CPF nº 089.767.919-91 e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **VOXCITY TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.813.396/0001-14**,** com sede na Rua Gastão Bicca de Oliveira, n° 749, Sala 01, Centro, no município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.860-000, Telefone: (48)3435-8900, E-mail: atendimento@voxcity.com.br doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato pelo Senhor Diego Bernada Netto, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4640711/SSP/SC e CPF nº 034.464.979-27, residente e domiciliado na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina**, q**ue, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
O presente aditivo tem por objeto a Contratação de empresa para integração telefônica implantação, suporte e solução completa de equipamentos para atender o Município de Carlópolis

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR
O valor mensal passa de R$ 6.046,41 para R$ 6.277,62 por mês, conforme índice IGPM, totalizando o valor do contrato em R$ 75.331,44 (setenta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo tem vigência de 11 de agosto de 2024 a 11 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 195/2020.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 12 de agosto de 2024

HIROSHI KUBO
Contratante

VOXCITY TECNOLOGIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Dirceu Rogerio de Camargo
Código Identificador:2CF62913

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2024 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 51/2024 PROCESSO INTERNO Nº 94/2024

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**TEIXEIRA SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 51.005.852/0001-02**
Objeto	Aquisição de cesta básica para atender famílias carentes atendidas pelo Cras (Centro de Referência da Assistência Social)
Vigência do Contrato	16/08/2024 à 16/08/2025
Valor Contratual	**R$ 133.400,00 (cento e trinta e três mil e quatrocentos reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal – Contratante
TEIXEIRA SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Dirceu Rogerio de Camargo
Código Identificador:BFDC38C1

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 079/2024 - DP

SÚMULA: SUBSTITUIÇÃO NO DECRETO Nº 018/2023 DO MEMBRO DO COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIROSHI KUBO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

RESOLVE:

Art. 1º: Fica nomeado para Substituir no Comitê Municipal de Transporte Escolar o seguinte membro:

DESLIGAR	SUBSTITUIR	ENTIDADE QUE REPRESENTA	CONDIÇÃO
Roberto Fernandes da Silva	Gabriel Brito de Oliveira	Secretaria Municipal de Educação	Titular

Art. 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 15 de agosto de 2.024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sirlene do Amaral
Código Identificador:3E2D0D94

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO 080/2024 - DP

SÚMULA – Dispõe sobre o Decreto 022/2023 da substituição dos Representantes: Secretaria Municipal de Educação, Poder Executivo Municipal, Conselho Municipal de Educação, Servidores Técnicos Administrativos, Estudantes - Ed.Básica Pública - indicado pela entidade de estudantes secundaristas e Estudantes - Ed. Básica Pública no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação – FUNDEB.

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, para substituição no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB.

DECRETA

Artigo 1º: Ficam nomeados para substituir os representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação – FUNDEB do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, os seguintes membros:

DESLIGAR	SUBSTITUIR	ENTIDADE QUE REPRESENTA	CONDIÇÃO
Jéssica Sanches Salvi	Andréa Cristina Soares	Secretaria Municipal De Educação	**Suplente**
Tâni de Almeida Varaschim	Maria Carolina Souza Mendes	Poder Executivo Municipal	**Suplente**
Nilce Mara e Silva Yamashita	Gilmar Xavier de Barros	Conselho Municipal de Educação	**Titular**
Roberto Fernandes da Silva	Gabriel Brito de Oliveira	Servidores Técnicos Administrativos	**Suplente**
Mirian Eduarda Simão da Silva	Bruna Ribeiro Malta	Estudantes - Ed.Básica Pública - indicado pela entidade de estudantes secundaristas.	**Titular**
Rosangela Aparecida Alves	Soeli Alves Ferreira da Silva	Estudantes - Ed.Básica Pública - indicado pela entidade de estudantes secundaristas.	**Suplente**
Adriana Marcelino Muniz	Priscila Garcia Ramos	Estudantes - Ed. Básica Pública	**Titular**
Neide da Silva	Eriele Paula Ramos	Estudantes - Ed. Básica Pública	**Suplente**

Artigo2º: O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 15 de agosto 2024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene do Amaral
Código Identificador:4B771072

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL 4.110/2024

SÚMULA: Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.024.

HIROSHI KUBO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.675 DE 09 DE AGOSTO DE 2024, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 349.807,00 (trezentos em quarenta e nove mil, oitocentos e sete reais) destinado à seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 24.005 – Departamento de Obras Públicas
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Natureza da Despesa: 4.4.90.61.00.00 – Aquisição de Imóveis

Artigo 2º- Como recurso para abertura do crédito previsto no artigo anterior será utilizado o Superávit Financeiro da Fonte 00501 Alienação de Ativos em consonância com o artigo 43, parágrafo 1º do Inciso I da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º- Fica acrescentado nos Anexos do Plano Plurianual, Lei Municipal 1.535/2021, nos programas descritos abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Programa	Descrição Programa	Acréscimo (R$)
0349	Pavimentação e Drenagem de Vias	R$ 349.807,00

Artigo 4º- Fica acrescentado no anexo das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas na Lei Municipal 1.626/2023, nas ações descritas abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código da Ação	Descrição da Ação	Acréscimo (R$)
1533	Pavimentação e Drenagem de Vias	R$ 349.807,00

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Carlópolis/PR, 16 de agosto de 2024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:83E1CEEB

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL 4.111/2024

SÚMULA: Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.024.

HIROSHI KUBO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI MUNICIPAL 1.674 DE 09 DE AGOSTO DE 2024, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 109.181,50 (cento e nove mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos) destinado à seguinte dotação orçamentária:

24.005.15.451.0349.1413.4.4.90.61.00.00 – Aquisição de Imóveis – Fonte de Recursos – 1000 – Recursos Ordinários (Livres) – R$ 109.181,50

Art. 2º - Como recurso para abertura do crédito previsto no artigo anterior e em consonância com o artigo 43, parágrafo 1º do Inciso I da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, será utilizado o superávit financeiro registrado na fonte 1000 – Recursos Ordinários Livres no montante de R$ 109.181,50 (cento e nove mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos);

Art. 3º - Fica acrescentado nos Anexos do Plano Plurianual, Lei Municipal 1.535/2021, nos programas descritos abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Programa	Descrição Programa	Acréscimo (R$)
0349	Pavimentação e Drenagem de Vias	R$ 109.181,50

Art. 4º - Fica acrescentado no anexo das Metas e Prioridades das Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas na Lei Municipal 1.626/2023, nas ações descritas abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Ação	Descrição Ação	Acréscimo (R$)
1533	Pavimentação e Drenagem de Vias	R$ 109.181,50

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 16 de agosto de 2.024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:5742D05A

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL 4.112/2024

HIROSHI KUBO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI MUNICIPAL 1.676 DE 09 DE AGOSTO DE 2024, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 7.487,92 (sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) destinado às seguintes dotações orçamentárias:

27.002.13.392.0365.2501.3.3.90.31.00.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras – Fonte de Recursos – 1054 – Transferências Destinadas ao Setor cultural – LC nº195/2022 – Art.8º - Demais Setores da Cultura – R$ 2.223,33

27.002.13.392.0365.2501.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 1053 – Transferências Destinadas ao Setor cultural – LC nº195/2022 – Art.8º - Demais Setores da Cultura – R$ 5.264,59

Art. 2º - Como recurso para abertura do crédito previsto no artigo anterior e em consonância com o artigo 43, parágrafo 1º dos Incisos I e II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, serão utilizados:

§1º - O Superávit Financeiro no montante de R$ 5.808,26 (cinco mil, oitocentos e oito reais e vinte e seis centavos) das fontes:

1053 - Transferências Destinadas ao Setor cultural – LC nº195/2022 – Art.5º - Audiovisual no valor de R$ 4.215,25(quatro mil, duzentos e quinze reais e vinte e cinco centavos)
1054 – Transferências Destinadas ao Setor Cultura – LC nº195/2022 – Art.8º Demais setores da Cultura no valor de R$ 1.593,01 (um mil, quinhentos e noventa e três reais e um centavos);
§2º - Excesso de arrecadação no total de R$ 1.679,66 (um mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos) registrado nas rubricas:
1.3.2.1.01.0.1.11.10.00.00.00 – Remuneração de Depósitos – FR 1053 – R$ 1.049,34 (um mil, quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos);
1.3.2.1.01.0.1.11.11.00.00.00 – Remuneração de Depósitos – FR 1054 – R$ 630,32 (seiscentos e trinta reais e trinta e dois centavos);
Art. 3º - Fica acrescentado nos Anexos do Plano Plurianual, Lei Municipal 1.535/2021, nos programas descritos abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Programa	Descrição Programa	Acréscimo (R$)
0365	Carlópolis é Mais Cultura	R$ 7.487,92

Art. 4º - Fica acrescentado no anexo das Metas e Prioridades das Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas

na Lei Municipal1.626/2023, nas ações descritas abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Ação	Descrição Ação	Acréscimo (R$)
1548	Atividades Culturais	R$ 7.487,92

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 16 de agosto de 2.024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:6335A509

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL 4.113/2024

SÚMULA: Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.024.

HIROSHI KUBO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.677 DE 15 DE AGOSTO DE 2024, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) destinado a seguinte dotação orçamentária:

27.002.13.392.0365.2501.3.3.90.31.00.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras – Fonte de Recursos – 1063 - PNAB - Politica Nacional Aldir Blanc – R$ 9.400,00

Art. 2º - Como recurso para abertura do crédito previsto no artigo anterior e em consonância com o artigo 43, parágrafo 1º do Inciso II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, será utilizado o excesso de arrecadação registrado na Rubrica 1.7.1.9.60.0.1.00.00.00.00.00. – TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI N 14.399/2022 – PRINCIPAL, Fonte de Recursos 1063, no valor de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais);

Art. 3º - Fica acrescentado nos Anexos do Plano Plurianual, Lei Municipal 1.535/2021, nos programas descritos abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Programa	Descrição Programa	Acréscimo (R$)
0365	Carlópolis é Mais Cultura	R$ 9.400,00

Art. 4º - Fica acrescentada no anexo das Metas e Prioridades das Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas na Lei Municipal 1.626/2023, nas ações descritas abaixo as metas discriminadas no artigo 1º deste decreto:

Código Ação	Descrição Ação	Acréscimo (R$)
1548	Atividades Culturais	R$ 9.400,00

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 16 de agosto de 2.024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:E2F9977F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 071/2024

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador ISMAEL FERNANDES QUEIROGA**,** para ir até a cidade de BRASILIA-DF, nos dias 18 a 21 de agosto, para ir em diversos gabinetes de Deputados Federais e Senadores do Paraná.
.
Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 16 de agosto de 2024

JOSÉ PEREIRA DA CRUZ
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:117435C9

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 072/2024

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias conforme as Resoluções 002/2018 e 001/2022 para o Vereador TIAGO ALVES DA SILVA**,** para ir até a cidade de BRASILIA-DF, nos dias 18 a 21 de agosto, para ir em diversos gabinetes de Deputados Federais e Senadores do Paraná.
.
Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 16 de agosto de 2024

JOSÉ PEREIRA DA CRUZ
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:138DD91B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024**

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Pregão Eletrônico nº 16/2024**, após a análise e verificação da

documentação e a propostas apresentadas, bem como a não manifestação de recurso pelas participantes, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação. Matendo os termos e vencedores nos valores já declarados em prévia Ata.

Centenário do Sul/PR, 16 de Agosto de 2024.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:5D18E23C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2024 - ID Nº 10324

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2024 - ID Nº 10324
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 12/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: MCS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de bebedouros industriais destinados aos diversos departamentos da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul. Ata de Registro de Preços
VALOR GLOBAL: R$ 14.700,00 (Quatorze Mil e Setecentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.
DATA DE ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:17AB57CC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2024

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2024**

De acordo com os termos do **Inexigibilidade de Licitação nº 9/2024**, CERTIFICO que a credenciada LUCÉLIA DA SILVA DIAS apresentou no dia 16 de agosto de 2024 documentação regular conforme edital, se classificando no presente processo licitatório conforme tabela abaixo descrita.

ESPECIALIDADE: TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
Classificação	Nome	Data Hora
7	LUCÉLIA DA SILVA DIAS	16/08/2024 09:00

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Centenário do Sul/PR, 16 de agosto de 2024.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:E4AD5FE3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 79/2024 - ID Nº 7924

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 79/2024 - ID Nº 7924
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CREDENCIADA: DENISY MARA SANTOS CARDOSO TUROZI
RESCISÃO: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato firmado em 03/07/2024 entre as partes, conforme solicitação apresentada e de acordo com o art. 137, inciso V da Lei 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA: 08/08/2024

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:3DEA1AB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL 07.05/2024 4ª CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, destinado ao recrutamento de estagiários, aberto por meio do Edital nº 01.05/2024.

RESOLVE

CONVOCAR os estudantes abaixo relacionados, aprovados no certame supracitado, comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de publicação deste ato, para que procedam sua habilitação visando a inclusão no Programa de Estágio deste Poder, na modalidade não obrigatória

Candidatos convocados favor fazer o **Cadastro** como estudante no site da empresa integradora **CIEE Centro de Integração Empresa-Escola https://www.cieepr.org.br**

O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.

Convocados para Preenchimento de Vagas do CURSO DE ADMINISTRAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ CIÊNCIAS CONTÁBEIS;

Classificação	***Nome***
12º	BARBARA THAIS DE PAULA GONÇALVES
13º	LAURA CRISTINA TOLARI PRZYSIADA

Cerro Azul – PR 16 de Agosto de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:DB21423D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DIPSENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2024

Dispensa de Licitação nº 025/2024
Processo Administrativo nº 039/2024

Objeto: Aquisição de materiais médicos hospitalares para a manutenção de atendimentos diários prestados na Casa de Saúde Dr. Ênio Costa e na Unidade Básica de Saúde, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência.- Anexo I.

Em favor da empresas:
SUPERMED – CNPJ Nº 76.105.626/0001
Valor total dos itens: R$ 21.678,22 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

MEDICATO – CNPJ Nº 05.264.280/0001
Valor total dos itens: R$ 1.357,35 (mil, trezentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

LOKALMED – CNPJ Nº 32.282.308/0001-63
Valor total dos itens: R$ 1.084,00 (mil e oitenta e quatro reais)

PROMEFARMA – CNPJ Nº 81.706.251/0001-98
Valor total dos itens: R$ 8.259,60 (oito mil, duzentos e cinquenta e nove mil e sessenta centavos)

Pelo presente **TERMO DE RATIFICAÇÃO**, tendo recebido nesta data, Parecer Jurídico, bem como o Processo Administrativo de Dispensa elaborado pela Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 080/2024, e do reconhecimento da presença dos requisitos exigidos pelo Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a referida dispensa bem como encaminho o presente processo para o Departamento competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Cerro Azul/PR, 16 de agosto de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:AAF91FBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
EDITAL 78-2024

EDITAL Nº78/2024

CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR (A)- ENSINO FUNDAMENTAL

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, Rafaela Martins Losi, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com o **Edital nº51/2024**, visando o preenchimento de vaga para a contratação de **Professor (a)- Ensino Fundamental (20 horas).**

TORNA PÚBLICO, a convocação parcial dos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado para a Administração Municipal, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

Art. 1°- Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia 22 de Agosto de 2024, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para assumir a vaga e distribuição do local de trabalho.

Classificação	Nome do Candidato	Média
43º	Alessandra Biedermann De Jesus	6,00
44°	Roneide Fatima De Oliveira	5,75
45°	Bruna Danieli Pereira Da Silva	5,75
46°	Marizete Souto Fracalossi	5,50
47°	Vandressa Magri Silva	5,50
48°	Juliana Toniolli	5,00
49°	Maria Aparecida Barrabarra Vaz	4,75
50°	Ana Paula Candido Galvão	4,75
51°	Mariana Valenga Valério	4,50
52°	Beatriz Aparecida De Souza	4,25
53°	Jéssica Fernandes Da Silva	4,25

Art. 2°- O não comparecimento na data e local marcados, para atenter o presente edital e confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito a vaga.

Clevelândia, Paraná, 16 de Agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:638C238D

GABINETE
EDITAL 79-2024

EDITAL Nº79/2024

CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR (A)- EDUCAÇÃO INFANTIL

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, Rafaela Martins Losi, no uso das suas atribuições legais, e emconformidade com o**Edital nº51/2024**, visando o preenchimentodevagapara a contrataçãode**Professor (a)- Educação Infantil (40 horas).**

TORNA PÚBLICO,a convocação parcial dos aprovados noProcesso Seletivo Público Simplificado para a Administração Municipal, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 1°-Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia 22 de Agosto de 2024,juntoao Departamento de Recursos Humanos,paraassumiravagaedistribuiçãodolocal detrabalho.

Classificação	NomedoCandidato	Média
30º	Graziéli Aparecida Dos Santos	5,75
31º	Lucimara De Castro	5,50
32º	Rosana De Lima	5,50
33º	Leamar Ruas De Andrade	5,25
34º	Rosangela Maria Bernardi Carneiro	5,25

Art.2°-O não comparecimento na data e local marcados, para atenter o presente editale confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direitoavaga.

Clevelândia,Paraná,16 de Agostode2024.

Registre-se,Publique-se,Cumpra-se.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:5D4E0A55

GABINETE
DECRETO 285-2024

DECRETO: 285/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento de 2024, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2847 de 15 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2024, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de anulação parcial no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

06 - Secretaria Munic. de Assistência Social

06.003 - Fundo Municipal de Assistência Social

06.003.0008.0244.0018.2035 - TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS

3390300000 - Material de consumo
R$ 20.000,00
06.003.0008.0244.0018.2039 - Manutenção do FUNDO Municipal de Assistência Social

3390930000 - Indenizações e restituições
R$ 1.000,00
Total: R$ 21.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Anulação

06 - Secretaria Munic. de Assistência Social

06.003 - Fundo Municipal de Assistência Social

06.003.0008.0244.0018.2035 - TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS

3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
R$ 20.000,00
4490520000 - Equipamentos e material permanente
R$ 1.000,00
Total: R$ 21.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 16 de agosto de 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:37F6E4AE

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 001/2024/CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Resolução nº 001/2024/Conselho Municipal de Segurança Pública

Súmula: Aprova e empossa a Mesa Diretora da 1ª Gestão do Conselho Municipal de Segurança Pública biênio 2024/2026.

O Conselho Municipal de Segurança Pública, criado pela Lei nº 2.560/2016, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária, Eleição e posse no dia 13 de agosto de 2024, a plenária aprovou.

Resolve:

Art 1º – **Aprovar e empossar a Mesa Diretora da 1ª gestão do Conselho Municipal de Segurança Pública biênio 2024/2026:**
Presidente: Cleberson dos Santos, brasileiro, casado, policial militar, CPF nº 074.920.99-12, residente e domiciliada a Rua Major Estevão do Nascimento, 69, Centro, Clevelândia/PR;
Vice-Presidente: Lígia Kelli Bernardon, casada, empresária, CPF nº 025.939.489-06, residente e domiciliada na Rua Liberdade, n° 331, Centro, Clevelândia/PR;
Secretária: Letícia Fogolari de Ávila Rozzatti, brasileira, casada, funcionária pública, CPF nº 096.935.929-21, residente e domiciliada na Rua Piragibe de Araújo, 199, Centro, Clevelândia/PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBERSON DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:81C6A524

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 002/2024/CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Resolução nº 002/2024/Conselho Municipal de Segurança Pública

Súmula: Aprova o Regimento Interno deste conselho, autoriza a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, com a devida inscrição em CNPJ e autoriza a abertura de conta corrente do FMSP.

O Conselho Municipal de Segurança Pública, criado pela Lei nº 2.560/2016, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária no dia 13 de agosto de 2024, a plenária aprovou.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Pública.
Art. 2° Autorizar a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, com a devida inscrição em CNPJ.
Art. 3° Autorizar a abertura de conta corrente do Fundo Municipal de Segurança Pública.
Art. 4° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBERSON DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:9943BB07

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 71

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2024
DATA CONTRATO: 13 de agosto de 2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA - Estado Paraná.
CONTRATADO: HOTEL AMIGAO LTDA.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE HOTEIS NA CIDADE DE CLEVELÂNDIA - PR, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA INCLUINDO CAFÉ DA MANHA.
VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).
EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: Prazo para execução do contrato será de 16/08/2024 até 15/08/2025

RAFAELA MARTINS LOSI –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:F69305DB

LICITAÇÃO
EXTRATO 4º ADITIVO M.A. RUZZA

EXTRATO DO 4ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 069/22.
PARTES: Município de Clevelândia e M. A. Ruzza Rissardi Elétrica-ME.
OBJETO: Reajuste do valor contratado.
PRAZO: 12 (doze) meses.
ÍNDICE DE REAJUSTE: 4,49% (quatro inteiros e quarenta e nove centésimos por cento).
VALOR DO REAJUSTE: R$. 3.221,76 (três mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).
PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 08/08/2024 a 07/08/2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 08/08/2022 a 07/10/2025**.**
FORO: CLEVELÂNDIA – PR**.**
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2024.

Clevelândia, 15 de agosto de 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI **-**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:11B58B63

LICITAÇÃO
EXTRATO 4º ADITIVO ATITUDE AMBIENTAL

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 066/22
PARTES: Município de Clevelândia e Atitude Ambiental Ltda.
OBJETO: Reajuste do valor contratado.
PRAZO: 12 (doze) meses.
ÍNDICE DE REAJUSTE: 4,49% (quatro inteiros e quarenta e nove centésimos por cento).
VALOR DO REAJUSTE: R$. 2.334,63 (dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos).
PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 01/08/2024 a 31/07/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 01/08/2022 a 30/09/2025**.**
FORO: CLEVELÂNDIA – PR**.**
DATA DE ASSINATURA: 15/08/2024.

Clevelândia, 15 de agosto de 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:C0A9DBFB

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2024
Processo Adm: Nº 040/2024
Objeto: Aquisição de uniformes/fardas para a Banda Municipal de Clevelândia - PR, para fins de atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Empresas vencedoras valor total: R$ 34.499,92(trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos):**JOTAGÊ CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA**(20147887000152) com o lote: 1 no valor total de R$ 34.499,92 (trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

CLEVELÂNDIA - PR, 16 de agosto de 2024

RODRIGO ANTÔNIO MENDES DA SILVA
Condutor de Processos

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:53E16FE9

LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 8° (OITAVO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 046/20
PARTES: Município de Clevelândia e Heloisa Batistella.
OBJETO: Reajuste do valor do contrato.
PRAZO: 12 (doze) **meses**.
ÍNDICE DE REAJUSTE: 4,49% (quatro inteiros e quarenta e nove centésimos por cento).
VALOR ADICIONAL: R$. 1.218,92 (hum mil, duzentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) anuais.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 01/08/2024 a 31/07/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/08/2020 a 30/10/2025.
FORO: CLEVELÂNDIA – PR
DATA DE ASSINATURA: 16/08/2024.

Clevelândia, 16 de agosto de 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:10BC4E9D

LICITAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 7° (SÉTIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 046/20
PARTES: Município de Clevelândia e Heloisa Batistella.
OBJETO: Prorrogação de prazo e vigência do contrato.
PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) **meses**.
VALOR DO ADITAMENTO: R$. 27.147,53 (vinte e sete mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos) anuais.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: De 01/08/2024 a 31/07/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 01/08/2020 a 30/10/2025.
FORO: CLEVELÂNDIA – PR**.**
DATA DE ASSINATURA: 16/08/2024.

Clevelândia, 16 de agosto de 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:30879C30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2024 DISPENSA Nº 033/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2024
DISPENSA Nº 033/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 277/2024.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADOS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.37.00.00 – 1000 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.37.00.00 – 103 – LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA
06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.37.00.00 – 104 – LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.37.00.00 – 104 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
07.003.10.301.0019.2.043.3.3.90.37.00.00 – 1000 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
07.003.10.302.0019.2.047.3.3.90.37.00.00 – 1000 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
08.001.08.122.0021.2.051.3.3.90.37.00.00 – 1000 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
VALOR TOTAL:R$328.550,40 – trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos.
CONTRATADA: ENGENHART PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA – CNPJ: 37.890.553/0001-77
DATA:16/08/2024.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:53B9F441

IPRECONTENDA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2022 - DISPENSA Nº 003/2022

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2022
DISPENSA Nº 003/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de licença de uso de website, contemplando a elaboração, manutenção, suporte e hospedagem de site institucional do IPRECONTENDA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/09/2024 a 31/08/2025
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/10/2024 a 30/09/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.001.09.122.0026.2.202 3.3.90.40.00. FONTE: 100

VALOR TOTAL: R$ 6.279,60 (Seis mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

CONTRATADA: L2F SISTEMAS WEB LTDA – ME / PLENUS SISTEMAS

CNPJ 12.491.159/0001-35

DATA: 16/08/2024

GUILHERME BRUNO WONSOVICZ
Presidente do IPRECONTENDA

Publicado por:
Guilherme Bruno Wonsovicz
Código Identificador:C7D3027C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DECRETO N°4991 /2.024.

DECRETO N°4991 /2.024.

SÚMULA: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1845/2.023 de 08 de Dezembro de 2.023.

Art. 1 º - Em conformidade com o art. 4º, inciso III da Lei Municipal nº 1845/2023 de 08 de dezembro de 2023 e conforme o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 192.595,83 (Cento e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos), para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
02.02 – Departamento de Administração	
04.122.2.2.004 – Serviços da Administração Geral	
(18) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 129.831,82
FONTE: 00510/00510.01.07.00.00.2.753.0000	98.584,12
(SF) - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
FONTE: 00511/00511.01.07.00.00.2.753.0000	31.247,70
(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	
07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS RURAIS	
07.02 – Departamento de Serviços Urbanos	
25.752.17.2013 – Serviços de Iluminação Pública	
(385) 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 62.764,01
FONTE: 00507/00507.99.99.00.00.2.751.0000	62.764,01
(SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	
TOTAL	**R$ 192.595,83**

Artigo. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior na forma do art.43, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será considerada como recursos financeiros, o Superávit Financeiro do exercício de 2023, por fonte de recursos.

Superávit financeiro do exercício Anterior (Art.43, §1º, Inciso I da Lei 4.320	
FONTE: 00510/00510.01.07.00.00.2.753.0000	98.584,12
(SF) - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
FONTE: 00511/00511.01.07.00.00.2.753.0000	31.247,70
(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	
FONTE: 00507/00507.99.99.00.00.2.751.0000	62.764,01
(SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	
TOTAL	**R$ 192.595,83**

Artigo. 3º - As alterações constantes deste decreto passam a constar na Lei do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Artigo. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cruz Machado/PR, em 16 de agosto de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Antonio Schmidt
Código Identificador:1B2B9FC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DECRETO N°4992 /2.024.

DECRETO N°4992 /2.024.

SÚMULA: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1845/2.023 de 08 de Dezembro de 2.023.

Art. 1 º - Em conformidade com o art. 4º, inciso V da Lei Municipal nº 1845/2023 de 08 de dezembro de 2023 e conforme o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 468.013,48 (Quatrocentos e sessenta e oito mil, treze reais e quarenta e oito centavos), para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS RURAIS	
07.03 – Departamento de Obras	
26.782.3.2.010 Conservação e Manutenção de Estradas e Vias	
(368) 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	R$ 468.013,48
FONTE: 00504/00504.99.99.00.00.1.704.0000	468.013,48
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	
TOTAL	**R$ 468.013,48**

Artigo. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior na forma do art.43, parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será considerada como recursos financeiros, o excesso de arrecadação por tendência, por fonte de recursos.

Excesso de Arrecadação por Tendência (Art.43, §1º, Inciso II da Lei 4.320	
FONTE: 00504/00504.99.99.00.00.1.704.0000	468.013,48
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	
TOTAL	**R$ 468.013,48**

Artigo. 3º - As alterações constantes deste decreto passam a constar na Lei do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Artigo. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cruz Machado/PR, em 16 de agosto de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Antonio Schmidt
Código Identificador:8A97D5E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3° AUDIÊNCIA E CONFERÊNCIA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONVIDA PARA A 3° AUDIÊNCIA PÚBLICA e CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Revisão do PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste convida os munícipes a participar da 30 Audiência Pública e Conferência Municipal da revisão do Plano Diretor Municipal - PDM, a ser realizada dia 02 de setembro de 2024, na sede da prefeitura municipal às 09:30 horas.

Sua presença é muito importante!

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:C500A93F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 99/2024

PORTARIA N° 99/2024
16/08/2024

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 01(uma) diária para o Senhor ORLANDO HENRIQUE GUIMARÃES, motorista lotado na secretaria de Educação, Cultura e Esporte, referente à viagem para a cidade de Foz do Iguaçu – PR; no dia 17 de agosto de 2024, para levar indígenas em Foz do Iguaçu/PR.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte Quatro.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:A34F770A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 100/2024

PORTARIA N° 100/2024
16/08/2024

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 01(uma) diária para o Senhor ELIELTON PEREIRA GOMES, motorista lotado na secretaria de Educação, Cultura e Esporte, referente à viagem para a cidade de Santa Helena – PR; no dia 17 de agosto de 2024, para levar indígenas em Santa Helena/PR.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste. Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte Quatro.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:44775FD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO CONTRATUAL DISPENSA 44

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E P R E S T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O
Que entre si celebram de um lado O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa **D LANZARINI & CIA LTDA - EPP.** Processo Licitatório Sob Nº 144/2024; Modalidade Dispensa de Licitação Sob Nº 44/2024. Que tem como objetivo a Prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final dos dejetos de fossa séptica das unidades públicas do município com veículo de capacidade máxima de 15000 litros; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Diamante D'Oeste/PR; **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB Nº 235/2024**, datado de 16-08-2024, com Vigência de 08 (oito) meses, ou seja, até o dia 16-04-2025.

CONTRATADA	VALOR GLOBAL
"D LANZARINI & CIA LTDA - EPP" CNPJ. Nº 82.286.501/0001-40.	R$ 15.200,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:CBA2620A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO DE SUPRESSÃO PR RP 28/2024

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.182/2024, decorrente de Pregão n° 28/2024 de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 10, CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Guilherme Pivatto Junior, e a empresa SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA , inscrita no CNPJ sob nº. 00.656.468/0001-39, com sede no endereço RUA ANITA RIBAS, 410, CENTRO, HUGO LANGE CURITIBA-PR neste ato representada por LUIZ RENATO GAROFANI, portador do RG n° 45414230, portador do CPF sob n° 874.165.659-87, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Supressão (Redução de Valor) na importância de R$ 19,01 (dezenove reais e um centavo) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLAÚSULA PRIMEIRA: Com base na cláusula décima, resolvem suprimir o valor do contrato em questão. Corrigindo o valor global da cláusula terceira que é R$ 31.034.00 (trinta e um mil e trinta e quatro reais), sendo a supressão global de R$ 19,00 (dezenove reais), passando o valor global a ser R$ 31.015.00 (trinta e um mil e quinze reais).

com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Contratante
Soma/ PR Comercio de Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ:77.817.476/0001-44
GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Contratada
Prefeitura Municipal de Diamante D' Oeste
CNPJ:006.564.680-00139
LUIZ RENATO GAROFANI
RG:45414230
CPF:874.165.659-87

DIAMANTE DO OESTE 16 de agosto de 2024.

Representante Legal

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:E04F0867

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO CONTRATUAL PR RP 28/2024

E X T R A T O C O N T R A T U A L
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. Processo licitatório sob nº 92/2024; na modalidade licitatória Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preços sob nº 28/2024; menor preço unitário. Objeto: aquisição de medicamentos, para atender o Centro Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamante D'Oeste/PR, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 23-07-2025.

Empresas Contratadas	Itens	Valor Global R$
"**PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**"; CNPJ: 02.816.696/0001-54; Contrato sob nº 180/2024.	09, 12, 15, 17, 18, 27, 28, 37, 39, 45, 53, 56, 58, 72, 73, 79, 91, 95, 98, 102, 110, 117, 120, 125, 126, 132, 141, 151, 161, 162, 170, 175, 189, 192, 197, 198, 199, 203, 206.	39.577,40
"**GRAMS & GRAMS LTDA**"; CNPJ: 10.448.145/0001-03; Contrato sob nº 176/2024.	03, 11, 19, 21, 23, 38, 40, 48, 49, 50, 57, 60, 62, 63, 68, 107, 124, 133, 136, 139, 166, 169, 176, 178, 181, 187, 188, 207.	41.463,50
"**PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**"; CNPJ: 81.706.251/0001-98; Contrato sob nº 181/2024.	46, 70, 92, 93, 94, 104, 105, 111, 135, 137, 138, 143, 144, 145, 167, 191, 193, 202.	18.243,80

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:5BF330EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO REALINHAMENTO PR RP 28/2024

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2024

1° Termo aditivo do contrato nº.176/2024, decorrente de Pregão n° 28/2024 de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 10, CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Guilherme Pivatto Junior, e a empresa GRAMS & GRAMS - EPP , inscrita no CNPJ sob nº. 10.448.145/0001-03, com sede no endereço RUA ITACOLOMI, 361, CENTRO, CENTRO PATO BRANCO-PR neste ato representada por INGRID RUTH HEGELE GRAMS, portador do RG n° 15807016, portador do CPF sob n° 240.674.909-68, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 404,50 (quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 176/2024, referente ao Pregão Eletrôncio por RP sob nº 28/2024, com base na cláusula décima do contrato primitivo, fazer realinhamento de preço dos itens 19, 38, 40,48, 49, 50, 68, 107, 139, 181; dando um aumento no valor do contrato de R$ 404.50 (quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Contratante
Prefeitura Municipal de Diamante D'oeste
CNPJ:77.817.476/0001-44
GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Contratada
Grams & Grams - EPP
CNPJ:104.481.450-00103
INGRID RUTH HEGELE GRAMS
RG:15807016
CPF:240.674.909-68

Diamante do Oeste 16 de Agosto de 2024.

Representante Legal

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:9D88D4AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO DE SUPRESSÃO PR RP 28/2024

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2024

1° Termo aditivo do contrato nº.180/2024, decorrente de Pregão n° 28/2024 de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 10, CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Guilherme Pivatto Junior, e a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA , inscrita no CNPJ sob nº. 02.816.696/0001-54, com sede no endereço RUA FRANCO GRILO, 374, CENTRO, CENTRO PONTA GROSSA-PR neste ato representada por FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR, portador do RG n° 188527-II, portador do CPF sob n° 248.710.109-10, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Supressão (Redução de Valor) na importância de R$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme Contrato sob nº 180/2024, modalidade Pregão

Eletrônico por RP sob nº 28/2024, com base na cláusula décima, resolvem suprimir os valores dos itens 06, 24, 109, 179.
Corrigindo o valor global da cláusula terceira, passando o valor global a ser R$ 39.577,40 (trinta e nove mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:028.166.960-00154
Guilherme Pivatto Junior FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL RG:188527-II
CPF:248.710.109-10
DIAMANTE DO OESTE 16 de agosto de 2024.
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:FB53BAB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO DE SUPRESSÃO PR RP 28/2024

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2024

1° Termo aditivo do contrato nº.181/2024, decorrente de Pregão n° 28/2024 de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 10, CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Guilherme Pivatto Junior, e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAS LTDA , inscrita no CNPJ sob nº. 81.706.251/0001-98, com sede no endereço , , CENTRO, - neste ato representada por JEFERSON CAMPOS MASTALER, portador do RG n° 88828933, portador do CPF sob n° 037.193.609-89, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Supressão (Redução de Valor) na importância de R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais) , corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme Contrato sob nº 181/2024, modalidade Pregão Eletrônico por RP sob nº 28/2024, com base na cláusula décima, resolvem suprimir os valores dos itens 115 e 180.
Corrigindo o valor global da cláusula terceira, passando o valor global a ser R$ 18.243,80 (dezoito mil duzentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

CONTRATANTE CONTRATADA
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAS LTDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:817.062.510-00198
Guilherme Pivatto Junior JEFERSON CAMPOS MASTALER
PREFEITO MUNICIPAL RG:88828933
CPF:037.193.609-89
DIAMANTE DO OESTE 16 de agosto de 2024.
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:7DE29106

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS ADITIVOS Nº 121/2024.

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos Aditivos nº 121/2024.

Contrato	114/2024 – Pregão Eletrônico nº 049/2024
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Acsul Comercial Ltda - CNPJ/MF nº 41.471.513/0001-68.
Objeto	Aquisição de produtos e materiais de higiene e limpeza, visando assegurar a saúde e segurança, manter ambientes agradáveis, cumprir normas e regulamentações e a preservação de bens e instalações de todas as secretarias municipais. Com itens exclusivos para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, cota reservada e ampla concorrência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	05 de agosto de 2024.

Contrato	135/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº 033/2024
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Federação Paranaense de Futebol de Salão - CNPJ nº 75.971.564/0001-70.
Objeto	Contratação da Federação Paranaense de Futsal visando o pagamento de taxas, referente a participação da Associação Duovizinhense de Futsal nos Campeonatos organizados pela entidade, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 8.880,00(oito mil, oitocentos e oitenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	14 de agosto de 2024.

Contrato	138/2024 – Pregão Eletrônico nº 049/2024
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Objet Comercio de Equipamentos e Servicos Ltda - CNPJ/MF nº 18.917.693/0001-47.
Objeto	Aquisição de máquinas para a marcenaria municipal – Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 33.014,99 (trinta e três mil e quatorze reais e noventa e nove centavos)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	16 de agosto de 2024.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 187/2023– Inexigibilidade de Licitação nº 042/2023.	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Instituto de Saúde de Dois Vizinhos- ISDV - CNPJ nº 08.298.687/0001-03.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda - do valor contratual – acresce ao Contrato o valor de R$ 3.798.967,50 (três milhões, setecentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Quinta - do prazo de execução e vigência do contrato - Prorrogam-se os prazos de execução e vigência até 27 de dezembro de 2024.
Data de Assinatura	15 de agosto de 2024.

Dois Vizinhos, 16 de agosto de 2024.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D0D39C75

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2024.
OBJETO**: Registro de preços, objetivando a futura e eventual aquisição de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) para realização de recuperação de ruas, avenidas e calçamentos nas**

vias públicas do município de Dois Vizinhos/PR. Com cota reservada para micro empresa e empresa de pequeno porte e ampla concorrência.
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito em Exercício do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o parecer do Senhor Pregoeiro constante da ata do Pregão Eletrônico nº 90043/2024 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório, declarando-o **DESERTO.**

Dois Vizinhos, 16 de agosto de 2024.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:295916B0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2024.
OBJETO**: Aquisição e recarga de extintores de incêndio para atender as necessidades das diversas secretarias. Exclusivo para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito em Exercício do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90061/2024 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: LICITECH CONSULTORIA & SOLUTIONS EM LICITAÇÕES PUBLICAS LTDA,** CNPJ Nº 52.804.043/0001-23, com desconto de **29%,** totalizando a proposta em **R$ 56.800,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais),** pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 16 de agosto de 2024.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C03EA119

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2024.
OBJETO**: Aquisição de persianas verticais com instalação inclusa, em tecido e em PVC para atender a demanda dos diversos setores da administração municipal. Com item Exclusivo e Cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e ampla concorrência.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito em Exercício do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90069/2024 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: , GIROLDO DECORA LTDA,** CNPJ Nº 18.900.026/0001-51 , com proposta no valor total de **R$ 82.788,00 (oitenta e dois mil setecentos e oitenta e oito reais)** pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 16 de agosto de 2024.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:67FCED45

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 076/2024

PORTARIA Nº 076/2024

Altera a composição da Comissão Processante designada por meio da Portaria nº 075/2024.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Processante designada pelo art. 2º da Portaria nº 075/2024, que passa a ser integrada pelos seguintes servidores:

Presidente	Dione Luiz da Silva	Matrícula Funcional n° 16420-1
Membro	Pamela Behling Rosalino	Matrícula Funcional n° 13714-1
Membro	Dirlei Luci Lermen Obergen	Matrícula Funcional n° 19578-1

Art. 2º As demais disposições prescritas pela Portaria n.º 075/2024 permanecem inalteradas.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, 63º ano de emancipação.

LUIZ CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3369E4EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024 PROCESSO ADM: Nº 092

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA VERIFICAR POR MEIO DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE APOIO A FISCALIZAÇÃO DO ITR, DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE DO ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE
UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL, INTEGRADO À CONSULTORIA EM MÉTODOS E PROCESSOS NO QUAL TANGE O IMPOSTO ITR EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADE DA DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO.
Empresas vencedoras valor total: R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais): CONVICTA TREINAMENTOS LTDA (17834237000332) com os lotes: 1 no valor total de R$
39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), sexta-feira, 16 de agosto de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:2BACBA00

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024 PROCESSO ADM: Nº 092

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA VERIFICAR POR MEIO DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE APOIO A FISCALIZAÇÃO DO ITR, DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE DO ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL, COM RELAÇÃO À ÁREA, DESTINAÇÃO E GRAU DE
UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL, INTEGRADO À CONSULTORIA EM MÉTODOS E PROCESSOS NO QUAL TANGE O IMPOSTO ITR EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADE DA DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO. Empresas vencedoras valor total: R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais): CONVICTA TREINAMENTOS LTDA (17834237000332) com os lotes: 1 no valor total de R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), sexta-feira, 16 de agosto de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:BB452F77

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2024 REF.: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA PARA COORDENAR CONJUNTAMENTE O PROJETO CULTURAL, INOVADOR E TURÍSTICO, VOLTADO À ECONOMIA CRIATIVA “SOU FERNANDES PINHEIRO".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO.
CNPJ Nº 01.619.323/0001-20.

CONTRATADO: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA - SEBRAE/PR
CNPJ: 75.110.585/0001-00

VALOR GLOBAL: R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05(cinco) meses
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

Data de assinatura: 07/08/2024.
Dispositivos legais: Lei Federal 14.133/2021 e legislações complementares.

Fernandes Pinheiro, em 16 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Serviço de Apoio ás Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná–SEBRAE/PR
MICHAEL DOUGLAS CAMILO
SUELLEN F. PAVANELO DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:7155EA69

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2024 REF.: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2024

Objeto: contratação de empresa para diagnóstico turístico para avaliação contextualizada da oferta e do potencial turístico de fernandes pinheiro/pr, identificando oportunidades e subsídios para estruturação do plano municipal de turismo de forma participativa e construção coletiva de plano de ações alinhada ao setor com o comtur-conselho municipal de turismo de fernandes pinheiro/pr.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO.
CNPJ Nº 01.619.323/0001-20.

CONTRATADO: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA - SEBRAE/PR
CNPJ: 75.110.585/0001-00

VALOR GLOBAL: R$ R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05(cinco) meses
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

Data de assinatura: 07/08/2024.
Dispositivos legais: Lei Federal 14.133/2021 e legislações complementares.

Fernandes Pinheiro, em 16 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Serviço de Apoio ás Micro e Pequenas Empresas do Estado DoParaná– SEBRAE/PR
MICHAEL DOUGLAS CAMILO
SUELLEN F. PAVANELO DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:5BA4DB97

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2023 REF.: AO PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 049/2023.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção, adequação, reparos e reformas de pouca relevância material dos bens públicos para esta municipalidade com fornecimento de ferramentas, insumos, peças e materiais, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: GOP ENGENHARIA LTDA EPP
CNPJ nº 12.613.869/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

§ Único – Conforme previsto nas cláusulas nona e décima do contrato original, e de acordo com Parecer Jurídico e Contábil, fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços, passando o seu vencimento de 13/08/2024 para 13/08/2025 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 13/09/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
§ Único – Pela alteração no prazo de prestação de serviços, fica alterado o valor global contratual, passando de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Fernandes Pinheiro, 16 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Gop Engenharia LTDA EPP
LEANDRO SCHANOSKI
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:43E00B30

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO DE OBRA Nº 126/2021 REF.: A CONCORRÊNCIA Nº 001/2021 - EXECUÇÃO DE NOVOS BLOCOS DA APAE

Objeto: Execução de novos blocos da APAE no Município de Fernandes, Paraná, compreendendo fechamentos (muros, gradis) e pavimentação.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: GOP ENGENHARIA LTDA EPP
CNPJ nº 12.613.869/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DOS VALORES
§ Único – Conforme previsto na cláusula segunda do contrato, de acordo com os pareceres contábil e jurídico, e conforme parecer técnico, fica reajustado os valores contratados conforme abaixo:
a) conforme INCC-M do período de dezembro de 2021 a novembro de 2022 no percentual de **9,11%** fica reajustado o saldo remanescente até a data (R$ 559.300,44 (quinhentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais e quarenta e quatro centavos)) no valor de **R$ 48.300,44 (quarenta e oito mil e trezentos reais e quarenta e quatro centavos)**;
b) conforme INCC-M do período de dezembro de 2022 a novembro de 2023 no percentual de **3,05%** fica reajustado o saldo remanescente até a data (R$ 87.927,98 (oitenta e sete mil e novecentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)) no valor de **R$ 2.833,12 (dois mil e oitocentos e trinta e três reais e doze centavos)**;
c) conforme INCC-M do período de dezembro de 2021 a novembro de 2022 no percentual de **9,11%** e de dezembro 2022 a novembro de 2023 no percentual de **3,05%** fica reajustado o saldo do valor aditivado que correspondia à tabela original (R$ 184.837,66 (cento e oitenta e quatro mil e oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos)) no valor de **R$ 21.387,28 (vinte e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos)**;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL
§ Único – O valor total do reajuste será de R$ 72.520,84 (setenta e dois mil e quinhentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), com isso o valor global do contrato passa de R$ 1.848.535,18 (um milhão e oitocentos e quarenta e oito mil e quinhentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos) para R$ 1.921.056,02 (um milhão e novecentos e vinte e um mil e cinquenta e seis reais e dois centavos).

Fernandes Pinheiro, em 01 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

GOP Engenharia LTDA EPP
LEANDRO SCHANOSKI
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:F8DFEDB3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 126/2021 REF.: A CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

Objeto: Execução de novos blocos da APAE no Município de Fernandes, Paraná, compreendendo fechamentos (muros, gradis) e pavimentação.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: GOP ENGENHARIA LTDA EPP
CNPJ nº 12.613.869/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA
§ Único - Conforme previsto na cláusula quinta do contrato original e de acordo com pareceres Técnico e Jurídico, fica alterado o prazo de execução da obra, passando seu vencimento de 02/08/2024 para 01/10/2024.

Fernandes Pinheiro, em 02 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

GOP Engenharia LTDA EPP
LEANDRO SCHANOSKI
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:E61E07AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 03/2024 – 1ª RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.57/2024
INEXIGIBILIDADE 06/2024

Objeto: Credenciamento de interessados em Prestar serviços de fonoaudiólogo, pessoa jurídica, para atendimento á Secretaria Municipal de Saúde de Flor da Serra do Sul/PR.

Retifica-se o Edital e Termo de Referencia quanto o critério utilizado no credenciamento e a limitação territorial.

Onde le-sê: ´´ Possuir clinica em um raio máximo de 50km da unidade de saúde de Flor da Serra do Sul-PR``.

Leia-se: ´´ Possuir clinica ou estabelecimento físico, com profissional capacitado. ``

Onde le-sê: ´´Fundamentação: art. 79 da Lei Federal 14.133/2021 e art. 3º do Decreto Municipal 36/2024:
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
I- a Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados;
II- quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, como por exemplo a ordem cronológica da necessidade do objeto.
III- O quantitativo da contratação será dividido de forma igual para todos os credenciados exceto quando a proposta do credenciado dispor de quantidade máxima suportada pelo mesmo.``

Leia-se: ´´Fundamentação: art. 79 da Lei Federal 14.133/2021 e art. 3º e 16º do Decreto Municipal 36/2024:
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
a- a Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados;
b- o contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização da Administração Municipal.

Art. 16. O credenciamento para contratação com seleção a critério de terceiros se dará nas hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público.``.

Exigências retiradas uma vez que o critério deste credenciamento será: com seleção a critério de terceiros (**hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará**), e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público.

Os pedidos de Credenciamento serão julgados pela Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria n.º 167/2024 e 267/2024, inicialmente no dia **29 de Agosto de 2024, a partir das 09:00 horas (para empresas que tiverem enviado seus pedidos até 29 de agosto de 2024 ás 08:59 horas),** em conformidade com os preceitos da Lei n.º 14.133/20213, em especial do Artigo 79, Decretos Municipais nº 36/2024 e demais legislações aplicáveis, e de acordo com o disposto no presente edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos. O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital, tendo novos credenciados (pedidos), a cada 90 dias serão avaliados a quantidade de credenciados e aí será redistribuído o quantitativo. Cópia do Edital retificado através do sitio da prefeitura: www.fssul.pr.gov.br, PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou através do Comprasnet https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

Flor da Serra do Sul/PR, 16 de Agosto de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:33456403

RH
EXTRATO DE CONTRATO PSS 02/2024

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 46/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***AMELIA RAMIREZ***
OBJETO/CARGO: ASSISTENTE SOCIAL– PSS
VALOR SALÁRIO MENSAL: R$ 5.237,03 (cinco mil e duzentos e trinta e sete reais e três centavos)
VIGÊNCIA: 16/08/2024 a 30/11/2024

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:05E8DF87

RH
EXTRATO DE CONTRATO PSS 02/2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 015/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***SILVIA GASPARETTO***
OBJETO/CARGO: SERVENTE DE SERVIÇOS GERAS– PSS
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 19/08/2024 a 30/11/2024

Flor da Serra do Sul-PR, 19 de agosto de 2024.
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 016/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***VANESSA DOS SANTOS***
OBJETO/CARGO: SERVENTE DE SERVIÇOS GERAS– PSS
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 19/08/2024 a 30/11/2024

Flor da Serra do Sul-PR, 19 de agosto de 2024.

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:E8D59B36

RH
PORTARIA 301/2024

PORTARIA Nº 301/2024

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias para o Servidor Público Municipal Sr. **CÉSAR ZANELLA LAMERA,** inscrito no RG sob Nº 98950729 - SSP-PR, ocupante do Cargo efetivo de Técnico Agrícola , a partir de 15 de agosto de 2024, referente ao Período Aquisitivo 2021/2022, devendo retornar às suas atividades em 14 de setembro de 2024.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 15/08/2024.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 16 de agosto de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A2443325

RH
PORTARIA 302/2024

PORTARIA Nº 302/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **ROSALINA BORGES DA ROSA DOS SANTOS** inscrita no RG sob nº 13R/3104800 - SSP - SC, efetiva no cargo de Servente de Serviços Gerais, de forma fracionada, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2016/2021, baseando-se na Lei Municipal nº 033/93, no seu Artigo 101, a partir de 16 de agosto de 2024, devendo retornar às suas atividades em 18 de setembro de 2024.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 16 de agosto de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:5C408038

RH
PORTARIA 303/2024

PORTARIA Nº 303/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **CAROLINE TOLEDO FELTRIN,** inscrita no RG sob nº 100027739 - SSP - PR, efetiva no cargo de Professora, pelo período de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo 2016/2021, baseando-se na Lei Municipal nº 033/93, no seu Artigo 101, a partir de 19 de agosto de 2024, devendo retornar às suas atividades em 17 de novembro de 2024.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 16 de agosto de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:054294A3

RH
PORTARIA 304/2024

PORTARIA Nº 304/2024
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 17 (dezessete) dias de férias para o Servidor Público Municipal Sr. **RONALDO CAVAZOTTO,** inscrito no RG sob Nº 75122110- SSP-PR, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços , a partir de 19 de agosto de 2024, referente ao Período Aquisitivo 2022/2023, devendo retornar às suas atividades em 05 de setembro de 2024.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 16 de agosto de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:B4972F45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 40/2024

O Município de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro, 443, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.772.400.0001/14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, ratifica a DISPENSA de licitação n° 40/2024, nos termos do Artigo 75, caput, II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 40/2024
CONTRATADA: J. DE SOUSA PESQUEIRO LONGAS
CNPJ: 44.187.179/0001-03.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de refeição em pesqueiro.
VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais).
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Paço Municipal aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Andretto Arias
Código Identificador:313664AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2022.

PROCESSO: Tomada de preços nº 10/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MAURO S. KRINSKI E CIA LTDA - EPP (CNPJ Nº 95.684.866/0001-75)
OBJETO: "Dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato Administrativo nº 135/2022 do Pregão Presencial nº 10/2022 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA JUNTO AO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E AGRICULTURA NA ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DA NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL, PARA A FORMAÇÃO DE BANCO DE DADOS UTILIZADOS NA CONFERÊNCIA DOS VALORES DECLARADOS PELAS EMPRESAS, ACOMPANHAMENTO JUNTO AOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE E CONTADORES, EM RELAÇÃO AO

CORRETO PREENCHIMENTO DA EFD - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL E DEFIS - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS E A ORIENTAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AS SECRETARIAS DE ESTADO DA FAZENDA, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, IBGE E INCRA"
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 16 de agosto de 2025.
DATA DE ASSINATURA: 16/08/2024.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:4FDDFF37

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO 006/2024

RESOLUÇÃO Nº 006/2024

O Conselho Municipal de Assistência Social de Foz do Jordão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2009 de 15/06/2009 e reunida em 16/08/2024.

Resolve:

Art. 1º – Art. 1º – Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação do Repasse: **Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, del.069/2022.**
Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 16 de abril de 2024.

ADRIANA ANTUNES FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:ED4EB84A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 368/2024

PORTARIA Nº 368/2024

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Municipal nº 894/2021, que dispõe sobre a contratação por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE

Artigo 1º- Prorrogar o contrato de trabalho da Servidora "**MARCIA ADRIANA APARECIDA RODRIGUES"**portadora do RG n° 9.112.070-4 SSP/RR e inscrita no CPF nº 052.510.329-51, aprovada em Processo Seletivo Simplificado –**PSS**, para exercer o Cargo de**"PROFESSORA"**, nos termos do Edital nº 01/2023.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 15 de Agosto de 2024.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:8282FE7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro designado através da Portaria nº 188/2024 de 20 de maio de 2024, torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2024 – Processo nº 203/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de coffee breaks e lanches, para utilização em eventos institucionais envolvendo solenidades, seminários, encontros, reuniões, palestras, cursos e conferências promovidos pela Municipalidade.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA. CNPJ Nº 27.787.054/0001-03. ITENS 04 R$ 23,40; 20 R$ 39,95; 21 R$ 4,75; 22 R$ 4,75.
2 – MARCOS GABRIEL DA LUZ SILVA. CNPJ Nº 43.153.652/0001-79. ITENS 05 R$ 3,50; 15 R$ 8,50.
3 – PANIFICADORA MORAES LTDA. CNPJ Nº 03.508.500/0001-27. ITENS 02 R$ 1.197,00; 03 R$ 1.597,00; 07 R$ 12,48; 10 R$ 19,74; 11 R$ 10,35; 19 R$ 12,49.
4 – ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA. CNPJ Nº 08.386.792/0001-96. ITENS 01 R$ 2.399,00; 06 R$ 22,90; 08 R$ 9,90; 09 R$ 10,90; 25 R$ 7,92; 26 R$ 25,90.
5 – 42.593.760 IVANA MARIA MARMENTINI. CNPJ Nº 42.593.760/0001-08. ITENS 12 R$ 15,99; 13 R$ 14,00; 14 R$ 19,90; 16 R$ 129,90; 17 R$ 19,00; 18 R$ 99,00; 23 12 R$ 15,99; 13 R$ 14,00; 14 R$ 19,90; 16 R$ 129,90; 17 R$ 19,00; 18 R$ 99,00; 23 R$ 90,00; 24 R$ 61,00.
VALOR TOTAL R$ 223.532,30 (duzentos e vinte e três mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

Francisco Beltrão, 16 de agosto de 2024.

VLADEMIR VIEIRA DA CUNHA
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:0A5EF0A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro designado através da Portaria nº 188/2024 de 20 de maio de 2024, torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2024 – Processo nº 355/2024.

OBJETO: Aquisição de tiras de glicemia (fita reagente para exames de glicemia), incluindo o fornecimento e reposição de glicosímetros, instalação e manutenção de software, para utilização na rede municipal de saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto

Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ Nº 00.656.468/0001-39. ITEM 01 R$ 0,32.
VALOR TOTAL R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais).

Francisco Beltrão, 16 de agosto de 2024.

VLADEMIR VIEIRA DA CUNHA
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:7DCCE2B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2024 – Processo nº 203/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de coffee breaks e lanches, para utilização em eventos institucionais envolvendo solenidades, seminários, encontros, reuniões, palestras, cursos e conferências promovidos pela Municipalidade.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA. CNPJ Nº 27.787.054/0001-03. ITENS 04 R$ 23,40; 20 R$ 39,95; 21 R$ 4,75; 22 R$ 4,75.
2 – MARCOS GABRIEL DA LUZ SILVA. CNPJ Nº 43.153.652/0001-79. ITENS 05 R$ 3,50; 15 R$ 8,50.
3 – PANIFICADORA MORAES LTDA. CNPJ Nº 03.508.500/0001-27. ITENS 02 R$ 1.197,00; 03 R$ 1.597,00; 07 R$ 12,48; 10 R$ 19,74; 11 R$ 10,35; 19 R$ 12,49.
4 – ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA. CNPJ Nº 08.386.792/0001-96. ITENS 01 R$ 2.399,00; 06 R$ 22,90; 08 R$ 9,90; 09 R$ 10,90; 25 R$ 7,92; 26 R$ 25,90.
5 – 42.593.760 IVANA MARIA MARMENTINI. CNPJ Nº 42.593.760/0001-08. ITENS 12 R$ 15,99; 13 R$ 14,00; 14 R$ 19,90; 16 R$ 129,90; 17 R$ 19,00; 18 R$ 99,00; 23 12 R$ 15,99; 13 R$ 14,00; 14 R$ 19,90; 16 R$ 129,90; 17 R$ 19,00; 18 R$ 99,00; 23 R$ 90,00; 24 R$ 61,00.
VALOR TOTAL R$ 223.532,30 (duzentos e vinte e três mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

Fica autorizada a aposição de assinatura digitalizada do Prefeito nos contratos.
HOMOLOGO a presente licitação.

Francisco Beltrão, 16 de agosto de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:D40CCA6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2024 – Processo nº 355/2024.

OBJETO: Aquisição de tiras de glicemia (fita reagente para exames de glicemia), incluindo o fornecimento e reposição de glicosímetros, instalação e manutenção de software, para utilização na rede municipal de saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ Nº 00.656.468/0001-39. ITEM 01 R$ 0,32.
VALOR TOTAL R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais).

Fica autorizada a aposição de assinatura digitalizada do Prefeito nos contratos.
HOMOLOGO a presente licitação.

Francisco Beltrão, 16 de agosto de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:CB71A2C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DECRETO 1343/2024

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

JUSTIFICATIVA: Erro de digitação.

Decreto n° 1.343/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16 de Agosto de 2024, Pg. 90, Ano XIIl / N° 3090, faz-se retificação do referido Decreto Municipal, conforme segue:

Onde Lê-se:

Licença Prêmio.

Leia-se:

Licença sem Vencimentos.

General Carneiro, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4365C66A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.472 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DISPÕE sobre a EXONERAÇÃO do cargo de COORDENADOR DE COMPRAS

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

EXONERAR, no dia 16 de Agosto de 2024 a Sra. **VITORIA MANUELI BOIKO**, MAT 3141, do cargo de **COORDENADOR DE COMPRAS**, desta municipalidade.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 16 de Agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:803689B0

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.342 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação do resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de novembro de 2023, Ano XII / n° 2890.

DECRETA

Art. 1º - Fica **NOMEADO**, no dia 19 de Agosto de 2024, **RENAN DA SILVA SILVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº. 165.719.527-93, para o cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** - CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001-2023 – modalidade Estatutário do Quadro de Servidores Efetivos do Município de General Carneiro.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 14 de Agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6BDBD32B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.346 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação do resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de novembro de 2023, Ano XII / n° 2890.

DECRETA

Art. 1º - Fica **NOMEADA**, no dia 19 de Agosto de 2024, **VANESSA ESTER FOGAÇA,** inscrito no CPF sob o nº. **118.515.079-06**, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS** - CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001-2023 – modalidade Estatutário do Quadro de Servidores Efetivos do Município de General Carneiro.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 15 de Agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:75C6D69D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo aditivo nº 001
Contrato n°189/2023
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: RC SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	R$ UND	R$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em elaborar laudos em Segurança e Medicina do Trabalho sendo, (LTCAT), **Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho,** sendo um Total de 430 funcionários..	Un	01	R$ 3.449,99	R$ 3.449,99

O valor total do contrato é de R$ 3.449,99 (três mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

CLAUSULA NONA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de execução dos serviços será de mais 12 (doze) meses, com inicio no dia 17/08/2024 e termino no dia 17/08/2025, podendo, referido prazo, ser prorrogado por períodos sucessivos, em conformidade com a lei lei 14.133/21.

Base Legal Lei n° 14.133/21;
Pregão Eletrônico: Nº 047/2023
Processo Licitatório nº 130/2023.
Objeto: Contratação de Empresa para Serviços Especializado em Segurança no Trabalho para fornecimento de Confecção dos Laudos PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional), expedido ou elaborado por médico do trabalho e LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste município

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Michelle Aparecida de Souza
Código Identificador:F5D5B9DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 034/2024/CM

EMENTA: "Concede férias regulamentares a servidor do Poder Legislativo Municipal, de acordo com os dispositivos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018, e dá outras providencias".

A Senhora Vereadora **LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioerê,

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder ao senhor **TIAGO VIEIRA MACEDO MIRANDA,** portador da CI/RG. Nº. 10.434.324-4 SSP/PR, lotado no quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las no período de **21/08/2024 a 30/08/2024**, referente ao período aquisitivo 05/01/2023 a 04/01/2024.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024.

LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:D55FE987

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 035/2024/CM

EMENTA: "Concede férias regulamentares a servidor do Poder Legislativo Municipal, de acordo com os dispositivos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018, e dá outras providencias".

A Senhora Vereadora **LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioerê,

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder a senhora **SILVIA CRISTINA SANTOS**, portadora da CI/RG. Nº. 6.346.816-9 SSP/PR, lotada no quadro de servidores ocupantes de Cargo em Comissão da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las no período de **28/08/2024 a 06/09/2024,** referente ao período aquisitivo 18/01/2023 a 17/01/2024.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:BD86955F

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 065/2024

A Senhora Vereadora **LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,5 diárias ao senhor **HERLEY KLEBER DANTAS DE OLIVEIRA, CPF**: 797.272.984-00; **CARGO:** Vereador, correspondente a R$1.476,68 (um mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Foz do Iguaçu/PR, no período de 21 a 23 de agosto de 2024, para participar de curso de capacitação em gestão pública **"GOVERNO LOCAL: GESTÃO PÚBLICA, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA"**, promovido pelo ICAP – Instituto de Capacitação e Pesquisa, conforme termo de solicitação de diária nº. 065/2024.

Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 16 de agosto de 2024.

LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:35E5B1B1

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 8.966/2024

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR ROBERTO DOS REIS DE LIMA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata REGINA MARIA FAVARÃO, CPF nº 017.010.679-94, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.
Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.
Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", Goioerê – PR, em 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:8415771B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 483/2024

REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O SENHOR ROBERTO DOS REIS DE LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 15 de agosto de 2024, a portaria nº. 481/2024 a qual redistribuiu, a servidora pública municipal BRUNA

CAVALCANTE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, atualmente na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2024.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:7827DC44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 484/2024

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2024, a servidora pública municipal SARA EDUARDA CABRAL DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Administração Escolar, com admissão em 09 de outubro de 2023, nomeada por meio da Portaria nº 713/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:8F8F9B80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 485/2024

Revoga a Portaria nº 482, de 15 de agosto de 2024 e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando a necessidade de prorrogação do Edital de Abertura nº 01/2022, que iniciou o Concurso Público nº 001/2022, RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 482, de 15 de agosto de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".

Goioerê – Paraná, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:4D6CAD3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
Contratada: SANTA CASA DE MISER.MARIA ANTONIETA
Valor: R$ 1.200.000,00
Vigência: Início: 14/08/2024 Término: 14/08/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 42/2024
Objeto da Contratação: REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO de incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, destinadas ao HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA, conforme PORTARIA GM/MS
N° 3.591, de 18 de abril de 2024 e PORTARIA GM/MS N° 3.604, de 19 de abril de 2024, por intermédio do Ofício 153/2024 - Plano de Trabalho e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Goioerê, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:6001C906

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
Contratada: APAE ASSOC.PAIS E AMIG.DOS EXCEP.DE GRE
Valor: R$ 150.000,00
Vigência: Início: 14/08/2024 Término: 14/08/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 41/2024
Objeto da Contratação: REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO de incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, destinados a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê-Pr, conforme PORTARIA GM/MS N° 3.604, de 19 de abril de 2024, por intermédio de Plano de Trabalho apresentado na Proposta nº 360005819012/02-400.

Goioerê, 16 de agosto de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:FC84D24D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 166/2024
HOMOLOGAÇÃO: 16/08/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
OBJETO: A presente demanda visa Dispensa de Licitação com Registro de Preço para aquisição futura e eventual de REAGENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES PRÉ-TRANSFUSIONAIS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê PR.
CONTRATADO: SUPRITECNICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 5.351,94
16/08/2024

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cíntia Pereira do Nascimento
Código Identificador:5284949B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXOS- EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024

ANEXO I

PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ

1. INFORMAÇÕES DO AGENTE CULTURAL
Você é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:
(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio - conta que receberá os recursos da premiação)
Agência:
Conta:
Banco:
Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência

Escolha a categoria a que vai concorrer: [SE O EDITAL FOR DIVIDIDO EM CATEGORIAS]

_____
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome social (se houver):
Nome artístico:
CPF:
RG:
Órgão expedidor e Estado:
Data de nascimento:
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
E-mail (caso possua):
Telefone:
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

2. INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL
2.1 Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

2.2 Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

2.3 Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

2.4 Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

2.5 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural a mais de dois anos, tais como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO (grupo ou coletivo sem CNPJ)
Grupo artístico:.....
Nome do representante do grupo ou coletivo artístico: .....
Nº de identidade RG: .....
Nº CPF: .....
E-mail: .....
Nº telefone: .....

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico ....., elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital da EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 - PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

...../PR, ... de ..... de 2024

Nome do representante .....

Assinatura do representante .....

ANEXO III - TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ – PARANÁ

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:
Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural Nº 004/2024 PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ

NOME:
LOCAL:

ASSINATURA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ

(Para agentes culturais optantes pelas cotas étnico-raciais – pessoas negras ou pessoas indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital Nº 004/2024 PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ – PARANÁ, que sou _____(informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital Nº 004/2024 PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ
que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO V
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital Nº 004/2024 PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS MUSICAIS - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ - PARANÁ
que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:30DC2281

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
Secretaria Tesouro Nacional	Simples Nacional	16/08/2024	929,46
FNDE	Salário Educação	16/08/2024	115.212,79
FNDE	Transporte Escolar	16/08/2024	8.188,24

Goioerê, 16 de Agosto de 2.024

ROSELY YUKIKO OTANI
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Kathyele da Silva Ribeiro Dos Santos
Código Identificador:979FF516

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO 07/2024 CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação, referente a Deliberação 069/2022 CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Goioxim/PR, nomeado através do Decreto nº 31, de 27 de julho de 2023, reunido extraordinariamente no dia 16de agostode 2024,

Resolve,

Art. 1º- Aprovar o Termo de Adesão repasse de recursos fundo a fundo para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (PCD) (18 a 59 anos) ou similar, como uma das possibilidades de atendimento às demandas provenientes das solicitações de acolhimento institucional encaminhadas por Municípios de Pequeno Porte I e II – Deliberação 069/2022 CEAS/PR.

Art. 2º- Aprovar o Plano de Ação, referente ao repasse de recursos fundo a fundo para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (PCD) (18 a 59 anos) ou similar, Deliberação 069/2022 CEAS/PR.

Art.3º - Esta resolução entra em vigor na data da publicação

Goioxim, 16de agostode 2024.

CLECIELE RIBAS DA CRUZ
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Joseane Gutelvil
Código Identificador:4ED7BD7E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 038/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0101/2024
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 038/2024

A Prefeita do Município de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do decreto municipal nº 002/2024, e demais normas aplicáveis, torna público que a Administração pretende realizar a **Contratação de empresa especializada para realização de oficinas astronômicas e cursos de astronomia para professores e alunos, por meio de Planetário Móvel com duas diárias para atender 1.400 alunos da Rede Municipal e Estadual do Município de Goioxim-PR, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação.**
Data da sessão: 22/08/2024.
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00.
Link: www.gov.br/compras/pt-br/
Critério de Julgamento: menor preço.

A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, devidamente cadastradas no site www.gov.br/compras/pt-br/ para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da dispensa deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto ao COMPRAS.GOV. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser cadastradas no site até a data de 22/08/2024 às 08:00.

Goioxim, 15 de agosto de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:F7BB05C6

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOIOXIM – ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA J MARTINS DA SILVA PAVIMENTACOES LTDA:

TOMADA DE PREÇOS N° 013/2022

Objeto: OBRA DE PAVIMENTAÇÃO RURAL COM PEDRAS IRREGULARES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM – PR, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob número 01.607.627/0001-78, estabelecida no a Rua Laurindo Cordeiro de Souza – 184, neste ato representada pela Sra. **Mari Terezinha da Silva**, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 - SSP/PR

CONTRATADA: MARTINS DA SILVA PAVIMENTACOES LTDA, inscrita CNPJ sob nº 39.784.485/0001-97, situada a VL POV VILA NOVA UNIAO, S/N - CEP: 85840000 - BAIRRO: VILA NOVA UNIAO, Céu Azul/PR; neste ato representada por JOAO MARTINS DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º, e CPF sob n.º 012.012.339-84, residente e domiciliado(a) à POV VILA UNIAO, S/N - CEP: 85840000 - BAIRRO: VILA NOVA UNIAO, Céu Azul/PR.

OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual e a prorrogação da vigência do Contrato nº 230/2022, firmado em 26/09/2022, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro e da necessidade de ajuste no cronograma de execução.

JUSTIFICATIVA: O presente reequilíbrio econômico-financeiro se faz necessário em virtude de resumidamente 2 fatores principais sendo eles**: 1.** Condições Climáticas desfavoráveis que fizera a obra ser paralisada; **2.** Aumento significativo do serviço desde a assinatura do contrato. Este evento não foi previsto na ocasião da contratação e impacta diretamente nos custos operacionais da CONTRATADA, comprometendo a equação econômico-financeira inicial. Além disso, a necessidade de ajuste no cronograma de execução exige a prorrogação da vigência contratual.

VALOR: O valor inicial do contrato, de R$ R$ 1.314.493,12 (um milhão, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e três reais e doze centavos), sofrerá um acréscimo/redução de R$ 197.655,89 (cento e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), passando o valor total ajustado a ser de R$ 1.512.149,01 (um milhão quinhentos e doze mil cento e quarenta e nove reais e um centavos).

PRAZO: Fica prorrogada a vigência do contrato por 180 (cento e oitenta dias) com novo término em 25/03/2025, em decorrência do ajuste no cronograma de execução motivado pelo reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULAS INALTERADAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, que não foram expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente aditivo, para que o mesmo surto seus legais e jurídicos efeitos.

Goioxim Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

J MARTINS DA SILVA PAVIMENTACOES LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:F8ED63D4

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 190 DE 16 AGOSTO DE 2024 NOMEIA, VANESSA FERRAZ DE LIMA

PORTARIA Nº 190 DE 16 AGOSTO DE 2024

Nomeia, VANESSA FERRAZ DE LIMA, para exercer o cargo de, em conformidade com o concurso público 002/2023 e dá outros provimentos.

MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, com base na Lei Municipal nº. 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei complementar n. 01/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º- Nomear VANESSA FERRAZ DE LIMA, RG nº 12.567.763-0 e CPF nº 101.573.829-07 para exercer o cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Zeladoria, 40 horas semanais, a partir da data de 19 de agosto de 2024, em conformidade com o concurso público 002/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 16 de Agosto de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:1A5D8CE5

MUNICIPIO DE GOIOXIM
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 038/2024

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 038/2024
Processo 072

A Prefeita Municipal de Goioxim- Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna pública a homologação e adjudicação do procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 038/2024, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA, HIDRÁULICA, REVISÕES E AFINS INCLUINDO O FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS/ACESSÓRIOS SENDO PO (PEÇAS ORIGINAIS) PG (PEÇAS GENUÍNAS) E PR (PEÇAS PARALELAS), PARA ATENDER OS MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS DE LINHA PESADA DESTA MUNICIPALIDADE**, as seguintes empresas:
A & L AUTO PEÇAS LTDA. CNPJ/MF: 07.086.032/0001-09 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90843981-33 ENDEREÇO: Av. Professor Pedro Carli, 5506 – Vila Carli, Guarapuava - PR E-MAIL: aelautopecas@gmail.com FONE: (042) 3629-4868. Total fornecedor R$ 551.800,00.
J. MARTINELLI LTDA CNPJ 01.400.519/0001-20 Sede à Prolongamento Rua das Palmeiras, SN, Bairro Cristo Rei CEP 85.560-000 Município de Chopinzinho, Estado do Paraná e-mail licitacoesmartinelli1@oulook.om telefone 46 3242-1237. Total fornecedor R$ 800.076,00.
ROGEF COMERCIO DE PEÇAS LTDA CNPJ 05.034.375.0001-96 RUA SETE SETEMBRO, S/N, CENTRO, CEP 85.168-000 MUNICÍPIO DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ FONE (42)3648-1155. Total fornecedor R$ **519.800,00.**

total geral de R$ 1.871.676,00 (Um Milhão, Oitocentos e Setenta e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Seis Reais).

Goioxim, 16 de agosto de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:64416260

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 136/2024

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de ração destinado aos animais recolhidos pelo canil municipal deste Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h00min do dia 30/08/2024
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09h01min às 09h59min do dia 30/08/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 30/08/2024

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 16 de agosto de 2024.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:8F2FE11E

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO (CORREÇÃO CNPJ EMPRESA)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2024
Pregão Eletrônico nº 009/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **COMERCIAL TOLOTTI LTDA - EPP, CNPJ nº 14.156.887/0001-16.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais de consumo de higiene e limpeza, copa e cozinha e outros materiais, que serão utilizados na manutenção e conservação da limpeza das secretarias e respectivos departamentos, do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 82.185,00 (oitenta e dois mil e cento e oitenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: início em 29 de fevereiro de 2024 e término em 01 de março de 2025.

Data de Assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 29 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:CE65D7E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 357/2024

Pregão Eletrônico nº 112/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **41.182.992 WESLEY ALCANTARA DE JESUS, CNPJ nº 41.182.992/0001-00.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 508.759,00 (quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

Prazo de Vigência: início em 16 de agosto de 2024 e término em 16 de fevereiro de 2025.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:02F664FF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 358/2024

Pregão Eletrônico nº 112/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **JOSE ROBERTO BARRIOS FAVRETO, CNPJ nº 32.317.603/0001-08.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: início em 16 de agosto de 2024 e término em 16 de fevereiro de 2025.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:FAD7F432

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2024

Pregão Eletrônico nº 112/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **53.496.081 CLEITON RODRIGUES BELEM, CNPJ nº 53.496.081/0001-29.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 199.500,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: início em 16 de agosto de 2024 e término em 16 de fevereiro de 2025.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:0936B625

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO (CORREÇÃO CNPJ EMPRESA)

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 131/2024,
Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 105/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **COMERCIAL TOLOTTI LTDA - EPP, CNPJ nº 14.156.887/0001-16.**

Objeto do Contrato: Futura e eventual aquisição de materiais de consumo de higiene e limpeza, copa e cozinha e outros materiais, que serão utilizados na manutenção e conservação da limpeza das secretarias e respectivos departamentos, do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 82.185,00 (oitenta e dois mil e cento e oitenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **01 de março de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 29 de fevereiro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:857F181E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 572/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2024

CEDENTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

CESSIONÁRIA: **ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAÍRA, CNPJ nº 75.564.625/0001-85**

Objeto do Contrato: REPASSE, pelo **CONTRATANTE**, referente ao **Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento das Metas Nacional - MAC**, garantindo o acesso aos serviços de assistência hospitalar à população da área de abrangência, respeitando critérios da pactuação ambulatorial e hospitalar, de acordo com a legislações vigentes.

Valor Total: R$ 1.047.780,00 (um milhão, quarenta e sete mil, setecentos e oitenta reais)

Recursos Orçamentários:
2027 / 9 / 1 / 2056 / 3339039999900000000 / 415

Prazo de Vigência: A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início em 16 de agosto de 2024 e término em **16 de agosto de 2025**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 57, da Lei n.º 14.133/2021, através de Termo Aditivo.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:8ADF8F9B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 573/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 357/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **41.182.992 WESLEY ALCANTARA DE JESUS, CNPJ nº 41.182.992/0001-00.**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 508.759,00 (quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **06 (seis) meses,** com início na data de assinatura e término em **16 de fevereiro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:D589A0D3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 574/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 358/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **JOSE ROBERTO BARRIOS FAVRETO, CNPJ nº 32.317.603/0001-08.**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **06 (seis) meses,** com início na data de assinatura e término em **16 de fevereiro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:2CD22649

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 575/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 359/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **53.496.081 CLEITON RODRIGUES BELEM, CNPJ nº 53.496.081/0001-29.**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra – Paraná.

Valor Total: R$ 199.500,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **06 (seis) meses,** com início na data de assinatura e término em **16 de fevereiro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 16 de agosto de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:36B0F7BE

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 400/2024

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 112/2024 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 112/2024,** cujo objeto é a prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

41.182.992 WESLEY ALCANTARA DE JESUS, inscrita no **CNPJ nº 41.182.992/0001-00**, vencedora do lote 1 e 4 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 508.759,00 (quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais);**

JOSE ROBERTO BARRIOS FAVRETO, inscrita no **CNPJ nº 32.317.603/0001-08**, vencedora do lote 2 e 3 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais);**

53.496.081 CLEITON RODRIGUES BELEM, inscrita no **CNPJ nº 53.496.081/0001-29**, vencedora do lote 5 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 199.500,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos reais);**

Art. 2º - Declarar que não houveram itens DESERTOS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:CD43528B

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 83/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 56/2023, resolve:
Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:
Projeto/Atividade: 01.003.10.302.0002.2.006 Manutenção Contratos de Programa- Hospital
Despesa: 3.3.90.13.00.00 – Obrigações Patronais
Fonte de Recurso: 3- Manutenção Contratos de Programa
Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Projeto/Atividade: 01.003.10.302.0002.2.006 Manutenção Contratos de Programa- Hospital
Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Fonte de Recurso: 3- Manutenção Contratos de Programa
Valor: R$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais)

Projeto/Atividade: 01.003.10.302.0002.2.006 Manutenção Contratos de Programa- Hospital
Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros-PJ
Fonte de Recurso: 3- Manutenção Contratos de Programa
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º A importância de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recurso, em função da Assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Rateio nº 130/2024.

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 16 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:6F961C95

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 84/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 56/2023, resolve:
Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 83/2024 que altera o Orçamento do Exercício de 2024 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2024 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2024:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
3 – Manutenção Contratos de Programa	3 Despesa Corrente	R$ 250.000,00

Art. 2º A importância de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais),** é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recurso, em função da Assinatura do Termo Aditivo
do Contrato de Rateio nº 130/2024.

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 16 de Agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:385455E9

CONSAMU
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 47/2024

Extrato do contrato de rateio, firmado entre o Consórcio De Saúde dos Municípios Do Oeste do PR – CONSAMU – CNPJ 17.420.047/0001-07 e os Municípios abaixo relacionado, o qual têm por objeto o repasse de verbas para prestação de serviços públicos na área da saúde sob regime de gestão associada.

MUNICÍPIO	Nº DO TERMO E CONTRATO	CNPJ	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
PALOTINA	01/130/2024	76.208.487/0001-64	JÉSSICA KERING FERNANDES	R$ 250.000,00	12/08/2024 A 31/12/2024

O contrato está disponível na íntegra no site: https://www.consamu.com.br/arquivos/20240816_112934_77.pdf

Cascavel, 16 de agosto de 2024.

JONNES VALENTIM DE OLIVEIRA
Diretora Financeira e Contábil

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:99145778

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL Nº 167/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 205/2022 nos termos deste edital.

2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
06º	266929	Daniele de Souza	Motorista Socorrista	Palotina
04º	261572	Douglas Heitor Lopes Weiber	Motorista Socorrista	Santa Helena
69º	256290	Elder Tiago dos Santos	Motorista Socorrista	Cascavel
70º	260485	Augusto Alves de Almeida Neto	Motorista Socorrista	Cascavel

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:91AC43FD

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 EDITAL Nº 168/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 002/2023 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 20/2024 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
6º	77	DAYANA MICHELE BLOEMER	Técnico em Enfermagem / SAMU	Ouro Verde do Oeste

**Candidato autodeclarado preto ou pardo*
3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.

5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:AC2E1BDB

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 EDITAL Nº 169/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 002/2023 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 156/2023 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
10º	624	LUIZ FELIPE CARLOTTO	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel

**Candidato autodeclarado preto ou pardo.*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.

- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:8B837272

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 170/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 061/2024, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
41º	871	Liz Mayara Fuchs Valdez*	Agente Administrativo	Toledo
13º	377	Adriana Paula Heep Cichock	Assistente Social	Cascavel
3º	0292	Marciana Luvison	Motorista Socorrista	Quedas do Iguaçu
1º	0934	Marcia Elisangela Alves Dos Santos Silva	Técnico em Enfermagem	Tupãssi

**Candidato portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:

- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:0B15919D

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 171/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 114/2024, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
02º	161/2024	Willian Jeferson Alves de Azevedo	Motorista Socorrista	Guaíra

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:EE73FF24

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 172/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 095/2024, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
14º	071	Diana Soares De Freitas	Técnico em Enfermagem	Cafelândia
15º	226	Elisangela Rocha Rafael	Técnico em Enfermagem	Cafelândia

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;

- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:D0915640

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 EDITAL Nº 174/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2023 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 138/2023 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
12º	1191	LUIZ FERNANDO ZUCHETTO	Fisioterapeuta	Cascavel

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:68C3DAAE

CONSAMU
PORTARIA Nº 191/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª. Ana Heloísa Mendes Zema RG 2.908.402-59 SSP-PR portadora do CRM 31523 PR, da Função Gratificada de Coordenador Médico.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada a Portaria nº 299/2022 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:4C0B46AA

CONSAMU
PORTARIA Nº 192/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Coordenador Médico da Central de Regulação SAMU, o Sr. José Luiz Lucchese Irigonhe RG 4.600.051-0 SESP-PR, portador do CRM-PR 10121, com gratificação de 30%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 003/2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:71DA78C9

PROJUR
DECRETO Nº 323/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2023 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 2.250.000,00 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com o artigo 6º, I da Lei Orçamentária Anual nº 2.323 de 07/12/2023, e igualmente com o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, e, considerando o memorando on-line sob o nº 007/2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a dotação para ORÇAMENTO GERAL DO MUNÍCIPIO DE GUAIRA, PARANÁ, do exercício de 2024, as fontes de recurso para despesa ID USO 507 e 000 para atender as disposições contidas na Portaria Nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64 no valor de R$ SUPERAVIT financeiro do exercício de 2023 e anteriores no valor de R$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) na forma abaixo discriminada:

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária das receitas oriundas do Exercício de 2023 e anteriores.

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2072 - Manutenção das Atividades do Setor de Iluminação Publica			
Funcional: 0015.0452.0044			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1559	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	507	2.000.000,00
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 1 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira			
Ação: 2031 - Manutenção das Atividades do Setor de Tesouraria			
Funcional: 0004.0123.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
421	3469071000000000000 - Principal da dívida contratual resgatado	0	250.000,00
TOTAL			**2.250.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:8DEAB215

PROJUR
DECRETO Nº 325/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DO CARGO DE PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra, e, considerando o memorando on-line sob o nº 081/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido JENIFER BIANCA SCHIZATE, matrícula nº 30006-1, admitida em 05.04.2021, concursada para o cargo de Professor, com desligamento no dia 19.08.2024, sendo este seu último dia de trabalho, comvacânciado cargo até então ocupado.

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 19 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:076E038C

PROJUR
DECRETO Nº 326/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: EXONERA A PEDIDO ASSESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, alterada pela Lei Municipal nº 2.286/2023, e, considerando o memorando online sob o nº 1.273/2022,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado a pedido **CELSO FERNANDO BOEIRA BENICIO**, portador da CI/RG nº XX.279.XXX-X - SESP/PR, do cargo em comissão de Assessor da Secretaria Municipal de Planejamento, símbolo CC3, com desligamento no dia 16 de agosto de 2024, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 152/2022 de 03.05.2022.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 16 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:C4D67547

PROJUR
PORTARIA Nº 401/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n° 3.627/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora Pública Municipal mencionados a seguir:

Nome	Matrícula Nº	Período Aquisitivo	Início/Final
Roseli Terezinha Paternolli	29383-01	2022/2023	19/08/2024 a 28/08/2024

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:AC590061

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

AVISO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024

Encontra-se aberto no Município de Guaraci-PR, o **Chamamento Público** que tem como objeto O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, MÉDICO CLINICO GERAL, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA, ESPECIALISTA EM PEDIATRIA, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA, MODALIDADE CONSULTAS, EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Inexigibilidade de Licitação nº 012/2024, Credenciamento nº 003/2024.** O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:00 horas, na Rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci – PR, CEP 86.620-000 ou o Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3260-1133 ou pelo e-mail licitacao@guaraci.net.
Durante o período de vigência do edital, as propostas devem ser entregues para o setor de Licitações, no endereço acima mencionado. **O credenciamento ficará aberto a partir do dia 23 de agosto de 2024 com vigência indeterminada.**

Guaraci, 16 de agosto de 2024.

SIDNEI DEZOTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F0F796FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

O Município de Guaraci, torna público que o **CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2024, FOI RETIFICADO**. A presente licitação tem por objeto O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISE CLÍNICA PARA ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACI /PR, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A abertura da sessão de disputa dar-se-ia no dia 18 de julho de 2024 com vigência indeterminada, foi redesignada e irá acontecer no dia 26 de agosto de 2024 com vigência indeterminada. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 17:00 horas, na Rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci – PR, CEP 86.620-000 ou o Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do

Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3260-1133 ou pelo e-mail licitacao@guaraci.net.
Durante o período de vigência do edital, as propostas devem ser entregues para o setor de Licitações, no endereço acima mencionado. **O credenciamento ficará aberto a partir do dia 26 de agosto de 2024 com vigência indeterminada.**

Guaraci, 16 de agosto de 2024.

SIDNEI DEZOTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:39542BA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 225/2024 DE 15/08/2024

Decreto nº 225/2024 de 15/08/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 973/2024 de 17/01/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
14.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	
14.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRASNPORTE E OBRAS	
14.001.04.122.0002.2.376.	SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA	
290 - 3.3.90.39.00.00	01511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	204.000,00

Total Suplementação: 204.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.2.2.01.01.00.00000000 Fonte: 1000 204.000,00

Total da Receita: 204.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba , Estado do Paraná, em 15 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita

Publicado por:
Fernanda Kelly Araujo Rego Pereira
Código Identificador:6F51ED75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 237/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2024

EXTRATO DE CONTRATO 237/2024

Origem: Dispensa de Licitação 21/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: BELCAR AUTOMÓVEIS LTDA
CNPJ: 38.484.211/0001-10
Objeto: Objeto do Pregão Eletrônico, que deu origem ao presente Contrato da dispensa 21/2024 item frustrado lote 07 é a Aquisição de veículos o km em atendimentos as secretarias de Ação Social conforme descrito no orçamento no valor global de R$ 98.559,00 (noventa e oito mil, quinhentos cinquenta e nove reais).
Vigência: 06 (seis) meses.

Dotação Orçamentaria:

(358) 4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente
(378) 4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente
(390) 4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente

Data da assinatura 16/08/2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:F9D076ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 150/2024 SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA ELENISE MARIA DO NASCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÃO E ARQUIVO GERAL".

PORTARIA Nº 150/2024

SÚMULA: "EXONERA, A PEDIDO, A SENHORA ELENISE MARIA DO NASCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÃO E ARQUIVO GERAL".

A Prefeita do Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sra Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o requerimento protocolado sob nº 5507/24,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a pedido, a Senhora ELENISE MARIA DO NASCIMENTO, inscrita no CPF sob nº 016.917.509-05, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Publicação e Arquivo Geral.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Informe-se ao Depto. Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:A9D01078

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 151/2024 SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR EUGENIANO FERREIRA FILHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÃO E ARQUIVO GERAL – SECRETARIA MUNICPAL DE ADMINISTRAÇÃO".

PORTARIA Nº 151/2024

SÚMULA: "NOMEIA O SENHOR EUGENIANO FERREIRA FILHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÃO E ARQUIVO GERAL – SECRETARIA MUNICPAL DE ADMINISTRAÇÃO".

A Prefeita do Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sra Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR, o senhor EUGENIANO FERREIRA FILHO, portador da Cédula de Identidade RG/PR nº 3.475.561-2 e inscrito no CPF sob nº 587.846.919-72, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Publicação e Arquivo Geral – Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrárias.

Publique-se.
Informe-se ao Depto. Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:7D999645

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 152/2024 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

PORTARIA Nº 152/2024

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

A Prefeita Municipal de Guaraqueçaba, Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir de **02 de setembro de 2024,** aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que mencionam:

Nº	Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Secretaria	Prot. nº
01	ALINE GABRIELLY LOPES FRANÇA	5896	16/06/203 A 15/06/2024	AÇÃO SOCIAL	5501/24
02	ARIVALDO BARBOSA GALDINO	580	01/08/203 A 31/07/2024	OBRAS	5249/24
03	GERSON DOS SANTOS COGROSSI	770	01/07/2023 A 30/06/2024	OBRAS	5422/24
04	NERILEIA DO CARMO SANTOS	583	01/09/2023 A 31/08/2024	AÇÃO SOCIAL	5488/24
05	ELENISE REDERD FAGUNDES	1543	15/06/2017 A 14/06/2018	SAÚDE	5460/24
06	JAIME ALEXANDRINO ANTONIO	628	01/12/2022 A 30/11/2023	SAÚDE	5460/24
07	MARCOS LUIZ CALDO DE MIRANDA	361	01/07/2023 A 30/06/2024	SAÚDE	5460/24
08	NEUZI BARBOSA OELKE	374	01/01/2023 A 31/12/2023	SAÚDE	5460/24

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Informe ao Departamento de Recursos Humanos.

Anote-se em sua ficha funcional.

Gabinete da Prefeita, Guaraqueçaba, 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:AD46F815

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153/2024 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

PORTARIA Nº 153/2024

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

A Prefeita Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sra. Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias dos servidores que compõem o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação;
Considerando a necessidade da publicação deste ato com a formalização dos períodos de férias, possibilitando o controle da programação de férias dos servidores municipais, a fim de cumprir com as exigências impostas ao departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer que as férias referentes ao período aquisitivo dos servidores que integram o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, deverão ser usufruídas conforme disciplinado através desta Portaria com base no calendário escolar**.**

Art. 2º - O estatuído por esta Portaria tem por finalidade garantir que seja processado o pagamento de 1/3 (um terço) da gratificação de direito, correspondente ao vencimento do respectivo período aquisitivo realizando assim a quitação do período relativo vigente**.**

Art. 3º - O período para gozo das férias do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação é estipulado à todos os servidores sendo compreendido entre os períodos proporcionais de aproximadamente quinze (15) dias em dezembro, de trinta (30) dias em janeiro, de quinze (15) dias em fevereiro e quinze (15) dias em julho, sendo de responsabilidade do (a) Sr. (a) Secretário (a) da pasta conforme programação de encerramento anual das atividades da Secretaria**.**

Art. 4º - Para garantir o atendimento dos serviços essenciais, é elaborada anualmente proposta de escala de férias dos profissionais da Educação com a programação de usufruto devidamente publicada através de Portaria**.**

Parágrafo Único – Serão alterados apenas os casos em que o usufruto de férias seja desconsiderado dos demais servidores, mediante justificativa, ao Chefe Executivo com documentação formal e individual.

Art. 5º - Os servidores com período aquisitivo de férias vencidas para pagamento de 1/3, referente a competência AGOSTO de 2024, conforme mencionada a presente portaria, são os seguintes**:**

Nº	Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	
01	ADRIANA CRISTINA C. C. MENDES	664	01/08/2023	31/07/2024
02	AGEU CUNHA FRANÇA	562	01/09/2023	31/08/2024
03	ANA MARIA X. PEREIRA	776	01/09/2023	31/08/2024
04	CLAUDIANA V. O. FRANÇA	668	01/09/2023	31/08/2024
05	DINAIR RODRIGUES TERESA	662	0108/2023	31/07/2024
06	EZELIR MENDES RODRIGUES	224	01/08/2023	31/07/2024
07	ELIANE REDED STRAUSS	769	15/07/2023	14/07/2024
08	ESAU FERREIRA	331	16/07/2023	15/020247
09	GRACIELLY DE MIRANDA F.	666	01/09/2023	31/08/2024

	LIMA			
10	JANICE DOS ANJOS MARTINS	647	01/08/2023	31/07/2024
11	JESIEL MOREIRA DO ROSARIO	435	01/08/2023	31/07/2024
12	LAERTE PEDRO	598	01/09/2023	31/08/2024
13	MARIA CRISTINA M DOS SANTOS	567	01/09/2023	31/08/2024
14	MARIA PONTES DO CARMO	478	01/09/2023	31/08/2024
15	MARILEIDE C. M. BARBOSA	477	01/09/2023	31/08/2024
16	TELMA TEREZINHA VIDAL	596	01/09/2023	31/08/2024
17	ZELI A. BANQUES SANTOS	440	01/08/2023	31/07/2024

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Gabinete da Prefeita, Guaraqueçaba, 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:D7965C34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 013/2024-CMDCA - REPUBLICAÇÃO

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas do Repasse Fia – Recurso Estadual – Apoio e Fortalecimento ao acompanhamento às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 à 06 anos de idade – Primeira Infância – Período 30 de junho de 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA –instituído pela Lei Municipal n° 686 de 29 de agosto de 2018, no uso de suas competências e atribuições legais, reunido ordinariamente no dia 13 de novembro de 2023 e com registro em ATA Resolve:

Art. 1º. Aprovação da Prestação de Contas do Repasse Fia – Recurso Estadual – Apoio e Fortalecimento ao acompanhamento às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 à 06 anos de idade – Primeira Infância – Período 30 de junho de 2023..

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraqueçaba, 16 de agosto de 2024.

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:96F6BED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 154/2024 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

PORTARIA Nº 154/2024

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

A Prefeita Municipal de Guaraqueçaba, Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir de **09 de setembro de 2024,** aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que mencionam:

Nº	Nome	Matr.	Período Aquisitivo	Secretaria	Prot. nº
01	EMILIO DE ARAUJO M. NETO	5884	03/03/2023 A 02/03/2024	TURISMO	5494/24
02	JOSE SEVERINO DA SILVA	590	10/06/2023 A 09/06/2024	TURISMO	5464/24

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Gabinete da Prefeita, Guaraqueçaba, 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:CB92A5DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 155/2024 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

PORTARIA Nº 155/2024

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

A Prefeita Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sra. Lilian Ramos Narloch, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias dos servidores que compõem o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação;
Considerando a necessidade da publicação deste ato com a formalização dos períodos de férias, possibilitando o controle da programação de férias dos servidores municipais, a fim de cumprir com as exigências impostas ao departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer que as férias referentes ao período aquisitivo dos servidores que integram o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, deverão ser usufruídas conforme disciplinado através desta Portaria com base no calendário escolar**.**

Art. 2º - O estatuído por esta Portaria tem por finalidade garantir que seja processado o pagamento de 1/3 (um terço) da gratificação de direito, correspondente ao vencimento do respectivo período aquisitivo realizando assim a quitação do período relativo vigente**.**

Art. 3º - O período para gozo das férias do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação é estipulado à todos os servidores sendo compreendido entre os períodos proporcionais de aproximadamente quinze (15) dias em dezembro, de trinta (30) dias em janeiro, de quinze (15) dias em fevereiro e quinze (15) dias em julho, sendo de responsabilidade do (a) Sr. (a) Secretário (a) da pasta conforme programação de encerramento anual das atividades da Secretaria**.**

Art. 4º - Para garantir o atendimento dos serviços essenciais, é elaborada anualmente proposta de escala de férias dos profissionais da Educação com a programação de usufruto devidamente publicada através de Portaria**.**

Parágrafo Único – Serão alterados apenas os casos em que o usufruto de férias seja desconsiderado dos demais servidores, mediante justificativa, ao Chefe Executivo com documentação formal e individual.

Art. 5º - Os servidores com período aquisitivo de férias vencidas para pagamento de 1/3, referente a competência AGOSTO de 2024, conforme mencionada a presente portaria, são os seguintes**:**

Nº	Nome	Matrícula	Período Aquisitivo

01	ELISETE BATISTA CUNHA	581	01/09/2023	31/08/2024
02	GISELE DA VEIGA FRANÇA	1592	20/08/2023	19/08/2024

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Gabinete da Prefeita, Guaraqueçaba, 16 de agosto de 2024.

LILIAN RAMOS NARLOCH
Prefeita Municipal

Publicado por:
Soraia Patruni
Código Identificador:691B7316

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01/2024

RESOLUÇÃO Nº 01/2024

SÚMULA: DETERMINAR A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ANO DE 2025, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.934, DE 25 DE JULHO DE 2024

O Conselho Municipal de Educação de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 14.934 de 25 de julho de 2024, em reunião ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a realização da Conferência Municipal de Educação no ano de 2025, com o objetivo de atualizar o Plano Municipal de Educação, em conformidade com as novas realidades educacionais do município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA OZORIO DO AMARAL
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Cesar Augusto Pessetti
Código Identificador:CBD5BFE2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 192/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO N° 192/2024 de 16 de agosto de 2024

SÚMULA: Nomeia Membros para compor a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação em atenção a Lei Federal nº 13.019/2014.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, Luciano Dias, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações; considerando o Decreto Municipal nº 175/2018 de 22 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de firmar termos de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, visando a promoção de ações e atividades voltadas ao interesse público em parceria do Município e entidades do terceiro setor;

CONSIDERANDO que os atos normativos acima descritos determinam a designação de uma Comissão de Seleção e Comissão de Avaliação e Monitoramento destinado a processar e julgar chamamentos públicos e os casos de dispensa ou inexigibilidade de chamamento público;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação:

COMISSÃO DE SELEÇÃO
Ederson Luiz dos Santos;
Eduardo Brustolim Triches De Moraes;
Cesar Augusto Pessetti;

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Celso Tavares;
Eritana Aparecida Jaguszewski;
Sidinei Farias.

Art. 2º. Fica revogado em especial o Decreto nº 55/2022 de 22 de fevereiro de 2022.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

LUCIANO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Augusto Pessetti
Código Identificador:5E1A29FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2024 REPUBLICAÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2024
REPUBLICAÇÃO

SÚMULA: Autoriza a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº 42/2023– Lei Poder Executivo.

Art. 1º - Fica aberto um o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral desta Câmara Municipal de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) que servirá para reforço de dotação, a saber:

01.	**LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.031.0001.2.001	**MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
TOTAL		**50.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no Art.1.º desta lei da anulação parcial da dotação abaixo, conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64:

01.	**LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.031.0001.2.001	**MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
TOTAL		**50.000,00**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor em 31 de julho de 2024, revogadas as disposições ao contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Iguaraçu, aos 31 dias do mês de julho de 2024.

JULIANA THEODORO DA SILVA VIOTTO
Presidente Da Câmara Municipal De Iguaracu

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:F714119B

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 151/2024

DECRETO N.º 151/2024

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo temporário na forma que se específica.

ELISEU SILVA DA COSTA, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA
Art. 1º. Exonerar por motivos pessoais, a contar do dia 16 de agosto de 2024, ELOÍSA BRUNHEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo, de regimento CLT, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, de NUTRICIONISTA, portadora do RG nº 1*******3 e inscrita no CPF nº 080.***.***-40.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:42925D2E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL ADITIVO CONTRATO Nº 045/2022

Terceiro Aditamento do Contrato n.º 045/2022
Pregão Presencial n° 016/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU - PARANÁ, com Sede à Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro – CEP.: 86750-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.772.525/0001-44.

Contratado: Crescer Treinamento e Preparação Ltda – CNPJ nº 41.756.686/0001-91.

Objeto: Reequilíbrio econômico financeiro na porcentagem de 20% levando em consideração que não houve qualquer reequilíbrio durante esses mais de 02 anos de contrato, tendo em vista a necessidade de impormos continuidade a prestação de serviços do mesmo instrumento.
Os serviços a terem seus valores reequilibrados serão: instrutor de futsal, instrutor de karatê, instrutor de crochê e instrutor de pintura, somente para os casos que os mesmos estejam sendo executados.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, Modalidade Pregão presencial n.º 016/2021, c/c com os ditames do art. 57 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações**.**

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Iguaraçu/PR., aos 01/08/2024.

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E8B8C768

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 042/2024

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho, para Aquisição de itens de informática e prestação de serviços para instalação e construção de rede de internet nos CMEIs Gente Pequena e Vamos Crescer Juntos, em favor da empresa 53.545.387 Bruno Ferreira dos Reis, CNPJ nº 53.545.387/0001-28, sito na Rua João Batista Gonçalves, 52 – Jd. Bela Vista, cidade de Iguaraçu/PR, no valor de R$ 8.116,00 (oito mil cento e dezesseis reais), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR., 16/08/2024.

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:08CB591E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL ADITIVO CONTRATO Nº 123/2021

Sexto Aditamento ao Contrato n.º 123/2021
Pregão Presencial n° 018/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU - PARANÁ, com Sede à Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro – CEP.: 86750-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.772.525/0001-44.

Contratado: Versa Engenharia Ambiental, com sede à Rua Xavantes, 54 – sala 01, Bairro Ativadores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.073.536/0001-64.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, Modalidade Pregão Presencial n.º 018/2021, c/c com os ditames do art. 57 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações**.**

Objeto: Tendo em vista a quantidade utilizada anualmente pela administração para recolhimento e destinação final de lixo orgânico municipal, verifica-se que a quantidade atualmente contratada, não é o suficiente para suprir à quantidade necessária durante todo o cumprimento do contrato que tem sua vigência até 06/06/2025, sendo assim, os cálculos realizados proporcionaram uma estimativa de necessidade de acréscimo de 4500 toneladas para suprir o que já foi utilizado e o que se prevê que será utilizado desde o início do contrato em 2021 até a data citada acima em 2025.
Sendo assim, essa quantidade será acrescida ao contrato primitivo e seus aditivos posteriores.

Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Iguaraçu/PR., aos 16/08/2024.

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1EC069E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO. 01° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 038/2023

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: **IRATI HOJE LTDA – ME**
CNPJ/MF: 04.183.250/0001-65
OBJETO: Adiciona-se o reajuste pelo Índice acumulado de 12 (doze) meses do INPC no valor de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos) sobre o valor dos serviços contratados. A alteração contratual de que trata este Instrumento é baseada na Lei 14.133/2021.
Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 15/08/2025, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal da Lei nº 14.133/2021, para **Contratação de fornecedor/editorial de jornal regional para efetuar PUBLICAÇÃO de avisos de licitação, editais, atas, balanços, resoluções, extratos de contratos, comunicados e demais notas de interesse de atos oficiais do CIS AMCESPAR em jornal impresso.**
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 14 de agosto de 2024.
FORO: IRATI-PR

CLEONICE APª KUFENER SCHUCK
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

IRATI HOJE LTDA – ME
CNPJ/MF: 04.183.250/0001-65
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:AAD5F97C

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 035/2022

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: **SALAMAIA MAT. DE CONSTRUCAO EIRELI EPP**.
CNPJ: 05.146.052/0001-94
OBJETO: **Aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico para o Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMCESPAR.**
Adiciona-se prazo de **vigência do contrato** em **03 (três)** meses, a partir do último dia da vigência anterior, até 15/09/2024.
A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado originário o contrato.
Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do artigo 57, § 1° e 2° da lei federal n.°8.666/93.
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 14 de agosto de 2024.
FORO: IRATI-PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

SALAMAIA MAT. DE CONSTRUCAO EIRELI EPP.
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:36E0FBD6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO 3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 021/2021

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: Mauricio Marcovicz Com. de Alarmes ME.
CNPJ: 17.915.506/0001-23
OBJETO: Adiciona-se o reajuste pelo Índice acumulado de 12 (doze) meses do INPC no valor de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos) sobre o valor dos serviços contratados. A alteração contratual de que trata este Instrumento é baseada na Lei 8.666/93.
Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 18/08/2025, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal dos termos do artigo 57, § 1° e 2° da lei federal n.°8.666/93, para **Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de equipamentos para serviços de instalação e manutenção de telefone fixo para o Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMCESPAR.**
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 15 de agosto de 2024.
FORO: IRATI-PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

MAURICIO MARCOVICZ COM. DE ALARMES ME
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:0BFF12A7

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO 01º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO DE PREÇO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41/2024

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua 19 de Dezembro, nº 280- Centro, Município de Irati, Estado do Paraná, CEP; 84500-016, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.358.098/0001-53
Contratada: **MZZ-COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**
CNPJ 24.384.602/0001-58
Endereço: Rua Francisco Alves n°388 bairro Menino Deus Pato Branco – PR CEP 85.502.110.
Representante Legal: FERNANDO LUIZ MARCON com o CPF n°: 052.653.599-74.
Objeto: Aquisição de Material Médico/Hospitalar para as Unidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde e para os Municípios Consorciados.
CLÁUSULA PRIMEIRA: REEQUILIBRIO DE VALOR
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio econômico financeiro, devidamente comprovado.

Item	Produto	Marca	Valor Unt.	Novo Valor
2	Luva para procedimento não cirurgico nitrilica sem pó, tam pp. Caixa com 100 unidades. De boa qualidade e registro na anvisa.	Descarpack	R$ 18,00	R$ 24,52
3	Luva para procedimento não cirurgico nitrilica sem pó, tam M. Caixa com 100 unidades. De boa qualidade e registro na anvisa	Descarpack	R$ 18,00	R$ 24,52
4	Luva para procedimento não cirurgico nitrilica sem pó, tam P. Caixa com 100 unidades. De boa qualidade e registro na anvisa	Descarpack	R$ 18,00	R$ 24,52

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato, não atingido pelo presente termo aditivo.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati16 de agosto de 2024.

CLEONICE APª KUFENER SCHUCK
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

MZZ – COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 24.384.602/0001-58
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:0039D3E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 105/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **VALDECIR JOSE DE OLIVEIRA**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 8.462,00 (Oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais)
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:AC9135F4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 106/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **ROBERTO CARLOS ZAGO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 19.349,00 (Dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais)
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:594677E9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 107/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **JOSÉ ZANATTI CREPALDI**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 34.240,00 (Trinta e quatro mil e duzentos e quarenta reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:AC1B29E2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 108/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **FERNANDO ZAGO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 6.768,00 (Seis mil e setecentos e sessenta e oito reais)
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:660CBBB0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 109/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **WALTER ANDRIATO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 21.445,00 (Vinte e um mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:24EDF713

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 110/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **ROMILDO BELISARIO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 19.960,00 (Dezenove mil, novecentos e sessenta reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:FEC47596

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 111/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **RAEL BELISARIO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 39.100,00 (Trinta e nove mil e cem reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:437E7C08

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 112/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **ALBERTO ANTONIO DA SILVA**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 20.520,00 (Vinte mil, quinhentos e vinte reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:D98E7021

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 113/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **LUIZ CARLOS ZAGO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 35.580,00 (Trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:E62C46E3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 114/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **ARLINDO MARTINS**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 17.235,00 (Dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:8252C69C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 115/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **NAIR GONÇALVES DE FARIAS**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 26.667,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:5964943C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 116/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **JOSÉ ROBERTO FOGANHOLO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 29.640,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:5D46592E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: nº 117/2024.
Contratante: Município de Iporã-Pr.
Contratado: **LUIZ CARLOS FOGANHOLO**
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
Valor Total: R$ 35.190,00 (Trinta e cinco mil, cento e noventa reais).
Vigência: 16/08/2024 Á 16/08/2025
Fundamentação: Processo Administrativo nº 080/2024 e DISPENSA nº 016/2024.

Iporã-Pr. 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:E3132E61

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PARCIAL

LEILÃO ELETRÔNICO: 003/2024-PMI
PROCESSO: 085/2024-PMI
OBJETO: Leilão visando a alienação de bens imóveis pertencentes ao Município de Iporã-PR.

A Prefeitura Municipal de Iporã Torna Público que não Compareceram Licitantes Interessadas no Objeto do Processo Licitatório n.º 085/2024, Leilão Eletrônico 003/2024, nos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13.

Iporã-PR, 16 de Agosto de 2024

MICHELE LINARIS DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:71D687C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSAO DOS SERV MUN IRATI-CAPSIRATI
DISPENSA - LICITAÇÃO Nº 004/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024-CAPSIRATI.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI
Dispensa - licitação nº 004/2024. Processo administrativo nº 007/2024-CAPSIRATI. Contratado: NEIDE KANARSKI & CIA LTDA (DECORAÇÕES IRATI), CNPJ: 85.521.318/0001-70. Objeto: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA SEDE DO CAPSIRATI. Valor Global: R$5.642,00 (Cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/2021. Datas e assinaturas.

Publicado por:
Jean Lucca Menon
Código Identificador:26DC8BCF

PROCURADORIA
DECRETO Nº 455/2024

Prefeitura de Irati/Paraná. CNPJ: 75.654.574/0001-82
Rua Cel. Emílio Gomes, n° 022, Centro, Irati/PR. CEP 84.500-054
Fone: (42) 3132 6100. Ramais: 6112
E-mail: prefeiturairati2018@gmail.com

DECRETO Nº 455/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e demais dispositivos aplicáveis,
D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam exonerados (as) a pedido, os (as) servidores (as) relacionados (as) abaixo:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
LAIS REGINA BOLDE	PROFESSOR - PSS 20 H/S	5066836

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta, produzindo efeitos retroativos à 14/08/2024, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 16 de agosto de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:59CD1A40

PROCURADORIA
DECRETO Nº 456/2024

Gabinete

DECRETO Nº 456/2024
O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2024, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,
D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais **de nível médio, na Secretaria Municipal de Educação,** para o seguinte cargo abaixo relacionado:

PROFESSOR - PSS 20 H/S

Nome	CPF
ELIS DAIANE MACHADO	XXX.XXX.449-93
SOLANGE APARECIDA TORRENS	XXX.XXX.569-11

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 15 de agosto de 2024.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2024.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 16 de agosto de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:F364DC74

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 051/2024. Contrato de Fornecimento nº 132/2024. Objeto: Aquisição de imóveis, conforme Lei Municipal nº 5.104/2024. Contratado: JB Empreendimentos Ltda. CNPJ: 12.021.191/0001-57. Valor global contratado: R$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:BB36E9A8

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 052/2024. Contrato de Fornecimento nº 133/2024. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de esculturas, e prestação de serviços de restauração. Contratado: 52.388.135 Kiele Porfírio. CNPJ: 52.388.135/0001-70. Valor global contratado: R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:4CD2A679

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Itambaracá/PR, por meio do Agente de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com Art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, com vistas a obter propostas mais vantajosas de eventuais interessados no processo que pretende realizar a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, copa e cozinha para a Câmara Municipal de Itambaracá/PR, conforme descrições neste processo, principalmente em seu Termo de Referência.
A Licitante interessada em participar desta Dispensa Eletrônica deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, baixar o Termo de Referência, ler o documento na íntegra e estar de acordo com as regras descritas, não podendo alegar desconhecimento após apresentação de proposta e participação na disputa, sob o risco de ser considerada inabilitada e/ou desclassificada do certame.
Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Termo de Referência e o descrito no site https://bllcompras.com/Home/Login, prevalecerá, sempre, a descrição do Termo de Referência desta Dispensa Eletrônica.

DATA DA SESSÃO	***Dia 27/08/2024***
HORÁRIO FASE DE LANCES	***Das 09h00min às 15h00min***
LINK	***https://bllcompras.com/Home/Login/***

A DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024 e Seus Anexos estão disponíveis no Sítio Oficial da Câmara https://www.camaraitambaraca.pr.gov.br ou através do e-mail: contato@camaraitambaraca.pr.gov.br.
Outras informações podem ser obtidas, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, pelo fone: (43) 3543-1613.

Itambaracá/PR, 16 de agosto de 2024.

FERNANDA REGINA ZANATA
Agente de Contratação

CLAUDEMIR PELLEGRINI
Presidente

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:AB6415EF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 296/2024

MÔNICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN, Prefeita Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar do Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, o Senhor JORGE HENRIQUE KOPP FUZETO, deixando de receber símbolo CC.3, a partir de 16 de agosto de 2024.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 197/2024.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

MÔNICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:A6AA196E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

REF: CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 040/2024 - ID/TCE Nº 42749

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADO: Fernanda Santos Garcia
CPF/MF Nº 058.326.939-73

OBJETO: Contratação de pessoa física para o cargo de psicóloga, para prestar serviços junto ao departamento de saúde.

VALOR CONTRATUAL: R$ 26.681,64 (vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: 20/08/2024 a 19/08/2025.

PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 05/09/2025.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 15/2024.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 16/08/2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:5CE959D8

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 120 2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1420/2023 de 16/11/2023.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0011.2.010. MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO
617 - 4.4.90.61.00.00 31049 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
597 - 3.3.90.39.00.00 311022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 31.000,00
Total Suplementação: 71.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambe , Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:9D3C8B54

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 121 2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1420/2023 de 16/11/2023.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
470 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00
Total Suplementação: 10.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 10.000,00
Total da Receita: 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambe , Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO

Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:55D3C7DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90030/2024, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de leão de pelúcia (Dare) e bicicleta, para distribuição aos alunos participantes do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência – PROERD, no ano letivo de 2024, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90030/2024, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Barbara Gasparucho Garcia – Brinquedos – Me, com o valor unitário de R$ 22,00 (Vinte e dois reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 02, a empresa Barbara Gasparucho Garcia – Brinquedos – Me, com o valor unitário de R$ 39,90 (Trinta e nove reais e noventa centavos) e para o Lote Nº 01, Item Nº 03, a empresa Rika Comercial de Produtos Governamentais Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 895,00 (Oitocentos e noventa e cinco reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:975418D8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3882/2024

Extrato Contrato N° 3882/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Recapadora Marrecas Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.689.415/0001 – 38.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.
Valor do Contrato: R$ 78.024,00 (Setenta e oito mil e vinte e quatro reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C9AE7047

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3883/2024

Extrato Contrato N° 3883/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Denipotti & Denipotti Comércio e Recauchutagem de Pneus Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.050.725/0001 - 82.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.

Valor do Contrato: R$ 55.148,00 (Cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2C80F401

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3884/2024

Extrato Contrato N° 3884/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Imperio Pneus e Recapagens Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.445.798/0001 - 22.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.
Valor do Contrato: R$ 72.102,00 (Setenta e dois mil, cento e dois reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:39DF1C31

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3885/2024

Extrato Contrato N° 3885/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: DR Pneus Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.216.474/0001 - 40.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.
Valor do Contrato: R$ 43.990,00 (Quarenta e três mil, novecentos e noventa reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:766D30EA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3886/2024

Extrato Contrato N° 3886/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Indústria e Comércio Mut Pneus Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.619.644/0001 - 42.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.
Valor do Contrato: R$ 78.600,00 (Setenta e oito mil e seiscentos reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FF2B3A87

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3887/2024

Extrato Contrato N° 3887/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: J P Beleze - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.054.937/0001 - 79.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recapagens de pneus de veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90035/2024.
Valor do Contrato: R$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais).
Vigência: De 16 (dezesseis) de Agosto de 2024 até 16 (dezesseis) de Agosto de 2025.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A89405ED

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 3875/2024

Extrato Contrato N° 3875/2024
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: I. N. de Almeida Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.324.313/0001 – 02.
Objeto: Contratação de empresa especializada (banda musical) na prestação de serviços de sonorização e animação, com a finalidade da realização do 11º FEICAN - Festival Itapejarense da Canção do Município de Itapejara D'Oeste – PR, nas categorias: Infanto-juvenil, Gospel, Sertanejo e Popular, mais show baile de 2h00min, no ultimo dia do festival, que acontecerá nos dias, 12 (quinta-feira), 13 (sexta-feira) e 14 (sábado) de Dezembro de 2024, que fazem parte das comemorações das festividades de Aniversario de 60 anos de Emancipação Politico Administrativa do Município de Itapejara D'Oeste/PR, conforme objeto do Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº 90010/2024.
Valor do Contrato: R$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).
Vigência: De 08 (oito) de Agosto de 2024 até 08 (oito) de Abril de 2025.
Data do Contrato: 08 (oito) de Agosto de 2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:E7F17928

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 487 A Nº 494/2024

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 494/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Pacientes. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 15/08/2024 as 08h30 e retorno dia 15/08/2024 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 15.08.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 495/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luiz Carlos da Silva, Matrícula: 112666-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Janilse DallOlmo, Elio Terres e Maria Claudete Mitrut. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 15/08/2024 as 09h00 e retorno dia 17/08/2024 as 18h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$

625,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital da Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 15.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 496/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Joanino Leite e Helton Leite. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 19/08/2024 as 04h00 e retorno dia 19/08/2024 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 497/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Rosilene Dalbosco. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 16/08/2024 as 08h30 e retorno dia 16/08/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 498/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Ariel C. Cavalheiro. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/08/2024 as 18h00 e retorno dia 19/08/2024 as 18h00. Destino: Piraquara. Valor de diárias: R$ 250,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Alta Hospitalar. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital San Julian. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 499/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marineusa Ecker com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 20/08/2024 as 04h00 e retorno dia 20/08/2024 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 500/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marcelo L. da Silva, Matrícula: 1014935-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Daniel R. David, Zovo Henrique, Elvis Torres, Yuliana Torres e Tecassala Mola. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 19/08/2024 as 04h00 e retorno dia 19/08/2024 as 16h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (Oficial). Finalidade da viagem: Atualização de Documentos. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Receita Federal. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 501/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Aran Klein Fernandes, Matrícula: 1413-7. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Diretor. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 20/08/2024 as 13h00 e retorno dia 22/08/2024 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 1.000,00. Transporte utilizado: Carro Particular. Finalidade da viagem: Reunião COSEMS. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hotel Victoria Villa. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 502/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Daiani Hoffman, Matrícula: 908-3. Órgão de Lotação: Depto de Administração. Cargo ou função: Diretora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/09/2024 as 14h30 e retorno dia 06/09/2024 as 19h30. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 1.750,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: 4° Simpósio de Licitações e Contratações com Oficinas práticas. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: JL Hotel By Bourbon. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 503/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Eliane Zanatta, Matrícula: 1352-2. Órgão de Lotação: Controle Interno. Cargo ou função: Controladora interna. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/09/2024 as 14h30 e retorno dia 06/09/2024 as 19h30. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 1.750,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: 4° Simpósio de Licitações e Contratações com Oficinas práticas. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: JL Hotel By Bourbon. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 487/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Márcio Strassburger, Matrícula: 101696-2. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Eva M. da Silva com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11/08/2024 as 23h00 e retorno dia 12/08/2024 as 23h00. Destino: Rolândia. Valor de diárias: R$ 250,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta e internamento. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: hospital. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 11.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 488/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marcelo L. da Silva, Matrícula: 1014935-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Lionel Erilus, Mirian Cruz, Albeny Garcia, Engerbert Medina, Euclides Velages, Milagros Itriago, Rogeles G. Avila, Cristian Vasquer, Laura Vasques, Crisdyelis Garcia e Roger L. Garcia. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2024 as 04h00 e retorno dia 12/08/2024 as 21h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 12.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 491/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marines Ecker com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2024 as 04h30 e retorno dia 13/08/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 13.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 492/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Irce Dalla Costa e Bruna Dalla Costa. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14/08/2024 as 04h30 e retorno dia 14/08/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Ambulância (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 13.08.2024.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 493/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Miguel

Schuastz, Elizandra Schuastz, Sidinei Schuastz, Lurdes Alves, Arlindo Dalbosco e Angelo Dalbosco. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 15/08/2024 as 04h30 e retorno dia 15/08/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Ambulância (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 13.08.2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:458E0408

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" DECRETO Nº 034/2024 DE 07 DE AGOSTO DE 2024

ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 17 DE FEVEREIRO DE 2021 E ARTIGO 1° DO DECRETO MUNICIPAL N° 45 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Itaperuçu Estado do Paraná Sr. **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A:

Art. 1°. O artigo 2° do Decreto Municipal nº 017 de 02 de fevereiro de 2021 e artigo 1º do Decreto Municipal nº 45 de 15 de agosto de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 2° - Conforme prevê o Art. 136 da Lei n° 276/2005, ficam nomeados os servidores municipais abaixo relacionados para sob a presidência do primeiro integrarem a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e Disciplinar - CPIPAD.*

NOME	CARGO	MATRICULA
JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES	EFETIVO	55201
SILMARA MACHADO DE JESUS	EFETIVO	54801
MISAEL DE ALELUIA	EFETIVO	38481
ANTONIO CARLOS TEIXEIRA	COMISSIONADO	54661
MARCELO VARGAS DA ROSA	EFETIVO	60681

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 017 de 02 de fevereiro de 2021 e do Decreto 45 de 15 de agosto de 2023.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2024.

Art. 4º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos de Faria
Código Identificador:9E864337

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 37/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: "Substitui membro da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis, instituída pelo Decreto nº 44/2022 de 15 de outubro de 2022".

O Prefeito Municipal de Itaperuçu Estado do Paraná EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado a partir desta data o servidor LUCIANO WAGNER DIRESTO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, matrícula funcional nº 6191-1, para integrar a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis, do Município de Itaperuçu, na qualidade de membro, em substituição a servidora ANA MARIA APARECIDA CUMIM, matricula nº 5122-1, ficando assim constituída:

TITULARES

NOME	DEPARTAMENTO	MATRÍCULA
LUCIANO WAGNER DIRESTO	DEP. DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	9191-1
ENG. JULIANE STRESSER	DEP. DE SERVIÇOS URBANOS	5555-1
EUNICE G. STRESSER DE JESUS	DEP. DE SERVIÇOS URBANOS	947-1

SUPLENTES

NOME	DEPARTAMENTO	MATRÍCULA
SUELEN BITTENCOURT DE SOUZA	DEP. DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	5537-1
LARISSA TAYNA FARIA THIBES	DEP. DE AGRIC. E ABASTECIMENTO	3935-1
LETICIA FERNANDA CAVALLI	SECRETARIA DA FAZENDA	5553-1

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaperuçu – PR, em 16 de agosto de 2024.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos de Faria
Código Identificador:231DB623

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 38/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: "SUBSTITUI MEMBRODA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL – CADEF, NOMEADA PELO DECRETO Nº 35/2024 DE 07 DE AGOSTO DE 2024".

O Prefeito Municipal de Itaperuçu Estado do Paraná EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado a partir desta data a servidora SANDY GEFFER CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 6257-1, para integrar a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional - CADEF, do Município de Itaperuçu, na qualidade de membro, em substituição ao servidor BRENDON RITHIERY COSTA, matricula nº 6360-1, ficando assim constituída:

NOME	DEPARTAMENTO	MATRICULA	COMPOSIÇÃO
MISAEL DE ALELUIA	DEP. DE REC. HUMANOS	3848-1	COORDENADOR
JANETE B. DOS SANTOS PAES	GABINETE	5520-1	MEMBRO
SANDY GEFFER CORDEIRO	DEP. DE REC. HUMANOS	6257-1	MEMBRO
LARISSA CRETELLA TEIXEIRA	PROCURADORIA	6047-1	MEMBRO
RUBIENE DE FÁTIMA C. PEREIRA	SEC. DE ASSIST. SOCIAL	5130-1	MEMBRO

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaperuçu – PR, em 16 de agosto de 2024.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos de Faria
Código Identificador:95596A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2021- PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 009/2021
MODALIDADE DISPENSA Nº 010/2021
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CARMÉLIA CARNEIRO DOS SANTOS
CPF: 536.927.489-49
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA NA RUA ALCIDES GOMES DA SILVA, Nº 583 – JARDIM SANTA MARIA (BAIRRO CENTRAL), EM ITAPERUÇU-PR, EDIFICADO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 48,00 METROS QUADRADOS (M²), MAIS PÁTIO COBERTO COM 14,00M², DESTINADO ÀS FUTURAS INSTALAÇÕES E DEPENDÊNCIAS DA SALA DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DA SAÚDE.
DO VALOR: R$ 16.296,84 (DEZESSEIS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 15 DE AGOSTO DE 2024.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

Publicado por:
Adriane de Matos Fressato
Código Identificador:84EF1AFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 085/2024**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de perfuração e execução de poço artesiano para atender o fornecimento de água para os moradores do interior na localidade do Barro Branco".** Cujo vencedor foi a empresa **PARANÁ PERFURAÇÕES LTDA, CNPJ: 41.434.367/0001-09** no valor de **R$ 54.134,30 (cinquenta e quatro mil cento e trinta e quatro reais e trinta centavos).**

Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 16 de agosto de 2024

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:527A5F06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2024

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 088/2024**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para execução do projeto de sonorização para o auditório do Centro de Convenções da Secretaria de Educação".** Cujo vencedor foi a empresa **ENGPLANO ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ: 79.760.716/0001-47** no valor de **R$ 474.900,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil e novecentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 16 de agosto de 2024

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:BEAC9CF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 167/2022-PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 167/2022
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 061/2022
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ANDREIA RUTZ SCHNEIDER DE BARROS MERCADO.
CNPJ: 13.243.880/0001-79
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA – HOSPITAL E MATERNIDADE ITAPERUÇU"
DO VALOR: R$ 2.392,73 (DOIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA E TRES CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2023
DA VIGÊNCIA: 12 MESES.

Publicado por:
Adriane de Matos Fressato
Código Identificador:C7D1CC24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2024

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 089/2024**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para execução do projeto de CLIMATIZAÇÃO para o auditório do Centro de Convenções da Secretaria de Educação".** Cujo vencedor foi a empresa **CONFORT THERME ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 43.265.307/0001-27** no valor de **R$ 279.500,00 (duzentos e setenta e nove mil e quinhentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 16 de agosto de 2024

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:00581B0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2024

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 090/2024**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para organização, planejamento e execução de eventos e de palestrantes para o evento denominado - Simpósio TEA e os desafios da inclusão na escola e na família".** Cujo vencedor foi a empresa **DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ: 15.370.032/0001-56** no valor de **R$ 29.657,00 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e sete reais).**
Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 16 de agosto de 2024

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:9A98538C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2024

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 091/2024**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços do profissional de esporte sendo 1 professor de Muay Thai arte marcial conhecida como Boxe Tailandês, para ministrar aulas para o Projeto da Secretaria de Esportes e Lazer "Formando Cidadãos Através das Artes Marciais".** Cujo vencedor foi a empresa **EDUARDO MATIAS ACADEMIA LTDA, CNPJ: 27.927.073/0001-80** no valor de **R$ 26.148,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e oito reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 16 de agosto julho de 2024.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:30BD4893

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 098/2024

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de proposta: até 02/09/2024 à 08H15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 02/09/2024 às 09h00min.
Objeto Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de perfuração, execução de poço artesiano, para atender o fornecimento de água para os moradores do interior na localidade de alto do taquaral, coordenadas -24.985139, -49.559701 neste município de Itaperuçu".
VALOR MÁXIMO: R$ 58.795,00 (cinquenta e oito mil setecentos e noventa e cinco reais)
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*

Itaperuçu, 16 de agosto de 2024.

REGINALDO STEPENOSKI RIBAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Reginaldo Stepenoski Ribas
Código Identificador:5EFA0249

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº17, DE 16 DE AGOSTO DE 2024 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dispõe sobre a relação dos candidatos inscritos para o processo de eleição suplementar do Conselho Tutelar do Município de Ivaí – PR, conforme Edital nº02/2024 – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ivaí/PR, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 1116/2015 (que dispõe sobre o Conselho Tutelar), no Edital nº02/2024 – CMDCA, RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a relação dos candidatos inscritos para o processo de eleição suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município de Ivaí – PR.
Art. 2º - Encerrado o prazo previsto no Edital nº02/2024, consideram-se inscritas as seguintes pessoas, por ordem alfabética:

1 – CARLA CRISTINA FARIA PONTES
2 – EDILMA APARECIDA CARNEIRO
3 – JOICE TATIELE DE PAULA
4 – JULIANA KASPCHAK
5 – KETELIN NAIARA DE OLIVEIRA
6 – ROSICLEIA ELOINA STADLER GIOVANETTI
7 – TIAGO DE LARA GARCIA DA CRUZ

Art. 3º - O cidadão que tenha conhecimentode fatos ou circunstânciasque torne qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 1116/2015 e Edital nº02/2024 - CMDCA, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial, no prazo de 02 (dois) dias úteis, de 20/08/2024 e 21/08/2024, devidamente instruída com as provas que tiver.
Art. 4º - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, situada na Rua Engenheiro Saporski, nº 975, no horário de 8:00 às 17:00 horas.
Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 16 de agosto de 2024.

MARIA ELIANE BARDAL
Presidente do CMDCA –Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:0CEBF510

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 141/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 141/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTES 029, 032 e 036.**
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 9.590,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

MAICON ULLIANS BACKES –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:0D670768

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 138/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 138/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTES 024 e 043.**
CONTRATADA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 17.040,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:3010F59C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 134/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 134/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 004.**
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 7.815,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

MAICON CORDOVA PEREIRA **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:D68F283E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 136/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 136/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTES 008, 018 e 045**.
CONTRATADA: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 25.750,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

LUCAS HENN NAGEL **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:0DAE1A71

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 144/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 144/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 033.**
CONTRATADA: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 32.830,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

DINAMARA GASPARELLO CAVALLI **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:2C1FD653

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 146/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 146/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 042.**
CONTRATADA: VYP MATERIAL HOSPITALAR COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 2.568,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

EDUARDA ASSUNCAO PINHEIRO **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:93AFCE9D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 142/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 142/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024

Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 030.**
CONTRATADA: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 5.520,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:BF26D069

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 143/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 143/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 031.**
CONTRATADA: LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 26.790,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

PAOLA JENNIFFER SOINSKI LEAL **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:DFBBCE11

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 145/2024 LICITAÇÃO Nº: 074/2024 PREGÃO Nº 070/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 070/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 042/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 145/2024
Licitação nº: 074/2024
Pregão nº 070/2024
Processo eletrônico nº 070/2024
Registo de preço nº: 042/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivaí – **LOTE 038.**
CONTRATADA: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 1.605,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

MARCOS HENRIQUE LAHOUD **–**
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:19E7A5B0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO N° 069/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 066/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2024 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021).

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO N° 069/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 066/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2024
(Lei Federal n° 14.133/2021).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes , graxas e aditivos para utilização em veículos da frota Municipal.
LICITANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:
FERNANDO RODRIGO CONTATTO & CIA LTDA- LOTE 001= R$ 279.532,16;
PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI- LOTES 002 E 003= R$ 5.600,00;
VALOR GLOBAL: R$ 292.532,16
HOMOLOGAÇÃO: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:FCDBE747

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO N° 075/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 071/2024 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021).

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO N° 075/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 071/2024
(Lei Federal n° 14.133/2021).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
OBJETO: Aquisição de 400 (quatrocentas) sacas de Milho tipo Híbrido, Marca HBR599UP (com 60 mil sementes por saca) para distribuição no Programa PROAGRI.
LICITANTE HABILITADO E ADJUDICADO:
SEMENTES SELEGRAOS LTDA
VALOR UNITÁRIO: R$ 374,75
VALOR GLOBAL: R$ 149.900,00
HOMOLOGAÇÃO: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:6BE14855

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 222/2024

DECRETO Nº 222/2024

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **AMANDA BELTRÃO,** RG N.º 13.834.454-1 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Assistente Social, nível 11, do Quadro de Pessoal, desta Prefeitura, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 19 de agosto de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de agosto de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:E000F877

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 223/2024

DECRETO Nº 223/2024

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **GEOVANA PIZZAIA PRETTI,** RG N.º 12.738.449-5 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, nível 12, do Quadro de Pessoal, desta Prefeitura, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 19 de agosto de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de agosto de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:123DF812

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 175/2024

Súmula – Concede Progressão Funcional a Servidores Municipais, nos termos da Lei Municipal nº. 380/2006 regulamentada pelo Decreto nº. 100/2007.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e, de acordo com o contido nos artigos 2º da Lei 380/2006 c/c Lei 230/2000 e Decreto Municipal nº. 100/2007.

DECRETA: -

Art. 1º - Concede Progressão Vertical por Tempo de Serviço, a partir de agosto de 2024, aos servidores abaixo relacionados, em razão do cumprimento dos requisitos exigidos pelo Decreto Municipal nº. 100/2007, artigos 4º e 6º, que regulamentou a Lei Municipal nº. 380/2006, ocupantes de cargos efetivos, constantes da Tabela de vencimentos prevista pelo Anexo I, da Lei Municipal nº. 230/2000, da seguinte forma:

Matric.	Nome	Cargo	Nível Atual	Níveis a Progredir	Nível após Progressão
276	José Salvador Rosa	Motorista de Veículos Pesados	XI	I	XII
369	Naligia de Fátima Mori	Assistente Social	XX	I	XXI
370	Reinaldo da Silva	Técnico em Segurança do Trabalho	XXII	I	XXIII
507	Eliane da Silva Leite	Zeladora	VI	I	VII

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SÉRGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2B9A314C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2024, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Autoriza substituição de Profissional, a título de dobra, no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Carolina Fernandes Dias, da Secretaria de Educação e Cultura de Ivatuba, nos termos do artigo 33, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 264/2002, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:-

Art. 1º - Fica autorizada a substituição de Profissional, a título de dobra, no Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à professora ZILDA DE BRITO DOS SANTOS PEREIRA, matrícula nº 724, com a percepção de 100% (cem por cento) do vencimento básico sobre o Nível "A", nos termos do artigo 33, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 264/2002 (Estatuto do Magistério Público Municipal), a partir de 19 de agosto de 2024, conforme solicitação e justificativas, nos termos do Comunicado Interno nº 112/2024 - EDUCAÇÃO, de 09/08/2024.

Art. 2º - Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ivatuba (PR), 15 de agosto de 2024.

SERGIO JOSE SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C9F4F845

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 103/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2021-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REEQUILIBRIO

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 77.371.789/0001-11.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de igual prazo, aditivo de valor e reequilíbrio financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº. 103/2021, firmado com a empresa TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A, que tem como objeto Contratação de pessoa jurídica capacitada para executar serviços de transporte, recepção e destinação final dos resíduos volumosos (colchão, sofá, e outros móveis velhos destruídos) do município de Ivatuba – PR.**
Item a ser aditivado:

Item	Qtdd	Undd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
2	90	Tonelada	Transporte, recepção e destinação final dos Resíduos Volumosos (Colchão, sofá, cama e outros móveis destruídos).	501,39	45.125,10
TOTAL:					**45.125,10**

Item com ajuste de valor:

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
1	20	Undd	Locação de Caçamba Roll-on Roll-Off de no mínimo 28m³	2.051,19	2.119,49	68,30	1.366,00
2	90	Tonelada	Transporte, recepção e destinação final dos Resíduos Volumosos (Colchão, sofá, cama e outros móveis destruídos).	501,39	518,08	16,69	1.502,10
						TOTAL	**2.868,10**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 45.125,10 (quarenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e dez centavos).**
VALOR DO REEQUILIBRIO: **R$ 2.868,10 (dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dez centavos).**
VALOR TOTAL: **R$ 47.993,20 (quarenta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **17 de agosto de 2024.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **17 de agosto de 2025.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 16 de agosto de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7FD7430F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 173/2024 DE 09/08/2024

Exercício: 2024
Decreto nº 173/2024 de 09/08/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 922/2023 de 20/12/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 9.498,86 (nove mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FAZENDA	
04.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE TESOURARIA	
04.002.04.123.0002.2.011.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE TESOURARIA	
723 - 3.3.90.93.00.00	03000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.801,51
722 - 3.3.90.93.00.00	33816	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.697,35
Total Suplementação:			**9.498,86**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 09 de agosto de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

ODEIR PEREIRA DE MELO
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:0F8BA1BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 174/2024 DE 09/08/2024

Exercício: 2024
Decreto nº 174/2024 de 09/08/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 922/2023 de 20/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 186.519,05 (cento e oitenta e seis mil quinhentos e dezenove reais e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
05.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA	
05.001.15.452.0010.2.015.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA	
724 - 3.3.90.39.00.00	360	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
725 - 4.4.90.52.00.00	03000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	531,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
728 - 4.4.90.51.00.00	360	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.245,05
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.054.		MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAUDE E INVESTIMENTOS	
726 - 3.3.90.30.00.00	3518	MATERIAL DE CONSUMO	7.357,00
727 - 3.3.90.39.00.00	3518	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
680 - 4.4.90.52.00.00	3518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	76.643,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0014.2.044.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
664 - 3.3.90.32.00.00	34934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.743,00
		Total Suplementação:	**186.519,05**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 09 de agosto de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

ODEIR PEREIRA DE MELO
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:CA4709B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 553/2024

PORTARIA Nº. 553/2024

GERSON LUIZ MARCATO, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

NOMEAR o Sr. **RAFAEL CORDEIRO MACHADO,** CPF ***.348.809-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Divisão – Gestão Municipal de Convênios, Símbolo CC-2, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 19/08/2024.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 16 de agosto de 2024.

GERSON LUIZ MARCATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:3DDC3DE6

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 031/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2024.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA PARA FORNECER SESSÕES DE PSICOTERAPIA INDIVIDUAL E EM GRUPO AOS CONSELHEIROS TUTELARES, COM O OBJETIVO DE OFERECER SUPORTE PSICOLÓGICO INDIVIDUALIZADO, DESENVOLVER HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO, EMPATIA E COLABORAÇÃO, E PROMOVER UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E PRODUTIVO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta das empresas vencedoras, conforme segue:

FORNECEDOR: ANCORAR PSI LTDA
CNPJ: 41.806.793/0001-18
Valor do contrato: R$ 7.960,00 (Sete mil, novecentos e sessenta reais).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 7.960,00 (Sete mil, novecentos e sessenta reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 15 de agosto de 2024.

GERSON LUIZ MARCATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C538F659

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2024.

Objeto: AQUISIÇAO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA E SUAS FAMILIAS, ATENDIDOS APAE DE JAGUAPITA.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: GUILHERME DA SILVA HERNANDES LTDA
CNPJ: 41.950.800/0001-50
Valor do contrato: R$ 2.426,44 (Dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Valor Total deste Pregão: R$ 2.426,44 (Dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 15 de agosto de 2024.

GERSON LUIZ MARCATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:ED527E32

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 043/2024

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
FNDE- PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	13.899,97	16/08/2024

Jaguapitã,PR, 16 de AGOSTO de 2024.

LIRIA HELENA GOLFETTO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C0CB4BC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 662/2024

Decreto nº 662/2024 de 12/08/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2023 de 20/12/2023.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.00.000.0 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0 FMS – ASPS – MANUTENÇÃO DAS AÇOES DA SÍNDROME PÓS-COVID
3.3.72.390013 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 22.000,00
Total Suplementação: 22.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
05.000.00.000.0 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.00.000.0 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0 FMS – ASPS – MANUTENÇÃO DAS AÇOES DA SÍNDROME PÓS-COVID
3.3.90.300013 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
05.000.00.000.0 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.00.000.0 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0 FMS – ASPS – MANUTENÇÃO DAS AÇOES DA SÍNDROME PÓS-COVID
3.3.90.390013 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00
Total Redução: 22.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 12 de agosto de 2024.

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS
Prefeita

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:A25D377C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 224/2024

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS - Prefeita Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, JOSE DO CARMO LOPES FERREIRA, correspondente ao período aquisitivo de 07 de julho de 2023 à 07 de julho de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 12 de agosto de 2024.

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS
Prefeita Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:986A1007

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°159/2024

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 159 /2024 – De 16/08/2024
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Donizeti Aparecido de Carvalho	Diretor do Dep. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	Londrina	16/08/2024	Buscar Caminhão de Coleta de Lixo que estava no Conserto	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 15 de agosto de 2024.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:ACAB4AB9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2024

Processo Administrativo nº 046/2024

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 038/2024, que declarou dispensável a licitação para Contratação de empresa especializada para Ministrar Oficinas e Palestras quanto a primeira Infância para Famílias do Programa Nossa Gente Paraná e para Rede de Atendimento de Crianças do Município de Jundiaí do Sul PR, conforme solicitação realizada pela Procuradoria Juridica, com fundamento nos Art.75 Inciso II, Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
O valor total do objeto requisitado é de de **R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais),** em favor da **Empresa CELSO CURIONI ME, CNPJ nº 15.005.174/0001-14.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 13 de agosto 2024.

ECLAIR RAUEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:7D4D90F8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 25/2024

Processo Administrativo nº 048/2024

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 038/2024, que declarou dispensável a licitação para Aquisição de eletrodoméstico tipo forno micro-ondas para atender ao departamento de administração geral visando a melhoria das condições de trabalho

dos colaboradores da prefeitura municipal, com fundamento nos Art. 75 Inciso II da Lei Federal nº14.133/2021, conforme solicitação realizada pela Procuradoria Jurídica.
O valor total de **R$ 629,00 (seiscentos e vinte e nove reais),** em favor da **Empresa LOJAS COLOMBO S/A - COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, Cnpj nº 89.848.543/0001-77.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 16 de agosto 2024.

ECLAIR RAUEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:64A3DE68

EXECUTIVO MUNICIPAL
CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2024

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2024
Chamada Pública nº 001/2024. Para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea Municipal – PAA Municipal, com dispensa de licitação, conforme disposto pelo art. 75 da Lei 14.133/2021, e pelo Termo de Adesão nº 91863/2015. A Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Pio X, nº. 260, inscrita sob o nº 76.408.061/0001-54, representado neste ato pelo Prefeito Eclair Rauen no uso de duas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 30 da Lei 14.284 de 29/12/2021, e no Termo de Adesão nº 91863/2015, vem por intermédio do Departamento Municipal de Assistencia Social, realizar Chamada Publica para aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, destinados ao abastecimento alimentar municipal.
Prazo para apresentação de Propostas os agricultores individuais, grupos formais e informais deverão apresentar a documentação para habilitação do dia 27/08/2024 à 23/09/2024, das 08h às 11h30 e das 13h as16h30, no Departamento Municipal de Agricultura, com sede no mesmo prédio da Prefeitura Municipal Praça Pio X, 260, telefone (43) 3626-1490,Jundiaí do Sul – PR.
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS;
- CÓPIA DO RG E CPF;
- CÓPIA DA DAP/CAF E EXTRATO;
- CICAD- PRO;

Jundiaí do Sul, 16 de agosto de 2024.

ECLAIR RAUEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:6488FA69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 63/2024

Súmula: Concede férias regulamentares ao servidor comissionado CARLOS EDUARDO SANTOS VIEIRA.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor CARLOS EDUARDO SANTOS VIEIRA, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar, 30 dias de férias regulamentares, a partir de 05 de setembro de 2024, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2023 a 29/02/2024.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 15 de agosto de 2024.

MARIO JORGE PADILHA SANTOS
Presidente

BRENDA FERRARI DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:414B9A4C

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 62/2024

Súmula: Concede 17 (dezessete) dias de férias proporcionais ao servidor comissionado CLEVERSON VIEIRA WALTER.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor CLEVERSON VIEIRA WALTER, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar, 17 (dezessete) dias de férias proporcionais, a partir de 09/09/2024, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2024 a 03/01/2025, conforme justificativa apresentada.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 15 de agosto de 2024.

MARIO JORGE PADILHA SANTOS
Presidente

BRENDA FERRARI DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7D375B10

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 61/2024

Súmula: Concede 20 (vinte) dias de férias regulamentares e converte 10 (dez) dias em pecúnia ao servidor em comissão ANDERSON SOMMER.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor ANDERSON SOMMER, ocupante do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, 20 (vinte) dias de férias regulamentares de 17/09/2024 à 06/10/2024 e converte 10 (dez) dias em pecúnia, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2023 a 03/01/2024.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 14 de agosto de 2024.

MARIO JORGE PADILHA SANTOS
Presidente

BRENDA FERRARI DA SILVA
1º Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0D82ADB8

GABINETE
DECRETO N° 27987, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4187 de 27 de Dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4187, de 27/12/2023;
Considerando o P.D. nº 22841, de 13/08/2024, da Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0028.2287 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Gestão Atenção Básica	
1802: 3.3.90 39.00.00.317 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 450.000,00
10.301.0028.2333 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica	
1803: 3.1.90.04.00.00.317 – Contratação por tempo determinado	R$ 110.000,00
1804: 3.3.90.30.00.00.317 – Material de Consumo	R$ 40.000,00
10.303.0033.2285 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Assistência Farmacêutica	
1801: 3.3.72.32.00.00.317 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 400.000,00
TOTAL.....	**R$ 1.000.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior será utilizado o:

Excesso de Arrecadação da fonte 317, conta nº 27624.026-4	R$ 1.000.000,00
TOTAL.....	**R$ 1.000.000,00**

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 27948, de 25 de Julho de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Agosto de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Agosto de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:70DAEF88

GABINETE
DECRETO N° 27988, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 4187 de 27 de Dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4187, de 27/12/2023;
Considerando o P.D. nº 23036, de 14/08/2024, da Secretaria da Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.364.000,00 (Dois Milhões, Trezentos e Sessenta e Quatro Mil Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria da Fazenda	
05.01 Secretaria da Fazenda	
28.846.0000.0007 Encargos diversos	
155: 3.2.90.21.00.00.000 – Juros sobre a dívida por contrato	R$ 1.550.000,00
159: 3.3.90.47.00.00.000 – Obrigações tributárias e contributivas	R$ 814.000,00
TOTAL.....	**R$ 2.364.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria da Fazenda	
05.01 Secretaria da Fazenda	
28.846.0000.0007 Encargos diversos	
163: 3.3.91.97.00.00.000 – Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	R$ 2.364.000,00
TOTAL.....	**R$ 2.364.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Agosto de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Agosto de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4FBF49A8

GABINETE
DECRETO N° 27989, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4187 de 27 de Dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4187, de 27/12/2023;
Considerando o P.D. nº 23037, de 14/08/2024, da Secretaria da Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

05 Secretaria da Fazenda	
05.02 Departamento de Contabilidade Financeira	
28.843.0000.0003 Amortização dívida LAPAPREVI	
165: 4.6.91.71.00.00.000 – Principal da dívida contratual resgatado	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 14.810-5	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Agosto de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Agosto de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:16D8D792

GABINETE
DECRETO N° 27990, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) HASSNAA AGATHA SAADE SOUZA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 21692/2024, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o requerimento protocolado,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), a pedido, a partir de 01.08.2024, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

HASSNAA AGATHA SAADE SOUZA
RG: 6792392/SC
CPF: 100.379.309-66
CARGO: MEDICO VETERINARIO
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 16 de Agosto de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E99E7C34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2024

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2023 (PD N° 20666/2023)
MUNICÍPIO: LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26216, DE 29.07.2022 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
DETENTORA DA ATA: ELETROFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 08.389.693/0001-68, AQUI REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. MYRIAM DE ALCANTARA GOMES REBELLO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ITENS DE VIDRAÇARIA, SENDO PORTAS E JANELAS EM VIDRO TEMPERADO, VIDRO COMUM, ESPELHO, TOLDO EM POLICARBONATO E FERRAGENS, PARA TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA-PR, ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19.
VALOR GLOBAL: R$ 3.828.204,00 (TRÊS MILHÕES, OITOCENTOS E VINTE E OITO MIL, DUZENTOS E QUATRO REAIS).
PRAZO DE VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.
AS QUANTIDADES SÃO ESTIMATIVAS PARA O PERÍODO DE VALIDADE DA ATA E DE ACORDO COM A DEMANDA, NÃO SE OBRIGANDO O MUNICÍPIO A AQUISIÇÃO TOTAL DO OBJETO.
DATA: 06/08/2024
FORO: COMARCA DA LAPA/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E9223212

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
ANDRE MENDES DA SILVEIRA	PROFESSOR

Lapa, 14 de agosto de 2024.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:921B637E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
JOELMA ANGELITA DE ARAUJO ALBERTI	RECEPCIONISTA

Lapa, 14 de agosto de 2024.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BA8D5A96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
CLEITON RIBAS RODRIGUES*	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

*reserva de vagas para Candidatos Negros.

Lapa, 14 de agosto de 2024.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:11CF3407

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
DOUGLAS VALDIR KRUL	MOTORISTA HABILITAÇÃO D

Lapa, 15 de agosto de 2024.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E491965

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Faculdade Educacional de Araucária - Facear (Instituição de Ensino) e o Município da Lapa (Parte Concedente).

O Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de Estágio Obrigatório de Estudante da Instituição de Ensino junto a unidade Concedente de Estágio, o qual, obrigatório ou não, deve estar de acordo com a Lei 11.788/2008 e ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o ESTÁGIO como uma Estratégia de Profissionalização que integra o Processo de Ensino-Aprendizagem.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 19/08/2024

Final: 29/11/2024

Carga horária total: 400h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIO SOUZA DOS SANTOS E TALITA DA SILVA GOSLAR.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:86E8FF45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Faculdade Educacional de Araucária - Facear (Instituição de Ensino) e o Município da Lapa (Parte Concedente).

O Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de Estágio Obrigatório de Estudante da Instituição de Ensino junto a unidade Concedente de Estágio, o qual, obrigatório ou não, deve estar de acordo com a Lei 11.788/2008 e ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o ESTÁGIO como uma Estratégia de Profissionalização que integra o Processo de Ensino-Aprendizagem.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 19/08/2024

Final: 29/11/2024

Carga horária total: 400h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIO SOUZA DOS SANTOS E ELOIZA LARA DA SILVEIRA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B5CEEB13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Pitágoras Unopar (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio do estudante da Instituição de Ensino junto a unidade Concedente devendo ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo ensino-aprendizagem.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 19/08/2024

Final: 03/10/2024

Carga horária: 24h semanais
ASSINATURAS: ILSE FRANCO DE OLIVEIRA, MARCELO HORNING, CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA , ELIANE APARECIDA DA SILVA BRAGA E MARIENE CHISTINNE DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CB3011FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 16/08/2024 à 07/10/2024

Total de horas diárias: 5h

Data: 05/08/2024

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, ANTONIO ROBERTO RODRIGUES ABATEPAULO E VANESSA BINDER.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:02833682

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 19/08/2024 à 06/12/2024

Total de horas diárias: 4h

Data: 05/08/2024
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, ANTONIO ROBERTO RODRIGUES ABATEPAULO E KATIE MARGARETH BREY.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:60353986

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 12/08/2024

Final: 16/08/2024

Total: 16h

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA E LUANA APARECIDA PIMENTEL SANTOS.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D327C9B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 19/08/2024

Final: 27/08/2024

Total: 16h

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA E LUCI DO ROCIO BUENO DE LARA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E3168EED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 16/08/2024

Final: 16/08/2024

Total: 4h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA E BRUNA CRISTINA MONTEIRO BUENO.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EA63D86B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 20/08/2024

Final: 24/08/2024

Total: 16h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA E ANA PAULA SILVEIRA MAURER.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:053D6083

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 06/08/2024

Final: 21/09/2024

Total: 30h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, WALERIA HENRIQUE DOS SANTOS LEONEL E SANDRA KELLY DUTRA DE MORAES SIEBRA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E47D073

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 09/08/2024

Final: 09/08/2024

Total: 5h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, WALERIA HENRIQUE DOS SANTOS LEONEL E EMILEINE DE FATIMA MAYER CHARANE.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:62E1B2E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 15/07/2024

Final: 21/09/2024

Total: 30h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, WALERIA HENRIQUE DOS SANTOS LEONEL E LEANDRO CECILIANO GONZAGA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A5FFBE20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 27/08/2024

Final: 30/08/2024

Total: 16h
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, MARCIA MARIA PREVIATO DE SOUZA E TALITA APARECIDA STANISLOSKI.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EFB04BF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE CLAUDIA KLOSTERMANN RIBAS - UNINTER EDUCACIONAL S/A (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER) E MUNICÍPIO DA LAPA - PR.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso para estágio curricular obrigatório.

Este Termo de Compromisso de Estágio fundamenta-se na Lei 11.788/2008 e tem como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Instituição de Ensino.

Início: 05/08/2024

Final: 05/09/2024

Duração: 40 horas semanais
ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, DIMAS DE ALMEIDA ARAÚJO, CLAUDIA FERNANDA DA SILVA, JHENIFER GONZAGA MATTGE E MARCIO LUIZ DA SILVA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1079E3A8

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 177/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 177/2023, ITEM 23, LINHA 35, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DC9BE20B

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 179/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 179/2023, ITEM 25, LINHA 44, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:133FDD7C

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 173/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 173/2023, ITEM 11, LINHA 18, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9F73D06B

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 174/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 174/2023, ITEM 12, LINHA 20, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8A5066E4

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 175/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.

CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 175/2023, ITEM 17, LINHA 26, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B41EA619

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 176/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 176/2023, ITEM 18, LINHA 28, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8453D357

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 178/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: ADRIANO JANZ STICA SOLUÇÕES - EPP, CNPJ SOB O Nº 20.708.497/0001-04, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, O SR. ADRIANO JANZ STICA.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O VEÍCULO RESERVA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 178/2023, ITEM 24, LINHA 36, PASSANDO A SER PASSAGEIRO ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE DW9 ON, CAP. 33P, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2014, PLACA AYO3A97, RENAVAM SOB Nº 01055169005.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4F9BD77F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 165/2023

ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 (PD Nº 27716/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27702 DE 10.04.2024 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. VICTOR BLEY LIPSKI DOS SANTOS.
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA EPP, CNPJ Nº 32.750.290/0001-87, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. MAURICIO ZENI KURMANN.
OBJETO: FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ACRÉSCIMO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 165/2023, ATÉ O VALOR DE R$ 157.679,54 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 8,24% (OITO VÍRGULA VINTE E QUATRO POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO, TENDO EM VISTA O C.I. 027/2024 DA FISCAL DO CONTRATO SRA. ARIANE LOUBACK DOS SANTOS DATADO DE 27/05/2024 E O C.I. 028/2024 DA FISCAL DO CONTRATO SRA. ARIANE LOUBACK DOS SANTOS DATADO DE 03/07/2024.
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS, A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA, O VALOR DE R$ 157.679,54 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1665
ÓRGÃO: 9 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS
AÇÃO: 2391 - IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO REDES DE ÁGUA NA ÁREA RURAL
VÍNCULO: 643 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PROGRAMA FINISA - FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO FINISA Nº 0614326-33
SUBELEMENTO: 3.449.051.910.000.000.000 - OBRAS EM ANDAMENTO
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 13/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:06965847

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 165/2023

ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 (PD Nº 27716/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27702 DE 10.04.2024 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. VICTOR BLEY LIPSKI DOS SANTOS.
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA EPP, CNPJ Nº 32.750.290/0001-87, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. MAURICIO ZENI KURMANN.

OBJETO: FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 165/2023, ATÉ O VALOR DE R$ 46.249,34 (QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 2,42% (DOIS VÍRGULA QUARENTA E DOIS POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, TENDO EM VISTA O C.I. 027/2024 DA FISCAL DO CONTRATO SRA. ARIANE LOUBACK DOS SANTOS DATADO DE 27/05/2024 E C.I. 028/2024 DA FISCAL DO CONTRATO SRA. ARIANE LOUBACK DOS SANTOS DATADO DE 03/07/2024.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 13/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3E300CCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 083/2024

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2024 (PD Nº 11054/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: RHOMA PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 02.555.047/0001-47, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR, SR. RUDSON APARECIDO GONÇALVES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO DE 04 A 10 M³ E LOCAÇÃO DE CILINDROS DE 04 A 10M³, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ITENS 1 E 2.
VIGÊNCIA: 12 MESES OU ATÉ QUE SE ENCERRE O NOVO PROCESSO LICITATÓRIO QUE SERÁ REALIZADO, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO, IMPRORROGÁVEL, NA FORMA DO ART. 75, VIII DA LEI N° 14.133, DE 2021.
VALOR GLOBAL: R$ 312.042,00 (TREZENTOS E DOZE MIL E QUARENTA E DOIS REAIS).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
REQUISIÇÃO 635/2024 (PD 11054/2024)
CÓDIGO REDUZIDO: 904
ORGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 – ASSISTÊNCIA AO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2279- GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE 15% - GESTÃO ADMINISTRATIVA
VINCULO 303 - SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
SUPLEMENTO: 3.339.039.999.900.000.000 – DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.
CÓDIGO REDUZIDO: 900
ORGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 – ASSISTÊNCIA AO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2279- GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAUDE 15% - GESTÃO ADMINISTRATIVA
VINCULO 303 - SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%)
SUPLEMENTO: 3.339.030.000.000.000.000 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS.
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 12/08/2024.
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4A5A12CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 160/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2023 (PD 13349/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: SRA. EDUARDA DA SILVA VICENTE, CPF/MF SOB Nº 111.952.499-77.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 160/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10.08.2024 E 09.08.2025 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$6.464,64 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 885;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 09/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E95191D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 161/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2023 (PD 13349/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: SRA. EDUARDA DA SILVA VICENTE, CPF/MF SOB Nº 111.952.499-77.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 161/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10.08.2024 E 09.08.2025 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$5.631,36 (CINCO MIL,

SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 885;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 09/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:620263EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 163/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2023 (PD 13349/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: SRA. HELLEN CAMILA PINTO, CPF/MF SOB Nº 076.446.159-11.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 163/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10.08.2024 E 09.08.2025 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$17.042,40 (DEZESSETE MIL, QUARENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 885;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 09/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:060DE5E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 161/2022

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2021 (PD 11040/2021) E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: TRANSLAINO TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 06.203.062/0001-87, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. LEONEL JOSÉ PEDROSO.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 161/2022, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 15.08.2024 E 14.08.2025, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 65.025,00 (SESSENTA E CINCO MIL, VINTE E CINCO REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E5F5E2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 161/2022

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2021 (PD 11040/2021) E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: TRANSLAINO TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 06.203.062/0001-87, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. LEONEL JOSÉ PEDROSO.
OBJETO: FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE ACRÉSCIMO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 161/2022, ATÉ O VALOR DE R$ 11.475,00 (ONZE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), COM PERCENTUAL DE 18,75% (DEZOITO VÍRGULA SETENTA E CINCO POR CENTO).
JUSTIFICA-SE O ACRÉSCIMO CONFORME REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 905/2024 (PD N° 19519/2024) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, QUE PASSA A SER ANEXO DESTE TERMO ADITIVO.
PELOS SERVIÇOS CONTRATADOS A CONTRATANTE PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R$ 11.475,00 (ONZE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 12/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:69BF768B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 180/2021

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2021 (PD 16244/2021).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº

24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: SUPRAMED SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA, CNPJ SOB Nº 31.131.837/0001-01, AQUI REPRESENTADA POR SEU ADMINISTRADOR, SR. MARCIO ADILSON SOTELLO.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 180/2021, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16.08.2024 E 15.08.2025, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 487.398,12 (QUATROCENTOS E OITENTA E SETE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
CÓDIGO REDUZIDO: 985;
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
AÇÃO: 2381 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 15% - MATERNIDADE;
VÍNCULO: 303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%);
SUBELEMENTO: 3.339.039.509.900.000.000 - DEMAIS DESPESAS COM SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F3CD5DB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2021

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2021 (PD 16244/2021).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
CONTRATADA: JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS S.S. - EPP, CNPJ SOB Nº 19.412.970/0001-22, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. RODRIGO JARDIM PIERIN.
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2021 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16.08.2024 E 15.08.2025 COM O VALOR CONTRATUAL DE R$487.398,12 (QUATROCENTOS E OITENTA E SETE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
CÓDIGO REDUZIDO: 985
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2381 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 15% - MATERNIDADE
VÍNCULO: 303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
SUBELEMENTO: 3.339.039.509.900.000.000 - DEMAIS DESPESAS COM SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FAE9EF52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
PUBLICA RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 011/2024, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o Resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 10/2024.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 10/2024

OBJETO: Contratação de serviço especializado para substituição do laminado do Plenário da Câmara Municipal de Loanda, com base no art. 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme termo de referência.

MELHOR PROPOSTA APRESENTADA: W R EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA
CNPJ Nº 05.588.544/0001-30
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 7.424,50 (sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto em Edital bem como Termo de Referência, estando para tanto **HABILITADA E SENDO DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME.**

Loanda, 16 de agosto de 2024.

RENATO YUJI OBANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:4070F9E1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 628/2024

PORTARIA Nº. 628/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o atestado médico;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a servidora **APARECIDA BATISTA CRUSCO,** ocupante do cargo efetivo MARGARIDA matrícula 61811, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42, da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 11/08/2024 a 15/02/2025, devendo realizar nova perícia em 16/02/2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de agosto do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B4D8B707

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 629/2024

PORTARIA Nº. 629/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o requerimento datado de 15/08/2024.

RESOLVE:

Conceder a servidora **MARIA DAS GRAÇAS ROSA DE OLIVEIRA** matricula 56571, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, 30 (trinta) dias de férias, pelo período aquisitivo de 22/06/2022 a 21/06/2023 nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir 20/08/2024 a 18/09/2024, devendo retornar em atividade em 19/09/2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de agosto do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:3F2956B5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 015/2024.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 015/2024.
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 015/2024

DOCUMENTO: Termo de Fomento

CONCEDENTE: Município de Loanda – Paraná
CNPJ SOB N.º 76.972.074/0001-51

PROPONENTE: CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS
CNPJ **-76.971.282/0001-36**

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Fomento, decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO**, a conjugação de esforços entre a **Administração Pública MUNICIPAL** e a **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL** objetivando o repasse de recursos financeiros oriundos de emenda individuais com a finalidade especifica da promoção da autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todos os seus assistidos, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria.

VALOR DO INSTRUMENTO DE PARCERIA: R$ 100.000,00 (cem mil reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com cronograma de desembolso.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA: O prazo de execução iniciar-se-à na data da assinatura do presente instrumento e encerrar-se á em 31/12/2024.

A vigência do Termo de Fomento inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se 30 (trinta) dias após o prazo de execução.

FORO: Loanda – Paraná

Loanda-PR, 19 de agosto de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:AD35DC2C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 626

PORTARIA Nº 626/2024.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Prorrogar o período de jornada suplementar de trabalho da professora Noeli Brito dos Santos Ribeiro, matrícula 966121, na Escola Municipal Dr. Carlos A.A. Diniz - E.I.E.F., até o dia 23 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

APARECIDA HELENA QUINTINO DOS SANTOS DE BRITO
Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:F5D09461

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 627

PORTARIA Nº 627/2024.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Convocar a senhora Claudia Gomes da Rocha, matrícula nº 966448, ocupante do cargo efetivo de professora, 20 (vinte) horas semanais, para em regime de jornada suplementar de trabalho, exercer a função de professora substituta em 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Professora Zuleika Aparecida Peterson – E.I.E.F., no período compreendido entre 15 de agosto de 2024 até o dia 12 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 de agosto de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

APARECIDA HELENA QUINTINO DOS SANTOS DE BRITO
Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:B764882D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA MATERIAIS DE USO MÉDICO/HOSPITALAR VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO INTEGRADO DE SÁUDE E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR, POR UM PERÍODO PREVISTO DE 12 (DOZE) MESES.

PROCESSO ADM.: 66/2024
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 25/2024.
DATA DA SESSÃO: 09/09/2024 às 09h00min.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 20/08/2024, até às 08h20min do dia 09/09/2024.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
LOCAL: www.bllcompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**

O valor máximo estimado para esta licitação é **de R$ 1.161.457,35 (um milhão, cento e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos**, sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (anexo 01 do Edital).
O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico **https://www.lobato.pr.gov.br/** - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bll.org.br.**

Lobato/PR, 16 de agosto de 2024.

DANIELE CRISTINA DE CARVALHO
Decreto Nº. 133/2023 de 21 de Agosto de 2023

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:17771E08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 139/ 2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 FICA DESCLASSIFICADA A CANDIDATA GLÁUCIA SOUZA JANUÁRIO PALHARES.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, principalmente o contido no item 13.8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2024 de 28/06/2024, publicado em 01/07/2024 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP,

DECRETA

Art. 1º - Fica desclassificada a candidata **Gláucia Souza Januário Palhares,** inscrita no CPF sob o número 048.415.079-06 aprovada em 6º lugar para o cargo de **Professor de Educação Física, com carga horária semanal de 20 horas**, devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº. 010/2024 de 08/08/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP, no 09/08/2024, tendo em vista, o não comparecimento dentro do prazo estabelecido na convocação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:1B70C4B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 140/ 2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 FICA DESCLASSIFICADA A CANDIDATA VILMA DA ROCHA RODRIGUES DIAS.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, principalmente o contido no item 13.8 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2024 de 28/06/2024, publicado em 01/07/2024 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP,

DECRETA

Art. 1º - Fica desclassificada a candidata **Vilma da Rocha Rodrigues Dias**, inscrita no CPF 006.262.082-70 aprovada em 7º lugar para o cargo de **Professor de Educação Física, com carga horária semanal de 20 horas**, devidamente convocadas nos termos do Edital de Convocação nº. 010/2024 de 08/08/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP, no 09/08/2024, tendo em vista, o não comparecimento dentro do prazo estabelecido na convocação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:0FEDE248

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 291/2024 DE 16 AGOSTO DE 2024 FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISCA VIERA DE BRITO.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **10(dez)** dias de **Férias** a servidora pública municipal **Francisca Viera de Brito,** portadora do RG. nº. 4.601.590-8/SESP-PR e CPF nº. 655.335.429-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Técnico em Higiene Dental**, com carga horária semanal de 35 horas, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, a serem usufruídas de **29/08/2024 a 07/09/2024**, referente ao período aquisitivo de **18/08/2023 a 17/08/2024**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:A028F5AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 290/2024 DE 16 AGOSTO DE 2024 FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISCA VIERA DE BRITO.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **10(dez)** dias de **Férias** a servidora pública municipal **Francisca Viera de Brito,** portadora do RG. nº. 4.601.590-8/SESP-PR e CPF nº. 655.335.429-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Técnico em Higiene Dental**, com carga horária semanal de 35 horas, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, a serem usufruídas de **19/08/2024 a 28/08/2024**, referente aos dias remanescentes do período aquisitivo de **18/08/2022 a 17/08/2023**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:07FA3A9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 289/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TIAGO LUNARDELLO DOS SANTOS.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **30(trinta)** dias de **Férias** ao servidor público municipal **Tiago Lunardello dos Santos,** portador do RG. nº. 10.477.927-1/SESP-PR e CPF nº. 082.201.969-80, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Encarregado da Seção Geral de Atendimento ao Público,** com carga horária semanal de 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas de **19/08/2024 a 17/09/2024**, referente ao período aquisitivo de **03/04/2023 a 02/04/2024**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:E5E199E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 288/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024
LICENÇA ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MIGUEL QUEIROZ NETO.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 922/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **03(três) meses** de **Licença Especial** ao servidor público municipal **Miguel Queiroz Neto,** portador do RG. nº. 3.810.841-7/SSP-PR e CPF nº. 540.726.549-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Motorista**, com carga horária semanal de 40 horas, lotado no **Departamento de Serviços Rodoviários, Manutenção de Veículos e Equipamentos**, referente ao quinquênio de **25/11/2017 a 24/11/2022**, a contar de **19/08/2024 a 16/11/2024**, conforme dispõe o Artigo 123, § 1º da Lei Municipal nº. 622/94-E de 05/09/1994.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:B192A1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 287/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE POR UM PERÍODO DE 30(TRINTA) DIAS, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SALVADOR ROBERTO DA SILVA.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições e,

I – Considerando o contido no Art. 98 c/c Art. 99 e ss. da Lei Municipal n.º 622/94-E, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Lobato;

II – Considerando o teor do atestado médico, datado em **15/05/2024**, devidamente periciado e conforme laudo expedido pelo Dr. Celso Augusto Quinzani Milan – CRM/PR nº. 20.528/PR;

III – Considerando finalmente os ditames do Art. 102 da Lei Municipal n.º 622/94-E supra dita,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a **Licença para Tratamento de Saúde** por um período de **30(trinta) dias**, compreendido entre **13/08/2024 a 11/09/2024**, ao servidor público municipal **Salvador Roberto da Silva,** portador do RG. nº. 4.605.447-4/SESP/PR e CPF nº. 775.702.519-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Operário Braçal,** com carga horária semanal de 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado médico apresentado.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:70BA6D66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 011/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 CONVOCAR AS CANDIDATAS ABAIXO RELACIONADAS, APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2024 DE 03/06/2024.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o resultado divulgado através do **Edital nº. 001/2024**, publicado no Órgão Oficial do Município – Jornal O Diário dos Municípios do Paraná - AMP, no dia **04/07/2024**,

RESOLVE

Art. 1º - Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2024 de 03/06/2024,** para comparecer na Prefeitura Municipal de Lobato – Departamento de Recursos Humanos, nos dias **19, 20, 21, 22 e 23 de agosto do corrente ano,** no horário de atendimento das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00**, a fim de submeter ao processo admissional, conforme abaixo especificado:

Nome	CPF	Cargo	C/H Semanal
JÉSSICA CAROLINE MIATO	098.330.979-52	PROFESSOR	20 hrs
MÁRCIA PATRÍCIA DE SALLES MACENA	067.978.649-09	PROFESSOR	20hrs

Art. 2º - O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:573665E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 141/2024, 16 DE AGOSTO DE 2024. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.522/2023 de 27/06/2023.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.
SUPLEMENTAÇÕES

05		**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviço Público**	
05.001		**Gabinete do Secretario de Obras**	
05.001.26.782.0019.2.027		**Manutenção e Conservação da Frota Rodoviária Municipal**	
3.3.90.30.00.00 – 126	1065	Material de Consumo	100.000,00
		Total da Suplementação	**100.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o provenientes da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

05		**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Público**	
05.001		**Gabinete do Secretario de Obras**	
05.001.23.695.0019.2.059		**Manutenção e Conservação da Frota Rodoviária Municipal**	
3.3.90.39.00.00 – 127	1065	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	100.000,00
		Total do Cancelamento	**100.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 16 de Agosto de 2024.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:D536B179

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECRETO Nº 94/2024 - COMITE TRANSPORTE ESCOLAR

Súmula: Comitê Municipal do Transporte Escolar de Lupionópolis.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais e,

- **Considerando** a necessidade de Acompanhamento e Fiscalização da Aplicação dos Recursos do Programa Estadual do Transporte Escolar – PETE do Município de Lupionópolis;
- **Considerando** o disposto na Resolução nº1422/2011 da SEED/PR.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam as seguintes pessoas nomeadas e reconduzidas para comporem o Comitê Municipal de Transporte Escolar no período 2024/2026

Nomes	Entidade representada	Categoria
Pâmela Suellen Sartti	Secretaria Municipal de Educação	Titular
Paula Danieli Hepp Casquet Soares	Secretaria Municipal de Educação	Suplente
Andreia Marucci Alves	Rede Estadual de Ensino	Titular
Rosilene Neves da Silva	Rede Estadual de Ensino	Suplente
Nadia Maria Garbulha Clavisso	Rede Municipal de Ensino	Titular
Lucinéia Pereira da Silva Almeida	Rede Municipal de Ensino	Suplente
Maria Mônica de Oliveira	Representantes de Pais e Alunos	Titular
Diandra Perazza Montanher	Representantes de Pais e Alunos	Suplente

Art. 2º - Os Trabalhos dos Membros do Comitê de Transporte Escolar Municipal são gratuitos e considerados de relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 16 de agosto de 2024.

ANTÔNIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire Turozi
Código Identificador:162FACB5

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** a Candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
3º - Cota Racial	Educadora Infantil	Renata Alves de Lucena Castoldi

A aprovada acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato 880, nesta Cidade, no dia **22/08/2024 às 10:00 h** *(Setor de RH)*, **para entrevista com a Comissão Especial de Heteroidentificação para análise de candidatos autodeclarados de cor preta e parda, conforme Portaria nº 071/2024 de 14/06/2024.**

No período de **19 a 23 de agosto de 2024**, deverá comparecer munida dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestar interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, os candidatos serão encaminhados para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso)*.
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 16 de agosto de 2024.

ANTÔNIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:A36DAFBB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSIDERANDO AS INFORMAÇÕES, PARECER, DOCUMENTOS E DESPACHOS CONTIDOS NO PROCESSO LICITATÓRIO, RATIFICO A DISPENSA RECONHECIDA PELA ASSESSORIA JURÍDICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I/TERMO DE REFERÊNCIA., EM FAVOR DA EMPRESA: MV CALHAS LUPIONÓPOLIS – CNPJ: 12.033.291/0001-01, NO VALOR DE R$ 22.700,00 (VINTE E DOIS MIL E SETECENTOS REAIS), COM BASE NO ARTIGO 75 – INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, TENDO EM VISTA OS ELEMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/2024 - DISPENSA N°14/2024.

Lupionópolis, 14 de agosto de 2024.

ANTONIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Galbero de Abreu
Código Identificador:A7986186

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 44/2024 Processo dispensa nº 14/2024, a qual tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I/TERMO DE REFERÊNCIA., em favor da(s) Empresa(s) relacionada(s) nos relatórios de classificação em 13/08/2024, saindo-se assim vencedora(s) a(s) Empresa (s): GILMAR ALMEIDA DO NASCIMENTO, no valor total de R$ 22.700,00 (Vinte e Três Mil, Cento e Sessenta Reais).

Lupionópolis, 14/08/2024.

ANTÔNIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Galbero de Abreu
Código Identificador:0D74AA2F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EDITAL DE HABILITAÇÃO

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2024.

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Concorrência nº 05/2024, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar a seguinte proponente:

Nº	EMPRESA
05	OCEANO CONSTRUÇÕES LTDA

Lupionópolis, 15 de agosto de 2024.

RAFAELA DE SOUZA MENEZES
Agente de Contratação

LINCOLN G. DOS ANJOS JANAZZE
Equipe de Apoio

MUNIQUE APARECIDA FERREIRA
Equipe Apoio

YONE ZANON AUGUSTO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Erica Galbero de Abreu
Código Identificador:24EC3996

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2024.

A comissão de licitação constituída comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Concorrência nº 05/2024, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar a seguinte proponente:

Nº	EMPRESA	LANCE FINAL R$
01	OCEANO CONSTRUÇÕES LTDA	R$ 307.000,00

Lupionópolis, 15 de agosto de 2024.

RAFAELA DE SOUZA MENEZES
Agente de Contratação

LINCOLN G. DOS ANJOS JANAZZE
Equipe de Apoio

MUNIQUE APARECIDA FERREIRA
Equipe Apoio
YONE ZANON AUGUSTO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Erica Galbero de Abreu
Código Identificador:C64725AD

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 25/2024
Ref. Aquisição de Material de Construção em Geral
O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 05 de setembro de 2024, fará realizar em sua sede, situada na Praça Padre Antonio Pozzato, nº 880, certame licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL(MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, EPI'IS E FERRAMENTAS) POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I/TERMO DE REFERÊNCIA.. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponivel também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/
Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3660-1100, no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 16 de agosto de 2024

ANTONIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Galbero de Abreu
Código Identificador:3B82EC39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1.319/2024

DECRETO Nº 1.319/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Lei nº 1561/2023, artigo 7º, parágrafo único;

DECRETA:

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto, no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
199	1000	02.08.10.301.0024.2.029	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL - FMS	3.3.90.30	35.000,00
125	3000	02.05.20.606.0012.2.018	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. AGROPECUARIA	3.3.90.30	4.500,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito autorizado no artigo anterior será considerado como recursos, anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais), assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
165	1000	02.07.26.782.0008.2.024	CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	3.3.90.30	35.000,00
128	3000	02.05.20.606.0012.2.018	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. AGROPECUARIA	3.3.90.39	4.500,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº. 1.552/2023 – LDO para o exercício de 2024 e lei nº. 1490/2021 – PPA para os exercícios de 2022-2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mallet, 16 de agosto de 2024.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:9A0C47A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 163/2024

PORTARIA Nº 163/2024.

Dispõe sobre a alteração da Presidência da Comissão Permanente de Sanções Administrativas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet – Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI** no uso de suas atribuições legais (art. 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet) e o disposto nos Decretos Municipais que regulamentam o Processo Administrativo de Responsabilização no âmbito de aplicação das Leis Federais nº 8.666/93 e 14.133/21;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica alterada a composição da **Comissão Permanente de Sanções Administrativas** prevista na Portaria n° 043/2022, com as alterações das Portarias 048/2022 e 124/2024, para constar como Presidente a servidora LUCIA SKRZECZKOWSKI, Agente Administrativo, matrícula n° 60.479 no lugar de BEATRIZ TOMAL, matrícula n° 526.
Art. 2°. Assim, fica nomeada a **Comissão Permanente de Sanções Administrativas,** para tomar todas as medidas necessárias nas fases de instrução, análise e julgamento de Processos Administrativos de Responsabilização, ficando assim composta:
a) Presidente: Lucia Skrzeczkowski, Agente Administrativo, matrícula n° 60.479;
b) Membros Efetivos: Danielli Domaradzki Sudatti, Fiscal, Matrícula nº 3.479;
c) Membros Efetivos: Joceline Travinski**,** Fiscal, Matrícula nº 2.486.
§ 1º Em caso de afastamento definitivo de algum dos membros da Comissão, será designado servidor substituto, efetivo e estável, pelo período que remanescer ao substituído.
§ 2º No caso de afastamento temporário de algum dos membros da Comissão, se necessário, será designado servidor substituto, efetivo e estável, pelo respectivo período.
Art. 3º - Fica autorizado o Presidente da Comissão Permanente de Sanções Administrativas a proceder à assinatura em todo e qualquer documento pertencente ao processo sancionador, inclusive o Relatório Conclusivo.
Art. 4º - A validade da presente Comissão será de 01 (um) ano, podendo ser reconduzida parcial ou totalmente por igual período.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de agosto de 2024.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:05F9D1B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2024

DATA DE ASSINATURA: 16 de agosto de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI.**

CONTRATADA: LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ 08.245.733/0001-06, domiciliada à Avenida José Custódio de Oliveira, nº 704, bairro Centro, no município de Campo Mourão, Estado do Paraná, representada por sua Sócia Administradora, senhora **EDILAINE MARIA DE CASTRO, CPF 885.208.979-91,** residente à Rua das Tipuanas, nº 427, bairro Jd. Araucária, no município de Campo Mourão, Estado do Paraná

OBJETO: Contratação de empresa especializada em show artístico do tipo teatro, dança e circo voltado ao esporte para apresentação durante a realização do XXI JAM – Jogos Abertos de Mallet – PR.

VALOR: Pela prestação do serviço ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais),** após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término **01 (um) mês após**.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaella Carus Godoy
Código Identificador:EE961509

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 331/2024 - CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 331/2024

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 115/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 115/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 181/2024.

PROFESSOR DE ATENIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE 20 HRS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
15	MAÍRA CRISTINA CAMPANERUTI GEREMIAS	53

Mandaguari, 16 de agosto de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:AC3F8B26

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 332/2024 - CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 332/2024

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 241/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 241/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 283/2024.

MOTORISTA CATEGORIA D

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
05	CLAUDIO COUTINHO	78

Mandaguari, 16 de agosto de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:FF7667F0

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO: DECRETO Nº 438/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 438/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municpal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária n º 4.019/2023 de 15/12/2023,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Muncípio, no valor de R$ 334.076,73 (trezentos e trinta e quatro mil, e setenta e seis reais, e setenta e três centavos), destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento**		
09.001.00.000.0000.0.000	**Unidade de Agricultura e Abastecimento**		
09.001.20.605.0018.2.150	**Manutenção das Atividades operacionais, administrativas da Secretaria da Agricultura**		
953-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 000	R$ 334.076,73
Total			R$ 334.076,73

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso de cancelamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

09.000.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento**		
09.001.00.000.0000.0.000	**Unidade de Agricultura e Abastecimento**		
09.001.20.605.0018.2.150	**Manutenção das Atividades operacionais, administrativas da Secretaria da Agricultura**		
949-3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	Fonte 000	R$ 324.086,73
950-3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte 000	R$ 9.990,00
Total			**R$ 334.076,73**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (14/08/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:B16988B9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 439/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 439/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municpal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária n º 4.019/2023 de 15/12/2023,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Muncípio, no valor de R$ 309.784,65 (trezentos e nove mil, e setecentos e oitenta e quatro reais, e sessenta e cinco centavos), destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Educação**		
04.001.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Educação**		
04.001.12.605.0003.2.053	**Manutenção do FUNDEB 70% - Educação Infantil- Pré Escola**		
403-3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	Fonte 101	R$ 309.784,65
Total			**R$ 309.784,65**

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servira como recurso de cancelamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

04.000.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Educação**		
04.001.00.000.0000.0.000	**Secretaria Municipal de Educação**		
04.001.12.605.0003.2.053	**Manutenção do FUNDEB 70% - Educação Infantil- Pré Escola**		
404-3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	Fonte 101	R$ 309.784,65
Total			**R$ 309.784,65**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (16/08/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:0255C174

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 440/2024 - NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DECRETO Nº 440/2024

Súmula: Nomeia servidor público municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor público municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão:

NOME	CARGO DE NOMEAÇÃO	ADMISSÃO
97802 – GUILHERME MAROLDI KIDA	COORDENADOR GERAL DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – CC6	16/08/2024

Obs.: Servidor optou pelo salário do cargo de Médico Veterinário, o qual foi admitido em 03/06/2024, via concurso público

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (16/08/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:D6B49532

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2023
PROCESSO Nº 196/2023

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO,** portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade e do outro lado a empresa **RUELIS E HISING LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.685.844/0001-37, com endereço na Rua Rene Taccola, 356, Centro, CEP: 86.975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor VALDONEY RODOLPHO HISING, inscrito no CPF sob o nº. 735.820.939-72, têm justo e acertado o presente Termo de Rescisão Amigável nos termos do comunicado interno 117/2024 exarado pela Secretaria de Planejamento datado do dia 12 de Agosto de 2024, bem como pela legislação vigente em especial o art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e pela seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Com o presente fica rescindido a Ata de Registro de Preços nº 277/2023, conforme parecer da secretaria responsável exarado e justificativas apresentadas pela empresa, sem quaisquer aplicações de multas, sanções ou impedimentos para licitar a empresa contratada.

Mandaguari (PR) 15 de Agosto de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO

Prefeita Municipal

VALDONEY RODOLPHO HISING

Ruelis e Hising LTDA - ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:EB51F70F

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 24/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2021
PROCESSO N. 42/2021

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, e do outro lado a empresa **A R TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.789.525/0001-50, com endereço na Rua Rene Tacola, 357, Quadra 40, Lote 12/8 A, Centro, CEP: 86.975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor ADEMIR FERREIRA NEVES, inscrito no CPF sob o nº. 025.599.539-35, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 25/2021, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 24/2021 por mais 12 (doze) meses, a contar da data de 27/08/2024, conforme solicitado pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica reajustado o valor mensal para R$25.061,54 (vinte e cinco mil, sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com índice IPCA-E (IBGE) conforme cálculo em anexo. O valor referente a prorrogação será de R$300.738,48 (trezentos mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 15 de Agosto de 2024.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ADEMIR FERREIRA NEVES
A R Transportes e Serviços LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:21ABCA42

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 73/2023
INEXIGIBILIDADE N. 37/2023
PROCESSO N. 156/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **LIZ SERVICOS ONLINE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.725.725/0001-35, com endereço na Rua 222, 246, Meia Praia, CEP: 88.220-000, na cidade de Itapema/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor CARLITO MELLO DE LIZ, inscrito no CPF sob o nº. 181.488.089-53, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos da Inexigibilidade 37/2023, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 107 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 73/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 14/08/2024, conforme solicitado pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente à prorrogação será de R$9.344,28 (nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:

Descrição do objeto:

LOTE 1:
Item: 1
Descrição: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE - (PUBLICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE NOVAS LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS NO SISTEMA; ACESSO AO BANCO DE DADOS DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DEMAIS RECURSOS DO SISTEMA)
Unidade: UNID
Quant.: 12
Valor Unit.: R$778,69
Valor Total: R$9.344,28

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 12 de Agosto de 2024.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

CARLITO MELLO DE LIZ
Liz Servicoes Online LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:C5005408

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, inscrita no CNPJ/MFsob o nº. 04.096.738/0001-55, com endereço na Sete De Setembro, 877, Centro, CEP: 85960-000, na cidade de

Marechal Cândido Rondon/PR, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER, inscrita no CPF sob o nº 903.230.509-30.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E TODA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA SE COMBATER A DENGUE, ZIKA VÍRUS, CHIKUNGUNYA E ESCORPIÕES.

VALOR: 75.888,76.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Agosto de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER
Editora Amigos da Natureza LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:1C3D502A

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.470.743/0001-98, com endereço na RUA COLIBRI 425, SALTO WEISSBACH, CEP: 89032-235, na cidade de Blumenau/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor MARLEUSA APARECIDA STINGHEN, inscrito no CPF sob o nº. 633.595.539-34.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FRALDAS ADULTO E INFANTIL.

VALOR: 14.800,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 11 de Julho de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

MARLEUSA APARECIDA STINGHEN
Blumedica Produtos Medicos e Cirurgicos LTDA EPP

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:E7961ECB

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.612.312/0004-97, com endereço na Rua Judite Melo dos Santos, 131 – Distrito Industrial, CEP: 88104-765, na cidade de São José/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor ALEXANDRE TABUENCA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº. 043.068.978-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE DIETAS ESPECIAIS E FÓRMULAS INFANTIS DESTINADAS AOS PACIENTES CADASTRADOS NO PROTOCOLO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR.

VALOR: 145.035,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 23 de Julho de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ALEXANDRE TABUENCA DA SILVA
Nutriport Comercial LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:099E8FBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FAMADER FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.145.933/0001-89, com endereço na DR. MARCELINO NOGUEIRA, 700, CENTRO, CEP: 83005-370, na cidade de São José dos Pinhais/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor EDUARDO EMICH BATISTA DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº. 043.866.599-60.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS.

VALOR: 6.950,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 22 de Julho de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

EDUARDO EMICH BATISTA DE ALMEIDA
Famader Farmácia de Manipulação LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:3AC5D2E8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: T. DE CARVALHO COUTINHO ILUMINACAO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 44.056.672/0001-94, com endereço na RUA HEITOR DOS PRAZERES, 271, FERREIRA, CEP: 05522-000, na cidade de SÃO PAULO/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor TIAGO DE CARVALHO COUTINHO, inscrito no CPF sob o nº. 374.993.738-94.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, EXTINTORES NOVOS, RECARGAS E LUMINARIAS DE EMERGENCIA DE LED.

VALOR: 1.463,88.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

TIAGO DE CARVALHO COUTINHO
T. de Carvalho Coutinho Iluminacao

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:6BE609A0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: LOCK CAR SYSTEM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.949.461/0001-92, com endereço na Presidente Vargas, 323, Setor Maysa, CEP: 75.394-141, na cidade de Trindade/GO, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor MOISES MACHADO PARREIRA NETO, inscrito no CPF sob o nº. 783.487.306-72.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DE VEÍCULOS PARA TODOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

VALOR: 51.336,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

MOISES MACHADO PARREIRA NETO
Lock Car System LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:EF6C9622

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 391 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Admitir as candidatas aprovadas no Processo Seletivo Público n.° 001/2024, mencionadas abaixo para exercerem as funções em caráter temporário, observada a ordem de classificação, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Assistente Social

Nome	CPF	Admissão	Lotação
Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz	161.421.808-02	13/08/2024	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Psicólogo I

Nome	CPF	Admissão	Lotação
Daniela da Silva Chiminski	041.697.719-74	07/08/2024	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 2º O contratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 07 de agosto de 2024, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:35A347B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2024
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por

solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo fone: (41) 36261122 Ramal 224.
Objeto: Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica, conectado a rede On-Grid da Concessionária de Energia, conforme Instrumento de Repasse n° 4114302/2023 pela Itaipu - Programa mais que Energia
Data da Sessão: 03 de Setembro de 2024 às 09h00.
Valor Máximo: R$ 160.225,00 (cento e sessenta mil duzentos e vinte e cinco reais)
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 16 de Agosto de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA -
Prefeito

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:03ECCC61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71-2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 71 de 2024.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de empresa para realização de serviços de pintura conforme termo de referência, conforme processo de Pregão nº 28/2024.
CONTRATADO: 14.871.695 DENIVAL DE SIQUEIRA. CNPJ: 14.871.695/0001-91
VALOR CONTRATADO: 15.748,40 (Quinze Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024.
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após a execução dos serviços e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 meses após a emissão da ordem de serviços**.**

Manfrinópolis, 16/08/2024.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:E96DFC0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 357/2024

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação por menor valor nº 025/2024, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Permanente de Licitação, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para emissão de apólice de seguro de veículo: FORD - NOVA RANGER CAB DUPLA, XLS 3.0 V6 250CV 4X4 AUT., ano/modelo: 2024/2024 pertencente ao Gabinete/ Frota da Prefeitura Municipal de Marilena PR.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa Licitação por Menor Valor N. º 025/2024 em favor da empresa: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ Nº 61.198.164/0001-60,** com sua proposta no valor de **R$ 5.593,83** (cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de Marilena-PR, em 16 de agosto de 2024.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Dalvina Teixeiraliberato Alberto
Código Identificador:1B931518

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº156 /2024

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ Nº 61.198.164/0001-60.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE VEÍCULO: FORD - NOVA RANGER CAB. DUPLA, XLS 3.0 V6 250CV 4X4 AUT., ANO/MODELO: 2024/2024 PERTENCENTE AO SETOR ADMINISTRATIVO/ FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA-PR.

VALOR: R$ 5.593,83 (CINCO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E OITENTA E TRES CENTAVOS).

FONTE DE RECURSOS:

09 - 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

PRAZOS: EXECUÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, E A VIGÊNCIA SERÁ DE 13 (TREZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO DE ACORDO COM OS COM OS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 75, DE 2021 E LEI MUNICIPAL 2182/2024 E SUAS ALTERAÇÕES.

MARILENA-PR, 16 DE AGOSTO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Dalvina Teixeiraliberato Alberto
Código Identificador:48B5CDD1

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA AO CONTRATO Nº 124/2023

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBRAS;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: CONSTRUTORA LONGUINI LTDA CNPJ 16.514.870/0001-19;

OBJETO: RECAPE DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ÁREA DE 4.621,33 M², COMPREENDENDO AS SEGUINTES ETAPAS: SERVIÇOS PRELIMINARES; REVESTIMENTOS; SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO; E ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICOS PARANACIDADE SAM 63.

VALOR TOTAL: R$ 439.378,08 (-QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE MIL TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS-).

FONTE DE RECURSOS:
09.002.17.451.0009.1123.4.4.90.51 – PAVIMENTAÇÃO E RECAPE DE VIAS URBANAS PPU 2023 – OBRAS E INSTALAÇÕES;
358 – 619 – BEP PAV. E RECAPE BARRAC INDUSTRIAL.

ALTERAÇÃO PRAZOS: ALTERA-SE A CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO Nº 124/2023. ONDE ESTABELECIA O PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 25 DE AGOSTO DE 2024, FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 25 DE OUTUBRO DE 2024.

ESTE TERMO TERÁ VALIDADE A PARTIR DA DATA DE VENCIMENTO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 16 DE AGOSTO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Dalvina Teixeiraliberato Alberto
Código Identificador:44D6DC17

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 021/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2024.
CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Marilena/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, o Edital de Chamada Pública por Credenciamento para **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA,** a serem executados conforme tabela de projetos anexo ao edital, Município de Marilena, Estado do Paraná. As propostas juntamente com os documentos de habilitação, serão recebidas no **período de 12 meses**, a contar da data deste aviso, onde os interessados poderão solicitar a inscrição no credenciamento á partir da publicação deste chamamento, na Prefeitura Municipal de Marilena/PR, junto ao Departamento de Licitações ou no seguinte e-mail marilenalicita@gmail.com.
O Edital completo do Chamamento Público poderá ser obtido na Prefeitura de Marilena, sala de licitações, sito a Rua Dante Pasqualetto, 855, telefone: (44 3900-3910), no horário de 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a quinta feira e na sexta-feira das 08:00 as 11:30 horas e das 14:00 ás 16:00 horas, ou solicitar no seguinte e-mail marilenalicita@gmail.com.

MARILENA, 16 DE AGOSTO DE 2024.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:D0BC46DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2023

Fica dispensada de Licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021 e em conformidade com os Pareceres do Departamento Jurídico e da Controladoria Interna, acostados nos autos.

Processo Administrativo 005/2024			
Lote:	**Credor:**	**Objeto:**	**Valor:**
I	SUPERMERCADO CAOPI LTDA (CNPJ 13.176.619/0001-01)	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	R$ 3.928,92
II	COMERCIO DE EMBALAGENS LITORAL LTDA (CNPJ 00.882.335/0001-80)	COPOS DESCARTAVEIS	R$ 944,00

Matinhos, 14 de agosto de 2024.

JOSE FERNANDO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jose Fernando de Lima
Código Identificador:CAA5B667

GABINETE
DECRETO Nº 3132, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal n° 2401/2022, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art. 1º De **EMELEN SUELEN DA CUNHA,** inscrita no CPF sob o nº 091.331.819-18 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.950.805-5 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **DIRETOR GERAL,** simbologia DG-PGM, lotada na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:4EF56145

GABINETE
DECRETO Nº 3133, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1430/2011 e Lei Federal nº 10520/2002 Art. 3º, mediante processo n°27941/2024, resolve:

REVOGAR

Art. 1º A **COMISSÃO DE PREGÃO**, composta pelos seguintes membros:

PREGOEIROS:
Carlos Augusto Barbosa **Matrícula** – 100922/1
Elisiane dos Santos **Matrícula** – 55786/1
Janete de Fátima Schmitz **Matrícula** – 78662/5
Luis Henrique Nery **Matrícula** – 101239/1

Tatiane Maria Pereira Sales **Matrícula** – 76201/1

EQUIPE DE APOIO:
Anderson Taborda Ribas **Matrícula** – 18562/1
Antonio Carlos Leite de Oliveira **Matrícula** – 100873/3
Augusto de Paula Tufanini **Matrícula** – 83720/1
Bernardo Antonio Orzenn Waess **Matrícula** – 59242/2
Bianca Cristine Capetti **Matrícula** – 101068/2
Caroline Dos Santos Mesquita **Matrícula** – 100927/2
Cezar Augusto Coraiola **Matrícula** – 74080/1
Eduardo Gaveleta de Cristo **Matrícula** – 100726/1
Juliana Marcante Ozorio **Matrícula** – 100884/1
Katia Maria Viana **Matrícula** – 6548/1
Karyne Emanuelle Zys da Silva **Matrícula** – 82988/1
Marilin Ruiz Garcia **Matrícula** – 100923/1
Noel Calixto Junior **Matrícula** – 100446/1
Priscila Iavolski Gracie **Matrícula** – 56782/1
Rafael Honorato dos Santos **Matrícula** – 75965/4
Raphael Omar Xocaira **Matrícula** – 100877/1
Scharlene Cristina Veiga Ramos **Matrícula** – 58955/1

MODALIDADES:
Pregão Eletrônico
Pregão Presencial

Art. 2º A instituição desta Comissão de Pregão é voltada ao Certame Licitatório nas Modalidades Pregão Eletrônico e Presencial.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2024, revogando o Decreto 1780/2023 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0E6AAC24

GABINETE
DECRETO Nº 3134, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1430/2011 e Lei Federal nº 8666/1993, mediante processo n°27941/2024, resolve:

REVOGAR
Art. 1º A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, composta pelos seguintes membros:
PRESIDENTE:
Janete de Fátima Schmitz **Matrícula** – 78662/5

MEMBROS:
Augusto de Paula Tufanini **Matrícula** – 83720/1
Bernardo Antonio Orzenn Waess **Matrícula** – 59242/2
Bianca Cristine Capetti **Matrícula** – 101068/2
Carlos Augusto Barbosa **Matrícula** – 100922/1
Juliana Marcante Ozorio **Matrícula** – 100884/1
Katia Maria Viana **Matrícula** – 6548/1
Karyne Emanuelle Zys da Silva **Matrícula** – 82988/1
Marilin Ruiz Garcia **Matrícula** – 100923/1
Rafael Honorato dos Santos **Matrícula** – 75965/4
Raphael Omar Xocaira **Matrícula** – 100877/1
Scharlene Cristina Veiga Ramos Gomes **Matrícula** – 58955/1

SECRETÁRIO:
Caroline dos Santos Mesquita **Matrícula** – 100927/2
Eduardo Gaveleta de Cristo **Matrícula** – 100726/1
Elisiane dos Santos **Matrícula** – 55786/1
Luis Henrique Nery **Matrícula** – 101239/1
Noel Calixto Junior **Matrícula** – 100446/1
Priscila Iavolski Gracie **Matrícula** – 56782/1
Tatiane Maria Pereira Sales **Matrícula** – 76201/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2024, revogando o decreto 1946/2023 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B1B6BD73

GABINETE
DECRETO Nº3135, DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante processo n°28239/2024, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **VALDECIR CORDEIRO DA SILVA,** inscrito no CPF sob o nº 020.669.899-24 e portador da Carteira de Identidade RG nº 5.043.559-8 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE CONTROLE GERAL DE ARRECADAÇÃO DA EXECUSÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESA, E ACOMPANHAMENTO DA EXECUSÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA**, simbologia CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2024, revogando o decreto 2932/2024 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B4F04149

GABINETE
DECRETO Nº 3136, DE 14 DE AGOSTO 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, em face ao processo nº 28315/2024, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **SIMONI DOMINGUES DE LIMA,** inscrita no CPF sob o nº 036.738.641-06 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 16.440.926-0 SESP/PR, do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 78344/1, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A1AB4D13

GABINETE
DECRETO Nº 3137, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Abono Permanência a servidora: Laudiceia de Melo Viana.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal n°1209/2009 e suas alterações, mediante processo n° 27684/2024, resolve:

DECRETA

Art. 1º Fica concedido **ABONO PERMANÊNCIA** a servidora **LAUDICEIA DE MELO VIANA,** inscrita no CPF sob o nº 000.294.619-01 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.198.721-0 SSP-PR, detentora do cargo público de Auxiliar de Administração sob a matrícula nº 3719/1, sendo o valor do benefício equivalente ao valor da contribuição previdenciária referente a parte do segurado, conforme § 2º do artigo 32 da Lei Municipal nº 1209/2009.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6BE98039

GABINETE
PORTARIA Nº 1037/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao ofício nº413/2024 e processo nº 19293/2024, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **ALESSANDRA DE AGUIDA RIBEIRO**, matrícula nº**74411/1,** ocupante do cargo público de **Atendente Infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, 02 (dois)anos de **LICENÇA SEM VENCIMENTOS**, para tratar de assuntos de interesse particular, a contar do **dia 08 de agosto de 2024 a 07 de agosto de 2026**, conforme artigo n° 114 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:06553183

GABINETE
PORTARIA Nº 1038/2024

"Revoga Designação do servidor para atuar como Agente de Contratação, de acordo com as regras da Lei Federal n.º 14.133/2021"

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, mediante processo n° 27941/2023:

REVOGA

Art. 1.° A designação da servidora abaixo indicada para atuar como Agente de Contratação perante a Secretaria Municipal de Administração:

ELISIANE DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 55786/1

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 091/2024.

Matinhos, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:AB5067C7

GABINETE
PORTARIA Nº 1039/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Municipal n°1165/2008 e em face ao processo nº 23293/2024, 27920/2024 e 28313/2024, resolve:

CONCEDER

Ao servidor **JONATAN LEVANDOSKI,** matrícula nº 83593/1, ocupante do cargo público de Motorista D, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, **TURNO ESPECIAL DE TRABALHO** para a realização de estágio obrigatório por lei conforme artigo 294 da Lei 1165/2008**, no período matutino, de segunda a sexta-feira, com início dia 12 de agosto até 02 de setembro de 2024 e no período vespertino, nas segundas e quintas-feiras, com início dia 05 de agosto a 22 de novembro de 2024.**
As reposições de horários que trata o caput do artigo 294 da Lei 1165/2008 seguirá o cronograma apresentado pela servidora**.**
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 05 de agosto de 2024, revogando as portarias 879/2024 e 952/2024 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F9D2752F

GABINETE
PORTARIA Nº 1040/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em virtude da Licença **para Concorrer a Mandato Eletivo** resolve:

TORNAR SEM EFEITO

Art. 1º A Portaria nº 892/2024 do dia 11 de julho de 2024, referente a **FÉRIAS**, da servidora **JUSSARA DAS GRAÇAS PURKOT**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3069 do dia 18 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:2EC7959F

GABINETE
PORTARIA Nº 1041/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Art. 1º Prorrogar readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, da servidora municipal **JANDIRA ZIMERMANN DOS SANTOS,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 65927/1, por 365 (**trezentos e sessenta e cinco**) dias a contar **de 15/08/2024 até 14/08/2025,** deve manter-se afastada de atividades que requeiram esforço físico com membros superiores.
Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1430/2011, a mesma pode, verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda; comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de concertos e reparo nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho; participar de encontros de formação continuada quando convocado; zelar pela limpeza do local de trabalho e executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo conforme descrição do cargo prevista na lei n° 1430/2011.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0132B0C1

GABINETE
PORTARIA Nº 1042/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, da servidora municipal **JULIANA GONÇALVES DOS SANTOS KIRSCHBAUR,** Professor, matrículas nº 67350/1 e 67350/3, por 180 (cento e oitenta) dias a contar de 12/08/2024 até 07/02/2025, deve manter-se afastada de qualquer atividade de docência e coordenação, conforme atestado médico e laudo pericial.
Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1819/2016, a mesma pode atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; zelar pela disciplina e pelo material docente e executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo conforme descrição do cargo prevista na lei n°1819/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0F048E2C

GABINETE
PORTARIA Nº 1043/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1ºLICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
100485/1	Matheus Ricardo Pinheiro José	Educador Social	23/07/2024 A 30/09/2024 (70) Dias	Não

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 23 de julho de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D582AD88

GABINETE
PORTARIA Nº 1044/2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1º LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
77950/1	Raquel Ferrari Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	08/08/2024 A 30/09/2024 (54) Dias	Não

Art. 2 º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de agosto de 2024, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de agosto de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1DEC9D2F

SECRETARIA DE SAÚDE
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 003/2024

RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N° 003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°004/2024

O Prefeito Municipal de Matinhos torna pública a RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE para fim o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE LABORATÓRIO em favor as empresas LABORATÓRIO SÃO LUCAS DE ANALISES CLINICAS DE CURITIBA LTDA inscrita no CNPJ: 76.006.105/0010-10 no valor global de R$ 308.447,04 (trezentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos); LUIZ AFONSO TULIO & CIA LTDA inscrita no CNPJ: 07.932.374/0001-64 no valor global de R$ 308.447,04 (trezentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos) com base no Art. 74, INCISO IV, da Lei Federal n° 14.133/221 e suas alterações juntamente com o Decreto Municipal n° 1338/22 de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 01 de agosto de 2024.

•

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:81CB2251

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO N° 118/2024

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2024 - PMM
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2024 - PMM
PROCESSO Nº 004/2024 - PMM
GESTOR DO CONTRATO: MUNICÍPIO DE MATINHOS
DETENTORA DO CONTRATO: LABORATÓRIO SÃO LUCAS DE ANALISES CLINICAS DE CURITIBA LTDA
CNPJ: 76.006.105/0010-00
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, REALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
468	12	001	2026	3339039509900000000	303
489	12	001	2027	3339039509900000000	303
490	12	001	2027	3339039509900000000	494
505	12	001	2028	3339039509900000000	303
506	12	001	2028	3339039509900000000	469

VALOR: R$ 308.447,04 (trezentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2024

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:3315BEA6

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO N° 119/2024

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2024 - PMM
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2024 - PMM
PROCESSO Nº 004/2024 - PMM
GESTOR DO CONTRATO: MUNICÍPIO DE MATINHOS
DETENTORA DO CONTRATO: LUIZ AFONSO TULIO & CIA LTDA
CNPJ: 07.932.374/0001-64
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, REALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
468	12	001	2026	3339039509900000000	303
489	12	001	2027	3339039509900000000	303
490	12	001	2027	3339039509900000000	494
505	12	001	2028	3339039509900000000	303
506	12	001	2028	3339039509900000000	469

VALOR: R$ 308.447,04 (trezentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2024

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:404CFA99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº80/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA HELIO ZAZULA - ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Mato Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Edelir de Jesus Ribeiro da Silva**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.043.712-6 – Pr. e inscrito no CPF n.º 464.922.919-72 e de outro lado a empresa **HELIO ZAZULA - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº27.823.704/0001-10, estabelecida à Avenida das Palmeiras s/nº, na Cidade de Mato Rico - PR, representada neste ato, por seu representante legal Senhor Helio Zazula, portador do RG nº. 8.045.183-0 SESP/PR, e inscrito no CPF sob nº 040.418.099-08, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de fornecimento nº 80/2023, referente ao Pregão Presencial nº 20/2023, as partes contratantes já qualificadas no contrato em referência, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial no seu artigo 57, § 1º inciso IV, e demais legislações aplicáveis em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO
Aquisição peças para a manutenção da frota municipal linha leve do município, conforme especificações dos veículos no termo referência.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS
O presente aditivo tem como objetivo o aumento do prazo em 08 (oito) meses, ficando o prazo de vigência para 31/03/2024.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Mato Rico, 31 de julho de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

HELIO ZAZULA
Helio Zazula - ME
Contratada

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:A1600F0B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº81/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Mato Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito MunicipalEdelir de Jesus Ribeiro da Silva, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.04312-6 – Pr. e inscrito no CPF n.º 464.922.919-72, e de outro lado a empresa **PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **49.381.440/0001-25**, na cidade de Pinhão, Estado do Paraná, estabelecida à rua Presidente costa e Filho, nº1, bairro Araucária CEP 85.170-000, representada neste ato, por seu representante legal Senhor Geraldo Marineski Caldas, portador do RG nº 1.277.798-1 SESP/PR. e inscrito no CPF sob nº 214.037.839-34, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de fornecimento nº 81/2023, referente ao Pregão Presencial 20/2023, as partes contratantes já qualificadas no contrato em referência, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº8.666/93, em especial no seu artigo 65, inciso I alínea "b" e § 1º e artigo 57, § 1º inciso IV, e demais legislações aplicáveis em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – OBJETO
Aquisição peças para a manutenção da frota municipal linha leve do município, conforme especificações dos veículos no termo referencia.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS
O presente aditivo tem como objetivo o aumento do prazo em 08 (oito) meses, ficando o prazo de vigência para 31/03/2024.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Mato Rico, 31 de julho de 2024.

Município de Mato Rico - Paraná
EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Contratante

Pinhão Peças e Serviços LTDA
GERALDO MARINESKI CALDAS
Contratada

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:01D6A1E7

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº82/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA LUIZ FERNANDO BEDNARCHUK - ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Mato Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Edelir de Jesus Ribeiro da Silva**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.043.712-6 – Pr. e inscrito no CPF n.º 464.922.919-72 e de outro lado a empresa **LUIZ FERNANDO BEDNARCHUK - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº10.873.171/0001-89, estabelecida à Avenida Das Araucárias s/nº, na Cidade de Mato Rico - PR, representada neste ato, por seu representante legal Senhor Luiz Fernando Bednarchuk, portador do RG nº. 8.117.925-5 SESP/PR, e inscrito no CPF sob nº 053.076.059-27, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de fornecimento nº 82/2023, referente ao Pregão Presencial nº 20/2023, as partes contratantes já qualificadas no contrato em referência, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial no seu artigo 57, § 1º inciso IV, e demais legislações aplicáveis em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO
Contratação de empresa para fornecimento de peças e assessórios genuínas ou originais para atendimento da frota de veículos do Municipio de Mato Rico/PR.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS
O presente aditivo tem como objetivo o aumento do prazo em 08 (oito) meses, ficando o prazo de vigência para 31/03/2025.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Mato Rico, 31 de julho de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

LUIZ FERNANDO BEDNARCHUK
Luiz Fernando Bednarchuk – ME
Contratada

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:4B79EC8C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº84/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº84/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA HOLZ & CIA LTDA – ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Mato Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Edelir de Jesus Ribeiro da Silva**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.043.712-6 – Pr. e inscrito no CPF n.º 464.922.919-72 e de outro lado a empresa HOLZ & CIA LTDA - ME**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.503.433/0001-16, estabelecida à Rua Mato Grosso, Nº 3083, Jardim Antônio Toledo Silveira, Campo Mourão – PR, CEP:

87.303-005, representada neste ato, por sua representante legal Senhora GIOVANA HOLZ MOREIRA, portadora do RG nº 10.338.011- 4 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº. 050.805.239- 48, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de fornecimento nº 84/2023, referente ao Pregão Presencial nº 20/2023, as partes contratantes já qualificadas no contrato em referência, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial no seu artigo 57, §§ 1º e 2ºda lei 8.666/93, e demais legislações aplicáveis em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – OBJETO
Aquisição peças para a manutenção da frota municipal linha leve do município, conforme especificações dos veículos no termo referência.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS
O presente aditivo tem como objetivo o aumento do prazo em 08(oito) meses, ficando o prazo de vigência para 31/03/2025.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Mato Rico, 31 de julho de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

GIOVANA HOLZ MOREIRA
Holz & CIA LTDA– ME
Contratada

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:80A723B7

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº85/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA MÁRCIO J. M. AZEVEDO – ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Mato Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Edelir de Jesus Ribeiro da Silva**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 4.043.712-6 – Pr. e inscrito no CPF n.º 464.922.919-72, e de outro lado a empresa MÁRCIO J. M. AZEVEDO - ME**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.599.987/0001-66, na cidade de Roncador, Estado do Paraná, estabelecida à Avenida São Pedro, Nº 407, Jardim Anchieta, CEP 87.320-000, representada neste ato, por seu representante legal Senhor Márcio José Martins de Azevedo, portador do RG nº 5.735.576-0 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº. 022.577.539-50, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de fornecimento nº 85/2023, referente ao Pregão Presencial nº 20/2023, as partes contratantes já qualificadas no contrato em referência, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial com fulcro no artigo 57, inciso II e Artigo 65, inciso I, e demais legislações aplicáveis em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – OBJETO
Aquisição de pneus novos, certificados pelo Inmetro, para atendimento da frota automotiva (veículos leves) do município de Mato Rico/Pr.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS
O presente aditivo tem como objetivo o aumento do prazo em 08(oito) meses, ficando o prazo de vigência para 31/03/2025.

Cláusula Terceira - Das Demais Cláusulas
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Mato Rico, 31 de julho de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Municipio de Mato Rico
Contratante

Márcio J. M. Azevedo **–** ME
MÁRCIO JOSÉ MARTINS DE AZEVEDO
Administrador

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:AE7D74CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 040/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2024

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Rua São Paulo, 10, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.368.898/0001-06, sediada na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Mossungue, Curituba-PR.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE, AMPLIAÇÃO DE REDE SECUNDÁRIA ISOLADA E INSTALAÇÃO DE POSTES NO MUNICÍPIO DE MIRASELVA, em atendimento ao Divisão de Obras do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL DA OBRA: R$ 257.050,87 (duzentos e cinquenta e sete mil cinquenta reais e oitenta e sete centavos).

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: R$ 7.917,82 (sete mil novecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigerá até a conclusão final da obra.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
002 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
04.122.0007.2047 – Manutenção da Divisão de Serviços Públicos
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Gabinete do Prefeito 31/07/2024.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:E871FC3B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 041/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2024

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Rua São Paulo, 10, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO: INGÁ CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 23.008.729/0001-00, com sede a Rodovia BR 101, KM383, na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 032/2023 do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU para contratação da empresa INGÁ CAMINHÕES LTDA para a aquisição de 03 (três) Veículo Novo Ambulância Tipo "A" – Simples Remoção- em veículo tipo Furgão (Longo Teto Alto), conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Eletrônico nº 032/2023 em atendimento a Secretária Municipal de Saúde do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses.

PRAZO DE ENTREGA: 120 (cento e vinte) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004.1082 – Aquisição de Veículo para Transporte de Pacientes
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Gabinete do Prefeito 14/08/2024.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:A0C076BD

LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA FÍSICA 18-2024

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA/PR
MODALIDADE: DISPENSA FISICA Nº 018/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2024
TIPO: Menor Preço ***por item.***
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JÚRIDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL A SER INSTALADA NA VILA RURAL DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA", em atendimento à Divisão Municipal de Administração do município de Miraselva/PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 18.460,00 (dezoito mil quatrocentos e sessenta reais).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/08/2024 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 22/08/2024 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (três) dias.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: *licitacao@miraselva.pr.gov.br*
LINK DO EDITAL: https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Miraselva, no endereço https://miraselvapr.equiplano.com.br:7256/transparencia/ no link "aviso de licitações/editais/licitação".

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraselva, sito à Rua São Paulo, n° 10, centro, neste município de Miraselva/PR, ou através do e-mail *licitacao@miraselva.pr.gov.br* ou pelo telefone (43) 3273-1177, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Miraselva/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:C098D56B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023 – ID Nº 229/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA GGT TRANSPORTE LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, , neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação e Esporte, a Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO,** brasileira, solteira, portadora do CPF/MF nº 024.XXX.XXX-95, e RG nº 7.XXX.XXX-1, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA GGT TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.550.249/0001-24, com sede à Rua Miguel Bertolino Pizatto, nº 598 – Centro, no Município de Araucária – Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. **ALEIXO GREBOS NETO**, portador da identidade nº 3.XXX.XXX-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 496.xxx.XXX-20.
As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **GGT TRANSPORTES LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993, no Contrato Administrativo nº 096/2023 – ID nº 229/2023, cujo objeto é a "*serviços de transporte universitário aos estudantes e acadêmicos matriculados nas Universidades, Institutos e centro profissionalizante para fins de prestação de serviços de fretamento eventual de Micro-ônibus e Van (...)*", oriundo da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 045/2023, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO E REAJUSTE** conforme as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA
As partes, de comum acordo, procedem à prorrogação dos **PRAZOS DE VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo nº 096/2023 – ID nº 229/2023, pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em **10 de agosto de 2024 e encerrando-se em 10 de agosto de 2025.**
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2023 – ID Nº 229/2023
O valor do Contrato Administrativo nº 096/2023 – ID nº 229/2023 passa a ser de R$ 217.516,25 (duzentos e dezessete mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), correspondendo ao valor inicial do Contrato Administrativo, aplicado o reajuste financeiro do índice do INCP (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Renovação Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO – ENSINO SUPERIOR

06.001.12.122.0040.2.070.3.3.90.39.00.0 FONTE 01000

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 096/2023 – ID nº 229/2023 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 09 de agosto de 2024 .

ADRIANA ASSUMPÇÃO	*ALEIXO GREBOS NETO*
Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Representante da Contratada
Gestora	GGT Transportes LTDA

Publicado por:
Ederson Guilherme Martins Dos Santos
Código Identificador:5D40D2B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N°. 031/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 072/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES/PR, torna público que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL nos termos Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, Decreto n° 852/2023 e a lei Municipal n.º 716 de 12 de julho de 2022 que "Institui tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal", e as exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data inicial para envio de propostas: 19/08/2024 às 08h00min
Data limite para envio de propostas: 23/08/2024 às 08h30min
Início da fase de lances: 23/08/2024 às 09h00min. (2 horas de duração de disputa).
Referência de Horário: de Brasília/DF
Endereço Eletrônico: site www.bll.org.br

OBJETO:
Contratação que tem por objeto a aquisição de um Playground em atendimento a Deliberação n°96/2018 Primeira Infância do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para à Secretaria Municipal de Ação Social.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E A FORMA DE FORNECIMENTO:
1.2.1 Além das condições específicas deste aviso, as quantidades e exigências estão estabelecidos nos anexos;

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
ANEXO III – DECLARAÇÃO ME/ EPP/ MEI.
ANEXO IV – Declaração Unificada

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Secretaria de Ação Social
Red. 1096 08.002.08.244.0100.2.094.4.4.90.52.00.00 FONTE 1005 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

3. DA PARTICIPAÇÃO
Poderão participar da presente dispensa eletrônica as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste aviso e seus anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br

4. VALOR ESTIMADO
4.1. O valor estimado da presente dispensa de licitação é de **R$22.700,85 (vinte e dois mil setecentos reais e oitenta e cinco centavos).**
4.2. O **intervalo mínimo** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$0,01 (um centavo).**
4.3. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sem qualquer custo adicional além do máximo previsto.
4.5. Será desclassificada a proposta que apresentar vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no aviso; apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação; não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do aviso, desde que insanável.

5. PERIODO PARA ENVIO/ PROTOCOLO DA PROPOSTA DE PREÇOS
A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação no Sitio oficial do Município (portal da transparência), no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.bll.org.br
O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica www.bll.org.br a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:
a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.
o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

PROPOSTA DE PREÇOS:
6.1 A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso.
6.2. As propostas de preços que não estiverem em consonância com as exigências deste aviso serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
6.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste aviso, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

HABILITAÇÃO
A documentação de HABILITAÇÃO somente será exigida do licitante vencedor na forma do art. 63, II da Lei 14.133.
Os documentos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise, no prazo de até 01 (uma) hora após a disputa, a todos os participantes.

7.2. Documentação Jurídica:
7.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
7.2.2. Documentos pessoais dos sócios;

7.2.3. Comprovante de Inscrição do CNPJ- comprovando empresa especializada no item descrito neste termo de referência.
7.3. Documentação Fiscal
7.3.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da
União, incluindo os Débitos Previdenciários;
7.3.2. Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública
Estadual;
7.3.3. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
7.3.4. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
7.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
7.4. Documentação Técnica
7.4.1 Atestado de capacidade decorrente de contratações antecedentes e registro perante o conselho profissional competente.
7.5. Outras Documentações: ANEXO IV – Declaração Unificada
7.5.1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
7.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública
7.5.3. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio da
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO)
a. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
7.5.4. Declaração Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; (ANEXO III)

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8.1. Para o julgamento será adotado o critério de menor preço global, atendidas as especificações contidas no termo de referência deste instrumento.
8.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
8.3. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período de 02 horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
8.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no item 8.3, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
8.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
8.6. Encerrado o procedimento de envio de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
8.7. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.
8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.
8.9. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
8.10. Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.
8.11. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Não havendo oferecimento de propostas adicionais no prazo de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9. DO PAGAMENTO
9.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, após conferência do fiscal do objeto contratual, mediante a apresentação dos documentos exigidos no Decreto n.º 852/2023 que dispõe sobre os procedimentos inerentes a abertura de processos de despesa no âmbito do Município de Morretes, sendo: a nota fiscal, empenho da respetiva nota, boleto ou dado bancários para depósito contendo come do banco, agência e conta corrente em nome da proponente, Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal, FGTS, Contrato Social e Trabalhista.
9.2 Dados para emissão da nota fiscal: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, CNPJ:76.022.490/0001-99, endereço: Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Pr, CEP: 83.350-000.

10. DA VIGÊNCIA
10.1. O prazo de vigência e execução será de até 12 (doze) meses.

Município de Morretes, 16 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Ação Social

Publicado por:
Gislaine Vier Rodrigues
Código Identificador:18D77112

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1676 DE 12 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1676/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 78.681,67 (setenta e oito mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
04	Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento	
04.002.28.843.0000.2.010	Amortização - Encargos Divida Contratada	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 33.855,29
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.250,00
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 13.576,38
Total Suplementação:		R$ 78.681,67

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
04	Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento	
04.001.04.123.0040.2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 65.105,29

09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.2.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 13.576,38
Total Redução:		R$ 78.681,67

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	13.576,38	13.576,38
Total		13.576,38	13.576,38

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 12 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AC4966D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1686 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO Nº 1686 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

"Dispõe sobre a atualização e inclusão de áreas urbanas da localidade de Barreiros na Planta Genérica do município de Morretes-Pr, define o valor venal do metro quadrado dos imóveis e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as disposições do Capítulo II – Imposto Predial e Territorial Urbano – Seção III – Da base de cálculo e alíquotas, previsto no Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 30/2002;

CONSIDERANDO as alterações e, principalmente, a expansão do perímetro urbano da sede municipal, através da Lei Complementar mº 034, de 20 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que resta a necessidade iminente em proceder à elaboração atualizada da Planta Genérica de Valores do município, para fins de incluir e adequar os valores venais atribuídos aos imóveis que compõe o perímetro urbano para devida apuração do IPTU (e também do ITBI), o que representa uma demanda de alto custo ao cofre municipal;

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Imobiliários do bairro de Barreiros, designada pelo Decreto nº 35, de 11 de fevereiro de 2021, devidamente reunida discutiu e apreciou as características da região e a incidência dos equipamentos urbanos deliberando sobre o valor médio e razoável do metro quadrado para cálculo e lançamento do IPTU desses imóveis;

CONSIDERANDO a repercussão Geral do Tema 1084, advindo do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1245097, do STF, que decidiu pela constitucionalidade do Poder Executivo proceder avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores (PGV), desde que exista a previsão legal dos critérios para avaliação técnica da área. Requisito este contemplado em nosso Código Tributário Municipal – artigo 89 e 90;

DECRETA:

Nos termos da Lei Complementar nº 034, de 20 de dezembro de 2016, inclui-se no perímetro urbano da sede do Município de Morretes as áreas da localidade de Barreiros, conforme os mapas Anexo I-A e I-B e o Memorial Descritivo que compõe a citada legislação.

O IPTU, e facultativamente o ITBI, dos imóveis que estão inseridos no perímetro urbano da localidade de Barreiros serão calculados conforme a alíquota aplicada aos imóveis urbanos do município de Morretes, tendo como base de cálculo o valor venal atribuído aos imóveis.

Para fins de apuração e base de cálculo tributário, atribui-se o valor venal equivalente a R$ 39,00/m² (trinta e nove reais por metro quadrado) aos imóveis urbanos que estão inseridos na área de abrangência da localidade de Barreiros, deste município de Morretes-PR, conforme definido pela Comissão de Valores Imobiliários do bairro de Barreiros, designada pelo Decreto nº 35, de 11 de fevereiro de 2021.

Cabe ao setor tributário municipal a inscrição no Cadastro Imobiliário dos imóveis urbanos da localidade denominada de Barreiros, bem como o lançamento do imposto predial e territorial urbano, conforme preceitua o Código Tributário Municipal.

Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1F6C1C9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1687 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO Nº 1687 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SÚMULA: Nomeação Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (CMDCA), Município de Morretes/PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal 174/2012;

DECRETA:

Art.1º – O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), do município de Morretes, nomeado para o biênio 2023/2024, passa a ser composto pelos seguintes membros:

- CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: Clodoaldo Tonetti
SUPLENTE: Maria Cristina Moraes da Costa Pinto

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
TITULAR: Anna Vitória de Souza Braz
SUPLENTE: Adriana Assumpção

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
TITULAR: Deisy Meduna Valério
SUPLENTE: Lizzandra Leslie de Cassia Oliveira Ervans G. Neves Santos

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE GOVERNO
TITULAR: Sueli do Pilar da Silva Barros
SUPLENTE: Sandra Callegari Coutinho Costa

V - REPRESENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: Lilian Cristiane Machado
SUPLENTE: Rafaela Zanardi Bonzatto

VI - REPRESENTANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TITULAR: Rafael Elias Zanetti
SUPLENTE: Mariana Tomé Pedroso

- CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

I - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO SHALOM
TITULAR: Carin Jociane Nascimento da Costa
SUPLENTE: Solange Pinheiro de Jesus

II- REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MORRETES (APAE)
TITULAR: Michele Lopes de Almeida Biudes
SUPLENTE: Thamiris Ribeiro Scremin

III – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE MORRETES (APMI)
TITULAR: Maria Victória da Cruz
SUPLENTE: Dilcenei Consentino Peres

IV – REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO GIOVANI MALUCELLI
TITULAR: Josemeri do Rocio Malucelli Pulsides
SUPLENTE: Maiza Rafaele Vieira Barbosa Lisboa

V - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: Daniele Cunha dos Santos
SUPLENTE: Rosecleia da Cruz

VI - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO ESPÍRITA JESUS MARIA JOSÉ
TITULAR: Maria de Lourdes Teixeira
SUPLENTE: Aguinaldo Triaquim

Art.2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando decreto nº 1589 de 13 de junho de 2024.

Paço Municipal Nhundiaquara de Morretes, 16 de agosto 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1B5A19FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1688 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO Nº 1688 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: Nomeação do Conselho Municipal de Assistência Social- (CMAS), Município de Morretes, para o Biênio 2023/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal 108/2010;

DECRETA:

Art.1° - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – (CMAS), do município de Morretes, nomeado para o biênio 2023/2024, conforme Lei Municipal nº 108/2010 e Art. 5º da Resolução do CNAS nº 237/2006, passa a ser composto pelos seguintes membros:
- CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: Clodoaldo Tonetti – matrícula funcional nº9571
SUPLENTE: Maria Cristina Moraes da Costa Pinto – matrícula funcional nº59571,

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: Felipe Honório Malucelli
SUPLENTE: Ricardo Vinicius da Silva Fonseca

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
TITULAR: Adriana Assumpção – matrícula funcional nº82901,
SUPLENTE: Stefany Ostrosvski Lucas – matrícula funcional nº1168,

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GOVERNO
TITULAR: Sandra Callegari Coutinho Costa – matrícula funcional nº90241,
SUPLENTE: Gabriel Nunes Silvério – matrícula funcional nº1655,

V - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
TITULAR: Deisy Meduna Valério
SUPLENTE: Lizzandra Leslie de Cassia Oliveira Ervans G. Neves Santos – matrícula funcional nº52401,

VI - **REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
TITULAR: Ivanilda de Carvalho – matrícula funcional nº41541,
SUPLENTE: Deborah Charello dos Santos – matrícula funcional nº14811,

2. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DA COMUNIDADE MUNDO NOVO DO SAQUAREMA - APRUMUS
TITULAR: Jaqueline Monteiro Oliveira
SUPLENTE: Edenize Alves

II – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MORRETES –(APAE)
TITULAR: Vanessa A. Mariquito
SUPLENTE: Ana Maria Schimure Robazza

III – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO SHALOM
TITULAR: Fernando Henrique Dias da Costa
SUPLENTE: Maria Arlete Agostinho da Rosa

IV – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI
TITULAR: Dilcinei Consentino Peres
SUPLENTE: Celina Cunha

V – REPRESENTANTE DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: Daniele Cunha dos Santos
SUPLENTE: Zilda Triachini Nascimento

VI – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: Sandra dos Santos Cordeiro
SUPLENTE: Caroline da Rocha Parodi

Art.2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 1644 de 11 de julho de 2024.

Paço Municipal Nhundiaquara de Morretes, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:78249ABD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4298 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4298 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação ao servidor AGNER LOURENÇO, cargo Agente Social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social" 06/08/2024, Piraquara/PR

A **Secretária Municipal de Assistência Social**, Sr.ª. **Maria Cristina Moraes da Costa Pinto**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 131,96 (cento e trinta e um reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **Agner Lourenço**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, cargo Agente Social, o qual se deslocou até Piraquara/PR, no dia 06/08/2024, para acompanhar usuário do CREAS em internamento.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FEC95665

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4299 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4299 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação ao servidor CRISTIANO RIBEIRO FAYAD, cargo Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social" 02/08/2024, Curitiba/PR

A **Secretária Municipal de Assistência Social**, Sr.ª. **Maria Cristina Moraes da Costa Pinto**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 100,91 (cem reais e noventa e um centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **CRISTIANO RIBEIRO FAYAD**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, cargo Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR, no dia 02/08/2024, para conduzir usuário a Perícia médica no INSS.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C3517EA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4300 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4300 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação ao servidor CRISTIANO RIBEIRO FAYAD, cargo Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social" 06/08/2024, Piraquara/PR

A **Secretária Municipal de Assistência Social**, Sr.ª. **Maria Cristina Moraes da Costa Pinto**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 131,96 (cento e trinta e um reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **CRISTIANO RIBEIRO FAYAD**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR, no dia 06/08/2024, para conduzir funcionário da Secretaria Municipal de Assistência Social em acompanhamento a usuário do CREAS em internamento.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B36FB2A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4301 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4301 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação a servidora HANNAH HEND TOSO SFAIR, cargo Assistente Social, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social" 01 e 02/07/2024, Paranaguá/PR

A Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 02 (duas) despesa de alimentação, no valor total de R$ 131,96 (cento e trinta e um reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **HANNAH HEND TOSO SFAIR**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, cargo Assistente Social, o qual se deslocou até Paranaguá/PR, nos dias 01 e 02/07/2024, para participar da capacitação sobre redução da violência contra a criança na Primeira Infância.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D6A5CD4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4302 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4302 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação a servidora Raphaela Biudes Da Luz Costa, cargo Diretora de Proteção da Família, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social", Curitiba/PR, no dia 31/07/2024

A Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 100,91 (cem reais e noventa e um centavos), conforme disposto no Anexo I - Tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Raphaela Biudes Da Luz Costa**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de **Diretora de Proteção da Família**, o qual se deslocou até Curitiba/PR, no dia 31/07/2024, para participar em reunião técnica sobre elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3BCEC1F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4303 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4303 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: "Despesa de alimentação ao servidor Wellinson Ernani de Carvalho, cargo Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social", Curitiba/PR, no dia 31/07/2024

A Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria n° 3648 de 01 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 100,91 (cem reais e noventa e um centavos), conforme disposto no Anexo I - Tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **Wellinson Ernani de Carvalho**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de **Motorista**, o qual se deslocou até Curitiba/PR, no dia 31/07/2024, para conduzir a Secretária Municipal de Assistência Social em reunião técnica sobre elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:88156190

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4304 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4304 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação e locomoção ao servidor João Luis Miranda, no dia 01/08/2024, Curitiba/Pr, lotado na Secretaria Municipal de Governo

A Secretária Municipal de Governo, Srª. Luciana Santos Costa, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria N° 3969 de 15 de maio de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção, no valor total de R$ 196,00 (cento e noventa e seis reais), conforme disposto nas Anexo I - tabelas III da Lei nº 780/2023, ao servidor **João Luis Miranda**, lotado na Secretaria Municipal de Governo, Cargo de Controlador Geral, o qual se deslocará até Curitiba/PR no dia 01/08/2024, para participação em curso de Pós Graduação de MBA em Licitações e Contratos: Governança, Teoria e Prática, ofertado pelo TCE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

LUCIANA SANTOS COSTA
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:EFFED8EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4305 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4305 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor Gilson Ceccatto, nos dias 05,12,19,26/07/2024, Paranaguá/Pr, lotado na Secretaria Municipal de Governo

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª. **Luciana Santos Costa**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria N° 3969 de 15 de maio de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 04 (quatro) despesas de alimentação, no valor total de R$ 263,92 (duzentos e sessenta e três reais e noventa e dois

centavos), conforme disposto no Anexo I tabela IV – da Lei nº 780/2023, ao servidor **Gilson Ceccatto**, lotado na Secretaria Municipal de Governo, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR nos dias 05,12,19,26/07/2024, para entrega e retirada de documentos na 3ª CIRETRAN de Paranaguá e sanar dúvidas referentes aos processos e treinamento para liberação de serviços no atendimento no Posto.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

LUCIANA SANTOS COSTA
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CC250FB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4306 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4306 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, Secretária Municipal de Educação e Esportes Adriana Assumpção, no dia 02/07/2024 Paranaguá/PR

O Secretário Municipal de Administração, Sr. Fernando Neves Silva, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 1417 de 11 de maio de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 81,51 (oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), conforme disposto no anexo III - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Adriana Assumpção**, cargo de Secretária Municipal de Educação e Esportes, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 02/07/2024, para participar no ADE- PROJETO LIDERAR.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

FERNANDO NEVES SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:346CE2F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4307 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4307 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, Secretária Municipal de Educação e Esportes Adriana Assumpção, no dia 23/07/2024 Paranaguá/PR

O Secretário Municipal de Administração, Sr. Fernando Neves Silva, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 1417 de 11 de maio de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 81,51 (oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), conforme disposto no anexo III - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Adriana Assumpção**, cargo de Secretária Municipal de Educação e Esportes, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 23/07/2024, para participar no Seminário de Gestores Escolares do Litoral Paranaense.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

FERNANDO NEVES SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:97159504

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4308 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4308 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, Secretária Municipal de Educação e Esportes Adriana Assumpção, no dia 08/08/2024 Curitiba/PR

O Secretário Municipal de Administração, Sr. Fernando Neves Silva, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 1417 de 11 de maio de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 131,96 (cento e trinta e um reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no anexo III - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Adriana Assumpção**, cargo de Secretária Municipal de Educação e Esportes, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 08/08/2024, para participar reunião presencial do CIEDEPAR- Recursos do FUNDEB, Complementação do VAAT e VAAR e suas condicionalidades.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

FERNANDO NEVES SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4D2E9B61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4309 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4309 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, a Diretora de Projetos Educacionais Stefany Ostrosvski Lucas, no dia 02/07 /2024, Paranaguá/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 65,98 (sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Stefany Ostrosvski Lucas**, cargo de Diretora de Projetos Educacionais, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 02/07/2024, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 02/07/2024, para participar no ADE- PROJETO LIDERAR.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:13FED1ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4310 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4310 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, a Diretora de Projetos Educacionais Stefany Ostrosvski Lucas, no dia 23/07 /2024, Paranaguá/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 65,98 (sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Stefany Ostrosvski Lucas**, cargo de Diretora de Projetos Educacionais, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 02/07/2024, para participar no ADE LITORAL PARANAENSE – Memorial de Gestão na Transição Política.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E44B2355

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4311 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4311 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, a Diretora de Projetos Educacionais **Stefany Ostrosvski Lucas**, no dia 08/08/2024, Curitiba/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação, no valor total de R$ 100,91 (cem reais e noventa e um centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, a servidora **Stefany Ostrosvski Lucas**, cargo de Diretora de Projetos Educacionais, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 08/08/2024, para participar reunião presencial do CIEDEPAR- Recursos do FUNDEB, Complementação do VAAT e VAAR e suas condicionalidades.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D6B44A94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4312 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4312 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação, ao Coordenador de Educação e Esporte, FABIO ROBERTO DOS SANTOS, nos dias 21,22,23/06/2024, Campo Largo/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 03 (três) despesas de alimentação, no valor total de R$ 395,88 (trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela III da Lei nº 780/2023, ao servidor **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, cargo de Coordenador de Educação e Esporte, o qual se deslocou até Campo Largo/PR nos dias 21,22,23/06/2024, para participar dos jogos abertos do Paraná.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2687E499

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4313 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4313 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor Diogo Dornelles Bueno, cargo Motorista nos dias 30,31/07/2024, 01,02,05,06,07,08/08/2024, Paranaguá/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 08 (oito) despesas de alimentação, no valor total de R$ 527,84 (quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **Diogo Dornelles Bueno**, cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR nos dias 30,31/07/2024, 01,02,05,06,07,08/08/2024, para conduzir alunos para faculdade.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CD9169DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 4314 DE 15 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA N° 4314 DE 15 DE AGOSTO DE 2024
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor José Ricardo Porrua, cargo Motorista nos dias 01,02,03,22,23,24/05/2024, 26,29/06/2024, Paranaguá/PR

A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Sra. Adriana Assumpção, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 06 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 08 (oito) despesas de alimentação, no valor total de R$ 527,84 (quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme disposto no Anexo I - tabela IV da Lei nº 780/2023, ao servidor **José Ricardo Porrua**, cargo de Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR nos dias 01,02,03,22,23,24/05/2024, 26,29/06/2024, para conduzir alunos para faculdade.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5AA2221D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 4289 DE 12 DE AGOSTO DE 2024

ERRATA DA PORTARIA Nº 4289 DE 12 DE AGOSTO DE 2024

Na Portaria N° 4289 DE 12 DE AGOSTO DE 2024, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/08/2024. Edição 3087

I - ONDE SE LÊ:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 4062, de 13 de agosto de 2024, para apuração dos fatos apontados pela Secretaria Municipal de Saúde.

II – LEIA-SE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 4062, de 13 de junho de 2024, para apuração dos fatos apontados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7963AFE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4315 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

PORTARIA Nº 4315 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Súmula: *"Prorrogação de prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar, que apura conduta praticada por empregado público, cedido à Fundação de Atenção à saúde (FASMO)".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto nas Leis Municipais 89/2010, consideradas as alterações ocorridas pela Lei nº 538/2018 e Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar, com a nomeação de Comissão Especial para apurar a infração, através da Portaria nº 4061, de 13 de junho de 2024, para apuração de irregularidades praticada por empregado público, cedido à Fundação de Atenção à saúde (FASMO).

CONSIDERANDO o requerimento protocolado aos quatorze dias do mês de agosto de 2024, através de Memorando nº 01/2024, em que a Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Srª. Caroline da Rocha Parodi, solicitou a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 4061, de 13 de junho de 2024, para apuração dos fatos apontados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FF1C6CCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1689 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1689/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024,

aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 6.245,36 (seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
05	Secretaria Municipal de Administração	
05.001.04.122.0040.2.012	Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
03511	Taxas - Prestação de Serviços - Exercícios Anteriores	R$ 3.245,36
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
03511	Taxas - Prestação de Serviços - Exercícios Anteriores	R$ 3.000,00
Total Suplementação:		R$ 6.245,36
Total Vinculado:		6.245,36
Total Ordinário:		0,00

Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
3511	Taxas - Prestação de Serviços - Exercícios Anteriores	6.245,36
Total		6.245,36

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:EFB53495

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1690 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1690/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 4.309,31 (quatro mil trezentos e nove reais e trinta e um centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
10	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	
10.001.04.122.0013.2.060	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.309,31
Total Suplementação:		R$ 4.309,31

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
10	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	
10.001.04.122.0013.2.062	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.309,31
Total Redução:		R$ 4.309,31

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	4.309,31	4.309,31
Total		4.309,31	4.309,31

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C364AFF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1691 DE 16 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1691/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 9.881,12 (nove mil oitocentos e oitenta e um reais e doze centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.059	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
03511	Taxas - Prestação de Serviços - Exercícios Anteriores	R$ 9.881,12
Total Suplementação:		R$ 9.881,12
Total Vinculado:		9.881,12
Total Ordinário:		0,00

Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
3511	Taxas - Prestação de Serviços - Exercícios Anteriores	9.881,12
Total		9.881,12

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:147BEE1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1683 DE 15 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1683/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$21.916,50 (vinte e um mil novecentos e dezesseis reais e cinqüenta centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
07	Secretaria Municipal de Saúde	

07.001.10.122.0160.2.033	Manutenção de Administração da Saúde Pública	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 14.700,00
07.002.10.301.0160.2.036	Manutenção de programas de Atenção Básica	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 6.500,50
07.002.10.302.0026.2.039	Manutenção de programas de Assistência Farmaceutica	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 716,00
Total Suplementação:		R$ 21.916,50

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0160.2.033	Manutenção de Administração da Saúde Pública	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 5.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 7.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 5.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 2.000,00
07.002.10.302.0160.2.040	Manutenção de Assistência e Serviços Hospitalares e Ambulatoriais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 2.916,50
Total Redução:		R$ 21.916,50

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	21.916,50	21.916,50
Total		21.916,50	21.916,50

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 15 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B8843C93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1891/2024

LEI Nº 1891/2024
DATA: 16/08/2024

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, ao Orçamento Geral vigente, no valor de até R$ 1.820,00 (mil oitocentos e vinte reais), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu **SERGIO FAUST**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro de 2024, um Crédito Adicional Especial, importando em até R$ 1.820,00 (mil oitocentos e vinte reais), de acordo com a seguinte Classificação Orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.003 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.00056-000 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
33.90.32.00.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita R$ 1.820,00

Art. 2º. Os recursos necessários para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, decorrerão das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964. Assim demonstrado:

Superavit Financeiro:

Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial/2023 - Fonte 10211 - R$ 1.820,00

Art. 3º. Ficam as metas incluída, na Lei de Diretrizes Orçamentária para o presente exercício, bem como inserida no Plano Plurianual do Município.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 16 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

SERGIO FAUST
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:A1A81C31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1892/2024

LEI Nº 1892/2024
DATA: 16/08/2024

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar, ao Orçamento Geral vigente, no valor de até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu **SERGIO FAUST**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro de 2024, um Crédito Adicional Suplementar, importando em até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), de acordo com a seguinte Classificação Orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE
10.301.00072 – 012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE - ATENÇÃO BASICA
33.90.14.00.00 Diárias-civil R$ 30.000,00
33.90.30.00.00 Material de consumo R$ 80.000,00
33.90.32.00.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita R$ 50.000,00
33.90.36.00.00 Outros serviços de terceiros - pessoa física R$ 10.000,00
33.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica R$ 30.000,00
33.90.40.00.00 Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica R$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerão das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964. Assim demonstrado:

Anulação:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE
10.301.00072 – 012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE - ATENÇÃO BASICA
31.90.11.00.00 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil R$ 240,000,00

Art. 3º. Ficam as metas incluída, na Lei de Diretrizes Orçamentária para o presente exercício, bem como inserida no Plano Plurianual do Município.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 16 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

SERGIO FAUST
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:8090CFFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°01/2023

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATO Nº 014/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Nodari e Giacobbo Lar para Idosos Ltda - CNPJ nº 46.708.317/0001-88 – Bom Jesus do Sul - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO - As partes signatárias do presente TERMO DE RESCISÃO, são igualmente signatárias do **Contrato nº 014/2023**, firmado em **16/02/2023**, pela forma e condições firmadas e constante do mesmo, onde o objeto definido na **Inexigibilidade nº 001/2023**, trata-se da **Contratação de instituição de longa permanência para idosos, encaminhados pela Secretaria de Assistência Social / CRAS, conforme parecer social, objetivando o abrigamento, prestando assistência, cuidados, alimentação, higiene e todo e qualquer atendimento necessário e digno para o bem-estar durante a sua permanência na instituição, em atendimento a Lei Municipal nº 1647/2021.**
CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE RESCISÃO - De acordo com o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, fica rescindido o presente instrumento, de forma amigável, por acordo entre as partes e por conveniência para a Administração, a partir da presente data.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOTIVAÇÃO – O motivo é devido ao recebimento de recurso para pagamento integral do abrigamento dos idosos referentes a esse contrato, através da Deliberação nº 069/2022 – CEAS/PR - Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná. Para tanto, já foi elaborado nova contratação dentro dos parâmetros necessários do repasse, sendo o contrato nº 171/2024 da Inexigibilidade nº 008/2024. A empresa contratada encontra-se de acordo com a rescisão, visto que já efetuou a assinatura do novo contrato.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente *TERMO DE RESCISÃO* em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao Contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:5A0DF1F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 5/2024

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 5/2024

de 15 de agosto de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 20 de agosto de 2024, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionado, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – Categoria "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Dorval Luiz Martins	19º
Adenilço Alves	20º
Cleber Garcia Rosa	21º
Alex Barbosa Ferreira	22º
Iracema dos Santos da Silva	23ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF, da C.N.H. Categoria "D" ou "E" e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do não comparecimento de: Edvaldo Bazo de Oliveira (3º), Angelo de Oliveira Gomes (4º), José Justino de Oliveira (9º), Laurindo Ferreira (13º) e Fernando Porfírio de Santana (16º).

Fundação de Educação de Paiçandu, 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

D E C L A R A Ç Ã O

A Fundação de Educação de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 30.372.351/0001-94, situada na Rua Onesio Francisco de Faria, 782, Jardim João Giroto, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pela senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente, brasileira, maior, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número 7.870.995-2/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 032.744.339-18, declara para as devidas finalidades, de acordo com a Lei Complementar 101/2000, que as contratações dos candidatos para o Cargo de Emprego Público de **MOTORISTA - Categoria "D" ou "E" (19º a 23ª),** do Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, **reconvocados** através do **Edital de Reconvocação** nº 5/2024, de 15 de agosto de 2024, **não ultrapassa** o limite de gastos determinado pela Lei acima citada.

E, para que surta os efeitos legais, firmo a presente.

Fundação de Educação de Paiçandu, 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:660B0DCD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 6/2024

de 15 de agosto de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 20 de agosto de 2024, às 15h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PROFESSOR DE ARTE.

Nome da candidata	Classificação
Indianara Fonseca de Souza Cruz	2ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do Ofício nº 180/2024, da Fundação de Educação de Paiçandu.

Fundação de Educação de Paiçandu, 15 de agosto de 2024.

Elizangela Lopes da Silva Lunardelli
Fundação de Educação de Paiçandu

D E C L A R A Ç Ã O

A Fundação de Educação de Paiçandu, inscrita no C.N.P.J. sob o número 30.372.351/0001-94, situada na Rua Onesio Francisco de Faria, 782, Jardim João Giroto, Município de Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pela senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente, brasileira, maior, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número 7.870.995-2/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 032.744.339-18, declara para as devidas finalidades, de acordo com a Lei Complementar 101/2000, que a contratação da candidata para o Cargo de Emprego Público de **PROFESSOR DE ARTE (2ª),** do Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, **reconvocada** através do **Edital de Reconvocação** nº 6/2024, de 15 de agosto de 2024, **não ultrapassa** o limite de gastos determinado pela Lei acima citada.

E, para que surta os efeitos legais, firmo a presente.

Fundação de Educação de Paiçandu, 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 6/2024
de 15 de agosto de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 20 de agosto de 2024, às 15h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PROFESSOR DE ARTE.

Declaro que recebi o presente Edital de Convocação

Nome da candidata	Classificação	Assinatura
Indianara Fonseca de Souza Cruz	2ª	

Em razão do Ofício nº 180/2024, da Fundação de Educação de Paiçandu.

Fundação de Educação de Paiçandu, de 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2D4ECF8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – PREGÃO Nº 06/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.351/0001-94
CONTRATADO: empresas vencedoras do certame.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, **a partir 16 de agosto de 2024,** nos termos da Lei 14.133/2021, cujo objeto da presente é a contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços de Planejamentos, organização, Coordenação, Execução e Avaliação de Eventos, destinados à capacitação de Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino deste Município de Paiçandu para o ano de **2024/2025** celebram o presente termo de apostilamento, resolvem **ALTERAR A PEDIDO** conforme Ofício nº 192/2024, (datado em 16/08/2024 – Fundação de Educação de Paiçandu) e os termos DA CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do processo que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133/2021, ficando da seguinte forma:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

INCLUI-SE:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0912-2.404.000 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE: 00103 FICHA: 0657
FONTE: 00104 FICHA: 0658
FONTE: 00107 FICHA: 0659

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.367.0910-2.408.000 – MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE: 00001 FICHA: 0692

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0909-2.410.000 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENSINO INFANTIL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE: 00103 FICHA: 0725
FONTE: 00104 FICHA: 0726
FONTE: 00107 FICHA: 0727
FONTE: 00102 FICHA: 0760

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula décima, incluindo a dotação acima descrita e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no pregão nº 06/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu - PR, 16 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora- Presidente

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:11775054

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2023

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: LG LOPES CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 22.273.100/0001-24.

FUNDAMENTO LEGAL: Art.68, inc. II, parágrafo oitavo da Lei nº 8666/93.
Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a **partir 16 de agosto 2024,** nos termos do art. Art.68, inc. II, parágrafo oitavo da Lei nº 8666/93, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil para **Reforma da UBS Água Boa,** para atender às necessidades do Município. Incluso na Resolução SESA Nº 257/2022**,** que estão sob a responsabilidade da Fundação de Saúde de Paiçandu, conforme constante **Anexo I – Termo de Referência, ficando da seguinte forma:**
CLAUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Inclui-se a seguinte dotação orçamentária:
18 – Fundação de Saúde de Paiçandu
18.006 Fundação de Saúde de Paiçandu
10.301.1002.1.606.000 – Construção, ampliação Reforma e aquisição equipamento atenção básica – estadual
FONTE: 02001 / FICHA: 1020
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula decima, incluindo-se a dotação orçamentaria da cláusula anterior e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do TP nº 02/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-Pr., 16 de agosto de 2024.

Fundação de Saude de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:7D03BE5A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 70

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CONTRATADO: RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 54.205.260/0001-22

OBJETO: O objeto desta DISPENSA ELETRÔNICA é a **aquisição de material de limpeza (desinfetante)** para atender as necessidades do município por meio da Secretaria Municipal de Administração

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	V.UNIT	V.TOTAL
1	GAL	200	DESINFETANTE LÍQUIDO: AÇÃO BACTERICIDA, CLORETO DE BENZALCÔNIO, NONIL FENOL	11,73	2.346,00

			ETOXILADO, CORANTE E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, ESSÊNCIAS DIVERSAS. EMBALAGEM DE 05 (CINCO) LITROS.		
			TOTAL		**R$ 2.346,00**

VALOR: R$ 2.346,00 (dois mil trezentos e quarenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

Paiçandu, 16 de agosto de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:561B870E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE
CONTRATO Nº 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2022

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADO: EUGÊNIO & MARQUES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n. 01.600.153/0001-32

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, inc. II, e Art. 65, §8o da LEI Nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
§ 1º Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ATÉ 18/08/2025** e **REAJUSTE DE 3,16% (TRÊS VIRGULA DEZESSEIS POR CENTO) COM BASE NO IPC ACUMULADO NOS ULTIMOS 12 (DOZE) MESES,** nos termos do art. 57, inc. II, e Art. 65, §8oda Lei nº 8666/93 e previsão contida na cláusula QUARTA e NONA do contrato, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do aparelho de Raio X Compacto Plus 500 ma para tender as necessidades do Hospital Municipal São josé do Município de Paiçandu - Paraná, atendendo as necessidades da Fundação de Saúde.
§ 2º O valor inicial do contrato era de R$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), com o primeiro aditivo de prazo e reajuste foi para o valor de R$ 1.299,50 (um mil, duzentos noventa e nove reais, cinquenta centavos) por mês. Agora com o presente reajuste de 3,16% do IPC acumulado nos últimos 12 meses passará ao valor mensal de R$ 1.340,56 (um mil trezentos e quarenta e cinquenta e seis centavos).
§ 3º O valor total anual contratado foi de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com o primeiro aditivo de prazo e reajuste foi atualizado para R$ 15.594,00 (quinze mil quinhentos e noventa e quatro reais) com o atual aditivo passará a um valor total acumulado anual de R$ 46.680,72 (quarenta e seis mil seiscentos e oitenta reais e setenta e dois centavos).
Sem mais alterações.

PAIÇANDU-PR., 15 de agosto de 2024.

Fundação de Saude de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:4A1A8700

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA

ERRATA
Na publicação realizada no dia 16 de agosto de 2024, onde se lê:

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024
AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE para aquisição de testes destinados a Avaliação Psicoeducacional no contexto Escolar, a fim de aperfeiçoamento dos profissionais responsáveis pela avaliação, e ainda contribuir ao diagnóstico em nível técnico com precisão, visando prover condições de atender a demanda de avaliações de forma ampla e consciente priorizando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município, no valor de R$ 18.832,90 (dezoito mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa centavos) a favor da empresa ANA ELISA SALOMÃO BOSQUE – COMÉRCIO DE LIVROS LTDA doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob nº 03.669.919/0001-60.

Paiçandu, 15 de agosto de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Ler- se- á:

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024
AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE para aquisição de testes destinados a Avaliação Psicoeducacional no contexto Escolar, a fim de aperfeiçoamento dos profissionais responsáveis pela avaliação, e ainda contribuir ao diagnóstico em nível técnico com precisão, visando prover condições de atender a demanda de avaliações de forma ampla e consciente priorizando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município, no valor de R$ 18.832,90 (dezoito mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa centavos) a favor da empresa ANA ELISA SALOMÃO BOSQUE – COMÉRCIO DE LIVROS LTDA doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob nº 03.669.919/0002-41.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Paiçandu, 16 de agosto de 2024.

ALAN DE SOUZA MIRANDA
Diretor Administrativo

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:63890E15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34/2024 - DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES ÀS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUANTO À INSTRUÇÃO PROCESSUAL REFERENTE ÀS ROTINAS E PADRONIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A **Controladoria Geral do Município** no uso das atribuições e,

CONSIDERANDO a competência da Controladoria Geral do Município quanto à normatização, acompanhamento, sistematização e a padronização dos procedimentos de fiscalização;
CONSIDERANDO o preceito da Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, inciso XXI, Lei Federal n.º 8.666/21, em especial os

ditames dos artigos 40, inciso XI e 65, inciso II, alínea ´´d´´e Lei Federal nº. 14.133/21, artigo 124, inciso II, alínea "d";
CONSIDERANDO que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é a relação que as partes estabelecem inicialmente no ajuste, entre os encargos do contratado e as obrigações da administração;
CONSIDERANDO que a correlação existente entre o objeto do contrato e a sua remuneração deve ser mantida durante toda a execução contratual;

RESOLVE:

Art. 1º. O equilíbrio econômico-financeiro consiste na manutenção das condições de pagamento inicialmente estabelecidas no contrato, a fim de que se mantenha estável a relação entre as obrigações do contratado e a retribuição da administração, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento.

Art. 2º. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato se justifica nas seguintes ocorrências:
§1º. - Área extraordinária:
I- fatos imprevisíveis;
II - fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis;
III - caso de força maior ou caso fortuito;
IV - fato do príncipe: criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou alterações unilaterais promovidas no ajuste, de comprovada repercussão nos preços contratados.
V – fatos previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
VI - nas contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

§2º. - Área econômica:
I - Elevação no custo do encargo que torne o preço insuficiente em vista das condições iniciais (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro);
II - Diminuição do custo do encargo que torne o preço excessivo em vista das novas condições de mercado.

Art. 3º. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser feito por:
I – reajuste;
II – repactuação;
III – revisão.

Art. 4º. Será estabelecido por documento próprio, com base na Matriz de Alocação de Riscos, quais serão os eventos supervenientes que possivelmente darão causa a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, e quais seriam as possíveis soluções, considerando os eventuais pleitos das partes e riscos assumidos nas pactuações de contrato.

DO REAJUSTE
Art.5º. A finalidade do reajuste é estabelecer o reequilíbrio da equação financeira do contrato quando este for alterado em razão de processo econômico inflacionário, com base na variação de índices previstos em contrato.
§1º. É necessária a inclusão de cláusula de reajuste nos editais de licitação e nos contratos celebrados pela Administração que possuam prazo de duração igual ou superior a um ano.
§2º. Só será concedido o reajuste depois de transcorrido o ínterim mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir.
§3°. Considera-se critério para reajuste dos preços inicialmente registrados, o prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
§4º. Somente após o transcurso do prazo mínimo previsto é que poderá ser calculado o valor do reajuste com base no índice correto.
§5º. O reajuste se dará por meio de apostilamento.

Art.6º. Outros registros que não caracterizam alteração do contrato, poderão ser realizados por apostilamento, considerando atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato, alterações na razão ou na denominação social do contratado; e empenho de dotações orçamentárias.

DA REPACTUAÇÃO
Art.7º. A repactuação é aplicável quando constatada alteração no equilíbrio econômico-financeiro de contrato do contrato de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra, oriunda de processo inflacionário e terá por base de cálculo a variação analítica dos custos que compõem o preço por meio da análise da variação dos custos contratuais.

§1º. A repactuação dos contratos administrativos será concedida somente após o período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta ou orçamento a que esta se referir.
§2º. Nos contratos de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, o período a ser contado será da data do orçamento a que a proposta se referir, ou seja, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho para os custos decorrentes de mão de obra, e da data da apresentação da proposta em relação aos demais insumos.
§3°. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quantas forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
§4°. Deverá ser incluída cláusula de repactuação nos editais de licitação e nos contratos celebrados pela administração.
§5°. devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;
§6°. Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

Art.8º. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

Art.9º. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Art.10. Somente os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de natureza contínua podem ser repactuados.

DA REVISÃO
Art.11. A revisão contratual é cabível quando verificada, dentro da efetividade da proposta, intervenção substancial proveniente de álea extraordinária ou álea econômica na relação jurídica firmada mediante contrato.
§1º. Não existe tempo mínimo para a concessão da revisão.
§2°. O fiscal deverá solicitar reequilíbrio a menor quando verificar a variação nos preços de mercado.

§3°. O prazo para análise será de 30 dias.

DO REQUERIMENTO
Art. 12. O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, normalmente no pedido do contratado, conforme situação fática deverá conter:
I - motivos que ensejaram o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
II - os custos dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio;

§1º – a planilha de custo deverá ser idêntica à apresentada na licitação para que a Administração tenha condições de analisar o pedido da empresa.
I - documentos pertinentes que possam comprovar as situações de fato e de direito;

Art. 13. O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, normalmente no pedido do contratante pela ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que justifique as modificações do contrato para menos deverá conter os documentos e razões pertinentes.

Art. 14. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

Art. 15. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

INSTRUÇÃO PROCESSUAL
Art. 16. É de competência da unidade contratante a análise das razões e documentos apresentados, como também a emissão de parecer sobre as planilhas de custos e o cálculo final dos índices oficiais previstos no contrato a serem aplicados.
§1º. A Secretaria gestora da contratação deverá incluir no processo Requerimento de Aditivo (Anexo I) com todas as informações necessárias.
§2º. O processo administrativo seguirá a tramitação indicada no Fluxograma de Tramitação Interna dos Processos de Aditivos (Anexo II).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17. É parte integrante desta Instrução Normativa:
Anexo I: Requerimento de Aditivo; e
Anexo II: Fluxograma da Tramitação Interna dos Processos de Aditivos.

Art. 18. Eventual situação não prevista nesta instrução normativa será resolvida pela autoridade competente nos termos da legislação vigente.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Instrução Normativa nº 06/2016.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito Municipal

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO
Controladora-Geral do Município

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADITIVO

Órgão requerente	
Telefone	
E-mail	

1- Solicitação:

A Secretaria Municipal acima identificada, através de seu gestor solicita as devidas providências para o aditamento (*qualitativo/quantitativo/prorrogação de prazo/manutenção do equilíbrio econômico-financeiro: indicar o tipo do aditamento conforme art.8º desta instrução*) do Contrato nº. *xx/202x* visando a dilatação do prazo de vigência pelo período de 12 meses. *(incluir demais informações caso o aditivo vise outras alterações) (Obs.: Caso trate de dilatação do prazo de vigência a Secretaria deve no mesmo requerimento solicitar o reajuste para correção inflacionária nos termos previstos no Contrato. Caso trate de aditamento quantitativo ou reequilíbrio econômico-financeiro a Secretaria deve indicar o valor a ser suprimido/acrescido e o percentual correspondente.)*

O referido Contrato foi firmado com a empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ nº.xxxxxxxxx, como resultado da licitação (modalidade) nº. xx/202x.

2- Justificativa para o aditamento:
(*Inserir a justificativa para o aditamento contratual deixando claro o interesse público e a vantajosidade.*)

3- Dotação orçamentária:
(*Indicar o reduzido, a programática e a fonte da dotação a ser utilizada para suprir a despesa com o aditamento)*

Reduzido	Programática	Fonte

4- Anexos:
Seguem anexos a este requerimento os documentos solicitados no art. 10º da Instrução Normativa Municipal nº. 07/2016:
- Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (Anexo I da Instrução Normativa Municipal nº. 20/2021), contendo a manifestação do Fiscal do Contrato sobre o desenvolvimento, qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa;
- Cópia do Contrato original e Termos Aditivos, se houver;
- Demonstração de que a prorrogação/alteração do contrato é vantajosa para a Administração, a qual poderá ser realizada através de pesquisa de preços, com orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, ou através de outro meio idôneo capaz de demonstrar a vantajosidade do aditamento;
- Em se tratando de obra: caso verse de prorrogação de prazo, juntar novo cronograma físico-financeiro, caso trate de reajuste juntar planilha orçamentária referente ao valor e novo cronograma físico-financeiro.

Palmeira, -- *de* -------- *de 20xx.*

_____
(Identificação e assinatura do ordenador da despesa)
Nome:xxxxxxxxxxxxxxx
Secretário Municipal de xxxxxxxxxxx

_____
(Identificação e assinatura do responsável pela elaboração do termo de requerimento)
Nome:xxxxxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxxx

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

Anexo II:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Anexo-II_compressed.pdf

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A5C03585

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35/2024 - DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS E A CELEBRAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA.

A **Controladoria Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a competência da Controladoria Geral do Município quanto à normatização, acompanhamento, sistematização e a padronização dos procedimentos de fiscalização;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal 14.133/21 sobre contratos administrativos;
CONSIDERANDO os Decretos Municipais vigentes que designam servidores para a função de fiscais de contratos públicos de bens comuns, obras e serviços;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir normas e procedimentos de controle de vigência e aditamento contratual.

RESOLVE,

Art. 1°. Estabelecer diretrizes para o acompanhamento da vigência dos contratos e a celebração de aditivos contratuais no âmbito do Poder Executivo do Município de Palmeira.

Art. 2°. Esta Instrução Normativa abrange os Fiscais dos Contratos e os setores que deliberam sobre os requerimentos de aditivo.

Art. 3°. A celebração de aditivos contratuais deverá obedecer às mesmas formalidades legais dadas ao instrumento de contrato inicial.

Art. 4° Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I - Contrato Administrativo: o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular (pessoa física ou jurídica) ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, segundo o regime jurídico de direito público;
II - Ata de Registro de Preços: Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
III - Termo Aditivo: o instrumento pelo qual se formaliza alterações no contrato original firmado, efetuando-se acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações, repactuações, além de outras modificações admitidas na Lei Federal n° 8.666/93 e na Lei Federal 14.133/21;
IV - Fiscal do Contrato: o representante da Administração, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos e instrumentos congêneres, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública;
V - Reserva Orçamentária: o procedimento utilizado para tornar disponível, determinado valor, na dotação orçamentária autorizada do Órgão, até o limite desta, em um determinado programa de trabalho, natureza de despesa e fonte de recurso, decorrente de previsão para sua utilização através de uma solicitação de despesa;
VI - Empenho: o ato emanado de autoridade competente que cria para a Administração, obrigações de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, compreendendo a autorização e a formalização;
VII - Unidade Solicitante: o setor que, após identificar as necessidades, solicita a contratação de serviços, obras e serviços de engenharia, bem como aquisições de bens para atender o interesse público do Município;
VIII – Processo Administrativo: a sucessão encadeada de atos, juridicamente ordenados, destinados à obtenção de um resultado final, que consubstancia uma determinada decisão de natureza administrativa.

Art. 5°. A autoridade competente indicará no processo de abertura da licitação ou da contratação direta os servidores que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, os quais darão ciência mediante assinatura no contrato, ata de registro de preços ou termo aditivo, em conjunto com os demais servidores competentes.
§1º. Os servidores competentes deverão assinar o documento em até dois dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.
§2º. Após a assinatura e publicação, o Fiscal deverá manter uma via do documento em seu arquivo na Secretaria Municipal.

Art. 6°. As responsabilidades, competências e demais procedimentos inerentes aos fiscais e gestores de contratos encontram-se dispostos na Instrução Normativa Municipal nº.20/2021.

Art. 7°. Todos os contratos, atas de registro de preços e termos aditivos referentes à aquisição de materiais, prestação de serviços, obras e serviços de engenharia serão elaborados pela Seção de Contratos, vinculada a Procuradoria Jurídica Municipal, e deverão obedecer aos preceitos dispostos na Lei Federal nº. 8.666/93 ou Lei Federal nº. 14.133/21, de acordo com a legislação que fundamentou a contratação.
Parágrafo único. O Termo Aditivo deve ser numerado sequencialmente, atendendo à seguinte nomenclatura: "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº XX/20XX", "Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº XX/20XX", "Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº XX/20XX", e assim por diante.

Art. 8°. São finalidades do Termo Aditivo:
I – **aditamento qualitativo**: são as modificações voltadas ao aprimoramento técnico e operacional do objeto contratado consoante ao art. 65, I, ´´a´´ da Lei 8.666/93 ou art.124, I, ´´a´´ da Lei 14.133/21;
II – **aditamento quantitativo**: são as modificações do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras em conformidade com o art. 65, I, ´´b´´ da Lei 8.666/93 ou art.124, I, ´´b´´ da Lei 14.133/21;
III – **prorrogação de prazo:** a duração dos contratos deverá observar o disposto no art. 57 da Lei Federal n° 8.666/93 ou no Capítulo V da Lei Federal 14.133/21, conforme o caso;
IV - **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro:** pelas hipóteses previstas no art. 65, II, ´´d´´ da Lei 8.666/93 ou art.124, II, ´´d´´ da Lei 14.133/21. Em ambos os casos deverá ser observado ainda o disposto na Instrução Normativa Municipal n°. 06/2016.

Art. 9°. A Unidade Solicitante deverá se manifestar acerca de interesse em aditar o contrato protocolizando processo administrativo junto ao Protocolo Geral do Município, em até 30 dias antes do encerramento do termo contratual para quaisquer que forem as finalidades do aditamento.
§1º. Os contratos somente poderão ser prorrogados caso não tenha havido interrupção do prazo de vigência, ainda que a interrupção tenha ocorrido por apenas um dia, salvo nas hipóteses legais.
§2º. Se a interrupção da contratação gerar prejuízos ao Município, caberá a autoridade competente efetuar a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade dos agentes públicos envolvidos.
§º3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Art. 10. O processo administrativo solicitando a celebração de Termo Aditivo deverá ser instruído com os seguintes documentos:
I – Requerimento de Aditivo (Anexo I), contendo a manifestação expressa do Secretário da Unidade Solicitante quanto ao interesse na prorrogação da vigência ou alteração do contrato, apresentando justificativa para o pedido de aditivo e a dotação orçamentária relacionada à despesa;
II – Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (Anexo I da Instrução Normativa Municipal nº.20/2021) contendo a manifestação do Fiscal do Contrato sobre o desenvolvimento, qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa;
III – Informação sobre o tipo de aditamento, conforme hipóteses do art. 8º desta Instrução Normativa, ou ainda, as previstas no art. 65, II, ´´a´´, ´´b´´ e ´´c´´ da Lei 8.666/93 ou art. 124, II, ´´a´´, ´´b´´ e ´´c´´ da Lei 14.133/21;
IV – Demonstração de que a prorrogação/alteração do contrato é vantajosa para a Administração, a qual poderá ser realizada através de pesquisa de preços, com orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, ou através de outro meio idôneo capaz de demonstrar a vantajosidade do aditamento;
V - Cópia do Contrato original e Termos Aditivos, se houver;

§ 1°. O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, normalmente no pedido do contratado, será analisado pela unidade contratante, e posteriormente seguirá o mesmo fluxo dos demais aditivos.
§ 2° Em todos os aditamentos deverá ser informado se a contratada continua mantendo, em relação à execução do objeto, as condições que ensejaram sua contratação, de conformidade com a fundamentação legal pertinente.
§ 3° Caso o gestor da unidade solicitante se manifeste pela prorrogação do contrato apenas pelo tempo necessário à realização de nova licitação, deverá haver a concordância da empresa pela inclusão de cláusula com a previsão de rescisão antecipada do contrato.

Art. 11. O processo administrativo solicitando o Termo Aditivo seguirá a tramitação indicada no Fluxograma de Tramitação Interna dos Processos de Aditivos (Anexo II).
§1º. Caberá a cada setor analisar os documentos integrantes do processo administrativo e observar o disposto pela legislação pertinente, se manifestando de acordo com sua competência no processo administrativo, em especial:
I - Secretaria Responsável: compete a instrução do processo de aditivo, o juízo de oportunidade e conveniência do aditamento, bem como a análise sobre os aspectos técnicos e econômicos do objeto;
II - Departamento de Compras e Licitação: compete inserir as informações sobre o processo licitatório ou de contratação direta que originou a contratação, bem como o arquivamento do processo de aditivo finalizado junto a este;
III - Seção de Contratos: compete a elaboração da minuta do termo aditivo, emissão do termo aditivo oficial no momento oportuno, coleta de assinaturas, publicações legais e cadastro das informações do aditamento no sistema informatizado municipal;
IV - Departamento de Contabilidade: compete informar acerca da compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual e LOA, e a correta apropriação da rubrica orçamentária, bem como a análise da respectiva disponibilidade financeira;
V - Procuradoria Jurídica: compete a análise quanto a legalidade do aditamento nos moldes solicitados pela Secretaria responsável, bem como a análise e aprovação da minuta do Termo Aditivo; caso haja inconformidades nos procedimentos e/ou requisitos legais, deverá indicar e sugerir adequações;

Art. 12. Todos os aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município nos prazos estipulados na Lei aplicável, visando à transparência do ato.

Art. 13. A Controladoria Geral do Município realizará ações de auditoria, de acordo com o seu Planejamento Anual, para avaliar o cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 14. Eventual situação não prevista nesta instrução normativa será resolvida pela autoridade competente nos termos da legislação vigente.

Art. 15º - É parte integrante desta Instrução Normativa o Anexo I: Requerimento de Aditivo e Anexo II: Fluxograma da Tramitação Interna dos Processos de Aditivos.

Art. 16º -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente e Instrução Normativa nº 07/2016.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito Municipal

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO
Controladora-Geral do Município

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADITIVO

Órgão requerente	
Telefone	
E-mail	

1- Solicitação:

A Secretaria Municipal acima identificada, através de seu gestor solicita as devidas providências para o aditamento (*qualitativo/quantitativo/prorrogação de prazo/manutenção do equilíbrio econômico-financeiro: indicar o tipo do aditamento conforme art.8º desta instrução*) do Contrato nº. *xx/202x* visando a dilatação do prazo de vigência pelo período de 12 meses. *(incluir demais informações caso o aditivo vise outras alterações) (Obs.: Caso trate de dilatação do prazo de vigência a Secretaria deve no mesmo requerimento solicitar o reajuste para correção inflacionária nos termos previstos no Contrato. Caso trate de aditamento quantitativo ou reequilíbrio econômico-financeiro a Secretaria deve indicar o valor a ser suprimido/acrescido e o percentual correspondente.)*

O referido Contrato foi firmado com a empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ nº.xxxxxxxxx, como resultado da licitação (modalidade) nº. xx/202x.

2- Justificativa para o aditamento:
(*Inserir a justificativa para o aditamento contratual deixando claro o interesse público e a vantajosidade.*)

3- Dotação orçamentária:
(*Indicar o reduzido, a programática e a fonte da dotação a ser utilizada para suprir a despesa com o aditamento)*

Reduzido	Programática	Fonte

4- Anexos:
Seguem anexos a este requerimento os documentos solicitados no art.10º da Instrução Normativa Municipal nº.07/2016:
- Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato Anexo I da Instrução Normativa Municipal nº.20/2021) (contendo a manifestação do Fiscal do Contrato sobre o desenvolvimento, qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações contratuais pela empresa;
- Cópia do Contrato original e Termos Aditivos, se houver;
- Demonstração de que a prorrogação/alteração do contrato é vantajosa para a Administração, a qual poderá ser realizada através de pesquisa de preços, com orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, ou através de outro meio idôneo capaz de demonstrar a vantajosidade do aditamento;
- Em se tratando de obra: caso verse de prorrogação de prazo, juntar novo cronograma físico-financeiro, caso trate de reajuste juntar planilha orçamentária referente ao valor e novo cronograma físico-financeiro.

Palmeira, -- *de* ---------- *de 20xx.*

_____
(Identificação e assinatura do ordenador da despesa)
Nome:xxxxxxxxxxxxxxx
Secretário Municipal de xxxxxxxxxx

_____
(Identificação e assinatura do responsável pela elaboração do termo de requerimento)
Nome:xxxxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxx

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

Anexo II:

https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Anexo-II_compressed.pdf

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:82A51A07

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 037/2024 REGULAMENTA A ABERTURA, TRAMITAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, FÍSICOS OU DIGITAIS, PARA O PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Considerando os Princípios Norteadores da Administração Pública, em especial os Princípios da Eficiência e da Legalidade contidos na Constituição Federal.
Considerando a necessidade de permanente verificação das regras de controles internos para a administração pública com o requisito para os órgãos de controle seguindo orientações de órgão de controle externo.
Considerando a estrutura organizacional do município vigente que atribui à Controladoria Geral do Município a responsabilidade de aperfeiçoar o sistema de controle interno com o uso de normas para verificar a regularidade, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, e economicidade nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal.
Considerando a Lei Federal nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, inovação, transformação digital e da participação do cidadão em uma jornada autônoma por meio de autos serviço.
Considerando a Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Municipal 4.076/2016 que regulam o acesso a informações ao cidadão como direito fundamental, proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
Considerando a Lei 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.
Considerando a necessidade de implementar inovações nos processos administrativos do Poder Executivo – Administração Direta e Indireta, desburocratizando e simplificando os registros de referência, visando oferecer informações integras e precisas, mediante transferência ativa de dados, em plataformas digitais seguras e eficientes, com o objetivo de registrar elementos da prestação de serviços e gestão das políticas públicas.

RESOLVE:

Art 1º Regulamentar a abertura, tramitação e arquivamento de processos administrativos, físicos ou digitais, no âmbito do Poder Executivo, considerando a Administração Direta e Indireta.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I - **Processo Administrativo**: o conjunto de documentos, devidamente autuados, físicos ou digitais, composto pela entrada de documentos/dados (protocolo), processamento das informações (tramitação) e saída de informações (arquivamento), que exijam decisão por parte dos agentes públicos responsáveis pelas atribuições dos órgãos e unidades administrativas.
II – **Autos serviço**: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana.
III - **Plataformas digitais**: ferramentas digitais disponibilizadas para viabilizar de forma centralizada e compartilhada os serviços e políticas públicas.
IV - **Sistema Informatizado de Gestão**: responsável por coletar, agrupar e compilar dados que sejam relevantes, de forma ordenada e sistematizada, gerando informações para úteis para a tomada de decisões.

CAPÍTULO II
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS AVULSOS

Art 3º O processo administrativo eletrônico poderá ser autuado de ofício ou a pedido do interessado, para fins de atendimento de uma ação administrativa.

Art 4º O processo administrativo eletrônico inicia-se com a autuação de um documento, produzido eletronicamente ou por um representante digital, que convertidos serão considerados documento original em suporte analógico/papel.
Parágrafo único. Haverá uma numeração única anual, sequencial e crescente para os processos administrativos da Administração Direta, e uma numeração única anual, sequencial e crescente para os processos administrativos para cada entidade da Administração Indireta.

Art 5º O usuário interno deverá preencher, no momento da autuação de um processo administrativo, pelo menos as seguintes informações:
I. Tipo,
II. Requerente
III. Assunto
IV. Local de origem e destino
V. Grau de sigilo
VI. Descrição sucinta do objeto da demanda no campo "requerimento"
VII. Arquivos anexos em formato pdf, word, excel e mp4.

Art 6º Nos processos abertos externamente, com requerente identificado, é obrigatória a inclusão do endereço, telefone e e-mail, exceto em processos anônimos;
Parágrafo primeiro: Deve conter pelo menos as seguintes informações:
I. Grau de sigilo,
II. Tipo,
III. Assunto,
IV. Descrição sucinta do objeto da demanda no campo "requerimento"
V. Arquivos anexos em formato pdf, word, excel e mp4.

Art 7º Os documentos nato digitais criados e assinados eletronicamente, e os representantes digitais resultantes da digitalização de documentos analógicos/papel são considerados digitais para fins de tramitação e uso no sistema.
Parágrafo único. Cabe às unidades responsáveis pela digitalização dos documentos, a guarda e manutenção dos originais analógicos/papel, apresentando-os em caso de alegação motivada e fundamentada de adulteração dos seus respectivos representantes digitais.

Art 8º O requerente interno, após instrução do processo, deverá encaminhá-lo diretamente ao local de destino, com:
I. Capa contendo a numeração do processo administrativo, data do protocolo, assunto e outros dados complementares que se fizerem necessários, sendo gerada automaticamente pelo sistema.
II. Requerimento inicial, seja entitulado como solicitação, reclamação, sugestão, denúncia, memorando, ofício ou outro que esteja previamente cadastrado.
III. Documentação exigida pela legislação do assunto, seguindo o checklist determinado pelo setor correlato ao assunto.
§1º A autuação das páginas será considerada como página 1 (um) a folha de capa, e as demais em numeração crescente.
§2º Os processos administrativos protocolados pelo usuário interno poderão ser classificados pelo setor de Protocolo ou pelos órgãos e unidades administrativas que analisam o assunto como:
I. Tramitação Normal.
II. Tramitação Prioritária.
III. Tramitação Urgente.
§ 3º Cabe aos responsáveis pelos órgãos e unidades administrativas a atribuição de exercer a fiscalização nas tramitações dos processos,

como acompanhamento dos relatórios fornecidos pelo setor de Protocolo.

Art 9º No caso de demandas provenientes de atendimento presencial a terceiros ou via SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, compete à Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, através do setor de Protocolo, por meio do Sistema Informatizado de Gestão, realizar atividades iniciais como expediente, documentação, recebimento, distribuição, além de controlar o andamento e arquivamento dos processos administrativos, tanto físicos quanto digitais.

Art 10 Recebida a documentação, seja em atendimento presencial ou por ferramenta digital, é feito o registro das informações no Sistema Informatizado no momento em que é efetuado o cadastro/autuação do processo administrativo com o respectivo número, sendo este o protocolo das solicitações apresentadas.
§1º O prazo para o SIC–Serviço de Informação ao Cidadão – sob a responsabilidade do setor de Protocolo para encaminhar a unidade destinatária o processo administrativo autuado é de no máximo 2 (duas)horas.

Art 11 A unidade que envia o processo administrativo físico ou digital continua responsável por ele até que a unidade destinatária acuse o recebimento no Sistema Informatizado de Gestão, quando então o processo deixará de estar "em trânsito"e/ou "encaminhado".
Parágrafo único. O recebimento dos processos administrativos no Sistema Informatizado de Gestão deve ocorrer no momento do recebimento ou imediatamente no momento seguinte, não excedendo o tempo de 60 minutos.
Art 12 A partir do momento que a unidade destinatária acusar o recebimento do processo administrativo, físico ou digital, no Sistema Informatizado de Gestão, a mesma deverá proceder com a análise e providências nos prazos e condições estabelecidos, prezando pela eficiência e eficácia da gestão pública.
I. Para os processos administrativos categorizados como Tramitação Normal, o prazo máximo para análise e devidos despachos, anexação de documentos e outros procedimentos é de 5 (cinco) dias.
II. Para os processos administrativos categorizados como Tramitação Prioritária, o prazo máximo para análise e devidos despachos, anexação de documentos e outros procedimentos é de2 (dois) dias.
III. Para os processos administrativos categorizados como Tramitação Urgente, o prazo máximo para análise e devidos despachos, anexação de documentos e outros procedimentos é de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 1º Nos casos em que os processos administrativos categorizados como Tramitação Normal ou Tramitação Prioritária, exijam informações e documentos externos à Administração Municipal para que se proceda a análise, e que assim os prazos estabelecidos para a tramitação possam ficar prejudicados, o responsável deve informar no Sistema Informatizado de Gestão em tramitação para a sua própria unidade como destinatária, texto contendo no mínimo as seguintes informações:
a) a motivo do aguardo para se proceder a análise;
b) quais documentos e/ou informações externas estão sendo aguardadas;
c) quais são os órgãos, entidades, empresas ou cidadãos que devem fornecer as informações para que proceda a análise;
d) qual o prazo estimado para o recebimento dos dados e/ou documentos;
e) nome do agente público responsável pela análise do processo administrativo.
§ 2º Nos casos em que o processo administrativo ficará aguardando informações e/ou documentos externos à Administração Pública Municipal por mais de 20 dias, o mesmo deverá ser encaminhado ao Departamento de Administração, que é responsável pelo Setor de Protocolo, para ciência, contendo no despacho todas as informações exigidas nas alíneas a, b, c,d e e do parágrafo anterior.

Art 13 A situação atual, bem como o histórico de tramitação dos processos administrativos, físicos ou digitais, poderá ser acompanhada pelo requerente, internamente ou externamente, possibilitando acessar a localização, o órgão ou unidade responsável pela análise, tempo de espera, agente público ou unidade administrativa responsável e telefone para contato, por meio do site institucional oficial www.palmeira.pr.gov.br.

Art 14 A juntada de documentos e a folha de tramitação é um processo metódico, que deve obedecer a seguinte ordem:
a) primeiramente apensar os documentos (planilhas, pareceres, laudos, mapas, fichas, fotos, formulários, entre outros), que tenham pertinência ao assunto tratado e/ou embasaram a análise, devendo todos ser anexados nos formatos permitidos pelo sistema informatizado de gestão;
b) por fim apensar folha de tramitação, emitida pelo Sistema Informatizado de Gestão contendo as informações necessárias e imprescindíveis para a compreensão da análise.
c) nos casos de processo administrativo físico, os documentos apensados que antecedem a página de tramitação, devem ser digitalizados e anexados ao Sistema Informatizado de Gestão.
§1º É de responsabilidade da unidade que encaminhará o processo administrativo físico numerar às páginas correspondentes aos documentos e folha de tramitação apensados, dando sequência à numeração já existente. Nos casos de processo administrativo digital a numeração de páginas será automática.
§ 2º A folha de tramitação obrigatoriamente necessita estar assinada para o processo administrativo tramitar fisicamente. Nos casos de processo administrativo digital a assinatura será eletrônica.
§ 3º Quando o processo administrativo físico atingir aproximadamente a quantidade de 200 (duzentas) páginas, o mesmo dever ser segmentado por volumes, identificados por numerais romanos em ordem crescente sequencial, mantendo a continuidade na numeração de páginas já existentes em ordem crescente.

Art 15 O acesso às informações e inserção dos dados no Sistema Informatizado de Gestão, é restrito aos usuários – agentes públicos – que operam o referido sistema, mediante login e senha, em caráter pessoal e intransferível.

Art 16 Os agentes públicos efetuarão a inserção e registro de dados, esclarecimentos e documentos via Sistema Informatizado de Gestão, garantindo a fidelidade dos mesmos, com base no Princípio da Objetividade, onde os registros devem estar baseados em documentos que comprovem a ocorrência dos respectivos fatos informados.

Art 17 A exatidão dos dados e documentos enviados através do Sistema Informatizado de Gestão, é de estrita responsabilidade dos agentes públicos (servidores efetivos, agentes políticos e cargos comissionados), representantes legais e técnicos dos órgãos e unidades administrativas habilitadas para operar o referido sistema informatizado, a quem compete garantir a fidelidade dos mesmos.

Art 18 Em se constando a ocorrência de inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si, para outrem ou para causar dano, o fato será apurado com base na ocorrência de crime tipificado no art. 313-A, do Código Penal, bem como submetido as determinações do Código de Ética da entidade.

Art 19 Poderá ocorrer o desentranhamento de documentos ou folhas de tramitação do processo administrativo.
§ 1º O Desentranhamento ou retirada dos documentos e folhas de tramitação, somente será permitida mediante pedido formal da parte interessada e deferimento emitido pelo Departamento de Administração.
§ 2º No lugar da folha desentranhada deve ser colocada uma cópia reprográfica do documento extraído, autenticada pelo agente público responsável.
§ 3º O desentranhamento deverá ser registrado no processo administrativo por meio de um termo colocado na sequência natural de folhas, e deve conter as seguintes informações:
a) o(s) número(s) da(s) folha(s) desentranhada(s);
b) tipo de documento retirado;
c) motivo de desentranhamento; e,
d) data, identificação e assinatura do agente público responsável.

Art 20 O processo é considerado encerrado a partir do momento em que é registrada situação de "arquivado", com a descrição desta condição, e encaminhado ao local "arquivo geral".

Parágrafo único. Ao receber o processo administrativo para arquivo, e se constatada alguma irregularidade, o mesmo deverá ser devolvido à unidade que o encaminhou para o arquivo, mesmo não sendo essa unidade a responsável pelo erro, para que tome as medidas cabíveis.
Art 21 A reativação de um processo administrativo pode ser requerida mediante justificativa e/ou motivação, que será registrada no processo administrativo solicitado, feita diretamente ao setor de Protocolo.
Parágrafo único. Ao reativar o processo administrativo encerrado e/ou arquivado, o mesmo passa a ser ativo e pode tramitar e receber informações novamente.

Art 22 Quando existir dois ou mais processos administrativos que tramitam sobre o mesmo assunto, protocolados pelo mesmo requerente, os mesmos devem ser apensados e/ou agrupados, devendo seguir tramitando com a numeração mais antiga.
§1º Os processos administrativos agrupados e que não mais tramitarão, devem ser anexados e receber a informação na folha de tramitação que se encontram agrupados e/ou apensados ao mais antigo, devendo-se citar o número desse.
§2º A numeração das páginas do processo que foi agrupado e/ou apensado deverá ser taxada, e o processo deverá ser renumerado seguindo a numeração do processo mais antigo.

Art 23 Em caso de extravio, furto ou perda de processo administrativo físico, o órgão ou unidade administrativa que detinha a guarda do mesmo, conforme consta no registro do Sistema Informatizado de Gestão, é responsável por comunicar oficialmente o Departamento de Administração tão logo constate o extravio, e deverá providenciar a recomposição do mesmo, passando por validação da Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e Chefe do Executivo, para somente então seguir a tramitação necessária.
§ 1º Caso seja constatado dolo ou fraude, ou até mesmo prejuízos aos cofres públicos, por extravio intencional ou de má fé por parte do agente público, imediatamente será instaurado um processo de sindicância.

Art 24 O setor de Protocolo é responsável por manter ativos no Sistema Informatizado de Gestão, apenas destinos ou locais de encaminhamento que constem na estrutura administrativa do Município de Palmeira conforme a legislação vigente.
Parágrafo único. Os destinos ou locais de encaminhamento que deixam de existir na lei da estrutura administrativa devem ser desativados no Sistema Informatizado de Gestão, a fim de não permitir que sejam encaminhados novos processos administrativos.

Art 25 O setor detentor do contrato de locação de software informatizado de gestão é responsável pela manutenção dos cadastros de usuários da plataforma digital.

CAPÍTULO III
DOS NÍVEIS DE ACESSO E RESTRIÇÃO

Art 26 São consideradas informações com restrição de acesso aquelas de caráter pessoal ou sensíveis, protegidas por legislação específica, devendo o nível de restrição ser justificado conforme hipóteses legais.
Parágrafo único. Procedimentos relacionados ao registro e tramitação de processos administrativos e documentos avulsos que tratem de averiguação de denúncias de irregularidades e infrações de servidores, instauração de inquéritos, sindicâncias, processo administrativo disciplinar e penalidades disciplinares, obedecerão a procedimentos a serem definidos em regulamentação específica.

Art 27 Qualquer pessoa poderá ter acesso aos processos administrativos e documentos avulsos produzidos e tramitados no Módulo de Protocolo, bem como acompanhar os respectivos trâmites, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso e sigilo.

Art 28 Compete aos servidores, no momento da autuação de processo administrativo ou cadastro de documento avulso, identificar no corpo do texto e nos anexos, a existência de dados pessoais ou informações sensíveis que requeiram algum grau de restrição de acesso (natureza da informação) e selecionar a natureza da informação (nível de acesso) adequado antes da confirmação do cadastro.

Parágrafo único. Ao servidor cabe a responsabilidade pela restrição adequada de dados e informações que devam ser restritas, e pela divulgação de documentos e informações de caráter público, respondendo legalmente por restrição ou publicidade indevidas.

Art 29 Durante a tramitação dos processos administrativos e documentos avulsos, os servidores devem observar se não há necessidade de tornar determinada informação pública como restrita ou vice-versa, partindo-se da premissa prevista na Lei de Acesso à Informação de que o acesso é regra e a restrição ou sigilo deverá ser exceção.

Art 30 Processos administrativos ou documentos avulsos que forem classificados como sigilosos, obedecerão a procedimentos a serem definidos em regulamentação específica.

CAPÍTULO V
DA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL

Art 31 Os documentos digitais produzidos e geridos no âmbito do Módulo de Protocolo terão sua autoria identificada pela utilização de assinatura eletrônica emitida pelo próprio sistema.
§1º A assinatura eletrônica será de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.
§2º Servidores serão considerados assinantes internos;
§3º Indivíduos externos Serão considerados assinantes externos e poderão assinar documentos mediante procedimentos de cadastro e permissão para realizar assinaturas.

Art 32 A assinatura eletrônica de documentos repercute na aceitação das normas vigentes e da responsabilidade do usuário por sua utilização indevida.

Art 33 O usuário cuja assinatura for solicitada no sistema de protocolo deverá assinar ou rejeitar o documento preferencialmente dentro do prazo de 24 horas, a fim de evitar prejuízos ao andamento processual.

Art 34 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Instrução Normativa nº 24/2021.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito Municipal

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO
Controladora Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2A1A1389

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 038/2024 - REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA.

A **Controladoria Geral do Município** no uso das atribuições que lhe confere o cargo e,
Considerando a necessidade de regulamentar a fiscalização das obras contratadas pelo Poder Executivo do Município de Palmeira por intermédio dos órgãos da administração pública;
Considerando a Lei no 6.496/77, as Resoluções CONAMA no 001/86 e 237/97, Lei 6.938/81, Resolução Confea nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, Manual de Obras Públicas do TCE/Pr, Lei no 8.666/93, Lei Federal nº 14133/21 e Decreto Municipal nº. 9.986/2015;
Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Resolve:
Art. 1º - Estabelecer normas e procedimentos unívocos para a fiscalização de obras e serviços de engenharia.

Art. 2º - Consideram-se obras e serviços de engenharia:
I. execução de obras viárias, contenções, barragens, eclusas e diques;
II. execução de obras de infra-estrutura urbana;
III. execução de serviços de saneamento básico;
IV. execução de serviços de tratamento e abastecimento de água;
V. execução de serviços de limpeza urbana;
VI. execução de serviços de tratamento de lixo e resíduos sólidos;
VII. execução de serviços contratados mediante concessão ou permissão, inclusive de transporte;
VIII. reforma e construção de unidades administrativas, escolares, de saúde, etc.;
IX. manutenção, reparos e correções com finalidade de conservação do patrimônio;
X. execução de serviços de eletrificação urbana e rural;
XI. avaliações de bens móveis e imóveis; e
XII. demais serviços inerentes à engenharia.

Art. 3º - A Fiscalização solicitará da contratada, durante a fase de pré-execução, a seguinte documentação:
I - O original do Alvará de Construção expedido por órgão competente, na forma das disposições das leis em vigor;
II – Plano de execução e cronograma detalhado dos serviços e obras, para análise e aprovação da fiscalização;
III - Amostras dos materiais a serem empregados na obra antes de sua utilização, na fase inicial e em cada fase do desenvolvimento da obra ou serviços de engenharia para aprovação da fiscalização;

IV – Providência relativa à ART para a execução de obra ou prestação de serviço que deverá ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica nos termos da Lei no 6.496/77 e de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.
§ 1º No caso de obras públicas, a ART pode ser registrada em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade.

V - A fiscalização solicitará ainda da contratada a instalação de um canteiro de obras, com as instalações necessárias, equipe técnica e todos os equipamentos e materiais necessários ao início da obra.

Art. 4º - A fiscalização será exercida a partir da emissão da ordem de serviço (O.S.), conforme modelo do anexo V desta Instrução Normativa, pela contratante até o recebimento definitivo da obra ou serviço de engenharia, tendo como finalidade precípua a constatação do cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos.

Art. 5º - A fiscalização será exercida de modo sistemático através da Ficha de Acompanhamento, conforme modelo do anexo I desta Instrução Normativa, pelo contratante ou pelo preposto deste, devidamente habilitado.

Art. 6º - O contratado deverá facilitar a ação da fiscalização, permitindo o amplo acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas.

Art. 7º - Caberá à fiscalização, dentre outras, as seguintes ações:
I. Requerer do contratado a indicação do responsável pela condução dos trabalhos;
II. Verificar se estão sendo colocados à disposição dos trabalhos as instalações, equipamentos e equipe técnica previstos na proposta e no contrato de execução dos serviços, sob pena de paralisação temporária da obra até que sejam satisfeitos todos os requisitos;
III. Apontar as incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nas demais informações e instruções complementares do Edital, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
IV. Havendo necessidade de substituição de materiais deverão estes passar previamente pela análise técnica para verificação de sua composição, qualidade, garantia e especificações técnicas, fornecidas por meio de parecer do fabricante do material ou seu representante.
V. Exercer controle sobre o cronograma físico-financeiro de execução das obras e serviços de engenharia, sob pena da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93;
VI. Toda e qualquer situação que acarrete prejuízo ao cronograma deverá ser informada à Fiscalização, a qual deverá avaliar o problema e sugerir a solução, informando imediatamente à contratante;
VII. Analisar e aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto no Edital e instrumento contratual;
VIII. Inspecionar o Diário de Obras do contratado, observando suas ações e o fiel cumprimento de seu conteúdo;
IX. Submeter à aprovação da autoridade contratante os eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contrato;
X. Conferir e atestar as medições dos serviços através do preenchimento da Ficha de Acompanhamento, que será emitida pelo menos uma vez ao mês pelo fiscal da obra;
XI. Relatar na Ficha de Acompanhamento a descrição dos atos e etapas realizadas demonstrando o andamento da execução da obra ou do serviço de engenharia.
Parágrafo único - Todo e qualquer ato contrário, identificado na execução do contrato, sofrerá as sanções previstas na forma dos Art. 86 e 87 da Lei no 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 9.986/2015 e dos Art. 155-163, Art.168 e 169 da lei nº 14133/21.

Art. 8º – À medição de obras ou de serviços de engenharia será baseada em inspeção *in loco*, por meio de visitas periódica, tantas quanto forem necessárias para o acompanhamento de todas as etapas contratuais.

Art. 9º – À Fiscalização caberá a aprovação da discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição, que deverão respeitar as planilhas de orçamento anexas ao contrato.
Art. 10 – As anotações de ocorrências nos atos de acompanhamento (ficha de acompanhamento – anexo I) quando constituírem peças integrantes de processos administrativos disciplinares à fornecedores, devem caracterizar-se como informação sigilosa, que ficará temporariamente submetida à restrição de acesso público, a fim de não caracterizar a exposição indevida do fornecedor até o deslinde do caso.

Art. 11 – Após a execução total da obra ou do serviço de engenharia, haverá o recebimento pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com a emissão do Termo de Recebimento Provisório – anexo II, e, definitivamente, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo – anexo III, após o prazo de observação, não superior a 90 dias, ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao contrato.
I – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da obra, e nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites legais e contratuais.

Art. 12 – O fiscal fica responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a comunicar o recebimento provisório da obra ou do serviço de engenharia à:
I – Secretaria Responsável pelo Recurso Financeiro da Obra ou Serviço de Engenharia;
II – Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, responsável pelo Departamento de Almoxarifado e Departamento de Patrimônio;

Art. 13 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Instrução Normativa nº 05/2016.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito Municipal

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO
Controladora Geral do Município

ANEXOS:

Anexo I – Ficha de Acompanhamento:

https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-I-IN-38_compressed.pdf

Anexo II – Termo de Recebimento Provisório:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-II-IN-38_compressed.pdf

Anexo III – Termo de Recebimento Definitivo:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-III-IN-38_compressed.pdf

Anexo IV – Diário de Obra:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-IV-IN-38_compressed.pdf

Anexo V – Ordem de Serviço:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-V-IN-38_compressed.pdf

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C48407A6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 293/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **BANDA GRALHA AZUL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 15.504.727/0001-83**, localizada na Rua Brasil, n° 409, Centro, Missal/PR, neste ato **representada pela Sra. Vanessa Mueller Nos**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 10.977041-8 SSP/PR**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 123.458.469-76** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 293/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 293/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 15 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Contratante

Banda Gralha Azul LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 15.504.727/0001-83
VANESSA MUELLER NOS
CPF/MF sob o n.° 123.458.469-76
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:E26E0715

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 294/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **PROMIX PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 09.305.717/0001-16**, localizada na Rua José Ferraz, nº 41 – Bairro Lagoa, IRATI/ PR, neste ato **representado pelo Sr. Paulo Rogério Menon**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 8.891.062-1**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 045.626.689-54** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 294/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 294/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 15 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Contratante

Promix Producoes e Eventos LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 09.305.717/0001-16
PAULO ROGÉRIO MENON
CPF/MF sob o n.° 045.626.689-54
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:3792F7F6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 295/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **INTERPRISE BANDA SHOW LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 04.493.879/0001-01**, localizada na Rua Bachir Steiman Fayad, nº353 – Contorno – Ponta Grossa – Pr, neste ato **representado pelo Sr. JASON BATISTEL**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 5.265.391-6 SSP PR**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 850745.869-68** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 295/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 295/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 15 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação Contratante

Interprise Banda Show LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 04.493.879/0001-01
JASON BATISTEL
CPF/MF sob o n.° 850745.869-68
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:C10AA5F4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 296/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **LUCIANE COSTA EVENTOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 32.018.412/0001-45**, localizada na Rodovia PR 151, KM 386 - Palmeira – Pr, neste ato **representado pelo Sra. LUCIANE COSTA** , portador da Cédula de Identificação **RG n.º 8.959.119-8 SSP PR**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 065.999.579-43** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 296/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 296/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 15 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação Contratante

Luciane Costa Eventos

CNPJ/MF Sob o N.º 32.018.412/0001-45
LUCIANE COSTA
CPF/MF sob o n.° 065.999.579-43
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:5C7D3E70

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 297/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **BR LED SABADIN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 29.789.224/0001-06**, localizada na Rua Rodolfo Bernardelli, 438 – apto 115 - andar Térreo – Condomínio Tom Jobim – Bloco B – Bairro Uberaba – Curitiba – PR, neste ato **representado pelo procurador Sr. Gustavo Henrique de Jesus Luize**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 9.563.741-8**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 085.995.509-50** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 297/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 297/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 15 de agosto de 2024

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Contratante

BR Led Sabadin LTDA
CNPJ/MF Sob o n.º 29.789.224/0001-06
GUSTAVO HENRIQUE DE JESUS LUIZE
CPF/MF Sob o n.° 085.995.509-50
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:8348D10E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 298/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **T.A. CALACA -SONORIZAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 16.670.014/0001-52**, localizada na Rua XV de Novembro nº 81, Centro, Palmeira/PR, neste ato **representado pelo Sr. TADEU AURELIO CALAÇA**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 4.006.946-1 SESP/PR**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 826.708.979-91** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 298/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 298/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 15 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF n.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
Contratante

T.A. Calaca - Sonorização
CNPJ/MF sob o n.º 16.670.014/0001-52
TADEU AURELIO CALAÇA
CPF/MF sob o n.° 826.708.979-91
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:1A374008

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 299/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, **Sra. Bruna Costa**, brasileira, inscrito no **CPF/MF sob o n° 106.629.359-77**, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob o nº13.323.866-2**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº Nº. 17.427/2024**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **EMPORIO EVENTUALL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 49.286.066/0001-89**, localizada na Avenida Marechal Deodoro, nº 2344, Centro Norte, Cuiabá – MT, neste ato **representado pela Sra. PRISCILA CONSANI DAS MERCES OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 10.616.831- 8/SSP-PR**, **inscrito no CPF/MF sob n.º 075.082.869-28** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 16560/2024, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 299/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Por meio deste termo, fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2024 até a data de 19 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas da Ata n.º 299/2023, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 16 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
BRUNA COSTA
CPF/MF N.° 106.629.359-77
(Decreto Municipal n.º 17.427/2024)
Secretária Municipal De Meio Ambiente, Cultura, Turismo E Comunicação
Contratante

Emporio Eventuall LTDA
CNPJ/MF Sob o n.º 49.286.066/0001-89
PRISCILA CONSANI DAS MERCES OLIVEIRA
CPF/MF Sob o n.° 075.082.869-28
Contratada

Testemunhas:

_____
Bruno Renan Mioduski dos Reis
R.G sob o n.º 10.375.650-2
Fiscal Titular do Contrato

_____
Daviane Marceli Seixas
R.G sob o nº 12.710.237-6
Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:495F1D0C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2024

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14104/2024

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de computadores através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link – BLL Compras´´.
O Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Os interessados poderão obter a 1ª Retificação na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá às **08h30min do dia 03/09/2024**. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

16 de agosto de 2024

MÁRCIA REGINA PEREIRA RISTOW
Autoridade Competente

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:21A48EA7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 66/2024

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 66/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13870/2024

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de medicamentos através da Secretaria Municipal de Saúde.
Fundamentação: Lei Federal nº. 14.133/2021.
Empresas vencedoras: ELISMED COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.127.606/0001-31 com o valor total de R$ 10.373,35 (dez mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos); PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 02.816.696/0001-54 com o valor total de R$ 16.967,30 (dezesseis mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta centavos); ID FARMA

LTDA, inscrita no CNPJ nº. 46.796.127/0001-60 com o valor total de R$ 18.160,00 (dezoito mil, cento e sessenta reais); GRAMS & GRAMS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.448.145/0001-03 com o valor total de R$ 24.196,20 (vinte e quatro mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos); CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 32.743.242/0001-61 com o valor total de R$ 1.862,60 (um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos); METTA FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 42.496.258/0001-70 com o valor total de R$ 1.470,00 (um mil, quatrocentos e setenta reais); SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.643.008/0001-95 com o valor total de R$ 8.512,00 (oito mil, quinhentos e doze reais); BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 4 21.438.123/0001-89 com o valor total de R$ 8.720,00 (oito mil, setecentos e vinte reais); JT MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 51.892.897/0001-46 com o valor total de R$ 15.540,00 (quinze mil, quinhentos e quarenta reais); ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 85.477.586/0001-32 com o valor total de R$ 2.820,00 (dois mil, oitocentos e vinte reais); CIRURGICA MEDPLUS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 52.685.881/0001-25 com o valor total de R$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); GENERICA ITATIBA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 41.319.803/0001- 90 com o valor total de R$ 4.440,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais) e COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 09.315.996/0001-07 com o valor total de R$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de agosto de 2024

ANA PAULA FERREIRA MARQUES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:D07417BD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 83/2024

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 83/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16893/2024

Objeto: Prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, através da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças.
Fundamentação: alínea f, inciso III, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças.
Dotação Orçamentária: 06005041230016204733903900000. **Fonte:** 1000. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Contratada: IBREP INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA, empresa inscrita no CNPJ nº. 08.767.310/0001-48 com o valor total de R$ 800,00 (oitocentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de agosto de 2024

PATRICIA PHILIPPSEN
Autoridade Competente

Publicado por:
Lana Cristina Silva da Rosa
Código Identificador:D2C277E8

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024 - PROFESSOR 20H - ELYDIANE CABRAL GONÇALVES.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2024, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 16 de agosto de 2024, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Nome completo: ELYDIANE CABRAL GONÇALVES
Inscrição: 280
Emprego público: Professor 20h

ELYDIANE CABRAL GONÇALVES
Desistente

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:81E05509

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2024 - ELISA CARLA BARLETTA.

Palmeira, 16 de agosto de 2024.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 20 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 002/2024, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequencia pelo imediato classificado, conforme processo nº. 14864/2024.

Professor 20h:

ELISA CARLA BARLETTA

Atenciosamente,

MARCIA REGINA PEREIRA RISTOW
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:1D3A4303

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO 50/2024 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR - PSS – FRANCIELE OSTROSKI HASS.

Processo nº: 17719/2024
ADITIVO Nº. 50/2024
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: FRANCIELE OSTROSKI HASS
Matrícula: 600928

Cargo: PROFESSOR - PSS
Regime: PSS
Vencimento R$ 2.118,43 (Dois mil, cento e dezoito reais e quarenta e três centavos)
Vigência: 19/04/2024 a 30/05/2024.
Prorrogação 1: 31/05/2024 a 30/06/2024
Prorrogação 2: 01/07/2024 a 31/07/2024
Prorrogação 3: 01/08/2024 a 31/08/2024
Prorrogação 4: 01/09/2024 a 30/09/2024
Data: 16/08/2024.

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:9E4C2C99

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 48/2024 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR PSS BARBARA KAROLYNE MORAIS SANTANA.

PROCESSO Nº. 14870/2024
PSS Nº. 002/2024
EXTRATO Nº. 48/2024
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: BARBARA KAROLYNE MORAIS SANTANA
Matrícula: 600951
Cargo: PROFESSOR PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$ 2.118,43 (Dois mil, cento e dezoito reais e quarenta e três centavos)
Vigência: 19/08/2024 a 20/12/2024
Data: 16/08/2024.

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:9720C28B

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 49/2024 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR PSS ROSILENE ZALESKI TRZASKOS.

PROCESSO Nº. 14870/2024
PSS Nº. 002/2024
EXTRATO Nº. 49/2024
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: ROSILENE ZALESKI TRZASKOS
Matrícula: 600952
Cargo: PROFESSOR PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$ 2.118,43 (Dois mil, cento e dezoito reais e quarenta e três centavos)
Vigência: 19/08/2024 a 20/12/2024
Data: 16/08/2024.

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:3CAC5E88

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº. 17.550 DE 16/08/2024 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 13.600,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.704/2023 – LDO e nº 5.798/2023 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 5.798/2023 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.005.00.000.0000.0.000. Departamento de Meio Ambiente
11.005.18.542.0041.2.124. Gerenciamento de resíduos sólidos
790 - 4.4.90.52.00.00 560 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 13.600,00

Total Suplementação: R$ 13.600,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
560	R$ 13.600,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

SÉRGIO LUÍS BELICH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alysson José Araújo
Código Identificador:2FF52871

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº. 17.551 DE 16/08/2024 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA LETICIA XAVIER GONÇALVES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 17546/2024:
DECRETA

Artigo 1º: Exonerar a servidora **LETICIA XAVIER GONÇALVES**, matrícula nº 301464, portadora do RG nº 10.5xx.xx0-0, inscrita no CPF sob nº. 088.xxx.xxx-63, ocupante do cargo de AGENTE DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, COMPRAS E ORÇAMENTOS, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, a partir de 20/08/2024.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:2FE233AB

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº. 17.552 DE 16/08/2024 - NOMEAÇÃO DE LETICIA XAVIER GONÇALVES, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE COMPRAS E ORÇAMENTOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 17546/2024:

DECRETA

Art. 1º: Fica nomeada **LETICIA XAVIER GONÇALVES,** matricula nº 301473, portadora do RG nº 10.5xx.xx0-0, inscrita no CPF sob nº. 088.xxx.xxx-63, para exercer o cargo em comissão de *ASSESSOR DE COMPRAS E ORÇAMENTOS*, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, com efeitos a partir de 20/08/2024.
Art. 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Juliana de Melo Voinarski
Código Identificador:A212E418

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº. 17.553 DE 16/08/2024 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 9.500,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.704/2023 – LDO e nº 5.798/2023 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 5.798/2023 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.005.00.000.0000.0.000. Departamento de Meio Ambiente
11.005.18.542.0040.2.121. Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente
584 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R$ 9.500,00

Total Suplementação: R$ 9.500,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação e Esporte
08.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
08.001.12.122.0023.2.070. Manutenção das atividades do Departamento de Educação
258 - 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 9.500,00

Total Redução: R$ 9.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

SÉRGIO LUÍS BELICH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alysson José Araújo
Código Identificador:76D1FB93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo n° 16/2024
Dispensa de Licitação n° 09/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro veicular para os veículos oficiais pertencentes a Câmara Municipal de Palmital-PR.

Diante da documentação juntada aos autos e com fundamento nos arts. 71, IV da Lei 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto ao vencedor e **HOMOLOGO** o resultado da Dispensa de Licitação n° 09/2024, Processo Administrativo n° 16/2024, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, visando Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro veicular para os veículos oficiais pertencentes a Câmara Municipal de Palmital-PR, conforme segue.

Empresa vencedora certame: **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	serviço	Seguro total de veículo JETTA COMFORTLINE 1.4 TSI 16V - AUTOMÁTICO - 04 PORTAS - Ano Fab/Modelo 2017	**R$ 2.602,27**	**R$ 2.602,27**
02	01	serviço	Seguro total de veículo UNO MILLE 1.0 FIRE/F.FLEX/ECONOMY - 02 PORTAS - Ano Fab/Modelo 2013		

O valor desta contratação é de **R$ 2.602,27 (dois mil, seiscentos e dois reais e vinte e sete centavos).**

Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação, tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação e seus anexos, inclusive, por apresentar o menor preço dentre as empresas que participaram da disputa.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ANTONIO MACHADO DE JESUS FILHO
PRESIDENTE

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:3D86B53F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
7 ADITIVO AO CONTRATO 227/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 131/2022

7º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 227/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E ACESSORIOS DE PRIMEIRA LINHA PARA SEREM UTILIZADOS NA FROTA DE VEÍCULOS DÁS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, N°534, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA** , pessoa jurídica de direito privado com endereço à R MAXIMILIANO VICENTIN, 739 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.080.965/0001-58, neste ato representado por JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.098.389-55, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 227/2022, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº227/2022, fica prorrogado **até 31/12//2024**, constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 10/08/2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA
Juliano Pedroso de Oliveira
035.098.389-55
Contratada

Testemunhas:

JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO
CPF-537.323.089.-87

JESSICA THAUELI BARBOSA
CPF-447+689.039-77

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:50EE948F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
7 ADITIVO AO CONTRATO 188/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Pregão/Eletrônico Nº 048/2023
PROCEDIMENTO LICITATORIO- 142/2023
7º TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS AOS ATENDIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor VALDENEI DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG 2001086-0 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.571.369-91, domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 798, Vila Carolo, Palmital-PR denominada CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA ME**, com endereço à AVENIDA MAXIMILIANO VICENTIN, 1282, 0 em frente a matriz - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no 02.694.444/0001-08 sob nº. 05.457.704/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 1882023, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica reequilibrado o valor do Contrato Administrativo supramencionado, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

NÚMERO DO LOTE	VALOR ATUAL UNITÁRIO DO ITEM	VALOR REEQUILIBRADO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM ATUALIZADO
81 - Manga	**9,99**	**2,46**	**12,45**

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 14/08/2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

Eferson Luciano Ferreira De Almeida ME
EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA,
Contratado(a)

Testemunhas:

LIDIANE SIMIANO	LEDIANE REGINA DE SOUZA
06701765912	05009980940

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C3A70D0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1 ADITIVO AO CONTRATO 215/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 26/2024
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 215/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal sr. **VALDENEI DE SOUZA**.

CONTRATADO: STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA FRANCISCO DELGADO SANCHES, 305 - CEP: 86181130 - BAIRRO: JD VITORIA, Cambé/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº07.248.071/0001-57, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) EDNÉIA DE FÁTIMA CARVALHO, portador do RG nº 4.028.796-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 324.391.569-49 denominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor do Contrato Administrativo n. 215/2024, em R$

54.435,32 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco e trinta e dois centavos). O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Parecer Jurídico e Planilha Orçamentária, descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021.

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 16/08/2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

STEL -Sistemas Elétricos LTDA
EDNÉIA DE FÁTIMA CARVALHO,
Contratado(a)

Testemunhas:

JESSICA THAUELI BARBOSA
CPF-11468903977

JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO
CPF-53732308987

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:04DC1C91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. º 1413/2024

O Prefeito Municipal de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº1113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA n. º 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF NR. º** 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: CONFRATERNIZAÇÃO HOS´PITAL SÃO VICENTE DE PAULA
DATA DE SAÍDA: 29/07/2024
DATA DE RETORNO: 29/07/2024
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA -PR Código do IBGE: 09401

TIPO PADRÃO DE OBJETIVOTCE/PR: OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (uma) PERNOITE: ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO: R$: 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)

PALMITAL, 29 DE JULHO DE 2024.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Aparecida de Souza
Código Identificador:723AED75

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. º 1394/2024

O Prefeito Municipal de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº1113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA n. º 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF NR. º** 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: REUNIÃO CIR E CRESEMS
DATA DE SAÍDA: 26/07/2024
DATA DE RETORNO: 26/07/2024
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA -PR Código do IBGE: 09401

TIPO PADRÃO DE OBJETIVOTCE/PR: OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 (uma) PERNOITE: ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO: R$: 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 175,00 (CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)

PALMITAL, 26 DE JULHO DE 2024.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Aparecida de Souza
Código Identificador:44A5A553

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024

O Prefeito do Município de Palmital, Estado do Paraná, **VALDENEI DE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 02/2024, publicado no Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp) e no Portal da Transparência do Município (http://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-concursos) na data de 21/06/2024, observando-se as vagas previstas no Edital e valendo-se da existência de vagas conforme Leis Municipais, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS** na função de **PROFESSOR,** relacionados no Anexo I deste edital.

Os convocados deverão comparecer, durante o período de **19/08/2024** (data inicial) **a 23/08/2024** (data final) **das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palmital,** para a entrega dos documentos constantes no anexo II deste edital tudo na forma do iten 1.6, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 (Documentação Necessária Para Contratação: original e cópia), 2.7 e 10 (Disposições Finais) do Edital de Abertura do Teste Seletivo 02/2024.

Ficam advertidos os convocados, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação, passando para o final da lista, e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de agosto de 2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024

Cargo: **PROFESSOR**
Classificação: 32º – Nome: LARISSA LOPES DA SILVEIRA – Data Nasc.: 05/01/2002
Classificação: 33º – Nome: LARISSA GHIORZI – Data Nasc.: 21/06/2005
Classificação: 34º – Nome: SANDY CAROLAINE TONIETE VALECO – Data Nasc.: 11/05/1999
Classificação: 35º – Nome: ROSIMARI VAN HANNDEL – Data Nasc.: 03/02/2001

ANEXO I I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024

CARTEIRA DE IDENTIDADE;
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF;
TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;
CARTEIRA DE RESERVISTA OU EQUIVALENTE (SOMENTE PARA OS CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO);
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E DA FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO;
CERTIDÃO DE CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL;
PIS/PASEP (FRENTE E VERSO);
DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR ACÚMULO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, EXCETO OS PREVISTOS EM LEI;
CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO;
COMPROVANTE DE ENDEREÇO;
EXAME ADMISSIONAL;
DEMAIS DOCUMENTOS QUE O MUNICÍPIO VIER A EXIGIR.

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:D4E42769

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA N° 40 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

A Diretora Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, constante do Anexo I, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.463/2015; tendo em vista o contido no Processo Administrativo Nº 40677/2024,
RESOLVE:
I - Conceder a servidora Daniele Ormeneze Janoski ocupante no cargo de Diretora Geral, 04 (quatro) diárias de 204 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando a importância de R$ 3.341,52 (Três Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Dois Centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Brasilia-DF com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto de 2024.
II- A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará de forma presencial no XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.
III – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora Geral

Publicado por:
Daylise da Silva Lameck
Código Identificador:D66B3FDE

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA N° 41 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

A Diretora Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, constante do Anexo I, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.463/2015; tendo em vista o contido no Processo Administrativo Nº 40677/2024,
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor Mateus Figueiredo Reccanello ocupante no cargo de Procurador- Geral interino, 04 (quatro) diárias de 204 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando a importância de R$ 3.341,52 (Três Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Dois Centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Brasilia-DF com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto de 2024.
II- O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará de forma presencial no XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.

III – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora Geral

Publicado por:
Daylise da Silva Lameck
Código Identificador:0B8042D9

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA N° 42 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

. A Diretora Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, constante do Anexo I, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.463/2015; tendo em vista o contido no Processo Administrativo Nº 40677/2024,
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor Tiago Terra Parra de Almeida ocupante no cargo de Presidente da, Comissão de Contratação, 04 (quatro) diárias de 135 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando a importância de R$ 2.211,32 (Dois Mil,Duzentos e Onze Reais e Trinta e Dois Centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Brasilia-DF com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto de 2024.
II- O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará de forma presencial no XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.

III – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora Geral

Publicado por:
Daylise da Silva Lameck
Código Identificador:54974349

FASP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAUDE
PORTARIA Nº 056/2024

"Rescinde o contrato de trabalho temporário, de excepcional interesse público para atendimento da saúde pública municipal e dá outras providências".

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital do Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais de saúde em caráter

excepcional interesse público, em conformidade com as disposições previstas na Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal de Paranaguá, a Lei Complementar n.º 230/2020, que institui a FASP - Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá, o Estatuto Social, o Regimento Interno, a Lei Ordinária Municipal nº 3.863/2019, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e o previsto na Lei Ordinária Municipal nº 3.863 de 07 de novembro de 2019 que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público para atendimento da saúde pública municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º. Rescindir, em razão do fim do prazo contratual proveniente do PSS 002/2023, o contrato de trabalho temporário dos empregados públicos constantes no anexo I desta Portaria, a partir de 31 de agosto de 2024.

Artigo 2º. O pagamento das verbas rescisórias do contrato de trabalho rescindido observará os termos previstos no artigo 14º, e § 2º da Lei Ordinária Municipal nº 3.863 de 07 de novembro de 2019, com a liberação de saldo de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS.

Artigo 3º. A Direção Administrativa e Financeira disponibilizará ao(a) empregado(a) público temporário(a) o teor desta Portaria, comunicando-se para ciência e a necessidade de entrega da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, para as devidas anotações.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º deverão ser disponibilizados na sede administrativa da FASP no prazo de cinco dias úteis.

Artigo 5º. O Departamento de Recursos Humanos deverá providenciar as anotações necessárias, observando-se o disposto no artigo 477, e o §6º da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que o pagamento das verbas rescisórias será efetivado no prazo de 10 (dez) dias.

Artigo 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura.

Cumpra-se e publique-se.

Paranaguá/PR, 16 de agosto de 2024.

JONATHAN RIBEIRO ROZEMBACK
Diretor Geral

Anexo I

Matrícula/Contrato	Nome	Cargo - Descrição
423-1	DANILO APARECIDO DE SOUZA COSTA	CONTADOR

Publicado por:
Cristian Fernandes da Silva
Código Identificador:B0ABD4F2

FASP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAUDE
CONCURSO PÚBLICO 01/2021 EDITAL 313/2021 NÃO COMPARECIMENTO

Dispõe sobre candidatos que não atenderam ao Edital n.º 306/2021, que não compareceram para entrega dos documentos exigidos, do Concurso Público nº 01/2021.

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ/PR – FASP no uso de suas atribuições legais, por meio deste Edital apresenta a relação de candidatos eliminados por não comparecimento para entrega dos documentos exigidos, conforme Edital n.º 306/2021 - Concurso Público nº 001/2021, e de acordo com o Edital nº 01/2021, resolve:

TORNAR PÚBLICO: A lista de candidatos eliminados do Concurso Público nº 001/2021, por:

NÃO COMPARECIMENTO:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
157194	SERGIO RICARDO DE SIQUEIRA JÚNIOR	13

MÉDICO - OFTALMOLOGIA		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
157799	MARIANA TOSATO ZINHER	9

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JONATHAN RIBEIRO ROZEMBACK
Diretor Geral

Publicado por:
Cristian Fernandes da Silva
Código Identificador:89E07F2B

FASP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAUDE
CONCURSO PÚBLICO 01/2021 EDITAL 314/2021
CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2021 do Edital nº 01/2021, e dá outras providências.

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ/PR – FASP no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 230/2019 e considerando o Edital nº 01/2021 de Abertura do Concurso Público e o Edital 12/2021 de Homologação do Resultado Final e Classificação ambos do Concurso Público 01/2021, devidamente divulgados nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br, www.paranagua.pr.gov.br e no do Diário Oficial dos Municípios do Paraná www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar, **CONVOCA,** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no **prazo conforme item 01** deste EDITAL, munidos dos documentos exigidos no Edital n.º 01/2021 e no presente Edital.

DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:

1.1 - Os documentos deverão ser entregues, **nos dias 20 de agosto a 26 de agosto de 2024 das 08h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 16h30min**, na UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO JOÃO PEREIRA – UPA, Av. Roque Vernalha - Estradinha, Paranaguá - PR, 83206-250.

1.2 - Não serão recebidos documentos fora do horário e dia estipulado.

1.3 - Serão eliminados do Concurso Público os candidatos que convocados para apresentarem os documentos não comparecerem à entrega para análise documental ou não comprovarem os requisitos para o emprego público, no momento da convocação, em conformidade com item 3.1 do Edital 01/2021 – Edital de Abertura do Concurso Público 01/2021.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
154908	AHMAD ISMAIL MOHAMAD MOGHARABI	14

TERAPEUTA OCUPACIONAL		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
155967	DAISY ANGECI PEREIRA ALMEIDA	4

DOCUMENTOS EXIGIDOS – ORIGINAIS E CÓPIA:

I - Cédula de Identidade (R.G.) ou protocolo da identidade;
II - Certificado de reservista ou documento correspondente, quando couber.
III - Título de eleitor;
IV - Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
V - Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI – Certidão de registro de nascimento ou casamento;
VII – Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
VIII – Carteira de vacinação dos filhos até 06 (seis) anos;
IX – Comprovante de matrícula escolar dos filhos até 14 (quatorze) anos de idade;
X – Uma fotografia 3x4 recente, tirada de frente;
XI – Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual (Distribuidor Fórum) e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos; devendo ser a via original;
XII – Declaração sobre o exercício de outro Emprego Público, emprego ou função pública, inclusive declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, da administração direta ou indireta, inclusive fundacionais, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, declaração de proventos de inatividade e/ou aposentadoria; devendo ser a via original com firma reconhecida em cartório (anexos I, II e III);
XIII – Número do PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIV – Comprovante de endereço atualizado.
XV - Certidão de regularidade da qualificação cadastral no e-social.
XVI – títulos apresentados.
XVII – Cópia Cartão Nacional de Saúde;
XVIII – Número Conta Corrente ou Poupança;
XIX – Comprovante de Escolaridade e demais requisitos exigidos no anexo I do edital 01/2021, para o exercício do Emprego Público;
XX – Cópia da Carteira de Trabalho e qualificação civil;
XXI – Comprovante Imunização Contra a Covid-19.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA/EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL

O candidato que apresentar a documentação exigida será encaminhado para realização da Avaliação Médica/Exame Médico Pré-Admissional, **com data provável no dia 29 de agosto de 2024** devendo apresentar exames laboratoriais e complementares realizados até trinta (30) dias imediatamente anteriores à data de publicação do Ato de Convocação do candidato, ou seja, do Edital de Convocação para Avaliação Médica/Exame, sendo os exames abaixo citados:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**:**
a.1 – EXAME CLINICO

TERAPEUTA OCUPACIONAL**:**
b.1 - EXAME CLINICO

Em todos os exames deverá constar, além do nome, número do documento de identidade do candidato.
O local e horário da Avaliação Médica/Exame Médico Pré-Admissional serão divulgados através de edital no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.
O candidato que deixar de apresentar os exames laboratoriais e complementares e/ou não comparecer para a avaliação médica será considerado desistente.
Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.
Os exames laboratoriais e complementares serão a expensas do candidato.
A Avaliação Médica/Exame Médico Pré-Admissional terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos, em conformidade com item 16.4.2 do Edital 01/2021.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A data e local para entrega da Carteira de Trabalho e Previdência Social para os devidos registros e assinatura do Contrato de Trabalho, serão informados juntamente com o edital de aptidão.
Não haverá segunda chamada para a entrega dos documentos e/ou para a Avaliação Médica/Exame Médico Pré-Admissional, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática no Concurso Público.
O candidato convocado para a entrega da documentação poderá, a seu critério, solicitar nesta única fase, o reposicionamento para o final da lista classificatória. Por meio de formulário próprio (ANEXO IV) de Requerimento de Reclassificação ao Final da Lista de Aprovados no Concurso Público 01/2021; o qual deverá ser efeituado pessoalmente pelo candidato no prazo do item 1.1 deste Edital.
Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JONATHAN RIBEIRO ROZEMBACK
Diretor Geral

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA O EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO.

Eu,_____,RG n.º _____, CPF n.º _____, **DECLARO**, para fins de nomeação no EMPREGO PÚBLICO DE_____, na Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, **QUE NÃO EXERÇO** e **NÃO ESTOU LICENCIADO** de qualquer cargo, emprego ou função pública na Administração Pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, que seja **inacumulável** com o emprego público supramencionado, em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.
DECLARO, também, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.
DECLARO, ainda, para fins de informação e controle, que, em consonância com o texto constitucional, atuo na seguinte Administração Pública:

Entidade Pública:
Cargo, emprego ou Função:
Admissão: Salário Base:
Carga Horária Semanal:

Entidade Pública:
Cargo, emprego ou Função:
Admissão: Salário Base:
Carga Horária Semanal:

DECLARO, por fim, que tomei conhecimento dos dispositivos constitucionais acima.

Paranaguá, ____de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Nome:_____

Emprego Público:_____CPF:_____

Pelo presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, DECLARO para todos os fins de direito, que:

( ) não possuo bens ou direitos a informar que constem em meu nome ou de meu cônjuge e dependentes.

( ) possuo bens ou direitos a informar que constem em meu nome ou de meu cônjuge e dependentes.

( ) sou isento da declaração de imposto de renda e, considerando minha nomeação em cargo público, apresento meu rol de bens e valores que compõem o meu patrimônio:

Bens imóveis
Número da matrícula:
Endereço:
Valor do bem:

Bens móveis
Veículo:
Placa:
Chassi:
Modelo:

Conta bancária
Banco:
Agência:
Conta corrente:

Me responsabilizo pelas informações prestadas, sendo expressão máxima da verdade.

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA.

Eu, _____,
RG n.º _____, CPF n.º _____, **DECLARO**, para fins de nomeação no EMPREGO PÚBLICO DE _____, na Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, **QUE NÃO PERCEBO** proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com o emprego público supramencionado.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

DECLARO, por fim, que tomei conhecimento de toda a legislação supra referida.

Paranaguá, ____de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO IV
TERMO DE DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____,profissão _____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____ e no RG nº _____ residente e domiciliado(a) à _____, na cidade _____ candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público - Edital nº_____, classificado(a) em _____ lugar para o provimento do cargo de _____ da FASP Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá , conforme resultado final homologado em _____, venho pela presente declarar, por este ato, que renuncio à minha classificação no certame, passando a me posicionar em último lugar na lista dos classificados do cargo para o qual concorri.

Paranaguá-PR, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

Publicado por:
Cristian Fernandes da Silva
Código Identificador:7C7129B1

FASP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAUDE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FASP Nº 001/2024 5° EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O INÍCIO DOS ATOS DE CONTRATAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade, a conveniência e a possibilidade financeira da desta Entidade Pública, dentro do prazo de validade do PSS nº. 001/2024, CONVOCA os candidatos classificados, nos termos do item 11.3 do edital, para submeterem-se a exames de saúde física e mental, bem como de deficiência.

Deverão os candidatos classificados comparecer no seguinte local, data e horário, para apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos estabelecidos para a investidura no emprego público, nos termos do item 9 do edital acima supramencionado:
Local: Av. Roque Vernalha - Estradinha, Paranaguá - PR, 83206-250
Data: 3 dias úteis – 20/08/2024 a 22/08/2024.
Horário: 8h30 às 12h – 14h00 às 16h30.

De acordo com o emprego público existente, segue a classificação:

EMPREGO PÚBLICO: MÉDICO-PSIQUIATRA 1 (UMA) VAGA.

Classificação	**Listagem** (Edital de Resultado Final)	**Nome**
04	CLASSIFICAÇÃO GERAL	DENERVAL ANTONIO NUNES

Os candidatos deverão apresentar os documentos exigidos pelo edital de PSS FASP n.º 01/2024, sendo:

Todos os títulos indicados na inscrição de PSS, nos termos do Anexo I, do edital de PSS FASP n.º 01/2024.
Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio (Anexo I).
Declaração quanto ao exercício ou não, de outro emprego ou função pública, conforme exigência do artigo 13 da Lei n.º 8.429, de 02.06.1992 ou que se enquadra na exceção contida no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal de 1988 (Anexo II).
Declaração de que não percebe proventos de aposentadoria ou que haja cumulação nos termos excetuados pela Constituição Federal (Anexo III).
Declaração de que os documentos conferem com os originais (Anexo IV).
Comprovar estar em pleno gozo dos direitos políticos.
Comprovar estar quites com as obrigações militares e eleitorais.
Ter a idade mínima de dezoito anos completos (completos na data da nomeação).
Comprovar os requisitos constantes nos termos do item 9 do edital de PSS FASP n.º 01/2024, para o emprego público respectivo.
Possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica.

Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual (Distribuidor Fórum) e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos; devendo ser a via original.
Não ter sofrido, no exercício de função pública, a imposição de sanções de natureza cível ou penal, devendo apresentar certidões correspondentes caso seja funcionário público.
Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, parágrafo 1º, da Constituição Federal.
Apresentar 01 (uma) foto 3x4 recente.
Cópia do RG.
Cópia do CPF.
Cópia Título de eleitor.
Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (segundo as funções do PSS que a exigem).
Cópia de comprovante de residência.
Cópia de Certidão Casamento.
Cópia de Certidão de nascimento de filhos.
Cópia Carteira de vacinação dos filhos até 06 (seis) anos
Cópia Número do PIS/PASEP/NIT/NIS.
Cópia Cartão Nacional de Saúde.
Cópia Número Conta Corrente ou Poupança.
Cópia da Carteira de Trabalho e qualificação civil.
Comprovante Imunização Contra a Covid-19.

A convocação observa as disposições quanto à contratação de pessoa com deficiência, afrodescendentes e índios, nos termos da Legislação aplicável, prevista no item 11.10 do edital.

O candidato que por qualquer motivo não se apresentar durante a data acima prevista, **será eliminado do Processo Seletivo Simplificado**, nos termos do item 11.9 do edital, não havendo inclusão em final de lista de classificação, conforme item 11.11 do edital.

Cumprido com todos os requisitos de admissão, os profissionais serão designados para a(s) correlata(a) Unidade(s) de atuação, conforme necessidade pública e disponibilidade dos dias-plantão.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

JONATHAN RIBEIRO ROZEMBACK
Diretor Geral

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Nome: _____

Emprego Público:____ ____ CPF:_____ ____

Pelo presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, DECLARO para todos os fins de direito, que:

( ) não possuo bens ou direitos a informar que constem em meu nome ou de meu cônjuge e dependentes.

( ) possuo bens ou direitos a informar que constem em meu nome ou de meu cônjuge e dependentes.

( ) sou isento da declaração de imposto de renda e, considerando minha nomeação em cargo público, apresento meu rol de bens e valores que compõem o meu patrimônio:

Bens imóveis
Número da matrícula:
Endereço:
Valor do bem:

Bens móveis
Veículo:
Placa:
Chassi:
Modelo:

Conta bancária
Banco:
Agência:
Conta corrente:

Me responsabilizo pelas informações prestadas, sendo expressão máxima da verdade.

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA O EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO.

Eu, _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, **DECLARO**, para fins de nomeação no EMPREGO PÚBLICO DE_____, na Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, **QUE NÃO EXERÇO** e **NÃO ESTOU LICENCIADO** de qualquer cargo, emprego ou função pública na Administração Pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, que seja **inacumulável** com o emprego público supramencionado, em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.

DECLARO, também, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

DECLARO, ainda, para fins de informação e controle, que, em consonância com o texto constitucional, atuo na seguinte Administração Pública:
Entidade Pública:
Cargo, emprego ou Função:
Admissão: Salário Base:
Carga Horária Semanal:

Entidade Pública:
Cargo, emprego ou Função:
Admissão: Salário Base:
Carga Horária Semanal:

DECLARO, por fim, que tomei conhecimento dos dispositivos constitucionais acima.

Paranaguá, ____de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA.

Eu, _____,RG n.º _____, CPF n.º _____, **DECLARO**, para fins de nomeação no EMPREGO PÚBLICO DE_____, na Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, **QUE NÃO PERCEBO**

proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com o emprego público supramencionado.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

DECLARO, por fim, que tomei conhecimento de toda a legislação supra referida.

Paranaguá, ____de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO IV

*apresentar no momento da contratação

.PSS FASP N.º 01/2024

DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS CONFEREM COM OS ORIGINAIS

Nome: .....

RG: ..... CPF: .....

E-mail: .....

Telefone: DDD (.....) .....

Telefone Fixo: DDD (.....) .....

DECLARO para todos os efeitos legais, que todas as fotocópias dos documentos ora apresentados conferem com o original, estando ciente e sob minha inteira responsabilidade, de que em caso de não corresponderem aos originais apresentados, serei eliminado da seleção pública, mesmo após contratação, a partir do momento da ciência do fato pela administração municipal.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local ....., dia ....., mês ....., ano .....

Assinatura do candidato
Apresentar junto com esta declaração, cópia do RG e CPF

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada juntamente com os documentos exigidos para a contratação, nos termos do item 9 do edital.

Publicado por:
Cristian Fernandes da Silva
Código Identificador:0E235415

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 5.515

DECRETO Nº 5.515

"Exonera Valquíria Aparecida Costa do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

VALQUÍRIA APARECIDA COSTA, do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Atendimento lll, símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal de Administração.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSARIO
Secretária Municipal de Administração
-Em Exercício-

Republicado por Incorreção.

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:FF4D42DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 8.725

PORTARIA Nº 8.725

"Determina o arquivamento do processo administrativo."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 27.054/2017,

RESOLVE:

I - Determinar o arquivamento do Processo Administrativo nº 27.054/2017, nos termos do inciso I do § 1º do Art. 179 da Lei Complementar nº 46/2006, instaurado pela Portaria nº 8.438, de 14 de junho de 2024, em virtude da conclusão dos trabalhos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de agosto de 2024.

TAYANE PEREIRA DO ROSARIO

Secretária Municipal de Administração
- Em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:72062354

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 8.726

PORTARIA Nº 8.726

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 50.861/2024,

RESOLVE:

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 50.861/2024, mais especificamente a suposta inassiduidade habitual de servidor, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, V e IX, e incidência nas condutas do Art. 152, incisos I e XV, todos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160,

incisos I, II e III, Art. 165, inciso III e Art. 168, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância os servidores: GISELE CRISTINA DA SILVA, matrícula: 4.278-1, como Presidente; CYNTHIA MARY DE SOUZA THOMAZ, matrícula nº 5.198-1, como Secretária; ADIOLEIDE RODRIGUES ELIAS MACHADO, matrícula nº 7.035-1; LEANDRO LINO ROLIM, matrícula: 9.362-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula: 7.208-1 e KAROLINE ALVES DE LEÃO, matrícula: 6.854-1, como membros.

III - O prazo de finalização do Processo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 16 de agosto de 2024.

TAYANE PEREIRA DO ROSARIO
Secretária Municipal de Administração
-Em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:DB0AF02B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA N° 8.724

PORTARIA Nº 8.724

“Concede diárias ao servidor Everson Fernando Leite de Farias, para atender despesas com viagem.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 45.252/2024,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor EVERSON FERNANDO LEITE DE FARIAS, Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Assuntos Sindicais, matrícula n° 98.333-1, a importância correspondente a 02 (duas) diárias de 204 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 1.670,76 (mil, seiscentos e setenta reais e setenta e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Brasília- DF, com saída no dia 19 de agosto e retorno no dia 21 de agosto da corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do “Reunião com os Presidentes da Confederação Nacional da Estiva - FNE.”

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 16 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração
- em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:840D1ACF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 5.518

DECRETO Nº 5.518

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 35.225,00 (trinta e cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais).”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.374 de 12 de Dezembro de 2023 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 35.225,00 (trinta e cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária: 06.001	Secretaria Municipal de cultura e turismo	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0023.0695.0005.2023	Planejamento, organização, promoção e execução de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento turístico do município. Realizar eventos de maiores expressividade turística no Município de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 35.225,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 35.225,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária: 06.001	Secretaria Municipal de cultura e turismo	
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0023.0695.0005.2023	Planejamento, organização, promoção e execução de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento turístico do município. Realizar eventos de maiores expressividade turística no Município de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3350410000 - Contribuições	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 35.225,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 35.225,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração
-em exercício-

MAURÍCIO DOS PRAZERES COUTINHO
Secretário Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:36F37E9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 8.727

PORTARIA Nº 8.727

“Concede diárias à servidora Vanessa Cristina dos Santos Silva, para atender despesas com viagem.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do

Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 53.884/2024,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, Supervisor de Cadastro, matrícula n° 4.442-1, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 144 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.358,72 (Dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a São Paulo - SP, com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará da "Oficina Prática no Sistema Comprasgov do Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração
- em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:6104B0A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 8.728

PORTARIA Nº 8.728

"Concede diárias à servidora Neuma Beatriz Barcellos Valera, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 53.879/2024,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA, Pregoeira, matrícula n° 10.469-1, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 144 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.358,72 (dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a São Paulo - SP, com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará da "Oficina Prática no Sistema de Comprasgov do Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração
- Em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:59D9DD4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA N° 8.729

PORTARIA Nº 8.729

"Concede diárias à servidora Mônica Efigênio de Araújo, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 53.879/2024,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora MÔNICA EFIGÊNIO DE ARAÚJO, Pregoeira, matrícula n° 6.563-2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 144 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.358,72 (dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a São Paulo- SP, com saída no dia 20 de agosto e retorno no dia 24 de agosto do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará da "Oficina Prática no Sistema de Comprasgov do Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de agosto de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração
-Em Exercício-

Publicado por:
André Luiz Rodrigues Teixeira
Código Identificador:D4E7702A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
REPUBLICAÇÃO - CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL - LPG

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, comunica aos habilitados nos Editais nº 02/2024 e 03/2024 da Lei Paulo Gustavo (LC 195/2022) que, convoca para assinatura dos TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL, devendo os convocados assinar o Termo de Execução Cultural até 3 (três) dias úteis (item 15 do edital) a contar da publicação deste comunicado, das 08:00 às 18:h, dias: 19, 20 e 21 de Agosto, na sede da Secretaria, situada na Avenida Arthur de Abreu, nº 44, Centro, Paranaguá/PR.
A assinatura dos termos será PRESENCIAL no endereço indicado acima, podendo ser ELETRÔNICA caso seja de preferência do agente cultural, para assinatura ELETRÔNICA solicitar através do e-mail: aline.pschera@paranagua.pr.gov.br. Os convocados deverão entregar as certidões negativas no ato da assinatura, sendo certidões municipal, estadual e federal no caso de pessoa física, e certidões municipal, estadual, federal, trabalhista e de regularidade do FGTS em caso de pessoa jurídica (incluindo MEI).
Somente após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá o recurso em conta bancária específica (informado por cada proponente na fase de habilitação) aberta para o recebimento dos recursos do Edital (item 15) para então iniciar a execução do projeto de acordo com o prazo de vigência estipulado no termo.

Para quaisquer outras informações os proponentes podem acompanhar através do link https://www.paranagua.pr.gov.br/lic.php e no Diário Oficial dos Municípios.

Paranaguá, 16 de agosto de 2024.

MARIA ANGELA PLAHTYN TORRES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo
Prefeitura Municipal de Paranaguá

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:24B0D0EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
AVISO DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024 PROCESSO Nº 40.683/2024

OBJETO: Aquisição de Kits Natalidade, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **I.D. 1053231**
TIPO: Menor Preço
DATA DA ABERTURA: 30/08/2024 – **HORÁRIO:** 09:00 horas
VALOR ESTIMADO: R$ 429.230,00 (Quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos e trinta reais).
ENDEREÇOS: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), licitacoes-e2.bb.com.br (Novo licitações-e) e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nº 4319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1810.

PARANAGUÁ, 16 DE AGOSTO DE 2024.

JEAN ANDRÉ NASCIMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:79E529EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2024

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-ESTUDO E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-INP LTDA - CNPJ Nº 10.498.974/0001-09.

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento e Aperfeiçoamento, para Capacitação de Servidores Públicos Municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: **OFICINA PRÁTICA NO SISTEMA COMPRASGOV DO PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA"**, para capacitação dos servidores públicos e treinamento da oficina prática no sistema da plataforma, proporcionando uma visão prática do dia-a-dia de quem trabalha na área. Serão realizadas simulações na plataforma, detalhando os procedimentos desde o cadastramento até a homologação de um pregão e concorrência eletrônica, incluindo o processo de Dispensa Eletrônica". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 48.826/2024, em atendimento das Secretarias Municipais.

Processo Administrativo nº: 48.826/2024

Valor da Contratação: R$ 8.970,00 (Oito mil, novecentos e setenta reais)

Dotação orçamentária:
08.001.2040.004.0122.002.3.339.039.4800.1000
20.002.2201.006.0181.023.3.339.039.4800.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 16/08/2024

TAYANE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração (Interina)

LEÔNIDAS MARTINS JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:BD056A8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 058/2024

O Sr Secretário Municipal de Segurança e a Secretária Municipal de Administração - Interina de Paranaguá-Pr, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V EM:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 058/2024, que tem por objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento e Aperfeiçoamento, para Capacitação de Servidores Públicos Municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: **OFICINA PRÁTICA NO SISTEMA COMPRASGOV DO PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA"**, para capacitação dos servidores públicos e treinamento da oficina prática no sistema da plataforma, proporcionando uma visão prática do dia-a-dia de quem trabalha na área. Serão realizadas simulações na plataforma, detalhando os procedimentos desde o cadastramento até a homologação de um pregão e concorrência eletrônica, incluindo o processo de Dispensa Eletrônica". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 48.826/2024, em atendimento das Secretarias Municipais.
II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada**: INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-ESTUDO E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-INP LTDA - CNPJ Nº** 10.498.974/0001-09.
III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 16 de Agosto de 2024.

TAYNE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração (Interina)

LEÔNIDAS MARTINS JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:CC188C70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2024

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 058/2024, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

Em consequência homologo o presente procedimento.

PARANAGUÁ, 16 de Agosto de 2024.

TAYNE PEREIRA DO ROSÁRIO
Secretária Municipal de Administração (Interina)

LEÔNIDAS MARTINS JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:C436D313

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 06/2024- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI

ATA 06/2024- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	
Data:	**31/07/2024**
Local:	Secretaria Municipal de Assistência Social
Membros do CMAS:	Emilyn Oliveira – ASVP Tânia Cardozo – Anos Dourados Heliane Borba – SEMEDI Suely Puelli – RFCC Dilson Kleinhans – Ass. Monte Sião Karen Kleinhans – Ass. Monte Sião Lucas Zela – SMGI Louise Assumpção – Lar Perseverança Sueli Santos – Santuário do Rocio
Membros do CMAS Ausentes:	
Convidados e Demais Presentes:	
Dados da Reunião:	
Dirigida por:	Emilyn Teixeira de Oliveira
Assunto/pauta:	•Apresentação Ass. Monte Sião •Termo de Ajuste de Conduta 66/2023 no valor de R$60.000,00 •Assuntos Gerais
Descrição:	
PAUTA 1)	•Foi apresentado a Associação Monte Sião. O Dilson, fundador da associação, apresentou o trabalho que é feito com os idosos em conjunto com a Secretária Municipal do Esporte há 5 anos.
PAUTA 2)	•Foi solicitado ao colegiado a apresentação de três possibilidades de aplicação dos recursos advindos do Termo de Ajuste de Conduta. Com unanimidade foi apresentado: 1ª Financiar projetos que já estão aprovados pelo CMDPI e constam no banco de projetos. 2ª Compra de produtos de higiene para as entidades. 3ª Contratação de uma equipe multidisciplinar no período de 3 meses para acompanhamento e apoio a Rede do Câncer.
PAUTA 3)	•A Presidente Emilyn, convidou a todos para o evento ‘’entrega da sala de fisioterapia e van adaptada’’ do Asilo São Vicente de Paulo que acontecerá no dia 01/08/2024.
ASSINATURA MEMBROS DO CMAS OU DA MESA DIRETIVA:	

Publicado por:
Camila Vanhoni Dos Santos
Código Identificador:B7D9F4CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao inciso I, do parágrafo primeiro, do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal **CONVOCA** os Senhores Vereadores e **CONVIDA** as autoridades constituídas e os munícipes a participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a ser realizada no dia **19** de **agosto** de **2024**, às **19:00** horas, no recinto do Plenário desta Casa de Leis**,** para discussão do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 062/2024, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para 2025 e dá outras providências.

Câmara Municipal de Paranavaí, PR, Em 08 de agosto de 2024.

LUÍS PAULO MENDONÇA HURTADO
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:D24C8C74

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

29ª Reunião Ordinária – 19 de agosto de 2024 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 072/2024, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a concessão de uso e a autorização para a posterior alienação de imóvel que especifica. **Em segunda discussão, com mensagem aditiva.**

PROJETO DE LEI Nº 082/2024, do **Prefeito Municipal**, que autoriza a alienação de bem imóvel do Município de Paranavaí em favor da empresa COACIPAR – COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO PARANÁ. **Em segunda discussão, com mensagem aditiva.**

PROJETO DE LEI Nº 088/2024, do **Prefeito Municipal**, que altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.340/2008, que cria o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 089/2024, do **Prefeito Municipal**, que altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.796/2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Professores da Rede Pública Municipal de Educação de Paranavaí. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 056/2024, de autoria do Vereador **Josival Moreira**, que denomina de Rua **LUIZ RIBEIRO** a Rua Projetada 06, do Jardim Olímpico. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 090/2024, do **Prefeito Municipal**, que autoriza a alienação de bens imóveis do Município de Paranavaí em favor das empresas **M.G VEDAÇÕES EIRELLI, e NIVALDO MUNDIM JUNIOR EIRELLI – ME**. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 092/2024, do **Prefeito Municipal**, que promove adequação orçamentária no âmbito do Município de Paranavaí, e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento anual de 2024, no valor de R$ 2.610.000,00 (dois milhões seiscentos e dez mil reais), na forma que especifica. **Em primeira discussão.**

LUÍS PAULO MENDONÇA HURTADO
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:D42188EC

CAMARA MUNICIPAL
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2020

Processo: Pregão Presencial 0006/2020.
VIGÊNCIA: 09/09/2024 a 09/09/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ – ESTADO DO PARANÁ, E A EMPRESA MIGUEL GARCIA SANTANA AR CONDICIONADO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL, E MANUTENÇÃO CORRETIVA CONFORME DEMANDA, DE TODOS OS CONDICIONADORES E CORTINAS DE AR, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, MEDIANTE A ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE UM PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC).

Os Contratantes tem entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato Nº006/2020, sujeitando-se as partes a

normas disciplinadas da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Bahia, 208 - inscrita no CNPJ/MF nº 76.716.109/0001-91, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Luís Paulo Mendonça Hurtado, em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da cédula de identidade RG nº 10715681-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.258.989- 09.
CONTRATADA: Miguel Garcia Santana ar Condicionado, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 21.688.666/0001-54, com sede na rua Pioneiro Jose do Nascimento Giraldes nº 50, Parque Morumbi, na cidade de Paranavaí/PR, neste ato representada pelo Sr. Miguel Garcia Santana, casado, residente e domiciliado em Paranavaí/PR, inscrito no RG 248471e CPF/MF sob o nº 290.326.442-20.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva semestral, e manutenção corretiva conforme demanda, de todos os condicionadores e cortinas de ar, com fornecimento de peças necessárias para a execução dos serviços, mediante a elaboração, implantação e execução de um Plano de manutenção, Operação e Controle (PMOC), pelo período de 12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e cláusula oitava do contrato, as partes, amigavelmente, valendo-se das prerrogativas legais, prorrogam o prazo do contrato firmado por mais 12 (doze) meses, de 09/09/2024 A 09/09/2025.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR: O valor global deste aditamento é de R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais), de acordo com a proposta comercial recebida da empresa contratada.
CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Os pagamentos do objeto da contratação serão efetuados em até 10 (dez) dias da execução e recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da nota fiscal, emitida com o CNPJ da Contratada, contendo, de forma discriminada os serviços e valores.
4.1 A contratada deverá apresentar junto com a nota fiscal;

a.) Certidão Negativa Conjunta de Débitos e Tributos Federais;
b.) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante;
c.) Prova de regularidade relativa à seguridade social – Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, ou conjunta, na forma da Lei;
d.) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF;
e.) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
4.2 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4.3 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação
CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas, constantes do orçamento, conforme a dotação orçamentária: 01.001.01.2010.3.3.90.39.17.00 – Outro Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.
CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: O presente aditamento entra em vigor na data de 09 de setembro do corrente ano, passando a ser parte integrante da avença de contratação, ratificando em seu todo as demais cláusulas e condições do referido contrato, que continuam em pleno vigor.
Assim, por estarem justas e contratadas, as partes obrigam-se a cumprir fielmente este contrato, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que o mesmo surta seus efeitos legais e jurídicos.

Paranavaí-PR,15 de agosto de 2024

LUIS PAULO MENDONÇA HURTADO
Câmara Municipal de Paranavaí
CNPJ: 76.716.109/0001-91
Contratante

MIGUEL GARCIA SANTANA
Miguel Garcia Santana Ar Condicionado
CNPJ 21.688.666/0001 – 54
Contratada

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:44B10695

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 90-24

PORTARIA Nº 090/2024

A Diretora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Nair Maria Vichietti Dinis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais dos Contratos referente ao Processo Licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, SUPORTE E HOSPEDAGEM DO SOFTWARE WEB DE CREDENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PORTAL WEBSITE E CONTAS DE EMAIL,**nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
HENRIQUE SILVA BONETTI	FISCAL	Nº396-1
FABIO TORREZAN DE SOUZA	SUPLENTE	Nº 416-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 16de Agosto de 2024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Diretora Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:1F03C6F1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO DE EDITAL DE PRE QUALIFICAÇÃO

PROCESSO DIGITAL Nº 2669/2024
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024

Levamos ao conhecimento dos interessados, que o **Consórcio Intermunicipal de Saúde/Amunpar**realizará **CHAMADA PÚBLICA 05/2024 - PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA REGISTRO CADASTRAL DE PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM SAÚDE,** designada pela Portaria Nº85/2024, emconformidade com a Lei14.133/2021,CF98, Lei Federal nº. 11.107/05, Resolução da Presidência nº 25/2023,Parecer Jurídico e demais disposições contidas em leis especiais e regulamentares aplicáveis, torna público.

Para fins de envio dos documentos a proponente deverá primeiramente solicitar acesso eletrônico por meio do Portal do Cidadão. Para isso énecessário acessar o site: www.consorciodesaude.com.br, clicar no link: “Solicitar Acesso” em seguida escolher a finalidade do acesso: Serviços do Portal do Cidadão. Preencher os dados e anexar os documentos: RG, CPF e comprovante de residência do responsável. Qualquer dúvida, seguir o

Tutorial de Solicitação de Acesso disponível no site. Somente após liberado acesso a proponente conseguirá realizar seu protocolo online conforme subitem 4 do item 5 do edital.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024-
EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM SAÚDE
INTERESSADO:
ÁREA DE ATUAÇÃO:

2. O objeto do presente Edital é receber inscrições de empresas prestadora de serviçosda área da Saúde para a composição do registro cadastral de fornecedores do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMUNPAR, para efeito de habilitaçãonos processos de Credenciamento de Serviços em Saúde que serão publicados a partir de 01/10/2024.

3. A documentação e as orientações para certificaçãoserem credenciados estão estipulados no Edital.

4. O Edital completo, bem como outras informações poderão ser solicitados junto à Comissão Permanente de Licitação do **Consórcio Intermunicipal de Saúde/Amunpar**, Rua Marechal Cândido Rondon, 645, Centro, Paranavaí – PR ou na página eletrônica www.consorciodesaude.com.br, ou pelos telefones (44) 3421-5180, 3421-5174e/ou 3421-5183, email: credenciamento@consorciodesaude.com.br.

Paranavaí,16 de agosto de 2024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Direção Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:A26E0434

CONTROLADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 856/2024

Determina a abertura de processo administrativo em face da empresa ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI.

A Comissão Permanente para Processos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Decreto Municipal nº 26.352/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo nº 02/2024 em face da empresa ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI., para apuração do cometimento de infrações às cláusulas do edital de licitação Concorrência nº 004/2022 e Contrato de Empreitada Global nº 027/2022, referente a execução da pavimentação com blocos intertravados e concreto, espessura 8 cm, na estrada Cristo Rei, na forma do previsto na Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 26.352/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

LEANDRO ZANCO BIANCO
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

VIVIANE CRISTINA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Ligia Alves da Silva Aguiar
Código Identificador:4324D0E7

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO - DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até16/09/2024.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAW1E89	277490NIC0035778	09/07/2024	50020
AKE2319	277490NIC0035779	09/07/2024	50020
AVD8G03	277490A000184825	14/07/2024	60412
BAK4092	277490A000184824	14/07/2024	70561
BCY8A33	277490A000203542	29/07/2024	55680
BDN6J87	277490A000207084	30/07/2024	76331
CKO8745	277490A000184826	14/07/2024	51930
RHO6D02	277490NIC0035781	09/07/2024	50020
RYR6J65	277490NIC0035780	09/07/2024	50020
SEG1J09	277490NIC0035782	09/07/2024	50020
SEI2D18	277490A000203543	29/07/2024	76251
SES1F14	277490NIC0035783	09/07/2024	50020

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:0C1A427E

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 032/2022

5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 032/2022 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÂO, QUE TEM POR OBJETO ALTERAÇÃO DO PLANO.

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**ede outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazendasob o nº **76.136.589/0001,**com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Rua: AVENIDA GUANABARA Nº 371 – Jardim Morumbi**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is)**EVELYN DOS SANTOS BARÃO,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, referente ao Termo de Colaboração nº032/2022 com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 01/2022**e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

OS PARCEIROS celebram este termo aditivo, com fundamento no artigo 55, *caput*, da Lei n. 13.019/2014 e artigo 55, do Decreto Municipal nº22.889/2021e estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do termo de Colaboração nº 032/2022, no valor de R$ **3.405.256,49**(Três milhões quatrocentos e cinco mil, duzentos e

cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO
1.1 VALOR CONCEDENTE: R$ 3.405.256,49.

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 359.246,51**
1.1	Material de Expediente	R$ 150,000,00
1.2	Material de Limpeza	R$ 89.246,51
1.3	Uniformes tecidos e aviamentos	R$ 120,000,00
1.4	Combustível	R$ 0,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 173,000,00**
2.1	Serviços de energia elétrica	R$ 35.000,00
2.2	Serviços de água e esgoto	R$ 35.000,00
2.3	Serviços de telecomunicação	R$ 8,000,00
2.4	Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 42.000,00
2.5	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R$ 33.000,00
2.6	Manutenção de Veículos	R$ 10,000,00
2.7	Serviço de Limpeza e Conservação	R$ 10.000,00
3	**MATERIAL PERMANENTE**	**R$ 328,301,68**
3.1	Equipamentos e processamentos de dados	R$ 37.000,00
3.2	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R$ 161,100,00
3.3	Mobiliário em geral	R$ 130,201,68
4	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 742.904,27**
4.1	Vencimentos e salários	R$ 416.792,26
4.2	13° Salário	R$ 34.609,61
4.3	INSS	R$ 38.690,21
4.4	FGTS	R$ 34.408,92
4.5	IRRF	R$ 2.063,52
4.6	Férias	R$ 20.869,87
4.6	Rescisão de contrato	R$ 21.000,00
4.7	Gratificação salarial	R$ 638,68
4.8	Vale Alimentação	R$ 173.831,20
5	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	**R$ 1,566,804,03**
6	**EQUIPAMENTOS ENÉRGETICO E ELÉTRICO**	**R$ 235,000,00**
TOTAL DE DESPESAS		**R$ 3.405,256,49**

7. RESUMO DO PLANO DE APLICAÇÃO

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 229.246,51
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 218.000,00
3	Material Permanente	R$ 553.301,68
4	Pessoal e encargos	R$ 742.904,27
5	Obras e instalações	R$ 1.266.804,03
6	Equipamentos energético e elétrico	R$ 395.000,00
TOTAL DE DESPESAS		R$ 3.405.256,49

CLÁUSULA SEGUNDA– DO FUNDAMENTO LEGAL
Este Termo Aditivo tem por fundamento o artigo 55, *caput*, da Lei n. 13.019/2014 e art.55, do Decreto Municipal nº22.889/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração nº032/2022, original. O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 21/09/2022 à 31/12/2024.

Paranavaí, 15 de agosto de 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito em Exercício

CARLOS ALBERTO VIEIRA	*LUCIANO GONÇALVES DE LIMA*
Controlador Geral do Município	Secretário Municipal de Educação
Decreto Municipal nº18.093/2017	Decreto Municipal nº26.315/2024

EVELYN DOS SANTOS BAARÃO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:5DE13779

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº. 26.609/2024

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de servidor do cargo efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº. 46462/2024, no qual o servidor solicita exoneração do cargo de Agente Administrativo.*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. lº A **exoneração,** a pedido, do servidor **GUILHERME AMORIM SILVEIRA,** Matrícula nº. 10268-1, nomeado pelo Decreto Municipal nº.21.003/2020, no cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A exoneração, a pedido, do servidor citado no *caput*, dar-se-á a partir de 19 de agosto de 2024, conforme requerimento protocolado sob n°. 46462/2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

PEDRO BARALDI
Chefe do Poder Executivo em Exercício

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:FA3581DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2.024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2.024

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de agosto de 2024.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob nº 08.518.587/0001-37, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, Srª. **ANDREIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 8.434.594-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF 042.081.609-77, residente e domiciliada em Paranavaí-PR, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **CAPUCHO & CAPUCHO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.544.441/0001-48, estabelecida à rua Joao Batista Machado, 350, Jardim Curitiba, CEP: 87701-300, Paranavaí-PR, neste ato representada pela Sócia Srª **ANDREIA PSZYBYLSKI CAPUCHO**, brasileira, casada no regime da comunhão parcial de bens, empresária, nascida aos 11/07/1981 em Mandaguari-PR, residente e domiciliada em Paranavaí-PR, na Rua Rafael Bruno, 63, Jardim Nakamura, CEP: 87701-040, portadora da cédula de identidade civil RG Nº 7627120-8/SSP-PR, expedida em 18/01/2016, CPF/MF Nº 007807369-3, doravante denominada **contratada** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente é a Contratação de empresa para prestação de Serviço de Psicologia e/ou Psicopedagogia para a execução da Terapia Applied Behavior Analysis - ABA, para atendimento dos mandados judiciais através da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí, cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

FONTE DE RECURSOS: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s): 4.1.2242.3339039503000000000 274

VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor total de **R$ 25.392,00 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais),** incluídos os tributos incidentes sobre a transação, e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável, havendo interesse das partes, por igual período, ou conforme prazo estipulado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

ANDREIA PSZYBYLSKI CAPUCHO
Capucho & Capucho LTDA
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:EF9BE00B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2.024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2.024

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de agosto de 2024.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob nº 08.518.587/0001-37, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, Srª. **ANDREIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 8.434.594-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF 042.081.609-77, residente e domiciliada em Paranavaí-PR, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **CLINICA RADIOLÓGICA DE PARANAVAI LTDA,** com sede à Rua Luiz Spigolon,1830, centro, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, CNPJ nº 77.430.015/0001-14, clinicaradio.2017@gmail.com , doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio administrador **Sr VANDERLI TIVERON**, brasileiro, casado, médico radiologista, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.120.413.9 SSP – SP e CPF nº 058.505.698.63, resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato Contratação de Empresa especializada para a realização de exames radiológicos (Tomografias), destinados aos pacientes atendidos na UPA24H, na urgência e emergência, cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

FONTE DE RECURSOS: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
4.1.2236.3339039509900000000.250
4.1.2243.3339039509900000000.329
4.1.2243.3339039509900000000.352

VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R$ 1.266.700,00 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil e setecentos reais)**, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável, havendo interesse das partes, por igual período, ou conforme prazo estipulado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

VANDERLI TIVERON
Clinica Radiológica de Paranavai LTDA
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:639B8D2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 072/2020 - REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 072/2020
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR)
(PROCESSO DIGITAL Nº 46714/2024)

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

4º (Quarto) Termo Aditivo do CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 072/2020 para instalação do DEPÓSITO DE MATERIAIS DA DIRETORIA ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, que entre si celebram WALTER FERREIRA DE JESUS e o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, na forma abaixo:

LOCADOR: WALTER FERREIRA DE JESUS, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, inscrito no **CPF sob nº 883.865.469-72** e portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.028.746-5 SESP/PR, residente e domiciliado na Alameda Dr. Carlos Carvalho, nº 2523, Bairro Batel, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no **CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81**, neste ato devidamente representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano **Sr. AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 23.174/2021, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 1.326.708-1 e inscrito no CPF sob nº 424.473.649-20 e pela Ilma. Diretora Especial de Compras **Sra. NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí – PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8795443-9 PR e inscrita no CPF sob nº 045.697.729-51, conforme delegação do Decreto Municipal nº 20.867/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA JOSÉ FELIPE TEQUINA, S/N (QUADRA 77, LOTE 01), JARDIM DAS NAÇÕES I, PARA INSTALAÇÃO DO DEPÓSITO DE MATERIAIS DA DIRETORIA ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** (Quadra 77, Lote 01, conforme BCI do imóvel 38300) – barracão com 328m2, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, tudo em conformidade com os documentos que instruem a **Dispensa de Licitação sob nº 016/2020,** no valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Locação nº 072/2020**, **1º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e reajuste de valor)**, **2º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo, reajuste de valor e alteração de cláusula contratual)** e **3º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e reajuste de valor)** de: **R$**

37.094,64 (trinta e sete mil, noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), a ser pago pelo LOCATÁRIO em **12 (doze) parcelas mensais**, iguais e consecutivas de **R$ 3.091,22 (três mil, noventa e um reais e vinte e dois centavos)**.

§ 1º - O LOCATÁRIO utilizará o referido imóvel para instalar o **DEPÓSITO DE MATERIAIS DA DIRETORIA ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

§ 2º - O LOCATÁRIO recebe o imóvel nas condições descritas no termo de vistoria realizado em data de 07/08/2024, comprometendo-se a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu. As adaptações de que o prédio necessitar, para a instalação dos serviços administrativos do locatário, no transcorrer do contrato, efetuadas pelo locatário, ficará agregado ao imóvel, sem nenhum tipo de indenização.

§ 3º - Não constitui estrago, em relação ao imóvel, o desgaste natural oriundo do uso regular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 072/2020 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **18 de Agosto de 2.025**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Locação de Imóvel nº 072/2020, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 025/2024; a manifestação favorável exarada pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis através do Memorando nº 013/2024 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Através do presente Termo Aditivo, em conformidade com o parágrafo segundo da cláusula quarta do Contrato Original, as partes resolvem reajustar o valor do aluguel, a partir de 18 de Agosto de 2024, no percentual de **4,060953%** referente à variação do INPC/IBGE no período de Agosto/2023 a Agosto/2024, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

§ 1º - Com o reajuste firmado através deste termo aditivo o valor mensal do aluguel passará a ser de **R$ 3.216,75 (três mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)**, totalizando para este período de 12 (doze) meses o valor total de **R$ 38.601,00 (trinta e oito mil, seiscentos e um reais)**.

§ 2º - O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:
08.001.25.751.0011.2095 – 3.3390.36.15 – REF 1373 (Outros Serviços de Terceiros - PF – Locação de Imóveis).

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 072/2020), datado de 18 de Agosto de 2020.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Locatário

WALTER FERREIRA DE JESUS
C.p.f Nº 883.865.469-72
Locador

FÁBIO HAVRO DE SÁ
Fiscal do Contrato

NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Dayane Geracina Barbosa Santarosa
Código Identificador:86743F3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVÊNIO Nº 01/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Paranavaí**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF n.º08518587/0001-37, com sede à Rua Paraíba, 1561, Centro, nesta cidade de Paranavaí - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Carlos Henrique Rossato Gomes, portador da cédula de identidade RG n.º7272634-0 PR e do CPF n.º047.428.849-81, residente e domiciliado em R: Altino da Silva Azeredo nº496, Jd. Alvorada do Sul, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Aquiles Takeda Filho,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 8598364-4 SESP-PR, do CPF nº 065.015.569-61, residente e domiciliado na Rua Padre Josefinos, 426**,** em Marilândia do Sul (PR) – CEP 86825-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no **valor** de R$ 2.072.658,88, este valor será repassado **em quatro parcelas** de R$ 518.164,72, as quais deverão ser depositadas em conta corrente específica do Banco do Brasil, até o dia 5 (cinco) dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, sendo a primeira parcela em setembro/2024 e a última em junho/2025, conforme plano de aplicação em anexo, podendo ser alterado através de Termo Aditivo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, **exclusivamente na rede SUS**, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º04.01.10.303.0006.2.342, elemento de despesa – 3372.32, Fonte: 1000 – RECURSOS LIVRES.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 1(um) ano.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Paranavaí, 12 de agosto de 2024.

Prefeito Municipal Presidente do Conselho
Deliberativo Do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 -.....

2 -.....

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:BA65B117

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 170 /2024

Pato Branco, 16 de agosto de 2024.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados, com fulcro nos artigos 339 e 340, do Código Tributário Municipal, INTIMADOS, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentem à Divisão de Fiscalização, na rua Caramuru, 271, Centro, Pato Branco/PR, a documentação abaixo descrita, sob pena de multa de cinco unidades fiscais do município e possível arbitramento da receita bruta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "a", das Outras Infrações e art. 297, ambos da Lei Complementar n° 001/98.

CADASTRO MUNICIPAL	CNPJ	DOCUMENTOS FISCAIS
809905-0	37.120.620/0001-74	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício Período da Documentação: Maio de 2020 a Janeiro de 2024
819105-0	47.803.170/0001-78	Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício Período da documentação: Setembro de 2022 a dezembro de 2023

DANIELA PAGNONCELLI MORAWSKI
Fiscal de Tributos

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:9B4A76D1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 109/2024. PREGÃO ELETRONICO N° 31/2024. PROCESSO N°61/2024

PARTES: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, CNPJ Nº 76.995.448/0001-54 e ***Vikings Licitações, Serviços e Transportes Ltda,*** inscrita no CNPJ nº 54.629.549/0001-79. OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo van, 0 (zero) km, com 16 (dezesseis) lugares, destinado para a Divisão de Vigilância Epidemiologica, em atendimento a emendas impositivas destinadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. DOTAÇÃO: 1832-13714; 1833-13715; 1852-13722. VALOR TOTAL: R$ 266.899,00 VI**GÊNCIA:** 6 (seis) meses. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 15 de agosto de 2024.

MARCELO CORDEIRO –
Representante Legal.

ROBSON CANTU –
Prefeito.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:CE7E1DA1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024 Nº DA COMPRA: 90047/2024

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de novas Máquinas e Equipamentos Rodoviários: Lote 1 – Retroescavadeira; Lote 2 - Minicarregadeira, com recursos provenientes do Contrato de Financiamento nº 4369/2022, celebrado entre a Agência Fomento Paraná S.A e o Município de Pato Branco por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas - SEDU, e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 981.566,33.
DATA DE ABERTURA: 05 de setembro de 2024, às 09h00min, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – https://www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br.

THAIS LOVE.
Pregoeira –

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:02197619

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE ERRATA 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024 Nº DA COMPRA: 90040/2024

O Município de Pato Branco, ***UASG 450996,*** através da Pregoeira ***Thais Love,*** designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 587/2024, torna público aos interessados no processo de Pregão Eletrônico nº 40/2024, que tem por objeto Implantação de Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza**, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal, que: considerando a interposição de impugnação de algumas empresas; considerando a manifestação do Setor de Planejamento e Contratações, por meio do despacho nº 21-9.762/2024, ficam alterados os seguintes itens do Edital: 4.1 - acrescida a palavra "úteis"; item 7.3 da Apresentação da Ficha Técnica e Registro do Produto e o item 8.5.5 "I".
Diante da alteração, a Sessão Pública de Pregão Eletrônico fica transferida para o dia **09 DE SETEMBRO DE 2024, ÀS 09 (NOVE) HORAS**, acessando exclusivamente por meio eletrônico - https://www.gov.br/compras/pt-br, horário oficial de Brasília - DF. As demais condições editalícias permanecem inalteradas.
Considerando as alterações informadas, o edital passa a viger nos termos do Edital retificado disponível nos sites www.patobranco.pr.gov.br / https://www.gov.br/compras/pt-br/. O Edital Retificado e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites supramencionados. Demais informações, fones: (46) 3220-1534, e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br.

THAIS LOVE.
Pregoeira

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:F63CD84D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - PROCESSO Nº 125/2024 - ATA DE RECEBIMENTO DE ENVELOPES

Ata de Sessão Pública de Recebimento dos Envelopes e Abertura dos Envelopes contendo os Projetos
Aos 16 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 13h45m (treze horas e quarenta e cinco minutos), na Sala de Abertura de Licitações, no Edifício da Prefeitura Municipal, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção, designados pela Portaria nº 690/2022 e 661/2024 que subscrevem a presente Ata, para promover o recebimento dos envelopes contendo os Projetos e os Documentos de Habilitação, referente ao Edital de Chamamento Público nº 01/2024, que tem por objeto, a seleção de propostas, para celebração de parceria com a Administração Pública, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDDCA, através da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, com recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, conforme deliberação do CMDDCA. Assim, apresentaram projetos nos envelopes de nº 01 as seguintes proponentes: ***Associação Atlética Primeira Camisa,*** inscrita no CNPJ nº 43.752.974/0001-34; ***Associação Basquetebol Arte de Pato Branco***, inscrita no CNPJ nº 03.061.958/0001-80; ***Associação Colosso da Baixada,*** inscrita no CNPJ nº 09.235.596/0001-83; ***Associação de Handebol de Pato Branco – AHPB,*** inscrita no CNPJ nº 33.009.791/0001-70; ***Associação de Voleibol de Pato Branco***, inscrita no CNPJ nº 19.810.579/0001-86; ***Associação dos Teninstas de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 42.319.181/0001-63; ***Associação Iguais nas Diferenças – DIA***, inscrita no CNPJ 95.585.329/0001-78; ***Associação Patobranquense de Futsal Feminino,*** inscrita no CNPJ nº 19.287.097/0001-93; ***Associação Silva Taekwondo***, inscrita no CNPJ 22.111.758/0001-30; ***Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná,*** inscrita no CNPJ nº 76.610.591/0028-09; **Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudades,** inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37; **Fundação Pato-Branquense Do Bem Estar – Fundabem,** inscrita no CNPJ 77.013.506/0001-60; ***GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional***, inscrita no CNPJ nº 05.653.393/0001-56; ***Instituto Cultural Educar para a Vida – ICEV,*** inscrita no CNPJ nº 37.555.339/0001-64; ***Instituto Jojoca de Beneficência***, inscrita no CNPJ nº 48.690.043/0001-72; ***Instituto Policlinica PB,*** inscrita no CNPJ nº 12.651.010-0001-76*;* ***Instituto Theóphilo Petrycoski,*** inscrita no CNPJ nº 13.470.735/0001-20; ***ISSAL – Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 08.092.615-0001-05; ***Remanso da Pedreira - REMAP***, inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20. Assim, a Comissão de Seleção especialmente designada para esse fim abriu e rubricou todos os projetos apresentados. Conforme Item 13.2.1 do Edital a sessão foi suspensa para posterior análise e julgamento dos mesmos, segundo os critérios estabelecidos no Edital, devidamente fundamentando em relatório técnico. Em atendimento ao edital a Comissão de Seleção, fará a publicação da listagem contendo o Nome/CNPJ de todas as organizações da sociedade civil que apresentaram projetos, no site oficial do Município de Pato Branco e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná. Após a emissão de Relatório Técnico pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, será marcada nova data para a abertura dos envelopes de habilitação dos proponentes classificadas, ocasião em que será verificada a conformidade dos documentos de habilitação conforme requisitos exigidos no item 11 do Edital. Assim, o deu-se por suspensa a sessão para análise e emissão do relatório técnico dos projetos apresentados, os envelopes nº 02 foram rubricados no lacre pelos presentes e permanecerão inviolados em poder da Comissão de Seleção, para posterior abertura. Nada mais havendo a tratar, foi redigida a presente ata, que depois de lida e aprovada, segue assinada pelos participantes do ato.

COMISSÃO DE SELEÇÃO - PORTARIA Nº 690/2022 E 661/2024

MARIA INES BALBINOTTI -
Presidente

ANUSKA MARIA DE SÁ GUDOSKI –
Vice- Presidente

FRANCIELE SABRINA PUNDRICH FERREIRA -
Membro

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:5C32262A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024 Nº DA COMPRA: 90046/2024

OBJETO: Implantação de registro de preços para futura, eventual e fracionada aquisição de materiais diversos para paisagismo, insumos, mudas de flores, frutíferas, folhagens, árvores e gramíneas, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Agricultura, Educação e Cultura e Meio Ambiente.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 4.445.303,63.
DATA DE ABERTURA: 05 de setembro de 2024, às 09h00min, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – https://www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO.
Pregoeira

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:CAC2EEC1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – ADMISSÕES JULHO/2024

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – ADMISSÕES JULHO/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
CNPJ: 76.995.448/0001-54
SEDE ADMINISTRATIVA: RUA CARAMURU Nº. 271 - CENTRO
PRAZO DETERMINADO: 01 ANO
VÍNCULO DE TRABALHO: CLT
FORMA DE RESCISÃO: Artigo 481 da CLT.

CONTRATADO	NÚM. CONTRATO	OBJETO: Contratação para Emprego Público de:	INÍCIO	SALÁRIO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Josiane da Silveira e Silva Lemes	Nº 091/2024	Técnico de Enfermagem Lei 6120/2023	04/07/2024	2.287,46	40 horas

(Assinado Digitalmente)
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:2C0FEE71

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 664, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 42 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo nº 9.824/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora **ANA PAULA SOARES**, Matrícula nº 8448-4, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil 40h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do CMEI Professor José Benatto para o CMEI Madre Paulina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

Assinado Digitalmente.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:97940D25

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 665, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 22.351, de 15 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, **NEIVOR BARRO,** Matrícula nº 11270-4, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Programas e Metas, junto à Secretaria Municipal Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:A9C121B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 666, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 22.282, de 15 de agosto de 2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **RENATO GARDASZ** para o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Proteção Especial, Símbolo CC6, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:BFA59649

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 07/10/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ASN2436	277510T000041566	07/05/2024	55500	R$ 130.16
MHQ9A90	277510T000041567	07/05/2024	55500	R$ 130.16

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:322AC2D8

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.000, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Altera dispositivo do Decreto nº 9.520, de 9 de maio de 2023, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóveis destinados às obras de ampliação do Aeroporto Regional de Pato Branco - Professor Juvenal Loureiro Cardoso.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, "d", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Despacho nº 8 do Memorando Nº 7.285/2024, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 9.520, de 9 de maio de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
VIII - parte do imóvel rural denominado "Imóvel Getulinho Chioquetta nº 02" - parte do Lote Rural nº 31, do Núcleo Bom Retiro, localizado na cidade de Pato Branco - PR, com área de 2.501,76 m2, constante da Matrícula nº 29.436 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PR, com os seguintes limites e confrontações: NORTE, partindo do marco M9 por uma distância de 64,92 m e azimute de 54°02'22'', até o marco M3, confrontando com a área remanescente do Imóvel Getulinho Chioquetta nº 02 (Matrícula nº 29.436 do 2º Ofício); LESTE, partindo do marco M3 por uma distância de 39,76 m e azimute de 157°05'18'', até o marco M4, confrontando com o Imóvel Getulinho Chioquetta nº 01; SUL, partindo do marco M4 por uma distância de 65,78 m e azimute de 234°56'52'', até o marco M5, confrontando com parte do Lote Rural nº 31 do Núcleo Bom Retiro (Aeroporto); OESTE, partindo do marco M5 por uma distância de 38,94 m e azimute de 338°39'28'', até o marco M9, confrontando com a área de Vandir Chioquetta e Cia Ltda.";
" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:3336FDA0

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 9.999, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Abre crédito suplementar no exercício de 2024, no valor de R$ 5.230.000,00 (cinco milhões, duzentos e trinta mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.214, de 27 de dezembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2024, no valor de R$ 5.230.000,00 (cinco milhões, duzentos e trinta mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção do Ensino**	
2.254	Manutenção das Instituições de Ensino Fundamental	
3.3.90.30 – 104 (1893)	Material de Consumo	1.230.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
10.02	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
23	**Comércio e Serviços**	
23.691	**Promoção Comercial**	
23.691.0027	**Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias**	
2.029	Manter Aeroporto	
4.4.90.51 – 5000 (17181)	Obras e Instalações	4.000.000,00

Total	**5.230.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações e do superávit financeiro do exercício de 2023, conforme a seguir especificado:
I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção do Ensino**	
2.254	Manutenção das Instituições de Ensino Fundamental	
3.3.90.36 – 104 (1898)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	300.000,00

12.367	**Educação Especial**	
12.367.0039	**Manutenção do Ensino**	
2.427	Manutenção da Educação Especial	
3.3.90.30 – 104 (1978)	Material de Consumo	100.000,00

07.03	**DEPARTAMENTO DE ENSINO**	
12	**Educação**	
12.364	**Ensino Superior**	
12.364.0039	**Manutenção do Ensino**	
2.177	Manutenção das Atividades do Ensino Superior	
3.3.90.39 – 000 (2036)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00

07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão Cultural**	
13.392.0040	**Promover a Cultura**	
2.180	Manutenção das Atividades de Datas Comemorativas	
3.3.90.39 – 104 (563)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	700.000,00

2.513	Emenda Aditiva nº 14 – Reimplantar e Manter Escola de Artes	
3.3.90.30 – 000 (588)	Material de Consumo	50.000,00
3.3.90.39 – 000 (589)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00

Subtotal	**1.230.000,00**

II - superávit financeiro do exercício de 2023:

Código	Especificação	Valor (R$)
5000	Recursos Ordinários (Livres)	4.000.000,00

Total	**5.230.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:0E0C2482

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2023.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2023.
O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, com sede à Avenida Agostinho de Souza, 646, centro, na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.687.954/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, inscrito no CPF nº 660.883.729-15, portador da Carteira de Identidade nº 4624765-5, adiante denominado, simplesmente, CEDENTE, e o(a) JOSE CARLOS TONCHAK inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.186.232/0001-54, sediado(a) na Rua casa, 12, centro em Paula Freitas - PR adiante denominada(o), simplesmente, CESSIONÁRIA(O), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JOSE CARLOS TONCHAK, portador do CPF nº 762.363.079-20, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório n.º 58/2023, modalidade CONCORRÊNCIA n.º01/2023, conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ajustam o seguinte:
As partes acima qualificadas firmaram em 27 de julho de 2023 o Contrato de Prestação de Serviços nº 166/2023 pelos termos da Lei 8.666/93 e condições estabelecidas no Processo Licitatório n.º 58/2023, modalidade CONCORRÊNCIA n.º01/2023, cujo objeto é Concessão de direito real onerosa de uso de espaço público para fins exclusivamente destinados ao comércio de alimentícios e/ou similar, O espaço público a ser concedido faz parte do imóvel situado no Loteamento Cidade de Paula Freitas, no Distrito de Paula Freitas/PR.
1. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços contratados e o interesse recíproco entre os contratantes, resolvem:
1.1. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, passando a ter a seguinte redação a partir de 27 de junho de 2023:
1.2. "O presente contrato terá seu prazo de vigência até o dia 27 de junho de 2025, podendo ser prorrogado mediante o termo aditivo e nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos".

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.
E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Paula Freitas, 26 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS –
Contratante

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

JOSE CARLOS TONCHAK
Contratada

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:51FD8A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2024

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2024

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS-PR, E DE OUTRO A EMPRESA TJL WORKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, NOS TERMOS E CONDIÇÕES QUE SE RECIPROCAMENTE OUTORGAM E SE COMPROMETEM.

O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, com sede à Av. Agostinho de Souza, 646, centro,
na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no **CNPJ sob o nº**
75.687.954/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.
SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, inscrito no CPF nº 660.883.729-15, portador da
Carteira de Identidade nº 4624765-5 SSP/PR, doravante denominado
CONTRATANTE, e o(a) **TJL WORKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME**inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 42.077.819/0001- 05, tendo em vista o que consta no Processo nº 21/2024 e em** observância às disposições da Lei nº 14.133/21, da Lei de
Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de
2013, bem como da instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008
e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de recisão unilateral de ata de registro de preços.

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços e/ou fornecimento de mão de obra para diversas funções, incluindo Recepcionista (8h), Recepcionista/Telefonista (12-36h – Saúde), Psicopedagogo Clínico, Professor de Educação Especial e Profissional de Terapias Integrativas, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

2. DO PRAZO
2.1. O presente termo de rescisão passa a viger a partir do **dia 16 de agosto de 2024.**

3. DA RESCISÃO
3.1. Por força da presente rescisão, o Município de Paula Freitas dá por terminado a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 89/2024** referente ao Processo Licitatório nº 21/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2024

4. DO FORO
4.1. Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória/PR para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Paula Freitas/PR, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Município de Paula Freitas

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:0FF4815D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.105/2024 – DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Especial.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida nas Leis Municipais nº 1.674/2024 de 15 de agosto de 2024 e 1.645/2023 de 19 de dezembro de 2023, Artigo 6 e na Lei Federal nº

4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1.° inciso III, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento geral de 2024, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
UNIDADE	**09.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
ATIVIDADE	08.244.0011.1.028	*Reforma e Ampliação do CRAS*	
DOTAÇÃO	4.4.90.51.00.1823	Obras e Instalações	200.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o provável excesso de arrecadação da fonte 1823 no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º - Fica autorizada as presentes alterações orçamentárias e atualização de metas e ações nas leis nº 1.632/2023 – LDO para o exercício de 2024 e nº 1.543/2021 – PPA para os exercícios de 2022-2025.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

HEMERSON JOSÉ KMITA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:BADF850F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2024

ERRATA DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Onde se lê: PREGÃO ELETRONICO N.º 5/2024
Processo Administrativo Nº 21/2024
Leia-se: PREGÃO ELETRONICO N.º 16/2024
Processo Administrativo Nº 92/2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR.
Diretora do Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:7EAA130D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2024 DO PROCESSO Nº 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 35/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**
CNPJ.....: N°. 56.081.482/0001-06.
Valor.....: R$ 31.178,40 (trinta e um mil cento e setenta e oito reais e quarenta centavos).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:549A28B8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 36/2024 DO POROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 36/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **VALE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES.**
CNPJ.....: N°. 32.635.445/0001-34
Valor.....: R$ 178.006,50 (cento e setenta e oito mil seis reais e cinquenta centavos).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:738FB657

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 37/2024 DO PROCESSO N° 147/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 37/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA.**
CNPJ.....: N°. 00.802.002/0001-02
Valor.....: R$ 54.273,17 (cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e três reais e dezessete centavos).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:211FE247

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 38/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 38/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 43.269.791/0001-62
Valor.....: R$ 9.304,00 (nove mil trezentos e quatro reais).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:60D2EB5A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 39/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 39/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **METROMED COM. DE MATERIAIS MÉDICOS HOPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 83.157.032/0001-22
Valor.....: R$ 69.352,56 (sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:F7343AE9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 40/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 40/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 51.740.794/0001-60
Valor.....: R$ 13.427,54 (treze mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência.....: 12 meses.
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:E8AA14EF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 41/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 41/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 00.656.468/0001-39
Valor.....: R$ 3.709,50 (três mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:90866F33

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 42/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 42/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

CNPJ.....: N°. 81.706.251/0001-98
Valor.....: R$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:A9BDE89E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 43/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 43/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **PROSAUDE DIST DE MEDICAMENTOS LTDA.**
CNPJ.....: N°. 85.247.385/0001-49
Valor.....: R$ 139.450,00 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.
Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:37E20937

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 44/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 44/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **KIENTRO BRASIL LTDA.**
CNPJ.....: N°. 19.717.870/0001-04
Valor.....: R$ 1.574,00 (um mil quinhentos e setenta e quatro reais).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:29B50AE5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 45/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 45/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 40.892.801/0001-23
Valor.....: R$ 3.169,00 (três mil cento e sessenta e nove reais).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:4B61F43B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 46/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 46/2024 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ.....: N°. 30.597.921/0001-44
Valor.....: R$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:17714114

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 47/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 47/2024 FMS

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2024 FMS
Contratante. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN
Contratada (o): **TECH-SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
CNPJ.....: N°. 21.831.246/0001-85
Valor.....: R$ 4.785,60 quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SOLUÇÕES, EMBALAGENS E INSUMOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR.

Paulo Frontin, 14 de agosto de 2024.

BRUNA CRISTINA MARKIEVICZ -
Presidente

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:15D4B37B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2024.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor EDSOM LUIZ BAGETTI, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO, a **REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2024.** (*Objeto:* **seleção de propostas conforme convênio nº 217/2024 que entre si celebra, o Estado do Paraná, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e o Município de Pérola D'Oeste, visando a contratação de empresa para a execução de pavimentação asfáltica de estradas rurais da Linha São Leopoldo, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com uma área de pavimento de 14.471,40 m², conforme memorial descritivo, planilha orçamentaria, cronograma físico-financeiro e projetos em anexo).**
Para conhecimento dos licitantes e de quem a mais possa interessar, COMUNICAMOS que fica **REVOGADO** em todos os seus termos o referido edital, **para adequação do edital e seus anexos**, do referido certame, no processo licitatório.

Fundamento Legal – Inciso II, Art. 71 da Lei 14.133/2021.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 16 de Agosto de 2.024.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri
Código Identificador:9FFFAF49

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2024
O Município de PÉROLA D'OESTE torna público que fará realizar, às 08:20 horas do dia 10 de setembro do ano de 2024, na Rua Presidente Costa e Silva n° 290 em Pérola D'Oeste , Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e uni- dade de medida	Prazo de execução
Ligação a Linha São Leopoldo no Município	Pavimentação em CBUQ sobre pedras irregulares em Estrada Rural	14.471,40 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br , ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 3556-1223.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 16 de Agosto de 2024

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri
Código Identificador:DC4E2E00

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 132/2024.

EXTRATO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 132/2024.

OBJETO: O presente Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural LIVE CULTURAL PÉROLA D'OESTE: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.
CONTRATADO: MIDIA SUDOESTE LTDA.
ORIGEM: Licitação Modalidade Inexigibilidade nº 11/2024.
VALOR: R$ 63.325,10 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais, e dez centavos).
VIGÊNCIA: 15/08/2025**.**
BASE LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.399/2022 (POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC), DECRETO N. 11.740/023 (DECRETO PNAB) E DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
DATA DO FIRMAMENTO: 15/08/2024.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri
Código Identificador:75E87CC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2022

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 13/2022

4º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Claudemir José de Andrade, inscrito no CPF sob nº 633.107.329-91 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.601.053/0001-

20, estabelecida na Travessa José Zipperer, nº. 144, 1º Andar, Centro em São Bento do Sul/SC, CEP 89280-352, Fone (47) 3633-4115, e-mail: bracorlicitacoes@terra.com.br; por seu representante legal, Sr. **IVO INGO BRAND**, inscrito no CPF sob nº. 004.230.849-68, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 134/2022, nos termos da Lei nº 8.666/93, dos documentos constantes no processo 3825/2024 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de vigência do contrato em 180 (cento e oitenta) dias a partir de 17/08/2024.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 15 de agosto de 2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0356DEED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 045/2024

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024**, o qual tem como objeto o "**Aquisição de materiais e equipamentos destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil através dos recursos estaduais repassados ao Fundo da Infância e Fundo do Idoso.**", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

ANGOSEGTEC SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.158.475/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.739,99 (mil e setecentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos);
ESPORTIVA RV EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 19.468.880/0001-53, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais);
PAPELARIA SAO BENTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 7.840,40 (sete mil e oitocentos e quarenta reais e quarenta centavos);
RIKA COMERCIAL DE PRODUTOS GOVERNAMENTAIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.728.867/0001-69, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 2.774,20 (dois mil e setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos);

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 16 de agosto de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:49D43B4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 046/2024

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2024**, o qual tem como objeto o "**Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de divisórias, cortinas, persianas, serviços de montagem e desmontagem de divisórias, serviços de reparos e lavação de persianas, em atendimento as Secretarias Municipais.**", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

GZB ZONTA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 51.940.756/0001-51, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais e noventa);
KODILEO COMÉRCIO DE CORTINAS E DECORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 80.278.310/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais);
LEONARDO ORLANDINE FERREIRA PAIAO - GESSO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 41.620.960/0001-31, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 116.482,10 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e dez centavos);
M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18.900.026/0001-51, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais);
SANDRA VALERIA DINIZ DA SILVA CAMPOS MIRANDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 36.806.847/0001-05, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 11.743,50 (onze mil e setecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos);

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 16 de agosto de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F226949F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 261, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO Nº 261, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de Técnico em Enfermagem, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên, a servidora pública Soeli Terezinha Brunnquell, portadora da cédula de identidade civil com RG 5.466.080-4/PR e matrícula 22241.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 16 de agosto de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:3BB1EE03

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 025, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 025, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

A Secretária Municipal de Educação de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 58 a 60 da Lei Municipal n° 1070, de 09 de setembro de 2010, considerando a necessidade de professores da Rede Municipal de Ensino para suprir os profissionais em licença legalmente previstas,

Resolve:

Art. 1° Abrir as inscrições para formação de cadastro de professores com disponibilidade para atuar em Turno Suplementar na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024.

Art. 2° As inscrições serão realizadas no dia 19 de agosto de 2024, das 08h00 às 12h00, na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Podem participar desta seleção os professores ocupantes de cargo de provimento efetivo e os professores contratados na forma da Lei Municipal nº 965/2007.

Art. 3º Para inscrever-se o professor interessado deverá comparecer na Secretaria de Educação e preencher o formulário, no prazo estabelecido no art. 2º, para a vaga abaixo relacionada:

Estabelecimento de Ensino	Manhã	Tarde	Horas semanais
Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol	1		10
Escola Municipal Marciano de Carvalho		1	08

Art. 4º As inscrições serão analisadas e classificadas pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 60 da Lei n° 1070/2010.
Art. 5° Os professores classificados comporão uma listagem, sendo que a convocação será conforme a necessidade da Secretaria de Educação, respeitada a ordem de classificação.
Art. 6º Caso o professor convocado não deseje assumir a vaga de Turno Suplementar, poderá requerer final de lista, possibilitando à Secretaria de Educação convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
Art. 7º Surgindo novas vagas para turno suplementar, a Secretaria Municipal de Educação poderá convocar o candidato que compõe a lista de classificação, respeitada a ordem decrescente.
Art. 8° Os casos omissos e controversos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 16 de agosto de 2024.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
Secretária de Educação

Publicado por:
Noili Fortescki Gassner
Código Identificador:774F1983

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 15

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 15 /2024
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **SIDINEI BERNARDELLI,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 02 (Duas) diárias, para o Vereador **CLÓVIS VIEIRA VELHO CPF** 717.552.769-15, nos dias 18 à 20 de agosto de 2024, para deslocamento até a Cidade de Curitiba (Capital do Estado do PR), em visita ao gabinete do Deputados Estaduais Ademar Traiano e Luciana Rafagnin, a fim de Solicitar recursos para Agricultura e Infraestrutura do Município de Pinhal de São Bento – PR, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.

DIARIAS R$: 1.005,48 (Um mil e cinco reais e quarenta e oito centavos) 02 X 502,74 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

SIDINEI BERNARDELLI
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado Em 15/08/2024.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:0E5C0FC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 20/2024 PROCESSO LICITATÓRIO: 25530/2024

O Município de Piraquara,**UASG N. 987769,**por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico acima citado, que tem por objeto a**a**quisição de água mineral sem gás acondicionada em galões de 20 litros e em copo descartável de 200 ml, será realizada no dia 30/08/2024-09hpor meio do Portal de Compras do Governo Federal –**www.gov.br/compras**Critério de Julgamento:Menor Valor.Valor Máximo: R$180.288,48. Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal –**www.gov.br/compras**e no endereço eletrônico**www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 16 de agosto de 2024.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:871EF004

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO EDITAL DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE 001/2024

Objeto: Identificar Organizações Sociais de Saúde, devidamente qualificadas pelo Município de Piraquara, com comprovada experiência na área da saúde, interessadas em celebrar Contrato de Gestão, pelo período de 12 (doze) meses, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, visando à gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H do Município de Piraquara.Diante do encerramento do prazo do Edital de Manifestação de Interesse nº 001/2024 em 15 de julho de 2024, e a ausência de recursos, foram recebidas por esta comissão as manifestações das seguintes entidades: **1**-Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, protocolado na data de 11/07/2024; **2**-Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus, protocolado na data de 15/07/2024; **3**-Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, protocolado na data de 15/07/2024; **4**-Hospital Mahatma Gandhi, protocolado na data de 11/07/2024; **5**-Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS, protocolado na data de 10/07/2024; **6**-Instituto de Estudos e Pesquisas Humaniza, protocolado na data de 11/07/2024; **7**-Instituto de Saúde Santa Clara, protocolado na data de 08/07/2024; **8**-Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão – IMAS, protocolado na data de 10/07/2024; **9**-Instituto

Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, protocolado na data de 15/07/2024; **10**-Instituto Patris, protocolado na data de 05/07/2024; **11**-Instituto Vida e Saúde – INVISA, protocolado na data de 12/07/2024; **1**2-PRO-VITTA Associação Beneficente de Assistência Social e Saúde, protocolado na data de 12/07/2024; **13**-Santa Casa de Misericórdia de Chavantes, protocolado na data de 12/07/2024. Por respeitarem o prazo estabelecido em edital, conhecemos a manifestação de interesse das entidades acima.

Piraquara, 12 de agosto de 2024.

RANIERE GEOVANE MARQUES SIMÕES -
Secretario de Municipal de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:06F682DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.574/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital nº 542/2023 e com homologação através do Edital nº 629/2024, cumprindo as exigências legais.
CARGO: MÉDICO GENERALISTA 40 HORAS

Nome	Admissão
RENATE VON LINSINGEN	16/08/2024

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 16/08/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:12D82DFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.575/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Luciana Fatima Gomes dos Santos	396831	Professor III Especialização (1º Padrão)	12/08/2024	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério)

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 12/08/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:55CD0F91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 878/2024

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DO CANDIDATO CONVOCADO ATRAVÉS DO EDITAL N° 853/2024 SENDO CONSIDERADO:
CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
02	LISANE MORENO LORENA DE SOUSA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:834281D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 879/2024

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 878/2024, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:
CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
02	LISANE MORENO LORENA DE SOUSA	APTA

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 21/08/2024, às 9h:30min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos
a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdoAtestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:CCF7FDCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 880/2024

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO A OPÇÃO DA CANDIDATA NO ATO DA POSSE, SENDO CONSIDERADA:
CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
*40	JANE MARIA DOS SANTOS SANTANA RIOS	DESISTENTE

***Vaga reservada para afrodescendente.**

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:7E9FFA8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 881/2024

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO A AUSÊNCIA DOS CANDIDATOS NA ENTREGA DE DOCUMENTOS, SENDO CONSIDERADOS:
CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
324	ALLOMA CAROLINE ALVES	AUSENTE
332	ANDRESSA HARUKO NAHIRNI DE OLIVEIRA	AUSENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de agosto de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:ABCDFB05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 027/2024 - PSS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2024
EDITAL Nº 027/2024

O Prefeito do Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora instituída pela Portaria nº 078/2024, e considerando o Resultado e Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto através do Edital nº 001/2024,

RESOLVE:

1. **Convocar** a candidata abaixo relacionada, e em ordem de classificação, em conformidade com o Edital nº 005/2024 para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do presente edital, se apresentar junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Pitangueiras, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, para manifestar-se quanto ao aceite ou não da vaga, bem como, apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos para a respectiva função.

NOME DAS CANDIDATAS	CARGO	CLASSIF.
EMANUELE SILVA DE OLIVEIRA	PROFESSOR 20HS	18º LUGAR

2. A candidata convocada que não comparecer ou que não comprovar os requisitos exigidos no prazo estabelecido neste edital será automaticamente eliminada do processo seletivo.

3. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Pitangueiras/PR, 16 de agosto de 2024.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

CAROLINE GARCIA
Presidente Comissão Especial de PSS

CRISTIANA SGORLON LENHARO
Membro Comissão Especial de PSS

MÁRCIA RODRIGUES STEFANOWICZ
Membro Comissão Especial de PSS

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:1C566557

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2024

RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024

O Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, torna Pública a Retificação da Homologação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024, publicado no dia 14/08/2024, Código Identificador 99F2F0D0, como segue:

•
Onde se lê:

AON APARECIDO MAZUCHELLI - MINIMERCADO	R$ 116.352,43
COMERCIAL MARELLY LTDA	R$ 91.198,29
SHIGEMOTO & CIA LTDA	R$ 36.999,54

Valor total: R$ 389.289,95 (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

•
Passa-se a ler:

AON APARECIDO MAZUCHELLI - MINIMERCADO	R$ 112.594,59
COMERCIAL MARELLY LTDA	R$ 94.956,13
SHIGEMOTO & CIA LTDA	R$ 36.723,59

Valor total: R$ 389.014,00 (trezentos e oitenta e nove mil e quatorze reais).

As demais disposições permanecem inalteradas.

Pitangueiras, 16 de agosto de 2024.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:70151191

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: COMERCIAL MARELLY LTDA
CNPJ: 13.986.656/0001-77
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 94.956,13 (noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e seis reais e treze centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e MARIA APARECIDA SANTANA WERNECK
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:82E4F265

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: COMERCIAL TXV COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 22.906.038/0001-60
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 1.165,16 (mil cento e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Gabriel Teixeira Viana
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:C21D4E31

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: CAROL DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 07.654.231/0001-68
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 70.208,74 (setenta mil duzentos e oito reais e setenta e quatro centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Páscoa Aparecida Caracato Rocco
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:13E852D9

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: ARON APARECIDO MAZUCHELLI - MINIMERCADO
CNPJ: 20.355.644/0001-00
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 112.594,59 (cento e doze mil quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Aron Aparecido Mazuchelli
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:B7E34CC7

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: SHIGEMOTO & CIA LTDA
CNPJ: 28.787.127/0001-11
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 36.723,59 (trinta e seis mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Tiago Shigemoto
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:9BFBD630

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: M M P NANTES COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS
CNPJ: 21.690.355/0001-20
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 9.666,44 (nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Marcelo Nantes
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:D6AA93BE

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA
CNPJ: 18.449.927/0001-79
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 9.652,50 (nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Roberto Carlos de Conto
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:A68E670E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: PALMIRA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
CNPJ: 37.730.284/0001-81
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 21.511,81 (vinte e um mil quinhentos e onze reais e oitenta e um centavos)
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Yuri de Carvalho Drumond
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:7EF47198

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA
CNPJ: 45.329.312/0001-81
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 4.737,04 (quatro mil setecentos e trinta e sete reais e quatro centavos).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Lucas Griebeles Sandi
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:D2D11B53

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA
CNPJ: 40.811.541/0001-14
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Felipe Dariva Fogolari
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:680BBB49

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: A. ROM ANO DA SILVA AMBROZIO
CNPJ: 33.072.590/0001-17
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 10.620,00 (dez mil seiscentos e vinte reais).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Angelica Roamano da Silva Ambrozio
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:91588213

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: PREMIER COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 50.605.706/0001-55
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 3.090,00 (três mil e noventa reais).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Adilson Marcelo Gonçalves
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:8155B041

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2024

EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 15/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: AGUIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 53.623.332/0001-99
OBJETO: Contratação de empresa, para eventual aquisição de utensílios de cozinha, eletrodomésticos, eletrônicos e brinquedos.
VALOR MENSAL: R$ 6.288,00 (seis mil duzentos e oitenta e oito reais).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESP.97Obras e Equipamentos - Ensino Fundamental
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00103.00103.01.01.00.00.1.500.00005% Sobre Transferências Constitucionais
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DESP. Nº154Obras e Equipamentos - Secretaria de Assistência Social
4.4.90.52EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Patrick Roberto da Silva Almeida
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:97BE9708

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
TERMO DE COMPRA DIRETA

PROCESSO Nº 11/2024
COMPRA DIRETA N.º 07/2024

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PLANALTO, com base no Art. 95, da Lei 14.133/2021, e Resolução da Câmara de Vereadores de Planalto n.º 07/2023, a compra direta por de pronto pagamento, a despesa abaixo especificada.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE GESTÃO EM SAÚDE E SEGURAÇA OCUPACIONAL

JUSTIFICATIVA:
O Sistema e-Social é uma ferramenta desenvolvida pelo Governo Federal para unificar e simplificar a escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.
A integração da gestão de saúde e segurança no e-Social não é apenas uma exigência normativa, mas também um componente crítico para a conformidade legal e para a proteção dos trabalhadores. A fase atual exige a inclusão de informações detalhadas sobre as condições de trabalho, riscos ocupacionais, medidas de proteção e saúde dos empregados, o que demanda uma abordagem especializada para garantir que todos os dados sejam inseridos corretamente e de acordo com as normas vigentes.
A contratação de uma empresa especializada em assessoria e execução de programa de gestão em saúde e segurança ocupacional é essencial para garantir que a empresa esteja alinhada com as exigências da quarta fase do e-Social. Esta medida não apenas assegura a conformidade com o Decreto 8.373/2014, mas também fortalece a proteção e o bem-estar dos trabalhadores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente.
O objetivo do programa é simplificar e unificar o envio de informações pelos empregadores em relação aos seus empregados. O e-Social substitui diversas obrigações acessórias, como a Folha de Pagamento, GPS, CAGED, entre outras.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Realizado contato através de e-mail, junto a empresas especializadas na área de prestação de serviço do mencionado objeto, a fim de apurar os valores para a prestação de serviço proposto, apurou-se 3 (três) empresas as quais foram encaminhados e-mail solicitando participação no pleito com envio de propostas, apurando-se proposta de orçamento de apenas uma empresa se tratando da SUDOMED Segurança no Trabalho, Nuernberg e Barros LTDA, inscrita sob CNPJ: 41.085.456/0001-89. Realizadas buscas de contratações similares, empenhos e pagamentos de outros entes, apurou-se que os valores são compatíveis com os praticados no mercado.

EMPRESA A SER CONTRATADA:
RAZÃO SOCIAL: Nuernberg & Barros LTDA
NOME FANTASIA: SudoMed Segurança no Trabalho
CNPJ: 41.085.456/0001-89
ENDEREÇO: Rua PE Fernando Zanchet, nº 2842, Bairro Centro, Realeza - PR, 85770-000.
TELEFONE (46) 99931-2270.

VALOR ESTIMADO: R$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais).
Prestação de serviço por estimativa, tratando-se de valor unitário:
Valor da consulta ocupacional R$ 60,00 (sessenta reais)
Valor da acuidade visual R$ 44,00 (quarenta e quatro reais)
Valor do hemograma completo R$ 18,00 (dezoito reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01 – LEGISLATIVA
031 – AÇÃO LEGISLATIVA
0101 – GESTÃO LEGISLATIVA
2001 – ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FORMA DE ENTREGA: Prestação de serviço em acordo com o período e vigência contratual.

FORMA DE PAGAMENTO: pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente da contratada ou PIX. Que deverá ser indicado na nota fiscal.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o envio da NF.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses a contar da data de assinatura. Podendo ser prorrogado uma vez atendido o interesse público e acordado entre as partes conforme o Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21

Planalto PR, 15 de agosto de 2024.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:1AA6C8D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 39/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº 633/2024

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ Nº 01.609.843/0001-52**, pessoa jurídica de direito público, situadas à Rod. PR 407 - Km 19, Nº 215, Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná - PR - CEP: 83255-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RUDISNEY GIMENES FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **AT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 18.365.821/0001-97**. **DO OBJETO:** O objeto da presente Dispensa é

a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais Médicos/Hospitalares, para as Unidades Básicas de Saúde e Prontos Atendimentos 24 horas, do Município de Pontal do Paraná-PR Para todos os efeitos legais e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, **integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos**, o edital, todos os seus anexos, os autos do **Processo Licitatório Nº 177/2024 – Dispensa Nº 39/2024,** inclusive a Proposta apresentada pela Contratada. **Valor contratual:** pela aquisição do objeto, a contratante pagará à contratada o valor global de **R$ 647,82 (Seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos)**. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 15 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:F1855EF1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 39/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº 634/2024

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ Nº 01.609.843/0001-52**, pessoa jurídica de direito público, situadas à Rod. PR 407 - Km 19, Nº 215, Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná - PR - CEP: 83255-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RUDISNEY GIMENES FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 02.228.938/0001-99**.
DO OBJETO, DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VALOR: O objeto da presente Dispensa é a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais Médicos/Hospitalares, para as Unidades Básicas de Saúde e Prontos Atendimentos 24 horas, do Município de Pontal do Paraná-PR Para todos os efeitos legais e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, **integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos**, o edital, todos os seus anexos, os autos do **Processo Licitatório Nº 177/2024 – Dispensa Nº 39/2024,** inclusive a Proposta apresentada pela Contratada.
Valor contratual: pela aquisição do objeto, a contratante pagará à contratada o valor global de **R$ 1.470,00 (Mil quatrocentos e setenta reais)**, conforme planilha abaixo: **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 15 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:7F9B859F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 39/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº 635/2024

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ Nº 01.609.843/0001-52**, pessoa jurídica de direito público, situadas à Rod. PR 407 - Km 19, Nº 215, Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná - PR - CEP: 83255-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RUDISNEY GIMENES FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DENTAL OPEN – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 08.849.206/0001-00**.
DO OBJETO, DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VALOR: O objeto da presente Dispensa é a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais Médicos/Hospitalares, para as Unidades Básicas de Saúde e Prontos Atendimentos 24 horas, do Município de Pontal do Paraná-PR. Para todos os efeitos legais e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, **integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos**, o edital, todos os seus anexos, os autos do **Processo Licitatório Nº 177/2024 – Dispensa Nº 39/2024,** inclusive a Proposta apresentada pela Contratada. **Valor contratual:** pela aquisição do objeto, a contratante pagará à contratada o valor global de **R$ 12.621,95 (Doze mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos)**, conforme planilha abaixo: **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 15 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:52BAE0B0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 39/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº636/2024

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ Nº 01.609.843/0001-52**, pessoa jurídica de direito público, situadas à Rod. PR 407 - Km 19, Nº 215, Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná - PR - CEP: 83255-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RUDISNEY GIMENES FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DENTAL UNIVERSO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 26.395.502/0001-52**, **DO OBJETO, DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VALOR:** O objeto da presente Dispensa é a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais Médicos/Hospitalares, para as Unidades Básicas de Saúde e Prontos Atendimentos 24 horas, do Município de Pontal do Paraná-PR Para todos os efeitos legais e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, **integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos**, o edital, todos os seus anexos, os autos do **Processo Licitatório Nº 177/2024 – Dispensa Nº 39/2024,** inclusive a Proposta apresentada pela Contratada. **Valor contratual:** pela aquisição do objeto, a contratante pagará à contratada o valor global de **R$ 472,30 (Quatrocentos e setenta e dois reais e trinta centavos)**, conforme planilha abaixo:**O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 15 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:6ED73922

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 39/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº 637/2024

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ Nº 01.609.843/0001-52**, pessoa jurídica de direito público, situadas à Rod. PR 407 - Km 19, Nº 215, Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná - PR - CEP: 83255-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RUDISNEY GIMENES FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **OK DENTAL COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO MEDICO E HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 23.460.299/0001-62**.
DO OBJETO, DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VALOR: O objeto da presente Dispensa é a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de Materiais Médicos/Hospitalares, para as Unidades Básicas de Saúde e Prontos Atendimentos 24 horas, do Município de Pontal do Paraná-PR. Para todos os efeitos legais e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, **integram este Instrumento, como se nele estivessem transcritos**, o edital, todos os seus anexos, os autos do **Processo Licitatório Nº 177/2024 – Dispensa Nº 39/2024,** inclusive a Proposta apresentada pela Contratada. **Valor contratual:** pela aquisição do

objeto, a contratante pagará à contratada o valor global de **R$ 6.933,94 (Seis mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos)**, conforme planilha abaixo: **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.**

Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 15 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:F4EAA114

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCEDIMENTO AUXILIAR 04/2023 CREDENCIAMENTO Nº 12/2023 INEXIGIBILIDADE 19/2024 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 87/2024

O **MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ** – CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Rudisney Gimenes Filho, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ANDRÉIA SERAFIM FOSTATEI, CNPJ n.º 53.194.253/0001-00**.
OBJETO (art. 92, I e II) A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no termo de referência, que passa a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a realizar serviço de apoio a rotina no Abrigo Institucional Casa de Passagem Doce Lar, em consonância com a legislação vigente. CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O objeto deste termo é editar o prazo do contrato 87/2024 em 6 (seis) meses, ato solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social com anuência da empresa Contratada, com justificativas constantes no **Memorando nº 13.672/2024**, conforme o artigo art. 107, da Lei nº 14.133/21. **PARÁGRAFO SEGUNDO –** Fica, a partir deste, ajustada a vigência do presente instrumento contratual até **08/02/2025. PARÁGRAFO TERCEIRO –** Em decorrência da prorrogação do contrato, será pago à contratada o valor de **R$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 08 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:B40B3C7D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCEDIMENTO AUXILIAR 04/2023 CREDENCIAMENTO Nº 12/2023 INEXIGIBILIDADE 22/2024 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 99/2024

O **MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ** – CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Rudisney Gimenes Filho, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **IVONE GONÇALVES NASCIMENTO, CNPJ n.º 43.851.268/0001-40**.
OBJETO: A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no termo de referência, que passa a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a realizar serviço de apoio a rotina no Abrigo Institucional Casa de Passagem Doce Lar, em consonância com a legislação vigente. CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O objeto deste termo é editar o prazo do contrato 99/2024 em 6 (seis) meses, ato solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social com anuência da empresa Contratada, com justificativas constantes no **Memorando nº 13.665/2024**, conforme o artigo art. 107, da Lei nº 14.133/21. **PARÁGRAFO SEGUNDO –** Fica, a partir deste, ajustada a vigência do presente instrumento contratual até **19/02/2025. PARÁGRAFO TERCEIRO –** Em decorrência da prorrogação do contrato, será pago à contratada o valor de **R$ 19.440,00 (Dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais).** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 19 de agosto de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:C639FA82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA N.º 1007 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula:"Nomeia os membros da Comissão de Contratação- PROCEDIMENTO AUXILIAR 09/2024 -CREDENCIAMENTONº 09/2024 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Processo Administrativo n° 727/2024.**

RESOLVE:

Art.1º– Nomear os membros da Comissão para Análise de Habilitação do Credenciamento ,composta pelos seguintes servidores:

Renan Pelegrin
Estephany Vicente Maia Neves
Vitor Hugo Santana

PROCEDIMENTO AUXILIAR 09/2024 - CREDENCIAMENTO Nº 09/2024.
Objeto: Credenciamento para contratação de Pessoas Jurídicas, enquadradas na Lei Municipal n.º 2.289/2022, para a prestação de serviços de **ROÇADA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ORLA MUNICIPAL – AV ANIBAL KHURY**, sob demanda.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 16 de agosto de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BA0C3819

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA N.º 1.008 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público do Magistério n°001/2023 e Edital de Convocação n°. 051/2024 e Memorando nº 14.336/2024 .**

RESOLVE:
Artigo 1º- Nomear o(a) candidato(a) aprovado(a) pelo **Concurso Público do Magistério n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO:PROFESSOR – AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: JAQUELINE DE PAULA
CLASSIFICAÇÃO: 167º
ADMISSÃO: 16.08.2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO : 51/2024

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor(a) **.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,15 de agosto de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F82814AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 1.009 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público do Magistério n°001/2023 e Edital de Convocação n°. 046/2024 e Memorando nº 12.816/2024 .**

RESOLVE:
Artigo 1º- Nomear o(a) candidato(a) aprovado(a) pelo **Concurso Público do Magistério n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO:PROFESSOR – AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: MIRIÃ DE SOUZA SALES
CLASSIFICAÇÃO: 156º
ADMISSÃO: 16.08.2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO : 46/2024

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação da servidora **.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de agosto de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D51BB314

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°106/2024

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 106/ 2024
Procedimento Licitatório 49/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 25/2024
Objeto: Aquisição de medicamentos variados para suprir as necessidades do Hospital Municipal de Porecatu, incluindo itens essenciais como antibióticos, anti-inflamatórios e remédios para atendimento de urgência e emergência, conforme condições e exigências estabelecidas no item.
Contratada: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/ 37.885.137/0001-80
Valor: R$ *1.590,00*(um mil e quinhentos e noventa reais)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.09-507
Data de Assinatura: 16/08/2024
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C8C4AA2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
NOTIFICAÇÃO PROCESSO LEGISLATIVO DE JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2022

NOTIFICAÇÃO
PROCESSO LEGISLATIVO DE JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2022

Notificante: Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas
Notificado: Excelentíssima Senhora Maria Edina de Andrade – Prefeita Municipal

Senhora Prefeita,
Esta Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, com elevado respeito, vem, notificá-la dos Termos do Of. Nº 476/2024-OPD-GP e do parecer prévio nº 135/2024 da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, que entendeu pela regularidade das contas de Vossa Excelência, na qualidade de Prefeita do Município de Prado Ferreira, relativas ao exercício de 2022.
Nos termos dos artigos 222 ao 225 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores:
Art. 222 - Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas. § 1 º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.
§ 2 º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.
Art. 223 - O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurados aos Vereadores debater a matéria.
Parágrafo único - Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.
Art. 224 - Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos da discordância.
Parágrafo único - A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.
Art. 225 - Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a trinta minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria.

Fica Vossa Excelência notificada, para querendo, apresentar a defesa escrita, detalhar justificativas e fornecer documentos que entender, no prazo de 15 (quinze) dias, perante esta Comissão.

Após notificada a Senhora Prefeita, esta notificação deverá ser publicada no diário oficial.

Prado Ferreira, 18 de junho de 2024.

Respeitosamente,

ISAÚ MARIA DE SOUZA
Presidente

JOSÉ MARTINS DA SILVA FILHO
Vice-Presidente

ANTÔNIA PERRE DOS SANTOS
Membro da Comissão

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:DEBE6E59

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/2024

A Prefeita do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, Inciso II, e § 8 da Lei Municipal nº 491/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder reembolso no valor total de R$ 42,98 (quarenta e dois reais e noventa e oitenta centavos), em favor da Diretora do Departamento da Família, Mulher, Criança, Adolescente e Idoso, ***Flavia Scaloni Vendramini,*** RG nº 10.681.665-4 SSP/PR, CPF nº 090.575.469-73, em razão das despesas efetivadas a título de alimentação, no deslocamento para Londrina/PR, em que participou da Capacitação "CRAS em Movimento", no dia 14 de agosto de 2024.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de agosto de 2024.

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5F1D14AC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 245/2024

A Prefeita do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, Inciso II, e § 8 da Lei Municipal nº 491/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder reembolso no valor total de R$ 69,09 (sessenta e nove reais e nove centavos), em favor da Psicóloga, ***Thalyta Manieri da Silva,*** RG 8.548.749-3, CPF nº 045.963.919-63, em razão das despesas efetivadas a título de alimentação, no deslocamento para Londrina/PR, em que participou da Capacitação "CRAS em Movimento", no 14 de agosto de 2024.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de agosto de 2024.

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:56A1761E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246/2024

A Prefeita do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, Inciso II, e § 8 da Lei Municipal nº 491/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 22 (vinte e duas) diárias, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), cada uma, a favor do Motorista, ***Carlos Claudio Rodrigues,*** RG nº 3.867.749-7, CPF nº 573.140.209-49, para transportar pacientes para Londrina e Região, para consultas, exames e outros, com saída às 11:00 horas, no período de ***12 de agosto de 2024 à 10 de setembro de 2024.***

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de agosto de 2024.

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:4754A191

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2022

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2022, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E ITA GER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Prefeita **MARIA EDNA DE ANDRADE**, Identidade nº 4.039.895-3 - SSP/PR, CPF nº 606.242.059-91, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **ITA GER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, com endereço a RUA ARIZONA, 1167 - CEP: 04567003 - BAIRRO: BAIRRO CIDADE MONÇÕES, neste ato representada pelo **Sr. RAFAEL RIZZO COUTINHO** portador do CPF nº 520.396.848-91, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido na Tomada de preços nº 4/2022, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 78/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 57, § 1º, II, e no art. 65, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, dilata-se o prazo de execução e prazo de vigência do contrato que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIAIZADA NA CONSTRUÇÃO DE BARRAÇÃO INDUSTRIAL COM ÁREA DE 811,67M²CONTENDO COZINHA, WC, ESCRITÓRIO COM SACADA E ÁREA PRINCIPAL DO GALPÃO COBERTO. COM SERVIÇOS PRELIMINAR4ES, ESCAVAÇÕES, FUNDAÇÃO, ESTRUTURA, COBERTURA, VEDADÇÕES, INSTALAÇOES ELÉTRICA, INSTALAÇÕES HIDRAÚLICA, REVESTIMENTOS, INSTALAÇOES DE SEGURANÇA E SPDA.L
ÁREA CONSTRUÍDA: 811,67 M² COLOCAÇÃO DE PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados o prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 10/10/2024; e o prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias, tendo seu prazo de vigência estendido até o dia 29/01/2025, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Ronald Tiziani Pivotto no dia 05 de agosto de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 09 de agosto de 2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

RAFAEL RIZZO COUTINHO
Ita Ger Engenharia e Construção LTDA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:636489A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.088/2024

Altera o Decreto nº 8802/2022 que "Constitui, nos termos da Lei Municipal nº 142/2007, Comissão para fins de solicitações de Dação em Pagamento".

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
Considerando o constante da Lei Municipal n° 142/2007;

DECRETA

Art. 1º Altera os incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 8802/2022 para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...
I – Alessandra Lopes Franco - Matrícula 2407;
II – Zerail Gabriel da Silva - Matrícula 324.
....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:F8117573

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.085/2024

Altera o Decreto nº 8948/2022 que "Designa membros para comporem o Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência."

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Quatro Barras,
Considerando a solicitação expedida no Processo Administrativo nº 10167/2024,

DECRETA

Art. 1º Altera a alínea "a" do inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 8948/2022 para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...
I - ...
a) Camila Canestraro Wippel.
....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de julho de 2024.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:BA4D622C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.086/2024

Substitui membro no Decreto nº 6314/2018 que "Altera a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família - CMI/PBF nomeia membros e designa atribuições".

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
Considerando o constante do processo administrativo nº 10168/2024,

DECRETA

Art. 1º Altera o art. 2º do Decreto nº 6314/2018, indicando Gleice de Lara Esperanceta como membro da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Auxílio Brasil - CMI/PAB, representando a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, em substituição ao membro Marlene do Perpétuo Socorro Pires, afastada com a finalidade de desincompatibilização para elegibilidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de julho de 2024.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:B14E4D2D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.087/2024

Nomeia membros para o "Comitê Municipalde Transporte Escolar"

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1113/2018 e na Resolução SEED nº 777, de 18 de fevereiro de 2013;
Considerando o constante da Ata de Assembléia Geral Ordinária para eleição e posse dos membros de Comitê Municipal do Transporte Escolar - CMTE - Gestão 2022/2024 do Município de Quatro Barras/PR, datadas de 29/07/2024 e 08/08/2024;
Considerando o constante do Processo Administrativo nº 12.199/2024, por intermédio do qual é informada a eleição de membros,

DECRETA

Art. 1º Nomeia, nos termos da Lei Municipal nº 1113/2018, os membros para compor o Comitê Municipalde Transporte Escolar, conforme segue:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
a) Membro Titular: Esterlin Schraiber Trevisan
b) Membro Suplente: Diarles Cristina Coutinho de Araújo

II - Representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino:
a) Membro Titular: Gretchen Abreu Saenz Yamakawa - Secretária Geral
b) Membro Suplente: Karina Lucia de Freitas Vassoler;

III - Representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino:
a) Membro Titular: Deiseani Correa Rosenente Domingues - Vice-Presidente
b) Membro Suplente: Priscila Afonso Magalhães;

IV - Representante de Pais dos alunos:
a) Membro Titular: Seney dos Santos - Presidente
b) Membro Suplente: Alessandra Fernandes.

Parágrafo Único. Os representantes do Comitê terão mandato de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

Art. 2º A atuação dos membros do Comitê não será remunerada e é considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7ACAA304

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTO DE DIÁRIA N° 5971/2024

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:
Requerimento de Diária n° 5971/2024
JACOMO CURUPANÁ – CPF. XXX.404.329-XX
I)Processo Administrativo n° 12.322/2024
II) Cargo do servidor: Professor de Educação Física- SMEELJ
III)Período de afastamento: 23/08/2024(16h) a 24/08/2024(17h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 835,47 (oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 835,47 (oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para transportar atletas do Município para participar da competição de judô, na cidade de Londrina/PR.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:ECD6017F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 67/2023

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de roçadas no município de Quatro Barras, incluindo a coleta, o transporte e a destinação final adequada dos resíduos gerados, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 69/2023.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, CNPJ n.º 76.105.568/0001-39.
CONTRATADA: EMPREITEIRA ROSSI LTDA, CNPJ sob nº 24.020.066/0001-01.
DO OBJETO: Constitui o objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência do contrato acima mencionado, nos termos previstos no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.
DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente termo aditivo, prorroga-se o prazo de vigência do referido contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 31 de agosto de 2024 com término em 31 de agosto de 2025.
DO VALOR: Mantem-se o valor firmado na contratação inicial, totalizando R$ 434.754,72 (quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).
DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre da autorização do Secretário Municipal de Infraestrutura, Logística e Frotas, Sr. Fábio Creplive Cordeiro e do Prefeito Municipal, Sr. Loreno Bernardo Tolardo, ambas exaradas no processo administrativo n° 11073/2024, com amparo legal no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2024.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:76C73B8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 18/2024 PROCESSO Nº. 5.351/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Quatro Barras realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 9.625/2024 e demais legislações aplicáveis.
OBJETO: Aquisição de equipamentos que nortearão os procedimentos realizados pelo Corpo de Bombeiros, sendo estes, um desfibrilador externo automático (DEA) e um Tripé para salvamentos em locais confinados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Aviso de Dispensa Eletrônica.
DATA DA SESSÃO: 23/08/2024.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 08:00h às 14:00h.
TEMPO DE DISPUTA: 06 horas ininterruptas.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LINK: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br “Acesso Identificado”
O Aviso de Contratação Direta completo poderá ser examinado e adquirido pelo site *www.quatrobarras.pr.gov.br*, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr. gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, email ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

MILENA SUSIN
Agente de Dispensa

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:F3F80F9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 05/2024

O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, em conformidade com a Lei nº 11.947/2009, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020 com alterações implementadas pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021, e subsidiariamente pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 9.811/2024, torna público o **CHAMAMENTO PÚBLICO** para:
OBJETO: Chamamento Público para aquisição de produtos orgânicos e convencionais provenientes da agricultura familiar, para atender as necessidades do PNAE em atendimento aos alunos da rede municipal de ensino para os anos de 2024 e 2025.
DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02 de setembro de 2024 às 08:00h.
DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA: Até dia 23 de setembro de 2024 às 17:30h.
LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Departamento de Licitações, situada à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro - Quatro Barras - PR.
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site *www.quatrobarras.pr.gov.br*, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (41) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:85B994F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 02 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de veículos conforme a Resolução 1432/2023 – SESA - PR, Recurso Estadual destinados ao Transporte Sanitário APSUS, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Pregoeira Municipal, no uso das suas atribuições no que lhe confere o Decreto n° 9.809/2024, comunica aos interessados que procedeu a seguinte alteração ao edital em epígrafe:

ONDE SE LÊ:

LEIA-SE:
ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIAS
(...)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Veículo novo que nunca tenha sido utilizado ano modelo mínimo 2023/2024 tipo furgão adaptado para ambulância (...) **potência mínima de 150 cv**, cambio 6 marchas, **tração dianteira**, plotado conforme manual de plotagem SESA PR.	UND	2	318.310,00	636.620,00
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

LEIA-SE:
ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIAS
(...)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Veículo novo que nunca tenha sido utilizado ano modelo mínimo 2023/2024 tipo furgão adaptado para ambulância (...) **potência mínima de 130 cv**, cambio 6 marchas, **tração traseira ou dianteira**, plotado conforme manual de plotagem SESA PR.	UND	2	318.310,00	636.620,00
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

2. NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 25/06/2024 às 13h59 do dia 05/09/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00 do dia 05/09/2024.

Ficam mantidas as demais condições do referido Edital.

Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 16 de agosto de 2024.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:8ADCE292

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
PE 28 ANULADO

PREGÃO ELETRONICO Nº 28/2024
AVISO DE LICITAÇÃO ANULADA
Em atendimento a Lei 14.133/2021, torna- se pública o resultado do procedimento licitatório em epígrafe:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024 - ANULADO por divergência entre a plataforma eletrônica e o edital de licitação

Querência do Norte PR, 15 de agosto de 2024

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:F21C1175

LICITAÇÃO
DISTRATO 102/2024

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL REFERENTE CONTRATO Nº 102/2024, ORIGEM INEXIGIBILIDADE Nº 32/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE E 54.595.498 WELLINGTON RAMOS DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF nº. 54.595.498/0001-01.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE**, Estado do PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16, neste ato representado por seu prefeito Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Waldemar dos Santos, 678, Centro, nesta cidade, doravante denominado apenas de CONTRATANTE, e de outro lado Empresa 54.595.498 WELLINGTON RAMOS DA SILVA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à R RIO BRANCO, 359, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 54.595.498/0001-01, neste ato representado por Sr. WELLINGTON RAMOS DA SILVA, brasileiro, portador da RG nº 144xx321-x SSP PR e CPF 112.xxx.329-xx, residente e domiciliado Rua Rio Branco, 493, casa, CEP: 87.930-000, Querência do Norte PR, tem justo e acertado entre si, a celebração do presente, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
credenciamento dos serviços para jardinagem, oriundo do Credenciamento Público nº 04/2021, Município de Querência do Norte- Paraná, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento tem como objeto o Distrato Contratual amigável, relativo ao contrato nº

102/2024, inexigibilidade nº 32/2024, conciliado entre ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

O presente distrato firmado amigável e em comum acordo entre as partes, tem por finalidade encerrar as obrigações contidas no contrato original, firmado entre as partes que entenderam por bem, doravante encerrá-lo, sem qualquer indenização das partes.

Razão do distrato: mudança da função dentro do credenciamento, alterando para Produção de alimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO DO CONTRATO

Por interesse da administração A CONTRATANTE declara neste ato que encerra o contrato celebrado entre 54.595.498 WELLINGTON RAMOS DA SILVA, CNPJ sob o nº 54.595.498/0001-01, e que cumpriu com todas as obrigações contratuais oriundas do contrato ora encerrado nada devendo à mesma. Outrossim, a CONTRATADA declara a rasa e geral quitação de qualquer crédito presente e futuro, fruto do contrato que ora se encerra, e que nada tem a receber da Contratante.

Parágrafo Único: As partes, por meio do presente Distrato e a partir da data de encerramento da presente na data de 01 de Julho de 2024, consideram revogadas todas as disposições previamente acordadas por meio do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Distrato, por extrato, no Diário Oficial do Município, conforme determina o Parágrafo único, art. 94 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Querência do Norte Pr, 01 de Julho de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES
Contratante

WELLINGTON RAMOS DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:C0A1413D

LICITAÇÃO
DISTRATO 08/2022

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL REFERENTE CONTRATO Nº 08/2022, ORIGEM INEXIGIBILIDADE Nº 03/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE E RAFAEL DE SOUZA FERREIRA 08964177940, inscrita no CNPJ/MF nº. 44.298.930/0001-49.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE**, Estado do PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16, neste ato representado por seu prefeito Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Waldemar dos Santos, 678, Centro, nesta cidade, doravante denominado apenas de CONTRATANTE, e de outro lado Empresa **RAFAEL DE SOUZA FERREIRA 08964177940**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 44.298.930/0001-49, RCU - PORTO BRASILIO, 387 - CEP: 87930000 - bairro: PORTO BRASILIO, Querência do Norte/PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 54.595.498/0001-01, neste ato representado por Sr. RAFAEL DE SOUZA FERREIRA, brasileiro, portador da RG nº 106851999 SSP PR e CPF 089.641.779-40, residente e domiciliado em RCU - PORTO BRASILIO, 387 - CEP: 87930000 - bairro: PORTO BRASILIO, Querência do Norte/PR, tem justo e acertado entre si, a celebração do presente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

credenciamento dos serviços para jardinagem, oriundo do Credenciamento Público nº 04/2021, Município de Querência do Norte- Paraná, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento tem como objeto o Distrato Contratual amigável, relativo ao contrato nº 08/2022, inexigibilidade nº 03/2022, conciliado entre ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

O presente distrato firmado amigável e em comum acordo entre as partes, tem por finalidade encerrar as obrigações contidas no contrato original, firmado entre as partes que entenderam por bem, doravante encerrá-lo, sem qualquer indenização das partes.

Razão do distrato: mudança da função dentro do credenciamento, alterando para Produção de alimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO DO CONTRATO

Por interesse da administração A CONTRATANTE declara neste ato que encerra o contrato celebrado entre **RAFAEL DE SOUZA FERREIRA 08964177940**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 44.298.930/0001-49, e que cumpriu com todas as obrigações contratuais oriundas do contrato ora encerrado nada devendo à mesma. Outrossim, a CONTRATADA declara a rasa e geral quitação de qualquer crédito presente e futuro, fruto do contrato que ora se encerra, e que nada tem a receber da Contratante.

Parágrafo Único: As partes, por meio do presente Distrato e a partir da data de encerramento da presente na data de 01 de Julho de 2024, consideram revogadas todas as disposições previamente acordadas por meio do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Distrato, por extrato, no Diário Oficial do Município, conforme determina o Parágrafo único, art. 94 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Querência do Norte Pr, 01 de Julho de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES
Contratante

RAFAEL DE SOUZA FERREIRA
Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:6B673ADD

LICITAÇÃO
ADITIVO 115/2024

TERMO ADITIVO

1° Termo aditivo da ata de registro de preços nº. 115/2024, decorrente de Pregão n°. 12/2024 de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro empresa **R & M ALIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 29.421.808/0001-24, Avenida RUA JOSé MARASCA FILHO, 1360 - CEP: 87070110 - bairro: PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, Maringá/PR, neste ato representado por procurador Sr MAISA RIBEIRO DE CAMPOS, brasileiro, portador

da RG nº 10XX5240X SSPPR e CPF 066.XXX.599-XX, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto – Alteração de marca dos itens abaixo a pedido da licitante:

LOTE 151:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec. licitada	Marca alterada
1	Copo descartavel 180 ml - c/ 100 certificado pelo inmetro , material polipropileno (pp) - Referência: copobras, COPAZA, DANABIO	PCT	1080	IBRASS	CRISTAL COPOS

LOTE 152:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec. licitada	Marca alterada
1	COPO DESCARTAVEL 300 ML - C/100 certificado pelo inmetro , material polipropileno (pp) - Referência: copobras, COPAZA, DANABIO	PCT	375	IBRASS	CRISTAL COPOS

LOTE 153:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec. licitada	Marca alterada
1	COPO DESCARTAVEL 50 ML - C/ 100 certificado pelo inmetro , material polipropileno (pp) - Referência: copobras, COPAZA, DANABIO	PCT	1200	IBRASS	CRISTAL COPOS

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 18 de Julho de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES	***MAISA RIBEIRO DE CAMPOS***
Prefeito	contratada da

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:7F69E9D7

LICITAÇÃO
INEX 15 TA

3º TERMO ADITIVO – CONTRATO 157/2023
CREDENCIAMENTO nº 02/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 15/2023
ADITIVO DE PRAZO E META

I - "**MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa **SCHAIDER ANALISES CLINICAS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 08.770.762/0001-89, AVENIDA PORTO ALEGRE, 594 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR

II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa neste ato representado por LAURA SCHAIDER AVILES, brasileira, portadora da RG nº 13.***.242-* SSP PR e CPF 067.***.269-** e ISABEL SCHAIDER AVILES, brasileira, portadora da RG nº 13.***.352-* SESP PR e CPF 067.***.259-**, residentes e domiciliadas em Querência do Norte, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA.III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E DE VALOR, com base no Art. 57 e 65 da Lei n º 8666/93.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E DO VALOR

O presente termo tem seu prazo aditado para até 31/12/2024, nos termos da Lei 8666/1993.

LOTE 1: EXAMES LABORATORIAIS

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor aditado R$
1	35846	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNOSTICOS DE EXAMES LABORATORIAIS COM COLETA DE MATERIAL NO NIS II, COM RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E SERVIÇO DE DIAGNOSTICOS DE EXAMES LABORATORIAIS COM COLETA DE MATERIAL NO HOSPITAL MUNICIPAL SETEMBRINO ZAGO, COM RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, 24 HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA	SERVIÇO	1	R$ 100.000,00
					TOTAL:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte – PR, 12 de agosto de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal
Contratante

LAURA SCHAIDER AVILES
ISABEL SCHAIDE AVILES
Sócia Administradora
Contratada

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:821F6EC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
RECADASTRAMENTO ANUAL_ PROVA DE VIDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha CONVOCA seus **APOSENTADOS** e **PENSIONISTAS** para o **RECADASTRAMENTO ANUAL** que acontecerá em sua sede situada na **Avenida Fernandes de Andrade**, **1753, Centro, no período de 02 de Setembro de 2024 a 30 de Outubro de 2024.**

O recadastramento será realizado de forma presencial (comparecimento à sede do Instituto, endereço no cabeçalho do documento, no horário das 09:00 até as 11:30 e das 13:30 as 16:30 horas, de segunda a sexta-feira), e, mediante requerimento com justificativa, pelo email quitandinhaprev@quitandinha.pr.gov.br.
O formulário para recadastramento estará disponível na página do instituto na internet (www.quitandinhaprev.com.br) ou poderá ser solicitado diretamente ao Instituto.

Para a atualização cadastral deverão os beneficiários apresentar os seguintes documentos:

Para os servidores aposentados:
- Formulário preenchido e assinado (anexo I);
– Cópia do documento de identificação com foto, na forma da lei;
– Comprovante de residência, emitido nos últimos 3 meses;

- Termo de Curatela, nos casos de interdição judicial do beneficiário;
- Cópia integral da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (CTPS digital ou física), nos casos de Aposentadoria por invalidez

Para os pensionistas:
- Formulário preenchido e assinado (anexo I);
– Cópia do documento de identificação com foto, na forma da lei;
– Comprovante de residência, emitido nos últimos 3 meses;
- Termo de Curatela, nos casos de interdição judicial do beneficiário;
– Certidão de Casamento atualizado, não superior a 3 (três) anos, no caso de pensão por morte quando o beneficiário for o cônjuge.

Pensionistas menores de 21 anos:
- Formulário preenchido e assinado (anexo I);
– Cópia do documento de identificação com foto, na forma da lei;
– Comprovante de residência, emitido nos últimos 3 meses;
- Termo de Curatela, nos casos de interdição judicial do beneficiário;
- Cópia do documento de identificação com foto, na forma da lei do responsável legal, se menor de 18 anos.

O Instituto de Previdência QUITANDINHAPREV cientifica que o não comparecimento poderá acarretar a suspensão do pagamento do respectivo beneficio por tempo indeterminado até que o mesmo compareça ao Instituto e formalize o recadastramento.

MAIORES INFORMAÇÕES: 41-3623-1970 ou celular (Whattsapp): 41-99185-6499

Quitandinha, 15 de agosto de 2024.

EMERSON MITSUI KARASAWA
Diretor Presidente

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Pelo presente, declaro para os devidos fins, nos termos do art. 17-A da Lei Municipal nº 535/2002, as informações abaixo listadas, bem como a apresentação requisitada na Resolução nº 02/2019 com alteração pela Resolução nº 13/2024, para fins de recadastramento e prova de vida, na forma e sob as penas da lei, tendo apresentado a documentação necessária e provando nesta data, estar vivo:

Informações Pessoais

Nome completo: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
CEP: _____
Cidade: _____
Documento: _____ (RG, CNH, Outros documentosde identificação civil previstos em legislação federal, com foto e validade em todo o território nacional)
CPF: _____
Título Eleitoral: _____, Seção: _____, Zona: _____
Natural: _____
Data de Nascimento: ____/_____/___
Idade: _____
Estado Civil: _____ (solteiro(a), casado(a), união estável, viúvo(a))
Informações complementares Telefone residencial: _____
Telefone celular: _____
E-mail: _____

Local, _____ de _____ de 2024.

_____
Nome Completo

_____
Assinatura

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:8B65DDC3

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 13/2024

Altera o §2º do art. 3 da Resolução n. 02/2019 desta Autarquia e dá outras providências.

O Instituo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha, por intermédio de sua Diretoria Executiva, nos termos do art. 17-A da Lei 535/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o texto do §2° do art. 3° da Resolução n. 02/2019, que passa a vigorar na seguinte forma:
"§2º - São necessário os seguintes documentos:
***I** – Cópia do documento de identificação com foto, na forma da lei;*
***II** – Comprovante de residência, emitido nos últimos 3 meses;*
***III** – Preenchimento de declaração, com finalidade de atualização cadastral, a ser disponibilizada junto ao Edital;*
***IV** – Termo de Curatela, nos casos de interdição judicial do beneficiário;*
***V** – Cópia integral da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, nos casos de Aposentadoria por invalidez*
***VI** – Certidão de Casamento atualizado, no caso de pensão por morte quando o beneficiário for o cônjuge."*

Art. 2º Fica acrescido o §5º no art. 3° da Resolução n. 02/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§5º - Em casos que o beneficiado esteja impossibilitado de comparecer pessoal para recadastramento, poderá requer, como a devida justificativa, e se autorizado, realizar o recadastramento de forma on-line, com envio dos documentos por e-mail e assinatura eletrônica da declaração. "

Art. 3º Ficam inalterados os demais termos da Resolução n. 02/2019.

Art. 4° Esta Resolução entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Quitandinha, 02 de Agosto de 2024.

EMERSON MITSUI KARASAWA
Diretor-Presidente do Quitandinha PREV

CLARICE MARIA MACHOSKI WOJCIKIEVICZ
Diretora Administrativa Financeira

LUANA MLENEK MORDASKI FREIRE
Diretora de Previdência e Atuária

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:DF450114

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº044/2024 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2024.
CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: MOREIRA LTDA – ME CNPJ nº. 14.515.628/0001-34
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Filtros, Óleos Lubrificantes e Graxas Automotivos, incluído Serviço de Troca, para os Veículos Pertencentes a Frota do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR;
VALOR TOTAL: **R$ 257.052,45 (Duzentos e cinquenta sete mil cinquenta dois reais e quarenta cinco centavos).**

DATA HOMOLOGAÇÃO: 15/08/2024
DATA DA ATA DE REGISTRO: 16/08/2024
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 16/08/2025.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.746/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 16 de Agosto de 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:3EE182F3

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº045/2024 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2024.
CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA – ME CNPJ nº.37.005.258/0001-90.
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Filtros, Óleos Lubrificantes e Graxas Automotivos, incluído Serviço de Troca, para os Veículos Pertencentes a Frota do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR;
VALOR TOTAL: **R$ 6.478,60 (Seis mil quatrocentos e setenta oito reais).**
DATA HOMOLOGAÇÃO: 15/08/2024
DATA DA ATA DE REGISTRO: 16/08/2024
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 16/08/2025.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.746/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 16 de Agosto de 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:25096062

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/08/2024

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal VALDEIR BATISTA DA SILVA, no período de 02/09/2024 à 01/10/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 01/12/2024 à 30/11/2025 ao Servidor público Municipal **VALDEIR BATISTA DA SILVA**, portador da CI/RG n° 6.277.869-5/PR, inscrito no CPF nº 793.507.049-00 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 231 de 16/08/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/09/2024 à 01/10/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:27A38761

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 191/08/2024

SÚMULA: REVOGA o contido na Portaria nº 154/08/2024 de 04/07/2024 e CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 02/08/2024 a 20/09/2024 (50 dias) por motivos descritos no CID C64, com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 02//08/2024 à 20/09/2024 ao Servidor Público Municipal Sr. PAULO SILVA BARBOSA ocupante do Cargo de Técnico Agrícola, mediante apresentação de atestado e laudo médico em anexo, apresentados pelo Servidor retro ao Departamento de Administração do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 139/02/97, em seu Artigo 101 e na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pelo Servidor retro.

R E S O L V E
I – **REVOGAR** a partir de 02/08/2024 todas as disposições contidas na Portaria nº 154/08/2024 de 04/07/2024 e **Conceder** afastamento de suas atividades do cargo de **TÉCNICO AGRÍCOLA,** ao Servidor Público Municipal, **Sr. PAULO SILVA BARBOSA**, no período de **02/08/2024 à 20/09/2024 (50 dias),** conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo do Especialista que o acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de **02/08/2024 à 20/09/2024 (50 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 02/08/2024 a 20/09/2024.**

II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, com o recebimento do referido benefício no período de 02/08/2024 à 20/09/2024.
III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de agosto de 2024, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 16 DE AGOSTO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:5A80A671

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 7.776, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

SÚMULA: Nomeia os membros da Comissão Municipal de Controle de Infecção do Município de Realeza.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art.1º Nomear os representantes abaixo relacionados para compor a Comissão Municipal de Controle de Infecção do Município de Realeza:

Representante do "CMCI":

Titular: Daiane Patricia de Moura Schwan
Suplente: Josiana Gheli Heinzen

Representante do serviço Médico:

Titular: Lucian Carlos Cardoso Machado
Suplente: Rodrigo Evaristo de Oliveira Junior

Representante do serviço da Farmácia:

Titular: Elisangela Pivotti
Suplente: Admir Santos da Silva

Representante do serviço de Odontologia:

Titular: Pamela Bonfanti
Suplente: Isadora Picolotto

Representante do Pronto Atendimento Municipal:

Titular: Bruna Maísa Vieczorek
Suplente: Francieli Cavagnoli

Art.2º Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente Portaria nº 7.761, de 07 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2024.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:308FBB30

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.777/2024 16/08/2024

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 05 dias de férias para o servidor abaixo relacionado, com fins retroativos a partir da data de 05/08/2024:

FUNCIONÁRIO	PERÍODO
LAUDIR PEREIRA	22/23

- Conceder 05 dias de férias para o servidor abaixo relacionado, a partir da data de 12/09/2024:

FUNCIONÁRIO	PERÍODO
ADMIR SANTOS DA SILVA	23/24

- Conceder 10 dias de férias para o servidor abaixo relacionado, a partir da data de 19/09/2024:

FUNCIONÁRIO	PERÍODO
CLAYTON MIOTO	23/24

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AB37D0E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2024
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 154/2024- TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Formação Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES, HIDRÁULICOS, FLUIDOS, GRAXA E ADITIVOS, para atender a demanda da Frota de Veículos das Secretarias Municipais.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 12 de Setembro de 2024 às 08:30h
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: **O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 17 de Agosto de 2024, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.**
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET

Realeza, 16 de Agosto de 2024.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Simoes Perico
Código Identificador:E3AE679F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 173/2024- TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Formação Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado e cortinas de ar para atender as necessidades de todas as Secretarias
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 11 de Setembro de 2024 às 08:30h
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: **O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 19 de Agosto de 2024, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.**
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET

Realeza, 16 de Agosto de 2024.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:0DD0DA83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu

os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 65/2024, cujo objeto é a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos regularmente matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino e APAE de Realeza - Paraná,, em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos quinze dias de agosto de 2024

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:CAA1AE51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 65/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 99/2024

ABERTURA: DIA: 01/07/2024 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

- **A.E.M OESTE COMERCIALE IRELI ME,** ITENS 42, 78, 104, 105 E 157, COM VALOR TOTAL DE **R$ 302.887,50.**

- **ANA M G DALL AGNOL LTDA,** ITENS 24, 43, 44, 62, 99, 100, 118, 119, 120, 125, 126, 146 E 160, COM VALOR TOTAL DE **R$ 412.450,00.**

- **ELCIO MAFIOLETTI - ME,** ITENS 19, 31, 45, 46, 49, 50, 66, 67, 87, 115, 117, 144, 145, e 164, COM VALOR TOTAL DE **R$ 606.100,00.**

- **JOSE CARLOS KOZIKOSKI E CIA LTDA,** ITENS 1, 17, 18, 20, 55, 111, 112, e 147, COM VALOR TOTAL DE **R$ 209.460,00.**

- **JTK DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,** ITENS 3, 8, 12, 16, 38, 40, 41, 58, 60, 63, 64, 73, 74, 80, 108, e 162, COM VALOR TOTAL DE **R$ 75.461,00.**

- **MAXXI DISTRIBUIDORA DE ALMENTOS LTDA,** ITENS 9, 10, 21, 25, 30, 56, 107, 127, 128, 137, 150, 151 e 154, COM VALOR TOTAL DE **R$ 355.279,00.**

- **MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME,** ITEM 35, COM VALOR TOTAL DE **R$ 29.060,00.**

- **MULTINEGOCIOS JMC LTDA,** ITENS 2, 4, 5, 7, 11, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 36, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 93, 94, 98, 101, 102, 103, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 122, 123, 124, 129, 130, 131, COM VALOR TOTAL DE **R$ 1.304.482,30.**

- **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA,** ITEM 91, COM VALOR TOTAL DE **R$ 47.100,00.**

- **PROSERV SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA,** ITENS 6, 39, 68, 76,121,134, 136, e 143, COM VALOR TOTAL DE **R$ 38.034,00.**

- **TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,** ITEM 13, COM VALOR TOTAL DE **R$ 12.385,00.**

- **TRUILHO PANIFICADORA LTDA,** ITENS 34, 72, 132, 138, 139, 140, 141, COM VALOR TOTAL DE **R$ 272.410,00.**

VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 3.665.108,80** (TRÊS MILHÕES, SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, CENTO E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

REALEZA, AOS PRIMEIRO DIA DE JULHO DE 2024

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:7FD60491

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 457/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: A.E.M OESTE COMERCIALE IRELI ME, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 12.144.365/0001-79, COM SEDE NA DOM PEDRO II, 450 CENTRO - CEP: 89900000 - BAIRRO: , SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$302.887,50 (TREZENTOS E DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQÜENTA CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 458/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ANA M G DALL AGNOL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 18.552.251/0001-44, COM SEDE NA ROD PR 281 , KM 603 LINHA CAPANEMA - CEP: 85770000 - BAIRRO: ZONA RURAL, REALEZA/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$412.450,00 (QUATROCENTOS E DOZE MIL, QUATROCENTOS E CINQÜENTA REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 459/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ELCIO MAFIOLETTI - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 06.033.503/0001-40, COM SEDE NA AVENIDA DAS PEROBAS, 330 - CEP: 85650000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, SANTA IZABEL DO OESTE/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO

POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$606.100,00 (SEISCENTOS E SEIS MIL E CEM REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 460/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: JOSE CARLOS KOZIKOSKI E CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 06.117.623/0001-25, COM SEDE NA ANTONIO CIECHANOWSKI,R, 2377 - CEP: 85770000 - BAIRRO: , REALEZA/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$209.460,00 (DUZENTOS E NOVE MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 461/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: JTK DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 33.263.949/0001-33, COM SEDE NA R ARARAQUARA, 222 - CEP: 85817710 - BAIRRO: MORUMBI, CASCAVEL/PR,
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$75.461,00 (SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E UM REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 462/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MAXXI DISTRIBUIDORA DE ALMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 24.217.269/0001-92, COM SEDE NA RUA 7 DE SETEMBRO, 926 - CEP: 85660000 - BAIRRO: CENTRO NORTE, DOIS VIZINHOS/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$355.279,00 (TREZENTOS E CINQÜENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 463/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MR ALIMENTOS SAUDÁVEIS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 22.077.561/0001-21, COM SEDE NA RUA FRANCISCO XAVIER, 1092 SOBRELOJA - CEP: 86188040 - BAIRRO: JARDINS NOVOS, CAMBÉ/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$29.060,00 (VINTE E NOVE MIL E SESSENTA REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 464/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MULTINEGOCIOS JMC LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 43.882.979/0001-81, COM SEDE NA RUA BELEM, 2470 ANEXO CASA - CEP: 85770000 - BAIRRO: CENTRO CIVICO, REALEZA/PR,
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$1.304.482,30 (UM MILHÃO, TREZENTOS E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 465/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 03.612.312/0004-97, COM SEDE NA RUA JUDITE MELO DOS SANTOS, 131 - CEP: 88104765 - BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL, SÃO JOSÉ/SC
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$47.100,00 (QUARENTA E SETE MIL E CEM REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 466/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PROSERV SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 37.106.076/0001-06, COM SEDE NA AV TUPI, 903 - CEP: 85504288 - BAIRRO: VILA IZABEL, PATO BRANCO/PR,
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO

POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$38.034,00 (TRINTA E OITO MIL E TRINTA E QUATRO REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 467/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: **TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,** INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 10.828.263/0001-47, COM SEDE NA RUA CUIABA, 4823 - CEP: 85805265 - BAIRRO: ALTO ALEGRE, CASCAVEL/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$12.385,00 (DOZE MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 468/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: **TRUILHO PANIFICADORA LTDA,** INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 35.601.090/0001-50, COM SEDE NA RUA JOSE DE ALENCAR, 3344 - CEP: 85770000 - BAIRRO: CENTRO, REALEZA/PR
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDEMUNICIPAL DE ENSINO E APAE DE REALEZA – PARANÁ.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 65/2024
VALOR TOTAL: R$272.410,00 (DUZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:4714FBB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 029/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2024

Em análise ao processo de **Inexigibilidade nº 029/2024**, de 16 de agosto de 2024, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes,** no uso de suas atribuições o **Sr. Idalir João Zanella** Prefeito Municipal de Renascença – Pr, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo na Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 107 da Lei 14133/21.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário e conforme Lei 14.133/2021.
VALOR DO CONTRATO – R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA EM INCLUSÃO ESCOLAR BASEADA EM PRATICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, da Lei Federal 14.133/21.
CONTRATADO: **LUNA SERVIÇOS EM EDUCAÇÃO, PESQUISA, SAÚDE E INTERVENÇÃO ABA LTDA**, estabelecida na Rua Sebastião Humel, nº 171, sala 504, Centro, cidade de São José dos Campos – SP.
CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.

Renascença – Pr, 16 de agosto de 2024.

IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:D81F68F6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024– PMR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por Item.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte rodoviário de máquinas pesadas através de caminhão tipo prancha para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de setembro de 2024 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8314.

Renascença, 16 de agosto de 2024.

LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciane Eloise Lubczyk
Código Identificador:FE2CC6B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 243/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, nº. 614, Centro, Reserva do Iguaçu/PR
CONTRATADO: CLAUDIO SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 44.762.469/0001-33, com sede no Sitio Santa Luzia, s/n.º, rural, cidade de Reserva do Iguaçu/PR, CEP: 85.195-000
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 045/2023
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL".
VALOR TOTAL: R$ 33.056,10 (trinta e três mil, e cinquenta e seis reais e dez centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: De 15 de agosto de 2024 à 31 de dezembro de 2024.
DATA DE ASSINATURA:16 de agosto de 2024

Reserva do Iguaçu, 16 de agosto de 2024

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:DF0AC735

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2023

EDITAL Nº 24/2024 - PSS

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 203/2023 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2023, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º. - Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2023, conforme publicação de resultado final homologado através de Decreto nº 203/2023, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 02 (dois) Professores, carga horária de 20h/s, munidos de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
49º	VALQUÍRIA DA SILVA FRANÇA DE LIMA	Professor
50º	RAFAELA MARTINS COCHMANSKI	Professor
51º	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	Professor

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2023 – Abertura do PSS 02/2023;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 16 de agosto de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A0EFC981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2024-CM

SÚMULA: Regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratação no âmbito da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a necessidade de racionalizar e padronizar as contratações públicas;
Considerando a Governança e o Planejamento como diretrizes para atendimento do interesse público;
Considerando as disposições do art. 12, Inc. VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que versa sobre a elaboração do Plano Anual de Contratação (PAC);

Decreta:
Art. 1º Este Decreto regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratação (PAC) no âmbito da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí.
Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se:

• **Autoridade Competente:** agente público formalmente responsável por autorizar licitações e contratos.
• **Unidade Requisitante:** unidade responsável por identificar a necessidade de contratação, analisar tecnicamente e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades.
• **Documento de Formalização de Demanda (DFD):** documento que fundamenta o PAC.
• **Plano de Contratações Anual (PAC):** documento consolidado com as demandas que o órgão pretende contratar no exercício subsequente.
• **Central de Contratações:** unidade responsável pelo planejamento e acompanhamento das contratações, exercida pelo Departamento de Compras.

Art. 3º A elaboração do PAC deve seguir as seguintes etapas e prazos:

• **Até 16 de agosto:** As unidades requisitantes deverão enviar à Central de Contratações (Departamento de Compras) o PAC contendo todas as contratações planejadas para o exercício subsequente.
• **Até 20 de agosto:** A Central de Contratações consolidará os PACs das unidades requisitantes e elaborará a minuta do PAC a ser aprovada pela Autoridade Competente.
• **Até 23 de agosto:** O PAC consolidado será publicado no Diário Oficial, no Portal Nacional de Compras Públicas e no Portal da Transparência, ficando disponível para todos os interessados.

Art. 4º Após a publicação, a Autoridade Competente encaminhará uma cópia do PAC à Secretaria da Fazenda para ciência e compatibilidade orçamentária com o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025.
Art. 5º O DFD deverá conter as seguintes informações:

• I - Descrição sucinta do objeto;

• II - Valor total estimado da contratação;
• III - Data pretendida para a contratação.

Art. 6º O PAC poderá ser revisado e alterado mediante o mesmo ato que o instituiu, em qualquer período, desde que devidamente justificado pela unidade requisitante e autorizado pela Autoridade Competente.
Art. 7º A Secretaria de Administração poderá editar normas complementares para a execução deste Decreto.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, em 16 de agosto de 2024.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins
Código Identificador:1CB24579

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 891/2024

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Público Oficial, para atuar no Processo Licitatório, Leilão nº 001/2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; e
Considerando, que o Município de Rio Negro/PR, devido ao acúmulo de bens inservíveis nas dependências dos órgãos municipais, realizará Leilão Público Oficial;
Considerando, a necessidade realização de um Leilão Público para Alienação de Bens Móveis inservíveis ao uso do município.
Considerando, a realização do Credenciamento nº 012/2023 cujo objeto é o credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para a prestação de serviços de leiloeiro oficial, regularmente registrado na Junta Comercial do Paraná, para a realização de Leilão de Bens Móveis Inservíveis do município de Rio Negro;
Considerando a Ata da Sessão de sorteio do leiloeiro onde o Leiloeiro Luiz Carlos Dall'Agno foi o selecionado para proceder o Leilão nº 001/2024, solicitado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 224, de 02 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor Luiz Carlos Dall'Agno, como Leiloeiro Oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do Paraná, sob o nº JUCEPAR 639, para a condução do Leilão nº 001/2024 realizado por esta Prefeitura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de março de 2024.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B5EACEE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 60/2024

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor JAMES KARSON VALERIO, e a CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE ORGÂNICOS NOSSA TERRA - CNPJ/MF sob n.º 11.508.951/0001-92, neste ato representada por DANIELE CRISTINA DE ANDRADE HERZER, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 57/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA MERENDA ESCOLAR. Vigência: 14/08/2024 até 14/01/2025. Execução: 5 meses. Preço: R$ 81.323,92 (oitenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos). Recursos: 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-279 Fonte 10146. 06.004.0012.0365.0008.6008.3339032050000000000-419 Fonte 10146. 06.004.0012.0365.0008.6009.3339032050000000000-420 Fonte 10146. 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-1409 Fonte 70146. Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 13/08/2024.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:09780E16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/2024

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor JAMES KARSON VALERIO, e a CONTRATADA: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RIO NEGRO-COOPERIONEGRO - CNPJ/MF sob n.º 47.889.790/0001-71, neste ato representada por RITA DE CÁSSIA VALÉRIO DE SOUZA, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 57/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA MERENDA ESCOLAR. Vigência: 14/08/2024 até 14/01/2025. Execução: 05 meses. Preço: R$ 126.907,18 (cento e vinte e seis mil, novecentos e sete reais e dezoito centavos). Recursos: 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-279 Fonte 10146 - 06.004.0012.0365.0008.6008.3339032050000000000-419 Fonte 10146 - 06.004.0012.0365.0008.6009.3339032050000000000-420 Fonte 10146 - 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-1409 Fonte 70146. Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 13/08/2024.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:80176AD1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 62/2024

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor JAMES KARSON VALERIO, e a CONTRATADA: JULIANE MENDES PIMENTEL RUTHES - CNPJ/MF sob n.º 047.089.369-90, neste ato representada por JULIANE MENDES PIMENTEL RUTHES, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 57/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA MERENDA ESCOLAR. Vigência: 14/08/2024 até 14/01/2025. Execução: 05 meses. Preço: R$ 9.850,00 (nove mil e oitocentos e cinquenta reais). Recursos: 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-279 Fonte 10146. 06.004.0012.0365.0008.6008.3339032050000000000-419 Fonte 10146. 06.004.0012.0365.0008.6009.3339032050000000000-420 Fonte 10146. 06.002.0012.0361.0008.6006.3339032050000000000-1409 Fonte 70146. Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 13/08/2024.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:DE7C0A6F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2024

O Município e Rio Negro torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 09 de setembro do ano de 2024, na plataforma www.gov.br/compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Avenida Francisca de Almeida	Revitalização de praça	75,91 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura rionegro.atende.net e na plataforma www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Rio Negro, 15 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6981EE01

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 068/2024
REGISTRO DE PREÇOS UASG 987823

Processo: 267/2024. Objeto: **AQUISIÇÃO DE PERSIANAS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 19/08/2024 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 19/08/2024 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **30/08/2024** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 15 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CDDD0C24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 061/2024

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação em tesouraria municipal. INTERESSADO: JL TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ.: 51.161.852/0001-00. JUSTIFICATIVA: Empresa promotora do evento e habilitada para contratação. PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) dias. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

Rio Negro, 15 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:222C87F0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 122 – PROCESSO N° 277/2024

Objeto: Aquisição de Piso Cerâmico para manutenção da Escola Municipal Duque de Caxias. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:81E3F7E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 123 – PROCESSO N° 282/2024

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos para reparos. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F2EC0A2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 058/2024
CREDENCIAMENTO Nº 008/2024

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 008/2024 do processo de Inexigibilidade nº 058/2024, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 385/2024, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
1°	RIOLAB LABORATÓRIO DE ANALISES CLINÍCAS LTDA	03.210.120/0001-01	01/08/2024

Registre-se que o credenciamento nº 008/2024 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital.

Publique-se.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B7A42B71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO – Nº 237/2024
DISPENSA POR LIMITE – Nº 108/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO PARA ADEQUAÇÃO DAS CALÇADAS NA ESCOLA JOSÉ DE LIMA.
Considerando não haver concordância com o prazo estabelecido para pagamento, **DECIDO pela REVOGAÇÃO** do referido processo para viabilização da abertura de novo procedimento.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:BD7FE562

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.076/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARCIA FERNANDES DA SILVA GAMPE,** matrícula 378414-2/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ens. Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. II e na Legislação Federal, a partir de **13/08/2024**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de Agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:E0059F96

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.077/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **ALINE CRISTIANE VARDAI CABRAL,** matrícula 377330-2/3, por prazo **DETERMINADO**, que terá início no dia **14 de agosto e término em 11 de novembro de 2024**, para exercer temporariamente as funções de **Professor de Ens. Básico 20h– PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 100 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.

Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:7F6E302B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.078/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **FERNANDA CECILIA SABINO DE LEMOS,** matrícula 378151-8/2, por prazo **DETERMINADO**, que terá início no dia **14 de agosto e término em 11 de novembro de 2024**, para exercer temporariamente as funções de **Professor de Ens. Básico 40h – PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.

Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:70837798

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.079/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **POLIANA DA SILVA ROSA,** matrícula 378418-5/1, por prazo **DETERMINADO**, que terá início no dia **14 de agosto e término em 11 de novembro de 2024**, para exercer temporariamente as funções de **Professor de Ens. Básico 40h – PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.

Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:9E4A372B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.080/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **VITOR HUGO AMIANTI ASSEDO,** matrícula 378417-7/1, por prazo **DETERMINADO**, que terá início no dia **14 de agosto e término em 11 de novembro de 2024**, para exercer temporariamente as funções de **Agente Administrativo da Educação – PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.

Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 14 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FDBF73E7

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 331 16 DE AGOSTO DE 2024.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 15.000,00, para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Finanças e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº, 472 de 26 de dezembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei 4.193/2023 de 15/12/2023– Lei Orçamentária Anual – LOA/2024.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.193/2023 de 15/12/2023, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.01.04.123.0005.2.018	3.3.90.14.00.00.00	000	R$ 5.000,00
05.02.04.129.0005.2.020	3.3.90.14.00.00.00	000	R$ 10.000,00
TOTAL			**R$ 15.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.193/2023 de 15/12/2023, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.01.04.123.0005.2.018	3.3.90.35.00.00.00	000	R$ 15.000,00
TOTAL			**R$ 15.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº 472 de 26 de dezembro de 2023, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
05.01	3.3	000	Agosto	R$ 15.000,00
TOTAL				**R$ 15.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
05.01	3.3	000	Agosto	R$ 15.000,00
TOTAL				**R$ 15.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:900B4D56

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 332 16 DE AGOSTO DE 2024.

SUMULA: Abre Crédito Adicional -Suplementar - Por Excesso de Arrecadação, junto a Secretaria Municipal de Saúde e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº 472 de 26 de Dezembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10, artigos 13 e 14 da Lei 4.193 de 15/12/2023– Lei Orçamentária Anual – LOA/2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.193 de 15/12/2023, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.301.0009.2.046	3.3.90.30.00.00.00	491	R$ 100.000,00

TOTAL			**R$ 100.000,00**

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º, artigos 13 e 14 da Lei 4.193 de 15/12/2023 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2024.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 491 Emenda Individual de Custeio/Federal.

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº 472 de 26 de Dezembro de 2023, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	3.3	491	Agosto	R$ 100.000,00
TOTAL				**R$ 100.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:08001E89

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO 142/2023

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 145/2023

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa **EASY UP EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E IDIOMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito Centro, cadastrada no CNPJ sob o nº 42.727.336/0001-09, estabelecida na Avenida Santos Dumont nº 132, CEP 86.200-000, na cidade de IBIPORÃ – PR, **felipe@easyupeducacao.com.br, felipeslompopires@gmail.com**, telefone (43) 3379.9900 e (43) 98443.5301, neste ato, representada pelo Sr. **FELIPE SLOMPO PIRES RICARDO**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG nº 9.392.434-7 SSP/PR e do CPF/MF nº 055.383.579-37, residente e domiciliado na cidade de IBIPORÃ - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato, prorrogando a execução por mais 12 (doze) meses, com início em **09/08/2024** e término em **08/08/2025,** e, 60 (sessenta) dias para vigência após o término da execução.
Cláusula SEGUNDA – FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato, em vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 08 de agosto de 2024.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*EASY UP EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E IDIOMAS LTDA*
Contratante	Contratada
TESTEMUNHAS:	
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**WILSON SOCIO JUNIOR**
Secretaria Municipal de Compras, Licitações, Patrimônio	Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico (INTERINO)
ODAIR RODRIGUES	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:ACDFF3A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO Nº.: 01/2024 - CONTRATO Nº: 53/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Salgado Filho
Contratada.: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SAO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SAO MIGUEL SC/PR/RS
Valor: R$ 6.000,00
Vigência: Início: 19 de agosto de 2024 Término: 19 de agosto de 2025
Licitação: Credenciamento Nº.: 08/2023
Recursos: Dotação: 44 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, por meio de guias emitidas pelo setor responsável do município de Salgado Filho - PR, por intermédio de suas agencias, com prestação de contas por meio eletrônico dos valores arrecadados.

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Salgado Filho-Paraná, 16 de agosto de 2024.

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:2B8AE2EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 30/2024**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.
Objeto da licitação: Contratação, através do processo de licitação na modalidade de registro de preço, empresa especializada para prestação de serviços de vigilantes desarmados para as 03 unidades escolares da Rede Municipal de Ensino do município de Salgado Filho – PR,

Data de entrega dos envelopes: 03/09/2024 às 08:59 horas no Compras Gov.
Data de abertura dos envelopes: 03/09/2024 às 09:00 horas no Compras Gov.
Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao

Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 16 de agosto de 2024

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:C260B746

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 258/2024

PORTARIA Nº. 258/2024

SÚMULA– Designa Comissão de avaliação de amostra de Gêneros Alimentícios Perecíveis e não perecíveis.

Volmar Duarte, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Artigo 1º- **DESIGNAR**, a Comissão de avaliação de amostras de Gêneros Alimentícios Perecíveis e não perecíveis.

Artigo 2º - A comissão será composta pelos servidores abaixo:

Karoline Estela Durante Luza	Diretor de Departamento de Compras
Fernanda Guarda	Nutricionista RT – Secretaria De Educação
Paula Picini	Coordenação Pedagógica – Secretaria de Educação
Mônica Patrícia Vieira	Secretária de Administração e Planejamento

Salgado Filho – PR, 16 de Agosto de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique de Souza
Código Identificador:6AFA8381

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 98 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

DECRETO Nº 98 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel abaixo especificado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 63, inciso "XI", da Lei Orgânica do Município e com base nos artigos 2º e 5º alínea "m" do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1.941, alterado pela Lei Federal de nº 9.785 de 29 de janeiro de 1.999,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo amigável,o **Imóvel Urbano, Chácara nº 20-A subdivisão da Chácara nº 20 da Secção "C"**, situado no município de Salgado Filho – PR, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão – PR sob **Matrícula nº16.419**, com área de 500m² (quinhentos metros quadrados), dentro das seguintes divisas e confrontações: **Norte:** com a estrada de acesso a Linha Riograndense, numa extensão de 40 metros; **Sul:** com a sanga sem denominação, numa extensão de 25 metros. **Oeste:** por linha seca e reta com a chácara 20 da secção "C", parte remanescente, numa extensão de 46 metros. Sendo de propriedade de **Idair Domingos Picini,** portador do RG nº2.253.580 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº430.980.619-87, casado pelo regime de Separação Total de Bens com **Juliana Perotoni Picini,** portadora do RG nº8.406.081-0 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº035.511.149-78, residentes e domiciliados a Rua André Battisti Filho, nº625 em Salgado Filho, Estado do Paraná. (Conforme matrícula em anexo), que faz parte integrante e inseparável do presente Decreto.

Art. 2º O imóvel havido na desapropriação destina-se a construção de Casa Mortuária.

Art. 3º Em havendo desapropriação amigável lavre-se imediatamente a competente Escritura Pública de Desapropriação.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º A avaliação do imóvel foi realizada pela Comissão Municipal de Avaliação e Reavaliação de Bens Imóveis, constituída por meio do Decreto Municipal nº 51, de 05 de abril de 2024.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique de Souza
Código Identificador:43CDFF37

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 97, DE 15 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 97, DE 15 DE AGOSTO DE 2024.

Institui e Nomeia Membros da Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) do Município de Salgado Filho e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

CONSIDERANDO que o acompanhamento e a avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) requerem esforços conjuntos dos diversos órgãos envolvidos na aplicação, no cumprimento das medidas socioeducativas e no atendimento aos adolescentes;

DECRETA:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Município de Salgado Filho, a Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), com a finalidade de articular as políticas governamentais e elaborar estratégias conjuntas para o desenvolvimento de ações relativas à execução de medidas socioeducativas, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art.2º Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela articulação entre os seguimentos que compõem a Comissão, não isentando a responsabilidade das demais secretarias municipais de acordo com as respectivas Políticas Públicas.

Art.3º São atribuições da Comissão Intersetorial do Sinase:

I - Realizar reuniões bimestrais para tratar de assuntos relativos a à execução de medidas socioeducativas;
II - Participar do processo de planejamento das ações relativas à execução de medidas socioeducativas, assim como assegurar a previsão de recursos necessários ao atendimento socioeducativo;
III - garantir um espaço de articulação, planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no atendimento socioeducativo, promovendo a transversalidade das políticas intersetoriais no Atendimento Socioeducativo;
IV - Contribuir para o levantamento e a consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal na operacionalização e na avaliação das ações implantadas e na implementação das políticas públicas voltadas para os adolescentes em conflito com a lei;

Art. 4º A Comissão Intersetorial será constituída por um representante, titular e um suplente, de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Sirlei Dias Cabral Dressler
Suplente: Jucemara de Morais Romanoski

II - Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Maria Edileuza Sobral Batistti
Suplente: Silmar Tafarel

III - Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Eliane Marcia Ruch
Suplente: Marise Milkiewicz

IV - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura:
Titular: Luana Candida de Conto

V - Secretaria de Secretaria de Administração e Planejamento:
Titular: Monica Patrícia Vieira
Suplente: Ana Carla Campos

VI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Elaine Alves Maciel Tafarel
Suplente: Elaine Rodrigues

Art. 5º A participação na Comissão Intersetorial é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Salgado Filho, em 15. de agosto de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia ___/___/2024.

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:951E4D7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
PORTARIA Nº 038/2024

PORTARIA Nº 038/2024

SÚMULA: - Autoriza o pagamento de diária ao Agente Político, abaixo especificado, e dá outras providências.

VALDECIR BALDESSAR, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o pagamento de diária ao agente político abaixo especificado:

Nome	**Cargo**	**Requisição**
VALDECIR BALDESSAR	Vereador	035/2024
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Três diárias, nos dias 18, 19 e 20/08/2024 no valor total de R$ 1.770,00.	Curitiba- PR	Reuniões na Assembleia Legislativa do Paraná: Gabinete do Deputado Adão Litro e Gabinete do Deputado Matheus Vermelho.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto do Lontra, em 16 de agosto de 2024.

VALDECIR BALDESSAR
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:CCA14345

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2024

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de agosto de 2024.

CONTRATANTE: Salto do Lontra Câmara Municipal de Vereadores – CNPJ nº. 00.921.263/0001-33.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60.

ENDEREÇO: AV RIO BRANCO, nº. 1489, CAMPOS ELISEOS, SAO PAULO, CEP. 01.205-001.

OBJETO: contratação de empresa para serviço de seguro para o veículo oficial Virtus Exclusive, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Salto do Lontra.

VALOR GLOBAL: R$ 3.134,00 (três mil, cento e trinta e quatro reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de emissão da apólice do seguro. 18 de agosto de 2024 a 18 de agosto de 2025.

FORO: Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Salto do Lontra, 16 de agosto de 2024.

Salto do Lontra Câmara Municipal de Vereadores
VALDECIR BALDESSAR
Presidente

Publicado por:
Maicon Antônio Ganzer
Código Identificador:CDE250DF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 COMPRASNET Nº 90053/PROCESSO 106/2024

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 20 de setembro de 2024**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para contratação de empresa para fornecimento de parcelado de concreto usinado em atendimento a secretaria de administração planejamento e finanças, com recursos

próprios. Critério de Julgamento: Menor Preço. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 20 de setembro de 2024, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 16 de agosto de 2024. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos ao agente de contratação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 16 de agosto de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:0A6543BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2024

OBJETO:	Contratação de empresa para troca da caixa de marcha do Caminhão poli guindaste Palca RHT 2G99 do Departamento de urbanismo deste Município.
CONTRATADO:	SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ:	24.706.364/0001-50
VALOR:	20.000,00
VIGÊNCIA:	16/10/24
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 16 de agosto de 2024

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:EE2722A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 37/2024

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no o inciso I ou do art. 74 da Lei Federal n.º 14.133, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Caixa de transmissão - Q5985	SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	1,00	20.000,00	20.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	20.000,00

Salto do Lontra, 16 de agosto de 2024

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:C9A6A72C

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 809-2024

PORTARIA N° 809, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SÚMULA: - Restabelece Férias Prêmio às Servidoras Municipais e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 74 (setenta e quatro) dias de Férias Prêmio a partir do dia 05 de agosto de 2024, conforme Portaria nº 199/2020, à servidora Municipal **CLECI APARECIDA MARIA**, brasileira, portadora da matrícula 7101/1, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal efetivo, admitido em 01/02/1999, período aquisitivo 2014 a 2019.
Art. 2º - Restabelece 54 (cinquenta e quatro) dias de Férias Prêmio a partir do dia 01 de agosto de 2024, conforme Portaria nº 190/2021, à servidora Municipal **VERA LUCIA DE GOES BONIN**, brasileira, portadora da matrícula 3204/2, admitida em 01/09/1990, período aquisitivo 2000 a 2005, e restabelece 07 (sete) dias de Férias Prêmio a partir do dia 01 de agosto de 2024, conforme Portaria nº 188/2020, matrícula 3204/1, admitida em 14/02/1994, período aquisitivo 2009 a 2014, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal efetivo.

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 16 de agosto de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Geremia
Código Identificador:77199851

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 810-2024

PORTARIA N° 810, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 90 (noventa) dias de Férias Prêmio aos Servidores Municipais Abaixo Especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Ana Paula Gorges Faust	Ag. C. de Saúde	17/03/2016	2016-2023	01/08/24 à 29/10/24
02	Larissa Gesser Filipini	Professor 20h	22/02/2016	2016-2023	03/06/24 à 31/08/24
03	Silmara Maisa Lasta Zantutt	Professor 20h	14/02/1994	2019-2025	01/08/24 à 29/10/24
04	Silmara Maisa Lasta Zantutt	Professor 20h	01/01/1995	2020-2026	01/08/24 à 29/10/24
05	Raquel Paiz	Pedagogo	13/02/2012	2012-2017	05/08/24 à 02/11/24
06	Roseli Franz Engels	Professor 20h	19/02/2002	2012-2017	01/08/24 à 29/10/24
07	Roseli Franz Engels	Professor 20h	02/04/2007	2007-2012	01/08/24 à 29/10/24
08	Vandelei Valgoi de Andrade	Professor 20h	02/07/2010	2010-2015	01/08/24 à 29/10/24
09	Vandelei Valgoi de Andrade	Professor 20h	01/04/2016	2016-2023	01/08/24 à 29/10/24
10	Vera Lucia de Goes Bonin	Professor 20h	14/02/1994	2014-2019	08/08/24 à 05/11/24

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 16 de agosto de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Geremia
Código Identificador:960642A8

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 811-2024

PORTARIA N°811, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SÚMULA: - Designa a Servidora Municipal CAROLINA BONIN e da outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a partir de 12 de Agosto de 2024, a Servidora Municipal Sr.(a) **CAROLINA BONIN**, brasileira, portadora da Matrícula 15202/1, ocupante do Cargo de Recepcionista, do quadro pessoal efetivo, admitido em 01/07/2024 para desempenhar suas funções de Ouvidora Municipal da Saúde e Ouvidora-Geral do Município de Salto do Lontra.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, em especial da Portaria 691/2024, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 16 de Agosto de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Geremia
Código Identificador:93FB840A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2024

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa 53.026.544 CAMILA RODRIGUES CURY, CNPJ: 53.026.544/0001-99, no Pregão nº 05/2024
OBJETO:REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES
VALOR REGISTRADO: 9.435,00 (Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais)
DATA DO REGISTRO:14/08/2024
VALIDADE: 13/08/2025

REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS DE FREIOS, EMBREAGENS E MOTORES, GRAXAS LUBRIFICANTES, LÍQUIDOS DE ARREFECIMENTO E ÓLEOS HIDRÁULICOS

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:B6E00DC1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 124/2024

SÚMULA: O Chefe do Poder Executivo dá publicidade ao ato de convocação não atendido pelo candidato aprovado e convocado a preencher vaga do Concurso Público nº 001/2023.

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Edital de Convocação nº 034/2024, de 02 de julho de 2024, publicado em 03 de julho de 2024, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição 3058;
Considerando o correio eletrônico que no ato da inscrição do concurso público foi cadastrado na base de dados dos inscritos.

Considerando o correio eletrônico encaminhado no dia 10 de julho de 2024, às 09h53, com o Edital de Convocação nº 034/2024 em anexo.

Considerando ainda, que se passaram mais de 10 (dez) dias úteis da publicação do Edital de Convocação e de 05 (cinco) dias úteis de envio do Edital de Convocação por meio do correio eletrônico encaminhado, sendo que o Edital que desencadeou o concurso público no ***item 20.5 do Edital de Concurso Público nº 001/2023, informa que : o*** candidato, após a convocação, deverá comparecer à Departamento de Recursos Humanos do Município de Santa Amélia – PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original juntamente com os documentos citados no item 4 e subitem 20.4.

R E S O L V E

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo informa, que o candidato: **CHARLES ALVES MOREIRA LIMA**, brasileiro, RG. 48.737.589-0 SSP SP, e CPF/MF nº 403.464.498-20, classificado em 15º (décimo quinto) lugar para o cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS,** aprovado no Concurso Público nº 001/2023, conforme resultado final homologa e publicado em 20/10/2023, **QUEDOU-SE INERTE** ao ser convocado mediante edital de convocação nº 034/2024, publicado em 03/07/2024, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de agosto de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:8EBC745C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 643/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a partir do dia 2 de setembro de 2024, 5 dias de férias ao servidor público municipal **Aline Viana da Costa Ferreira**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Agente de combate a endemias**, correspondentes ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2° Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005.
Art. 3º. O servidor público deverá retornar as atividades normais no dia 7 de setembro de 2024.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 16 de agosto de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:A99C283B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº. 007/2024

Autorização de Diária nº. 007/2024

Fica AUTORIZADO ao **Sr. Evander Natalino Sestar Sudario, ocupante do cargo de Agente Auxiliar de Serviços Operacionais, com FG – Chefe da Seção e Manutenção de Água e Esgoto,** o valor de R$ 1.200,00 - (Um e duzentos reais), referente a 03 (três) diárias para viagem até a cidade de Curitiba, Estado o Paraná, nos dias 19/08/2024 a 21/08/2024 para participar do I Seminário Paranaense de Regulação – Água, Esgoto e Resíduos Sólidos Urbanos, no Centro de Eventos da Fiep.

OBJETIVO
Possibilitar minha viagem até a cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no(s) dia(s) 19/08/2024 a 21/08/2024, para participar do I Seminário Paranaense de Regulação – Água, Esgoto e Resíduos Sólidos Urbanos, no Centro de Eventos da Fiep.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal nº 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo I, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 16 de Agosto de 2024.

DANIEL CARDOSO DOS SANTOS
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:2DB49E75

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º121/2024

Autorização de Adiantamento n.º121/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **MARCELO DA SILVA,** o valor de **R$ 400,00(Quatrocentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Itapolis – SP, no dia 06/08/2024, para serviço da secretaria.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 06 de agostode 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:30E7E942

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 123/2024

Autorização de Adiantamento n.º 123/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **RODRIGO NOVASKI MARTINS,** o valor de **R$ 00,00 (quatrocentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Agudos – SP, no dia 08/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 07 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:DFCF2C0B

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 124/2024

Autorização de Adiantamento n.º 124/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **FRANSCISCO SIMÃO DE OLIVEIRA,** o valor de **R$ 40,00 (quarenta reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Jacarezinho – PR, no dia 08/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 07 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:0E84A7C3

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 125/2024

Autorização de Adiantamento n.º 125/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **ADVANCE CAMPAUCCI,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR, no dia 09/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 08 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:E07152E9

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 126/2024

Autorização de Adiantamento n.º 126/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **AMITON YNOUE,** o valor de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR, nos dias 14 e 15/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 08 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:79548DE2

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º127/2024

Autorização de Adiantamento n.º127/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **CARLOS ROBERTO MOREIRA,** o valor de **R$ 50,00(cinquenta reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Londrina – PR, no dia 15/08/2024.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 14 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:924B8270

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 128/2024

Autorização de Adiantamento n.º 128/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **ADVANCE CAMPANUCCI,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR e Região Metropolitana, no dia 19/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:52F5D9D5

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 129/2024

Autorização de Adiantamento n.º 129/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **ADVANCE CAMPANUCCI,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR e Região Metropolitana, no dia 21/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:05B0C5FB

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 129/2024

Autorização de Adiantamento n.º 129/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **ADVANCE CAMPANUCCI,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR e Região Metropolitana, no dia 21/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:A8DEDA6E

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 123/2024

Autorização de Adiantamento n.º 123/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **RODRIGO NOVASKI MARTINS,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Curitiba – PR e Região Metropolitana, no dia 22/08/2024, para tratamento e consulta especializada.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:8F52C38D

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 131/2024

Autorização de Adiantamento n.º 131/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA,** o valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, que se faz necessário para custear despesas, até a cidade de Curitiba – PR e Região, a serviço da Secretaria de Ações Públicas e Desenvolvimento Social, no dia 16/08/2024, para transporte de familiares para visita a adolescente em situação de conflito com a Lei, cumprindo medida no Cense/Curitiba - PR .

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:EF7767E2

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 132/2024

Autorização de Adiantamento n.º 132/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **MARCELO DA SILVA,** o valor de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Iguaraçu – PR dia 16/08/2024, para levar o veículo desta secretaria para aferição de Tacógrafo, placa RHC5G39.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:D714C849

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO N.º 133/2024

Autorização de Adiantamento n.º 133/2024

Fica **AUTORIZADO** ao Sr. **ADVANCE CAMPANUCCI,** o valor de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**, que se faz necessário para custear despesas, a serviço desta Municipalidade até a cidade de Igaraçu – PR, no dia 16/08/2024, para levar veículo para Aferição de Tacógrafo, placa BDE 2J67.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 799/2015, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:1ECB56A7

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º 110/2024

Autorização de Diária n.º 110/2024

Fica AUTORIZADO ao Sr. HAMILTON RODRIGUES, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMETNO DE TRÂNSITO, o valor de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**, referente a 02 (duas) diárias, para possibilitar sua viagem a Curitiba - PR, nos dias 14 e 15 de agosto de 2024.

OBJETIVO

- CURSO DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR na sede do DETRAN.

- Data e horários previstos para saída: 14/08/2024 às 03h00m.
- Data e horários previstos para retorno: 15/08/2024 às 18h00m.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 1.051/2023, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, 22 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:0D51A909

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º 111/2024

Autorização de Diária n.º 111/2024

Fica AUTORIZADO ao Sr. LEANDRO FRANCIOLI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, o valor de **R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)**, referente a 03 (três) diárias, para possibilitar sua viagem a Curitiba - PR, nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2024.

OBJETIVO

- PARTICIPAR DA CIB ESTADUAL E DEMAIS EVENTOS RELACIONADOS A ESTA SECRETARIA E VISITAS TÉCNICAS

- Data e horários previstos para saída: 20/08/2024 às 06h00m.
- Data e horários previstos para retorno: 22/07/2024 às 20h00m.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 1.051/2023, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, dia 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autorização de Diária n.º 111/2024

Fica AUTORIZADO ao Sr. LEANDRO FRANCIOLI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, o valor de **R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)**, referente a 03 (três) diárias, para possibilitar sua viagem a Curitiba - PR, nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2024.

OBJETIVO

- PARTICIPAR DA CIB ESTADUAL E DEMAIS EVENTOS RELACIONADOS A ESTA SECRETARIA E VISITAS TÉCNICAS

- Data e horários previstos para saída: 20/08/2024 às 06h00m.
- Data e horários previstos para retorno: 22/07/2024 às 20h00m.

Destarte, advirto as necessárias comprovações e aplicações das sanções previstas na Lei Municipal n.º 1.051/2023, devendo ser apresentado relatório conforme anexo III, que será analisado pelo Controle Interno.

Santa Cecília do Pavão, dia 15 de agosto de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:CF56D54E

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/ 2024

v
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/ 2024

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	Registro de preços para locação de CONJUNTO COMPLETO DIGITALIZADOR CR/DR E IMPRESSÃO.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 03/09/2024	Horário: 08h[1]
Abertura e análise das propostas:	Data: 03/09/2024	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 03/09/2024	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 91.680,00**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.

Santa Cecília do Pavão, 16 de agosto de 2024.

VICENTE CELESTINO DE ALMEIDA JESUS SOARES
Pregoeiro

[1] Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:C76A164C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EMERGENCIAL DE ESTIAGEM

DECRETO Nº 2.542/2024

Declara situação EMERGENCIAL na área do município de Santa Cruz de Monte Castelo afetada pela estiagem, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o longo período de estiagem em todo território deste Município;

CONSIREDANDO que desde o inicio do ano de 2024 o índice de chuvas constitui abaixo da média dos demais períodos;

CONSIDERANDO que a estiagem na região Noroeste do Estado do Paraná dura mais de 60 dias, e que acarreta prejuízos imensos a toda área da agricultura e pecuária;

CONSIDERANDO que reflete no aumento de doenças respiratórias agudas são facilmente transmissíveis;

CONSIDERANDO o aumento na necessidade dos trabalhadores na lavoura receberem ajuda de cestas básicas na Secretaria de Assistência Social;

CONSIDERANDO que a referida estiagem constitui um desastre a economia local.

D E C R E T A:

Art. 1º. Que fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, em virtude a falta de chuvas, relatório em anexo da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos hídricos;

Art. 2º Por força deste Decreto fica o Poder Executivo autorizado a adotar e executar as medidas necessárias ao controle do prejuízo social ocasionado pelo longo período de estiagem;

Art. 3º. Devem ser realizadas reuniões com todas as secretarias desta municipalidade, para serem desenvolvidas e tomadas medidas que amenize as conseqüências o desastre natural da estiagem;

Art. 4º. Com base no inc. VIII do Art. 75 da Lei Federal n.º14.133/2021, sem prejuízos das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensadas de licitações os contratos de aquisições de bens necessários as atividades de resposta ao desastre, levado-se em conta que todas as medidas devem ser justificadas e documentadas.

Art. 5º. Observa-se que por tratar de ano eleitoral, existe a necessidade de desenvolver medidas levando em conta o dever de cumprimento a Lei Federal 9.504/1997 (Lei Eleitoral), estabelecendo sempre justificativas comprovadas das medidas a serem tomadas, que toda despesa realizada deverá contar com disponibilidade financeira;;

Art. 6º. O momento exige trabalho integrado dos diferentes órgãos do poder público, bem como atitudes emergenciais para que o problema seja amenizado;

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 16 de agosto de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:C9876FAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2018

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2018, PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 110/2018.

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR, CNPJ N.º 75.462.820/0001-02.

CONTRATADO: **WEBLINE SOFTWARE LTDA EPP** com sede Rua Oscar Leopoldino da Silva, n.º 119, Jd. Dirceu – Município de Marilia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ(MF) sob 07.673.796/0001-92.
OBJETO: Fica alterada a cláusula décima, aditivando o prazo de vigência do serviço por mais 04 (quatro) meses e sete dias, ou seja, **de 24 de agosto de 2024 a 31 de dezembro de 2024**.
DEMAIS CONDIÇÕES: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, Pregão Eletrônico n.º 034/2018.

Santa Cruz de Monte Castelo, 15 de agosto de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:03342BC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2018

EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 110/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700;
Contratado: WEBLINE SOFTWARE LTDA EPP com sede Rua Oscar Leopoldino da Silva, n.º 119, Jd. Dirceu – Município de Marilia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ(MF) sob 07.673.796/0001-92.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2018, especialmente, do art. 57 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como às condições abaixo relacionadas, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal relacionado e que a eles se submetem.
Objeto do Aditamento: Fica alterada a cláusula terceira, aditivando o valor contratual de **R$ 3.025,96 (Três mil vinte e cinco reais e noventa e seis centavos)**. Sendo 04 (quatro) meses de serviços, com o valor de R**$ 756,49 (Setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos)** mensal.
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2018.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR. 18 de agosto de 2018.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:44A16E9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 095/2021.

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR, CNPJ N.º 75.462.820/0001-02.
CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.982.200/0001-00.
OBJETO: Fica altera a cláusula quarta do contrato primitivo n.º 112/2021, prorrogando a vigência, ou seja de: 18/08/2024 à 31/12/2024.
DEMAIS CONDIÇÕES: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, Pregão Eletrônico n.º 032/2020.

Santa Cruz de Monte Castelo, 06 de agosto de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:9CF5F5FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO DE DISTRATO N° 183/2024 AO CONTRATO Nº 467/2023
CONCORRENCIA Nº 10/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2023
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E L A MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA
OBJETO: Rescisão contratual.
DATA:15/08/2024.

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:E71AE331

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO

Processo Dispensa Eletronica Nº 12/2024

O Município de Santa Lúcia, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, comunica nova data para a realização do presente processo de Contratação Direta, uma vez que na data designada para o certame nenhuma Licitante cadastrou proposta na Plataforma, referente ao Processo de Contratação Direta por meio de **Dispensa Eletronica,** do tipo **menor preço por item**, **exclusivo para Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Município,** objetivando **Contratação de empresa para realização de manutenção corretiva com fornecimento de peças e serviços para o veículo Peugeot Boxer M330M 23S (chassi VF3YEBRFCP2W08171), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Sendo assim, comunica nova data para abertura do certame.

A sessão de processamento do presente Processo de contratação direta **por meio de dispensa** será realizada na Plataforma BNC, site https://bnc.org.br/, no **dia 26/08/2024, às 09:00 horas, as propostas serão recebidas na Plataforma até as 08:30 horas do dia 26/08/2024, o horário da fase de lances será:** a partir das 09:00 horas do dia 26/08/2024 as 15:00 horas 26/08/2024.

O aviso de Contratação Direta poderá ser retirado diretamente na Departamento de Licitações e Contratos, no horário de expediente das 07h30 às 11h30 horas e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis, e no *site* do Município - www.santalucia.pr.gov.br, no *link* - Licitações - Transparência, bem como solicitado pelo e-mail: compras@santalucia.pr.gov.br e na Plataforma BNC, site https://bnc.org.br/. Em caso de dúvidas, fone (45) 3288-1144.

Santa Lúcia, estado do Paraná, 16/08/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edes Mota Tavares
Código Identificador:44DA7EA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 095/2024 DATA: 16/08/2024

PORTARIA Nº 095/2024
DATA: 16/08/2024

O Prefeito Municipal de Santa Lucia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de 01 (uma) diária para a servidor **MARIA DE FATIMA DUDU BERTI** (Professor), em decorrência da viagem a Curitiba- PR, para buscar kit de material esportivo, repassado através do deputado Professor Lemos**,** no dia 18 de agosto de 2024. Saída no dia 18 de agosto e retorno 19 de agosto de 2024.

➢ MARCA E MODELO: PEUGEOT 208
➢ PLACA**:** AVP 9C94
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lucia, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Stracher França
Código Identificador:CF1E1B60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 226 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

DECRETO Nº 226 de 16 DE agosto de 2024.

Declara vacância de cargo efetivo por motivo de posse em outro cargo inacumulável, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICPAL DE SANTA LÚCIA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 49, inciso VII, da Lei Municipal nº 314, de 26 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a ausência de regulamentação específica que trate acerca do pedido de vacância por posse em outro cargo inacumulável;

CONSIDERANDO a solicitação de vacância por posse em outro cargo inacumulável protocolado pela servidora Elisandra Ritter aos 04 de julho de 2024;

CONSIDERANDO que a declaração de vacância é o desligamento de cargo público efetivo, com geração de vaga, que possibilita ao servidor aprovado em concurso público ser nomeado para outro cargo inacumulável, independente da esfera de poder, e sem que haja o rompimento da relação jurídica com o ente onde se encontra lotado,

D E C R E T A

Art. 1º. Declaro vago o cargo de Professor(a), da Secretaria de Educação, por motivo da servidora **Quelli Villa**, matrícula nº 934-1, ter tomado posse em outro cargo inacumulável, a partir do dia 19 de agosto de 2024.

Art. 2º. Declaro, ainda, de acordo com o inciso VII, do artigo 49, da Lei Municipal nº 314/2009, a vacância do cargo de Professor(a).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Lúcia, Estado do Paraná 16 de agosto de 2024

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Stracher França
Código Identificador:84C2CB79

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 14/2024 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 14/2024

Dispõe sobre a Regularização do Plano de Ação da Deliberação nº 31/2017 – FIA - Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar do município de Santa Lucia - PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n°. 1134/2023 e,

Considerando a ***Deliberação*** deste Conselho em reunião realizada no dia 16 de agosto de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado a Regularização do Plano de Ação da Deliberação nº 31/2017 – FIA - Programa Crescer em Família – Acolhimento Familiar – do municipio de Santa Lucia - PR
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Lúcia, 16 de agosto de 2024.

ELISANGELA APARECIDA CECHIM
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:91A84A19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1175/2024

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1175/2024

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOANA LUCIANA SILVA DE ANDRADE **MATRÍCULA n.º** 9997227
CARGO: TECNICO DE CONTROLE **CPF N.º** 029.***.***-81
OBJETIVO DA VIAGEM: VIAGEM AO MUNICIPIO DE MARINGA PARA PARTICIPAR DE TREINAMENTO SOBRE NOVA LEI DE LICITAÇÕES (MBA FORNECIDO PELO TCE-PR
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 12/08/2024
Data de Retorno: 12/08/2024
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: MARINGA PR **Código do IBGE:** 15200
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: TCE/PR- EVENTOS E TREINAMENTO
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO

VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CENTO E VINTE)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CENTO E VINTE)

Santa Maria do Oeste/PR,sexta-feira, 16 de agosto de 2024

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Renzi
Código Identificador:AE635F58

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA N°1176/2024

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1176/2024

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: EDSON HENTJES **MATRÍCULA n.º** 9997258
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 045.***.***-33
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMNETO AO MUNICIPIO DE IVAIPORA PARA LEVAR EQUIPES DA ESCOLINHA MUNICIPAL DE FUTSAL PARA PARTICIPAR DE TORNEIO
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 11/07/2023
Data de Retorno: 11/07/2023
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 411506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR,sexta-feira, 16 de agosto de 2024

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Renzi
Código Identificador:833B2137

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA N°1177/2024

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1177/2024

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA **MATRÍCULA n.º** 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF** N.º 083.***.***-96
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ESPORTE ACOMPANHAR ATLETAS PARA PARTICIPAR DO CAMPEONATO GUARAPUAVANO

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 27/07/2024
Data de Retorno: 27/07/2024
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE**: 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR,sexta-feira, 16 de agosto de 2024

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Henrique Renzi
Código Identificador:FB6DE49F

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **CAMILO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 44.561.648/0001-02, com sede na Rua Generoso Karpinski, 855, Centro, Município de Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representada por Rodrigo de Oliveira Silva, brasileiro, inscrito na carteira de Identidade RG sob n° 13.017.851-64 e inscrito no CPF sob n° 090.509.769-64 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº. 150/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 6ª, fica prorrogado por 136 (dias) Meses, vigorando assim até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de Agosto de 2024.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***CAMILO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:C2BC3F26

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 151/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **M CONRADO MTERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 33.715.703.0001-55, com sede na Rua Bernardino Grande, 10, Centro,

Município de Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representada por Marcelo Conrado, brasileiro, inscrito na carteira de Identidade RG sob n° 5.333.144-0 e inscrito no CPF sob n° 809.160.239-15 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº. 151/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 6ª, fica prorrogado por 136 (dias) Meses, vigorando assim até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de Agosto de 2024.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***M CONRADO MTERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:40B1A644

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 152/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **I. J. STRAPASSON & CIA LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 03.723.036/0001-91, com sede na Av. São Roque, 492, Centro, Município de Boa Ventura de São Roque - PR, neste ato representada por Idenilson João Strapasson, brasileiro, inscrito na carteira de Identidade RG sob n° 15.339.978-6 e inscrito no CPF sob n° 601.068.400-53 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº. 152/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 6ª, fica prorrogado por 136 (dias) Meses, vigorando assim até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de Agosto de 2024.

_____	_____
OSCAR DELGADO	***I. J. STRAPASSON & CIA LTDA***
Prefeito Municipal	

Testemunhas

_____	_____
Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:526D6431

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 155/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MADEIREIRA ALMEIDA & GELESKI LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 34.143.074/0001-07, com sede na Rod. PR 456, KM 22, s/n, Município de Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representada por Maria Edineia Almeida, brasileiro, inscrito na carteira de Identidade RG sob n° 9.746.228-3 e inscrito no CPF sob n° 059.076.909-09 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº. 155/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 6ª, fica prorrogado por 136 (dias) Meses, vigorando assim até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de Agosto de 2024.

_____	_____
OSCAR DELGADO	***MADEIREIRA ALMEIDA & GELESKI LTDA***
Prefeito Municipal	

Testemunhas

_____	_____
Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:7EFA3D49

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 154/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155,

Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **JOCELIO VOUK**, inscrita no C.N.P.J. n.º 11.107.168/0001-17, com sede na Rua Bernardino Grande, s/n, Distrito de São José, Município de Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representada por Jocelio Vouk, brasileiro, inscrito no CPF sob n° 027.585.089-74 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº. 154/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Clausula 6ª, fica prorrogado por 136 (dias) Meses, vigorando assim até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de Agosto de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 16 de Agosto de 2024.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***JOCELIO VOUK***

Testemunhas

_____	_____
Odair José Ferreira de Lima	Fernando Lopes
RG: 6.013.796-0	RG: 7.605.179-8
CPF: 857.956.159-00	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:197FF25B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0360/2023 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 035/2023

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0360/2023
Processo inexigibilidade Nº 035/2023

OBJETO: Contratação de Profissional Nutricionista para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas no Chamamento Público 004/2022.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALINE MARA STRUB DO NASCIMENTO.
VIGÊNCIA ATUAL: 12/08/2025.
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2024.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ALINE MARA STRUB DO NASCIMENTO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B106065D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE EXTRATO ADITIVO SUPRESSÃO Nº 4 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2022 CONCORRÊNCIA Nº 3/2022

EXTRATO ADITIVO SUPRESSÃO Nº 4 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2022
Concorrência Nº 3/2022

OBJETO: Construção de Barracão Industrial contendo: depósitos, salas de múltiplo uso, área de carga e descarga, circulação e instalações sanitárias.
Construção de Barracão Industrial com execução de serviços de: instalações preliminares, movimento de terra e drenagem, estruturas, alvenaria e divisórias, cobertura, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidrosanitárias e de prevenção de incêndio, revestimentos, pisos, pinturas e demais itens e especificações constantes no projeto.
Lote urbano nº 07 da quadra nº 238, oriundo do desmembramento da sub-urbana, 2, chácara nº 88, situada de frente para a rua João Scalon, no bairro Princesa Isabel.
MATRÍCULA 21803..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP;
VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 34.891,01Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Um Reais e Um Centavo.
DATA DA ASSINATURA: 15/08/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: ALEXANDRE EMANUEL SCHEREINER - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:66461C7E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 34/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2022
Processo inexigibilidade Nº 34/2022

OBJETO: Contratação de Profissionais Técnico Desportivo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município, conforme Chamamento Público 05/2022.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: EDIANE TRASEL.
VIGÊNCIA: 19/08/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 25.150,44(Vinte e Cinco Mil, Cento e Cinquenta Reais e Quarenta e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: EDIANE TRASEL - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:748540A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO – Nº 008 – REEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONTRATUAL ao Contrato nº 013/2023, referente a Dispensa de Licitação nº 015/2023, que entre si celebraram a Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra e a Empresa Auto Posto R S Ltda.

A Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 01.616.421/0001-04, com sede na Rua Luiz Lemos, nº 120, nesta

cidade, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Presidente, Sr. Edmundo Lopes, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 5.764.024-3, SESP/PR, CPF/MF nº 848.029.019-68, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e, a Empresa **AUTO POSTO R S LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Luiz Perusso Sobrinho, 1.246, centro, São Jerônimo da Serra/PR, CEP: 86270-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.941.700/0001-02, neste ato representado pelo Senhor Jorge Luiz da Silveira Schmidt, inscrito no CPF nº 069.203.089-16, de ora denominada simplesmente de **CONTRATADA**, **RESOLVEM ADITAR** o presente, visando o fornecimento de Combustível – gasolina comum, no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/2021 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 013/2023, assinado no dia 15/05/2023, em decorrência a alta volatilidade do mercado de hidrocarbonetos e derivados, observando o índice do Governo Federal, o preço máximo na Tabela do Preço da ANP ao Consumidor para o município/região mais próxima, com a proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Pelo presente instrumento, fica alterada a Cláusula Primeira, item 1.2 do Contrato, onde o valor por litro de combustível era de R$ 5,69 (cinco reais e sessenta e nove centavos). A CONTRATANTE passará a pagar ao CONTRATADO o valor unitário por litro de combustível de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EFICÁCIA
O presente termo aditivo produzirá seus efeitos imediatamente.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 013/2023 que não tenham sido alteradas, implícita ou explicitamente, por este instrumento.
E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

São Jerônimo da Serra, 09 de Julho de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
Contratante

AUTO POSTO R S LTDA
Contratado

Testemunhas:

• _____
Nome:
RG:
CPF:

• _____
Nome:
RG:
CPF:

Publicado por:
Kleber Roberto P. Rodrigues Sassazawa Bueno
Código Identificador:3ECA4CFF

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº 05/2023
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ- CODENOP, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº. 08.146.697/0001-15, com sede junto ao Centro Administrativo localizado na Praça Coronel Deolindo, s/n - ,Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, aqui representado pelo seu Presidente, o Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra-PR Sr. **VENICIUS DJALMA ROSA**, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666 de 21/03/93, atualizada pela Lei n.º 8.886, de 08/06/1994, e processo Licitatório sob a modalidade **Pregão Eletrônico n.º 05/2023**, neste ato denominado CONTRATANTE.

COMPROMITENTE: SANTANA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Londrina rua Jordelino Silva, nº 150 Jardim Primavera, cep: 86.086-430, fone (43) 9 9182-7532 e-mail: santanamateriaistransportes@gmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.240.504/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Henrique de Santana, brasileiro, maior, portador do RG nº 10.641.989-2 CPF Nº 081.847.489-06, acordam e ajustam o presente termo nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações, subsidiariamente das normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, das demais normas legais aplicáveis, parecer em anexo , Acordão nº 1912/2023/TCEPR, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA 1ª: Na forma do art. 65 Inciso II alínea "d" §5º e 6ºda Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica reajustado o valor da brita graduada de R$: 39,59 (trinta e e nove reais e cinquenta e nove centavos), para R$: 43,02 (quarenta e três reais e dois centavos), e do pó de pedra de 3/8 de R$: 41,79 (quarenta e um reais e setenta e nove centavos), para R$: 49,81 (quarenta e nove reias e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA 2ª -Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Sapopema Pr, 16 de agosto de 2024.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:6B91EFFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 247/2024

PORTARIA Nº 247/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

NOMEAR, o Sr. **CLENILSON LOURENÇO,** RG 8.040.635-5, para o CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESPORTES INDÍGENA, – "AD-NUTUM", conforme Ofício 181/2024-GAB de 14/08/2024, a partir de 14/08/2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 15 de agosto de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:816C0570

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 249/2024

PORTARIA Nº 249/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

NOMEAR, a Sra. **WERICA FIDENCIO VARGAS,** RG 13.888.824-0, para o CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE CULTURA INDÍGENA, – "AD-NUTUM", conforme Ofício 180/2024-GAB de 14/08/2024, a partir de 14/08/2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 15 de agosto de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:295D1583

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 250/2024

PORTARIA Nº 250/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **ESMAIR CHAGAS MACHADO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, contratado por esta Prefeitura Municipal em 03/07/2023, conforme Portaria 165/2023 de 05/07/2023 , 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 03/07/2023 a 02/07/2024, a partir de 23/07/2024, devendo retornar ao trabalho em 22/08/2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 16 de agosto de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:A8504234

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 251/2024

PORTARIA Nº 251/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, a Sra. **JOZIELE REZENDE ROCHA SOUZA, TÉCNICA EM RADIOLOGIA**, contratada por esta Prefeitura Municipal em 03/07/2023, conforme Portaria 157/2023 de 05/07/2023 , 20 (vinte) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 03/07/2023 a 02/07/2024, a partir de 03/08/2024, devendo retornar ao trabalho em 23/08/2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 16 de agosto de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:2E0C31AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 252/2024

PORTARIA Nº 252/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, a Sra. **MAYARA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA SOUZA, TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, contratada por esta Prefeitura Municipal em 01/04/2016, conforme Portaria 167/16 de 02/04/2016, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 01/04/2023 a 31/03/2024, a partir de 09/08/2024, devendo retornar ao trabalho em 08/09/2024.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 16 de agosto de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:B12AD596

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 137/2024

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 005/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DESÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 05/2024, e na Portaria 53/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 05/2024;
CONSIDERANDO o ofício 62/2024 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Ação Social, solicitando substituição de profissionais estarão em Licença para Atividade Política
CONSIDERANDO o ofício 70/2024 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
CONSIDERANDO que os candidatos convocados através do Edital 132/2024, 29º Anderson Amaral, solicitou FINAL DE FILA e o 30º Marco Antonio Alves NÃO ATENDEU convocação

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Motorista	31º	DANIEL CAMILO	23

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do período de **19/08/2024 à 23/08/2024 (05 dias úteis)**, quando tomarão ciência do rol de documentos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 05/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 16 de Agosto de 2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:0BFD6373

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 262/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 020/2024, Homologado através da Portaria 104/2024.
Considerando o desligamento de servidor temporário, e a necessidade de reposição de pessoal.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 16/08/2024, as candidatas abaixo discriminadas, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital 020/2024 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Matr.	NOME	Documento	FUNÇÃO
1556/2	ELIANE NATALINA SILVA DE SOUZA	059.599.***-**	Auxiliar de Serviços Gerais
615/3	ROSELI MARIA BARBOSA	045.527.***-**	Auxiliar de Serviços Gerais

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 30/07/2025, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 020/2024.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:6040DF39

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 263/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 114/2021, Edital 13/2022, Homologado através da Portaria 19/2022.
Considerando o desligamento da servidora temporária Daisy Daniele Ferreira Antunes e o servidor Junior Carlos Vieira, e a necessidade de reposição.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir da data de 16/08/2024, o candidato abaixo discriminado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, Edital 114/2021 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR**

Matricula	NOME	Documento	FUNÇÃO
1474/1	Mary Evellyn Ferreira da Silva*	115.936.***-**	Monitor do Transporte Escolar
1607/2	Patrícia Maria de Souza Veiga	073.457.***-**	Monitor do Transporte Escolar

*Admitido pela Classificação Afrodescendente

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo o contrato a vigência até 31/01/2025, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado limite máximo conforme o disposto no Item 11.1.6 do Edital 114/2021.
Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 10 (dez) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.
Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:E264005B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 138/2024

Concurso Público 01/2019 –EDITAL Nº 072/2019

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DOPARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei **570/2003**, nos Editais 072/2019, 77/2019, 79/2019, 82/2019, 96/2019, 24/2020e 02/2021e na Portaria 215/2019;
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Concurso Público realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 072/2019;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1026/2022, Portarias 137/2020 e 110/2022 que tratam do prazo do presente processo**;**
CONSIDERANDO o ofício **22/2024** do Controle Interno, acompanhado do Despacho do Sr. Prefeito, referente ao Processo Administrativo 39/2024 item 6.

CONSIDERANDO as convocações anteriores conforme respectivo Edital:

Edital de convocação anterior	Classificação	Candidato	Situação
133/2024	40º	REJANE MARIA FLECK	Não Atendeu

RESOLVE:
I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) e classificados(as) no Concurso Público 001/2019 conforme ordem de classificação, a fim de apresentar documentação exigida, bem como serem submetidos(as) a avaliação médica nos termos do Edital.

CANDIDATOS(as) APROVADOS(as) NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Cargo	**Classificação**	**Nome**	**Nº Inscrição**
Auxiliar Administrativo	41º	JOSE LUCAS DOS SANTOS	045907

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período 19/08/2024 à 23/08/2024 (05 dias úteis)**, munidos(as) dos documentos listados na coluna Requisitos Básicos da tabela 2.1 quando tomarão ciência do rol de documentos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos (item 13.4), sob pena de perder o direito a nomeação.
III –O(a) candidato(a) será nomeado(a), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer **40h (quarenta horas),** de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 16 de Agosto de 2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:A63AF7F0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 139/2024

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 84/2022

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, nos Editais 84/2022 e 97/2022 e na Portaria 301/2022;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 84/2022;
CONSIDERANDO o ofício 91/2024 da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Ação Social;
CONSIDERANDO o desligamento de servidores em razão de encerramento de contrato e a necessidade de devida reposição
CONSIDERANDO as convocações anteriores conforme respectivo Edital:

Edital de convocação anterior	Classificação	Candidato	Situação
129/2024	23	ANDREIA LUIZA DE CARVALHO	Não atendeu
129/2024	24	WANDERLAN PRAIA GOMES	Não atendeu
134/2024	28	PAMELA ELOÍSA DO PRADO	Final de Fila
135/2024	30	ANA CLAUDIA DA COSTA	Final de Fila

RESOLVE:
I – CONVOCAR os**(**as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) e classificados(as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Cargo	**Classificação**	**Nome**	**Nº Inscrição**
Atendente Infantil	32	CRISTINA DE FATIMA KOCHINSKI OLIVEIRA	084-39
Atendente Infantil	33	LETICIA PEREIRA FRANCO	084-12
Atendente Infantil	34	KARINA DE CASSIA CORREA SILVA	084-24
Atendente Infantil	35	GESSICA MENDES DE SOUSA	084-34

II – Os (as) candidatos (as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do período de **19/08/2024 à 23/08/2024 (05 dias úteis)**, quando tomarão ciência do rol de documentos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os (as) candidatos (as) serão contratados (as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O candidato que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado.
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 84/202.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 19 de Agosto de 2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:A2BE0F13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 182/2024 - CONEDE DIÁRIA AO SERVIDOR VALDIONOR MARTINS DOS ANJOS

PORTARIA N° 182 de 16 de agosto de 2024

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: VALDIONOR MARTINS DOS ANJOS	
Cargo: Motorista	
CPF: 681. 468.179-04	**RG:** 6.944.090-8
Destino: São José das Palmeiras/PR a São Paulo/SP	
Justificativa: Levar paciente **Maria Vitoria Sangi** para retorno médico e realização de exames no Hospital do GRAACC – Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com C em São Paulo/SP.	
Veículo: Spin	**Placa:** SFZ-8F34
Saída: 16 de agosto de 2024	**Retorno:** 18 de agosto de 2024
Valor Unitário da Diária: R$ 500,00	**Quantidade de Diária:** 02 (duas)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 1.000,00 (Um mil reais)	

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:D802929D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 183/2024 - CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR WESLEY MARTIN ALVES

PORTARIA N° 183 de 16 de agosto de 2024

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: WESLEY MARTIN ALVES	
Cargo: Motorista	
CPF: 080.840.889-55	**RG:** 10.940.354-7
Destino: São José das Palmeiras/PR a São Paulo/SP	
Justificativa: Levar paciente **Maria Vitoria Sangi** para retorno médico e realização de exames no Hospital do GRAACC – Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com C em São Paulo/SP.	
Veículo: Spin	**Placa:** SFZ-8F34
Saída: 16 de agosto de 2024	**Retorno:** 18 de agosto de 2024
Valor Unitário da Diária: R$ 500,00	**Quantidade de Diária:** 02 (duas)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 1.000,00 (Um mil reais)	

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:0E02E63F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 028/2024, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - PR.
As empresas vencedoras foram: **ZILDA COUTO DA SILVA,** com o valor de R$ 24.388,00 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais); **MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A**, com o valor de R$ 2.248,60 (dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos); **ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com o valor de R$ 2.224,00 (dois mil, duzentos e vinte e quatro reais); **KF ANTONELLI LTDA**, com o valor de R$ 2.190,00 (dois mil, cento e noventa reais); **TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI**, com o valor de R$ 109.778,40 (cento e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos); **ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA,** com o valor de R$ 428.510,45 (quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e dez reais e quarenta e cinco).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 15 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:274F0151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios para atender os Programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais, vinculadas a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras - Pr.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR: R$ 2.224,00 (dois mil, duzentos e vinte e quatro reais)anual até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras, em 16 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:ABCEB394

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios para atender os Programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais, vinculadas a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras - Pr.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR: R$ 428.510,45 (quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e dez reais e quarenta e cinco) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras, em 15 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:E3537E03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2023- SJP PREGÃO ELETRÔNICO 032/2023

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2023- SJP
PREGÃO ELETRÔNICO 032/2023

Objeto: - contratação de Empresa/Entidade para seleção e intermediação do Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado no Município de São José das Palmeiras.
Contratada: FUNDAÇÃO CANDIDO GARCIA
Contratante: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR
Fundamento: ART. 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.

Altera o prazo da vigência constante na Clausula oitava que passa de 12 (doze) meses, para 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.
Altera Clausula Décima Quarta do Parágrafo Único que passa o valor de R$ 449.800,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais), para R$ 899.600,00 (Oitocentos e noventa e nove mil e seiscentos reais), até o termino do contrato.

São José das Palmeiras/PR, 13 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:7E6300DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2022- SJP PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2022- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022

Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva (serviços mecânicos para máquinas pesadas, tratores e implementos agrícolas) para atender toda a frota do Município de São José das Palmeiras – PR.
Contratante: Município de São José das Palmeiras.
Contratada: CIVONETE ZAMBAN
Fundamento: ART. 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.
Altera o valor máximo da Clausula Terceira R$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), para R$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais) até o termino do contrato.
Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31, de agosto de 2024 para 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras/PR, 16 de Agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:72DAB76C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2022- SJP PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2022- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022

Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva (serviços de funilaria/pintura) para atender toda a frota do Município de São José das Palmeiras – PR
Contratante: Município de São José das Palmeiras.
Contratada: MARCIO FASSICOLO
Fundamento: ART. 65, II, ‘d’ da Lei 8.666/93.
Altera a Clausula Terceira do valor máximo do contrato que passa de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31, de agosto de 2024 para 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras/PR, 16 de Agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:8148D0C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024.

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios para atender os Programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais, vinculadas a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras - Pr.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: R$ 109.778,40 (cento e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)anual até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de agosto de 2025.

São José das Palmeiras, em 16 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:1E77A018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 03/2024

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Edital de Concorrência Eletrônico Nº 03/2024, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Contratação de empresa especializada para construção de 02 (duas) quadras de tênis de praia - BEACH TENIS - a serem edificadas na Rua Mal. Costa e Silva , centro e na Rua 15 de Novembro. Conj Hab. Por do Sol, para atender a secretaria de educação, cultura e esportes do Município de São José das Palmeiras – PR.
A empresa vencedora foi: J B L – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA., com o valor de R$ 236.800,00 (duzentos e trinta e seis mil e oitocentos reais).
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, em 15 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:063733D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de 02 (duas) quadras de tênis de praia - BEACH TENIS - a serem edificadas na Rua Mal. Costa e Silva , centro e na Rua 15 de Novembro. Conj Hab. Por do Sol, para atender a secretaria de educação, cultura e esportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADO: J B L – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
VALOR: R$ 236.800,00 (duzentos e trinta e seis mil e oitocentos reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, a partir da emissão da ordem de serviços.

São José das Palmeiras, em 16 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:AC2E8AE6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATA DE ABERTURA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – LEI ALDIR BLANC – ETAPA ANÁLISE DE MÉRITO

ATA DE ABERTURA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – LEI ALDIR BLANC – ETAPA ANÁLISE DE MÉRITO

Objeto: seleção de projetos apresentados por Pessoas Jurídicas, interessadas em celebrar termo de fomento, tendo por objeto a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro da Lei N.º 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais doMunicípio de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Aos 16 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 09 horas, a Comissão de Seleção, designada pela Portaria nº 175, de 06 de agosto de 2024, deu início ao processo de análise das propostas para a execução de projetos, conforme previstos no Edital, publicado e veiculada por meio do Diário Oficial do Município de São José das Palmeiras. O processo de análise contou com a participação dos membros Sr(a). Marlene Kazik Sarmento Bassi, Sr(a). Regina Cristina Borges e Sr(a). Jessica de Souza Tavares Amaral.

Após a "Análise de Mérito" dos projetos apresentados para este Edital de Chamamento, esta Comissão proferiu o seguinte julgamento:

CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS

Projeto 1 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARANDU. Título: Mostra Cultural. Categoria Ações Culturais Gerais. Classificado com nota 75. Parecer: O projeto possui proposta bem construída e coerente, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos. A ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município, apresentando aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. O projeto possui viabilidade técnica financeira sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos, bem como possui coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto. O projeto também possui viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los. A ficha técnica dos integrantes do projeto está compatível com as atividades desenvolvidas. A trajetória artística e cultural do proponente refere-se a um agente cultural com experiência. A contrapartida é de interesse público. Trata-se de Pessoa Jurídica composta majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher.

CATEGORIA CAPACITAÇÕES

Projeto 1 – CAROLINE VESSANI FERREIRA. Título: Fotografia na prática. Categoria Capacitações. Classificado com nota 75. Parecer: O projeto possui proposta bem construída e coerente, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos. A ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município, apresentando aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. O projeto possui viabilidade técnica financeira sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos, bem como possui coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto. O projeto também possui viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los. A ficha técnica dos integrantes do projeto está compatível com as atividades desenvolvidas. A trajetória artística e cultural do proponente refere-se a um agente cultural com experiência. A contrapartida é de interesse público. Trata-se de Pessoa Jurídica composta majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher. Trata-se de Pessoa Jurídica com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social.

Projeto 2 – CAROLINE VESSANI FERREIRA. Título:Introdução a fotografia. Categoria Capacitações. Classificado com nota 75. Parecer: O projeto possui proposta bem construída e coerente, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos. A ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município, apresentando aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. O projeto possui viabilidade técnica financeira sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos, bem como possui coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto. O projeto também possui viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los. A ficha técnica dos integrantes do projeto está compatível com as atividades desenvolvidas. A trajetória artística e cultural do proponente refere-se a um agente cultural com experiência. A contrapartida é de interesse público. Trata-se de Pessoa Jurídica composta majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher.

Projeto 3 – EWERTON LUCIANO BAY. Título: Introdução a gravação de vídeos pelo celular. Categoria Capacitações. Classificado com nota 70. Parecer: O projeto possui proposta bem construída e coerente, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos. A ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município, apresentando aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. O projeto possui viabilidade técnica financeira sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos, bem como possui coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto. O projeto também possui viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los. A ficha técnica dos integrantes do projeto está compatível com as atividades desenvolvidas. A trajetória artística e cultural do proponente refere-se a um agente cultural com experiência. A contrapartida é de interesse público.

Projeto 4 – EWERTON LUCIANO BAY. Título: Iluminação na gravação de vídeos. Categoria Capacitações. Classificado com

nota 70. Parecer: O projeto possui proposta bem construída e coerente, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos. A ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município, apresentando aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social. O projeto possui viabilidade técnica financeira sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos, bem como possui coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto. O projeto também possui viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los. A ficha técnica dos integrantes do projeto está compatível com as atividades desenvolvidas. A trajetória artística e cultural do proponente refere-se a um agente cultural com experiência. A contrapartida é de interesse público.

Não houve o preenchimento das vagas cotistas, sendo distribuído os recursos aos inscritos às vagas de ampla concorrência, conforme o Item 5.4 Remanejamento das cotas: "No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas. Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação."

O resultado preliminar do Chamamento Público será divulgado no Diário Oficial do Município, ficando aberto o prazo recursal, conforme estabelecido no Edital. Nada mais a constar a ata será assinada posteriormente pela Comissão de Seleção.

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

_____
SR(A). MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI

_____
SR(A). REGINA CRISTINA BORGES

_____
SR(A). JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:D7DBEABE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 303/2024

DECRETO Nº 303/2024

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviços e outras providências.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção dos refrigeradores da sala de vacina, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa contratada é a MARCOS OSIRES NUNES – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.742.751/0001-85, e o valor a ser pago é R$ 4.140,00 (quaro mil, cento e quarenta reais).

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2024 DE 16/08/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 161/2024
OBJETO: manutenção de geladeiras
07.001.10.301.0022.2.060 – PAB- PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de agosto de 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:2DA4D225

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 304/2024

DECRETO Nº 304/2024

SÚMULA – Dispensa de licitação para aquisição de livros de literatura e outras providências.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada DISPENSADA a licitação para aquisição de livros de literatura para os alunos do Ensino Fundamental I e Educação Infantil da Rede Pública de Ensino Municipal, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa a ser contratada é **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.593.711/0001-42, com o valor total de **R$ 56.480,00 (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: DISPENSA Nº 53/2024, de 16 de agosto de 2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 162/2024
OBJETO: aquisição de livros
05.001.12.361.0018.2151 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO
05.001.12.361.0018.2045 ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 5ª SÉRIES - RECURSOS PRÓPRIOS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.002.12.365.0019.2051 CRECHES MUNICIPAIS (RECURSOS PRÓPRIOS)

3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO
05.002.12.365.0019.2052 ENSINO PRE-ESCOLAR (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de agosto de 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:40C5085B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 302/2024

DECRETO Nº 302/2024

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 45/2024-PMSPPR.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES, PrefeitA Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO o conteúdo do Processo de Licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 45/2024 – PMSPPR, que tem por objeto o registro de preço de materiais de limpeza;

D E C R E T A

Art. 1º fica homologado o parecer na forma estabelecida pela pregoeira, extraído da licitação sob a modalidade de pregão eletrônico nº 45/2024-PMSPPR de 29 de julho de 2024, que tomou por objeto o registro de preços de materiais de limpeza para diversos setores da administração pública do Município De São Pedro Do Paraná, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 45/2024-PMSPPR de 29 de julho de 2024.
OBJETO: registro de preço de materiais de limpeza;

03.001.04.122.0002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

03.001.04.122.0003.2005- MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

04.001.04.122.0009.2020 – ADIMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

04.001.15.452.0013.2028 – MANUTENÇÃO SO SERVIÇO FUNERAL MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

05.001.12.361.0018.2151 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

05.002.12.365.0019.2051 CRECHES MUNICIPAIS (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

05.002.12.365.0019.2052 ENSINO PRE-ESCOLAR (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

06.001.27.812.0021.2054 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

07.001.10.301.0022.2.059 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

07.001.10.301.0022.2.060 – PAB- PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

08.001.08.244.0023.2.063 – CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

08.001.08.244.0023.2184 – APOIO FINANCEIRO AO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO

08.001.08.244.0023.2511 PAIF - PROGRAMA INTEGRAL DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS
3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

10.001.18.541.0029.2080 AÇÕES DIRETAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

No Valor Máximo de R$ 367.839,45 (trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos) em favor dos proponentes:

SOLANGE GOMES TANIGUCHI SUPERMERCADO LTDA – CNPJ/MF N° 42.552.082/0001-27 com os lotes: 2, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 43,44, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 73, 74 e 76 no valor total de R$ 120.822,00 (cento e vinte mil e oitocentos e vinte e dois reais).

DJALMA MARINI & MARINI LTDA – ME – CNPJ/MF N° 78.375.680/0001-15 com os lotes: 1, 3, 7, 9, 11, 13, 14, 20, 21, 26, 28, 36, 37, 39, 42, 49, 50, 55, 63 e 66 no valor total de R$ 119.671,70 (cento e dezenove mil e seiscentos e setenta e um reais e setenta centavos).

LM CARDOSO E CIA LTDA – ME – CNPJ/MF N° 81.090.995/0001-20 com os lotes: 4, 5, 8, 10,12, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 41, 45, 46, 47, 48, 53, 56, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 75 no valor total de R$ 121.771,00 (cento e vinte e um mil e setecentos e setenta e um reais).

Art. 4º Compete à Divisão de Licitações a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo, bem como a abertura de um novo visando atingir o objetivo delineado.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de agosto de 2024.

Registre-se e Publique-se.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:3CD35F63

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 06/2024

RESOLUÇÃO Nº 06/2024

O Conselho Municipal de Saúde do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, - CMS, no uso das atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 01/1991 de 16 de abril de 1991 e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária realizada no dia 14/08/2024

Súmula:
Aprova o Plano de Contingência Municipal de enfrentamento das arboviroses.

RESOLVE

Art. 1° Aprova o Plano de Contingência Municipal de enfrentamento das arboviroses de 2024.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação e gerará seus efeitos imediatos.

São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2024

ANTONIO NEGRIZOLLI FILHO
Presidente CMS

ANE MARCELLY COLOMBO
Secretaria CMS

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:78EE2631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO Nº 18/2024 DE 18 DE JULHO DE 2024

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;
Considerando:
A Ata da 295ª Reunião Ordinária realizada no dia 18 de julho de 2024;

Resolve:
Art. 1.º - Aprovar o Plano Municipal de Contingência 2025 para o Enfrentamento da Dengue, Zica Vírus e Chikumgunya do Município de São Sebastião da Amoreira-Pr
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 18 de julho de 2024.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS

GLÁUCIA YURIKO KOGIO TAKASUMI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:339F783E

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 209, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 1.304.792,16(um milhão, trezentos e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFOMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.075/24, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 1.304.792,16 (um milhão, trezentos e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos), para abertura de dotação específica ao atendimento das despesas, da Secretaria de Assistência Social, a saber:

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.03 – SETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
08 243 0002 1076 Construção de Creche – SEDEF – FIA – Incentivo Creche.
4.4.90.51.00.00.00.00 0909 Obras e Instalações.....R$ 1.304.792,16

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o Excesso de Arrecadação por recursos vinculados, oriundos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência do Estado do Paraná – FIA/PR, abaixo discriminados:

2.4.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00 – Outras Transferências de Recursos do Estado.
Fonte 0909 – FIA ESTADUAL INCENTIVO CRECHES.....R$ 1.304.792,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 16 de agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius de Almeida Morais
Código Identificador:5B89E7C1

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 210, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.076/24, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para criação de dotação não constante do orçamento programa em vigor, conforme Portaria FNS 3605/2024, proposta 36000585175202400, a saber:

08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.01 – UNIDÁDES BÁSICAS DE SAÚDE
10 301 0011 2110 Portaria MS 3605/2024 - Emenda Individual
3.3.90.39.00.00.00.00 – 1018 - Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 300.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo primeiro, é oferecido o excesso de arrecadação por alínea de receita, conforme segue:

1.7.1.3.50.1.1.09.00.00.00.00 Emenda Parlamentar Individual - SUS FR1018.....R$ 300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 16 de agosto de 2.024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius de Almeida Morais
Código Identificador:E9603B7F

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 211, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Abre crédito adicional especial no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFOMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.078/24, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para criação de dotação não constante do orçamento programa em vigor, a saber:

08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.01 – UNIDÁDES BÁSICAS DE SAÚDE
10 301 0011 1077 Transporte Equipes de Atenção Primária - Resolução SESA nº 516/2024
4.4.90.52.00.00.00.00 0495 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 130.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo primeiro, é oferecido o excesso de arrecadação por alínea de receita conforme segue:
2.4.2.2.50.0.1.00.00.00.00 – Transferências de Convênios dos Estados para o SUS FR 495.....R$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 16 de agosto de 2.024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius de Almeida Morais
Código Identificador:82463B37

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 212, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.079/24, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para criação de dotação não constante do orçamento programa em vigor, conforme Portaria FNS 4109/2024, proposta 36000613762202400, a saber:

08 – SECRETARIA DE SAÚDE
08.01 – UNIDÁDES BÁSICAS DE SAÚDE
10 301 0011 2111 Portaria MS 4109/2024 - Emenda Individual
3.3.90.39.00.00.00.00 – 1017 - Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 200.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo primeiro, é oferecido o excesso de arrecadação por alínea de receita, conforme segue:

1.7.1.3.99.0.1.00.00.00.00.00. – Outras Transferências de Recursos do SUS.....R$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 16 de agosto de 2.024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius de Almeida Morais
Código Identificador:5C23D675

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 213, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Abre crédito adicional especial do valor de R$ 350.529,37 (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E COM AS LEIS MUNICIPAIS Nº 2.069/24 E 2.077/24 DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de R$ 350.529,37 (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), para criação de dotações específicas ao atendimento das despesas do Convênio SECID – Secretaria de Estado das Cidades - PARANACIDADE, não constantes do orçamento em vigor, a saber:

07 – SECRETARIA ESPORTE, LAZER E TURISMO
07.001 – SETOR DE ESPORTES
27.812.0010.1074 – REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES "SARGENTO JORGE DE OLIVEIRA"
4.4.90.51.00.00.00.00 0768 Obras e instalações..... R$ 300.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00 1000 Obras e instalações.....R$ 50.529,37

Art. 2º - Os recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, são oferecidos como segue:

- Excesso de Arrecadação por recurso vinculado do Convênio SECID .....R$ 300.000,00;

- Anulação parcial de dotação orçamentária constante do orçamento programa em vigor:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
04.003 – DIVISÃO DE COMPRAS, PATRIMÔNIO, LICITAÇÃO E CONTRATOS.
04.122.0003.2017 – Manutenção da Divisão de Compras, Patrimônio, Licitação e Contratos.
62– 3.3.90.39.00.00 – 1000 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica.....R$ 50.529,37.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 16 de agosto de 2.024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius de Almeida Morais
Código Identificador:63EC12C9

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2024

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

INTERESSADO: Associação Estrela da Manhã, CNPJ nº 09.412.344/0001-82.
ASSUNTO: Repasse de Recursos para Organização da Sociedade Civil

I – DO OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA
Trata-se de JUSTIFICATIVA que tem por objeto a DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de **Termo de Fomento sob nº 09/2024**, entre o Município de São Sebastião da Amoreira, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a Associação Estrela da Manhã, regularmente constituída, de natureza jurídica de Direito Privado e sem fins lucrativos, previamente credenciada pelo Órgão Gestor da respectiva política.
A parceria tem por objeto parte da Manutenção Mensal de Custeio (materiais de consumo), visando otimização e constância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, contemplando ações de atendimento de aproximadamente 100 crianças/adolescentes, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
A execução do objeto será durante o ano de 2024 e 2025, conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pela Entidade.
Importante salientar que, conforme declaração acostada aos autos, a entidade em questão está há mais de 8 anos em pleno e regular funcionamento em nosso município, prestando serviços altamente relevantes e de qualidade para os assistidos. Observa-se ainda que a entidade mencionada é a única queestá apta a realizar a atividade descrita no plano detrabalho.
A descontinuidade dos serviços prestados pela entidade em questão resultará graves e inestimáveis prejuízos ao município, bem como, às pessoas atendidas pela parceria pretendida.
II- DA DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO
O fundamento principal que norteia o presente processo de dispensa de chamamento público é o inciso VI, do art. 30 da lei nº 13.019, de 31 de janeiro de 2014, com alterações da ei 13.204 de 2015.
Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
VI -no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política." (NR).
Assim, é notório que a Organização da Sociedade Civil em análise está devidamente cadastrada, portanto atende ao requisito legal imposto, conforme comprovante de inscrição anexo ao presente processo.
Destaque-se ainda, sendo esta Entidade é a única que presta este tipo de assistência ao município, e conforme estabelece o art. 31 da Lei 13.019, de 31 de janeiro de 2014, com alterações da Lei 13.204 de 2015, também prevê a inexigibilidade do chamamento público:
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
III- DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A escolha se deu em face da Entidade que apresentou os documentos abaixo relacionados, em atendimento ao art. 33, da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, com alterações da Lei 13.204 de 2015.
Cópia do Estatuto Social devidamente registrado.
Sua natureza, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, e público alvo compatíveis com a intenção da celebração da parceria, conforme art. 33, inciso I;
Que em caso de Dissolução a parte remanescente do patrimônio líquido, será doado a instituição congênere, conforme art. 33, inciso III;
Que a escrituração contábil se dará conforme as disposições legais vigentes, conforme art. 33, inciso IV;
A experiência prévia na realização do objeto da parceria é atestada pela própria Secretaria de Desenvolvimento Social do município, já que a entidade desenvolve atividades há vários anos, conforme art. 33, inciso, V, "b" e "c";
A Entidade apresentou dentro do prazo de validade, os seguintes documentos: Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de serviço, Certidão Negativas de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme art. 34, inciso II;
Cópia da Ata de eleição, com a relação dos dirigentes da entidade, conforme art. 34, inciso V e VI.
IV-CONCLUSÃO
Deste modo, JUSTIFICADO a DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO após análise do plano de trabalho apresentado.

São Sebastião da Amoreira, 16 de Agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita do Município de São Sebastião da Amoreira

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:CD9B0F20

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2024

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – cENTRO cOMUNITÁRIO.

INTERESSADO: Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira, CNPJ nº 78.019.387/0001-15
ASSUNTO: Repasse de Recursos para Organização da Sociedade Civil
I – DO OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA
Trata-se de JUSTIFICATIVA que tem por objeto a DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de **Termo de Fomento sob nº 10/2024,** entre o Município de São Sebastião da Amoreira, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira, regularmente constituída, de natureza jurídica Filantrópica, sem fins lucrativos, previamente credenciada pelo Órgão Gestor da respectiva política.
A parceria tem por objeto a aquisição de materiais de consumo em gêneros alimentícios, higienização, material de limpeza, material de expediente, material educativo e esportivo, vestuário e material de copa e cozinha. Com a finalidade possibilitar a Execução dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada, contemplando as Ações de Atendimento – Apoio a Pessoa Idosa.
Os serviços serão prestados durante o ano de 2024 e 2025, conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pela Entidade.
Importante salientar que, conforme declaração acostada aos autos, a entidade em questão está há mais de 22 anos em pleno e regular funcionamento em nosso município, prestando serviços altamente relevantes e de qualidade para os assistidos. Observa-se ainda que a entidade mencionada é a única queestá apta a realizar a atividade descrita no plano detrabalho.
A descontinuidade dos serviços prestados pela entidade em questão resultará graves e inestimáveis prejuízos ao município, bem como, às pessoas atendidas pela parceria pretendida.
II- DA DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO
O fundamento principal que norteia o presente processo de dispensa de chamamento público é o inciso VI, do art. 30 da lei nº 13.019, de 31 de janeiro de 2014, com alterações da Lei 13.204 de 2015.

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
VI -no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política." (NR).
Assim, é notório que a Organização da Sociedade Civil em análise está devidamente cadastrada, portanto atende ao requisito legal imposto, conforme comprovante de inscrição anexo ao presente processo.
Destaque-se ainda, sendo esta Entidade é a única que presta este tipo de assistência ao município, e conforme estabelece o art. 31 da Lei 13.019, de 31 de janeiro de 2014, com alterações da Lei 13.204de 2015, também prevê a inexigibilidade do chamamento público:
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
III- DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A escolha se deu em face da Entidade que apresentou os documentos abaixo relacionados, em atendimento ao art. 33, da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, com alterações da Lei 13.204 de 2015.
Cópia do Estatuto Social devidamente registrado.
Sua natureza, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, e público alvo compatíveis com a intenção da celebração da parceria, conforme art. 33, inciso I;
Que em caso de Dissolução a parte remanescente do patrimônio líquido, será doado a instituição congênere, conforme art. 33, inciso III;
Que a escrituração contábil se dará conforme as disposições legais vigentes, conforme art. 33, inciso IV;
A experiência prévia na realização do objeto da parceria é atestada pela própria Secretaria de Desenvolvimento Social do município, já que a entidade desenvolve atividades há vários anos, conforme art. 33, inciso, V, "b" e "c";
A Entidade apresentou dentro do prazo de validade, os seguintes documentos: Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de serviço, Certidão Negativas de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme art. 34, inciso II;
Cópia da Ata de eleição, com a relação dos dirigentes da entidade, conforme art. 34, inciso V e VI.
IV-CONCLUSÃO
Deste modo, JUSTIFICADO a DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO após análise do plano de trabalho apresentado.

São Sebastião da Amoreira, 16 de Agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:0932FBFB

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2024

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 14.926.555/0001-73, com sede à Rua Papa João XXIII, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Sr.ª SUELEN ANGELA JUSTINO SANTOS, portadora da Carteira de Identidade nº 13.XXX.XXX-1, SSP-PR e CPF nº 098.XXX.XXX-46, Secretária Municipal de Assistência Social, e ASSOCIAÇÃO ESTRELA DA MANHÃ inscrita no CNPJ sob Nº 09.412.344/0001-82, com sede à Rua Papa João XXIII, nº540, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado pelo Sr. ERIC LEOPOLD VERDEGEM, portador da Carteira de Identidade nºV205.XXX-5 e CPF nº005.XXX.XXX-41 Presidente, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e Lei Municipal nº 2.073 de 7 de abril de 2024, mediante as cláusulas e condições.

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto parte da Manutenção Mensal de Custeio (material de consumo), visando otimização e constância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, contemplando ações de atendimento de aproximadamente 100 crianças/adolescentes, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

AMPARO LEGAL: Art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 2.073, de 07 de Agosto de 2024.
RECURSOS: Valor Global R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: **17/08/2025.**
FORO: COMARCA DE ASSAÍ.

São Sebastião da Amoreira, 16 de Agosto de 2024.

SUELEN ANGELA JUSTINO SANTOS
Secretaria Municipal de Assistência Social

ERIC LEOPOLD VERDEGEM
Presidente da Associação Estrela da Manhã

EXILAINE GASPAR
Prefeita do Município de São Sebastião da Amoreira

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:828D933B

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024

O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 14.926.555/0001-73, com sede à Rua Papa João XXIII, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Srª SUELEN ANGELA JUSTINO SANTOS, portadora da Carteira de Identidade nº 13.XXX.XXX-1, SSP-PR e CPF nº 098.XXX.XXX-46, Secretaria Municipal de Assistência, e ASSOCIAÇÃO CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA inscrita no CNPJ sob nº. 78.019.387/0001-15, com sede à Rua José Marcelino da Silva, 587, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado pelo Srº AUGUSTINHO LAZARO ESPILGOLONE, portador da Carteira de Identidade nº 15.XXX.XXX-0 e CPF nº 468.XXX.XXX-34, Presidente, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Municipal nº 2.072, de 07 de agosto de 2024, mediante as cláusulas e condições:

OBJETO: O presente Termo de Fomento, tem por objeto a aquisição de materiais de consumo em gêneros alimentícios, higienização, material de limpeza, material de expediente, material educativo e esportivo, vestuário e material de copa e cozinha. Visando a execução dos serviços Assistenciais de Ação Continuada, contemplando as Ações de Atendimento – Apoio a Pessoa Idosa, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo.

AMPARO LEGAL: Lei nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 2.072, de 07 de Agosto de 2024.
RECURSOS: Valor Global R$75.000,00 (setenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: **17/08/2025.**
FORO: COMARCA DE ASSAÍ.

São Sebastião da Amoreira, 16 de Agosto 2024.

SUELEN ANGELA JUSTINO SANTOS
Secretaria Municipal de Assistência Social

AUGUSTINHO LAZARO ESPILGOLONE
Presidente da Associação Centro Comunitário de S. S. da Amoreira

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:F9B1A1AC

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO N. º 215/2024

Súmula: Exonera servidor, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no requerimento protocolado sob nº3788/24.

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado a pedido, a partir do dia 16 de agosto de 2024, o senhor **VEVERSON AUGUSTO MACARIO DA SILVA,** portador do CPF nº 074.339.79-67 e RG nº39.144.283-1, do cargo de Operador de Máquina, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 16 de agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adão Rodrigues da Costa
Código Identificador:A8A79490

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001.2024 – SELEÇÃO DE PROJETO APOIO AO AUDIOVISUAL – SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA - (LEI PAULO GUSTAVO)

A Prefeitura do Município de São Sebastião da Amoreira - Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, no uso das atribuições legais, tornou público o edital de apoio ao audiovisual, com observância nos incisos I, II e III, art. 6º, da Lei Complementar Federal 195/2022, dos Decretos Federais Nº 11.453/2023 e 11.525/2023. A Coordenação da Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos, em cumprimento ao item 13 do edital 001.2024 – seleção de projetos de apoio ao audiovisual, e em conformidade com a ata de resultado final da análise de mérito publicada em 09 de agosto de 2024, recebeu a documentação de habilitação dos projetos classificados no mérito, no período de 12 a 16 de agosto de 2024 e, após análise técnica dos documentos recebidos, segue abaixo RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL:

TABELA DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	PROJETO	VALOR PROJETO	SITUAÇÃO
FABIO NOGAROLI	43.393.292/0001-82	Produção de MINIDOCUMENTÁRIO	R$ 30.457,82	HABILITADO
ANDREIA DE OLIVERA PIMENTA NERY	46.381.231/0001-93	Produção de VÍDEOCLIPE OU VIDEOARTE	R$ 15.000,00	HABILITADO
TIAGO JOSE DA SILVA	23.604.958/0001-97	CINEMA de Rua ou Cinema Itinerante	R$ 5.732,45	HABILITADO
EDECIR APARECIDO QUEIROZ	05.351.727/0001-37	CINEMA de Rua ou Cinema Itinerante	R$ 5.732,45	HABILITADO
MARCELO GIMENES	52.847.075/0001-06	Capacitação no AUDIOVISUAL	R$ 5.756,13	HABILITADO

Os agentes culturais, descritos acima como **habilitados/homologados**, terão o prazo de 05 dias para assinatura do termo de execução cultural, conforme estabelecido no item 15 do Edital.

São Sebastião da Amoreira, 19 de agosto de 2024.

ARIADNE CRISTINA PIOLA BARBOSA
Coordenador da Comissão de Seleção dos Projetos Culturais

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:3F71FD81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO N° 214, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: *Altera o Decreto nº 094 de 07 de julho de 2023, e dá outras providências.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inc. VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Decreto nº 094 de 07 de julho de 2023 conforme a Lei Municipal nº 2.074 de 07 de agosto de 2024;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado na íntegra o Decreto nº 094 de 07 de julho de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -Nomeia os seguintes membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), instituído através da Lei nº 1.420/2016:

I – Membros da Administração Municipal:
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Suelen Angela Justino dos Santos
Suplente: Irene Tagawa Ávila

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Silmara Farias Ferreira Braga
Suplente: Francisca Barbosa da Silva Bueno

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Sandra da Silva Reis
Suplente: Gláucia Yuriko Kogio Takasumi

Representante do Departamento de Administração:
Titular: Wanderley Ferreira Figueiredo
Suplente: Adão Rodrigues da Costa

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:
Representante de entidades de defesa e/ou de atendimento da criança e do adolescente
Titular: Patrícia Aparecida Mira – *Centro de Educação Infantil Piu-Piu*
Suplente: Maria Cecília Ramalho Toncovitch - *Escola Branca de Neve*

Representante de Entidades que atendam à maternidade e à família:
Titular: Claudinei Sanches Rodrigues – *Igreja Metodista*
Suplente: Eliazir Dell Anhol – *Igreja Católica Apostólica Romana*

Representante de entidades que atendam crianças e adolescentes com necessidades especiais:
Titular: Victor Gabriel Cinel Gaspari – *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião da Amoreira– - APAE*

Suplente: Priscila Graciéli de Melo - *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião da Amoreira - APAE*

Representante de entidades que atendam crianças e adolescentes de 07 a 17 anos
Titular: Eric Leopold MariaVerdegem – *Associação Estrela da Manhã*
Suplente: Ana Paula Fante Silveira – *Associação Estrela da Manhã* "

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 16 de agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2021-2024

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:AF614ED4

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO DE VALOR, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REAJUSTE ANUAL (ÍNDICE IPCA E ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO Nº 170/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2021

CONTRATANTE Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ademir Lourenço Gouveia, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 1.591.188-3 SSP/PR e CPF/MF nº 239.814.749-53.

CONTRATADO Sanetran – Saneamento Ambiental S/A, CNPJ 95.391.876/0001-12, localizada na Rodovia Admar Bertolli, CEP 83.507-270, em Almirante Tamandaré - Paraná, representada por seu titular Luiz Carlos Poli, RG 806.495-4 e CPF 080.630.289-53.

OBJETO
DO ADITIVO - Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato nº 170/2021, referente à Tomada de Preço nº 04/2021, em 12 (doze) meses, sendo sua vigência até 16/08/2025, nos termos da cláusula terceira do contrato em referência e inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.
- Cláusula Segunda: Passa a vigorar com acréscimo de R$ 559.568,56 (quinhentos e cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), estando incorporado a este valor o reajuste equivalente a 2,249125%, sendo este referente à variação de 50% do IPCA - IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme previsto na cláusula sexta, que será pago nos termos das Cláusulas Segunda e Terceira do contrato em referência.
- Cláusula Terceira: Para realização do pagamento a Contratada deverá apresentar um relatório fotográfico mensal, contendo fotos diárias da pesagem do veículo utilizado na coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais. As fotografias deverão mostrar nitidamente o visor da balança utilizada (com o veículo vazio antes da coleta e após a coleta). Todas as fotos do relatório deverão exibir no seu corpo: as coordenadas geográficas do local, o horário oficial e a data no formato dia/mês/ano, podendo ser utilizados aplicativos de celular ou mesmo câmeras fotográficas com sistema GPS ou similar que disponham da funcionalidade.
- Cláusula Quarta: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO: Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:3C001C7D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE RECOMPOSIÇÃO DE VALOR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RECOMPOSIÇÃO DE VALOR REFERENTE AO CONTRATO Nº 339/2023 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA E A EMPRESA JOÃO GONÇALVES DA SILVA NETO – ME.

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: João Gonçalves da Silva Neto – ME

Objeto: Aquisição de Material de Consumo, Limpeza e Alimentos.

Valor Total: R$ 984,00 (novecentos e oitenta e quatro reais)

Foro: Comarca de Assai/PR.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:28D5D10C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 121/2024

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 18/2024

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: **Associação de Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira – ACRESSA**

Objeto: Contratação da Associação de Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira – ACRESSA para coleta, triagem e destinação final dos resíduos recicláveis coletados pelo Programa de Coleta Seletiva de Lixo (Instituído pela Lei Municipal N. 1.770/2021). A quantidade mensal máxima de material reciclável comercializado, que será remunerado pelo Município é de 20.000 kg. A associação deverá realizar no mínimo duas coletas porta-a-porta por semana no perímetro urbano do município.

Valor Total: R$ 280.200,00 (duzentos e oito mil e duzentos reais)

Vigência: A contratação terá vigência até 01/09/2025

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:D5604AA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 263/2024

DECRETO Nº 263/2024.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 363.192,07 (trezentos e sessenta e três mil e cento e noventa e dois reais e sete centavos).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1553/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2024, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 363.192,07 (trezentos e sessenta e três mil e cento e noventa e dois reais e sete centavos).

09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0009-2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2060	3390.14.00.00	01334	Diárias – Pessoal Civil	14.181,59
2110	3390.30.00.00	01334	Material de Consumo	9.387,70
2111	3390.30.00.00	01352	Material de Consumo	100.000,00
2112	3390.30.00.00	03350	Material de Consumo	80.612,30
2231	3390.34.00.00	01352	Outras desp. de pessoal dec contr terceirização	50.000,00
2270	3390.36.00.00	01334	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física	16.000,00
2320	3390.39.00.00	01334	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	46.000,00
2441	4490.52.00.00	01500	Equipamentos e Material Permanente	47.010,48
Total da Unidade				**363.192,07**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação e o superavit financeiro de acordo com o que dispõe o art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Lei Municipal nº 1553/2024.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
171957010000000000 – EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA – 352		150.000,00
172350010000000000 – TRANSF. RESOLUÇÃO SESA 1.519/2023 – 334		20.728,88
172350010000000000 – TRANSF. RESOLUÇÃO SESA 374/2024 – 334		64.840,41
242150010000000000 – TRANSF.RECURSOS SIT.ÚNICO SAUDE-SUS 500		47.010,48
Total		**282.579,77**

SUPERAVIT FINANCEIRO

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
03350	TRANSF. RESOLUÇÃO SESA 1.519/2023	80.612,30
	TOTAL	**80.612,30**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 16 de agosto de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:61753E14

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PREGÃO ELETRONICO Nº 27/2024

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 27/2024 PROCESSO Nº 65/2024 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2024,139/2024 e 140/2024 COM VIGENCIA DE 12(DOZE) MESES.

OBJETO: **Aquisição de Caminhão para coleta seletiva, Esteira de elevação de resíduos e Triturador de galhos conforme Instrumento de Repasse 41232070/2023 Programa Itaipu e o município de Sapopema-Pr.** Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **FG RECYCLING TECH.**CNPJ: 29.224.412/0001-97 valor de R$: 259.900,00(duzentos e cinquenta e nove mil novecentos reais) **NKS INDUSTRIA DE MAQUINAS EIRELI.ME,**CNPJ:14.279.615/0001-03 valor de R$: 31.990,00(trinta e um mil novecentos e noventa reais) **VCA AUTOMOTORES LTDA** CNPJ:24.380.089/0001-27 valor de R$: 404.000,00(quatrocentos mil reais). Sendo o valor total do certame R$ 695.890,00 (Seiscentos e Noventa e Cinco Mil, Oitocentos e Noventa Reais).

Sapopema Pr, 16/08/2024

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:69464322

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
ESCLARECIMENTO

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO N° 9-0009/2024 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio, instituídos pela Portarianº. 133/2024 - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – Águas de Sarandi, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que em decorrência de instabilidade presente no sistema eletrônico *COMPRAS.GOV.BR*, não foi possível realizar a sessão programada para o dia 15/08/2024, às 09:00, tampouco programar a reabertura da sessão para o dia seguinte. Dessa forma, **a sessão será reaberta no dia 19/08/2024 às 09:10, horário de Brasília**, com a reabertura da disputa de lances de todos os itens, conforme já exposto no *chat* do sistema. Destaca-se que somente poderão participar da disputa de lances os licitantes que apresentaram proposta no prazo inicialmente previsto em edital.

Sarandi, 16 de agosto de 2024.

LEANDRO URBANO JACQUES
Pregoeiro

Publicado por:
Leandro Urbano Jacques
Código Identificador:262FF5BD

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0014/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSILIOS DE COZINHA

Recebimento das propostas e documentos de habilitação: Até às 08h59min do dia 30 de agosto de 2024.

Data e horário da abertura da sessão: dia 30 de agosto de 2024, às 09h00.

LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

Para obter o EDITAL, os interessados poderão dirigir-se à Divisão de Licitações da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, na Avenida Londrina, 1764, Jardim Independência, Sarandi-PR, munidos de mídia eletrônica *pen drive* para cópia do edital e anexos, ou poderão ainda solicitá-los através do e-mail licitacao-smsa@hotmail.com, onde receberão um *link* para realizar o *download* do material, ou ainda fazer o *download* do material diretamente nos endereços eletrônicos www.aguasdesarandi.com.br/licitacao, ou www.gov.br/compras, ou https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/4/licitacoes. As informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail pregoeiro1aguasdesarandi@gmail.com, e pelo telefone (44) 3264-4870.

Sarandi, 16 de agosto de 2024.

MICHEL CALDATO
Diretor-Geral
Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Kelly Ferreira Dos Reis
Código Identificador:14FEE75D

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 32/2024-CMS
Requisição de compras nº 32/2024-CMS
Participação exclusiva para micro e pequenas empresas
Legislação aplicável: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 123/2006; Lei Municipal 3.008/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em conversão de arquivos dispostos em fita cassete para pendrive ou HD externo portátil USB, em formato MP3, e com tratamento dos arquivos, conforme especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos (disponível através do link abaixo).

INFORMAÇÕES, EDITAIS OU OUTROS DOCUMENTOS PERTINENTES:
https://drive.google.com/drive/folders/1loebPy_p2BQiV6jdui8sSsUqRA2Ndd9q

LOCAL PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS: Exclusivamente no endereço eletrônico:
compras2@cms.pr.gov.br

PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: Início: 19/08/2024; término: 23/08/2024.

Sarandi, 16 de agosto de 2024

WESLEY HENRIQUE SANGUINO
Agente de Contratação
Portaria nº 022/2024/CMS.

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:A007F2DE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2140/2024

SÚMULA: Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.

Eu**, WALTER VOLPATO**,Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.
Parágrafo único. quando forem executados recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser observadas as regras e os procedimentos de que dispõe este Decreto, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Art. 2º Para fins do disposto Decreto, considera-se:
I - Sistema de Registro de Preços – SRP: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;
II - SRP digital: ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras, de que trata o inciso I.
III - Ata de Registro de Preços - ARP: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;
IV - Órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
V - Órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;
VI - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SIAFIC: ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para cadastramento dos participantes de procedimentos de contratação pública promovidos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
VII - Compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou entidades participantes;
VIII - Órgão ou entidade participante de compra centralizada - órgão ou entidade da administração pública que em razão de participação em compra centralizada, é contemplado no registro de preços independentemente de manifestação formal.

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando julgado pertinente pela Administração, em especial:
I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, via compra centralizada; ou
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.
Parágrafo único. no caso de contratação de execução de obras e serviços de engenharia, o sistema de registro de preços poderá ser utilizado desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizado, sem complexidade técnica e operacional; e
II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Art. 4º O registro de preços será realizado no SRP digital, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
§1º Poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à Plataforma+Brasil, nos termos do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

§2º Os sistemas de que trata o § 1º deverão manter a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. §1º do 175 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO II
ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA

Art. 5º Caberá ao órgão ou entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, em especial:
I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP, estabelecendo, quando for o caso, o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
a) os quantitativos considerados ínfimos;
b) a inclusão de novos itens; e
c) os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações;

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços;
IV - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades da contratação;
V - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação ou contratação direta e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive no caso de compra centralizada;
VI - confirmar junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser contratado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
VII - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
VIII - remanejar os quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos no art. 34;
IX - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta, bem como todos os atos decorrentes, tais como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;
X - gerenciar a ata de registro de preços;
XI - conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados;
XII - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços;
XIII -verificar, com base na alínea "a" do inciso I do art. 6º, se os pedidos de realização de registro de preços, formulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, são pertinentes a essa sistemática de contratração,conforme disposto no art. 3º, podendo indeferir os pedidos que não sejam pertinentes a essa modelagem;
XIV - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;
XV - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrar no Sicaf;
XVI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 35, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.
§ 1º Os procedimentos constantes dos incisos I a VII do caput serão efetivados antes da elaboração do edital, do aviso de dispensa de licitação ou do ato que a torne inexigível.
§ 2º O órgão ou entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou entidades participantes para execução das atividades previstas nos incisos V e X do caput.
§ 3º No caso de compras centralizadas, o órgão ou entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.
§ 4º O exame e a aprovação das minutas do edital e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão ou entidade gerenciadora.

CAPÍTULO III
ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE

Art. 6º O órgão ou entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, competindo-lhe:
I - registrar no SRP digital sua intenção de participar registro de preços, acompanhada:
a) das especificações do item ou termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte;
b) da estimativa de consumo; e
c) do local de entrega.
II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou entidade gerenciadora, acompanhada das informações referidas nas alíneas do inciso I e da respectiva pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
IV -manifestar, junto ao órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos V e IX do caput do art. 5º;
VI - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
VIII -zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo particular signatário e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora, e registrar no Sicaf;
X - prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

CAPÍTULO IV
PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Seção I
Orientações gerais da fase preparatória

Art. 7º É permitido o registro de preços, com a indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:
I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;
II - no caso de alimento perecível;
III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.
Parágrafo único. Nas situações referidas caput, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

Art. 8º O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.
§ 2ºA pesquisa de que trata o § 1º deverá ser realizada sempre que o intervalo entre a demanda e a data de assinatura da ata de registro de preços, ou entre a demanda e a pesquisa de preços anterior ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.

Seção II
Da intenção de registro de preços

Art. 9º O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observados em especial os atos previstos nos incisos IV e V do caput do art. 5º e os incisos I, III e IV do caput do art. 6º.
§ 1º O prazo de que trata o caput será contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação da intenção de registro de preços no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que dispõe o art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 2º O procedimento previsto no caput será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora, for o único contratante.

Art. 10 Os órgãos e entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar um processo licitatório ou contratação direta, deverão consultar as intenções de registro de preços em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

Seção III
Da Licitação

Art. 11 Será adotado o critério de julgamento por menor preço ou maior desconto sobre o preço estimado ou tabela de preços praticada no mercado.

Art. 12 Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens, nos termos do art. 8º.

Art. 13 O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade de concorrência ou de pregão.

Art. 14 O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei nº 14.133, de 2021, e deverá dispor sobre:
I - que a licitação é destinada ao registro de preços;
II - que poderá ser contratada quantidade inferior daquela registrada e, até mesmo, inexistir a contratação;
III - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, podendo ser dispensada nas situações indicadas no art. 7º;
IV - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida ou quantidade de horas, desde que justificado;
V -a possibilidade de prever preços diferentes:
a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; e
d) por outros motivos justificados no processo;
VI - a possibilidade de o licitante ou fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
VII - o critério de julgamento da licitação;
VIII - as condições para alteração ou atualizações de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos arts. 27 a 29;
IX - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
X - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
XI - as hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor e dos preços e suas consequências, de acordo com o disposto nos arts. 31 e 32;
XII - o prazo de vigência da ata de registro de preços que será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
XIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais;
XIV - a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos ou entidades não participantes, observado o disposto nos incisos I e II do art. 36, no caso de o órgão ou entidade gerenciadora admitir adesões;
XV - a inclusão na ata de registro de preços do licitante que aceitar cotar os bens, obras ou serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original, para a formação do cadastro de reserva de que dispõe o inciso II do art. 17.
XVI -a vedação, no caso de serviços, à contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021.

Seção IV
Da Contratação Direta

Art. 15 O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
§ 1º Para efeito do caput, além do disposto neste Decreto, deverão ser observados:
I - os requisitos da instrução processual dispostos no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o estabelecido em regulamento;
II - os pressupostos para enquadramento da contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme previsto nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e
III - a designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no inciso L do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º Admite-se a inexigibilidade para registro de preços na hipótese de aquisição medicamentos e insumos para tratamentos médicos por força de decisão judicial, caso demonstrada a imprevisibilidade da demanda e a necessidade de atendimento célere.

Seção V
Da disponibilidade orçamentária

Art.16 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

CAPÍTULO V
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 17 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso VI do art. 14;
II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e
III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de

que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.
§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II d o caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:
I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 31 e 32.
§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Art. 18 Os processos de contratação por sistema de registro de preços estabelecerão atas de registro de preços permanentes, com a possibilidade de ingresso de novos fornecedores, a qualquer tempo, inclusive nas atas oriundas de contratação direta, mediante pedido do interessado à Secretaria Municipal de Administração, acompanhado da sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.
§1º A Secretaria Municipal de Administração, julgará o pedido de inclusão em até 10 (dez) dias úteis, abrindo prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo e, deverá julgar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§2º O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso.
§3º Para ocupar a posição de menor preço, a redução deverá ser de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) em relação ao menor preço até então registrado.

Art. 19 Após os procedimentos de que trata o artigo 17, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Decreto.
§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
§ 2º A ata de registro de preços, disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, será assinada por meio de assinatura digital.

Art. 20 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 17, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Art. 22 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
§1º Na prorrogação da ata de registro de preços será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. Poderão ser integrados ao novo período os órgãos e entidades aderentes e seus respectivos quantitativos, bem como os órgãos que manifestarem seu interesse em participar da ata de registro de preços até a data da prorrogação, desde que haja anuência do fornecedor mais bem classificado na ata de registro de preços.
§2º Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.
§3º Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes.
§4º A ata de registro de preços deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial, com todas as atualizações, dispensando-se a publicação por outros meios.
§5º O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida, nos termos do disposto no art. 40.

Art. 23 Existindo ata de registro de preços vigente do Município que atenda às necessidades da Administração Municipal, somente será autorizada a contratação por outros meios diante de motivo superveniente e suficiente, indicado no respectivo processo de contratação, exigida, em qualquer caso, a demonstração da vantajosidade econômica da contratação.
Parágrafo único. Em caso de igualdade de condições, os signatários da ata de registro de preços terão preferência na contratação por outros meios, observada a ordem de classificação entre os fornecedores.

Art. 24 O município implementará sistema informatizado que possibilitará a realização de alterações na ata de registro de preços e o seu respectivo controle.

Art. 25 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Art. 26 O controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades serão realizados por meio do Gestão de Atas, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Art. 27 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 28 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
§ 1º Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 2º Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do § 1º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 32, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
§ 4º Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o art. 39.

Art. 29 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

§ 1º Para fins do disposto no caput, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
§ 2º Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
§ 3º Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do **§ 2º** o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 17.
§4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 32, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
§ 5º Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
§ 6º Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 39.

CAPÍTULO VI
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 30 Decorridos 60 (sessenta) dias do ingresso no sistema de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ARP ou solicitar alteração de seus preços, para mais ou para menos.
§1º A faculdade de exclusão e de alteração dos preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 3 (três) fornecedores com preços registrados para o item determinado.
§2º As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.
§3º O pedido do fornecedor de sua exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.
§4º Quando não couber o disposto neste artigo, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentadas e acolhidas pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 31 O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 1º No caso do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazode vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
§ 2º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 32 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

Art. 33 Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital.
§1º Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o fornecedor poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.
§2º Nos processos de contratação que envolvam análises complexas de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.
§3º Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração da marca.
§4º A regra disposta neste artigo também se aplica aos contratos administrativos.

CAPÍTULO VII
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

Art. 34 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.
§1º O remanejamento de que trata o caput somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
§ 2ºO órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerando também participante para efeito do remanejamento de que trata o caput.
§ 3º No caso de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, devem ser observados os limites previstos no art. 36.
§ 4º Para efeito do disposto no caput, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.
§ 5º Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do § 2º, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CAPÍTULO VIII
UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 35 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de que trata este Decreto poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
I -apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
§ 1º A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
§ 2º Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços a qual é integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens pelos quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do caput.

Art. 36 Deverão ser observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:
I - as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 35 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.
II - o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 35 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

Art. 37 Fica vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

CAPÍTULO IX
CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 38 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. O instrumento contratual de que trata o caput deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Art. 39 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 40 A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.
Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Art. 42 O Gabinete do Prefeito poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 43 Revogada as disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 1297/2023.

Art. 44 Este Decreto entra em vigor da data da sua publicação.

Paço Municipal, 14 de agosto de 2024

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:4555C27A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 361/2024 ID:9861

ORIGEM:	**DISPENSA N° 08/2024 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.**
CNPJ/CPF:	**16.565.111/0001-85**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em serviços de Coleta e Transporte de Resíduos sólidos domiciliares e comerciais do Município de Sarandi-PR, em aterro sanitário com licença de operação pelos órgãos ambientais competentes.**
ADITIVO:	**Cláusula Primeira:** "Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato pelo período de 18 de agosto de 2024 a 16 de outubro de 2024, de conformidade com a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação".
ASSINATURA	**16 de agosto de 2024**

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Daiane Moraes de Souza
Código Identificador:CBBA7C2C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 361/2024 ID:9861

ORIGEM:	**DISPENSA N° 08/2024 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.**
CNPJ/CPF:	**16.565.111/0001-85**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em serviços de Coleta e Transporte de Resíduos sólidos domiciliares e comerciais do Município de Sarandi-PR, em aterro sanitário com licença de operação pelos órgãos ambientais competentes.**
ADITIVO:	**Cláusula Primeira:** "Conforme aditivo de prazo de vigência referente ao período de 18 de agosto de 2024 a 16 de outubro de 2024 valor máximo global será de R$ 1.205.136,06 (um milhão, duzentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e seis centavos) de conformidade com a Cláusula Quinta - Pagamento, do contrato pelo período estipulado."
ASSINATURA	**16 de agosto de 2024**

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Daiane Moraes de Souza
Código Identificador:979130F0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 366/2023 ID 9328

ORIGEM:	**Pregão 32/2023**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**EQUITRATOR - TRATORES, PECAS HIDRAULICAS E SERVICOS LTDA - EPP**
CNPJ/CPF:	**82.039.025/0001-63**
OBJETO:	**Contratação de empresa para realizar a manutenção mecânica dos veículos (etanol/gasolina) da Prefeitura e do Corpo de Bombeiro de Sarandi/PR**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Fica prorrogado o prazo de vigência, pelo prazo de 18 de agosto de 2024 a 17 de agosto de 2025, conforme Cláusula II do contrato.".
ASSINATURA	**16 de agosto de 2024**

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Daiane Moraes de Souza
Código Identificador:85C872F2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 366/2023 ID 9328

ORIGEM:	**Pregão 32/2023**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**EQUITRATOR - TRATORES, PECAS HIDRAULICAS E SERVICOS LTDA - EPP**
CNPJ/CPF:	**82.039.025/0001-63**
OBJETO:	**Contratação de empresa para realizar a manutenção mecânica dos veículos (etanol/gasolina) da Prefeitura e do Corpo de Bombeiro de Sarandi/PR**
ADITIVO	**Cláusula Primeira**: "Conforme aditivo de prazo referente ao período de 18 de agosto de 2024 a 17 de agosto de 2025, o valor global será de R$

	652.032,88 (seiscentos e cinquenta e dois mil, trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), pelo período estipulado.
ASSINATURA	**16 de agosto de 2024**

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Daiane Moraes de Souza
Código Identificador:8894B895

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 4059/2024

SÚMULA: Concede Licença Especial ao Servidor Municipal, na forma que especifica.

WALTER VOLPATO, Prefeito Municipal do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 144 da Lei n.º 10/92, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

1º - Concede à Servidora Municipal MARIA DAS DORES MOURA NARCIZO, matrícula 1737, lotada na Secretaria Municipal de Educação exercendo o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), *LICENÇA ESPECIAL*. Período aquisitivo de 23/02/2017 à 29/09/2023, de acordo com o Artigo 144 da Lei 10/92, com remuneração integral. Período a usufruir de 26/08/2024 à 23/11/2024, totalizando 90 dias.

2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 26 de agosto de 2024.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de agosto de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luzia Gomes Santos Leite
Código Identificador:E5335C08

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA Nº. 07/2024

Prezado(a) Senhor(a)

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI** do Município de Sarandi, Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem **CONVOCÁ-LO** para participar da Reunião Ordinária deste Conselho.

Segue abaixo as informações pertinentes à reunião supracitada:

Pauta 01: Justificativa de Ausências;
Pauta 02: Leitura e aprovação das atas n.º 04/2024, 05/2024 e 06/2024.
Pauta 03: Discussão da visita fiscalizatória realizada para atendimento da denúncia n.º 116150/2024 recebida pelo SIGO, referente a maus tratos a pessoas idosas institucionalizadas.
Pauta 04: Análise da documentação das entidades de atendimento na área da pessoa idosa.

Data: 20/08/2024 às 08:30

Local: Secretaria de Assistência Social - Rua Taí, 777 - Centro

CLEIDE ANDRADE DURÃES
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Geovani Willian Cardoso
Código Identificador:E9033992

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 2141/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar na forma que especifica.

WALTER VOLPATO, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 6º, da Lei Orçamentária Anual-LOA nº. 2992/2023, de 20/12/2023,
D E C R E TA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no valor de R$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação			
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUV	
13.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO ADMINSTRATIVO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
13.001.27.812.0025.2.383.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
1759-3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.100,00
Total Suplementação:			**10.100,00**

Art. 2º - O recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior no valor R$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), será obtido através do cancelamento parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

Redução			
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUV	
13.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO ADMINSTRATIVO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
13.001.27.812.0025.2.384.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DO MUNICIPIO	
1766-3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.100,00
Total Redução:			**10.000,00**

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir desta data.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de agosto de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Anselmo de Azevedo
Código Identificador:F245DCD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO

NÃO EFETUAR QUEIMADAS
Para atender a Lei Complementar nº 409/2022, Artigo 13, Inciso V, que dispõe que é proibido queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nociva à saúde.
FICA VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DE PRAZO DE IMEDIATO
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO**sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme Art. 17 da Lei Complementar nº 409/2022 e Artigo 8° do Decreto 1012/2022.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na
Secretaria de Fazenda na Prefeitura.
Local do Imóvel : Quadra: 7 Lote: 17
RUA SÃO PAULO, 1022
Bairro: CHACARAS AEROPORTO
Nome do Proprietário: BERTUCI CONST. CIVIS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:4CA459DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2024

DESCRIÇÃO DO DANO:
- TERRENO COBERTO COM MATO, ENTULHO E/OU VEGETAÇÃO;
INCISO III, ART. 5º DA LEI 1650/2009
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMA ADEQUADAS A SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
ART. 34, 35, 36 DO DECRETO Nº 1314/2011
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO. É PROIBIDA A DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 35 - NOS LOTES NÃO EDIFICADOS, CABERÁ AOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS PROCEDER PERIODICAMENTE À RESPECTIVA LIMPEZA, DE MODO A EVITAR O APARECIMENTO DE MATAGAIS, SUSCEPTÍVEIS A AFETAREM DE AFETAREM A SALUBRIDADE DOS LOCAIS OU PROVOCAREM RISCOS DE INCÊNDIOS.
ART. 36 - SEMPRE QUE OS SERVIÇOS MUNICIPAIS ENTENDAM EXISTIR PERIGO DE SALUBRIDADE, OS PROPRIETÁRIOS OU USUFRUTUÁRIOS DE TERRENOS ONDE SE ENCONTREM LIXOS, DETRITOS OU ENTULHOS, MESMO QUE DEPOSITADOS ABUSIVAMENTE POR TERCEIROS, OU COBERTOS DE MATO OU VEGETAÇÃO, SERÃO NOTIFICADOS A LIMPA-LOS.
ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
PARA PRESERVAR A ESTÉTICA E A HIGIENE PÚBLICA É PROIBIDO:
INC. I - MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO;"
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI 1650/2009-ART. 5º, INC.III-LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022-ART. 13, INC.I-REGULAMENTADO DECRETO 1012/2022-ART.8º.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

INFRATOR: JULIO PEREIRA DOS SANTOS
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 662- 11/07/2024
LOCALIDADE DO DANO: RUA DAVID PAVAO, 294
QUADRA: 18LOTE: 3
JD. VERÃO- SARANDI-PR

INFRATOR: ANTONIO MARCOS ALCANTARA DA SILVA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 702- 15/07/2024
LOCALIDADE DO DANO: RUA JOSÉ PONTES FERREIRA, 177
QUADRA: 58LOTE: 13
LOTEAMENTO ECOVALLEY- SARANDI-PR

INFRATOR: AGDA APARECIDA GONZALES LUCAS
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 703- 15/07/2024
LOCALIDADE DO DANO: RUA MARIA DAS DORES DA SILVA, 39
QUADRA: 40LOTE: 15
LOTEAMENTO ECOVALLEY- SARANDI-PR

INFRATOR: PHELIPE FELIX BUENO E ESPOSA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 704- 15/07/2024
LOCALIDADE DO DANO: RUA PIONEIRA CASTURINA VIDAL GOMES, 41
QUADRA: 48LOTE: 10
LOTEAMENTO ECOVALLEY- SARANDI-PR

INFRATOR: MELCHIOR MARCOS DE PAULA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 717- 23/07/2024
LOCALIDADE DO DANO: RUA CAMAPUA, 704
QUADRA: 21LOTE: 20
PQ. RES. BELA VISTA 2ª PARTE- SARANDI-PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:4B580EE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
PORTARIA

PORTARIANº4036/2024

SÚMULA:Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

Walter Volpato, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 16 de novembro de 2021:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para o Sr. André Alves de Azevedo, CPF: 04X.XXX.XXX-46, que ocupa o cargo/função de Guarda Civil Municipal de Sarandi/PR, sendo concedidas 01 (uma) diária para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2685/2021, de 29 de abril de 2021.
Art. 2ºO montante total das diárias concedidas corresponde ao valor de R$ 312,75 (trezentos e doze reais e setenta e cinco centavos) reais, sendo essa correspondente ao período de 01 (uma) diária, enquanto que a participação do servidor na reunião não acarretará em custos ao Município, a reunião acontecerá na cidade de Curitiba/PR.
Art. 3º Ainda,justifica-se que a viagem a ser realizada tem por finalidade a participação do Servidor na reunião promovido pelaSuperintendência da Polícia Federalna cidade de Curitiba/PR, que ocorrerá na data de 08 de agosto de 2024, com objetivo de aprimorar os conhecimentos e aa padronização de treinamentos, formações, qualificações, metodologias de uso do armamento e outros assuntos inerentes a armamento e tiro.
Art. 4ºA previsãode saída deste Município será no dia 08 de agosto de 2024 às 05h e o retorno previsto será no dia 09 de agosto de 2024 às 09h, e o meio de transporte utilizado será o Veículo Oficial.
Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de agosto de 2024

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Malvezi de Oliveira
Código Identificador:4DCFE0EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
PORTARIA 4035/2024

PORTARIANº4035/2024

SÚMULA:Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e

exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

Walter Volpato, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 16 de novembro de 2021:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para o Sr. Hugo Germano, CPF: 05X.XXX.XXX-36, que ocupa o cargo/função de Guarda Civil Municipal de Sarandi/PR, sendo concedidas 01 (uma) diária para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2685/2021, de 29 de abril de 2021.
Art. 2ºO montante total das diárias concedidas corresponde ao valor de R$ 312,75 (trezentos e doze reais e sessenta e cinco centavos) reais, sendo essa correspondente ao período de 01 (uma) diária, enquanto que a participação do servidor na reunião não acarretará em custos ao Município, a reunião acontecerá na cidade de Curitiba/PR.
Art. 3º Ainda,justifica-se que a viagem a ser realizada tem por finalidade a participação do Servidor na reunião promovido pelaSuperintendência da Polícia Federalna cidade de Curitiba/PR, que ocorrerá na data de 08 de agosto de 2024, com objetivo de aprimorar os conhecimentos e aa padronização de treinamentos, formações, qualificações, metodologias de uso do armamento e outros assuntos inerentes a armamento e tiro.
Art. 4ºA previsãode saída deste Município será no dia 08 de agosto de 2024 às 05h e o retorno previsto será no dia 09 de agosto de 2024 às 09h, e o meio de transporte utilizado será o Veículo Oficial.
Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de agosto de 2024

Publicado por:
Marcela Malvezi de Oliveira
Código Identificador:AF64EDB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2024
(Processo Licitatório n.º 165/2024)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para compra de placas e tapetes (tipo capacho) personalizados para as Unidades Básicas de Saúde Z Urbana e Rural, Novo Centro Social, Casa do Cuidar, Ambulatório de Especialidade, Pronto Atendimento e secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 39.998,58 (trinta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço GLOBAL POR LOTE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 02 de setembro de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 02 de setembro de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 02 de setembro de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

16/08/2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:EA2829C9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2024
(Processo Licitatório n.º 167/2024)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual compra de **material escolar personalizado (cadernos, agendas e pastas personalizados),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 192.290,00 (cento e noventa e dois mil duzentos e noventa reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço unitário por LOTE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h00min do dia 02 de setembro de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 02 de setembro de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do dia 02 de setembro de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

16/08/2024

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:748C3B45

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2024
(Processo Licitatório n.º 168/2024)

OBJETO: Seleção de proposta, visando à compra de 01 (um) veículo pick-up, zero (0) km, para atender às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 159.990,00 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e noventa reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço unitário por LOTE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 03 de setembro de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 03 de setembro de 2024.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 03 de setembro de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

16/08/2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:4CD9007E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 011/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 109/2024.

OBJETO: Chamada pública para o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, com fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

RODO SERVICE LTDA - CNPJ N.º: 00.688.075/0002-98, para fornecer os seguintes:

LINHA PESADA				COLOCAÇÃO SORTEIO
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 170,00	5º COLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	15º COLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 120,00	8º COLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 220,00	4º COLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 127,00	6º COLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	2º COLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 188,00	5º COLOCADO

LINHA PESADA			
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	24º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	24º COLOCADO

Sengés, 16 de agosto de 2024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:D8E03F70

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2024- SME

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2024 DISPÕE SOBRE A BUSCA ATIVA ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE SENGÉS – PARANÁ.

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, parágrafo 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município e considerando:
A Constituição Federal de 1988, especialmente os Artigos 205 e 206, que tratam do direito e princípios da Educação;
A Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, para a década de 2014/2024;
A Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
O dever de garantir a matrícula e a permanência dos estudantes nas Unidades Educacionais e adoção de medidas de combate e prevenção ao absenteísmo e abandono escolar;
A necessidade de sistematização das ações e encaminhamentos de forma que, cada caso de criança sem matrícula ou com infrequência seja reportado e receba o encaminhamento adequado;
A necessidade de orientar as Instituições da Rede Municipal de Ensino quanto à obrigatoriedade da busca do aluno ausente e a padronização dos procedimentos deste processo na Rede Municipal de Ensino, **RESOLVE:**

CAPÍTULO I
A BUSCA PELO ALUNO COM INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Art. 1º - Estabelecer orientações para as Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Sengés – PR, para a implementação do processo de busca ativa escolar e ao aluno ausente como mecanismo que assegure o acesso, a permanência e o sucesso da aprendizagem aos estudantes regularmente matriculados.

Art. 2º - A sistematização das ações de busca ativa escolar, busca ao aluno ausente e o desenvolvimento de ações ao enfrentamento da evasão e abandono escolar com identificação, registro, controle, acompanhamento e mobilização social para garantir o acesso de crianças à escola e assegurar o recenseamento escolar contínuo no âmbito da Rede Municipal de Ensino preconizado nesta Instrução Normativa, será organizado através de:
Análise sistematizada e anual dos dados do Censo Escolar, no que tange à matrícula dos educandos, com vistas à identificação de alunos que não efetuaram a sua rematrícula;
Promoção das ações cabíveis para alunos que abandonaram a escola e reintegrá- los às Instituições de Ensino da Rede Municipal;
Acompanhamento da frequência dos estudantes por meio das informações obtidas no Livro de Registro de Classe Online (LRCOM) e no Sistema BI Presente na Escola Municípios.
Identificação e atuação imediata junto a pais ou responsáveis legais de alunos que apresentarem ausências injustificadas por 5 dias consecutivos e/ou 7 dias alternados no período de 30 dias;
Identificação de crianças que não possuem matrícula e estão dentro da obrigatoriedade, efetuando a matrícula imediatamente, junto às Instituição de Ensino da Rede Municipal.

CAPÍTULO II
IDENTIFICAÇÃO E ATUAÇÃO EM CASOS DE INFREQUÊNCIA

Art. 3º - As Equipes Gestoras de todas as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Sengés – PR, deverão assegurar o controle sistemático da frequência dos estudantes nas Unidades Educacionais.

Art. 4º - Caberá à Equipe Docente realizar o registro diário da frequência dos estudantes no LRCOM.

Art. 5º - Em caso de ausência injustificada por 5 (três) dias consecutivos e/ou 7 (sete) faltas/dias alternados no período de 30 dias o docente deverá informar a equipe pedagógica da Escola/CMEI, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Paragrafo Único: Em caso de ausência justificada por motivos particulares, o responsável legal do educando deverá informar à Instituição de Ensino, para que seja realizado o registro em ata, havendo a ciência dos prejuízos pedagógicos que poderão surgir em decorrência das faltas.
Art. 6º - Os procedimentos a serem adotados no registro do Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência seguirão a seguinte ordem:
Os docentes devem informar a equipe pedagógica e diretiva da Instituição de Ensino na 3ª falta consecutiva do estudante;
Na 5ª falta consecutiva e 7ª falta em dias alternados e injustificadas, deve ser realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas e constatação de amparo legal das ocorrências.
Na impossibilidade do tipo de contato referenciado no item II, devem ser adotadas medidas que garantam a tentativa de comunicação com pais e/ou responsáveis, podendo inclusive ser realizada visita ou convocação por escrito.
Esgotadas as intervenções referenciadas neste artigo, deve ser realizado o encaminhamento para a rede de proteção e atenção social do municípipo, através de encaminhamento ao Conselho Tutelar/SERPE.

Art. 7º - Os procedimentos acima deverão ser sucessivos, e em caso de êxito no contato com a família e/ou responsável legal do aluno, deverá ser realizada reunião na Instituição de Ensino, com registro em ata, buscando levantar as causas da infrequência, possíveis formas de enfrentamento das ocorrência e exarando a ciência dos pais ou responsáveis legais, quanto ao direito da criança e dever da família no que tange a escolarização.

Art. 8º - Após o levantamento das informações cabe a Coordenação Pedagógica ou Direção da Instituição de Ensino:
Informar aos docentes do aluno sobre as informações obtidas;
Planejar estratégias, no âmbito de atuação da equipe de gestão da Instituição de Ensino e docentes atuantes com o aluno, visando o enfrentamento da infrequência.

Art. 9º - Caso a situação de infrequência permaneça, a escola ou CMEI enviará notificação aos pais/responsáveis alertando que será encaminhado para o Conselho Tutelar, o qual executará as medidas necessárias e promoverá os encaminhamentos cabíveis.

CAPÍTULO III
ANÁLISE SISTEMATIZADA ANUAL DOS DADOS DO CENSO PARA AFERIÇÃO DE CASOS DE ALUNOS QUE NÃO REALIZARAM SUA MATRÍCULA PARA O ANO LETIVO SUBSEQUENTE

Art. 11 - Competirá às Secretarias das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a promoção da análise sistematizada e anual dos dados do Censo Escolar oficial, no que tange à matrícula dos educandos, para verificação de eventuais casos de alunos que não realizaram sua matrícula para o ano letivo subsequente.

§ 1º - Em caso constatação de ausência de rematrícula, cabe à direção e/ou secretaria da Instituição de Ensino o contato com os pais e/ou responsáveis legais.

§ 2º - Caso a direção da unidade escolar não logre êxito na promoção da matrícula dos alunos evadidos, deverá a mesma oficiar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, dando ciência a tais órgãos sobre a referida situação, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV
IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS DA FAIXA OBRIGATÓRIA DE MATRÍCULA QUE ABANDONARAM A INSTITUIÇÃO DE ENSINO OU NÃO REALIZARAM A PRIMEIRA MATRÍCULA

Art. 12 – A Secretaria Municipal de Educação, observará as diretrizes e estratégias referentes a Busca Ativa Escolar e deverá avaliar ferramentas e instrumentos que viabilizem o registro das infrequências e do abandono, para o fim de sistematizar os dados e procurar soluções cabíveis nos casos que lhe forem relatados.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação utilizará os dados do Censo Escolar, do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e cadastros realizados junto a Secretaria de Saúde como referência para a aferição das matrículas de alunos na faixa etária de 4 e 5 anos, obrigatória de frequência.

§ 2º - O relatório com os dados, será realizado pelo setor de Documentação Escolar em parceria com o Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, sendo realizado a verificação no Sistema Estadual de Registro
Escolar quanto à matrícula de todos as crianças da faixa etária atendida.

§ 3º - Em caso de existência de crianças na relação para as quais não tenha sido localizada matrícula no Município, a Secretaria de Educação deverá realizar a busca dos alunos evadidos ou sem matrícula, por meio de visitas domiciliares, recorrendo, se necessário, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar e a Rede de Proteção, se for o caso.

§ 4º - Caso ainda não tenha sido alcançado sucesso na localização das crianças ou na obtenção da matrícula dos mesmos, a situação deverá ser encaminhada ao Ministério Público.

Art. 13 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sengés, 16 de agosto de 2024

ROSÂNGELA APARECIDA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Aline Castilho Padilha
Código Identificador:C27E672A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 123/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 08/08/2023 a 07/08/2024 a senhora **KETERLY RUANNA LEITE MEIRA,** ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Convenio e Subvenções, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 096.015.849-94
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 02/09/2024.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A3D6F3CD

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 120/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2022 a 02/09/2023 ao senhor **JOÃO MARCOS SAVIAM** ocupante do cargo de Agente de Serviço Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 113.172.699-50
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 02/09/2024.

Paço Municipal "Santo Soriani", 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

NIVALDO RIBEIRO DE AMORIM
Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A79B5E7A

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 121/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2023 a 02/09/2024 ao senhor **JOSÉ OSCAR HIDEYOSHI YAMAMOTO,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 778.481.959-53
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 10/09/2024.

Paço Municipal "Santo Soriani", 16 de agosto.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:D9C6445E

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 122/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 31/05/2023 a 30/05/2024 a senhora **TEREZA RIBEIRO DOS SANTOS,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 006.124.986-62
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/08/2024.

Paço Municipal "Santo Soriani", 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:EEABADB3

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 124/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 11/09/2022 a 10/09/2023, ao senhor **LEANDRO LUIZ VARESQUI LOMBARDI,** ocupante do cargo Agente de Fiscalização inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 022.207.239-33.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 02/09/2024.

Paço Municipal "Santo Soriani", 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

LAERCIO MENDES DE SOUZA
Diretor do Departamento de Fazenda

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:85BD5D42

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 125/2024

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 30/07/2023 a 29/07/2024 a senhora **LUCIVANE CASAGRANDE DIAS,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 625.967.809-68
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 02/09/2024.

Paço Municipal "Santo Soriani", 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

SUZIANE ANDREA TOTTI AGUILERA
Diretora do Departamento de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:52394155

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 247 -2024

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 247/2024
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SISCOM SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO VISANDO A TROCA DE CABOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA CFTV DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 1.740,00 (UM MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:D26AFD37

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 246 -2024

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 246/2024
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: DONY – COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TELEVISOR PARA SER USADO NA SALA DE ESPERA DO CONSELHO TUTELAR.

VALOR: R$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de agosto de 2024

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:40D29F8C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 249 -2024

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 249/2024
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SISCOM SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV DA CASA LAR DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.

VALOR: R$ 2.438,00 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:0B4295EF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 248 -2024

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 248/2024
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SISCOM SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA CFTV DO GINÁSIO DE ESPORTES AMILTON TEIXEIRA MARTINS.

VALOR: R$ 883,00 (OITOCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 16 de agosto de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:9DA42D71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2022

Referente ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 12/2022. Contratada: **GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO DE SERVIÇOS**. CNPJ n 00.165.960/0001-01**. Objeto do aditivo: DO VALOR:** Fica aditado R$ 12.840,39 (Doze mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e nove centavos), passando o valor global do contrato original a ser R$ 133.789,73 (Cento e trinta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), elevando o valor unitário dos itens dos lotes 01 e 02 em 3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento), conforme índice IGP-M acumulado nos últimos 12 meses. **Fundamento:** Artigo 57, inciso II e IV, da Lei 8.666/93.

Sulina/PR, 15 de agosto de 2024.

PAULO HORN,
Prefeito.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:A24FE501

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 103-2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 103/2024

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de kits de saúde bucal, para atendimento e ações dos profissionais em saúde bucal dentro da atenção primária.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 16.08.2024 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 03.09.2024, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 16 de agosto de 2024**.**

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:76EFB621

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 66/2024

Licitação Modalidade: **Pregão No 66/2024**

REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes do Hospital Municipal São Judas Tadeus.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 06.974.929/0001-06 no valor total dos itens vencidos de R$ 20.850,88 (vinte mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos).

2) CIRURGICA PRIME LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 46.116.717/0001-02 no valor total dos itens vencidos de R$ 17.721,00 (dezessete mil, setecentos e vinte e um reais).

3) HIGI-N LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 43.113.863/0001-88 no valor total dos itens vencidos de R$ 17.069,50 (dezessete mil e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

4) SUPERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 47.181.976/0001-71 no valor total dos itens vencidos de R$ 15.891,40 (quinze mil, oitocentos e noventa e um reais e quarenta centavos).

5) A.D. DAMINELLI EIRELI - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.749.758/0001-80 no valor total dos itens vencidos de R$ 10.937,50 (dez mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

6) MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 32.421.421/0001-82 no valor total dos itens vencidos de R$ 8.560,00 (oito mil, quinhentos e sessenta reais).

7) MZZ - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 24.384.602/0001-58 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.784,12 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos).

8) YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 51.740.794/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 6.307,43 (seis mil, trezentos e sete reais e quarenta e três centavos).

9) CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 01.328.535/0001-59 no valor total dos itens vencidos de R$ 6.225,03 (seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e três centavos).

10) ELISMED COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS - EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 07.127.606/0001-31 no valor total dos itens vencidos de R$ 6.164,57 (seis mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

11) CIRÚRGICA MEDPLUS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 52.685.881/0001-25 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.190,00 (cinco mil, cento e noventa reais).

12) HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.583.983/0001-20 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.997,50 (quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

13) AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 27.789.446/0001-01 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.712,60 (quatro mil, setecentos e doze reais e sessenta centavos).

14) MAGNUS MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA inscrito no

CNPJ/CPF Nº 30.881.804/0001-08 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.712,30 (quatro mil, setecentos e doze reais e trinta centavos).

15) M TESTA ATACADO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 43.044.418/0001-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.620,00 (três mil, seiscentos e vinte reais).

16) ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 85.477.586/0001-32 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.158,00 (dois mil, cento e cinquenta e oito reais).

17) ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 12.014.370/0001-67 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.094,26 (dois mil e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos).

18) CIRURGICA IBIPORÃ EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 23.178.900/0001-29 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais).

19) CIRÚRGICA ITAMBÉ EIRELI ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.847.096/0001-11 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.039,50 (um mil e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

20) ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 06.194.440/0001-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 848,83 (oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos).

21) KIENTRO BRASIL LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 19.717.870/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 529,65 (quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos).

22) ACL ASSISTENCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 22.627.453/0001-85 no valor total dos itens vencidos de R$ 516,94 (quinhentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos).

23) CIRURGICA BIOMEDICA EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.215.901/0001-17 no valor total dos itens vencidos de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).

24) MEDLAB - PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 49.222.415/0001-07 no valor total dos itens vencidos de R$ 166,98 (cento e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos).

Terra Boa, 16 de agosto de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CBF5AD77

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 104-2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 104/2024

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, GLOBAL.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa aquisição de peças e serviços para manutenção de relógio ponto, das unidades municipais.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 16.08.2024 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 04.09.2024, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 16 de agosto de 2024**.**

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:079338D3

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 55/2024

Licitação Modalidade: **Pregão No 55/2024**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, BICOS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E AFINS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) PIETRO E-COMMERCE LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 48.878.990/0001-91 no valor total dos itens vencidos de R$ 337.212,00 (trezentos e trinta e sete mil, duzentos e doze reais).

2) J R PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 49.909.194/0001-31 no valor total dos itens vencidos de R$ 332.068,00 (trezentos e trinta e dois mil e sessenta e oito reais).

3) FG COMERCIO DE PNEUS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 17.234.948/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 109.392,00 (cento e nove mil, trezentos e noventa e dois reais).

4) CPX DISTRIBUIDORA S/A inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.158.356/0001-01 no valor total dos itens vencidos de R$ 93.684,00 (noventa e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais).

5) RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 53.389.965/0001-84 no valor total dos itens vencidos de R$ 81.628,00 (oitenta e um mil, seiscentos e vinte e oito reais).

6) PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 17.092.175/0001-79 no valor total dos itens vencidos de R$ 27.760,00 (vinte e sete mil, setecentos e sessenta reais).

7) IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 03.805.667/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 13.268,00 (treze mil, duzentos e sessenta e oito reais).

8) CHEVROMAIS COMÉRCIO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES LTDA EPP. inscrito no CNPJ/CPF Nº 09.017.325/0001-51 no valor total dos itens vencidos de R$ 11.439,22 (onze mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos).

9) JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 01.795.704/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.680,00 (sete mil, seiscentos e oitenta reais).

10) PHOENIX COMERCIO DE SOBRESSALENTES LTDA ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.344.273/0001-70 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

11) OVIDIO S MOREIRA PNEUS EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 73.304.537/0001-19 no valor total dos itens vencidos de R$ 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais).

Terra Boa, 16 de agosto de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:AE954514

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 752/2024

EDMILSON PEDRO DE MOURA, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 19/08/2024 a Senhora **NATTIELY ANDRESSA FERREIRA NOBRE** portadora do CPF 127.693.279-09 para exercer o cargo efetivo de Agente de Serviços de Limpeza e Alimentação, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de agosto de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:285175EF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 01/2024 – SMEC

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Artigo 1º DESIGNAR, o servidor Henrique Passolongo de Lima, portador do RG 12.959.817-4, ocupante do cargo de Agente Administrativo para atuar como Secretário ISABEL, E M PRINC-EF.
Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra boa, 15 de agosto de 2024.

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária Mun. de Educação e Cultura

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:3C76C794

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 02/2024 – SMEC

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Artigo 1º DESIGNAR, o servidor Henrique Passolongo de Lima, portador do RG 12.959.817-4, ocupante do cargo de Agente Administrativo para atuar como Secretário CRIANCA FELIZ, C M E I.
Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra boa, 15 de agosto de 2024.

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária Mun. de Educação e Cultura

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:8B22CA87

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N.º 003/2024

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Municipio de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º REVOGAR, as portarias 003/2017 que **CONCEDEU** o exercício de função de Secretário da instituição ISABEL, E M PRINC-EF e 007/2023 CRIANCA FELIZ, CMEI, a servidora MARTA RODRIGUES, em sua totalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Terra Boa, aos 16 de agosto de 2024.

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretaria de Educação e Cultura

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:A0C479A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 352/2024

DECRETO Nº 352/2024

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2024**, para o cargo temporário de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 041/2024**, **publicado em 30/05/2024**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 021/2022, de 08/03/2022, para assumir seu cargo partir de 17 de Agosto de 2024, como segue:

NOME	CLASSIF.
NEIDE SERRA BRITO ANANIAS	6º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. (16/08/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:86037534

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 413/2024

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS,** matrícula Nº 12379, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2022 a 31/12/2022, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **19/08/2024 a 17/09/2024.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (16/08/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Saraiva da Silva
Código Identificador:7520E594

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 414/2024

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ADRIANA MORENO DA SILVA MIAZO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ADRIANA MORENO DA SILVA MIAZO,** matrícula Nº 11322, ocupante do cargo efetivo de **FARMACEUTICO/BIOQUIMICO,** referente ao período aquisitivo de 02/07/2021 a 01/07/2022, do Município de Terra Rica, que serão 12 (doze) dias usufruídos, que compreende entre **19/08/2024 a 30/08/2024.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (16/08/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Saraiva da Silva
Código Identificador:B1AD4E02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 16180/2024

PORTARIA Nº 16180/2024

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso I do artigo 32 da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 12295/2024 de 12 de agosto de 2024
R E S O L V E:

ART. 1° – Designar a Professora JOSIANE SCHUCK, matrícula 56464-02, para atuar como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2024.
ART. 2°. – Conceder a Professora ora designada uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento básico.
ART. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09 de agosto de 2024.

ART. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:0EC11B3A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 16181/2024

PORTARIA Nº 16181/2024

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso I do artigo 32 da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 12295/2024 de 12 de agosto de 2024
R E S O L V E:

ART. 1° – Designar a Professora JOSIANE SCHUCK, matrícula 56464-03, para atuar como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2024.
ART. 2°. – Conceder a Professora ora designada uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento básico.
ART. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09 de agosto de 2024.

ART. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:75C059F2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 16182/2024

PORTARIA Nº 16182/2024

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para o Prefeito do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar o Senhor IVAN REIS DA SILVA, Prefeito do Município de Terra Roxa, portador do CPF nº 492.820.779-34, matrícula 38750-01, a viajar até Curitiba – PR, para tratar assuntos de interesse do Município, com agenda na Assembleia Legislativa e Secretaria de Estado do Meio Ambiente nos dias 18 a 20 de agosto de 2024, cabendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias, no valor de 1.865,12 (um mil oitocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), correspondente a 08 vezes o valor da unidade Fiscal de Terra Roxa – UNITERRA, para cada diária.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de agosto de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:E4F2E0C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 028/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 109/2024, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 28/2024

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através do Portaria nº 16114/2024

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 109/2024, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 28/2024, o(s) participante(s):

1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - ITEM 1.4 - CLINICA MÉDICA PARA PRONTO ATENDIMENTO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE SEGUNDA A SEXTA, CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL.	SERVICO		12	R$18.597,60	R$223.171,20
Total Fornecedor:					R$223.171,20

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:26E70DB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 028/2024

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 28/2024
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 28/2024, Processo Administrativo nº 109 / 2024, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS MÉDICOS: ITEM 1.4 - Clínica Médica para Pronto Atendimento, com carga horária de 30 horas semanais de segunda a sexta, controle com biometria, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA	1

Terra Roxa, 16 de agosto de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:4CDBC15E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO 300/2024

EXTRATO CONTRATO Nº 300/2024
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2024

DATA CONTRATO: 16 de agosto de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº 3.058.992-0, CPF/MF nº 492.820.779-34.

CONTRATADA: ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 48.689.904/0001-00, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ISABELE CRISTYNE FOGAÇA DOS SANTOS ADAME, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 081.479.669-97, com endereço à Rua JOSE TONDATO, 56, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS MÉDICOS: ITEM 1.4 - Clínica Médica para Pronto Atendimento, com carga horária de 30 horas semanais de segunda a sexta, controle com biometria.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R$ 223.171,20 (duzentos e vinte e três mil, cento e setenta e um reais e vinte centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:0BE6B38D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 30/08/2024, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2024, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE**

ROÇADEIRAS, PEÇAS, MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE CORTE/ROÇADA DE GRAMA., no valor máximo de R$ 92.312,07 (Noventa e dois mil trezentos e doze reais e sete centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 16 de agosto de 2024.

JULIANA DA SILVA
Secretária do Meio Ambiente

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:4A01901D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA Nº 21, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 21, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Concede férias ao servidor comissionado Luciano dos Santos Farias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias ao servidor LUCIANO DOS SANTOS FARIAS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, matrícula 542, pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando em 16 de setembro de 2024, referente ao período aquisitivo de 14/09/2023 a 13/09/2024.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:956E6E37

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA Nº 20, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA Nº 20, DE 12 DE AGOSTO DE 2024.

Súmula: Concede férias ao servidor comissionado Ramon da Silva.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 77 da Lei Municipal n° 50/2005,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder férias ao servidor RAMON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, matrícula 548, pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando em 09 de setembro de 2024, referente ao período aquisitivo de 19/04/2023 a 18/04/2024.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:17C3ECEB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 315, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **JOSE ADILSON DA SILVA,** portador da cédula de identidade com R.G. nº 10.711.628-1/SSP/PR, matrícula funcional nº 1564 e 118904, titular do cargo de Professor, em virtude de sua participação em "I Encontro Desvendando a Licitação Compartilhada", a ser realizado na cidade de Pinhais - PR, no dia 20 de agosto de 2024, conforme memorando nº 608/2024 – SEMECE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:F8E99999

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 316, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **SUZIELLY DOS SANTOS MARTINS,** portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.632.334-8/SSP/PR, matrícula funcional nº 1435 e 118661, titular do cargo de Professor, em virtude de sua participação em "I Encontro Desvendando a Licitação Compartilhada", a ser realizado na cidade de Pinhais - PR, no dia 20 de agosto de 2024, conforme memorando nº 608/2024 – SEMECE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:D55CB2B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 301/2024

O senhor **Flávio Xavier de Lima Zanrosso**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, ao servidor abaixo identificado, adicional de acordo com Artigo 1º da Lei Municipal nº 543/2022, parágrafo 3º, pelo exercício de suas atividades penosas do Município de Tomazina, a partir de agosto/2024.

NOME	Cargo	MATRÍCULA
DENIS DANIEL DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	1476

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 16 agosto de 2024.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:FE640BAA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 298/2024

O senhor **Flávio Xavier de Lima Zanrosso**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 101 da Lei Municipal n.º 012/1997, Parágrafo Único

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio para o(a) servidor(a), Sr(a) IVANILDA MARIA GOUVEIA DE MELO, matrícula de nº 29, ocupante do cargo efetivo de "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO", de 15/08/2024 á 12/11/2024, período aquisitivo 2007/2012.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 14 de agosto de 2024.

FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:CA369925

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1111/2024

PORTARIA Nº1111/2024
Data 16.08.2024

Súmula. Rescinde contrato de servidora, contratada através do PSS nº 001/2022 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido em virtude do término de contrato, da Sra. **Camila Scarpat Ferreira Pitarelli**, ocupante do cargo de Enfermeira, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, na matrícula nº 1115-0/1, nomeada pela Portaria n° 915/2022.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:084BE648

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 5.964/24

Data 15.08.2024

Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2024, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
Considerando a exigência estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

D E C R E TA

Art. 1º Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2024, considerando-se os seguintes atos de alterações orçamentárias:

Lei nº	Decreto nº
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.921/24, de 16 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.936/24, de 23 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.937/24, de 23 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.940/24, de 24 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.943/24, de 30 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.944/24, de 31 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.945/24, de 31 de julho de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	5.948/24, de 31 de julho de 2024

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de julho de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de agosto de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:5E75DCC0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 5° (QUARTO) ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 196/2021 (ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E ATENDIMENTO TÉCNICO)

Partes: Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: GOVERNANÇABRASIL S/A – TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS – CNPJ Nº 00.165.960/0001-01

Objeto: A finalidade do presente Termo Aditivo é promover alteração na Cláusula Terceira e no anexo 01, item 2.2, do Contrato de

Prestação de Serviços firmado entre as partes, com a prorrogação da vigência para mais 05 (Cinco) meses e aplicação do reajuste anual utilizando como base o índice Contrato Administrativo nº 196/2021, com fundamento no art. 65 e 57 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 41 (Quarenta e um) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados, conforme Artigo 57 da Lei 8666/93.

Data da assinatura do Termo Aditivo: 16/08/2024

Término da Vigência: 20 de janeiro de 2025.

Ficam ratificadas as demais exigências do Contrato.

Inexigibilidade de Licitação nº 10/2021

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:0A16E98A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2024

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço (por lote).
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção que serão utilizados pelas secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Turvo.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 02 de setembro de 2024.
Início da Sessão: 02 de setembro de 2024 a partir das 08h30min
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor estimado: R$ 477.441,62 (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais, e sessenta e dois centavos)**.**
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto N˚ 81/2024

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacoesturvo@gmail.com, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 08 de agosto de 2024.

VANESSA TLUSCIK DOS SANTOS
Pregoeira (Decreto N˚ 81/2024)

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:219D687A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2024

Contrato Administrativo nº 159/2024 – Inexigibilidade de Licitação Nº 36/2024 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: MARCELEXANDRA RABELO** inscrita no CPF n.º 270.394.108-00, situada na Rua Leonidas Sechi, N° 335, no Município de São José dos Pinhais/PR - CEP: 83050-330 - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DIRETA PARA CURSO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR E REPRODUTIVO, INSERÇÃO DE DIU E DISPOSITIVO SUBDÉRMICO PARA ENFERMEIROS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR – **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será com início em 16/08/2024 e encerramento em 31/12/2024 - **Valor global:** R$ 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:BE6D915F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 631/2024

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 24 (vinte e quatro) dias de licença para tratamento de saúde para o servidor Everton Roberto Cordeiro, inscrito no CPF nº 007.298.889-40, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, no período de 24 de julho de 2024 a 16 de agosto de 2024, em atenção ao resultado do laudo da perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 24 de julho de 2024.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 14 de agosto de 2024

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2AFDEC1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 636/2024

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica o servidor efetivo Paulo Massashi Hayashi Junior, Engenheiro Civil, inscrito no CPF nº 069.822.469-81, designado para responder pela Chefia da Divisão de Obras Públicas, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, a partir de 16 de agosto de 2024.
Art. 2º Conceder ao servidor citado no artigo 1° desta portaria, Função Gratificada- FG, num percentual de 50% (cinquenta por cento) de seu vencimento base e alteração da carga horaria para 40 horas semanais enquanto o mesmo responder pela Chefia.
Art. 3° Com submissão ao § 2° do artigo 16 da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 a jornada de trabalho do servidor tratado nesta portaria será:
I - segunda feira das 13h00 às 18h00;
II – terças, quartas e quintas feiras das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00;
III – sextas feiras das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Parágrafo único. A jornada de trabalho determinada será apurada normalmente em registro ponto, devendo cumprir as 40 horas semanais apropriado a função desempenhada.
Art. 4° Esta Portaria terá efeito a partir de 16 de agosto de 2024.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 15 de agosto de 2024.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9FBAF2F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 111/2024

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 111/2024

O Senhor JERONIMO GADENS DO ROSARIO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Cirurgião Dentista- 40h/semanal

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
24335	Bianca Leticia Marquetti	2°

4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:6AF2DB2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 541/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 15 (quinze) dias, a partir de 18 de agosto de 2024, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar designada pela Portaria 589/2023, referente ao Processo n. 0036.0116123, ante as razões apresentadas no Memorando CPAD 30/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 15 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:FF18D6CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 534/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

Considerando o narrado no memorando 96/2024 do Departamento de Licitações;

RESOLVE

Art. 1º **INSTAURAR** Processo Administrativo, a fim de apurar eventual conduta e desatendimento aos requisitos do edital, consubstanciado na divergência ocorrida quando da apresentação de documentação de habilitação.

2º Notifique-se a empresa para a tomada de providências bem como para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades expostas na Lei 14.133, quais sejam:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Art. 3º A Defesa Prévia contendo a identificação da empresa deverá ser enviada por e- mail para o endereço eletrônico **processoadministrativo@uniaodavitoria.pr.gov.br** ou protocolada junto a Prefeitura Municipal de União da Vitória.

Art. 4º Outrossim, formalize-se a abertura física dos autos junto ao Setor de Protocolo Municipal e após os devidos trâmites de notificação, remetam-se os autos a Comissão de Processo Administrativo para devida apuração dos fatos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Diligências necessárias.

União da Vitória, 12 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9F1C154E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 390/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Em atendimento ao Ofício nº 119/2024-FUMPREVI, fica **RETIFICADO QUANTO AO VALOR** o **DECRETO Nº 110/2020**, o qual concedeu **APOSENTADORIA,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**OSMAR STASIAK DE FRANÇA**
CPF:	**770.446.069-20**
RG:	**4.496.105-9 SSP/PR**
CARGO:	**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**
NÍVEL:	**04-E**
MATRÍCULA:	**83**
INVESTIDURA:	**02/06/1197**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**SEM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 2.628,42 (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos)**

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	**LINDAMIR DE FATIMA VARELA**
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F89DBFE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 540/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao (aos) seguinte (s) Servidor (es) Municipal (is):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO EM DIAS	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA
FRANCISCO DE OLIVEIRA FRUTUOSO	990301	90	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10/07/2024 A 07/1/2024

Art. 2º. Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 15 de agosto de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5EC701FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 394/2024

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados CANDIDATOS APROVADOS para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2022, e conforme PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 19 A 23 DE AGOSTO/2024, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

38ª Chamada
Cargo : PROFESSOR(A)

COLOCAÇÃO	CANDIDATO(A)
316º	MAIARA SCHMIDT
317º	DEBORAH MARIA SATORSKI CAETANO DE SOUZA
318º	PATRICIA GUIMARÃES

Documentação Necessária

01 foto 3X4
Carteira de Trabalho

Fotocópias

Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento das candidatas convocadas por este Decreto nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão as candidatas assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	***LINDAMIR DE FATIMA VARELA***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9A84CA30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 395/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado candidato aprovado em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, a pessoas abaixo identificada, conforme a respectiva data:

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO	NOME	ADMISSÃO
41º	**ANDRÉ FELIPE JUNGLES**	**19/08/2024**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:820B0057

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 68/2024

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, resolve **HOMOLOGAR,** em 16/08/2024,para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 23/2024, cujo objeto é a *Contratação de serviços especializados de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*, em favor da seguinte empresa: LF SISTEMAS LTDA – CNPJ Nº 46.777.506/0001-02. Valor Global R$ 55.900,00 (Cinquenta e cinco mil e novecentos reais);

União da Vitória/PR, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito

Publicado por:
Felipe Jose Narineczki
Código Identificador:F61B3859

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 393/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido, a Senhora **LEONICE DE FÁTIMA ESPANHOL, portadora CPF nº 604.013.039-34 e RG nº 97872082 SSP/SC,** do cargo de **DIRETORA DE ÁREA DE SAÚDE**, do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor - IMAS, desta Prefeitura Municipal, a partir de 16 de agosto de 2024.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B7105BE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 542/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer as ações de **VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE DO TRABALHADOR**, no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes em acordo com a legislação vigente, os servidores abaixo:

NOME	NOME
ALAN LUIZ MULLER NIZIOL	LOY PIERRE RUCINSKI COBENE
ALINE MARIA BONETE	LUCAS VALDAMERI
ARNOLDO VITORIO MULLER JUNIOR	MARIANA APARECIDA BAUERMEISTER ARRUDA
CLEYTON YAN KLEIN	MARILENE SCHELIGA BABI
EDERSON VOGEL	MIRIAN APARECIDA MONDINI SOLOVI
EVA CAZIUK	OIRIO ROBERTO CARVALHO
FABIOLA MILIS PIMPÃO MOREIRA	RITA DE CASSIA MANSANI MULLER
FELIPE SAMUEL OLESKOWICZ	ROBINSON ADRIANO SILVEIRA DOS SANTOS
GRAZIELE RODRIGUES DA SILVA	RODRIGO SVIDERSKI
IVONETE FERNANDES DA LUZ	ROSANE REGINA DE MATTOS
JESEEL MENDES	RUAN CLEITON MARQUES
LEANDRO FERREIRA DE LIMA	SILVIO ADSON GONTAREK

Art. 2º Os servidores que foram conferidos o **PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA** no Art. 1º, devem agir consoante com a legislação vigente, inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções. § 1º em caso de conflito de interesse a autoridade sanitária deve seguir o determinado em procedimentos estabelecidos e vigentes. § 2º quando a área de atuação exigir requisitos específicos para o desempenho das atividades deve atender o estabelecido em programas e/ou procedimentos específicos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 634/2024.

Art. 4º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A3D39C9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 543/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 38/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 84/2024**

CONTRATO Nº.: 59/2024
Contratante...: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Contratada...: ISPAE - Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – CNPJ 06.087.672/0001-62.
Valor Global...: Conforme valores previamente informados no edital de credenciamento 001/2024.

Data de Assinatura.....: 15/08/2024.
Prazo de Vigência.....: Início: Início: 15/08/2024 - Término: 15/08/2025 – 365 dias.
Prazo de Fornecimento.....: 365 dias.
Licitação.....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 38/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 84/2024;
Recursos Orçamentários....:

Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
353	Programa de Proteção Animal	21.001.18.608.0041.2077.3.3.90.39.00	00000

44	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	04.001.04.122.0003.2006.3.3.90.39.00	00000

Objeto.....: *Credenciamento da Clínica Veterinária e/ou Hospital Veterinário ISPAE - INSTITUTO SUL PARANAENSE DE ALTOS ESTUDOS para a execução do Projeto de Castração (orquiectomia, ovariossalpingo-histerectomia- OSH e microchipagem) em caninos e felinos, de ambos os sexos, demanda está de interesse público, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital de Credenciamento n° 001/2024.*

GESTOR: Sr. Marcio César Roiek (Secretária de Municipal de Meio Ambiente);

FISCAL/RESPOSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Sra. Paola Reinbold – Matrícula funcional n° 1-991505370;

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EBFCD857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 544/2024

BACHIR ABBAS, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **LICENÇA SEM VENCIMENTOS,** para tratar de interesses particulares, a que tem direito conforme Lei Municipal nº 1847/92, ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**TANIA RAQUEL LECH PIRES LIPINSKI**
MATRÍCULA:	**1338201**
CARGO:	**ZELADORA**
NIVEL:	**01**
PRAZO MÁXIMO DA LICENÇA PERMITIDO	**12 MESES**
PERIÓDO DA LICENÇA:	**20/08/2024 A 20/08/2025**

Art. 2º A presente licença não poderá ser **PRORROGADA** após seu vencimento de 02 (dois) anos, conforme Art. 150 da Lei Municipal nº 1847/92.

Art. 3º O servidor deverá impreterivelmente retornar às suas atividades **ATÉ 20/08/2025** sob pena de abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.**

Art. 4º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

BACHIR ABBAS	***LINDAMIR DE FATIMA VARELA***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5D508A54

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.O 52/2024

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso VIII, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 220/2006,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder à **Danieli Silva da Costa Novaczek**, matrícula n.° 434, servidora desta Fundação, exercendo a função de Técnico Administrativo, 8 (oito) dias consecutivos de afastamento**,** a qual tem direito, referente a Declaração de Óbito n.º 38396208-0, datada de 14/08/2024, conforme Lei n.º 1847/92, art. 91º, Inciso III, no período de 14/08/2024 a 21/08/2024.

Art. 2º - Registre-se e Publique-se.

União da Vitória, 14 de agosto de 2024.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Andréia Aparecida Soares Meyer
Código Identificador:6D9F9673

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 8/2022
Processo nº4/2022
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV
Contratada: FABIO MACIEL JAKYMIU 03341903984 CNPJ: 39.675.721/0001-37

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajuste anual previsto na cláusula quinta, artigo 5.4 do contrato 8/2022 na ordem de 2,45% conforme variação do IGPM junho/2024, passando-se o valor mensal para R$1.229,40 (Um mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), a partir de 01/07/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato 8/2022 que por este apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

União da Vitória, 16 de agosto de 2024.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:047F3DAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
REPUBLICAÇÃO 8 TERMO

OITAVO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 120/2022

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 05691667998 RG. Nº. 91163080/PR, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa SUDOPAV CONSTRUTORA EIRELI situada à Rua RODOVIA PRC 158, SN, KM 4992FAZPA, Bairro Centro, Coronel Vivida, inscrita no CNPJ sob nº 26499438000150, neste ato representada por FERNANDO ZANCANARO, inscrito no CPF/MF

sob nº 00683940988, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 2431/2022 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor – Fica acrescido o valor de R$ 59.456,04 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais, quatro centavos).

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 09/08/2024

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

FERNANDO ZANCANARO
Contratada
Sudopav Construtora EIRELI

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:0BAF4F9F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
31ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS ELETIVOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Contratação Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio, bem como da Resolução nº 059/2023 o qual dispõe sobre o procedimento auxiliar do credenciamento, de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS e a Lei nº 8.080/90, torna público aos interessados sobre a inclusão, exclusão e a alteração de valor e de nomenclatura de procedimentos no edital de credenciamento 002/2023, na forma que segue:

Incluir conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
07.03.01.113-0	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X POLIETILENO CROSSLINK NACIONAL	12.500,00
07.03.01.112-0	PLACA CUSTOMIZADA PARA RECONSTRUÇÃO PARCIAL DA MANDÍBULA	14.487,17
07.03.01.111-0	SERINGA DE OSTEONIL MINI	882,50
07.03.01.109-0	PLACA DE RECONSTRUÇÃO ORBITAL PARA MICROFIXAÇÃO	675,00
07.03.01.110-0	MICRO PARAFUSO PARA MICROFIXAÇÃO	115,00
04.18.01.003-0	CONFECÇÃO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE	1.400,00
04.90.01.065-0	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS – FASE INICIAL (CONFORME NOTA TÉCNICA 001-2024)	39.500,00
04.90.01.066-0	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS – FASE FINAL (CONFORME NOTA TÉCNICA 001-2024)	87.000,00
04.90.01.067-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS/FILTRADA PED (90030540)	255,00
04.90.01.068-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030588)	260,00
04.90.01.069-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030586)	150,00
04.90.01.070-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMACIAS - ME (90030520)	150,00
04.90.01.071-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE HEMÁCIAS LAVADAS (90030530)	160,00
04.90.01.072-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS POR AFÉRESE (90030585)	900,00
04.90.01.073-0	UNIDADE DE CONCENTRADO DE PLAQUETAS RANDÔMICAS (90030560)	245,00
04.90.01.074-0	UNIDADE DE PLASMA - MEDICINA TRANSFUSIO (90030580)	125,00

Excluir conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
04.90.01.063-0	CALIBRAGEM DE COLUNA LOMBAR - 4 NÍVEIS	36.495,00
03.06.02.006-8	TRANSFUSÃO DE CONCENTRADO DE HEMÁCIAS	20,97
03.06.02.010-6	TRANSFUSÃO DE PLASMA FRESCO	20,98

Alterar nomenclatura conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
	DE	PARA
07.03.01.071-0	KIT PRÓTESE DE QUADRIL IMPORTADA CERÂMIC A X POLIETILENO CROSSLINK	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X POLIETILENO CROSSLINK IMPORTADA
07.03.01.008-0	PRÓTESE DE QUADRIL DE CERÂMICA	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X CERÂMICA IMPORTADA

Alterar valor conforme segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
07.03.01.071-0	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X POLIETILENO CROSSLINK IMPORTADA	8.500,00	13.000,00
07.03.01.008-0	PRÓTESE DE QUADRIL CERÂMICA X CERÂMICA IMPORTADA	12.500,00	15.000,00
07.03.01.057-0	PLACA BLOQUEADA PARA ÚMERO PROXIMAL TIPO PHILOS DE 03 A 06 FUROS	2.280,00	3.500,00
04.90.01.034-0	TAXA DE VÍDEO COLECISTECTOMIA	300,00	400,00
04.90.01.035-0	TAXA DE VÍDEO HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	300,00	400,00
04.90.01.036-0	TAXA DE VÍDEO HERNIOPLASTIA INGUINAL UNILATERAL	300,00	400,00
04.90.01.037-0	TAXA DE VÍDEO LAQUEADURA TUBÁRIA	300,00	400,00
04.90.01.040-0	TAXA DE VÍDEO P/ MICRONEUROLISE DE NERVO PERIFÉRICO	300,00	400,00
04.90.01.039-0	TAXA DE VÍDEO PARA PROCEDIMENTOS DE UROLOGIA	350,00	400,00
04.90.01.038-0	TAXA DE VIDEO RESSECCAO ENDOSCOPICA DE LESÃO	300,00	400,00
04.08.06.071-9	VIDEOARTROSCOPIA	300,00	400,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos imediatos e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Credenciamento do CONIMS, telefone (46) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:62719BA0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
47ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Contratação Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio, bem como da Resolução nº 059/2023 o qual dispõe sobre o procedimento auxiliar do credenciamento, de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS e a Lei n.º 8.080/90, torna público aos interessados sobre a inclusão e alteração de valor de procedimentos no edital de credenciamento 001/2023, na forma que segue:

ANEXO III – F - ATENDIMENTOS, EXAMES E PROCEDIMENTOS

Inclusão de procedimentos:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR UNT
90.01.01.516-0	SONDA DE CRAWFORD PARA DACRIOCISTORRINOSTOMIA	950,00

Alteração de valor de procedimentos:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM SITUAÇÃO DE ESTRESSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	581,84	698,21
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM SITUAÇÃO DE REPOUSO (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	545,59	654,71
02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MÍNIMO 5 IMAGENS)	189,80	227,76
02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E VIAS BILIARES	267,66	321,19
02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES COM OU SEM ESTÍMULO	125,18	150,22
02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFÁGICO (LÍQUIDO)	192,81	231,37
02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)	192,81	231,37
02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL	163,59	196,31
02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	223,94	268,73
02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA	442,69	531,23
02.08.02.011-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	192,81	231,37
02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	462,23	554,68
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	110,06	132,07
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	482,40	578,88
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	490,40	588,48
02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	175,14	210,17
02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	205,81	246,97
02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINÂMICO C/ OU S/ DIURETICO	403,85	484,62
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	272,02	326,42
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSÃO (MINIMO 4 PROJECOES)	185,87	223,04
02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	160,38	192,46
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	201,29	241,55
02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	993,48	1.192,18
02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	94,33	113,20
02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	412,23	494,68
03.03.12.006-1	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - ATE 30 MCI)	631,95	758,34
03.03.12.007-0	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	512,31	614,77
90.01.01.366-0	(02.09.01.003-7) - ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM/SEM TESTE DE UREASE + SEDAÇÃO/TAXA DE SALA – ESOFAGOGASTRODUODE-NOSCOPIA	260,00	270,00
04.07.02.039-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO / POLIPOS DO RETO / COLO SIGMOIDE	276,00	287,00
03.03.07.004-8	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESÔFAGO	199,00	207,00
03.03.07.005-6	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO / DUODENO	199,00	207,00
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA) (INCLUSO TAXA DE SALA E HONORÁRIOS DO ANESTESISTA)	619,00	680,00
04.07.01.032-7	TRATAMENTO ESCLEROSANTE DE LESOES NAO HEMORRAGICAS DO APARELHO DIGESTIVO INCLUINDO LIGADURA ELASTICA	400,00	416,00
90.01.01.013-0	ANESTESIA DE GASTRO (P/CRIANÇAS E PACIENTES ESPECIAIS)	136,00	142,00
90.01.01.483-0	(02.09.01.002-9) COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA) C/ HEMOCLIP (INCLUSO TAXA DE SALA E HONORÁRIOS DO ANESTESISTA)	1.127,50	1.172,00
90.01.01.126-0	CONTRASTE	61,10	63,73
90.01.01.205-0	ECOGRAFIA DA COLUNA LOMBAR	44,12	46,00
90.01.01.273-0	ECOGRAFIA DE COLUNA DORSAL	44,12	46,00
90.01.01.276-0	ECOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	44,12	46,00
90.01.01.137-0	ECOGRAFIA DE PAROTIDAS	44,12	46,00
90.01.01.132-0	ECOGRAFIA DE REGIAO INGUINAL	44,12	46,00
02.07.03.001-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOMEN SUPERIOR	268,75	280,36
02.07.01.002-1	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	268,75	280,36
02.07.03.002-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA / PELVE / ABDOMEN INFERIOR	268,75	280,36
02.07.01.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	268,75	280,36

02.07.01.004-8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	268,75	280,36
02.07.01.005-6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA	268,75	280,36
02.07.01.006-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO	268,75	280,36
02.07.03.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	268,75	280,36
02.07.02.002-7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	268,75	280,36
02.07.01.007-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE SELA TURCICA	268,75	280,36
02.07.02.003-5	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE TORAX	268,75	280,36
02.07.03.004-9	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	268,75	280,36
02.06.03.002-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	86,75	90,49
02.06.02.001-5	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	86,75	90,49
02.06.01.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	86,75	90,49
02.06.01.002-8	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA COM OU SEM CONTRASTE	101,10	105,46
02.06.01.003-6	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	86,75	90,49
02.06.01.004-4	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	86,75	90,49
02.06.02.002-3	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	86,75	90,49
02.06.01.006-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	97,44	101,64
02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	97,44	101,64
02.06.01.005-2	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO	86,75	90,49
90.01.01.272-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA FACE	44,12	46,00
90.01.01.115-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA REGIAO CERVICAL	44,12	46,00
90.01.01.252-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA REGIAO POPLITEA	44,12	46,00
90.01.01.128-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	44,12	46,00
90.01.01.134-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BRAÇO	44,12	46,00
90.01.01.207-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLUTEO	44,12	46,00
90.01.01.127-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MANDIBULA	44,12	46,00
90.01.01.130-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MAO	44,12	46,00
90.01.01.116-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MUSCULATURA DA COXA	44,12	46,00
90.01.01.097-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PARTES MOLES	44,12	46,00
90.01.01.114-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PARTES MOLES DO PÉ	44,12	46,00
90.01.01.129-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PERNA	44,12	46,00
90.01.01.286-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PESCOÇO	44,12	46,00
90.01.01.261-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE REGIAO AURICULAR	44,12	46,00
90.01.01.287-0	ULTRA-SONOGRAFIA SUPRA-CLAVICULAR	44,12	46,00
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	44,12	46,00
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	44,12	46,00
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	44,12	46,00
02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	44,12	46,00
90.01.01.131-0	ULTRASSONOGRAFIA DE QUADRIL	44,12	46,00
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	44,12	46,00
02.05.02.013-5	ULTRASSONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	44,12	46,00
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	44,12	46,00
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	43,34	45,21
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	44,12	46,00
02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	44,12	46,00
03.01.05.015-5	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM TERAPIA NUTRICIONAL	20,00	21,00
03.01.04.003-6	TERAPIA EM GRUPO	20,00	21,00
03.01.08.016-0	ATENDIMENTO EM PSICOTERAPIA DE GRUPO	20,00	21,00
03.01.08.017-8	ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	20,00	21,00
03.02.05.002-7	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	20,00	21,00
03.09.05.002-2	SESSÃO DE ACUPUNTURA COM INSERÇÃO DE AGULHAS	20,00	21,00
90.01.01.191-0	LAUDO DE ELETROCARDIOGRAMA	15,65	16,00
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO	20,86	21,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos a partir de **25 de agosto de 2024** e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Credenciamento do CONIMS, telefone (46) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:BED8E3F7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
148ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESE/PRÓTESE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão Permanente de Licitação designada por Ato de Consórcio, bem como da Resolução nº 103/2017 de aprovação da Tabela de Valores e Procedimentos Médicos Ambulatoriais e Hospitalares, Serviços de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT), em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, Lei n.º 8.080/90, Portaria nº 1.286/93 e Portaria nº 1.034/10 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados sobre a inclusão e alteração de nomenclatura e de valor de procedimentos no edital de credenciamento 003/2017, na forma que segue:

Inclusão de procedimentos:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR UNT
90.01.01.516-0	SONDA DE CRAWFORD PARA DACRIOCISTORRINOSTOMIA	950,00

Alteração de nomenclatura de procedimento:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
	DE	PARA
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA) COM ANESTESIA REGIONAL

Alteração de valor de procedimentos:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		DE	PARA
02.09.04.001-7	BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA) COM ANESTESIA REGIONAL	1.400,00	1.583,31
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM SITUAÇÃO DE ESTRESSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	581,84	698,21
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM SITUAÇÃO DE REPOUSO (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	545,59	654,71
02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MÍNIMO 5 IMAGENS)	189,80	227,76
02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E VIAS BILIARES	267,66	321,19
02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES COM OU SEM ESTÍMULO	125,18	150,22
02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFÁGICO (LÍQUIDO)	192,81	231,37
02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)	192,81	231,37
02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL	163,59	196,31
02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	223,94	268,73
02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA	442,69	531,23
02.08.02.011-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	192,81	231,37
02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	462,23	554,68
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	110,06	132,07
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	482,40	578,88
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	490,40	588,48
02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	175,14	210,17
02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	205,81	246,97
02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINÂMICO C/ OU S/ DIURETICO	403,85	484,62
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	272,02	326,42
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSÃO (MINIMO 4 PROJECOES)	185,87	223,04
02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	160,38	192,46
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	201,29	241,55
02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	993,48	1.192,18
02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	94,33	113,20
02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	412,23	494,68
03.03.12.006-1	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - ATE 30 MCI)	631,95	758,34
03.03.12.007-0	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	512,31	614,77
90.01.01.366-0	(02.09.01.003-7) - ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM/SEM TESTE DE UREASE + SEDAÇÃO/TAXA DE SALA – ESOFAGOGASTRODUODE-NOSCOPIA	260,00	270,00
04.07.02.039-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO / POLIPOS DO RETO / COLO SIGMOIDE	276,00	287,00
03.03.07.004-8	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESÔFAGO	199,00	207,00
03.03.07.005-6	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO / DUODENO	199,00	207,00
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA) (INCLUSO TAXA DE SALA E HONORÁRIOS DO ANESTESISTA)	619,00	680,00
04.07.01.032-7	TRATAMENTO ESCLEROSANTE DE LESOES NAO HEMORRAGICAS DO APARELHO DIGESTIVO INCLUINDO LIGADURA ELASTICA	400,00	416,00
90.01.01.013-0	ANESTESIA DE GASTRO (P/CRIANÇAS E PACIENTES ESPECIAIS)	136,00	142,00
90.01.01.483-0	(02.09.01.002-9) COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA) C/ HEMOCLIP (INCLUSO TAXA DE SALA E HONORÁRIOS DO ANESTESISTA)	1.127,50	1.172,00
90.01.01.126-0	CONTRASTE	61,10	63,73
90.01.01.205-0	ECOGRAFIA DA COLUNA LOMBAR	44,12	46,00
90.01.01.273-0	ECOGRAFIA DE COLUNA DORSAL	44,12	46,00
90.01.01.276-0	ECOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	44,12	46,00
90.01.01.137-0	ECOGRAFIA DE PAROTIDAS	44,12	46,00
90.01.01.132-0	ECOGRAFIA DE REGIAO INGUINAL	44,12	46,00
02.07.03.001-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ABDOMEN SUPERIOR	268,75	280,36
02.07.01.002-1	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	268,75	280,36
02.07.03.002-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE BACIA / PELVE / ABDOMEN INFERIOR	268,75	280,36
02.07.01.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	268,75	280,36
02.07.01.004-8	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBO-SACRA	268,75	280,36
02.07.01.005-6	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE COLUNA TORÁCICA	268,75	280,36
02.07.01.006-4	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO	268,75	280,36
02.07.03.003-0	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	268,75	280,36
02.07.02.002-7	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	268,75	280,36
02.07.01.007-2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE SELA TURCICA	268,75	280,36
02.07.02.003-5	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE TORAX	268,75	280,36
02.07.03.004-9	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	268,75	280,36
02.06.03.002-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR	86,75	90,49
02.06.02.001-5	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	86,75	90,49
02.06.01.001-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	86,75	90,49
02.06.01.002-8	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA COM OU SEM CONTRASTE	101,10	105,46
02.06.01.003-6	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	86,75	90,49
02.06.01.004-4	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	86,75	90,49
02.06.02.002-3	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	86,75	90,49
02.06.01.006-0	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	97,44	101,64

02.06.01.007-9	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	97,44	101,64
02.06.01.005-2	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO	86,75	90,49
90.01.01.272-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA FACE	44,12	46,00
90.01.01.115-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA REGIAO CERVICAL	44,12	46,00
90.01.01.252-0	ULTRA-SONOGRAFIA DA REGIAO POPLITEA	44,12	46,00
90.01.01.128-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	44,12	46,00
90.01.01.134-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BRAÇO	44,12	46,00
90.01.01.207-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLUTEO	44,12	46,00
90.01.01.127-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MANDIBULA	44,12	46,00
90.01.01.130-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MAO	44,12	46,00
90.01.01.116-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE MUSCULATURA DA COXA	44,12	46,00
90.01.01.097-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PARTES MOLES	44,12	46,00
90.01.01.114-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PARTES MOLES DO PÉ	44,12	46,00
90.01.01.129-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PERNA	44,12	46,00
90.01.01.286-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PESCOÇO	44,12	46,00
90.01.01.261-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE REGIAO AURICULAR	44,12	46,00
90.01.01.287-0	ULTRA-SONOGRAFIA SUPRA-CLAVICULAR	44,12	46,00
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	44,12	46,00
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	44,12	46,00
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	44,12	46,00
02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	44,12	46,00
90.01.01.131-0	ULTRASSONOGRAFIA DE QUADRIL	44,12	46,00
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	44,12	46,00
02.05.02.013-5	ULTRASSONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	44,12	46,00
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	44,12	46,00
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	43,34	45,21
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	44,12	46,00
02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	44,12	46,00
03.01.05.015-5	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM TERAPIA NUTRICIONAL	20,00	21,00
03.01.04.003-6	TERAPIA EM GRUPO	20,00	21,00
03.01.08.016-0	ATENDIMENTO EM PSICOTERAPIA DE GRUPO	20,00	21,00
03.01.08.017-8	ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	20,00	21,00
03.02.05.002-7	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	20,00	21,00
03.09.05.002-2	SESSÃO DE ACUPUNTURA COM INSERÇÃO DE AGULHAS	20,00	21,00
90.01.01.191-0	LAUDO DE ELETROCARDIOGRAMA	15,65	16,00
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO	20,86	21,00

As alterações aqui relacionadas passaram a integrar o Edital e as demais informações ora referenciadas permanecem inalteradas. A alteração de valor dos itens do Edital produz efeitos a partir de **25 de agosto de 2024** e incide sobre os contratos já firmados e com vigência em curso, nos serviços executados. Para os contratos vigentes, o impacto no valor decorrentes das alterações ora incluídas, somente será objeto de Termo aditivo em caso de falta de saldo.

Esclarecimentos adicionais serão prestados pelo Setor de Credenciamento do CONIMS, telefone (46) 3313-3550.

Pato Branco/PR, 16 de agosto de 2024.

PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:E2FAE249

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** CENTRAL DE APOIO VALE DO IVAI EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.891.162/0001-18, com sede na Rua Antonio Martins de Araújo, nº 111, casa, Jardim Botanico, cep: 80.210-050, Curitiba – Pr, neste ato representada pela senhora TETIS MARISA BELMONTE DA CRUZ, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua Antonio Martins de Araújo, nº 111, casa, Jardim Botanico, cep: 80.210-050, Curitiba – Pr, portadora da cédula de identidade Rg. nº 3.015.297-2/Pr e CPF nº 300.390.299-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS - por força da prorrogação de prazo estabelecida no Quarto Termo Aditivo, dando continuidade na prestação dos serviços, o valor original do contrato de R$ 79.150,00 (setenta e nove mil, cento e cinquenta reais) passa para ser R$ 153.150,00 (cento e cinquenta e três mil, cento e cinquenta reais).

Item	Descrição	Quantidade Contratada	Saldo	Acrescimo de 100%	Saldo Atualizado	Valor Unitário
01	Serviços de hospedagem em quarto de coletivo separado por alas femininas e masculinas, alimentação e transporte ida e volta para hospitais de Curitiba e região metropolitana	400	50	400	450	R$92,50
TOTAL DO ADITIVO: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)						

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de Agosto de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

CENTRAL DE APOIO VALE DO IVAI EIRELI
Contratada

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:3597D7E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano 2024, autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, nos autos do processo de Pregão Eletrônico nº. 002/2024, Processo de Registro de Preços nº. 001/2024, da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir, regem o **1o ADITAMENTO** da ata acima mencionada.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Registro de Preços para aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e para manutenção da farmácia básica do município de Anahy-PR.

DETENTOR DA ATA: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n 09.676.256/0001-98, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão estado do Paraná, CEP: 85.601-030, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Sirlei Fatima Follador portadora do RG n° 13.961.473-9 SESP/PR e CPF n° 465.988.800-25. Fone/Fax: (46)3523-5454 - E-mail: az.medicamentos@gmail.com

1. Incluem-se o item a seguir na Ata de Registro de Preços no. 012/2024, tendo em vista que a empresa vencedora desse item no Pregão 002/2024, Registro de Preços 001/2024, teve sua Ata de Registro de Preços n° 011/2024 RESCINDIDA, conforme solicitação da Empresa Lici Express Distribuidora Ltda, CNPJ: 40.657.992/0001-49, enviada via e-mail em 18/07/2024, em conformidade com Parecer Jurídico e Anexo I cadastro reserva.

Lote	Descrição	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
50	VENLAFAXINA 75MG CPR	GEOLAB	GENERICO	COM	5000	R$ 0,5099	R$ 2.549,50
VALOR TOTAL						**R$ 2.549,50**	

2. Permanecem inalteradas, todas as demais disposições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2024.

Anahy, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:DE87AC42

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2024.

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano 2024, autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, nos autos do processo de Pregão Eletrônico nº. 002/2024, Processo de Registro de Preços nº. 001/2024, da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir, regem o **1o ADITAMENTO** da ata acima mencionada.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Registro de Preços para aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e para manutenção da farmácia básica do município de Anahy-PR.

DETENTOR DA ATA: GRAMS & GRAMS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 10.448.145/0001-03 sediada na Rua Itacolomi, 361 – Sala 01 - Centro, Pato Branco – PR, CEP 85.505-050, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Ingrid Ruth Hegele Grams, portadora da Carteira de Identidade nº. 1.580.701-6 e do CPF nº. 240.674.909-68, E-mail: medigram@medigram.com.br.

1. Incluem-se o item a seguir na Ata de Registro de Preços no. 009/2024, tendo em vista que a empresa vencedora desse item no Pregão 002/2024, Registro de Preços 001/2024, teve sua Ata de Registro de Preços n° 011/2024 RESCINDIDA, conforme solicitação da Empresa Lici Express

Distribuidora Ltda, CNPJ: 40.657.992/0001-49, enviada via e-mail em 18/07/2024, em conformidade com Parecer Jurídico e Anexo I cadastro reserva.

Lote	Descrição	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
8	PREGABALINA 75MG CPR	EMS	EMS REG 102351345005-4	COM	20000	R$ 0,2249	R$ 4.498,00
VALOR TOTAL						**R$ 4.498,00**	

2. Permanecem inalteradas, todas as demais disposições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2024.

Anahy, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:7840A908

LICITAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano 2024, autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, nos autos do processo de Pregão Eletrônico nº. 002/2024, Processo de Registro de Preços nº. 001/2024, da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir, regem o **1o ADITAMENTO** da ata acima mencionada.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Registro de Preços para aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e para manutenção da farmácia básica do município de Anahy-PR.

DETENTOR DA ATA: CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 39.610.184/0001-47, com sede na Rua das Paineiras, 171, Centro, Assis Chateaubriand - PR, CEP 85.935-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. Cezar Ferreira da Silva, CPF: 023.953.829-30 e RG. n.º 70244659 - SESP – PR, Nº do telefone (44) 3528-3499 Endereço de e-mail da empresa licitacao.cirurgicaassis@outlook.com/cirurgicaassis@outlook.com/faturamento.cirurgicaassis@outlook.com

1. Incluem-se o item a seguir na Ata de Registro de Preços no. 013/2024, tendo em vista que a empresa vencedora desse item no Pregão 002/2024, Registro de Preços 001/2024, teve sua Ata de Registro de Preços n° 011/2024 RESCINDIDA, conforme solicitação da Empresa Lici Express Distribuidora Ltda, CNPJ: 40.657.992/0001-49, enviada via e-mail em 18/07/2024, em conformidade com Parecer Jurídico e Anexo I cadastro reserva.

Lote	Descrição	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
119	SERTRALINA 50MG CPR	PRATI	PRATI	COM	33.000	R$ 0,118	R$ 3.894,00
VALOR TOTAL						**R$ 3.894,00**	

2. Permanecem inalteradas, todas as demais disposições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2024.

Anahy, 16 de agosto de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:B6DF1845

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - JULHO 2024

Em razão do caráter público da relação de beneficiários do Programa Bolsa Família, nos termos do artigo 13, da Lei nº 10/836, de 09 de janeiro de 2004. O município de Balsa Nova publica a relação de beneficiários, referente ao mês de julho de 2024.
Dúvidas entrar em contato com: **CRAS BALSA NOVA - Avenida Iguaçu, nº 548 Telefone: (41) 3636-1237**

RESPONSÁVEL FAMILIAR	
NIS	**NOME**
20028416621	ABINADABE RAMOS
12137533164	ACIR NOGUEIRA DOS SANTOS
12740860244	ADILSON BUENO FERREIRA
10663527098	ADIR FERREIRA DE SOUZA
19017887268	ADRIANA ANTUNES PINTO
21335386485	ADRIANA BARONIK
16133897342	ADRIANA DE FATIMA NUNES MARTINS
12777935507	ADRIANA DE FATIMA RODRIGUES DA SILVA
16122750493	ADRIANA DOS SANTOS
20157654472	ADRIANA GOMES DA SILVA
20008498940	ADRIANA HOE MARCONDES

12896982509	ADRIANA MIRANDA
16127724237	ADRIANA PAULA PEREIRA
20991246084	ADRIANA RAMOS DANIEL
20028424608	ADRIANA VALTER
13073316492	ADRIANE DE QUADROS SMANGORZEWSKI
20072063976	ADRIELE DE FATIMA PRADO ROCHA
20194025408	ADRIELI FELIX GODOY MACHADO
16102448953	ADSON PINHEIRO ANTUNES
16111719328	AGNES CRISTINA WOLOCHATY DE MORAES
21327006377	AGUINALDO DINIZ DE MORAES
12936966525	ALESSANDRA ALCIONE AMARAL DE FARIA
20950034120	ALESSANDRA ANTONIA CORDEIRO
13070964523	ALESSANDRA APARECIDA DE ASSIS
20028765790	ALESSANDRA APARECIDA ROSDAIBIDA
16020284094	ALESSANDRA OLIVEIRA DOS SANTOS
20008661477	ALESSANDRA PIRES CARVALHO
16104089934	ALESSANDRA RIBEIRO DE ANDRADE
12718178533	ALEXANDRA DE ARAUJO SKOCYNSKI
20008698559	ALEXANDRA TOMCZAK
16150604900	ALEXSANDRA DA SILVA DE PAULO
12586667508	ALEXSANDRO DOS SANTOS
20028440328	ALEZANDRA FERREIRA SOARES
12526693952	ALICE MARIA DOS SANTOS SILVEIRA
20998740785	ALINE BUENO
20640555424	ALINE CAROLINE LICHESKI DUKEWITCZ
21417901588	ALINE FELIX DE GODOY MACHADO
14067106277	ALINE IZABEL DE ASSIS TEIXEIRA
16006888743	ALINE LINOS LOPES
23845177647	ALINE VANESSA FELIX BARBOZA
12294170891	ALISTIR ANTONIO SKRZYPIETZ
16154668776	ALNECI DO ROCIO ROZA
12655104538	ALOIZIO SANTOS DA ROZA
12616035490	ALZENI MULLER
21028095300	AMANDA CAROLINE DOS SANTOS
21444223838	AMANDA CAROLINE DOS SANTOS SOUZA
21282701748	AMANDA LETICIA LEBEDIEFF ADAO
21204651339	AMANDA RODRIGUES DA SILVA
10787698048	AMAURILIO DE OLIVEIRA
16109171094	ANA CLAUDIA AP DA ROCHA LIMA
20401352832	ANA CLAUDIA DE LIMA
20003668422	ANA CLAUDIA FREITAS BUENO
20059270874	ANA CLAUDIA GREGORIO
21403212173	ANA CRISTINA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS
14086879502	ANA CRISTINA NASCIMENTO
16127783381	ANA FLAVIA DE ASSIS
12874754309	ANA LUIZA GONCALVES GARRETT
20008953605	ANA MARIA CORDEIRO
20652454377	ANA MARIA DRANKA BRANT
23715415548	ANA MARIA VIEIRA LONGATO DA SILVA
16131787671	ANA PAULA ALVES FERNANDES
20441863528	ANA PAULA BOEIRA DOS SANTOS
20764708079	ANA PAULA CORDEIRO
16006939909	ANA PAULA DA ROCHA LIMA
16020340431	ANA PAULA DA SILVA CAMARGO
16120937650	ANA PAULA DE SOUZA
13339003768	ANA PAULA FRANCO MOREIRA
20008992775	ANA PAULA MOREIRA
20028459274	ANA PAULA MUNHOZ
20008996142	ANA PAULA RAMOS NASCIMENTO
20145988923	ANA VIEIRA DE LIMA
16125111319	ANADIR DO ROCIO DE CRISTO PAULIN
12671284510	ANDERSON MONTE ALTO DA SILVA
13062883498	ANDERSON PORTUGAL DELFINO
20009059169	ANDERSSON NOGUEIRA MATOSO
12553116995	ANDRE CHAICOSKI
20028843961	ANDREA CORDEIRO
16020307515	ANDREA DE BARBARA GONCALVES
16113049710	ANDREA DO NASCIMENTO SILVA
16127757720	ANDREA GOMES DO VALE DA SLVA
20130879031	ANDREA GONCALVES TAVARES
20130879678	ANDREA RODRIGUES DE MATOS
13115830539	ANDREIA APARECIDA RAMOS
20324462640	ANDREIA ROCKENBACH LACHESKI
20023569756	ANDREIA VIEIRA LONGATO
12769226519	ANDRESSA FAICAL CRUZ
20028850755	ANDRESSA GOMES DO VALLE DE ALMEIDA
20950029801	ANDRESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
20731591164	ANDRIELE CRISTINA BARBOSA
16160720989	ANDRIELI ROCKENBACH LACHESKI
20023589765	ANDRIELLI DE LIMA
12451364698	ANGELA MARIA MOREIRA DA SILVA
20028472025	ANGELA MARIA RIBEIRO DE JESUS
12585922512	ANGELA MARIA RODRIGUES
16004900177	ANGELICA APARECIDA ALVES
20003811497	ANGELICA DE SOUZA
20950038916	ANGELICA MARIA ALEXANDRE ANACLETO
13001795513	ANGELINA ALVES DE LIMA
12613715520	ANTONIO MASSAROLI
20009339226	APARECIDA DE MACEDO DA SILVA

20028482020	APARECIDA PAULA DE SOUZA
13061434533	ARETUZA FABIANA DA SILVA
20130878558	ARIANE APARECIDA ROVINSKI
20009365820	ARIEL BORA DOS SANTOS
13094657507	ARISTEU FERREIRA
20950030907	ARLETE FURMANN DE LIMA
20009392860	ARMINDA PINHEIRO DOS SANTOS
10794581185	ARNOLDO ALVES FARIAS
12303383066	AUDICELIA MIQUELASSO
12094910115	AUREA MARIA MIQUELASSO
12660483533	AURELIO OLIVEIRA CEZARIO
20028898073	BEATRIZ DA APARECIDA CARDOSO NUNES
20028489491	BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA
16070502842	BEATRIZ EVANGELISTA MOTA DOS SANTOS
20740508215	BEATRIZ VALOMI
21297594926	BELATRIZ IANCOSKI PEREIRA
16136615577	BELMIRIA MARIA DE JESUS
12018371713	BENEDITO ADAO QUEIROZ
12088388674	BENEDITO DE ASSIS JUNIOR
23739235329	BERENICE APARECIDA CARDOSO
20023793273	BERNADETH DO ROCIO MORDZIN
16154750391	BRENDA NATHALY DA ROSA
16105534745	BRUNA BATISTA ROBERTO
20009532794	BRUNA CAROLINA DE OLIVEIRA
20028494924	BRUNA FRANCIELI CORDEIRO
21307940872	BRUNA MARQUES BARBOSA GONCALVES
21253748944	BRUNA OLIVEIRA DE MORAIS
20194060572	BRUNA SABIM ALVES DE PAULA
12928945506	BRUNO HENRIQUE BUCZENKO
20194069995	BYANKA DA FONSECA PEREIRA
11760883764	CAMILA DA CRUZ BARBOSA DE JESUS
20950032934	CAMILA NUNES DOS SANTOS
16320422042	CAMILA SEIDEL GONCALVES
16265034015	CARIENE CAMILO ROMUALDO DOS SANTOS
20009634988	CARLA CRISTINA RAMOS DE MIRANDA
14530678276	CARLA SEMIGNE ERARDT
12692453532	CARLOS EDUARDO GONCALVES DA SILVA
12835710509	CARLOS MARTIM PEREIRA
16183100332	CAROLAINE APARECIDA SEZARIO SALES
20194023456	CAROLAINE VALOMIN
14485375982	CAROLAYNE PADILHA PACHECO
20912947580	CAROLINA DA SILVA BATISTA PINTO
23823823899	CAROLINA DE FATIMA VIEIRA
16490837545	CAROLINE DE CAMPOS CARDOSO
20028508674	CAROLINE DE LARA DA SILVA
20602004882	CATARINA DE FATIMA MATEUS MILDEMBERG
12928378539	CATARINA SEBASTIANA GONCALVES DA LUZ
20009794640	CELIA GILMARA LECH
16621425288	CELIA GONCALVES DA LUZ ENIK
20009794926	CELIA KULKA
20640482877	CICERO CORREIA
20009850311	CINTIA CRISTIANE MORAIS DE FREITAS
16531960451	CINTIA RUBIM PEREIRA
16430226965	CLARICE PADILHA MESSIAS
16201351389	CLARISE DE OLIVEIRA
12294190647	CLAUDENICE ROSA DOS SANTOS ROECKER
12639090528	CLAUDETE DOS SANTOS PADILHA
20702905113	CLAUDIA APARECIDA ZYCZYCKI
20312014508	CLAUDIA BATISTA
20026614973	CLAUDIA FERNANDA TAVARES DE ALMEIDA
20950030788	CLAUDIA FERREIRA ALVES
16189571507	CLAUDINEIA SOARES
12451363837	CLAUDIO LUCIANO GOMES
20009959674	CLEIDIR DA PIEDADE GORSKI
20618373831	CLEITON CAGLIARE MARASSI
12601732514	CLEONICE DA ROSA
20009985349	CLEONILDA SALUSTIANA DO PRADO
20973656438	CLERI DOS SANTOS
16430115772	CLEUNICE DO ROCIO FERREIRA DA SILVA
12354027801	CLOTILDE DE JESUS
12716296504	COSMO JOSE
20004292620	CRICIANE APARECIDA DE SOUZA
20010032007	CRISLAINE APARECIDA KAVA
20010032627	CRISLAINE DO NASCIMENTO CARVALHO
12774342491	CRISTIANE APARECIDA VIEIRA HALAIKO
20004307709	CRISTIANE FERREIRA ALVES
20763103343	CRISTIANE GONCALVES MARTINS
20320836465	CRISTIANE PALHANO
20653086657	CRISTINA ALVES FERREIRA
16014045679	DAIANA CAROLINA VILLATORE
16160117611	DAIANE ALESSANDRA DE MOURA
20010106051	DAIANE APARECIDA CAMILO
20950029747	DAIANE APARECIDA DE QUADROS
21345567695	DAMARIS DINA RODRIGUEZ LUNA
20029005552	DANIEL CARVALHO
21408551227	DANIELA ALEJANDRA MORAO BENAVIDES
20010195364	DANIELE ALVES PEREIRA
20024204794	DANIELE COELHO DE OLIVEIRA
23804030579	DANIELE DA SILVA CORDEIRO

20010199718	DANIELE DE FATIMA GUSSI
20028540268	DANIELE DO PERPETUO DA SILVA DOS SANTOS
16170038080	DANIELE DOS SANTOS OZORIO
12526751693	DANIELE KAROLINE DE SOUZA
23743934600	DANIELE PADILHA STOPASSOL
20026813585	DANIELE QUINTANA PIRES
12599041513	DANIELE ROMPKOVSKI
20130879309	DANIELI APARECIDA APOLINARIO
20028541027	DANIELI CAROLINA BORGES PORTELA
21226188755	DANIELI CRISTINA DA SILVA BOROSKI
20029012826	DANIELI KOZINSKI
20080052481	DANIELLE DE LIMA
12868791362	DANIELLE FERNANDA YASBECK VICELLI
20028542902	DARA CAMPANHARO
16099271709	DARIA MICHELE DOS SANTOS
20950036700	DARYELIN DE MOURA
21359387759	DAYANA SOARES DA MAIA
21232030335	DAYSE ELAUTERIO MACHADO
20010282038	DEBORA OGELIO
21028250276	DEBORA PAOLA RAMOS
20004433798	DEBORA ROBIM TEIXEIRA
20010291002	DEISE APARECIDA BORGES
20950031008	DELCI DE FATIMA GROCHEVES VIEIRA
20010330105	DENISE BORGES
20028550514	DENISE DE FATIMA PADILHA MARQUES
20010332809	DENISE DOS SANTOS
14639422276	DENISE FERREIRA DOS SANTOS
16007011330	DENIZE REINALDIN LIMA
20028551014	DENIZE ROMPKOVSKI KULKA
21282401043	DIENIFER CAMILA DOS SANTOS VAZ
20028555370	DIENIFFER CRISTINA ALVES
16156328484	DIEYNEFER GABRIELLY GONCALVES CHAICOSKI
12736984724	DILAYNE BARBOSA DE OLIVEIRA
12435777797	DILEUZA FRANCO DE OLIVEIRA
10808082547	DILSON JOSE HASSELMANN
20010430088	DIONE INACIO DOS SANTOS
20934097261	DIONICEIA CIRILO
20010436302	DIRCE CUNICO DA SILVA
12748659505	DIRCELE ROMPKOVSKI
16127869952	DIRCELIA APARECIDA DO VALE
20028558310	DIRCEU KUPKA
12544334322	DIRLEI BORGES DOS SANTOS
20950036549	DIRLENE BORGES DOS SANTOS
12858226514	DIRLEY ROCHA PADILHA
12491248834	DIRSO SILVA
12871190498	DIVAIR DE CASTRO FERREIRA
12279315507	DIVAIR DO ROCIO DE OLIVEIRA
20028559090	DIVONEI WISKEVOSKI
16154759917	DIVONETE FRANCO
10663691718	DJALMA DA SILVA
20010458608	DOALDO PADILHA
21232422411	DORALICE DAS NEVES DA CRUZ
20010474301	DORALICE INGRACIO DE SANTANA
20950037928	DORLI DOS REIS
16162125689	DYENEFFER JALIRES RODRIGUES
16021501498	EDIMARA DOS PASSOS
20010570165	EDINA LINDA ROSA ALVES
12750346500	EDINA MARIA DE MATOS
20010570645	EDINA SCHINDA DA SILVA
20010570777	EDINA VIEIRA DE MELO
20010578077	EDINEIA MARIA GOMES
20010583828	EDIRCE MOCHINSKI
12888098492	EDSON LUIZ MARCONDES
12743225523	ELAINE APARECIDA DE SOUZA
12008642196	ELAINE DE MONTE MOR
16033628110	ELENICE DAS GRACAS DE LIMA
12882460491	ELI APARECIDA FERREIRA
20024562518	ELIANDRA PADILHA DE SOUZA
12665846499	ELIANE BATISTA DE ALMEIDA
20028582084	ELIANE DO ROCIO FERNANDES
20010803925	ELIANE PINHEIRO
20004714045	ELICEIA GODOY DELA MURA
12422147765	ELINEU FERREIRA ALVARENGA
16162187196	ELIS LUANA TABORDA WIRTH
20912957438	ELIS SANDRA DOS SANTOS
20010855429	ELISABETE CHERVINSKI FERREIRA
20004747490	ELISABETE LEAL GODOY
12971785523	ELISANDRA MILESKI KILO
20010864029	ELISANGELA APARECIDA BRASILINO
12878146532	ELISANGELA MARIA MATOZO
13156741360	ELISANGELA SANTANA PECANHA
20959493357	ELISETE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA
20010891085	ELIZABET FAGUNDES FERREIRA
20028587396	ELIZABETE BONATO
20079985399	ELIZABETE DA SILVA RODRIGUES DOS ANJOS
12948915505	ELIZANDRA DA SILVA
20028588570	ELIZANGELA APARECIDA DE CAMPOS DA CRUZ
16020492975	ELIZANGELA OLIVEIRA ARLADO
12545569684	ELIZANGELA TEREZINHA CARNEIRO

20028589216	ELIZETE PADILHA DA ROZA
20010911108	ELIZETE SILVA FERREIRA
20171915105	ELOISE EVELYN RIBEIRO DE MIRANDA
12739946505	ELZA TABORDA MACHADO
16072874984	EMILAY JULIA ANACLETO PEREIRA
16134895106	EMILY MARCONDES CAMARGO
20130877217	EMILY THAIS LOPES DOS SANTOS
16138897529	ERICA BATISTA DE ALMEIDA
20472049164	ERICA BUENO SCHMITZ
20004824150	ERIKA KAROLYNNE ANDREIA PICCOLI MIRANDA
16064719347	ERINEIDE SILVA ALVES PAIXAO
16283643028	ESTELMA DE FATIMA GRAPE
16306447505	ESTER SILVA
20665675156	ESTHER NATHALIA DESTRO DE SOUZA MACHADO
12821119536	EURICO JONAS DE OLIVEIRA INGLEZ
16146143600	EVA DA APARECIDA DOS REIS
16020519229	EVA DE MELO DELFINO
16021657625	EVA ROSILENE RIBEIRO DOS PASSOS
16136325641	EVANILDA APARECIDA RAMOS
20028605343	EVELIZE FELIPE RUBIM
21361867215	EVELYN MARCONDES CAMARGO
20028606129	EVERSON ANTUNES PINTO
20075410243	FABIANA FERREIRA DOS SANTOS
20953750064	FABIANA RIBEIRO DOS SANTOS
12793463533	FABIELI DO CARMO DA SILVA
20028613338	FABIOLA PADILHA DE SOUZA
20011253643	FELIPE INGLES SILVA
12588611534	FERMINO RODRIGUES DE GOUVEIA
20028617600	FERNANDA APARECIDA DE CAMPOS DA CRUZ
16189612203	FERNANDA BACH
15369897976	FERNANDA DANIELA MARCONDES
20734337730	FERNANDA KAMILLY VAZ DA SILVA
13095828518	FERNANDO JOSE BORGES
12303846236	FLAVIO DAS NEVES BORGES DE MORAIS
20024885511	FLORIPA BUENO DE OLIVEIRA
16195260046	FRANCIANE APARECIDA LUCIO
12919979495	FRANCIELE BARROS SANTOS
20011364569	FRANCIELE RIBEIRO FERREIRA
12962590510	FRANCIELE TATIANE DE SOUZA
20027547005	FRANCIELLE COLLACO
20343142524	FRANCIELLE MOTTA DE OLIVEIRA
21299773496	FRANCIELLI FERREIRA
13020928523	FRANCINE MAYRE SELUSNIACKI
13202847197	FRANCISCA GISLENE NOGUEIRA LIMA
20011387097	FRANCISCA RIBEIRO DA SILVA
23753510110	FRANCISCO DE ASSIS FAVARO
15447560830	GABRIELA MILENA RAMOS BATISTA
20011460355	GABRIELE DO ROCIO RODRIGUES DE LIMA
21290179591	GABRIELLY DOS SANTOS GUILHERME
20011470644	GECI NOGUEIRA DOS SANTOS
20130885899	GECYKA CASTRO DE MENDONCA
16231256791	GEOVANA DOS SANTOS
16259734736	GEOVANA DOS SANTOS CAMPOS
20028635498	GERALDINA MAYER
12320394801	GILBERTO BARTH
12204198805	GILBERTO PEREIRA DOS SANTOS
12721377495	GILDA DOS SANTOS FAGUNDES
12909530509	GILMARA DA SILVA LOPES
21418086195	GIOVANA APARECIDA DOS SANTOS CORREA
23800718169	GIOVANA FRANCIELE DE SOUZA
16256201737	GIOVANNA COIMBRA JUK
16306464280	GIOVANNA TABORDA ELIAS
15233267539	GISELI FERREIRA
13062329520	GISLAINE ALVARISTO
20305770890	GISLAINE APARECIDA GOMES DO VALE
20011641317	GISLAINE CORDEIRO
20011641538	GISLAINE CRISTINA LAZARINI
12478043574	GISLENE BRANCO
13164598814	GLACIANE BERNARDINO ARLADO PEREIRA
13410486541	GLADYS OMAIRA OSORIO
16247113553	GLEICY APARECIDA CREMER FRANCA
16273434760	GRACIELA PROENCA FERREIRA
16240320014	GRAZIELE TAMARA SILVA
21291632826	GUSTAVO DEZENTNIK DA SILVA CAVALCANTE
16256646089	GUSTAVO RAMOS ALCANTARA
12873437733	HELEN NATALY SANTOS KILO
16155422584	HELLEN KAROLINE CASTILHO
16127706433	HERICK CAUA DA SILVA RAMOS
20219194836	HEVELLYN THALYA DOS SANTOS KILO
16223658916	HIAGO SILVA DA ROSA
16265621050	HIOLANDA DE OLIVEIRA FELICIANO
16188807272	ILCELI NATALIA MACHADO
12196748635	ILDA BRANDT
20356148623	ILDA FERREIRA DE CAMPOS
16176798273	ILENA MARTIM PEREIRA
20011875962	INDIOARA ARCE BATISTA
21367978507	INGRID CRISTINY DA CRUZ
12331066126	IRACEMA DE JESUS KINAB
12774887528	IRACEMA MORAIS BERNARDINE

16179916390	IRACI COITINHO
20028664498	IRAN ALVES CORREIA
12516242249	IRINEU RIBEIRO BORGES
20005364099	IRONI PEREIRA MARCONDES
12120516199	ISAIAS RODRIGUES
16192845787	IVANETE GOMES PINHEIRO
10713010352	IVO JOAO VENSKI
23759990084	IVO LEAL
20028673527	IVONETE BENTO NICOLAU
16238287412	IVONETE GONCALVES MORDZIN
20028666814	IZABEL APARECIDA DE CAMPOS DA CRUZ
16240347044	IZABEL CRISTINA BARBOZA
20012118693	JACOMINA PAZ
16260984848	JACSON FELIPE CARVALHO
21390412182	JAINE APARECIDA MARTINS
16237514644	JAINE DAIRE DOS REIS
22006802819	JAINE SOARES DE ARAUJO
12029896952	JAIR FRANCO
23817470858	JAMILE YASBECK FERRARI
16200846899	JANAINA CHAGAS
20012193946	JANAINA CLEMENTE DA SILVA
12029882625	JANDIRA DO ROCIO ARTIGAS DE CASTRO
12757072511	JANDIRA DO ROSARIO KINABE STAFIM
16188923590	JANETE CAMARGO MACHADO
16256172451	JANETE MARIA BARBOZA
16180145572	JANINE GONCALVES DOS SANTOS
12428517610	JANSON ABIMAEL TOLEDO
16264200167	JAQUELINE DA CONCEICAO FARIAS
21061135952	JAQUELINE DA SILVA COELHO
23754914010	JAQUELINE DE ASSIS
20665519235	JAQUELINE GONCALVES
16182778041	JAQUELINE MARIA DA GRACA
20028685584	JAQUELINE PEDROSO CORDEIRO
20028685851	JAQUELINE VIEIRA VALOMI
20430588881	JEAN CARLOS DA LUZ
16260166835	JEANE THALITA ALVES DE PAULA
20012313380	JEFFERSON DO NASCIMENTO
12887755511	JENNEFFER KELLY CORREA ZIMMERMANN
10855771523	JEOVA DOS SANTOS GODOI
20028691436	JESSI DIULIANE PAZ
14985470143	JESSICA BRUNETTI DOS SANTOS
21368243519	JESSICA FABIANA BATISTA
16289043200	JESSICA RODRIGUES TOMAZ
20356147279	JEZEBEL BATISTA
15450040885	JHENIFER CRISTINA EVANGELISTA
20950037103	JHOVANA GOMES DO VALLE
11767844160	JIOVANE APARECIDO DE MATOS
12038820297	JOAO ALVES DE SOUZA
12347877064	JOAO CARLOS MASSAROLI
14874765757	JOAO CARLOS RUBIM PEREIRA
12298918521	JOAO KINAPE RIPKA
12147083927	JOAO MARIA CORDEIRO
21447604387	JOAO TADEU GOMES
23884357006	JOAO TADEU KNAUBER
20012505352	JOAQUINA VIEIRA
12757893493	JOCIANE APARECIDA VERNEKI
13049873492	JOCIANE MACHADO PEREIRA
20028706824	JOELMA APARECIDA PEREIRA
16230475201	JOELMA COITINHO
20194024320	JOELMA MARINA FERNANDES TEIXEIRA
12969161526	JOELMA MORAES POLAK
20005699023	JOICE APARECIDA MACHADO
20012552733	JOICE DA SILVA COSTA
20950032780	JOICE DE ARAUJO
20763509609	JOICILA BUENO TEIXEIRA
20028708851	JONAS RODRIGUES
12526595446	JORCERIANE APARECIDA CORDEIRO
12491603871	JORGE LUIZ GONCALVES
10882865665	JOSE AIRTON CHIQUITO
12635624528	JOSE DE JESUS DE OLIVEIRA
16285004723	JOSE RODRIGO DA CUNHA DOS SANTOS
16252440354	JOSEANE CORREIA DE VASCONCELOS
20950037804	JOSELIA APARECIDA POLETO DE SOUZA
16289084888	JOSELIANE CAMILA SOARES
20012856597	JOSIANE APARECIDA DE FREITAS
20312211443	JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA
16311314526	JOSIANE APARECIDA GONCALVES DA LUZ
20305263980	JOSIANE APARECIDA PARIZ
12785781491	JOSIANE DE GOES
16233183090	JOSIANE DO ROCIO PINHEIRO DE LIMA
12996916532	JOSIANE RAIMUNDA DA SILVA
20950036336	JOSIELE DE LARA
16244923201	JOUANI CORDEIRO DA LUZ DE OLIVEIRA
16208300399	JOYCE BAIDA PACHECO
10883210654	JUAREZ POLETO DE SOUZA
16256283202	JUCELIA DE FATIMA DO VALE
13086550537	JUCELIA DO CARMO STADLER
20019021725	JUCELIA FERNANDA DE SOUZA
20019022047	JUCELIA GONCALVES

20002334725	JUCIANE DOS SANTOS ORTIZ
16180712809	JUCIELI APARECIDA SUPRANO LICHS
22003378110	JUCIEVA FERNANDES
12886187498	JUCILEA CRISTINA KRUL
16256793235	JUCILENE KRUL
20912950891	JULIANA DE SOUZA CORDEIRO
16273474851	JULIANA RODRIGUES DA SILVA
21074581050	JULIANE APARECIDA LICHAKOUSKI
20019087858	JULIANE BIANCO
16231412726	JULIANE DE FATIMA GONCALVES DE LIMA
12920899521	JULIANE NICOLE BERTI
16180035173	JULIANE PEREIRA RUBIM
20019120367	JURACI APARECIDA FIOR
20019136859	JUSSARA MARIA VERNEKI
21283547149	JUSSARA PEREIRA MARCONDES
16276097161	KALIANNA RIGO DE LIMA
20194023758	KARIEN BRASILINO BETZ
16458968079	KARIN SHANAYA FONTANA
13095724534	KARINA APARECIDA AGOSTINHO
20305278996	KARINA CORDEIRO JACOMASSO
20950030427	KARINA KRUL
22005688559	KARINA RIGEWECZ
20006064552	KARLA FERREIRA DOS SANTOS
16447603147	KAROLAINE DE SOUZA DO VALLE
16430604110	KAROLINE LIANE TABORDA
16431319509	KAROLYN ISABEL PAES DE OLIVEIRA
20194023065	KATHLEEN DA CRUZ DOS SANTOS
12736658096	KATHRINA BROTTO PUKA
20080342188	KATIA APARECIDA SILVA CAMPOS
13733651951	KAUANE CECILIA SANTOS COSTA
16419767750	KAUANY FERREIRA DA SILVA
16511137962	KAWHANY DE SOUZA OLIVEIRA
16058446024	KEILA BRITO RIBEIRO DA SILVA
20019190616	KELEN KARINA DE OLIVEIRA CARVALHO
20742235305	KELLY CRISTINA DE SOUZA
21014242179	KELY MARA DE PAULA
20194072627	KERISON GONCALVES FALCAO
20130885910	KEROLYN CASTRO DE MENDONCA
21052620142	KERON CAROLINE DOS SANTOS
16073049731	KETHLEEN JULIANA OLCHOVI DE ALMEIDA
23731216252	KETLEN CORDEIRO DA COSTA
20019209422	KETLIN DAIANE PIETRALA DOS SANTOS
14378559273	KETLIN MAYARA CARDOSO ANTUNES
16417162371	KETLYN APARECIDA COLLET ERDMANN
20434001710	KHETHLYN FERNANDA RAMOS
15644842855	KIMBERLY KAUANA CARVALHO DE SOUZA
20370024618	LAIANE DE CARVALHO HURMANN
16455773277	LAIS DO VALE DA SILVA
15463742271	LALESCA CAROLINA DA SILVA
20950034732	LARISSA FERREIRA ALVARENGA
15948555279	LARISSA VIEIRA DE OLIVEIRA
12784150498	LAUDIVINO DOS SANTOS DO NASCIMENTO
12320404696	LAURENTINA FERREIRA DE SOUZA
14556340043	LEANDRO MANGGER DOS SANTOS
20973032779	LECILANE BENEDITA NUNES
12276459052	LEIDE ADRIANA DA SILVA
20194023642	LEIDIMARA RODRIGUES FORTES
20019336904	LEILA DE JESUS KINAP
16403749723	LENE MARIA RODRIGUES DA SILVA
20305295181	LENICE APARECIDA DE PAULA
13057312526	LENICE TERESINHA PIRES FERREIRA
12299697758	LEOCADIO JOSE VIEIRA ALVARENGA
20019382205	LEONI DO ROSSIO DA LUZ MACHADO
12684448495	LEONI LUZ VIKETA
16369874109	LEONI PONTES
20019383279	LEONICE BARBOSA ZERMIANI
20019398632	LETICIA APARECIDA MOREIRA KARAS
15275772142	LETICIA BARBOSA ABREU
21382967774	LETICIA GONCALVES CORDEIRO
20019409022	LETICIA RODRIGUES
12254172192	LIDIA LICHESKI
12757064519	LIDIA VALENGA MACEDO
16369881571	LILIANE SERVIENSKI
12742444531	LIOMAR DO ROSARIO GONCALVES
16357520137	LISANDRA CORDEIRO
20019488062	LIZANDRA MARIA CARDOSO
20305305659	LIZIANE REGLOSKI
12428435975	LORENA MARIA SCHROEDER
16441122996	LORIANE CRISTINE RODRIGUES
20019504599	LOURDES APARECIDA CARVALHO MARTINS
20019504742	LOURDES APARECIDA MELO BATISTA
10721459231	LOURIVAL ANSAK
16357530671	LUANA DE CRISTO CERBELO
20157654502	LUANA DE FREITAS MARCAO
20019530174	LUANA DE JESUS CARVALHO
15362420252	LUANA DOS SANTOS PINTO
20019533866	LUANA KARINA CARVALHO
20305309158	LUANA PAZ BARBOZA
16468166811	LUANA RAMOS DOS SANTOS

20950030397	LUANA SUELEN KRUL
20019540714	LUANA TAINA SILVA
23782986985	LUANA TAMIRIS VILLATORE
13726229808	LUANA TEIXEIRA ANDRADE
16510252288	LUANDER DE OLIVEIRA BAYER
16456065586	LUANE GONCALVES DOBKOVSKI
20194317808	LUANE MONTICELLI
12559272530	LUCELIA DOS SANTOS
20950036956	LUCIA CARVALHO
20950038118	LUCIA DE SOUZA COIMBRA
20019609870	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS TOMAZ
16429650066	LUCIANA DO ROCIO DO VALE
13946890198	LUCIANA GOMES DE SENA
12560042500	LUCIANA GOMES DE SOUZA
16488791223	LUCIANA LEAL DO NASCIMENTO
16465628695	LUCIANA ZEVARNICKI
17058027437	LUCIANE APARECIDA FIORI
20019631965	LUCIANE DE FATIMA DOBRZANSKI
12986420534	LUCIANE MARIA DOS SANTOS
12948735515	LUCIANE PIRES DE CASTRO
20937139429	LUCIANE TERESINHA CORDEIRO
13845437153	LUCIELEN APARECIDA MATOS VAZ
16488791983	LUCIENE LEAL DO NASCIMENTO
16361445578	LUCILA ROCHA GUEDES
12545584144	LUCILENE DE BRITO BORGES
20950036077	LUCIMARA DO NASCIMENTO
20019683396	LUCIMARA RIBEIRO DA SILVA SANTOS
20344581785	LUCIMARA VIDAL
16429655416	LUCIMERI DOS SANTOS
16486835436	LUCINEIA DO ROCIO DA SILVA
12882396491	LUCINEIA ELIZANGELA BALBINO RODRIGUES
16353064617	LUCIVANIA PEREIRA DE SOUSA
12120497135	LUIS ANTONIO GOMES
10104379178	LUIZ CARLOS ALVES
20305325811	LUIZ FERNANDO RAMOS
10721460523	LUIZ FERREIRA DE FREITAS
17039345232	LUIZ GONCALVES DE OLIVEIRA
12669003496	LUIZ MARCOS DOS SANTOS
16369905217	LURDES SALETE ALVES DE MEDEIROS OLIVEIRA
16427210689	LUZIA DOS SANTOS
12553115646	LUZIA FERREIRA DA LUZ
10721459363	LUZINETE DE FATIMA SOUZA
20019826839	MAGALI DOS ANJOS
16415505603	MAGDA TAILA SAVIAN DOS SANTOS
20300624691	MAIARA GONCALVES MORDZIN SOARES
20767128790	MAISA LENARTOVICZ DAMACENO
12470845345	MANOEL PEDRO DE MORAES JUNIOR
20305335426	MANUELLA RIBEIRO LEMOS
16401998602	MARCELA MOREIRA
20019966622	MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS
20130878132	MARCIA TEREZINHA DE SOUZA CORDEIRO
20075413374	MARCIELI LONGATO
20442009385	MARCIELLE APARECIDA MOREIRA
20019986127	MARCIO GONCALVES PADILHA
12120498212	MARCOS VALERIO MARTINS SLONGO
20305347106	MARGARETE ROESSLER
12090305764	MARGARETH CRISTINA OLIVEIRA V T ALVARES
20300785857	MARIA APARECIDA FRANCA
12120013006	MARIA APARECIDA LEITE SOARES
12778529499	MARIA APARECIDA LOPES
20443489909	MARIA APARECIDA RABITO RIBEIRO
12315200662	MARIA BERNADETE COSTA ROSA
20305355516	MARIA BUENA PADILHA DOS SANTOS
16429827608	MARIA CLAUDIA GARCIA
20606757443	MARIA CONCEICAO DE LIMA SALVADOR
16430188346	MARIA CREMAIR ALVES DE OLIVEIRA SILVA
20077350957	MARIA DA APARECIDA QUADROS
20305360382	MARIA DA TRINDADE DE SOUZA CORDEIRO
12285513587	MARIA DE LOURDES DE SOUZA
20077351333	MARIA DO CARMO ANTUNES DE LIMA
20020300241	MARIA DO CARMO PONTES PEDROSO
12516068176	MARIA DO NASCIMENTO M DE SOUZA
20647603009	MARIA ELIZABETE MALAQUIAS
12088171187	MARIA ESTER DA SILVA CASTRO
20020241105	MARIA FATIMA MENDES
20020378631	MARIA IZABEL DOS ANJOS MOREIRA
16390342773	MARIA LUANA BERNARDO DA SILVA
12585473521	MARIA LUCIA NABOSNE VENCZ
20020439339	MARIA LUCIA PEREIRA CHAGAS
16471492341	MARIA LUIZA NUNES DA SILVA
12451660181	MARIA NEUSI PEPLOW
16446203544	MARIA NUBIA SANTOS SILVA
12423610787	MARIA RITA GONCALVES PADILHA
16517119001	MARIA RODRIGUES BARACHO
12975580497	MARIA ROSA ANSAK
20640559713	MARIA ROSA QUIRINO DA LUZ
20950033175	MARIA ROSMERI CORDEIRO DA CUNHA
12782644515	MARIA ROZELI ALVES DA SILVEIRA
17058027569	MARIANA STEPANSKI FERREIRA

16406903707	MARIANGELA APARECIDA DE ANDRADE BOROSKI
20305389631	MARILDA APARECIDA BRASILINO
12698889537	MARILDA APARECIDA DE MATOS
20305389720	MARILDA DE JESUS CUSTODIO
20020593680	MARILI DO CARMO PAULUS
20950036662	MARILICE MARA DE MOURA
12904067517	MARILZETE DO ROCIO LUIZ DE SOUZA
14991060172	MARINA CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA
23891554636	MARINA TEIXEIRA FAGUNDES
20673337248	MARINALVA MENDES SOUSA
12463474191	MARINDA APARECIDA NEVES RAICHET
20305393353	MARINES PADILHA DA ROZA
12403935672	MARIO ANTONIO DE ANDRADE
12007488851	MARIO VILMAR CIRILO
21378732059	MARISA APARECIDA LUIZ DE SOUZA OROSKI
12367988155	MARITALI LOPES DOS SANTOS
20950029380	MARIZA DO ROCIO PEDROSO
16485781847	MARIZA GONCALVES DA LUZ
20900004511	MARLA GABRIELA DE LIMA
20020676799	MARLA MARIA FURMAN
16456215049	MARLENE APARECIDA DE ALMEIDA PIRES CARVALHO
12859174526	MARLENE APARECIDA KRUL
20020685925	MARLENE FERREIRA
16356953188	MARLENE GARCIA
13096526493	MARLENE RODRIGUES
20075392601	MARLI ALBUQUERQUE DA CRUZ
12719983537	MARLI APARECIDA SEMIGNE
20305397189	MARLI CHERVINSKI FERREIRA VIEIRA
20020698652	MARLI DO CARMO DE SOUZA
16436347519	MARLI SILMARA DA SILVA DO VALE
20763401972	MAURICIO DE SOUZA COELHO
12542568296	MAURICIO JOSE DE OLIVEIRA
12314846224	MAURILIO BATISTA DOS SANTOS
20606087170	MAYARA LENISE LETNAR
20966607710	MERCEDES HOMANN
20020823899	MICHAELE DOS SANTOS PADILHA
26748208333	MICHEL RUEDIGER DE LARA
16067723841	MICHELE APARECIDA FERREIRA
20020832723	MICHELE DAIANE DA SILVA
20957081906	MICHELE DALCOL
21312955947	MICHELE FERREIRA DOS SANTOS
12871975495	MICHELE PADILHA
16407026416	MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA
20007088935	MICHELLE TORQUATO DA SILVA
10629418419	MIGUELINA TEREZINHA CHIQUITO
16438226700	MILENA DA CRUZ BARBOSA
20606455757	MILENA DIAS DA SILVA
16456093334	MILENE APARECIDA DE MORAES
23849658879	MILENE CRISTINA LOPES VALENTE
13079971506	MIRIAN BATISTA RIBEIRO
12862271510	MIRIAN DO ROCIO PINTO ALVES
20305412633	MIRIAN MOCHINSKI XAVIER
12604019495	MOISES MARTINS DA SILVA
16697532522	MONICA MARIA PINTO ALVES
20194073429	MURILO CESAR DA SILVA
13004900504	NADIEGE LIVIA OLCHOVI
16545094573	NADIR RIBEIRO DOS SANTOS
14951659499	NAIANE DA SILVA ARANTES
23753410256	NAIARA APARECIDA CARDOSO
20020967505	NAIR CLEMENTE DE SOUZA
17035179419	NANCY PEREIRA CADENA
21290611191	NATALIA APARECIDA VAZ DE QUEIROZ
16669027703	NATALY AMANDA ANSAK DE LIMA
21414017849	NATALY DE LIMA DOS SANTOS
20780623589	NATHANY PORTELLA GOMES
20468003686	NAYARA FERNANDA DE LIMA BUENO
20349226398	NEEMIAS FERREIRA DA ROCHA JUNIOR
12120496562	NEIDE PAUL
12628221723	NEIVA PEREIRA
12096811939	NELSON RENATO RODRIGUES MARTINS
12804418490	NEUCI PEREIRA DOS SANTOS
15035042271	NEURIE STEPHANNIE LUCCA CORREA H BURDA
21360301293	NEUSA DOMINGAS DE CASTRO
16634391662	NEUZA DE OLIVEIRA INGLEZ
27214580751	NICOLI CAROLINE DA SILVA
20021078267	NILCEIA DE OLIVEIRA
10860545900	OLANDI DO ROCIO KULKA
16622831417	OLINEU LOPES DE MEDEIROS
20021168444	OLIVIA DO ROCIO FRANCO CHIQUITO
12451279968	ONOFRE BARBOSA
12595280491	ORIZETE BRUSKE
12294398698	ORLI BERNADETE KINAP
20905771510	OSEVIA VIEIRA VALOMIN
12470798207	OSMAIR POTGURSKI
20021215442	OVIDIO KAVA
16545124553	PAMELA ANGELITA DOS SANTOS FRANCO
16600733870	PAMELA DOS SANTOS
16545125045	PAMELA NUNES DOS SANTOS
16641342477	PAMELA SUELEN WALTRICH

20007309370	PARAILHO RIBEIRO
16527549823	PATRICIA ANDRESSA DE CAMARGO
12753327523	PATRICIA APARECIDA RODRIGUES
19014977207	PATRICIA CASTELO FERNANDES
16623657720	PATRICIA DA SILVA DOS SANTOS
23603624900	PATRICIA DAIANE DOS SANTOS
20305439248	PATRICIA FRANCO
16609638374	PATRICIA GALHARDO DE SOUZA
20903894739	PATRICIA MARA CORREA
16605479956	PATRICIA MARTINS DOS SANTOS DOS REIS
13922054853	PATRICK MARQUES DE MOURA
12253649793	PAULO JOSE DA LUZ
12687879500	PAULO ROBERTO TECH DOS SANTOS
16545137574	PEDRINA DE FATIMA MARQUES GRITTEN
12279360278	PEDRO DE LIMA
12428392362	PEDRO ERALDO DA SILVA
12060083267	PEDRO GONCALVES
12540147773	PEDRO LOPES DE AZEVEDO
16634401641	PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA INGLEZ
12543076192	PLISCILLA KRISTIANE ALBERTI JASLUK
20742235720	POLIANA DO ROCIO OLIARSKI
20727780500	POLIANA FERREIRA SILVA
16647899597	POLYANA AFFONSO BARROS
16588260416	PRISCILA DE MENJON
20301524372	PRISCILA DO PILAR BARBOSA MOREIRA
16549593213	PRISCILA MULLER DA LUZ
20021387197	PRISCILA TAVARES GODOY SOLEVICZ
20021386417	PRISCILLA DE JESUS MACHADO
20950036972	RAFAELA CARVALHO RIBEIRO
20021468669	RAIANE PEREIRA MARCONDES MARTINS
20407188848	RAISSA DA SILVA SOARES
16563659447	RANIELY PEREIRA DOS SANTOS
16605512503	RAQUEL APARECIDA DE CAMPOS
20305458315	RAQUEL MIQUELASSO
20304226585	RAYANE DARTICO RIBEIRO
13025130589	RAYANNE MONT MOR CORREA
23736861873	REGIANE APARECIDA SABIM RIBEIRO
20021563920	REGINA IRACEMA MARTINS
20305460883	REGINA MIQUELASSO
20021569112	REGINA SOIK FILLA
12916535529	REGINALDO RODRIGUES
20966605793	RENATA CRISTINA PEREIRA
16576180366	RENATA IMROTH BONKA
12285870789	RENI GARCIA
16660170244	RHAISSA DE OLIVEIRA NUNES
12290281370	ROBERTO GUIZZO
20905966451	RODRIGO FERREIRA GALETTO DA SILVA
10883594665	ROMENS FIDENCIO
12299370325	ROMILDO ANTONIO KRUL
16067813379	ROMILDO FERREIRA
16588952660	RONALDO MACHADO
12486540344	ROQUE BRUSKE
17058027259	ROSA APARECIDA KAVA
23796653827	ROSA SALUSTIANO TEIXEIRA DOS REIS
20021872168	ROSANA APARECIDA VIEIRA
20007655538	ROSANA DO ROCIO FERREIRA
20075395406	ROSANA DOBJENSKI SABIM
20305481600	ROSANE APARECIDA ABREU CORDEIRO
13072347513	ROSANE APARECIDA BUENO
20130878566	ROSANE APARECIDA CARDOSO
21282401183	ROSANE DA SILVA FERREIRA
13286539723	ROSANE MARIA ALBIERO
12298881318	ROSANE RODRIGUES FRANCO
20021890239	ROSANGELA APARECIDA DA CUNHA DE GODOY
16542755021	ROSANGELA ESTEFANI MENDES
20305484162	ROSE DE FATIMA GONCALVES CORDEIRO
16644437126	ROSE MARIA DOS SANTOS ALVARISTO
20950037693	ROSELI DA APARECIDA DOS REIS KINAP
20007681563	ROSELI DA SILVA FERREIRA
20021926993	ROSELI DE JESUS PINHEIRO
12715167530	ROSELI FERREIRA DE GODOY
12229178700	ROSELY BARBOSA
20702905229	ROSEMARY DE ARAUJO BATISTA
20305487005	ROSENIL CORDEIRO DA LUZ
20900141942	ROSENILDA APARECIDA CARDOSO
20021952234	ROSENILDA APARECIDA DE PONTES PEDROSO
20077351430	ROSENILDE PEREIRA MARCONDES
20356147554	ROSICLEIA SOARES DA COSTA
20021964631	ROSICLER DA APARECIDA NUNES
20318319823	ROSILDA GUILHERME DIAS DE LIMA
16529926098	ROSILETE NASCIMENTO DOS SANTOS
12998074539	ROSINEIA DA LUZ
20763313259	ROSLENE APARECIDA VENUKA
16572342337	ROSMARI FRANCO BUENO
23747569303	ROSNI STECE
17051648800	ROSY MARY BARBOSA
20021997939	ROZALIA GONCALVES
12585315527	ROZANGELA MARIA ANDRADE SILVA DOS SANTOS
17058027208	ROZELI DA APARECIDA LOPES CORDEIRO DOS

	SANTOS
16674171051	ROZENILDA APARECIDA DOS SANTOS
21345920476	ROZINEIDE MARTINS TAVARES
20305493188	RUTE DE ANDRADE
20084371778	SABRINA APARECIDA DE FREITAS COSTA
16620166033	SABRINA REGINA HOFFUMANN PLANTES CORDEIRO
12119940489	SALETE NERES DA ROCHA
20448177948	SALVADORA DUTRA DANCINI
16606051216	SAMARA GONCALVES CORDEIRO
16555182033	SAMUEL MAXINEI BATISTA DO NASCIMENTO
12060077909	SANDRA MARA MARTINS LUNARDON
13107697507	SANDRA MARA ZELINSKI C KOROBINSKI
20022131889	SENHORINHA DOS SANTOS GOMES
16532461777	SERGIANA SANTOS DE OLIVEIRA
20305503337	SERGIO LECH
20022157284	SHEILA DE QUADROS
20305507820	SHEILA GODOY
20022169398	SIBELE DE OLIVEIRA CORREIA
12617227490	SIDNEI ROGERIO VIEIRA
12656255513	SIDNEIA ALVES DOS SANTOS
20950029712	SIDNEIA APARECIDA NASCIMENTO DOS SANTOS
20491580376	SILMARA COSTA
12508158765	SILMARA CRISTINA DE SOUZA
21349286070	SILMARA DE FATIMA DOS SANTOS
20640555440	SILMARA SPACKI
12888103526	SILVANA ANTUNES DE LIMA DINIZ
20022195747	SILVANA ANTUNES VIEIRA
12719420508	SILVANA BUENO GIACOPINI
16545264835	SILVANA CORDEIRO
20906160558	SILVANA COSTA ROSA
16605589778	SILVANA DO ROCIO DO VALE
16545266668	SILVANIA DE FATIMA SANTOS CARDOZO
16573849923	SILVIA LUZIA ROCKENBACH
20022239108	SIMONE APARECIDA DA SILVA
20022241978	SIMONE CONCEICAO DA CUNHA DE ARAUJO
19028485123	SIMONE CRISTINA ALVES DE AZEVEDO
12147037739	SIMONE DA LUZ CORDOVA
20022245280	SIMONE DE OLIVEIRA
16588985003	SIMONE MACHADO
20194024851	SIMONE MAZUR
20950029275	SINEIA ROZIMARA RODRIGUES
20022265281	SIRLEI CARVALHO GOMES
20907429518	SIRLEI PIRES
12955042511	SIRLETE DO CARMO GRITTEN
12227209110	SOEL ANTONIO MASSINHA
12227096456	SOELY CUBA DE SOUZA
12007472238	SOFIA APARECIDA RAMOS
16605593643	SOLANGE DO VALE
10721466785	SONIA REGINA DE ASSIS
20741444776	STEFANI HAAS
20740081017	STEFANNY MONIQUE DE SOUZA
15562847152	STEPHANIE KAUANE CARDOSO DA SILVA
20906218742	SUELEN LETICIA FAGUNDES
20022331985	SUELEN XAVIER DOBRZANSKI
20007921076	SUELI TEREZINHA DA LUZ
20305521610	SUELLEN GLEISY PAZ ANDRIOLI
20780624011	SUELLEN GONCALVES
10892100505	SUERLY ROMOALDO DOS SANTOS
12828979506	SUZANA CAVALHEIRO
12463647835	SUZANA FERNANDES LIRMAN
16575247254	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA
12669812513	SUZANE ELIAS PEREIRA
20022366509	SUZIANE ROSA DA SILVEIRA
16603234069	TAIANE DE CASTRO NOGUEIRA
16614047370	TAINARA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
16650371298	TAINARA DANIEL MIRANDA
20405116912	TAISSA DULCINEIA DOS SANTOS
20022410559	TALITA FABIENSKI
16555906813	TAMARA RAMOS DOS SANTOS
16621487011	TAMARIS MELO DE OLIVEIRA GRZYBOWSKI
16543836238	TAMIRES ALVES DUARTE VIEIRA
16602779142	TANIA MARA LEME
16636711613	TASSIANE CRISTINA LARA
23870641858	TATIANA MARCONDES DA SILVA
20305528208	TATIANE ARLADO DA SILVA
16591235303	TATIANE DE JESUS ALVES
20912948749	TATIANE MARIA DA SILVA LORENA
16528814539	TATIANE RODRIGUES SILVA
20305529654	TAYNARA CAROLINA DA CRUZ
12695192527	TEREZA DA APARECIDA ALMEIDA SILVA
12120491307	TEREZINHA MARIA DA PIEDADE DOMINGUES
16671530824	THAIANNY VITORIA DE SOUZA VIDAL
16650895335	THAINA BUENO
21018369815	THAINA CRISTINA GONCALVES
20305534054	THAINA MIQUELASSO
20114949098	THAIS CAMARGO MARCAL DAMASCENO
16631383405	THAIS DO VALE SILVA
16046387087	THAIS SOUZA DE OLIVEIRA
23831436289	THAIS VIEIRA FARIAS

16691032757	THARCIANE CRISTINA DOS SANTOS FREITAS
21280569362	THAYARA CRISTINA DA SILVA
16627362377	THAYNA STHEFANNY DE LIMA POIATTE
20305538076	THIAGO FELIPE DA SILVA
20304907612	THIALA CASTILHO PACHECO
12998247506	TIAGO DOS SANTOS
20022608456	TIBURCIA DE OLIVEIRA FREITAS
13153285410	TSUYOCI PAULO YOSHIOKA
12664694504	VALCIR JOSE MATOZO
20609582644	VALDETE APARECIDA PEREIRA
13201907498	VALDIR NEKEL
16575712534	VALDIRENE FERNANDES DOS SANTOS
16632738525	VALERIA FONSECA DA SILVA
12598681527	VALMIR RUBIM
12963071533	VALTER DIOGO DA SILVA
12096811920	VALTER LUIZ RODRIGUES MARTINS
20022757931	VANDA LEAL
10882869008	VANDERLEI RODRIGUES DE CAMPOS
20022782820	VANESSA DA SILVA PEREIRA
20022787075	VANESSA DOS SANTOS PAZ
12943584519	VANESSA FRANCIELE MARTINS
21291968956	VANESSA MASSAROLI
16539310030	VANESSA PEDROSO BUENO
20640452684	VANESSA RIBEIRO DA SILVA
20653348333	VANEZA APARECIDA FERREIRA
20950029283	VANIA DE LIMA
12127257938	VANILDE NEGRINI BRANDAO
20305554748	VERIDIANA APARECIDA CORDEIRO
20305555477	VERONICA RODRIGUES
21321043408	VILMAR JOSE DE MATTOS
20305558468	VITALINA MINEIRO DE ANDRADE
16622885797	VITORIA APARECIDA ZANETTI
20305559154	VITORIA MINEIRO DE ANDRADE
12673319494	VIVIAN CARLA GARCIA PRADO
12764508516	VIVIANE APARECIDA DE LIMA
20343042333	VIVIANE BEATRIZ DOS SANTOS
23623522267	VIVIANE CAMARGO ZICKA
16612225549	VIVIANE DE LIMA
16073264586	WALLACE RUEDIGER DE LARA
12029702147	WALTER DE SOUZA TEIXEIRA
20950033191	WANESSA APARECIDA DA CUNHA
21283148791	WESLEY BRENO DE OLIVEIRA
12276635543	WILSON ALVARO FISCHER
12793404499	WILSON RIBEIRO DOS SANTOS
14592346781	YIVIANA PAOLA ABREU RODRIGUEZ
16551179283	ZENEIDE MARIA DE MORAES

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:40D8931A

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, (12/08/2024), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 040/2024**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:
Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA/PR**
Órgão(s)Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.**

DOS FORNECEDORES
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **LEANDRO MACHOVSKI ME**, inscrita no CNPJ sob nº. **49.181.899/0001-85**, com endereço na Rua Vereador Julio Vital Chaves, nº. 139, sala 02, bairro Loteamento Terra Nova, CEP: 84.560-000, na cidade de Rio Azul/PR, Telefone (42) 99153-5081, endereço eletrônico e-mail suzi_licitacao@hotmail.com e nf.tyski@gmail.com neste ato representado pelo Sr. LEANDRO MACHOVSKI, inscrito no CPF sob nº. 008.726.059-06 e portador do RG nº 111031675-5, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de mobiliário escolar, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação desta municipalidade",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 040/2024.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e nosubitem6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1,10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 040/2024 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

Órgão Gerenciador

LEANDRO MACHOVSKI ME
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:

CPF:

Testemunha:

CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 119/2024

Signatário da Ata: Empresa **LEANDRO MACHOVSKI ME**, inscrita no CNPJ sob nº. **49.181.899/0001-85**.

Relação de objetos registrados:

EMPRESA: LEANDRO MACHOVSKI ME							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca Prod.	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	1	BEBÊ CONFORTO - PARA BEBÊS DE ATÉ 13KG COM A BASE ARREDONDADA PARA BALANÇO, COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS, PROTETOR DE OMBROS ACOLCHOADO DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 56CM LARGURA: 43CM PROFUNDIDADE: 64CM PESO APROXIMADO: 2.690 KG COM UM ANO DE GARANTIA REGISTRO NO INMETRO	TUTI BABY	UN.	42	248,00	10.416,00
9	1	CONJUNTO MERENDA COM 04 LUGARES - COM CADEIRA SUPERVISOR. MESA COM TAMPO CONFECCIONADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 30 MM COM BORDAS EM PVC EM TODO SEU PERÍMETRO, FIXADA À ESTRUTURA ATRAVÉS PARAFUSOS. MEDINDO 1830 X 960 MM, COM 04 CAVIDADES COM APROXIMADAMENTE 290 X 230 MM. ASSENTOS EMBUTIDOS EM RESINA TERMOPLÁSTICA INJETADA COM ÁREA ÚTIL DE 290 X 230 MM, COM 4 MM DE ESPESSURA, POSSUINDO COLUNA ENTRE PERNAS DA CRIANÇA COM MÍNIMO DE 30MM, ENCOSTO COM ALTURA DE APROXIMADAMENTE 260MM, ALTURA ENTRE O ASSENTO E O TAMPO DE APROXIMADAMENTE 160 MM, ESPAÇO MÍNIMO PARA AS PERNA DE APROXIMADAMENTE 120MM DE ALTURA 100MM DE LARGURA. UM CINTO DE SEGURANÇA EM NYLON EM CADA ASSENTO. O ASSENTO DEVERÁ POSSUIR ACABAMENTO ARREDONDADO PARA NÃO MACHUCAR AS PERNAS DAS CRIANÇAS. LADO POSTERIOR DA MESA EM FORMA DE ARCO COM 1000 MM DE ÁREA, PERMITINDO O FÁCIL ACESSO DO USUÁRIO EM TODOS OS PONTOS DA MESA. ALTURA TAMPO/CHÃO 760 MM. ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DO TAMPO FORMADA POR TUBOS OBLONGO 20X48 MM, MOLDADO CONFORME A CURVATURA DO TAMPO, TUBOS 50 POR 30 MM NAS EXTREMIDADES DA PARTE INTERNA DO TAMPO, 4 COLUNAS, SENDO 2 EM CADA LATERAL, EM TUBOS DE AÇO INDUSTRIAL RETANGULAR 80 POR 40 MM FAZENDO A INTERLIGAÇÃO DA ESTRUTURA DO TAMPO AOS PÉS, 1 BARRA DE SUSTENTAÇÃO ENTRE AS COLUNAS LATERAIS EM TUBO RETANGULAR MEDINDO 50 X 30MM. PÉS DUPLOS EM FORMATO DE SKI CONFECCIONADOS EM TUBO 50 POR 25 MM. SAPATAS DIANTEIRAS MEDINDO 50 X 50MM E TRASEIRA MEDINDO 50 X 200MM, ANTIDERRAPANTES E TAMBÉM COM A FUNÇÃO DE PROTEÇÃO DA PINTURA. TODA A ESTRUTURA METÁLICA É FABRICADA EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL TRATADOS POR CONJUNTOS DE BANHOS QUÍMICOS PARA PROTEÇÃO E LONGEVIDADE DA ESTRUTURA INTERLIGADOS POR SOLDA MIG E PINTADOS ATRAVÉS DO SISTEMA EPÓXI PÓ. COR DA ESTRUTURA: BRANCA. CADEIRA GIRATÓRIA PARA SUPERVISOR COM ASSENTO E ENCOSTO EM RESINA PLÁSTICA VIRGEM, FABRICADOS PELO PROCESSO DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICO. ASSENTO COM MEDIDAS MÍNIMAS 400MM X 460MM E MEDIDAS MÁXIMAS 405MM X 465MM SEM ORIFÍCIOS, FIXADO POR PARAFUSOS. ENCOSTO COM MEDIDAS MÍNIMAS 403MM X 364MM, SEM ORIFÍCIOS E COM PUXADOR PARA FACILITAR O CARREGAMENTO DA CADEIRA, FIXADO POR PARAFUSO, BASE DO ASSENTO E INTERLIGAÇÃO AO ENCOSTO EM TUBO 16MM X 30MM COM 1,5 DE ESPESSURA, BASE DO ASSENTO CONFECCIONADO POR DUAS BARRAS MEDINDO16MM X 30MM COM 1,5 DE ESPESSURA, SUSTENTADOS POR MECANISMO DE ALTA RESISTÊNCIA FIXO COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS. ESTRUTURA METÁLICA FABRICADA EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL TRATADOS POR CONJUNTOS DE BANHOS QUÍMICOS PARA PROTEÇÃO E LONGEVIDADE DA ESTRUTURA, INTERLIGADOS POR SOLDA MIG E PINTADOS ATRAVÉS DO SISTEMA EPÓXI PÓ. ALTURA DA REGULAGEM ASSENTO AO CHÃO: MÁXIMA DE 500MM E MÍNIMA DE 370MM APROXIMADAMENTE. O MOBILIÁRIO NÃO DEVERÁ TRAZER NENHUM RISCO PARA OS BEBÊS.	ANDRIEI	UN.	12	2.100,00	25.200,00
12	1	ESTANTE ORGANIZADORA - INFANTIL MATERIAL: ESTRUTURA LATERAL PRODUZIDA COM MDP OU MDP BRANCO 15MM. HASTES EM MADEIRA, PINOS REVESTIDOS DE (PVC), CAIXAS DE (TNT 80), ESTRUTURA DE CADBOARD E POLIÉSTER. DESCRIÇÃO DO PRODUTO: MEDIDAS APROXIMADAS DO PRODUTO MONTADO: 76CM X 88CM X 30CM, ORGANIZADORES COM CORES E TAMANHOS VARIADOS. CONTÉM: 9 CAIXAS: 04 CAIXAS GRANDES DE 42 LARGURA X 14 ALTURA X 28 PROFUNDIDADE CM, 02 CAIXAS MÉDIAS DE 28 LARGURA X 14 ALTURA X 28 PROFUNDIDADE CM E 02 CAIXAS PEQUENAS DE 14 LARGURA X 14 ALTURA X 28 PROFUNDIDADE CM.	ORGANIBOX	UN.	109	305,00	33.245,00
VALOR TOTAL: R$ 68.861,00 (sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:2B3DD1AE

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, (12/08/2024), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 040/2024**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:
Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA/PR**
Órgão(s)Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.**

DOS FORNECEDORES
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **33.492.887/0001-31**, com endereço na Rua Victor Tyski, nº. 40, sala 01, bairro Industrial, CEP: 84.560-000, na cidade de Rio Azul/PR, Telefone (42) 3463-1411, endereço eletrônico e-mail playrio2019@outlook.com, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR AUGUSTO DEMBRINSKI, inscrito no CPF sob nº. 030.067.319-13 e portador do RG nº 7.617.924-7, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de mobiliário escolar, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação desta municipalidade",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 040/2024.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e nosubitem6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1,10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 040/2024 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.

Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.

Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 040/2024, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:

CPF:

Testemunha:

CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 120/2024

Signatário da Ata: Empresa **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **33.492.887/0001-31**.

Relação de objetos registrados:

EMPRESA: PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA.							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca Prod.	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
14	1	MESA PROFESSOR - COM 2 GAVETAS MESA CONFECCIONADA EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM 30MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1100MM X 600MM X 760MM, CANTOS ARREDONDADOS, REVESTIMENTO EM FÓRMICA, BORDAS EM PVC. PAINEL FRONTAL CONFECCIONADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM 30MM DE ESPESSURA, MEDINDO 380MM X 960MM, COM 03 GAVETAS LATERAIS. BASE DO TAMPO DA MESA FORMADO POR 02 TUBOS RETANGULARES 20MM X 30MM. PAINEL FRONTAL INTERLIGADO A ESTRUTURA DA MESA ATRAVÉS DE 02 TUBOS RETANGULARES 40MM X 20MM, 02 COLUNAS VERTICAIS LATERAIS UNINDO O TEMPO AOS PÉS EM TUBOS OBLONGO MEDINDO 77MM X 40MM COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5MM. BASE DOS PÉS EM TUBOS OBLONGO MEDINDO 20MM X 48MM COM ESPESSURA DE 1,5MM EM FORMA DE ARCO COM RAIO MEDINDO NO MÁXIMO 800,0MM. SAPATAS CALANDRADAS ANTIDERRAPANTES ENVOLVENDO TOTALMENTE AS EXTREMIDADES DOS TUBOS QUE COMPÕEM OS PÉS, DESEMPENHANDO A FUNÇÃO DE PROTEÇÃO DA PINTURA, AUMENTANDO A DURABILIDADE, ACOMPANHAM O FORMATO DOS PÉS EM ARCO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 156MM X 55MM X 52MM E 95MM X 47MM X 52MM COM TOLERÂNCIA DE +/- 2,00MM, FABRICADAS EM POLIPROPILENO VIRGEM, PODENDO SER INJETADAS NA MESMA COR DO TAMPO E PRESA À ESTRUTURA POR MEIOS DE PARAFUSOS.	MA	UN.	38	420,00	15.960,00
VALOR TOTAL: R$ 15.960,00 (quinze mil, novecentos e sessenta reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A872B290

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2024

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, (15/08/2024), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 052/2024**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:
Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA/PR**
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social.**

DOS FORNECEDORES
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **CLODOMIRO BATHKE E CIA. LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **07.198.313/0001-45**, com endereço na Rua Guilherme Bathke, nº. 241, bairro Centro, CEP: 83.650-000, na cidade de Balsa Nova/PR, Telefone (41) 3636-1195, endereço eletrônico e-mail autopostoaventura@gmail.com, neste ato representado pela Sra. IZABEL CRISTINA FRANCO BATISTA, inscrito no CPF sob nº. 654.924.809-44 e portadora do RG nº 4.652.091-2, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **Aquisição de Combustível dos tipos: a) diesel comum, b) diesel S-10 e c) etanol,** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 052/2024.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 052/2024.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 052/2024 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 052/2024.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 052/2024, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

CLODOMIRO BATHKE E CIA. LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 121/2024

Signatário da Ata: Empresa **CLODOMIRO BATHKE E CIA. LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **07.198.313/0001-45**.

Relação de objetos registrados:

EMPRESA: CLODOMIRO BATHKE E CIA. LTDA.							
Lote	Item	Descrição	Marca Prod.	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	DIESEL S10	FLEXPETRO/ PONTUAL	LITRO	265.500	6,68	1.773.540,00
2	1	DIESEL COMUM	FLEXPETRO/ PONTUAL	LITRO	67.013	6,31	422.852,03
4	1	DIESEL S10	FLEXPETRO/ PONTUAL	LITRO	88.500	6,68	591.180,00
5	1	DIESEL COMUM	FLEXPETRO/ PONTUAL	LITRO	22.337	6,31	140.946,47
VALOR TOTAL: R$ 2.928.518,50 (dois milhões, novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e dezoito reais e cinquenta centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7C55AC30

GABINETE
DECRETO N° 372/2024

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2024, e promove alterações no Plano Plurianual 2022-2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.*"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1331 de 05 de outubro de 2023 (LDO) e na Lei Municipal nº 1342 de 22 de novembro de 2023 (LOA),
DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2024 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1218 de 15 de outubro de 2021(Plano Plurianual), e nº 1331 de 05 de outubro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2024, aprovado pela Lei nº 1342 de 22 de novembro de 2023, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado a reforço de Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.302.0016.2112		-	Participação no Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná - COMESP		
Fonte	01 303	-	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C 29/00-15%)		
3.3.72.32.00.00		-	Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	R$	50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE		**R$**	**50.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Gabinete do Secretário		
08.001.12.361.0009.2049		-	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte	01 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30%		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**25.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Gabinete do Secretário		
08.001.12.365.0009.2059		-	Manutenção da Educação Infantil – CMEIS - FUNDEB		
Fonte	01 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30%		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**25.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**100.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:

I –Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas.

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.303.0016.2113		-	Assistência Farmacêutica		
Fonte	0 1 303	-	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C 29/00-15%)		
3.3.72.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	50.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**50.000,00**

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Gabinete do Secretário		
08.001.12.367.0009.2070		-	Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		
Fonte	0 1 102	-	Fundeb 40% / Fundeb 30%		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamentos e Material Permanente	R$	50.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**50.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**100.000,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2024, nas Ações Orçamentárias 2112, 2113, 2049, 2059, 2070 estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1218 de 15 de outubro de 2021 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2024	2025
10	FUNÇÃO: Saúde	Pessoas Atendidas / Pessoas	Metas Físicas	
302	SUBFUNÇÃO: Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.215,00	3.215,00
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência à Saúde		Metas Financeiras	
2112	ATIVIDADE: Participação no Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná - COMESP		728.100,00	763.804,000

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2024	2025
10	FUNÇÃO: Saúde	Pessoas Atendidas / Pessoas	Metas Físicas	
303	SUBFUNÇÃO: Suporte Profilático e Terapêutico		3.215,00	3.215,00
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência à Saúde		Metas Financeiras	
2113	ATIVIDADE: Assistência Farmacêutica		1.932.330,15	1.067.937,00

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2024	2025
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas	
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1.155,00	1.155,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras	
2049	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		6.304.164,34	7.573.314,00

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2024	2025
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas	
365	SUBFUNÇÃO: Educação Infantil		259,00	259,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras	
2059	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil – CMEIS - FUNDEB		3.752.202,10	4.146.680,00

Código	Especificação	Produto/ Unidade	2024	2025
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas	
367	SUBFUNÇÃO: Educação Especial		38,00	38,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras	
2070	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		1.091.267,88	1.300.419,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, e em razão dos ajustes efetuados no artigo 4º do presente Decreto, ficam reprogramados o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentárias 2112, 2113, 2049, 2059, 2070, parao exercício financeiro de 2024, estabelecidas no ANEXO I da Lei n° 1331 de 05 de outubro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2024
10	FUNÇÃO: Saúde	Pessoas Atendidas / Pessoas	Metas Físicas
302	SUBFUNÇÃO: Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.215,00

0016	PROGRAMA: Programa de Assistência à Saúde		Metas Financeiras (l,00)
2112	ATIVIDADE: Participação no Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná - COMESP		728.100,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2024
10	FUNÇÃO: Saúde	Pessoas Atendidas / Pessoas	Metas Físicas
303	SUBFUNÇÃO: Suporte Profilático e Terapêutico		3.215,00
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência à Saúde		Metas Financeiras (l,00)
2113	ATIVIDADE: Assistência Farmacêutica		1.932.330,15

Código	Especificação	Produto/Unidade	2024
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1.155,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras (l,00)
2049	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB		6.304.164,34

Código	Especificação	Produto/Unidade	2024
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
365	SUBFUNÇÃO: Educação infantil		259,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras (l,00)
2059	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil – CMEIS - FUNDEB		3.752.202,10

Código	Especificação	Produto/Unidade	2024
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
367	SUBFUNÇÃO: Educação Especial		38,00
0009	PROGRAMA: Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras (l,00)
2070	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades do Ensino Especial na Educação - FUNDEB		1.091.267,88

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 13 de agosto de 2024

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Bianca Aparecida Bonka
Código Identificador:F90CBF05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Edenilson Aparecido Miliossi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 21/ 2024
b) Objeto Homologado:	DISPENSA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A EQUIPE DA TERCEIRA IDADE REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM SUAS ATIVIDADES, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E AVENTAIS PARA A FESTA DO PORCO GARANTIDO 2024 DE BARBOSA FERRAZ.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
55.858.241 PAULA FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO	55.858.241/0001-68	R$ 13.375,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	AVENTAL – PRODUZIDO EM TECIDO 100% POLIÉSTER, BAINHA EM TODA VOLTA PARA GARANTIR QUE NÃO DESFIA, BOLSO FRONTAL (MEDIDAS APROXIMADAS DO BOLSO (ALTURA 0,21X0,16 LARGURA). ALÇA REGULÁVEL COM FIVELA. MEDI		UNID	100	27,50	2.750,00
1	2	CAMISETA - PERSONALIZADA COM LOGO E ACORDO COM A ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO) EM MALHA POLI VISCOSE, SENDO: 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE, COR A ESCOLHER, MANGA CURTA, COM SUBLIMAÇÃO COLORIDA E LOGO DO EVEN		UNID	150	29,50	4.425,00
1	3	JAQUETA TECIDO: HELANCA COLEGIAL P.A. GOLA, PUNHO E BARRA EM RIBANA RETILINEA DUPLA COM 3 LISTRAS CONFORME LAYOUT JAQUETA TAM.P AO XXG CONFECCIONADA EM HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER 35% ALGODÃO COM B		Un.	40	90,00	3.600,00
1	4	CALÇA TECIDO: HELANCA COLEGIAL P.A. CALÇA TAM.P AO XXG CONFECCIONADA EM HELANCA COLEGIAL 65% POLIÉSTER 35% ALGODÃO COM BOLSO NAS LATERAIS E ELASTICO DE 4 CM.E FAIXA LATERAL CONFORME LAYOUT.		Un.	40	65,00	2.600,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$:13.375,00 (treze mil, trezentos e setenta e cinco)

Barbosa Ferraz, 16 de agosto de 2024.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**.**

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:635A8382

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, julgada pelo critério Menor Preço, declarando-se como vencedoras as empresas: SABRINA CATARINA SOUZA DOS SANTOS, CNPJ 35.044.587/0001-15, RUA TENENTE PAULO AFONSO DE SOUZA, 84, Contagem-MG, CEP 32113-235; DX DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 51.499.082/0001-00, RUA DEPUTADO BERNARDO GUIMARES RIBAS CAR, Guarapuava-PR, CEP 85040-364; TOMAZGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELLI- ME, CNPJ 04.303.158/0001-91, PADRE CAMARGO, 178, Tomazina-PR, CEP 84935-000, EDITORA PROGRESSIVA LTDA, CNPJ 04.772.585/0001-19, RUA JOAO PESSOA, 145, Araucária-PR, CEP 83707-742; F A M PRINCIPE - GRUPO CRIATIVA, CNPJ 31.784.105/0001-02, RUA DOM FERNANDO TADEY, 427, Jacarezinho-PR, CEP 86400-000; PAPEL E CANETA EXPRESS ONE LTDA, CNPJ 41.412.829/0001-89, RUA DONA GERMANA, 24, Currais Novos-RN, CEP 59380-000; D S A CHAVES LTDA, CNPJ 53.089.257/0001-28, RUA GREGÓRIO DE MATOS, 370 Curitiba-PR, CEP 82200-110; DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES, CNPJ 51.049.397/0001-47, RUA ROMARIO MARTINS 373, Mandaguari-PR, CEP 86975-000; FABIANA KELLY DE OLIVEIRA 23232136877, CNPJ 38.020.859/0001-35, 10A RUA JERONIMO MARTINEZ SANCHES, 119 Mandaguari-PR, CEP 86975-000; GIF PRINT SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ 44.272.638/0001-57, AVENIDA CURITIBA,1883 Matinhos-PR, CEP 83260-000; FAZAN ETIQUETAS METÁLICAS LTDA, CNPJ 44.945.514/0001-95, AVENIDA ESPERANÇA, 5138 - JARDIM MARIA F Cambé-PR, CEP 86191-010; NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA, CNPJ 18.486.182/0001-18, RUA PEROLA DO VALE, 55, Blumenau-SC, CEP 89062-212, por apresentarem propostas de menor valor por lotes, perfazendo um valor total de R$ 152.645,93 (Cento e Cinquenta e Dois Mil, Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais e Noventa e Três Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

D S A CHAVES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
17	1	Carimbo automático personalizado – 40 x 60mm. Impressão em preto.	NYKON NYKON		UN	56,00	26,50	1.484,00
TOTAL								1.484,00
DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
19	1	Crachá personalizado (identificação dos profissionais da Saúde) Crachá em PVC; Dimensões: 0,76 x 54 x 85 mm; Orientação: Horizontal/ Paisagem; Foto digitalizada 3X4; Impressão colorida; Dados Variáveis – Frente do crachá: Nome, Cargo, Setor; Verso: Logotipo da Contratante, Acabamento: Furo Ovoide (parte superior central)	propria propria		UN	100,00	6,30	630,00
TOTAL								630,00
DX DISTRIBUIDORA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	Banner painel impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina, impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Vertical ou horizontal (arte a definir colorida) 1,50cm x 3,00m com 16 arruelas (ilhós fixados na lona)	Próprio Próprio		UN	56,00	100,00	5.600,00
30	1	Painel banner backdrop eventos Primeira qualidade, escrita a definir, cor da escrita e do banner a definir 3,00m x 4,00m com ilhós	Próprio Próprio		UN	40,00	250,00	10.000,00
34	1	Placa c/ ext. Metalão 30x20 e lona c/ impressão digital Div. Cores 1,50 x 3,00 m.	Próprio Próprio		UN	59,00	475,00	28.025,00
35	1	PLACA DE ACM ADESIVADA DIVERSAS CORES (incluindo arte a definir) 1,00 M X 1,50 M	Próprio Próprio		UN	40,00	174,00	6.960,00
36	1	PLACA DE ACM ADESIVADA DIVERSAS CORES (incluindo arte a definir) 1,00M X 3,00 M	Próprio Próprio		UN	42,00	570,00	23.940,00
TOTAL								74.525,00
EDITORA PROGRESSIVA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
11	1	Bloco de Referência e Contra Referência (20,5 cm x 28,5 cm) c/50	GRAFICA GRAFICA		UN	150,00	4,00	600,00
12	1	Bloco de TFD tratamento fora do domicilio (21 cm X 29,5 CM) c/50	GRAFICA GRAFICA		UN	100,00	3,65	365,00
13	1	Bloco Receituário Branco (com timbre 15 cm x 21 cm) c/ 50	GRAFICA GRAFICA		UN	150,00	1,99	298,50
14	1	Boletim Diário de Consultas Medica e Triagem (21 cm x 30,5 cm) c/50	GRAFICA GRAFICA		UN	250,00	3,74	935,00
18	1	Certificado impresso em papel foto (arte a definir) nas medidas 21cm de altura por 30 cm de comprimento, impresso em modo paisagem com ótima resolução da imagem.	GRAFICA GRAFICA		UN	500,00	1,50	750,00
20	1	Diário de bordo – diário de bordo com 100 folhas 29 x 21 Capa dura em brochura. Com logo do município. Arte conforme modelo a ser encaminhado.	GRAFICA GRAFICA		UN	155,00	9,49	1.470,95
21	1	Envelope grande 34 x 24 cm com timbre a definir	GRAFICA GRAFICA		UN	2.600,00	0,89	2.314,00
24	1	Ficha Clínica dupla, Odontograma, Anamnese – Odontologia pequena	GRAFICA GRAFICA		UN	600,00	3,98	2.388,00
26	1	Folhetos, medindo 15 x 20 cm, offset 75g, 4x4 Cores, com arte a definir e fotolito	GRAFICA GRAFICA		UN	2.500,00	0,16	400,00
31	1	Pasta de processo administrativo com timbre municipal material papelão	GRAFICA GRAFICA		UN	1.710,00	1,36	2.325,60
TOTAL								11.847,05
F A M PRINCIPE - GRUPO CRIATIVA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
15	1	Brasão adesivo municipal medindo 35cmx37cm com ano da gestão para veículos, maquinários e implementos.	propria adesivo		UN	154,00	5,89	907,06
33	1	Placa c/ ext. Metalão 30x20 e lona c/ impressão digital Div. Cores 1,50 x 1,50 m.	propria placa		UN	38,00	400,00	15.200,00
TOTAL								16.107,06
FABIANA KELLY DE OLIVEIRA 23232136877								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
22	1	Envelope médio 20 x 28 cm com timbre a definir	propria personalizado		UN	1.750,00	0,59	1.032,50
TOTAL								1.032,50
FAZAN ETIQUETAS METÁLICAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
37	1	Placa de inauguração medindo 60cm x 80cm aço inox Com as informações dos prédios ano de gestão, prefeito, vice prefeito, vereadores etc..	propria propria		UN	38,00	598,00	22.724,00
TOTAL								22.724,00
GIF PRINT SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
27	1	Mapa de vacina (arte a definir 1,20 cm x 1,60 cm) Colorido com legenda e marcadores.	PROPRIA PROPRIA		UN	2,00	98,00	196,00

28	1	Mapa demográfico da cidade (arte a definir 1,20 cm x 1,60 cm) colorido Com legenda e marcadores.	PROPRIA PROPRIA		UN	3,00	98,00	294,00
29	1	Mapa estrutural da Unidade Básica de Saúde (arte a definir 3,00 x 2,50) colorido com legenda e marcadores.	PROPRIA PROPRIA		UN	2,00	330,00	660,00
TOTAL								1.150,00
NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
38	1	Requisição manual 3 vias carbonadas talão com 50 folhas. Todas as vias tem que seguir uma sequencia numérica para controle sendo 200 com a descrição voltada para abastecimento do posto de gasolina. Sendo 100 com a descrição voltada para serviço de borracharia.	propria bloco		UN	306,00	7,00	2.142,00
TOTAL								2.142,00
PAPEL E CANETA EXPRESS ONE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
16	1	Carimbo automático personalizado – 38 x 14mm. Impressão em preto.	Nykon N302		UN	44,00	12,90	567,60
TOTAL								567,60
SABRINA CATARINA SOUZA DOS SANTOS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Apostila PROERD colorida para alunos do 5° ano material do aluno. Contendo informações sobre drogas para tomada de decisões responsáveis riscos e conseqüências, pressão de colegas; lidando com situação de tensão; bases de comunicação não verbais e escuta ativa, bullyng, ajudando os outros, obtendo ajuda dos outros e revisão.	pro		UN	50,00	10,00	500,00
2	1	Banner impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina Impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Vertical ou horizontal (arte a definir colorida) 70cm x 1,50m	pro		UN	88,00	19,99	1.759,12
3	1	Banner impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina Impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Vertical ou horizontal (arte a definir colorida) 70cm x 2,00m	pro		UN	25,00	32,99	824,75
4	1	Banner impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina Impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Vertical ou horizontal (arte a definir colorida) 70cm x 3,00m	pro		UN	63,00	54,99	3.464,37
5	1	Banner painel impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina, impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Horizontal (arte a definir colorida) 3,00cm x 4,00m com 22 arruelas (ilhós fixados na lona)	pro		UN	42,00	234,00	9.828,00
6	1	Banner painel impresso em lona fosca que não reflete o flash da máquina, impresso em alta resolução dando alta qualidade de imagem. Vertical ou horizontal (arte a definir colorida) 2,00cm x 3,00m com 20 arruelas (ilhós fixados na lona)	pro		UN	6,00	149,00	894,00
TOTAL								17.270,24
TOMAZGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELLI- ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	Bloco de atestado (com timbre 15 cm x 21 cm) c/ 50	MARCA PRÓPRIA		UN	100,00	2,99	299,00
9	1	Bloco de Laudo Médico para Autorização de APAC (com timbre 20,5 cm x 28,5 cm) c/ 50	MARCA PRÓPRIA		UN	10,00	11,45	114,50
10	1	Bloco de Laudo Médico para Solicitação de Procedimentos BPA-I 21cm X 29,5 cm c/ 50	MARCA PRÓPRIA		UN	2,00	9,45	18,90
25	1	Ficha de Controle de Aprazamento / Imunização (14,5 cm por 21 cm)	MARCA PRÓPRIA		UN	200,00	0,34	68,00
32	1	Pasta individual de aluno med. 55 x 37 cm corte e vinco, guilhotina dobra mecanizada, folha em offset 240 g/m² c/ 1x0 cores	MARCA PRÓPRIA		UN	1.754,00	1,52	2.666,08
TOTAL								3.166,48

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 16 de agosto de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:C166D7BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA SRP PREGÃO 023-2024

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRONICO Nº023/2024

O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA MELHORAMENTO DA CASA MORTUÁRIA MUNICIPAL, decorrente do Pregão Eletrônico nº 023/2024 com vigência de 16 de agosto de 2024 a 15 de agosto de 2025 conforme segue:
ATA SRP Nº 022/2024

2545 - NELCI BULAU CAMPRA (07.729.278/0001-43)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	27780 - FOGÃO, 5 BOCAS, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, ACABAMENTO DA MESA DE VIDRO TEMPERADO, FUNCIONAMENTO GÁS, FOGÃO DE PISO, TREMPES INDIVIDUAIS EM FERRO FUNDIDO QUADRADAS 8 PONTOS DE APOIO, GRADES DO FORNO 1 GRADE AUTODESLIZANTE E 1 DESLIZANTE, TIMER DIGITAL COM ALARME SONORO, BOTÕES REMOVÍVEIS, SISTEMA CORTA GÁS, SISTEMA CORTA GÁS, LUZ NO FORNO, FORNO VIDRO DUPLO, QUEIMADORES COM POTENCIA DE NO MINIMO 2Q RAMAL	UN	DAKO	1	1.827,99	1.827,99

	DE 1,7KW, 2Q FAMÍLIA DE 2,0KW E 1Q TRIPLA CHAMA DE 3,3KW, BIVOLT, COR PRETO.					
Total (R$):						1.827,99

4159 - MULTINEGOCIOS JMC LTDA (43.882.979/0001-81)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	27779 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, 15 KG, ALTA CAPACIDADE, MAIS DE 10 PROGRAMAS DE LAVAGEM, FILTRO ELIMINA FIAPOS, SILENCIOSA, DISPENSER DE AMACIANTE, ALVEJANTE, SABÃO EM PÓ E SABÃO LIQUIDO, ENXAGUE, FUNÇÃO LAVA TÊNIS, MATERIAL DO CESTO EM INOX, PÉS NIVELADORES, NÍVEIS DE ÁGUA, REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA, ABERTURA SUPERIOR, VELOCIDADES DE CENTRIFUGAÇÃO DE NO MÍNIMO 630 RPM, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, FREQUÊNCIA 60 HZ, VOLTAGEM 110V, GARANTIA 12 MESES, NA COR BRANCA.	UN	CONSUL	1	2.270,00	2.270,00
3	27781 - AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, 24000 BTUS, VOLTAGEM 220V, CICLO QUENTE E FRIO, VAZÃO 1200 M³/H, TIPO DE GÁS R-410ª, FILTRO ANTIVÍRUS, SERPENTINA DE COBRE, FUNÇÕES DE DORMIR, OSCILAR, TIMER, TURBO, SILÊNCIO, DISPLAY, OPERAÇÃO DE REFRIGERAR, AQUECER, DESUMIDIFICAR, VENTILAR E AUTOMÁTICO, CONTROLE REMOTO, FILTRO DE AR REMOVÍVEL, DISPLAY DIGITAL, POTÊNCIA DE NO MINIMO 2060W, CONDENSADORAS QUADRADA. GARANTIA DE 12 MESES, ÁREA DE ABRANGÊNCIA 40M², CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, COR BRANCA.	UN	Agratto	5	4.770,00	23.850,00
4	27782 - CORTINA DE AR, 150 CM, 220V, VAZÃO DE AR (M3/H) 2786, CONTROLE REMOTO, NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO INTERNO (DB(A)) 51 DB, PESO ?17,2 QUILOGRAMAS, POTÊNCIA DE RESFRIAMENTO DE 225W, DIMENSÕES DO PRODUTO ?155 X 22,3 X 25 CM, COR BRANCA. INSTALADO.	UN	Agratto	3	1.200,00	3.600,00
Total (R$):						29.720,00

TOTAL GERAL: R$ 31.547,99

Bela Vista da Caroba, 16/08/2024.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:AECCAF4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 207/2024

Decreto nº 207/2024 Data 01/07/2024

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **783/2023** de **20/12/2023.**

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 569.856,90 (quinhentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinqüenta e seis reais e noventa centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.001		**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001.04.122.0002.2.003		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO**	
6 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS**	
03.003.28.846.0023.0.016		**ENCARGOS ESPECIAIS**	
61 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	64.385,00
56 - 3.2.90.21.00.00	000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.000,00
61 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.000,00
56 - 3.2.90.21.00.00	000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	100.000,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
187 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.626,66
197 - 3.3.90.36.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	845,24
505 - 3.3.90.30.00.00	99494	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO, IDOSO**	
216 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
08.002		**DIVISÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
08.002.08.244.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL**	
398 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00

420 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
296 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
300 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
301 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.002.12.361.0009.2.069		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO FUNDAMENTAL**	
306 - 3.3.90.33.00.00	103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
09.002.12.361.0009.2.070		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**	
312 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
09.002.12.365.0010.2.074		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO INFANTIL**	
324 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
325 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.002.12.365.0010.2.075		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
326 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
09.002.12.365.0010.2.076		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**	
329 - 3.3.90.33.00.00	103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
09.002.12.367.0011.2.080		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO ESPECIAL**	
338 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.002.12.367.0011.2.081		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
340 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
341 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
09.002.12.367.0011.2.082		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
343 - 3.3.90.33.00.00	103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
10		**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.002		**DIVISAO DE ESPORTE**	
10.002.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
364 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00
Total.....:			**569.856,90**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura a **Anulação de Dotação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

REDUÇÃO:			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.002		**GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
02.002.04.122.0002.2.004		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
11 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.002		**DIVISÃO DA CONTABILIDADE**	
03.002.04.123.0023.2.012		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE CONTABILIDADE**	
38 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.471,90
38 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
03.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS**	
03.003.28.846.0023.0.016		**ENCARGOS ESPECIAIS**	
60 - 3.3.90.91.00.00	000	SENTENÇAS JUDICIAIS	44.385,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
76 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
05.001.04.122.0003.2.009		**DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICAIS**	
89 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
88 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
89 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
05.002		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
05.002.04.122.0003.2.015		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE RECURSOS HUMANOS**	
93 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	270.000,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
111 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
113 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35.000,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE S**	
506 - 3.3.90.39.00.00	99494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Total.....:			**569.856,90**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 01 Julho 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:E57E3056

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 216/2024

Decreto nº 216/2024 Data 10/07/2024

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **783/2023** de **20/12/2023.**
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 831.857,67 (oitocentos e trinta e um mil oitocentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e sete centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**	
529 - 4.4.90.51.00.00	857	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.237,96
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.1.008		**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS E VEÍCULOS**	
519 - 4.4.90.52.00.00	2518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	692.680,80
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
453 - 3.3.90.40.00.00	494	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	46.200,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.2.062		**MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
524 - 3.3.90.39.00.00	2934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.148,16
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.1.011		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO**	
521 - 4.4.90.52.00.00	8101	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.522,72
09.002.12.361.0009.2.066		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%**	
523 - 3.1.90.13.00.00	8101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.125,11
522 - 3.1.90.11.00.00	8101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.942,92
Total.....:			**831.857,67**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Superávit Financeiro**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

SUPERÁVIT FINANCEIRO NA(s) FONTE(s):		
2857 EMENDA PARLAMENTAR - AROLDO MARTINS - CALÇAMENTO	857	40.237,96
3494 BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	494	46.200,00
22518 ESTADUAL - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS	2518	692.680,80
22934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - ESTADUAL	2934	12.148,16
28101 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	8101	40.590,75
Total.....:		**831.857,67**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 10 Julho 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:96EC9884

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 23-2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:
1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR23/2024
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 16/08/2024
d) Objeto da licitação: Aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e suplemento alimentar para fornecimento aos Usuários idosos, acamados e portadores de deficiências atendidos pelo Município.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

6349 - SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (32.237.610/0001-08)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	29762 - Fralda geriátrica descartável, com dupla camada absorvente: Oferece maior eficácia na absorção de líquidos. Conter barreiras antivazamento, no mínimo quatro fitas adesivas reposicionáveis: Permite ajuste personalizado para um encaixe perfeito. Com óloe vera para um cuidado extra com pele sensível. Gel super absorvente par ampliar a capacidade de absorção. Elásticos	PCT	GOLD FRAL	433	11,90	5.152,70

	autoajustáveis nas pernas, assegurando conforto e vedação eficaz. Formato anatômico: Desenhado para se ajustar de maneira natural e confortável ao corpo. Tamanhos M, G, XG, com validade mínima de 01 ano. Apresentação: pacotes com 7 e 8 unidades, conforme tamanho solicitado.					
Total (R$):						5.152,70

6351 - VTR COMERCIAL LTDA (52.932.346/0001-21)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	29763 - Suplemento alimentar: Leite integral, contendo: proteína concentrada do soro do leite; suprir no mínimo 80% da recomendação diária de Calcio 50+; conter vitamina D, que contribui para manutenção dos ossos; conter Zinco e Vitamina C para imunidade; conter Vitaminas e Minerais para mais energia e disposição, com reguladores de acidez, lecitina de soja, deverá conter na lata, dosagem, indicação e tabela nutricional, e não conter glúten. Alérgicos: contém leite e derivados de soja. contém lactose. este produto não é leite em pó. Lata com 740 A 750gr. indicado para pessoas acima de 50 anos. (saborizado artificialmente e/ou sem sabor). com validade mínima de 01 ano.	Lata	Nutren Senior - Nestlé	143	151,89	21.720,27
Total (R$):						21.720,27

Bom Jesus do Sul-PR, 16/08/2024.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:73285E56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2024 – (Processo Licitatório 90/2024). DATA DO AVISO: 07/08/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: INSTITUTO RANAI LTDA - ME - CNPJ: 46.757.247/0001-58.

OBJETO: **Contratação de empresa para realização de capacitação sobre escuta especializada de Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na cidade de Bom Sucesso do Sul**, conforme especificações abaixo:

Item	Descrições do Item	Quat	UND.	Valor Unit. Mês (R$)	Valor Total do Item (R$)
1	**MÓDULO I – ACOLHIDA DA REVELAÇÃO ESPONTÂNEA:** Atividade aberta a profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública, ministério público, judiciário e conselhos tutelares. Atividade prevista para turmas de até 50 pessoas. A ampliação do número de participantes depende da condição da acomodação no local cedido pela prefeitura. A Escuta Protegida na Rede de Proteção. ● Direitos das crianças e adolescentes no Brasil; ● Lei n. 13.431, Decreto n. 9.603/2018 e Lei n. 14.344/2022; ● Contexto sociocultural de produção de violências; ● Identificação de sinais e sintomas de violência; ● Conceitos de violência (física, psicológica, sexual, negligência, institucional); ● Critérios de avaliação de fatores de risco; ● Papel das políticas públicas (proteção, defesa e controle); ● Diferença entre Revelação Espontânea, Escuta Especializada e Depoimento Especial; ● Boas práticas na atenção às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências. **1ª dia Das 08:00h às 17h** **MÓDULO II - ENTREVISTA DA ESCUTA ESPECIALIZADA:** Consiste na capacitação da rede de proteção para realizar o processo de entrevista da escuta especializada alude à realização de aulas presenciais que incluem o debate teórico acerca das legislações, boas práticas para atenção a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência e conceitos iniciais sobre desenvolvimento humano, bem como discussão de casos práticos e simulação do processo de entrevista por todas(os) as(os) participantes. (O treinamento é oferecido para 50 pessoas nesse formato.) Aspectos gerais da Entrevista Especializada ● Desenvolvimento infantil; ● Processos de memória e linguagem; ● A entrevista no contexto da rede de proteção; ● Aspectos técnicos e éticos para realização da entrevista; ● Ambiente da escuta especializada; ● Práticas problemáticas e revitimização; ● Levantamento de informações na rede de proteção; ● Roteiro para o procedimento de escuta especializada; ● Registro e relatório de escuta especializada; ● Treino de registro a partir de caso prático. Simulação do processo de entrevista; ● O atendimento na prática e as implicações do profissional; ● Discussão e roteiros para possibilidades de intervenções em casos práticos; ● Simulação de entrevista. **2ª dia 08:00h às 17h**	1	16 horas	R$ 12.487,00	R$ 12.487,00
Valor total R$ 12.487,00					

PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 12.487,00 (doze mil quatrocentos e oitenta e sete reais),** a serem pagos, com pagamento para o 5º dia útil do mês, após efetivada a capacitação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Divisão de Assistência Social; 08030824400082.025 – Manutenção e Desenvolvimento da assistência social; 33.90.39– Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – Despesa:1319.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 16 de Agosto de 2024**.**

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:0948B717

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01 AO CONTRATO Nº 174/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
AO CONTRATO Nº 174/2024
CONTRATADA: GAYA
CNPJ: 35.493.310/0001-70
Cláusula Primeira – Inclusão de Serviços
Referente as atividades da obra da piscina, se observou que alguns serviços essenciais para a sua execução não formam considerados, os quais foram listados na tabela abaixo. Para tanto se faz necessária a inclusão dos itens indicados, fundamentais para a organização e segurança da obra, em consonância com parecer técnico e parecer jurídico.

Fonte	Descrição	QTDE.	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total com BDI	Valor Total com Desconto
SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018	484 M²	R$121,20	R$58.660,80	R$71.566,18	R$69.595,06
SINAPI	ESCAVAÇÃO VERTICAL PARA EDIFICAÇÃO, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M3 / 111 HP), FROTA DE 3 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M3, DMT ATÉ 1 KM E VELOCIDADE MÉDIA 14 KM/H AF_05/2020	1645,6³	R$12,16	R$20.010,74	R$24.413,10	R$23.740,70
SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS. AF_01/2024	28,1M³	R$624,40	R$17.545,64	R$21.405,68	R$20.816,11
SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	562M²	R$3,74	R$2.101,88	R$2.564,29	R$2.493,67
SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	105M²	R$34,15	R$3.585,75	R$4.374,62	R$4.254,13
COTAÇÃO	Piscina Enterrada De Concreto/Drykoelastic- Manta Líquida cimentícia Bi Componente Flexível e Elástica, estruturada com telas de poliéster nas paredes e chão. Com teste de estanqueidade.	1 UNID.	R$70.250,00	R$70.250,00	R$85.705,00	R$83.344,46
Total: R$204.244,13						

Cláusula Segunda – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 16 de agosto de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:AFCFFA28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2024 - PREGÃO Nº 021/2024

Extrato do 1° Termo Aditivo - ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 097/2024 - Pregão Nº 021/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Culestino Kiara, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2021, matrícula nº 767321770.
Contratado: METTA FARMACEUTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 42.496.258/0001-70, ROD BR - 158, 8423, 0 BARRACÃO - CEP: 85502510 - BAIRRO: JARDIM PRIMAVERA, e-mail: licitacao@mettafarma.com.br, TELEFONE:4699073050, CIDADE: Pato Branco/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUIS FERNANDO PARISE.

Objeto: Decidem modificar a Ata de Registro de Preços nº. 097/2024, que tem por objeto **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, SUPRINDO A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE FIORAVANTE MOTTER E DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL,** a vigência da Ata de Registro de Preços Administrativo é 12/04/2024 a 11/04/2025, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº. 021/2024 entre ele celebrados em data de 12/04/2024, da maneira a seguir convencionados.
Fica redimensionado a Ata de Registro de Preços nº. 097/2024, celebrando o aditivo nas condições ofertadas pela convocação do licitante remanescente, atendida a ordem classificatória do processo licitatório na clausula segunda **(DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS) conforme segue:**
Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
9	1	38969	METILFENIDATO, CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG METILFENIDATO, CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG. COMPRIMIDO. CÓDIGO BR0272320.	CPR	60.000,00	1,25	75.000,00
TOTAL							75.000,00

Valor Total: R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais
Assinaturas: Culestino Kiara, LUIS FERNANDO PARISE
Data da Assinatura:15/08/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:1D39DA6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 520/2024-DRH

PORTARIA N. º 520/2024-DRH

SÚMULA: Reenquadra Servidores Públicos Municipais Ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º. Reenquadrar servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo em conformidade com a Lei Municipal Lei Nº 1.143/2011 Plano de Cargos, Carreira e Salários de Cafelândia – PCCS Art. 15, e Lei Municipal Nº 1.200/2012, por conclusão do estágio probatório e apresentação de estudos.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	GRUPO	TABELA SALARIAL	NÍVEL	REF.
ANDREIA MARCELINO TRICHEZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	767321864	GEM	B	B-I	2
BRUNO FERNANDO GOLEMBA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	767321863	GEM	B	B-I	2
CARLOS ANDRE PEREIRA DORNELES	VIGIA	767321868	GOO	A	R-I	4
ROBERTO CARLOS DUDAR	TÉCNICO TRIBUTAÇÃO	767321867	GEM	B	T-I	6

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 16 de agosto de 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:EE2225AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 25 2024

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA
Eu, Bilh Elerian Zanetti, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, da Lei n° 14.133/2021 e considerando a justificativa, a definição do objeto e demais especificações contidas no presente processo administrativo e considerando ainda que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais, **AUTORIZO e HOMOLOGO a DISPENSA Nº 25/2024**, conforme informações abaixo:

Fornecedor: RACIONAL MATERIAL DIDATICO E RECURSOS HUMANOS LTDA
CNPJ: 77.063.527/0001-90
Endereço: AV CANDIDO DE ABREU
Bairro: CENTRO CIVICO **Cidade:** CURITIBA

DISPENSA n°.25/2024

Processo Administrativo n.º66/2024
Objeto: AQUISIÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA USO DA EQUIPE AVALIADORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SEREM REALIZADOS NOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
TOTAL: R$ 13.543,60

Lote	Ordem	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	236254	COLUMBIA 3	Kit	2	772,00	1.544,00
1	2	236255	DENVER II	Kit	2	796,00	1.592,00
1	3	236252	ETDAH-II	Kit	2	217,00	434,00
1	4	236253	SRS-2	Kit	2	474,00	948,00
1	5	236251	TDE II	Kit	2	830,00	1.660,00
1	6	236256	WISC IV	Kit	2	3.682,80	7.365,60

Determino ainda, que seja dada a devia publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei n° 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Campina Grande do Sul, 15/08/2024

BILH ELERIAN ZANETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:BD3C3B8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO N° 80/2023 ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 21/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: CASA DE REPOUSO BEM CUIDAR LTDA
CNPJ 23.263.298/0001-28
OBJETO DO CONTRATO: Acolhimento institucional para idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, de ambos os sexos, na modalidade Casa Lar ou Instituição de Longa Permanência – ILP. (ITEM 04 DA CHAMADA PÚBLICA N° 02/2023). Contrato referente ao acolhimento do Sr. (a) P.J.C - CPF: XXX.492.399-XXX.
DO OBJETO DO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo n.º **4282/2024** fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, pelo período de 08 (oito) meses, passando de 15 de agosto de 2024 a 15 de abril de 2025, conforme art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 e Clausula Oitava do instrumento contratual. **O valor previsto para fazer frente a execução do presente aditivo contratual, fica reajustado em 3,688020 %, conforme índice oficial IPCA, ficando o valor de até** R$ 25.514,40 (vinte e cinco mil e quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor da diária Atual	Valor da diária Reajuste	Valor total
04	Acolhimento institucional para **idosos a partir de 60** (sessenta) anos de idade, de ambos os sexos, na modalidade Casa Lar ou Instituição de Longa Permanência – ILP.	Diária	240	R$ 102,53	**R$ 106,31**	**R$ 25.514,40**

O fiscal do contrato será o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Eber Rafael Korevaar.
DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993, Artigo 164 do Decreto Municipal 22/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:7B39A345

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO N° 79/2023 ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: CASA DE REPOUSO BEM CUIDAR LTDA
CNPJ 23.263.298/0001-28
OBJETO DO CONTRATO: Acolhimento institucional para idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, de ambos os sexos, na modalidade Casa Lar ou Instituição de Longa Permanência – ILP. (ITEM 04 DA CHAMADA PÚBLICA N° 02/2023). Contrato referente ao acolhimento do Sr. (a) E.J.M - CPF: XXX.254.519-XXX.
DO OBJETO DO ADITIVO: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo n.º 4281/2024 fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, pelo período de 08 (oito) meses, passando de 15 de agosto de 2024 a 15 de abril de 2025, conforme art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 e Clausula Oitava do instrumento contratual. **O valor previsto para fazer frente à execução do presente aditivo contratual, fica reajustado em 3,688020 %, conforme índice oficial IPCA, ficando o valor de até** R$ 25.514,40 (vinte e cinco mil e quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor da diária Atual	Valor da diária Reajuste	Valor total
04	Acolhimento institucional para **idosos a partir de 60** (sessenta) anos de idade, de ambos os sexos, na modalidade Casa Lar ou Instituição de Longa Permanência – ILP.	Diária	240	R$ 102,53	R$ 106,31	R$ 25.514,40

O fiscal do contrato será o servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Eber Rafael Korevaar.
DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993, Artigo n.º 164 do Decreto Municipal n.º 22/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:A52DAFD8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 483/2024

PORTARIA Nº 483/2024
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, de forma reduzida atendendo o Inciso I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem às cidades indicadas abaixo, nos dias correspondentes e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Larissa Gabrieli da Silva	Agente de atendimento ao público, junta do serviço militar	01 (uma)	Cascavel PR	16 de agosto de 2024	Treinamento de Identificação no IIPR cascavel -PR
Rosangela Cristina Capeleti Sedovski	Agente de administração/ responsável pelo posto de identificação, junta militar, MTE	01 (uma)	Cascavel PR	16 de agosto de 2024	Buscar documentação do posto de identificação, ANIE
Valdemir José K. Marques	Motorista	03 (três)	Cascavel PR	15,16 e 17 de agosto de 2024	Participação na formação de condutores para transporte escolar e coletivo
Juliane Boni Barea	Assessora pedagógica	01 (uma)	Cascavel PR	15 de agosto de 2024	Reunião de alinhamento Convenio Linha Ecológica Itaipu
Ederson Carlos Pothin	Motorista	01 (uma)	Maringá PR	16 e 17 de agosto de 2024	Conduziu alunos para realização de provas na faculdade Uninga em Maringa
Eliana Maria Magnabosco	Secretaria da Assistência Social, Cultural e cidadania	01 (uma)	Cascavel PR	16 e 17 de agosto de 2024	Participar da 3º reunião de alinhamento com os gestores municipais de educação ambiental e de cultura, por meio do convenio Linha Ecologica.
Luciana Emília Faquini	Coordenadora Cultural	01 (uma)	Cascavel PR	16 e 17 de agosto de 2024	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:154F8C95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO INTERNO Nº 094/2024

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 051/2024 **– Menor Preço por Item – Sistema de Registro de Preços,** realizado no dia 08 de julho de 2024 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Aquisição de cesta básica para atender famílias carentes atendidas pelo Cras (Centro de Referência da Assistência Social),** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração.

FORNECEDOR: TEIXEIRA SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 51.005.852/0001-02

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	CESTAS BASICAS	Varias	UND	800	166,75	133.400,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 133.400,00 (cento e trinta e três mil e quatrocentos reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 133.400,00 (cento e trinta e três mil e quatrocentos reais)

Carlópolis, 16 de agosto de 2024.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:02A9EB80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BONÉS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: ELO TEXTIL LTDA **CNPJ: 28.844.636/0001-39**						
ITEM	**QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	500	Uni	Camiseta tecido Dry Performace, manga longo, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. Camiseta no tamanho P, M, G, GG e EX. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria da Cultura e Turismo.	PRÓPRIA	18,99	**9.495,00**
EMPRESA: DUBLASEMPRE DUBLAGEM DE TECIDO LTDA **CNPJ: 16.804.051/0001-06**						
ITEM	**QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
2	200	Uni	Boné SuperCap, modelo 6 gomos, aba curva, circunferência da cabeça 58 cm e desenho/escrita serigrafado. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria da Cultura e Turismo.	PRÓPRIA	15,10	**3.020,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 16 de agosto de 2024.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:5F688587

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2024 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2024.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **ELO TEXTIL LTDA**, estabelecida na Rua Dorival Soncela, Nº 10, bairro Distrito Industrial, na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 28.844.636/0001-39, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Gabriel Henrique de Lima Vieira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 94xx33xx0, e do CPF nº 061.xxx.xxx-74, residente e domiciliado Rua Dorival Soncela, Nº 10, bairro Distrito Industrial, na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido o referido preço ofertado pela empresa cuja proposta foi classificada ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 45/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BONÉS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SETIMO - Todas as despesas de entrega e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.

PARÁGRAFO NONO – Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**

PARÁGRAFO DÉCIMO – Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 9.495,00 (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	500	Uni	Camiseta tecido Dry Performace, manga longo, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. Camiseta no tamanho P, M, G, GG e EX. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria da Cultura e Turismo.	PRÓPRIA	18,99	**9.495,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARAGRAFO QUARTO – Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como máximo a ser aplicado o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a execução do serviço/entrega do material, e mediante apresentação de nota fiscal
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "c**"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	000	1217

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no primeiro dia útil seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da solicitação de fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.

PARAGRAFO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA: Memorial da Revolução de 1924

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: Mildo Ramos

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao Agente de contratação/Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de contratação/Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – O Agente de contratação/Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 16 de agosto de 2024.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS ELO TEXTIL LTDA
Moises Aparecido de Souza Gabriel Henrique de Lima Vieira
Prefeito Municipal Representante Legal
CPF: 842.xxx.xxx-68 CPF: 061.xxx.xxx-74

Mildo Ramos Dihoany Tochinski Bazzi Maciel
Fiscal da Ata de registro de preços Gestora da Ata de registro de preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2024.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **DUBLASEMPRE DUBLAGEM DE TECIDO LTDA**, estabelecida na Rua Bom Sucesso, Nº 181, bairro Vila São Carlos, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 16.804.051/0001-06, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Ketllyn Brenda dos Santos, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14xx46xx2, e do CPF nº 079.xxx.xxx-40, residente e domiciliada Rua Bom Sucesso, Nº 181, bairro Vila São Carlos, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido o referido preço ofertado pela empresa cuja proposta foi classificada ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 45/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BONÉS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SETIMO - Todas as despesas de entrega e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.

PARÁGRAFO NONO – Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO – Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 3.020,00 (três mil e vinte reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	200	Uni	Boné SuperCap, modelo 6 gomos, aba curva, circunferência da cabeça 58 cm e desenho/escrita serigrafado. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria da Cultura e Turismo.	PRÓPRIA	15,10	**3.020,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARAGRAFO QUARTO – Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como máximo a ser aplicado o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a execução do serviço/entrega do material, e mediante apresentação de nota fiscal
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "c**"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	000	1217

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no primeiro dia útil seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da solicitação de fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA: Memorial da Revolução de 1924

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: Mildo Ramos

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao Agente de contratação/Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de contratação/Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – O Agente de contratação/Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 16 de agosto de 2024.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 842.xxx.xxx-68

Dublasempre Dublagem de Tecido LTDA
KETLLYN BRENDA DOS SANTOS
Representante Legal
CPF: 079.xxx.xxx-40

MILDO RAMOS
Fiscal da Ata de Registro de Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora da Ata de Registro de Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:A67340DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO A JUNHO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.330.614,00	74.185.681,84	13.015.368,82	17,54	35.301.819,12	47,59	38.883.862,72
RECEITAS CORRENTES	58.730.614,00	60.753.463,92	11.596.798,21	19,09	32.411.601,07	53,35	28.341.862,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	5.619.260,00	6.319.260,00	1.347.772,13	21,33	5.413.539,16	85,67	905.720,84
IMPOSTOS	3.801.100,00	4.501.100,00	1.130.458,45	25,12	4.388.212,39	97,49	112.887,61
TAXAS	1.818.160,00	1.818.160,00	217.313,68	11,95	1.025.326,77	56,39	792.833,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.460.900,00	1.460.900,00	237.920,54	16,29	725.827,89	49,68	735.072,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.460.900,00	1.460.900,00	237.920,54	16,29	725.827,89	49,68	735.072,11
RECEITA PATRIMONIAL	103.000,00	107.552,40	145.965,76	135,72	457.246,70	425,14	(349.694,30)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	96.500,00	101.052,40	144.910,52	143,40	454.606,15	449,87	(353.553,75)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	1.055,24	0,00	2.640,55	0,00	(2.640,55)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	67.600,00	85.600,00	3.846,74	4,49	81.953,73	95,74	3.646,27
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	33.800,00	45.800,00	1.788,50	3,91	63.023,16	137,61	(17.223,16)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	33.800,00	39.800,00	2.058,24	5,17	18.930,57	47,56	20.869,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.479.854,00	52.780.151,52	9.846.781,75	18,66	25.653.750,87	48,60	27.126.400,65
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	31.712.174,00	32.871.221,52	6.511.962,51	19,81	15.134.996,68	46,04	17.736.224,84
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	10.627.680,00	10.768.930,00	1.729.092,52	16,06	5.695.863,95	52,89	5.073.066,05
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	52.757,84	0,00	56.051,11	0,00	(56.051,11)
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	9.140.000,00	9.140.000,00	1.552.968,88	16,99	4.766.839,13	52,15	4.373.160,87
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	14.511,29	0,00	79.282,72	0,00	(79.282,72)
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	4.950,21	0,00	26.313,07	0,00	(26.313,07)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	293,07	0,00	293,07	0,00	(293,07)
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	9.268,01	0,00	52.676,58	0,00	(52.676,58)
RECEITAS DE CAPITAL	11.600.000,00	13.432.217,92	1.418.570,61	10,56	2.890.218,05	21,52	10.541.999,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	158.250,00	44.996,76	28,43	287.523,99	181,69	(129.273,99)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	108.250,00	44.996,76	41,57	287.523,99	265,61	(179.273,99)

ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.550.000,00	13.273.967,92	1.373.573,85	10,35	2.602.694,06	19,61	10.671.273,86
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	3.300.000,00	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	8.250.000,00	9.473.967,92	1.373.573,85	14,50	2.592.910,49	27,37	6.881.057,43
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	9.783,57	0,00	(9.783,57)
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	70.330.614,00	74.185.681,84	13.015.368,82	17,54	35.301.819,12	47,59	38.883.862,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	70.330.614,00	74.185.681,84	13.015.368,82	17,54	35.301.819,12	47,59	38.883.862,72
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	70.330.614,00	74.185.681,84	13.015.368,82	17,54	35.301.819,12	47,59	38.883.862,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.806.078,78	0,00	0,00	2.806.078,78	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.806.078,78	0,00	0,00	2.806.078,78	100,00	0,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 16/08/2024 14:07							

Publicado por:
Fernando Aparecido Miguel
Código Identificador:EDD19048

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 05 2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRONICA 05/2024
A senhora prefeita municipal RAFAELA MARTINS LOSI no uso de suas atribuições aparadas em lei homologa a dispensa de licitação 05/2024 em nome da participante:
EMPRESA:JOTAGÊ CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 20.147.887/0001-52

Lote: 1 - LOTE 1					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - CORPO MUSICAL: Conjunto em oxford 100% poliéster, composto de uma túnica com recorte nos ombros e finalizado por vivo na cor preto, gola tipo padre com galão metalizado, pontas das mangas com recorte em outra cor com acabamento por vivo dourado, na lateral das pontas 3 botões do estilo militar de forma decoratica, abertura frontal por uma carreira de botões, Acompanha um cinto do mesmo tecido finalizado por vivo dourado, e uma fivela dourada. Calça reta, com faixa lateral e elástico na cintura. Acompanha cabide e capa em TNT60 com visor de plástico para armazenamento. NÃO INCLUSO QUEPE E SAPATO. CORES E TAMANHOS À DEFINIR	UNIDADE	MARCA PRÓPRIA CORPO MUSICAL	50	R$352,70	R$17.635,00
2 - Barretina de formato cilindrico em PVC rÍgido de 2mm de espessura, costurada , revestido em napa, verniz ou veludo, com recorte em duas cores, acabamento com debruns dourados ou prateados, copinho com penacho em Marabú de 13cm de altura, CORES E TAMANHOS À DEFINIR.	UNIDADE	MARCA PRÓPRIA BARRETINA	50	R$164,70	R$8.235,00
3 - Conjunto composto por um macaquinho de shortinho em Suplex 100% poliéster, sem mangas na cor preta, liso e sem detalhes. Um Spencer estilo Drum corps na cor vermelho, contornado por viés dourado, gola do tipo "padre" adornado por viés preto e galão metalizado; mangas longas com recorte que assemelha um bracelete, na cor branco e detalhes em viés dourado, dois alamares do lado esquerdo, um fixo no ombro e outro na barra do Spencer. Parte da frente forrada com quatro bordados, dois superiores próximo a gola e dois inferiores na barra do Spencer,fechamento dianteiro atraves de ziper destacavel. Acompanha uma saia pregueada em Oxford 100% poliéster na cor preto, com fechamento traseiro por zíper. NÃO ACOMPANHA BIBICO E SAPATO, TAMANHOS E CORES A DEFINIR.	UNIDADE	MARCA PRÓPRIA CONJUNTO COMPOSTO	12	R$488,86	R$5.866,32
4 - BOTA: Bota em couro sintético com solado de borracha, totalmente flexível, forrada internamente, fechamento com zíper lateral interno. Cor a definir.	PAR	CRSHOES BOTA	12	R$230,30	R$2.763,60
Total Lote:					R$34.499,92

Clevelândia -PR, 16 de agosto de 2024

RAFAELA MARTINS LOSI –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:222E2B4C

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 05 2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRONICA 05/2024

A senhora prefeita municipal RAFAELA MARTINS LOSI no uso de suas atribuições aparadas em lei homologa a dispensa de licitação 05/2024 em nome da participante:
EMPRESA:JOTAGÊ CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 20.147.887/0001-52
LOTE 01

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - CORPO MUSICAL: Conjunto em oxford 100% poliéster, composto de uma túnica com recorte nos ombros e finalizado por vivo na cor preto, gola tipo padre com galão metalizado, pontas das mangas com recorte em outra cor com acabamento por vivo dourado, na lateral das pontas 3 botões do estilo militar de forma decoratica, abertura frontal por uma carreira de botões, Acompanha um cinto do mesmo tecido finalizado por vivo dourado, e uma fivela dourada. Calça reta, com faixa lateral e elástico na cintura. Acompanha cabide e capa em TNT60 com visor de plástico para armazenamento. NÃO INCLUSO QUEPE E SAPATO. CORES E TAMANHOS À DEFINIR	UNID	MARCA PRÓPRIA CORPO MUSICAL	50	R$352,70	R$17.635,00
2 - Barretina de formato cilindrico em PVC rÍgido de 2mm de espessura, costurada , revestido em napa, verniz ou veludo, com recorte em duas cores, acabamento com debruns dourados ou prateados, copinho com penacho em Marabú de 13cm de altura, CORES E TAMANHOS À DEFINIR.	UNID	MARCA PRÓPRIA BARRETINA	50	R$164,70	R$8.235,00
3 - Conjunto composto por um macaquinho de shortinho em Suplex 100% poliéster, sem mangas na cor preta, liso e sem detalhes. Um Spencer estilo Drum corps na cor vermelho, contornado por viés dourado, gola do tipo "padre" adornado por viés preto e galão metalizado; mangas longas com recorte que assemelha um bracelete, na cor branco e detalhes em viés dourado, dois alamares do lado esquerdo, um fixo no ombro e outro na barra do Spencer. Parte da frente forrada com quatro bordados, dois superiores próximo a gola e dois inferiores na barra do Spencer,fechamento dianteiro atraves de ziper destacavel. Acompanha uma saia pregueada em Oxford 100% poliéster na cor preto, com fechamento traseiro por zíper. NÃO ACOMPANHA BIBICO E SAPATO, TAMANHOS E CORES A DEFINIR.	UNID	MARCA PRÓPRIA CONJUNTO COMPOSTO	12	R$488,86	R$5.866,32
4 - BOTA: Bota em couro sintético com solado de borracha, totalmente flexível, forrada internamente, fechamento com zíper lateral interno. Cor a definir.	PAR	CRSHOES BOTA	12	R$230,30	R$2.763,60
	Total Lote:				R$34.499,92

Clevelândia -PR, 16 de agosto de 2024

RAFAELA MARTINS LOSI –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edson Luiz Modena
Código Identificador:DA6AD63E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
3º Bimestre de 2024												
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)												R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**						**SALDO FINAL Até o Bimestre**					
DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, emitido em 16/ago/2024 as 10h e 30m.												
Nota:												
Comentários												
1 -Não há Parcerias Público Privadas no Município.												

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:4E81F754

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 065/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: CANAE - COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 08.714.919/0002-30
Endereço: RUA: Presidente Nereu Ramos, Nº 512, CEP: 84.504-464, BAIRRO: Centro, Irati/Pr.
Telefone: (42) 3422-8976
E-mail: jefersonluis.cartuchos@hotmail.com
Representante Legal: Jeferson Lus Wacelyczem
Cadastro: 154192-7

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**

1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 28.036,50 (vinte e oito mil e trinta e seis reais e cinquenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	Teclado USB: Padrão ABNT2 Teclas Soft Teclado Numérico Lateral Teclas De Atalho.	MULTILASER	10	UN	R$19,50	R$195,00
2	Nobreak: Potência: 1200 VA Quantidade De Tomadas: 6 Bivolt Automático Bateria: 12V, 7Ah Modelo De Referência: Tsshara.	INTELBRAS	10	UN	R$390,00	R$3.900,00
4	HD Externo Portátil de Bolso Super Slim Capacidade: 1TB.	SEAGATE	3	UN	R$275,00	R$825,00
8	Telefone Sem Fio Tecnologia: DECT 6.0 (1,910 ±GHz) Capacidade de expansão: 7 ramais (base 6 ramais) Identificação de chamadas: DTMF / FSK Funções: Transferência de chamada, Flash, Rediscar, Mudo, Pausa Display: Sim Cor: Preto Tipos de toque: 7 monofônicos Capacidade de bateria: 600 mAh Conteúdo: 1 fone, 1 base, 1 bateria recarregável, 1 adaptador de tensão bivolt, 1 cabo de linha telefônica e 1 manual do usuário Modelo de referência: Intelbras TS3110.	INTELBAS	10	UN	R$116,00	R$1.160,00
9	Cabo HDMI Comprimento: 10 metros, Versão: 2.0.	MULTILASER	5	UN	R$64,50	R$322,50
10	Impressora Multifuncional Tanque de Tinta Modelo de referência: Epson EcoTank L6270 Funções: Scanner, wireless, ethernet, duplex manual Alimentador automático: ADF Visor: LCD 1,44 polegadas Inclusos: Todos os cabos e discos de instalação Garantia: 01 ano.	EPSON	3	UN	R$1.800,00	R$5.400,00
12	Bateria para Nobreak Amperagem: 07 amperes Voltagem: 12V.	INTELBRAS	20	UN	R$79,00	R$1.580,00
13	Fonte ATX Potência: 600W reais Características: Silenciosa/Baixo ruído Modelo de referência: Brazil PC.	BRASIL PC	10	UN	R$135,00	R$1.350,00
14	Filtro de Linha Quantidade de tomadas: 06 Cor: Preto.	MULTILASER	20	UN	R$22,00	R$440,00
15	HD SSD Capacidade: 240GB Velocidade de transferência: 535 MB/s Tipo: SSD SATA 3.	ADATA	10	UN	R$103,00	R$1030,00
24	Memória RAM Capacidade: 8 GB Frequência: 3200 MHz Tipo: DDR4.	ADATA	5	UN	R$100,00	R$500,00
25	Memória RAM Capacidade: 8 GB Frequência: 1333 MHz Tipo: DDR3.	ADATA	10	UN	R$49,00	R$490,00
26	Roteador Empresarial/Corporativo - WiFi 6 Cobertura: 140 metros AP: Dual band, conexões a partir de 300 dispositivos conectados, 8 ssids, sistema de hotspot, mimo 2x2 Velocidade: 2402 Mbps Alimentação: Fonte de alimentação PoE e entrada Gigabyte Dimensões: 160 x 33 mm (6,3 x 1,3") Peso: Sem montagem - 338 g (0,75 lb), Com montagem - 413 g (0,91 lb) Materiais do invólucro: Policarbonato, alumínio Materiais de montagem: ABS, aço SGCC Interface de rede: (1) GbE RJ45 porta Interface de gerenciamento: Ethernet Método de potência: PoE Faixa de tensão suportada: ±V DC Consumo máximo de energia: 9W Potência máxima de TX: 2,4 GHz - 23 dBm, 5 GHz - 23 dBm MIMO: 2,4 GHz - 2x2, 5 GHz - 2x2 Taxa de transferência: 2,4 GHz - 573,5 Mbps, 5 GHz - 2402 Mbps Ganho de antena: 2.4 GHz - 3dBi, 5 GHz - 5,4 dBi Botão: Redefinição de fábrica Leds: Branco/azul Temperatura de operação: -30 a 60° C (-22 a 140° F) Umidade de operação: 5 a 95% sem condensação Certificações: CE, FCC, IC Padrões WiFi: 802.11a/b/g, Wi-Fi 4/WiFi 5/WiFi 6 Segurança sem fio: WPA-PSK, WPA-Empresa (WPA/WPA2/WPA3) BSSID: 8 por rádio VLAN: 802.1Q QoS avançada: Limitação de taxa por usuário Isolamento de tráfego de convidados: Suportado DFS de espera zero: Sim Suportado com as próximas versões de firmware Clientes simultâneos: 300 Versão: 7.3.76 e posterior Modelo de referência: Access point ap Ubiquiti Unifi UI U6 LONG RANGE.	UBIQUITI	10	UN	R$710,00	R$7.100,00
28	Impressora Laser Mono Velocidade de impressão: Qualidade normal, preto, carta: Até 20 ppm Saída da primeira página impressa: Preto, carta: Menos de 8.3 segundos Resolução: Qualidade de resolução de impressão otimizada, preto: Até 1.200 x 1.200 dpi Manuseio de papel: Capacidade de entrada padrão/máxima: Até 150 folhas, Capacidade de saída padrão/máxima: Até 100 folhas Ciclo de trabalho: Até 10.000 páginas Volume recomendado de páginas por mês: 100 a 1.500 páginas por mês Tipos de papel: Papel comum, envelope, cartão postal, rótulo Tamanhos personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm Peso suportado da mídia: 60 a 163 g/m2 Suprimento: Toner com rendimento de ~1000 páginas com 5% de cobertura Conectividade: Porta USB 2.0 de alta velocidade Memória: 64 MB Velocidade do processador: 400 MHz Sistemas operacionais compatíveis: Windows: 7 (32/64 bits), 2008 Server R2, 8 (32/64 bits), 8.1 (32/64 bits), 10 (32/64 bits), 2012 Server, 2016 Server Consumo de energia: 320 watts (impressão ativa), 33 watts (pronta), 1,1 watt (suspensão) Alimentação: 110V Modelo de referência: HP LASERJET 107W	HP	6	UN	R$624,00	R$3.744,00
TOTAL					R$ 28.036,50	

1.3 Todas as despesas relativas ao obj

1.2 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;

1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido

1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:

1.9.1 O Termo de Referência;

1.9.2 O Edital da Licitação;

1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;

1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA

2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".

4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;

b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Canae Comércio De Suprimentos De Informatica
JEFERSON LUS WACELYCZEM
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:17F2CA6B

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 066/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.849.767/0001-16
Endereço: RUA: Carlos Milano, Nº 131, CEP: 83.040-620, BAIRRO: Águas Belas, Sao Jose dos Pinhais/Pr
Telefone: (41) 3283-9578
E-mail: pregao01@bxdistribuidora.com.br
Representante Legal: Isolde Machado Ferreira
Cadastro: 173895-0

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
3	Microcomputadores Gabinete: Vertical, cor preta rocessador: Intel Core i3, a partir da 11º geração com Gráfico Integrado Placa mãe: Com total suporte às características especificadas para o processador, memória RAM e disco rígido; Com ao menos 01 slot PCI ou mini pci livre após a configuração completa do equipamento Hard Disk: SSD a partir de 480gb Fonte de alimentação: compatível com todo equipamento Memória RAM: 16 GB tipo DDR4 2666MHz, instaladas em dois pentes idênticos de 8 GB cada Interface de vídeo: Placa onboard, deve suportar a resolução 1920 x 1080; deve possuir, no mínimo, 2GB, Tipo de memória: GDDR5 Suporte a Microsoft DirectX 11; Suporte a múltiplos onitores; deverá possuir, no mínimo, três conectores externos, sendo um deles do tipo HDMI Interface de som: Conexões para microfone e fones de ouvido; Alto-falante interno ou caixas acústicas com alimentação elétrica através de conexão USB Kit caixa de som multimídia usb: a partir de 5w de potência Interface de rede: Adaptador de rede integrado on-board ou off-board; Conector RJ45 fêmea com LEDs indicadores de atividade de rede; Interface padrão Ethernet de 100/1000 Mbps, autosense e full-duplex Interface de rede: WIFI incluso, instalado via slot na placa mãe Interfaces disponíveis: no mínimo 08 (oito) interfaces USB, padrão 2.0 e 3.0, sendo, no mínimo, 2 (duas) no acesso frontal Teclado: padrão abnt2 ±com teclas soft ±teclado numérico na lateral esquerda com ponto Monitor: LED Widescreen; Tamanho da tela: 21,5 polegadas ou superior; Resolução mínima de 1920 x 1080 @ 60 Hz.; Tempo de resposta máximo de 5ms; Fonte interna: SIM; Deverá possuir, no mínimo, dois conectores de entrada para ligar o monitor em qualquer das interfaces (HDMI, DVI ou superior) da controladora de vídeo do microcomputador; Tensão de entrada: 110- 220V ; Inclusos: Cabos de alimentação, VGA e HDMI, na cor PRETA Software licenciados instalados: Microsoft® Windows® 10, Professional Original 64-bit em Português do Brasil NOBREAK 1200 VA: com 06 tomadas. Bivolt automático. Bateria 12v 7ah.	AIOX	12	UN	R$ 2.700,00	R$ 32.400,00
TOTAL						R$32.400,00

1.3 Todas as despesas relativas ao obj
1.2 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.

3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;

b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como

recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

BX Distribuidora De Equipamentos LTDA
ISOLDE MACHADO FERREIRA
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:92E2A955

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: SONOTE SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 37.338.161/0001-08
Endereço: RUA Das Industrias, Nº56 , CEP: 87.180-000 , BAIRRO: Parque Iroi, Presidente Castelo Branco/Pr
Telefone: (44) 8433-5897
E-mail: atendimento@sonote.com.br
Representante Legal: João Marcelo Gonçalves
Cadastro: 173946-8

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 25.750,00 (vinte e cinco mil setecentos e cinquenta reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
5	Notebook Processador: Intel Core I3, 11ª Geração Ou superior, 3.0 Ghz, 6MB Cache Memória: 8GB DDR4 Armazenamento: Nvme 240GB Tela: 15,6 Polegadas Widescreen, Resolução 1920x1080 Full HD, Antirreflexo, LED Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth, Mínimo De 4 USB, HDMI, Áudio/Microfone, RJ45 Ethernet, Entrada De Alimentação Sistema Operacional: Windows 10 PRO Ou 11 PRO, Office PRO 2016, Ambos Originais Acessórios: Bolsa Para Armazenamento E Transporte, Garantia De 12 Meses Modelo De Referência: Samsung Galaxy Book2.	SAMSUNG	10	UN	R$ 2.575,00	R$ 25.750,00
TOTAL					R$ 25.750,00	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD

12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Sonote Soluções em Tecnologia LTDA
JOÃO MARCELO GONÇALVES
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:5A1FBC37

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 068/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 52.585.078/0001-19
Endereço: Rua Manoel Carreira Bernardino , Nº 329 , CEP: 86.600-151 , BAIRRO: Centro, Rolandia/Pr
Telefone: (43) 9141-4307
E-mail: misterteccomercial@hotmail.com
Representante Legal: Ligiane Fukahori
Cadastro: 173915-8

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 208,50 (duzentos e oito reais e cinquenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
6	Mouse Design: Ergonômico / Slim Modelo de referência: M90	KNUP	15	UN	R$13,90	R$208,50
TOTAL					R$ 208,50	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a

relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.

13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

L F Comercio de Eletronicos LTDA
LIGIANE FUKAHORI
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:7C2B87B0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 069/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: C A INFORMATICA LTDA
CNPJ: 33.482.008/0001-90
Endereço: AV Dos Ipes, CEP: 68.515-000, BAIRRO: Cidade Jardim, Parauapebas/PA
Telefone: (94) 3352-5400
E-mail: contato@informaticaipe.com.br
Representante Legal: Wevesks de Sousa Damascena
Cadastro: 173897-6

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
7	Apresentador De Slides Multimídia Modelo De Referência: Logitech R400 Conectividade: Wireless	KNUP	3	UN	R$ 80,00	R$240,00
TOTAL					R$ 240,00	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

C A Informatica LTDA
WEVESKS DE SOUSA DAMASCENA
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:106E772D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI -
CNPJ: 29.774.483/0001-63
Endereço: Rua Guatacara Borba Carneiro, Nº 179, CEP: 84.300-000, BAIRRO: Tibagi/Pr
Telefone: (42) 8804-4724
E-mail: cindylicitatbg@gmail.com
Representante Legal: Cindy Denise Nolte
Cadastro: 173772-4

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 719,50 (setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
11	Porta Banner Altura: Regular em qualquer medida entre a altura máxima de 2,50m e mínima de 0,98cm Indicado/Sugerido para: Banners e Telas com dimensões de 2,20m de altura X 1,25m de largura.	CEPROPLAST	5	UN	R$ 143,90	R$719,50
TOTAL						R$ 719,50

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.

4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.

11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Cindy Denise Nolte - TIBAGI
CINDY DENISE NOLTE
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:DC8772FE

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 071/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: J U V DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 45.298.461/0001-20

Endereço: Rua Eugenio Viapiana, Nº 28, CEP: 89.930.000, Loteamento Jose Jacoski, Sao Jose Do Cedro/SC
Telefone: (49) 3643-0805
E-mail: microeste@hotmail.com
Representante Legal: Jackson Ubiratan Vargas
Cadastro: 166171-0

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 17.052,00 (dezessete mil e cinquenta e dois reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
16	Smartphone Ano de lançamento: 2023 Processador: Acima de 1,8 GHZ OCTA -CORE Características: Dual chip, display a partir de 6,5 Memória: 128 GB Memória RAM: 6 GB Bateria: 5000mAh Acessórios: Case e película protetora Garantia: 1 ano Modelo de referência: Samsung galaxy m34.	XIAOMI	12	UN	R$ 730,00	R$8.760,00
21	Roteador/Routerboard Modelo: 12603 Arquitetura: MMIPS CPU: MT7621A Quantidade de núcleos: 2 Frequência: 880 MHz Quantidade de threads: 4 Dimensões: 113 x 89 x 28mm Nível de licença: 4 Sistema operacional: RouterOS Memória RAM: 256 MB Armazenamento: 16 MB Tipo de armazenamento: FLASH Temperatura de operação: -40°C até 60°C Energia: Entrada PoE passivo, Voltagem de entrada PoE: 8-30V, Quantidade de entradas DC: 2 (conector DC, PoE-IN), Voltagem de entrada do conector DC: 8-30V, Consumo máximo: 10 W, Consumo máximo sem acessórios: 5 W Portas: Ethernet 10/100/1000: 5 Periféricos: Tipo de cartão de memória: microSD, Cartões de memória: 1, Quantidade de portas USB: 1, Reinicialização de energia USB: Sim, Tipo de porta USB: USB tipo A, Corrente máxima USB: 1A Outros: Monitoramento de temperatura PCB: Yes, Monitoramento de voltagem: Sim, Botão de modo: Sim Certificações: CE/RED, EAC, ROHS Modelo de referência: Mikrotik RB750GR3	MICROTIK	10	UN	R$ 438,00	R$ 4.380,00
23	Monitor LED Tamanho da tela: 23.6" Características da tela: LED, anti-reflexo Resolução: 1920px-1080px Proporção da tela: 16:9 Painel: VA Tipos de conexões: VGA, HDMI 1.4 Recurso adicional: Recliináve	BLUCASE	8	UN	R$ 409,00	R$ 3.272,00
30	: Placa de Vídeo Memória: 4GB DDR5 Entradas: HDMI, DVI e VGA	STAR	2	UN	R$ 320,00	R$ 640,00
TOTAL						R$ 17.052,00

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

J U V Distribuidora De Equipamento De Informatica LTDA
JACKSON UBIRATAN VARGAS
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:F5728CF8

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
CNPJ: 52.017.064/0001-07
Endereço: Rua 2000, Nº 1585, CEP: 88.330-468, BAIRRO: Centro, Balneario Camboriu/SC
Telefone: (47) 3170-2142
E-mail: contato@masterbids.com.br
Representante Legal: Vinicius Moreira da Silva
Cadastro: 173931-0

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 11.445,65 (onze mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
17	Webcam Full HD Especificações: Videoconferência de alta definição FHD 1080P Microfones: Duais estéreis com redução de ruído automática Modelo de referência: Lenovo 300	BLUECASE	5	UN	R$135,00	R$675,00
18	Tablet Suporte para cartão SIM: Sim, com rede móvel, conectividade à internet via Wi-Fi e via cartão SIM de telefônica móvel, apto para ligações. Dual sim - nanochip Tela: 8,7" Memória interna: A partir de 64 GB RAM: A partir de 4GB Suporte para cartão MicroSD: Sim Voltagem: Bivolt Acessórios inclusos: Bolsa para armazenamento e transporte, película protetora Modelo de referência: Galaxy Tab A	HYUNDAI	10	UN	R$ 830,00	R$ 8.300,00
20	Telefone Terminal Inteligente Interface WAN: 10/100/1000BASE-T 1 RJ45 Interface LAN: 10/100/1000BASE-T 1 RJ45 Protocolo de sinalização: SIP Codec: G.711A, G.711U, G.723.1, G.726-32, G.729AB, G.722 (wideband) Fonte de alimentação: Entrada 100 a 240 Vac / 50-60 Hz - Saída 5 V, 1 A	FANVIL	5	UN	R$ 494,13	R$ 2.470,65
TOTAL					R$ 11.445,65	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções,

embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em

cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Masterbids Tecnologia E Servicos Especializados LTDA
VINICIUS MOREIRA DA SILVA
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:F7ACAB66

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 073/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: VITOR ALFREDO THOMAS LTDA
CNPJ: 53.278.020/0001-95
Endereço: Rua Almirante Tamandare, Nº 515, CEP: 98.780-558, BAIRRO: Centro, Santa Rosa/RS
Telefone: (55) 2013-4110
E-mail: camila@lidder.com.br
Representante Legal: Vitor Alfredo Thomas
Cadastro: 173956-5

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
19	Adaptador USB Wi-Fi - Dual Band Taxa de transferência: 1300 mb/s Velocidade Máxima Wi-Fi: 400 Mbps na banda de 2,4 GHz e 867 Mbps na banda de 5 GHz Tecnologia: Velocidade sem fio da próxima geração de Wi-Fi - 802.11ac Dual Band Wireless: Banda de 2,4 GHz e 5 GHz para conectividade flexível Tamanho: Pequeno, sem antena Porta: USB 3.0 Tecnologia: MU-MIMO Sistema Operacionais Suportados: Suporta Windows 10 / 8.1 / 8/7 / XP, Mac OS X Interface: USB 3.0 Dimensões (L X C X A): 1.59 × 0.78 × 0.41pol. (40.5 × 19.72 × 10.29mm) Tipo de Antena: Omni Direcional Padrões Wireless: IEEE 802.11ac, IEEE 802.11a, IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b Frequência: 5GHz - 2.4GHz 5 GHz: 11ac - até 867Mbps (dinâmico), 11n - até 300Mbps (dinâmico), 11a - até 54Mbps (dinâmico) 2,4 GHz: 11n - até 400Mbps (dinâmico), 11g - até 54Mbps (dinâmico), 11b - até 11 Mbps (dinâmico) Modelo de referência: Tp-link Archer T3u Dual Band Ac 1300mbps	KNUP	10	UN	R$ 96,50	R$965,00
TOTAL					R$ 965,00	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;

3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante

adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Vitor Alfredo Thomas LTDA
VITOR ALFREDO THOMAS
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:57618405

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: KNERD DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 41.621.094/0001-01
Endereço: Rua Dona Francisca, Nº 8300, CEP: 89.219-600, BAIRRO: Zona Industrial Norte, JOINVILLE/SC
Telefone: (44) 9892-5921
E-mail: knerddistribuidora@gmail.com
Representante Legal: Pamila Coimbra Augusto
Cadastro: 173805-4

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 2.320,50 (dois mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
22	Microfone Sem Fio, Alcance: Até 50m. Frequência: 600 a 690MHz, Alimentação: AC 100-240V 50/60Hz, Peso Bruto: 1.5 kg. Itens na caixa: 2x Microfones Sem Fio, 1 x Base Receptora, 1 x Fonte de Alimentação bivolt, 1 x Cabo P10 de 1 metro, 1 x Manual do Usuário. Modelo de referência: Shure GLXD4	KSR	3	UN	R$ 773,50	R$2.320,50
TOTAL						R$ 2.320,50

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;

1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.

4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.

11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Knerd Distribuidora LTDA
PAMILA COIMBRA AUGUSTO
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:A5210F7A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: SOLO G9 LTDA
CNPJ: 11.102.277/0001-41
Endereço: Rua Mato Grosso, Nº 5200, CEP: 83.608-640, BAIRRO: Ferraria, Campo Largo/Pr
Telefone: (41) 3249-1040
E-mail: solo.licita@gmail.com
Representante Legal: Andrei Castro Vilha
Cadastro: 155122-1

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 2.010,00 (dois mil e dez reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
27	Suporte para Monitor Material: MDF Dimensões: Largura de 39 cm, profundidade de 26 cm, altura de 16 cm Cor: Preto Características: Possui 03 gavetas para armazenamentoImpressora Laser Mono Velocidade de impressão: Qualidade normal, preto, carta: Até 20 ppm Saída da primeira página impressa: Preto, carta: Menos de 8.3 segundos Resolução: Qualidade de resolução de impressão otimizada, preto: Até 1.200 x 1.200 dpi Manuseio de papel: Capacidade de entrada padrão/máxima: Até 150 folhas, Capacidade de saída padrão/máxima: Até 100 folhas Ciclo de trabalho: Até 10.000 páginas Volume recomendado de páginas por mês: 100 a 1.500 páginas por mês Tipos de papel: Papel comum, envelope, cartão postal, rótulo Tamanhos personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm Peso suportado da mídia: 60 a 163 g/m2 Suprimento: Toner com rendimento de ~1000 páginas com 5% de cobertura Conectividade: Porta USB 2.0 de alta velocidade Memória: 64 MB Velocidade do processador: 400 MHz Sistemas operacionais compatíveis: Windows: 7 (32/64 bits), 2008 Server R2, 8 (32/64 bits), 8.1 (32/64 bits), 10 (32/64 bits), 2012 Server, 2016 Server Consumo de energia: 320 watts (impressão ativa), 33 watts (pronta), 1,1 watt (suspensão) Alimentação: 110V Modelo de referência: HP LASERJET 107W.	SOUZA	15	UN	R$ 134,00	R$2.010,00
TOTAL					R$ 2.010,00	

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a) Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Solo G9 LTDA
ANDREI CASTRO VILHA
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:93143D52

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2024

INÍCIO: 12/08/2024 - **VALIDADE:** 12/08/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.

Razão Social: COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA IRATY LTDA
CNPJ: 02.436.214/0001-30
Endereço: Rua 15 de Julho, Nº 479, CEP: 84.500-076, BAIRRO: Centro, Irati/Pr
Telefone: (42) 3423-1296
E-mail: compras@wisainformatica.com.br
Representante Legal: Eliane Alves dos Santos
Cadastro: 164677-0

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ (sete mil e cinquenta reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
29	Kit de Microcomputadores para Engenharia Processador: Core i7, Arquitetura x86/x64, compatível com a placa mãe ofertada, com 12 núcleos e 20 threads ou superior; Frequência base do clock (Performance-core Base Frequency) de 2.10GHz ou superior / Freqüência máxima de até 4.90 GHz ou superior; Memória Cache de 25MB ou superior Placa mãe: Suporte a expansão de memória de 128 GB no total ou superior, padrão DDR4 ou superior, no mínimo 4 slots de expansão; Possui no mínimo 08 (oito) portas USB 2.0/3.0, distribuídas na frente e atrás do Gabinete; Possui no mínimo 4 (quatro) entradas SATA - 1 (um) slot PCI ou PCIe ou PCIe x1Gen 3.x; 1 (um) slot PCIe x16 Gen 3.x; 1 (um) conector RJ-45 100/1000; Entrada e saída de áudio integrada Placa de Vídeo: 6GB GDDR6, CUDA Cores 1408, Boost Clock: 1800 MHz, 1-Click OC Clock (MHz) 1815 (instalando o Xtreme Tuner Plus Software e usando o 1- Click OC) Memória: Velocidade de memória 14 Gbps, Tipo: GDDR6, Largura da interface: 192 bits, Largura de banda: 336 GB/s, Suporte de Exibição: Monitores Multi Monitor: 3x Memória Ram: 32GB DDR5 ou superior, em dois pentes de 16GB Unidades de Armazenamento: SSD NVMe SSD de 250GB Leitura/Gravação: 2100/1700 MB/seg Mouse: do tipo óptico,USB, com 2 botões para seleção (click) e um botão de rolagem ³scroll´ de 1600dpi, comprimento do cabo 1,5m Teclado: Teclado multimídia padrão ABNT-2 com conector tipo USB, SOFT Gabinete: Gabinete para uso vertical do tipo torre, Padrão ATX Fonte de Alimentação: ATX de 650W com PFC ativo, conectores 1x ATX Placa Mãe 24 Pinos5x Sata- 3x Molex-1x EPS 12V 4 4 Pinos (CPU)- 2x PCI-E 8	EASYPC/AOC	1	UN	R$7.050,00	R$7.050,00

	Pinos (6 2)- 1x FDD Monitores: 02 Monitores Idênticos de ´Led ou maior, Proporção: Widescreen 16:9, Cores: Mais de 17 milhões, Taxa de atualização: Até 75Hz, Conexão: HDMI e VGA, Resolução: Full HD 1920x1080, Contraste dinâmico: 500000:1, Taxa de brilho: 220cd, Tela anti reflexo: Sim Sistema operacional instalado: Microsoft Windows 10 PRO (ou superior) E Pacote Office acima de 2016, Ambos Originais em português do Brasil; com tarjeta afixada no gabinete Nobreak: 1200va – bivolt.					
TOTAL						R$ 7.050,00

1.3 Todas as despesas relativas ao obj
1.2 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
1.4 Para o fornecimento do objeto, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de qualidade do produto;
1.5 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.8 A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólido
1.9 Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.9.1 O Termo de Referência;
1.9.2 O Edital da Licitação;
1.9.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.9.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA
2.1 A Ata de Registro de Preços terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
2.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
2.3 Deverão ser entregues em locais determinados pela Secretaria solicitante dentro do Município de Fernandes Pinheiro, nas quantidades solicitadas. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida UMA NOTA FISCAL, onde deverá constar o número da licitação;
2.4 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas que preservem as características originais de armazenamento e qualidade, evitando a ruptura de embalagens ou deformação e quebra.;
2.5 O licitante vencedor deverá fornecer os produtos conforme a proposta, respeitando a marca se houver e qualidade do produto ofertado. Na falta momentânea de algum item, este poderá ser substituído por outro equivalente, se houver concordância do responsável por cada secretaria;
2.6 Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações do objeto; a entrega destes fora das especificações indicadas implicará a recusa por parte da Administração, que os colocará à disposição da empresa fornecedora para substituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente;
3.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.4. As Notas Fiscais serão emitidas para os CNPJs nº 01.619.323/0001-20 - Município de Fernandes Pinheiro/PR ou 12.060.443/0001-57, conforme solicitado na Requisição de Compra, contendo ainda o seguinte descritivo no corpo da Nota Fiscal: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 024/2024, Ata de Registro de Preços n° XXX/2024.
3.5 As Notas Fiscais de fornecimento deverão ser emitidas pelo mesmo estabelecimento que venceu a licitação. A apresentação de Nota Fiscal de estabelecimento divergente deste acarretará na devolução da Nota Fiscal para cancelamento, desobrigando este Município do pagamento de eventuais multas, juros ou correções.
3.6 Não serão aceitas Carta de Correção para corrigir Nota Fiscal com informações errôneas, mesmo que a Nota Fiscal tenha sido emitida a mais de 24 (vinte e quatro) horas e não seja possível o seu cancelamento, a empresa deverá providenciar nova Nota Fiscal com as informações corretas. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada (Danfe e Xml) via e-mail ao Departamento de Compras (compras@fernandespinheiro.pr.gov.br) no mesmo dia de sua emissão.
3.7 ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo XIII***.
3.8 O MUNICÍPIO NÃO EFETUARÁ QUALQUER PAGAMENTO SE A ÉPOCA DE O VENCIMENTO DA FATURA/BOLETO DE COBRANÇA A EMPRESA NÃO APRESENTAR REGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA VIGENTES.
3.9 O atraso nos pagamentos por parte da contratante, em virtude do disposto acima isenta o Município de pagamento de eventuais multas, juros e correções monetárias.
3.10 A suspensão do pagamento por conta do disposto nos itens anteriores, não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos pedidos já empenhados e ainda não entregues.
3.11 O Município Notificará a contratada para regularização e apresentação dos documentos pendentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, após a apresentação dos documentos pendentes (no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis), o Município providenciará, no prazo de 07 (sete) dias úteis, o pagamento dos valores devidos.
3.12 Eventuais correções monetárias em decorrência de atrasos de pagamentos, não poderão ser realizadas por discricionariamente administrativa pelo Município, devendo a empresa fornecedora pleitear a correção por via judicial.
3.13 Se após a Notificação a contratada não regularizar e apresentar os documentos pendentes, a contratante instaurará Processo Administrativo contra a empresa e, se reserva o direito de contratar o fornecimento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta Licitação, não cabendo direito à contratada de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.

4.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.

4.3 Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.

4.4 Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.

4.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.

4.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.

4.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".

4.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

4.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.

5.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

5.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.

5.5 Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

5.6 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

5.7 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.

5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

5.9 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.

5.10 As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.

5.11 Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.

5.13 No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.

5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":

a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;

b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;

c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.

5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".

5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.

5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou

d) Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

7.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.

7.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;

b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;

e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.

7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

8.2 Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.

8.3 Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.

8.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.

8.5 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.

8.6 Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.

Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

9.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.

9.3 Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.

9.4 Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.

9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.

9.6 Realizar a entrega dos produtos, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;

9.7 Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Secretaria Solicitante: Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Obras e Urbanismos.
11.2 O gestor é o gerente funcional, que tem a função de administrar a Ata de Registro de Preços, desde sua concepção até a finalização.
11.3 Os fiscais terão como incumbência dirimir as eventuais questões que possam ser levantadas no curso da vigência contratual, bem como, para atestar o fiel cumprimento das cláusulas ora avençadas.
11.4 A Ata Registro de Preços será gerida na sua forma total, legalmente, qualitativamente e quantitativamente pela Secretarias Municipais, através do(a) Secretário(a)a titular da pasta, ou por outro representante da contratante, devidamente designado para este fim, permitida a assistência de terceiros.
11.5 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): MIGUEL ANGELO PAVELSKI designado pela Portaria nº 009/2024.
11.6 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.7 Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a) Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b) Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c) Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.8 O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.9 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.10 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
12.1 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
12.2 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
12.3 A CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
12.4 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se ao Pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 Ao Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11 Os casos omissos serão dirimidos pelao Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12 As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelao Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 12 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Comercio De Equipamentos E Suprimentos Para Informatica Iraty LTDA
ELIANE ALVES DOS SANTOS
Detentora da Ata

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:314F350E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ: 51.560.442/0001-23
Endereço: Rua Angelo Zulian Sobrinho, Nº 1411, CEP: 95.095-020, Bairro: São Caetano, Caxias do Sul/RS
Telefone: (54) 8117-0070
E-mail: financeiro1@superfiltroscx.com.br
Representante Legal: Daniel Carlos Koakoski
Cadastro: 173970-1

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 71.291,96 (setenta e um mil duzentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	ADITIVO PARA RADIADOR ECOLÓGICO, ANTICORROSIVO FRASCO DE 500 ML.	Wolf	200	UN	R$ 5,58	R$1.116,00
4	LUBRIFICANTE PARA MOTOR 2 TEMPO API TC 8017H- 500ML.	Unix	200	UN	R$ 19,30	R$3.860,00
5	ÓLEO DE MOTOR SAE 15W40 MINERAL (DIESEL) - BALDE 20L.	Karter	120	UN	R$ 246,00	R$ 29.520,00
7	ÓLEO SINTÉTICO 5W30 FLEX E DIESEL DPF ACEA C2 - C3 API SN EMBALAGEM COM 1 LITRO	Karter	36	UN	R$ 20,10	R$723,60
10	ÓLEO DE DIREÇÃO HIDRAULICA E TRANSMISSÃO ATF - 01 LITRO.	Karter	80	UN	R$14,98	R$1.198,40
11	ÓLEO SINTÉTICO 5W40 FLEX EMBALAGEM COM 1 LITRO.	Deiton Lucheti	36	UN	R$26,81	R$965,16
14	ÓLEO DE TRANSMISSÃO SAE 10W30 EMBALAGEM DE 20 LITROS.	Karter	10	UN	R$ 293,97	R$ 2.939,70
16	ÓLEO DIFERENCIAL SAE 85 W 140- DIESEL BALDE DE 20 LITROS.	Karter	6	UN	R$353,35	R$ 2.120,10
17	ÓLEO DE DIFERENCIAL SAE 85W 90 BALDE DE 20 LITROS.	Deiton Lucheti	10	UN	R$ 484,90	R$4.849,00
18	ÓLEO DE HIDRAULICO 10W BALDE DE 20 LITROS.	Deiton Lucheti	60	UN	R$377,20	R$ 22.632,00
23	ÓLEO 0W30 SINTETICO C2. 100% SINT PSA B712312 ACEA C2 EMBALAGEM COM 1 LITRO	Deiton Lucheti	36	UN	R$38,00	R$1.368,00
TOTAL					R$ 71.291,96	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.
2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.
2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante

adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condiçõe

8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.

8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;

8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;

9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;

9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.

9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.

9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.

9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.

9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.

11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.

11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:

a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;

b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;

c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.

11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.

11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.

12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Dufilter Distribuidora De Filtros E Lubrificantes LTDA
DANIEL CARLOS KOAKOSKI
Detentora da Ata

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:8DEBCFA5

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI
CNPJ: 37.005.258/0001-90
Endereço: ROD BR-467, CEP: 85.907-060, BAIRRO: Jardim Europa, Toledo/Pr
Telefone: (45) 9157-7604
E-mail: comercial@petrotrucktoledo.com.br
Representante Legal: Adilso Augustinho Carniel
Cadastro: 173978-6

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 10.062,00 (dez mil e sessenta e dois reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
2	FLUIDO PARA FREIO DOT4 500 ML FRASCOS COM 500ml.	Power Bril	40	UN	R$ 11,50	R$ 460,00
3	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO E ÓLEOS MINERAIS PARAFÍNICOS, UTILIZADA NAS ARTICULAÇÕES DE CHASSIS DE CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS, TRATORES, PARA TRABALHOS NÃO SUPERIORES A 80ºC. TAMBOR 170 kg.	Grax	4	UN	R$1.790,00	R$ 7.160,00
13	ÓLEO PREMIUM TDS 15W40 DIESEL EMBALAGEM COM 20 LITRO.	Mult Lub	10	UN	R$ 244,20	R$2.442,00
TOTAL					R$ 10.062,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.
2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.
2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.

2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “Prática Corrupta”: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) “Prática Fraudulenta”: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) “Prática Colusiva”: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “Prática Coercitiva”: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) “Prática Obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA
8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condição
8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.
8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;
8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário **9.6** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.
11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.

11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Petro Truck Distribuidora De Lubrificantes EIRELI
ADILSO AUGUSTINHO CARNIEL
Detentora da Ata

Testemunhas:
_____

_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:26997337

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA
CNPJ: 30.846.202/0001-10
Endereço: AV 15 de Novembro Nº: 820 CEP: 87.550-000 BAIRRO: Centro, Altonia/PR
Telefone: (44) 9809-0058
E-mail: contabil@texasdobrasil.com.br
Representante Legal: Andre Luiz Alpino
Cadastro: 163273-6

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 46.370,20 (quarenta e seis mil trezentos e setenta reais e vinte centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
6	ÓLEO DE MOTOR SAE 5W 40 SINTÉTICO (FLEX) -01 LITRO.	TEXSA	350	UN	R$ 21,50	R$7.525,00
8	ÓLEO 5W30 DIESEL E6-12 EMBALAGEM COM 20 LITROS.	TEXSA	3	UN	R$ 705,00	R$ 2.115,00
9	ÓLEO DE MOTOR SAE 5W20 SINTÉTICO (FLEX) EMBALAGEM COM 01 LITRO.	TEXSA	50	UN	R$ 23,50	R$1.175,00
12	ÓLEO DE MOTOR SAE 5W40 SINTÉTICO SUV (DIESEL) EMBALAGEM DE 01 LITRO.	TEXSA	200	UN	R$ 29,00	R$5.800,00
15	ÓLEO DE TRANSMISSÃO SAE 30W BALDE DE 20 LITROS.	TEXSA	30	UN	R$ 345,00	R$ 10.350,00
19	ÓLEO DE COMANDO FINAL SAE 50 - 20 LITROS.	TEXSA	10	UN	R$ 405,00	R$4.050,00
20	ÓLEO DE TRANSMISSÃO 80W BALDE DE 20 LITROS.	TEXSA	3	UN	R$ 298,00	R$ 894,00
21	ÓLEO HIDRÁULICO 68 TIPO AW BALDE DE 20 LITROS.	TEXSA	60	UN	R$ 225,00	R$ 13.500,00
22	ÓLEO 0W20 FLEX-API SP GEN3 ILSAC GF 6A EMBALAGEM COM 1 LITRO.	TEXSA	36	UN	R$ 26,70	R$961,20
TOTAL					R$ 46.370,20	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.

2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.

2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.

2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.

2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.

2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.

2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.

3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:

3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.

3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:

3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.

4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA
8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condiçõe
8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.
8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;
8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;
9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.

9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.
11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

Noroeste Distribuidora de Pecas e Produtos Automotivos LTDA
ANDRE LUIZ ALPINO
Detentora da Ata

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:07492FC4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: H R PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 14.219.973/0001-20
Endereço: EST Principal De Poco Bonito, CEP: 84.550-000, BAIRRO: Localidade De Poco Bonito, Rebouças/Pr
Telefone: (42) 3457-1751
E-mail: contato@hrprodutosdelimpeza.com.br
Representante Legal: Rita de Cassia Queiroz Studzinski Wisniewsk
Cadastro: 167195-2

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 12.518,40 (doze mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
24	ARLA 32 - BALDE 20L FLUIDO DE UREIA DE ALTA PUREZA DENTRO DAS NORMAS NBR 22241.	Radan	160	UN	R$ 74,99	R$ 11.998,40
25	SILICONE GEL - EMBALAGEM 01 KG.	HR	10	UN	R$52,00	R$ 520,00
TOTAL					R$ 12.518,40	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.
2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.
2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.

5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA
8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condiçõe
8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.
8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;
8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;
9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.
11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.
12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

H R Produtos De Limpeza LTDA
RITA DE CASSIA QUEIROZ STUDZINSKI WISNIEWSK
Detentora da Ata

Testemunhas:

_____
_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:45F7D798

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 20.649.395/0001-65
Endereço: Rua Sergipe, Nº 3993, CEP: 15.803-160, BAIRRO: Vila Paulista, Catanduva/SP
Telefone: (17) 3525-1768
E-mail: jmarangoni@jmarangoni.com.br
Representante Legal: Daiane Gentile Marangoni
Cadastro: 173974-3

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 269,50 (duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
26	SPRAY ANTI FERRUGEM (DESENGRIPANTE)300 ML	ESTOPA	35	UN	R$ 7,70	R$ 269,50
TOTAL					R$ 269,50	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.
2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.
2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:

3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.

4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:

I. Ausência de elevação dos encargos do particular;

II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;

4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.

5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante

adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condiçõe

8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.

8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;

8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;

9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;

9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.

9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.

9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.

9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.

9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.

11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.

11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:

a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;

b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;

c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.

11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.

11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.

12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município De Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

J. Marangoni Comercial - Importacao E Exportacao LTDA
DAIANE GENTILE MARANGONI
Detentora da Ata

Testemunhas:
_____

_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:A2216B6C

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 082/2024 REF.: AO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2024

INÍCIO: 14/08/2024 - **VALIDADE:** 14/08/2025
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**

Razão Social: DORIVAL GAPINSKI
CNPJ: 27.041.419/0001-48
Endereço: Rua Bronislau Wronski, Nº 1300, CEP: 84.560-000, BAIRRO: Centro, Rio Azul/Pr
Telefone: (42) 3463-1414
E-mail: c.acontabilidade@uol.com.br
Representante Legal: Dorival Gapinski
Cadastro: 166541-3

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 2.129,00 (dois mil cento e vinte e nove reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

ITENS						
Lote	**Descrição**	**Marca**	**Quant**	**Apres.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
27	PANO COSTURADO- ESTOPA SACO DE 25K.	Estopa	10	UN	R$ 120,00	R$1.200,00
28	LIMPA CONTATOS ELETRICOS EM SPRAY - EMBALAGEM DE 300ML.	M500	30	UN	R$ 11,00	R$ 330,00
29	DESCARBONIZANTE EM SPRAY - EMBALAGEM DE 300ML.	M500	50	UN	R$ 11,98	R$ 599,00
TOTAL					R$ 2.129,00	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. Os produtos licitados deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação pelo Departamento de Compras na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no endereço do preâmbulo desse edital, no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, sem custo adicional.
2.3. Para cada parcela objeto retirado ou entregue, deverá ser emitida a nota fiscal com os dados citados na Ordem de Fornecimento.
2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.5. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
2.6. Os objetos serão entregues conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.

3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:

3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.

3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 023/2024, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:

3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme anexo V***.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.

4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:

I. Ausência de elevação dos encargos do particular;

II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;

4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

4.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA
8.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condiçõe
8.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.
8.3 Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
8.4 Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;
8.5 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
8.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
8.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;
8.8 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;
9.2 Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;
9.3 Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;
9.4 Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;
9.5 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;
9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
9.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
9.9. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
9.10. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
9.11. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
9.12. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a): DANIELI CRISTINA GOMES designado pela Portaria nº 009/2024.
11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro/PR, 13 de agosto de 2024.

Município de Fernandes Pinheiro
CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Contratante

DORIVAL GAPINSKI
Dorival Gapinski
Detentora da Ata

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:3A2AD425

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.347/2024

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, bem como com a aplicação do Artigo 8º, §1 e §2º e Artigo 9º - Parágrafo Único da Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1982/2023, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
22	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.1.90.94	R$ 45.000,00
33	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.4.90.52	R$ 5.000,00
64	000	02.004.12.361.0016.2.019	MANUT. SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR	3.1.90.11	R$ 45.000,00
243	000	04.002.08.244.0015.2.036	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.4.90.52	R$ 3.000,00
210	497	03.002.10.301.0024.2.035	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.4.90.52	R$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para abertura do crédito anteriormente citados decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por excesso de arrecadação na fonte de recursos 497 – Vigilância em Saúde, no valor de R$ 100.000,00 e pelas deduções parciais das seguintes dotações:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
18	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.1.90.11	R$ 45.000,00
11	000	02.001.04.124.0004.2.003	MANUTENÇÃO UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	3.3.90.14	R$ 2.000,00
13	000	02.001.04.124.0004.2.003	MANUTENÇÃO UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	3.3.90.39	R$ 3.000,00
53	000	02.004.12.361.0016.2.016	VALORIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.1.90.13	R$ 45.000,00
237	000	04.002.08.244.0015.2.036	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.3.90.30	R$ 3.000,00

Art. 3º- Fica autorizado ao Poder Executivo a fazer a alteração no PPA 2022/2025, na LDO e na LOA vigente para inclusão da suplementação prevista no art. 1º do presente decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 16 de agosto de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:DEB8247F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024

PREMIAÇÃO TRAJETÓRIA BANDAS, GRUPOS MUSICAIS, - RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - GOIOERÊ – PARANÁ

A POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
1. PREÂMBULO (parte inicial)
O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições, subsidiariamente a Lei nº 14.903/2024, Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), TORNAR PÚBLICO o chamamento de premiação para agentes culturais.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade no município de Goioerê por meio de reunião convocada e ata publicada no diário oficial no dia 03 de abril de 2024 e que teve como resultado ata em 11 de abril de 2024 e plano anual de aplicação dos recursos publicados em 16 de abril de 2024.
O edital integra o conjunto de ações do poder executivo para o fortalecimento das políticas públicas para a cultura em consolidação do Sistema Municipal de Cultura de Goioerê/PR, implantado pela Lei nº 2.934/2.022, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Cultura e no art. 216-A da Constituição Federal.
O presente edital destina-se a apoiar agentes culturais do município de Goioerê e demais municípios do Estado do Paraná.
DO OBJETO DO EDITAL
O objeto deste Edital é a premiação de trajetórias de banda musicais do município de Goioerê e demais município do Estado do Paraná, que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural na área da música.
O edital implementa a Lei nº 14.399/2022 em seu art. 5º, inciso III – concessão de prêmios mediante seleções públicas.
O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.
DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
O Edital fomenta o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, art. 2º, inciso IV - a manifestações culturais.
As premiações serão para agentes culturais representantes de bandas, grupos musicais, com trajetória de relevância na área musical no município de Goioerê e demais municípios do Estado do Paraná.
Serão premiados 10 agentes culturais pessoas físicas representantes de bandas, grupos musicais.
O agente cultural poderá concorrer com apenas 01 inscrição.
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Será disponibilizado para o presente Edital o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo:
10 prêmios de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Os recursos necessários ao pagamento das despesas correrão pela Dotação Orçamentária: 19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, 19.002.13.392.20.2093-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS 01063.01063.09.99.06.18.1.719.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB ou outras ações culturais previstas na Lei nº 14.399/2022 e no PAAR do município Goioerê, publicado em 16 de abril de 2024.
Segue abaixo tabela com detalhamento da premiação:

CATEGORIA	VALOR PRÊMIO	VAGAS TOTAIS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTA PESSOA NEGRA	COTA PESSOA INDÍGENA	COTA PCD
Prêmio Trajetória bandas, grupos musicais, PESSOA FÍSICA	R$ 2.500,00	10	5	3	1	1

DAS INCRIÇÕES (prazo para inscrição)
As inscrições serão realizadas no período de 19 à 26 de agosto de 2024 até às 23:59, por meio do link https://forms.gle/bJZ2daPz1CaKdGK2A
O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações.
As inscrições deste edital são gratuitas.
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (quem pode participar)
Poderá participar deste edital agente cultural pessoa física representante de banda musical, deverá comprovar residência município de Goioerê ou demais município do Estado do Paraná, podendo ser:

I – Pessoa física,
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Cada agente cultural poderá participar com apenas 01 inscrição e consequentemente, ser contemplado com apenas 01 premiação.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do Termo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante nos anexos deste Edital.
DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES (quem NÃO pode participar)
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 7.1.
As pessoas jurídicas, estarão impedidas, aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no 7.1.
A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
DAS ETAPAS DO EDITAL/CRONOGRAMA
O cronograma abaixo é passível de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações por meio das mídias oficiais do município de Goioerê e no site https://www.goioere.pr.gov.br/site/
O edital é composto pelas seguintes etapas:

AÇÃO	DATA/PEDÍODO
Período de inscrição	19 a 26/08/2024
ETAPA DE SELEÇÃO POR MÉRITO ARTÍSTICO CULTURAL	
Análise de mérito artístico cultural	27/08/2024
Publicação do 1º resultado mérito artístico cultural	27/08/2024
Interposição de recurso na fase de mérito artístico cultural	28 a 30/08/2024 (03 dias úteis)
Análise de recurso – fase mérito artístico cultural	31/08/2024
Resultado final da análise de mérito artístico cultural	31/09/2024
ETAPA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO (documentos de habilitação)	
Análise Documental (certidões, documentos, comprovantes e outros, conforme Edital)	02/09/2024
Análise dos documentos de habilitação	03/09/2024
Publicação do 1º resultado da análise dos documentos de habilitação	03/09/2024
Interposição de recurso na fase dos documentos de habilitação	03 a 05/2024 (03 dias úteis)
Análise de recurso da fase dos documentos de habilitação	06/09/2024
Publicação do resultado final – homologação	06/09/2024
Convocação dos agentes culturais para assinatura termo de premiação cultural	A partir de 06/09/2024

DAS EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO
O proponente deverá fazer o preenchimento do formulário de inscrição on-line acessado pelo link https://forms.gle/bJZ2daPz1CaKdGK2A inserindo informações e anexando documentos (no formato PDF).
Antes de efetuar a inscrição, o agente cultural deverá conhecer o edital em sua integralidade e certificar-se de que cumpre os requisitos exigidos.
O interessado deverá tomar ciência das opções do formulário de inscrição, fazendo a verificação das informações necessárias, organizando toda a documentação exigida para iniciar a inscrição.
O formulário on-line não permite salvar os dados para editar posteriormente, caso esteja no prazo de inscrição e for necessário, o proponente poderá enviar nova inscrição, anulando a anterior.
O agente cultural deverá anexar no formulário de inscrição os seguintes documentos/informações:
Formulário de inscrição;
Anexar currículo/portfólio;
Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito artístico cultural, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado a inscrição como agente cultural.
Declaração de representação, no caso de concorrer como coletivo sem CNPJ;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas.
O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações.
A inscrição implica no conhecimento e concordância com os termos e condições previstos neste Edital, Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).
O agente cultural deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais de comunicação utilizado pelo órgão gestor de cultura do município.
Os agentes culturais integrantes de grupos vulneráveis, com dificuldade de realizar a inscrição, poderão entrar em contato com o órgão gestor, que poderá admitir a inscrição em formatos alternativos, tais como: inscrições impressas, orais ou por vídeos; e em outras línguas, tais como Libras ((Instrução Normativa Minc nº 10, de 28 de dezembro de 2023).
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS – COTAS
O Edital, disponibiliza 10 vagas no total, desta forma garantirá ações afirmativas, que trata a Instrução Normativa MINC nº 10 de 28 de dezembro de 2023.
O agente cultural poderá concorrer a vaga de cota conforme requisitos abaixo.
As cotas ficam garantidas conforme segue:
03 vagas para pessoas negras (pretas e pardas);
01 vaga para pessoas indígenas;
01 vaga para pessoas com deficiência.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação de maior pontuação geral.
Os coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
Coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência, somando 50% dos integrantes da banda musical.
O coletivo sem CNPJ deve preencher uma autodeclaração, conforme modelos anexos neste edital.

DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE MÉRITO

A comissão de análise e seleção de mérito artístico cultural será coordenada pelo Secretário da Municipal de Cultura, Sr. Dhionata Macena da Silva.
A comissão de análise e seleção de mérito artístico cultural será formada pelos membros do Conselho de Política Cultural, nomeado conforme Decreto nº 8.105/2023.
Os membros da citada comissão e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

DA ANÁLISE DE MÉRITO ARTÍSTICO CULTURAL

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito artístico cultural dos candidatos, compreendendo:
Análise de mérito cultural é a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes da ação do agente cultural, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos na tabela abaixo.
Análise comparativa, compreendendo-se a análise dos itens individuais de cada agente cultural, e de seus impactos e relevância em relação a outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada candidato é atribuída em função desta comparação.
A avaliação dos inscritos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição na tabela abaixo.
Serão atribuídas notas para os seguintes aspectos:

DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
Trajetória artística e cultural da banda -Será considerada para fins de análise, a carreira do proponente (banda), com base no currículo e comprovações enviadas.	30
Relevância das ações do candidato (banda) para o cenário cultural do município de Goioerê e demais municípios do Estado do Paraná – Será considerado, para fins de avaliação e valoração, se as ações já realizadas pelo candidato (banda) contribuiu para o enriquecimento e valorização da cultura na área da música.	30
Integração e inovação do agente cultural (banda) com outras esferas do conhecimento e da vida social – serão avaliadas integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc	20
Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social –serão avaliadas ações que o candidato (banda) já realizou atendendo pessoas idosos, crianças, pessoas negras, etc)	20

A pontuação final de cada candidatura será por média das notas dos avaliadores.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação a maior nota nos critérios de acordo com a ordem da tabela de pontuação acima.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate a maior idade, se ainda sim permanecer o empate será desempatado por sorteio.
Serão considerados aptos os candidatos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os candidatos que: receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Caso o agente cultural discorde dos valores vetados, poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 12.12.
O resultado provisório da etapa de análise de mérito será divulgado no site https://www.goioere.pr.gov.br/site/
Contra a decisão da fase de análise de mérito, caberá recurso destinado à Secretaria de Cultura, que deve ser apresentado por meio do e-mail: editaisculturagoioere@gmail.com no prazo de 03 dias úteisa contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de análise de mérito será divulgado no site do município.

ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL / FISCAL

Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o agente cultural selecionado no mérito, terá o prazo de 01 dia útil para apresentar os documentos de habilitação, conforme segue:
certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/Pf/EmitirPGFN
certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do Governo do Paraná http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica;
certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;
certidão negativa de débito relativa aos créditos tributários municipais expedida pela Prefeitura Municipal;
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação por maior pontuação.
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria de Cultura, que deve ser apresentado por meio do e-mail editaisculturagoioere@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site https://www.goioere.pr.gov.br/site/
Após essa etapa, não caberá mais recurso.
A Comissão de Avaliação Documental/Habilitação, será composta por 1 (um) coordenador e 02 (dois) membros, a saber:
Coordenador: Dhionata Macena da Silva
Membro: Marinês Alice de Souza
Membro: Henrique de Almeida da Silva
DA ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme anexo deste Edital, podendo ser assinatura física (presencial) ou eletrônica.
Após a assinatura do Termo de Premiação Cultural, o agente cultural receberá o recurso em conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade do candidato. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site https://www.goioere.pr.gov.br/site/
A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, Lei nº 14.903/2024, Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Ao se inscrever, o agente cultural, permite que a Prefeitura de Goioerê, faça o uso de suas imagens e ações, para fins de divulgação, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos às imagens.
Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade de informações declaradas e documentos encaminhados, isentando o município de Goioerê de qualquer responsabilidade civil ou penal.
O pagamento somente será realizado por meio de transferência em conta bancária de titularidade do agente cultural contemplado, após assinatura do termo de premiação cultural.
A administração poderá solicitar documentos complementares para efetivação do pagamento, caso julgue necessário.
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Cultura e Conselho Municipal de Cultura, com devido amparo legal.
Caso o interessado tenha dificuldade ou dúvidas na realização da inscrição poderá entrar em contato com a Secretaria de Cultura de Goioerê, e-mail: editaisculturagoioere@gmail.com, telefone (44) 3522-2266 ou comparecer pessoalmente na Casa da Cultura , situada na Rua Cuiabá, nº 720, Jardim Lindóia, de segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade de 12 meses após a publicação do resultado final.
DOS ANEXOS QUE COMPÕEM ESTE EDITAL (disponíveis por meio do link https://forms.gle/bJZ2daPz1CaKdGK2A)
Anexo I - Formulário de Inscrição
Anexo II - Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural
Anexo III - Termo de Premiação Cultural
Anexo IV - Autodeclaração Étnico-racial
Anexo V - Autodeclaração para pessoa com deficiência
Anexo VI – Formulário de Recurso

Goioerê/PR, 19 de agosto de 2024.

DHIONATA MACENA DA SILVA
Secretário de Cultura de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:671683F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 8.968/2.024

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3030/2023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 56.300,00 (cinquenta e seis mil e trezentos reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$3.300,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.300,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	

14.002.8.241.14.2322-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	500,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2081-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00935.00935.09.06.06.07.1.660.0000 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	1.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$7.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.500,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.606.17.2089-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$32.000,00
00504.00504.99.99.00.00.1.704.0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	32.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$11.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	11.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.002.27.812.9.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.122.7.2110-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$3.300,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.300,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.241.14.2322-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	500,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2081-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.000,00
00935.00935.09.06.06.07.1.660.0000 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	1.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO	
15.004.26.782.6.2023-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$7.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.500,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.005 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.005.15.452.19.2025-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$32.000,00
00504.00504.99.99.00.00.1.704.0000 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	32.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.2092-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$11.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	11.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.122.9.2117-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 16 de agosto de 2024

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:386B8738

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ JULHO 2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 046/2023 DE 28/07/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/07/2023 A 14/08/2023

EMPREGO: Enfermeiro

VALOR DO SALÁRIO BASE: R$ 4.123,09 — **Carga Horária:** 40 horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	PUBLICAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	INÍCIO DA PRORROGAÇÃO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
16º	TATIANE QUEIROZ ORMONDES	003/2024	Extrato de Publicação nº 01/2024Edição 2964 de 20/02/2024	31/01/2024	31/07/2024	01/08/2024	30/01/2025

Cascavel – PR, 16 de agosto de 2024.

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Administrativo Diretor Geral

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:45FE2BED

CONSAMU
EXTRATO DE DESLIGAMENTOS E CONTRATAÇÕES CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ
REFERÊNCIA: JULHO 2024 – Nº 07

DESLIGAMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE JULHO 2024

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 01.001/2015, DE 09/01/2015, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 12/01/2015 A 27/01/2015 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 06.001/2015, DE 23/03/2015.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
RENATA RAFAELA PEREK	4138	ENFERMEIRO	UPA TOLEDO	21/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 12/2017, DE 19/04/2017, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 20/04/2017 A 10/05/2017 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 030/2017, DE 23/06/2017.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
RODRIGO DA SILVA	9849	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL	09/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU - EDITAL DE ABERTURA Nº 044/2017, DE 25/10/2017, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 26/10/2017 A 16/11/2017 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 052/2017, DE 22/12/2017.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ARNALDO LOCH ROZATTI	10200	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU CASCAVEL	03/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ROSANA FELIX DE BRITO	9334	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU ASSIS CHATEAUBRIAND	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ELTON MIGUEL SANTIN JUNIOR	13076	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU MARECHAL	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 018/2018, DE 02/05/2018, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 03/05/2018 A 24/05/2018 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 035/2018, DE 02/07/2018.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
DIANA SABRINA TRES	13811	FARMACÊUTICO	UPA CASCAVEL	01/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
CLAUDIO DE MOURA	13618	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU VERA CRUZ	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 011/2020, DE 21/01/2020, INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 23/01/2020 A 19/02/2020 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 044/2020, DE 27/03/2020.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
GERALDA ELIZANGELA DA SILVA MARTINS	13730	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FROTA MUNICIPAL DE CASCAVEL	17/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 237/2020 DE 10/11/2020 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 11/11/2020 A 01/12/2020 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 003/2021 DE 14/01/2021.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
PALOMA DE MEDEIROS	14372	FISIOTERAPEUTA	HOSPITAL DE RETAGUARDA	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
JAQUELINE ELOISA DA SILVA	15213	PSICÓLOGO	SAMU CASCAVEL	11/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
MIRIAM VANESSA GAMELO	14161	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	23/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 130/2022 DE 01/09/2022 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 06/09/2022 A 03/10/2022 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 205/2022 DE 09/12/2022.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
RAIMUNDA GONÇALVES DE MARAES	15420	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	11/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR
GUSTAVO VIEIRA	15583	NUTRICIONISTA	UPA TOLEDO	18/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
VALERI FELL	15984	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO	23/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
FABIO LUIS DE ALMEIDA DONEGA	15316	AGENTE ADMINISTRATIVO	UPA CASCAVEL	23/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
BRENDA CAROLINE MIRANDA FARIA	15417	ENFERMEIRO	UPA TOLEDO	24/07/2024	RESCISÃO POR

					INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 061/2023 DE 29/08/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 30/08/2023 A 25/09/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 137/2023 DE 08/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ALVARO JOEL SANTACRUZ LOPEZ	16216	MÉDICO 12H	UPA CASCAVEL	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 089/2023 DE 30/10/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/10/2023 A 19/11/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 156/2023 DE 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
ANDRÉ LUIS DA SILVA	16465	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU OURO VERDE DO OESTE	01/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
BRUNO DE OLIVEIRA FIORELLI	16151	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	01/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
KATIA MICHELLI CONSTANTINO DELAMURA	16047	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
VITOR GERMANO SCHEREN SCHNEIDER	16070	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 018/2022 DE 03/04/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 04/04/2023 A 18/04/2023

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
SILVANA MARIA PARECY	15883	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	03/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ANGELA MARCIA AZELINO	15817	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	06/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
MARILEIDE APARECIDA FREGNANI XAVIER	15818	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	06/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
PATRICIA OSTRUFKA DOS SANTOS	15819	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	07/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
LUCIA DA CRUZ CARDOSO	15821	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	09/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
HYNAÊ BRIANA DA PAZ	15830	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CORBELIA	12/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
DENILDA CEZARIO	15836	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	15/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA DOS SANTOS	15812	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	16/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
SANDRA DA SILVA COSTA	15835	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	17/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
DERONI DOS SANTOS	15918	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA	22/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 046/2023 DE 28/07/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/07/2023 A 14/08/2023

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
MARIA PATRICIA SANINI VIEIRA	16067	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL	09/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
ZILDA DE OLIVEIRA	15937	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL	15/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 041/2024 DE 22/02/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 23/02/2024 A 15/03/2024

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
VALDECIR CIPRIANO DE PAULA	16486	ASSISTENTE SOCIAL	UPA CASCAVEL	08/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
FERNANDA ROSA LAURINDO	16446	MÉDICO 24H	SAMU CASCAVEL	11/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
SILVANA APARECIDA GAIOTTI DE OLIVEIRA	16240	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA	15/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
LEONICE ROCHA CEZIMBRA ROSA	16242	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA MARECHAL	18/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
LAISA SCHLICKMANN	16260	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE RETAGUARDA	20/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
RONALDO LINO DOS REIS	16276	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL	23/07/2024	TERMINO DE CONTRATO
FERNANDO GOMES DA SILVA	16268	ENFERMEIRO	SAMU CASCAVEL	29/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
TAISE PINTO SANTOS	16336	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL	29/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
MATEUS GALLI NOVAK	16379	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE RETAGUARDA	31/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 074/2024 DE 16/04/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 17/04/2024 A 01/05/2024.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**LOCALIZAÇÃO**	**DATA DA RESCISÃO**	**MOTIVO**
CLERI MARA MEZZAROBA	16394	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE	04/07/2024	RESCISÃO POR

			CAFELÂNDIA		INICIATIVA DO EMPREGADO
ISAIAS WILSON PRESTES BERNARDO	16414	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU CASCAVEL	18/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

PORTARIA Nº 164/2024 DE 04/07/2024 – PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 05/07/2024 – EDIÇÃO 3060

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO				DESLIGAMENTO	
NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
GEOVANE JOSÉ GENTIL	14214	ASSESSOR IV	SAMU CASCAVEL	05/07/2024	RESCISÃO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

CONTRATAÇÕES EFETUADAS NO MÊS DE JULHO 2024

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 130/2022 DE 01/09/2022 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 06/09/2022 A 03/10/2022 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 205/2022 DE 09/12/2022.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
02º	ALLAN FABRO PIAIA	16510	16/07/2024	3.713,41	NUTRICIONISTA	UPA TOLEDO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 061/2023 DE 29/08/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 30/08/2023 A 25/09/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 137/2023 DE 08/12/2023.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
02º	JENNIFER CAROLINA DE OLIVA PEREIRA DA SILVA	16505	15/07/2024	3.713,41	PSICÓLOGO	SAMU CASCAVEL
40º	GIOVANA PELLIN DOS SANTOS	16493	14/07/2024	6.125,89	MÉDICO 12H	UPA CASCAVEL
43º	STEPHANIE FERNANDES COSTA	16512	22/07/2024	6.125,89	MÉDICO 12H	UPA CASCAVEL
56º	AMANDA ROBERTA DE OLIVEIRA GUEDES	16495	05/07/2024	12.251,79	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE RETAGUARDA
11º	AMANDA FERREIRA ALVES	16511	18/07/2024	3.070,87	FISIOTERAPEUTA	HOSPITAL DE RETAGUARDA
55º	ELAINE CRISTINA DAKA MOI	16528	25/07/2024	12.251,79	MÉDICO 24H	HOSPITAL DE RETAGUARDA

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 089/2023 DE 30/10/2023 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 31/10/2023 A 19/11/2023 – HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 156/2023 DE 18/12/2023.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
10º	MARIA EDUARDA BARTH MOURA DIAS	16482	02/07/2024	2.097,00	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL
09º	JULIO BARBOSA	16483	02/07/2024	2.097,00	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL
14º	LAIANE MACHADO SANCHES	16519	24/07/2024	2.097,00	RÁDIO OPERADOR	SAMU CASCAVEL
01º	DANIELY ZANOTTI	16490	06/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 041/2024 DE 22/02/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 23/02/2024 A 15/03/2024.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
03º	LUCIANA CORRÊA DOMINGUES	16481	01/07/2024	3.070,87	ASSISTENTE SOCIAL	UPA CASCAVEL
07º	VALDECIR CIPRIANO DE PAULA	16486	05/07/2024	3.070,87	ASSISTENTE SOCIAL	UPA CASCAVEL
36º	DAVI ROCHA FRANCO DRUMOND	16496	13/07/2024	12.251,79	MÉDICO 24H	UPA CASCAVEL
52º	ISABELLA DE PAULA MESQUITA SILVA	16498	17/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
56º	FABIANA NUNEZ	16503	16/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
59º	KERLI DE MEIRA GOLFETTO	16527	25/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
67º	YNGRID SHIRLENE BARROS DE LIMA	16537	29/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
68º	SILVIA PRESLAK DE ANDRADE MATOS	16539	31/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA CASCAVEL
27º	ELENICE TELLES DO PILAR	16533	25/07/2024	2.097,00	AGENTE ADMINISTRATIVO	UPA TOLEDO
01º	VANIA BEATRIZ FALCI	16424	04/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	UPA GUAIRA
04º	SILVANA MARIA PARECY	16489	06/07/2024	3.070,87	ASSISTENTE SOCIAL	HOSPITAL DE RETAGUARDA
45º	JESSICA PORTILHO DA SILVA	16497	11/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE RETAGUARDA
42º	KAMILA GEANE LISBOA FELICIANO COSTA	16500	11/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE RETAGUARDA
58º	MOISÉS FRANCISCO DO CARMO	16507	17/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE RETAGUARDA
18º	MARIA GABRIELE CERNY	16520	18/07/2024	3.804,76	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE RETAGUARDA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 074/2024 DE 16/04/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 17/04/2024 A 01/05/2024.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
43º	ANGELICA RAMALHO	16501	16/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
37º	SIRLEI GUEDES FREIRE	16502	15/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
33º	ANA KELLI GOMES FERREIRA	16504	16/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
57º	SIMONE FERREIRA DA SILVA	16514	17/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
46º	PAULO ANDRE FREITAS DA SILVA	16521	22/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
69º	TAISE PINTO SANTOS	16525	24/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
48º	LUCIA DA CRUZ CARDOSO	16529	26/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
61º	KELLY CRISTINA BRAGA	16530	30/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA CASCAVEL
02º	LIZETE SCOLARI	16477	02/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA MARECHAL

	CORONADO					
05º	DARLAN MARINHO DE MELLOS	16508	17/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA MARECHAL
06º	DENISE CRISTINA DE RAMOS	16494	11/07/2024	2.097,00	TÉCNICO EM FARMÁCIA	HOSPITAL DE RETAGUARDA
36º	SABRINA SOARES DA SILVA	16499	12/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
40º	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS CHAVES	16509	19/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
47º	MARILEIDE APARECIDA FREGNANI XAVIER	16513	27/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
49º	IVONE SENDOSKI	16515	19/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
58º	SIMONE LIMA DE SOUSA	16516	20/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
52º	DENILDA CEZARIO	16518	18/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
53º	EDMEIA LEOPOLDINA DE SOUZA	16522	21/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
62º	RENALDO DA MATA	16523	23/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
06º	PATRICIA KELLEN DE SOUSA	16524	24/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
66º	ANDRESSA DE SOUZA DAMARIO DA SILVA	16526	24/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
73º	DERONI DOS SANTOS	16531	25/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
01º	FABIANA ZULIAN	16532	29/07/2024	3.713,41	NUTRICIONISTA	HOSPITAL DE RETAGUARDA
02º	ROMILDA FRANCISCO	16534	29/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
79º	HELLEN STEFANY BUENO DE OLIVEIRA	16547	31/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	HOSPITAL DE RETAGUARDA
04º	BRUNA LUZIA SASSO	16538	30/07/2024	4.123,09	ENFERMEIRO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA
64º	ANA PAULA MAIA DA SILVA	16517	19/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FROTA MUNICIPAL DE CASCAVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS PARA O CONSAMU – EDITAL DE ABERTURA Nº 100/2024 DE 20/05/2024 INSCRIÇÕES NO PERÍODO DE 21/05/2024 A 04/06/2024.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	DATA DA ADMISSÃO	SALÁRIO R$	CARGO	LOCALIZAÇÃO
05º	AUGUSTO ALVES DE ALMEIDA NETO	16491	06/07/2024	2.097,00	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU GUARANIAÇU
03º	LUCIANO ELDER MORETO	16492	06/07/2024	2.097,00	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU GUARANIAÇU
08º	TIAGO JOSE BELEGANTE	16536	27/07/2024	2.097,00	MOTORISTA SOCORRISTA	SAMU GUARANIAÇU
03º	DENISE CRISTINA BRAGA NOGUEIRA ADRIANO	16535	24/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SAMU TERRA ROXA
05º	IRONI MENDES DA ROSA	16484	02/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
04º	LEONICE JOSE DE AQUINO	16485	03/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
11º	SHIRLEY LIRIANE DOS SANTOS	16488	07/07/2024	2.097,00	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	UPA TOLEDO
01º	FABRICIO DIAS DOS SANTOS	16487	04/07/2024	3.804,76	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA
03º	FLAVIA BARBOSA	16506	13/07/2024	3.804,76	FARMACÊUTICO	HOSPITAL DE CAFELÂNDIA

Cascavel – PR, 16 de agosto de 2024.

DANIEL HENRIQUE BRAGGIO
Setor de Recursos Humanos

MARCIANO SCHMITT
Diretor Administrativo

JOÃO GABRIEL AVANCI
Diretor Geral

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:1A9DDF70

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE DO CONTRATO – Nº 064/2021- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU
CONTRATADA: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
OBJETO: Pelo presente termo aditivo concede-se reajuste de aproximadamente 4,623640 % com base no índice IPCA/IBGE, conforme cláusula sexta do contrato ora mencionado. O valor total do reajuste será de R$ 9.000,00 (nove mil reais) ficando o valor total do Contrato em R$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais).

LOTE	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	REAJUSTE %	NOVO VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R$)
01	60.000	M³	OXIGENIO MEDICINAL COM PUREZA IGUAL OU SUPERIOR A 99,5% - LÍQUIDO	R$ 3,21	4,623640 %	3,36	201.600,00

FIRMADO EM: 09 de agosto de 2024.

PROC. ADMINISTRATIVO: 511/2024.

ASSINATURAS: Leonir Antunes dos Santos
João Gabriel Avanci
Luciano Garrido

Publicado por:
Cristiane Rosa Riberio
Código Identificador:2E13DD18

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2024 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU EDITAL Nº 173/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 165/2024, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
01º	144/2024	Francisca Silva Souza	Assistente Social	Cafelândia
01º	273/2024	Caroline Barbosa Fernandes	Farmacêutico	Cafelândia
01º	107/2024	Fernanda Da Cunha Marquez	Técnico em Enfermagem	Assis Chateaubriand
001º	106/2024	Marisete Teresinha Michelon	Técnico em Enfermagem	Cascavel
002º	192/2024	Lucia Da Cruz Cardoso	Técnico em Enfermagem	Cascavel
003º	162/2024	Eliane Barbosa Da Silva	Técnico em Enfermagem	Cascavel
004º	379/2024	Cleunice Alves Martins	Técnico em Enfermagem	Cascavel
005º	344/2024	Silvia Cristina Leindecker	Técnico em Enfermagem	Cascavel
006º	207/2024	Elisandra Simão Hudziak	Técnico em Enfermagem	Cascavel
007º	095/2024	Carla Pereira Da Silva	Técnico em Enfermagem	Cascavel
008º	025/2024	Dayse Regina Alencar Da Silva	Técnico em Enfermagem	Cascavel
009º	336/2024	Silas Luz De Santana	Técnico em Enfermagem	Cascavel
010º	161/2024	Michele Gabriela Bencke	Técnico em Enfermagem	Cascavel
011º	108/2024	Fernanda Da Cunha Marquez	Técnico em Enfermagem	Cascavel
012º	142/2024	Giuvana Silva Do Nascimento	Técnico em Enfermagem	Cascavel
013º	046/2024	Sabrina De Almeida Do Prado	Técnico em Enfermagem	Cascavel
014º	257/2024	Roseli De Souza Costa	Técnico em Enfermagem	Cascavel
015º	333/2024	Clarice De Fatima Maciel Pruzak	Técnico em Enfermagem	Cascavel
016º	139/2024	Pamella Martins De Macedo*	Técnico em Enfermagem	Cascavel
017º	289/2024	Thainara Cristina Dos Santos	Técnico em Enfermagem	Cascavel
018º	260/2024	Sidneia Maria Jose Canguçu	Técnico em Enfermagem	Cascavel
019º	091/2024	Zelita Garcia Pacheco	Técnico em Enfermagem	Cascavel
01º	112/2024	Leonice Rocha Cezimbra Rosa	Técnico em Enfermagem	Vera Cruz do Oeste
01º	005/2024	Leticia Candido Rosar	Técnico em Farmácia	Cascavel
02º	147/2024	Romilda Rodrigues Dos Santos	Técnico em Farmácia	Cascavel
03º	356/2024	Josiane Cristina Pereira	Técnico em Farmácia	Cascavel
04º	034/2024	Priscila Gonçalves Do Rosario	Técnico em Farmácia	Cascavel
05º	176/2024	Silvana Caldeira	Técnico em Farmácia	Cascavel

**Candidato portador de deficiência*
3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Carteira de Trabalho; PIS/PASEP acompanhado de Declaração de PIS ativo (frente e verso);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;

- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila.

Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:1134124B

PROJUR

DECRETO Nº 322/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2023 E ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o memorando online sob o nº 007/2024,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados devido as solicitações por Processo Digital - PD conforme especificados:

Numero	Credor	Valor	Memo/PD
20175/2023	A APARECIDO PEREIRA - SERVIÇOS - ME	705,12	PD
17829/2023	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGANICOS E NATURAIS DE GUAIRA/ PR	15,98	PD
21517/2023	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGANICOS E NATURAIS DE GUAIRA/ PR	1.470,84	PD
9811/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	378,40	490/2021
9812/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	398,00	490/2021
9814/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	74,80	490/2021
9815/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	398,00	490/2021
10603/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	472,80	490/2021
10604/2023	BRUNA BEATRIZ DA SILVA LOPES	517,60	490/2021
17873/2023	C F L COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	38,12	PD
19601/2023	CAUNETO COMBUSTIVEIS LTDA	1.983,95	1103/2021
19717/2023	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	252,38	PD
9959/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	39,90	PD
10605/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	269,40	490/2021
10606/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	39,90	490/2021
12110/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	239,40	490/2021
12114/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	798,20	490/2021
12116/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	499,00	490/2021
12118/2023	FRONTEIRA CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	339,20	490/2021
17714/2023	G R DISTRIBUIDORA LTDA	33,45	PD
21670/2023	IMPERIAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	5,53	PD
21576/2023	INAREJA & PASCUA LTDA ME	0,13	SOBRA DE SALDO
19553/2023	LIQUI GUAIRA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	13.529,80	PD
11919/2023	M L MOROGINSKI LTDA	120,00	PD
13392/2023	MEDICSEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	148,40	PD
13944/2023	MEDICSEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA	371,10	PD
17377/2023	MILTON MARIANO DA COSTA ME	472,20	PD
13886/2023	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	799,80	PD
16009/2023	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	200,40	PD
16135/2023	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	7.542,03	PD
17882/2023	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	638,00	PD
21362/2023	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	472,69	PD
20018/2023	ORLANDO SILVIO BADUINO	193,50	PD
21523/2023	PAPELARIA SOL LTDA	69,12	PD
22425/2023	PAPELARIA SOL LTDA	72,00	PD
10608/2023	SERRANO, PAGLIA E CIA LTDA (TERMO DE SUPRESSÃO 006/2023)	141.995,63	MEMO- 856/2022
19883/2023	SERRANO, PAGLIA E CIA LTDA (TERMO DE SUPRESSÃO 006/2023)	4.995,13	MEMO- 856/2022
8428/2023	TRACE TECNOLOGIA E GESTÃO DE FROTA LTDA	103,12	PD
8425/2023	TRACE TECNOLOGIA E GESTÃO DE FROTA LTDA	77,34	PD
TOTAL		**180.770,36**	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:115F02C5

PROJUR

DECRETO Nº 324/2024 DATA: 16.08.2024 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 560.580,00 (QUINHENTOS E SESSENTA MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS) ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE IGUAL VALOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 5º, da Lei Orçamentaria Anual nº 2.323 de 07/12/2023, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 007/2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 560.580,00 (quinhentos e sessenta mil quinhentos e oitenta reais), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação			
Unidade: 1 - Diretoria de Sistema de Informação			
Ação: 2013 - Manutenção das Atividades de Sistema de Informação			
Funcional: 0004.0126.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
147	3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	505	107.080,00
Unidade: 3 - Diretoria de Assistência e Suporte Técnico			
Ação: 2015 - Manutenção das Atividades de Assistência e Suporte Técnico			
Funcional: 0004.0126.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
172	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	15.000,00
175	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	100.000,00
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal			
Ação: 2020 - Manutenção das Atividades de Pessoal			
Funcional: 0004.0122.0015			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
270	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	129.000,00
266	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	24.500,00
Unidade: 2 - Diretoria de Material e Patrimônio			
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades do Material e Patrimônio			
Funcional: 0004.0122.0016			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
284	3339030000000000000 - Material de consumo	505	8.000,00
287	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	12.000,00
289	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	10.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego			
Unidade: 1 - Diretoria de Industria e Comercio			
Ação: 1023 - Obras de Incentivos Executadas pela Industria e Comercio			
Funcional: 0022.0661.0047			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1726	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	10.000,00
Ação: 2080 - Manutenção das Atividades da Industria			
Funcional: 0022.0661.0047			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1732	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	5.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Pesca e Aquicultura			
Ação: 2084 - Manutenção das Atividades da Aquicultura e Pesca			
Funcional: 0020.0606.0051			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1798	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	140.000,00
TOTAL			**560.580,00**

Art. 2° Os recursos necessários à execução do contido no Art. 1° deste decreto decorrerão da anulação orçamentária, a saber:

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação			
Unidade: 1 - Diretoria de Sistema de Informação			
Ação: 2013 - Manutenção das Atividades de Sistema de Informação			
Funcional: 0004.0126.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
144	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	5.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados			
Ação: 2014 - Manutenção das Atividades de Infraestrutura de Rede e Dados			
Funcional: 0004.0126.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
158	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	5.000,00
159	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	100.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Inovação			
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades de Projetos, Desenvolvimento e Inovação			
Funcional: 0004.0126.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
184	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	5.000,00
186	3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	505	15.000,00
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			

Ação: 2017 - Manutenção das Atividades do Planejamento			
Funcional: 0004.0127.0013			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
197	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	92.080,00
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal			
Ação: 2020 - Manutenção das Atividades de Pessoal			
Funcional: 0004.0122.0015			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
260	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	0	4.500,00
268	3339046000000000000 - Auxílio-alimentação	0	10.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Material e Patrimônio			
Ação: 1004 - Aquisição de bens de Material e Patrimônio			
Funcional: 0004.0122.0016			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
274	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	30.000,00
277	3449061000000000000 - Aquisição de imóveis	505	99.000,00
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades do Material e Patrimônio			
Funcional: 0004.0122.0016			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
286	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0	5.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Frotas			
Ação: 2023 - Manutenção das Atividades do Frotas			
Funcional: 0004.0122.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
302	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	30.000,00
295	3339030000000000000 - Material de consumo	0	5.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego			
Unidade: 1 - Diretoria de Industria e Comercio			
Ação: 2080 - Manutenção das Atividades da Industria			
Funcional: 0022.0661.0047			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1737	3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	505	25.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Pesca e Aquicultura			
Ação: 2084 - Manutenção das Atividades da Aquicultura e Pesca			
Funcional: 0020.0606.0051			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1791	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	130.000,00
TOTAL			**560.580,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3EAD78B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 36/2024 DE 08/08/2024

DECRETO Nº 36/2024 DE 08/08/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 7.422.082,03 (Sete milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitenta e dois reais e três centavos

O Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, usando de suas legais e com base na Lei nº 852/2023.
DECRETA
Artigo 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de Itaperuçu para o exercício de 2024, um Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 7.422.082,03 (Sete milhões,quatrocentos e vinte e dois mil, oitenta e dois reais e três centavos), conforme especificado

3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	3.300,00
3.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
561 1057	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art 5º, Inciso V, EC nº 123/202	
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	7.566,43
3.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
580 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	1.178.019,69
5.001	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	
15.451.0004.1001	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
971 613	Operações de Crédito Internas - FINISA	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	844.768,11

5.001	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	
15.451.0004.1001	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
975 890	Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	96.958,46
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1100 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	11.963,71
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1110 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	10.594,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1120 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	9.286,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1160 511	Taxas - Prestação de Serviços	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	288.681,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1170 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	160.000,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
1280 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	160.000,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
1281 501	Receita de Alienações de Ativos	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	25.000,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1440 104	Demais impostos Vinculados a Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	214.133,97
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0010.2026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL -FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1650 101	Fundeb 60%	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	42.724,26
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0010.2026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL -FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1670 101	Fundeb 60%	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	58.300,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0010.2027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1750 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	16.387,22
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2010 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	17.774,92
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2010 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	201.589,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2042 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	53.000,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2040 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	85.311,18
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2100 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2120 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	

7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	60.231,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2130 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.061,49
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2130 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	67.290,23
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2131 494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	16.800,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2150 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	21.915,50
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2150 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	30.901,21
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2150 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	50.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2170 495	Atenção Básica	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	242.724,85
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2171 49412	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-EMENDAS	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	17.564,05
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2171 49412	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-EMENDAS	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	175.597,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2190 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	26.395,95
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2251 49412	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-EMENDAS	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	536,62
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2251 49412	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde-EMENDAS	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	120.600,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2330 500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	543.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2330 500	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	33.260,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2034	MANUTENÇÃO DO CREAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2411 897	FMAS - ALIMENTAÇÃO E COBERTORES DE INVERNO	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	9.832,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2575 887	INC BE E PSB	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.960,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2574 889	SIGTV411125820230002GND3	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.299,10
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

2600 799	PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	261.801,72
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2621 835	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	721,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2035	MANUTENÇÃO DO CRAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2631 934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	13.285,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2036	MANUTENÇÃO DA CASA LAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2700 773	FEAS PPAS IV - CASA LAR	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	100.000,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2791 896	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	355,81
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2873 892	PR VIAJA MAIS 60 - VIAGENS IDOSOS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.115,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2873 892	PR VIAJA MAIS 60 - VIAGENS IDOSOS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.629,19
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2874 934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	12.000,00
8.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011.2037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2941 894	PARQUE ACE CCA COM DEFICI	
9	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIME	1.985.200,00
9.002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
20.608.0006.2043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3152 836	Convenio 942968/2023 - Aquisição de 2 caminhões e 01 escavadeira	
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	70.090,36
10.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27.812.0008.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3281 613	Operações de Crédito Internas - FINISA	
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	15.000,00
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.0009.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3540 0	Recursos Ordinários (Livres)	
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	5.062,43
14.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.782.0016.2053	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3701 512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	11.494,57
14.002	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.782.0016.2053	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3701 512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	
TOTA L		**7.422.082,03**

Artigo 2º - Para atender o crédito que trata o artigo primeiro, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação no valor de R$ 5.486.686,56, o superavit financeiro no valor de R$ 1.369.116,25 e a anulação parcial no valor de R$ 566.279,22 das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	10.594,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1110 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	48.700,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1140 511	Taxas - Prestação de Serviços	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	239.981,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1190 0	Recursos Ordinários (Livres)	
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	9.286,00
5.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	

15.452.0004.2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1210 511	Taxas - Prestação de Serviços	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	50.000,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2023	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1340 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	25.000,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2024	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1540 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
6	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	8.300,00
6.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0010.2027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1790 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13.000,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1990 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	68.387,22
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	
2020 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- P JURIDICA	
2050 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.000,00
7.002	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
10.302.0012.2031	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPERUÇU	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2060 496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	25.000,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2080 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12.400,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	
2190 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	15.231,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2210 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4.400,00
7.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2032	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2240 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	15.000,00
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.0009.2050	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	
3550 0	Recursos Ordinários (Livres)	
TOTAL		**566.279,22**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2024, revogadas às disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaperuçu, em 08 de agosto de 2024.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Filter Leal
Código Identificador:B154F630

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2024 (PD 18519/2024).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.603/2023, DE 04.01.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: SRA. JOSÉLI VEIGA, CPF Nº 068.644.379-90.
OBJETO: FICA RETIFICADO **A CARGA HORÁRIA CONSTANTE NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 1.2 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2024:**
ONDE LÊ-SE:
1.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
ITEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR P/HORA TRABALHADA (R$)	VALOR TOTAL (R$)
07	PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINA DE **PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA** NO PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA. CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS **DESCRIÇÃO DA OFICINA** DESENVOLVER ATIVIDADES LÚDICAS CONTEMPLANDO AS HABILIDADES DE ORALIDADE, ESCRITA, LEITURA, INTERPRETAÇÃO E GRAMÁTICA DE DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS; DISCUTIR E REFLETIR SOBRE ASPECTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA UTILIZANDO ATIVIDADES INERENTES À FAIXA ETÁRIA DE 4 A 11 ANOS. **LOCAL:** **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO NOSSA SENHORA DE LOURDES**	**(HORAS)**	**820**	**R$ 22,32**	**R$ 18.302,40**

LEIA-SE:
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
ITEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR P/HORA TRABALHADA (R$)	VALOR TOTAL (R$)
07	PROFISSIONAL PARA MINISTRAR OFICINA DE**PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA** NO PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA. CARGA HORÁRIA: ***20 HORAS SEMANAIS*** **DESCRIÇÃO DA OFICINA** DESENVOLVER ATIVIDADES LÚDICAS CONTEMPLANDO AS HABILIDADES DE ORALIDADE, ESCRITA, LEITURA, INTERPRETAÇÃO E GRAMÁTICA DE DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS; DISCUTIR E REFLETIR SOBRE ASPECTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA UTILIZANDO ATIVIDADES INERENTES À FAIXA ETÁRIA DE 4 A 11 ANOS. **LOCAL:** **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO NOSSA SENHORA DE LOURDES**	**(HORAS)**	**820**	**R$ 22,32**	**R$ 18.302,40**

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/08/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:88486508

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 274/2024 - DIARIAS JULHO.24

CNPJ – 95.684.536/0001-80
RUA PERNAMBUCO S/N – 85.275-000 – CENTRO
FONES (42)3645-1149
PORTARIA 274/2024

SÚMULA Dá publicidade a Diárias concedidas a servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na Lei Municipal n. º 26/2017 de 11 de novembro de 2017 e 16/2019 26 de agosto de 2019 - Resolve:
Art. 1º – Dar publicidade as Diárias concedidas a servidores municipais com referência ao mês de JULHO de 2024, relacionadas abaixo:

Número do Requerimento	01	
Secretaria Responsável	Administração	
Secretaria Responsável	Marli Ferreira Kriger	Auxiliar administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Ir até o instituto de identificação fazer a retirada dos RGS que se encontram prontos para entregas das pessoas deste município.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:30
Número do Requerimento	02	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Thayne Eliara do Nascimento	Dentista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião saúde bucal.	
Número Diárias/Valor	1	129,00

Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Número do Requerimento	03	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	22:30
Número do Requerimento	04	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	20:15
Número do Requerimento	05	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital OUPPECAN.	
Número Diárias/Valor	1	109,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	19:>30
Número do Requerimento	06	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	21:20
Número do Requerimento	07	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:15
Número do Requerimento	08	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2024	01/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar dentista para reunião na faculdade de Guairacá.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Número do Requerimento	09	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário	04:00	18:30
Retorno		
Número do Requerimento	10	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e clínica gênesis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:15
Número do Requerimento	11	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:20
Número do Requerimento	12	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	21:00
Número do Requerimento	13	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Laranjeiras do Sul-Pr	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SAVEIRO	BBU-7826
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	17:50
Número do Requerimento	14	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Campo Mourão-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Campo Mourão.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	12:00
Número do Requerimento	15	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis e clínica.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Número do Requerimento	16	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no hospital dos olhos.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	13:00
Número do Requerimento	17	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:00
Número do Requerimento	18	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante para avaliação no Hospital são Vicente de Paula pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	09:20	15:40
Número do Requerimento	19	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2024	02/07/2024
Destino	Ubiratã-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas fazer perícia.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	BAH-8F93	
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	16:30
Número do Requerimento	20	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Samara Fernanda Rodrigues Santos	Psicóloga
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião Cidade dos Lagos regularização de lotes urbanos. COAPAR.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Número do Requerimento	21	
Secretaria Responsável	Planejamento	
Nome Servidor/Função	Elzio Miguel da Costa	Secretário de planejamento e políticas públicas
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião regularização fundiária em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	22	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024

Destino	Laranjeiras do sul-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas para fazer perícia.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	BAH-8F93	
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	16:25
Número do Requerimento	23	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/valor	1	66,00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	24	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edilson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Ubiratã-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	13:00
Número do Requerimento	25	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline de Souza Pinto	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/06/2024	28/06/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Treinamento monitoramento rápido vacinação.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Número do Requerimento	26	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:30
Número do Requerimento	27	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento cirúrgico em Guarapuava no hospital regional.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	AYU-1524
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	21:30
Número do Requerimento	28	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:40
Número do Requerimento	29	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	12:30	17:00
Número do Requerimento	30	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	17:30
Número do Requerimento	31	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2024	03/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer quimioterapia.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	14:00
Número do Requerimento	32	
Secretaria Responsável	Secretária especial gabinete	
Nome Servidor/Função	Matheus Augusto Lopes Schon	Sec. Especial do gabinete

Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião regularização fundiária.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	33	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Ubiratã-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas na caixa econômica.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BAH-8F93
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	16:45
Número do Requerimento	34	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Adilso Galvão dos Santos	Auxiliar administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Prestação de serviço semanal no departamento de trânsito 48º CIRETRAN de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	L 200	AXR-8E24
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Número do Requerimento	35	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente “FR” para consulta no cis, levar paciente “TM” para procedimento médico na clínica HB.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:30
Número do Requerimento	36	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis, clínicas e hospital.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Número do Requerimento	37	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e no hospital são Vicente Paula em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Número do Requerimento	38	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no AME.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Número do Requerimento	39	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:00
Número do Requerimento	40	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para tirar RAIO-X.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	19:40
Número do Requerimento	41	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Laranjeiras do Sul-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,000
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:00
Número do Requerimento	42	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes “AM” e “CS” para procedimento médico no rocio	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	16:30
Número do Requerimento	43	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edilson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	14:00
Número do Requerimento	44	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Daiane de Oliveira	Secretária de saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de Wokshop em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Número do Requerimento	45	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de reunião e buscar vacina.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Número do Requerimento	46	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Karina Nogueira dos Passos	Nutricionista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de workshop hipertensas e diabetes.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:10
Número do Requerimento	47	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar alta hospitalar no Ceonc.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	18:20
Número do Requerimento	48	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	NestorAparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:40
Número do Requerimento	49	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no hospital são Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	21:00
Número do Requerimento	50	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta no hospital regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:09
Número do Requerimento	51	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis e clínica.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Número do Requerimento	52	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00

Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Número do Requerimento	53	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e nas clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:30
Número do Requerimento	54	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente em Curitiba para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	18:10
Número do Requerimento	55	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2024	05/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no hospital são Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	19:00
Número do Requerimento	56	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Larissa Barbosa de Oliveira	Médica
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2024	04/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de capacitação em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Número do Requerimento	57	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edilson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2024	06/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BDG-8G99
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	16:30
Número do Requerimento	58	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2024	06/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no hospital são Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	13:00
Número do Requerimento	59	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	VanjaAparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2024	06/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante (J.M) para hospital são Vicente de Paula Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	12:45
Número do Requerimento	60	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2024	06/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	20:00
Número do Requerimento	61	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2024	07/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar troca de acompanhante no hospital são Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00

Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	19:30	23:30
Número do Requerimento	62	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amrein Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2024	07/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no hospital são Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	14:20
Número do Requerimento	63	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	NestorAparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2024	07/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	15:40
Número do Requerimento	64	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BAH-8F93
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	06:30
Número do Requerimento	65	
Secretaria Responsável	Detran	
Nome Servidor/Função	Adilson Gomes	Auxiliar administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Prestação de serviço no departamento de trânsito 48º CIRETRAN de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	L 200	AXR-8E24
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Número do Requerimento	66	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BDG-8G99
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	16:20
Número do Requerimento	67	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo/	Levar paciente no Hospital das Clínicas e Evangélico e Hospital dos olhos.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	00:50	21:40
Número do Requerimento	68	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	11:30	15:10
Número do Requerimento	69	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em	Pitanga no Hospital São Vicente.
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	21:00
Número do Requerimento	70	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:15
Número do Requerimento	71	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2024	08/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis.	

Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:45
Número do Requerimento	72	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BAH-8F93
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	01:00
Número do Requerimento	73	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Número do Requerimento	74	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis em pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Número do Requerimento	75	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente que recebeu alta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	13:25	17:00
Número do Requerimento	76	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amerim Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes em Cascavel no CEONC e CISOP.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	13:38
Número do Requerimento	77	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	22:00
Número do Requerimento	78	
Secretaria Responsável	saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital Erasto.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	15:30
Número do Requerimento	79	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2024	09/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:30’
Número do Requerimento	80	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Gabriela Farias Rodrigues	Psicóloga
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Reunião Amocentro- representando secretária municipal de educação.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	CARRO PROPRIO	
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Número do Requerimento	81	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico na clínica cárdio plus.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:02
Número do Requerimento	82	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/0/2024	10/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:00
Número do Requerimento	83	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MICRO	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:40
Número do Requerimento	84	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amreim Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar em Guarapuava a secretária de saúde e a (M) em reunião da 0área da saúde.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:20
Número do Requerimento	85	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de reunião Pro Gestão.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:20
Número do Requerimento	86	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:05
Número do Requerimento	87	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico em cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	04:40	16:45
Número do Requerimento	88	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Daiane de Oliveira	Secretária de saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2024	10/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de capacitação de pro gestão	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	89	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Silmara Antônia de Mato	Administrativa
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Curso Siget (gestão do transporte escolar)	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BCH-9B01
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	19:00

Número do Requerimento	90	
Secretaria Responsável	Rodoviário	
Nome Servidor/Função	João Itamar Borges	Mecânico
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarpuava-PR	
Objetivo	Manutenção na estradado veículo da prefeitura.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BCH-9B01
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	05:40
Número do Requerimento	91	
Secretaria Responsável	Detran	

Nome Servidor/Função	Adilso Galvão dos Santos	Auxiliar administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Prestação de serviço semanal no departamento de trânsito 48º CIRETRAN de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	AUX-3783
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:00
Número do Requerimento	92	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:40
Número do Requerimento	93	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Daiane de Oliveira	Secretária de saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de reunião RT Regional reunião grupo de trabalho RVE.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:00
Número do Requerimento	94	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:00
Número do Requerimento	95	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	21:50
Número do Requerimento	96	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Número do Requerimento	97	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2024	11/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:20
Número do Requerimento	98	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas para fazer perícia.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BAH-8F93
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	16:20
Número do Requerimento	99	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveiro	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	16:42
Número do Requerimento	100	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar vacinas.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	20:00
Número do Requerimento	101	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital Regional.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	20:38
Número do Requerimento	102	
Secretaria Responsável	saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amerin Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes em Campo Largo no Hospital dos olhos para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:00
Número do Requerimento	103	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pitanga no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:00
Número do Requerimento	104	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:10
Número do Requerimento	105	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:30
Número do Requerimento	106	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2024	12/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	10:10	15:10
Número do Requerimento	107	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2024	13/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:50
Número do Requerimento	108	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2024	13/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	21:00
Número do Requerimento	109	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2024	13/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital São Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	18:00
Número do Requerimento	110	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2024	13/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Guarapuava no Instituto Virmond.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:30

Número do Requerimento	111	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2024	13/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta Hospital Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	07:15	10:45
Número do Requerimento	112	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2024	14/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	13:12	16:35
Número do Requerimento	113	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2024	14/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente gestante para procedimento médico em Guarapuava no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	17:20	23:00
Número do Requerimento	114	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar transporte de pessoas para perícia.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		PBY-6B47
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	11:20
Número do Requerimento	115	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	José Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2024	14/07/2024
Destino	Campo Mourão-PR	
Objetivo	Levar alunos da apê nos jogos.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BCU-9B01
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	21:00
Número do Requerimento	116	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Campo Mourão-PR	
Objetivo	Levar pacientes no INSS previdência social.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:30
Número do Requerimento	117	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:40
Número do Requerimento	118	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Número do Requerimento	119	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital Santa Teresa.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	16:10	23:38
Número do Requerimento	120	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Guarapuava no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743

Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	21:30
Número do Requerimento	121	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer quimioterapia.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	21:00
Número do Requerimento	122	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no hospital são Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	11:30	18:20
Número do Requerimento	123	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecidos dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Número do Requerimento	124	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:20
Número do Requerimento	125	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2024	15/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	18:00
Número do Requerimento	126	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar transporte de pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BAH-8F93
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	01:00
Número do Requerimento	127	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência de pitanga para Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:00
Número do Requerimento	128	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	VanjaAparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar transferência de paciente (A.F) do Hospital São Vicente de Paula Pitanga para Hospital Virmond.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:30
Número do Requerimento	129	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:20
Número do Requerimento	130	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar paciente e trazer alta de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:40
Número do Requerimento	131	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital do Rocio Campo Largo, Hospital dos Olhos do Paraná.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:00
Número do Requerimento	132	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante de emergência.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	10:20	16:10
Número do Requerimento	133	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amreim Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente no Hospital	CEONC de Cascavel.
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	18:30
Número do Requerimento	134	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	20:000
Número do Requerimento	135	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	16/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:00
Número do Requerimento	136	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Daiane de Oliveira	Secretária de saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2024	19/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Participar de reunião consórcio Paraná Saúde, reunião Cresems e reunião CIB.	
Número Diárias/Valor	4	2.581,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	
Número do Requerimento	137	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes (J.L.A) e (N.S) para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	10:00
Número do Requerimento	138	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Curitiba	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	23:40
Número do Requerimento	139	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para realizar consulta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	ABM-3H38
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:40
Número do Requerimento	140	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar gestante no Hospital Virmond.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	07:40	13:15
Número do Requerimento	141	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Cascavel-Pr	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:30
Número do Requerimento	142	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:30
Número do Requerimento	143	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Guarapuava no Hospiotal.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:00
Número do Requerimento	144	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:25
Número do Requerimento	145	
Secretaria Responsável	saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar “C” para reunião e “C’para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:47
Número do Requerimento	146	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (A.S) particular para hospital são Vicente de Paula Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:00
Número do Requerimento	147	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante para o hospital Instituto Virmond.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	07:40	13:30
Número do Requerimento	148	
Secretaria Responsável	Assistência Social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Maringá-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas fazer perícia.	
Número Diárias/Valor	1	242,00
Veículo/Placa		BBJ-9904
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	18:20
Número do Requerimento	149	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Horário Saída/ Horário Retorno	11:30	17:10
Número do Requerimento	150	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Karina Nogueira dos Passos Poleto	Nutricionista

Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de Workshop planifica SUS.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	151	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar gestante para consulta no hospital Santa Teresa.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	17:00
Número do Requerimento	152	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consultas no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:30
Número do Requerimento	153	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Lidianópolis-PR	
Objetivo	Levar paciente em Ivaiporã para consulta e buscar alta em Lidianópolis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	20:10
Número do Requerimento	154	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amrein Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:50
Número do Requerimento	155	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Buscar paciente e secretária.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	18:50
Número do Requerimento	156	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	16:00
Número do Requerimento	157	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no Hospital São Vicente e no cis em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	SPIM	BCE-5743
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:41
Número do Requerimento	158	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:30
Número do Requerimento	159	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Larissa Barbosa de Olivera	Médica
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de capacitação	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:00
Número do Requerimento	160	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2024	18/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	02:00	21:30
Número do Requerimento	161	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Laranjeiras do Sula-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas na caixa e no inss.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Veículo/Placa		BBJ-9904
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	03:00
Número do Requerimento	162	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico e fazer Raio-X em Pitanga no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	21:00	00:03
Número do Requerimento	163	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:25
Número do Requerimento	164	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/204	19/07/2024
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no hospital dos olhos.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:40
Número do Requerimento	165	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Pitanga-PR	

Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	03:00
Número do Requerimento	166	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer exame.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	17:40
Número do Requerimento	167	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:30
Número do Requerimento	168	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:00
Número do Requerimento	169	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente que recebeu alta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944

Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:30
Número do Requerimento	170	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente em Cascavel para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	13:45
Número do Requerimento	171	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2004	20/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	GOL	BEX-4D18
Veículo/Placa	17:30	20:50
Número do Requerimento	172	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferir paciente M.R.P.S de são Vicente Pitanga para o São Vicente em Guarapuava com internamento do mesmo.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	AMBULANCIA	SDY-8G90
Veículo/Placa	09:40	16:00
Número do Requerimento	173	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Medianeira-PR	
Objetivo	Levar paciente para retorno no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	GOL	BEX-4D18
Veículo/Placa	04:30	17:00
Número do Requerimento	174	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:30	20:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	175	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:40
Veículo/Placa	MINI VAN	9H31
Número do Requerimento	176	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente em Guarapuava para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	15:30
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	177	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente em Cascavel para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:10	13:30
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	178	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente que recebeu alta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	13:20
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Número do Requerimento	179	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente de emergência.	
Número Diárias/Valor	1	66,00

Horário Saída/ Horário Retorno	10:40	13:05
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	180	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente V.L.P para hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	03:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	181	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	18:30
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	182	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Marli Ferreira Kriger	Auxiliar administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Ir até o instituto de identificação fazer a retirada dos RGS que se encontram prontos para entregas das pessoas deste município	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:30
Veículo/Placa	VAN	BCF-6847
Número do Requerimento	183	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente R.R para consulta no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	22:10
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	184	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para Pitanga para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:40	19:00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Número do Requerimento	185	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:45	22:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	186	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	20:00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	187	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amrein Ribas	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes em Guarapuava para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:10
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	188	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico com sintomas de dengue.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:40	13:20
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Número do Requerimento	189	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no AME, clínica Cassoli e Hospital São Vicente.	

Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Número do Requerimento	190	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise e trazer medicamentos.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	191	
Secretaria Responsável	saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:40
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Número do Requerimento	192	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente C.T.P para Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:30	21:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	193	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	VanjaAparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente A.R.N para o Hospital de Pitanga e buscar vacina para a mesma em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	23:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	194	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Veículo/Placa		ABM-3H38
Número do Requerimento	195	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pitanga no Hospital São Vicente e buscar vacina em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	23:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	196	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Daiane de Oliveira	Secretária de saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	22/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de reunião consórcio de saúde.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	197	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/22024	20/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	20:00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	198	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para retirar aparelho do coração na clínica zattar.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:44
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	199	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar enfermeiras para reunião.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	15:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	200	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	20:20
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	201	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis, clínica gêneses e clínica Cassoli.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:30
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Número do Requerimento	202	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no Hospital São Vicente de Paula para tirar RAIO- X.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:36
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	203	
Secretaria Responsável	saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2024	23/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes “CTO” para fazer exame na Clínica In Neuro.	
Número Diárias/Valor	1	410,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	13:00

Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	204	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Romário Luan Amrein Ribas	motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes no Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	19:01
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	205	
..Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:20
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	ABM-3H38
Número do Requerimento	206	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:50
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5743
Número do Requerimento	207	
Secretaria Responsável	Assistência social	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia Godoi	Chefe de divisão
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:20
Veículo/Placa		BBJ-9904
Número do Requerimento	208	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pessoa para fazer troca de acompanhante.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:30	19:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	209	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Aline de Souza Pinto	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Reunião mortalidade materna 5º Regional de Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	19:00
Veículo/Placa	GOL	HBW-3D39
Número do Requerimento	210	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no AME, clínica Genesis e clínica Cassoli.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Número do Requerimento	211	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:10
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	212	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	213	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento no Hospital Regional.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:30
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	214	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente J.M par consulta na clínica clire.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	18:30
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	215	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	15:30
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	216	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	transferência de paciente de Pitanga para Guarapuava no Hospital São Vicente Paula para Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	00:30
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	217	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência de paciente L.R.M.S de São Vicente de Paula Pitanga para Hospital Virmond Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:30	00:30
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	218	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2024	19/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente para internamento no Hospital São Vicente de Paula para fazer exame Diamax em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:15	17:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	219	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	VanjaAparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante J.L para o Hospital São Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	10:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	220	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2024	21/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (H.R) para o Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:15	13:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	221	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2024	20/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar gestante C.L para o Hospital São Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:30	20:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	222	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2024	23/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de reunião da 5º Regional.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	15:00
Veículo/Placa	GOL	HBW-3D39
Número do Requerimento	223	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	24/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar gestante para avaliação Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	10:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	224	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	19:00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	225	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente H.S para o Hospital São Vicente de Paula Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	21:30
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	226	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2024	25/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pinhas e trazer alta.	
Número Diárias/Valor	1	410,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:20	14:20
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	227	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médio no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	21:30
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	228	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente Z.D.A para avaliação médica.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:10	07:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89

Número do Requerimento	229	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:50	13:10
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	230	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no cis e na ótica rainha.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:32
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	231	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	19:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	232	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente em Campo Largo para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	14:10
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	233	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis e no AME.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Número do Requerimento	234	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Rosalvo de Ramos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	30/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar prefeito em evento com o governador R.J no palácio Iguaçu.	
Número Diárias/Valor	1	410,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	20:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	235	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Rosalvo de Ramos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2024	29/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar prefeito em evento com o governador R.J no palácio Iguaçu.	
Número Diárias/Valor	1	410,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	20:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	236	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Mototista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente (M) para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	20:40
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	237	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no AME, clínica Sectra e clínica Genesis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:30
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	238	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Ssntos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	18:50

Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	239	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital Regional Ivaiporã e levar o paciente para consulta no hospital de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	15:00
Veículo/Placa	LOGAN	BBP-2944
Número do Requerimento	240	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (R.M) e (R.L) para consulta no cis.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	18:30
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	241	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2024	26/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	16:20
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	242	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2024	27/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Fazer transferência de paciente (H.S.P.L) de Pitanga para Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	243	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2024	27/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	14:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	244	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2024	28/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital São Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:40	00:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	245	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2024	28/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para avaliação no Hospital São Vicente de Paula.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	20:20	23:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	246	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	VanjaAparecida dos Reis	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2024	28/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (E.M.C) para o Hospital São Vicente de Paula Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	20:20	23:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	247	
Secretaria Responsável	Executivo	
Nome Servidor/Função	Eduardo Mazzetti Dutra	Secretário executivo
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2024	30/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Participar da cerimônia de anúncio da reabertura da lionha de crédito “ fomento taxistas”.	
Número Diárias/Valor	3	1.855,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	20:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	248	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2024	25/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	20:00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	249	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2024	27/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:50
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	250	
Secretaria Responsável	Transporte	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia de Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Campo Mourão-PR	
Objetivo	Acompanhar manutenção de veículo da secretária de transporte.	
Número Diárias/Valor	1	242,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	13:00
Veículo/Placa	GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	251	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para realizar consulta.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	13:00
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	252	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferir paciente do Hospital são Vicente de Pitanga para o Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	253	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:00
Veículo/Placa	VAN	BCF-6I47
Número do Requerimento	254	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente em Cascavel para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:30
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	255	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	16:50
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	256	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para procedimento médico no Hospital das Clínicas e Hospital dos Olhos.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	16:00
Veículo/Placa	VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	257	
Secretaria Responsável	Transporte	
Nome Servidor/Função	Adalton Garcia de Godoi	Chefe de divisão de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar manutenção de veículo da secretária de transporte.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:00
Veículo/Placa	GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	258	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis e clínica e hospital em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	259	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis e na clínica sectra.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:55
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	260	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para internamento cirúrgico em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	21:30
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	261	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para fazer hemodiálise.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	21:00
Veículo/Placa	MINI VAN	BDX-9H31
Número do Requerimento	262	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Tec. Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2024	29/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferir paciente (E.M.C) de Hospital são Vicente de Paula Pitanga para Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	263	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido dos santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	21:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	264	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	João Carlos Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes para realizar consultas.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	02:00	22:00
Veículo/Placa	GOL	BEX-4D18
Número do Requerimento	265	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2024	30/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:40
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	266	
Secretaria Responsável	Transporte/ Rodoviário	
Nome Servidor/Função	Adriano Emiliano Waligura	Secretário municipal de transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2024	17/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar peças para manutenção de veículo.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	18:00
Veículo/Placa	GOL	BCU-9B01
Número do Requerimento	267	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar pacientes ‘AS’ e “PAS” para consulta no Hospital Rocio da Lagoa.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:30
Veículo/Placa	GOL	BEX-1E82
Número do Requerimento	268	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta em Pitanga no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	21:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	269	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no cis e clínicas.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:50
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	270	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes no AME em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	17:55
Veículo/Placa	SPIN	BCE-5H43
Número do Requerimento	271	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	103,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:40
Veículo/Placa	AMBULANCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	272	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar medicamentos.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	273	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta no hospital regional.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:30	21:55
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	274	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Raquel deAndrade Dutra	Farmacêutica
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar medicamentos na farmácia da 5º Regional em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:00
Veículo/Placa	GOL	BES-5F96
Número do Requerimento	275	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique dos Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente em Guarapuava para procedimento médico.	
Número Diárias/Valor	1	66,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:45
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	276	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2024	31/07/2024
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente B.D para consulta e internamento hospital são Vicente de pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	129,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:44	21:00
Veículo/Placa	AMBULANCIA	SDY-8G90

ART 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal, 31 de JULHO de 2024.

JOÃO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Collito
Código Identificador:828EDF3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 138.2024

Exercício:2024
Decreto nº 138/2024 de 02/08/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 89/2023 de 30/11/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 826.550,00 (oitocentos e vinte e seis mil quinhentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.006.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
03.006.04.122.0002.2.081.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
212 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
363 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.094.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
376 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
509 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
760 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.17.512.0017.1.019.		CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS	
898 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.17.512.0017.1.019.		CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS	
899 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.243.0021.5.001.		EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA	
2036 - 3.3.30.93.00.00	31825	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	550,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.243.0021.6.001.		MANUTENÇÃO DO PROJETO CASA LAR	
974 - 3.3.90.30.00.00	31941	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.046.		MANUTENçãO DA ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL	
1040 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	66.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.080.		CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1071 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.122.0025.2.052.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAúDE	
1173 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.1.035.		AQUSIÇÃO DE UM VEÍCULO PASSAGEIROS	
1187 - 4.4.90.52.00.00	01497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1224 - 3.3.90.30.00.00	31893	MATERIAL DE CONSUMO	130.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1233 - 3.3.90.39.00.00	01495	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
Total Suplementação:			**826.550,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.1.005.		REEQUIP. DA SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAçãO E OUTRAS UNIDADES	
321 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
353 - 3.3.90.32.00.00	01104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
361 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
475 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
695 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
812 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	85.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.242.0022.1.090.		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO APAE	
959 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.243.0021.5.001.		EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA	
961 - 3.3.30.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	550,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.243.0021.6.001.		MANUTENÇÃO DO PROJETO CASA LAR	
973 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.1.024.		REEQUIPAR UNIDADES ASSISTENCIAIS	
1011 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.1.073.		ADAPTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA PARA O CRAS	
1027 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.046.		MANUTENçãO DA ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL	
1036 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.046.		MANUTENçãO DA ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL	
1039 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL-STSS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.110.		SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
1111 - 3.1.90.11.00.00	31941	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.122.0025.2.052.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAúDE	
1174 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.1.026.		CONSTRUçãO E OU AMPLIAçãO DE POSTOS DE SAúDE	
1178 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.105.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃE PARANAENSE	
1411 - 3.3.90.30.00.00	31495	MATERIAL DE CONSUMO	304.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.1.028.		REEQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL	
1421 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1510 - 3.1.90.04.00.00	01000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1513 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
Total Redução:			**826.550,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 02 de agosto de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:FF272C85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2024 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2024 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2024-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: F A SOUZA - SOM

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para eventual presdtação de serviços de divulgação por carro de som, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Serviço Social, Esportes Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

LOTE ÚNICO - Valor do Lote: R$ 49.730,00 (quarenta e nove mil, setecentos e trinta reais).

Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E EVENTOS DO GOVERNO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SONORIZAÇÃO VOLANTE EM CARRO DE SOM APROPRIADO NAS VIAS PÚBLICAS, COM PRODUÇÃO DE TEXTOS E MOTORISTA INCLUSOS. NO CARRO DE SOM DEVE CONSTAR A SEGUINTE APARELHAGEM MÍNIMA: 04 ALTO FALANTES DE 12 POLEGADAS E 450 RMS, SENDO 01 NA PARTE DIANTEIRA, 01 NA PARTE TRASEIRA E 02 NAS LATERAIS (UM EM CADA LATERAL); 08 CORNETAS DE 250 RMS, SENDO 02 NA PARTE DIANTERIA, 02 NA PARTE TRASEIRA E 04 NAS LATERAIS (02 EM CADA LATERAL); 04 TWEETER PROFISSIONAL, SENDO 01 NA DIANTEIRA, 01 NA TRASEIRA E 02 NAS LATERAIS (UM EM CADA LATERAL) E DOIS MÓDULOS DE 5.000 RMS.	HORAS	1.000	49,73	49.730,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O objeto da presente licitação deverá ser efetuado, no prazo máximo de uma hora, devido ao andamento das fases da vacinação que requer constante atualização, dentre outros avisos que o Município julgar importante. Será de encargo da empresa contratada a gravação dos textos a serem divulgados e as demais despesas oriundas para a realização da execução dos serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 16 de agosto de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA
F A Souza – Som

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B585C753

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº011/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº011/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: ROSELI DA SILVA SOARES

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhora **ROSELI DA SILVA SOARES**,

brasileira, portadora do RG nº 14.863.467-0 SSP/PR e, inscrito no CPF nº 973.521.289-72, residente e domiciliada na Rua Sebastião Matias Leme, nº 49, na cidade de Loanda, Estado do Paraná doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº011/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº011/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº011/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº011/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 01/02/2025.

CLÁUSULA QUARTA:

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CARGO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA

Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados, sendo:

CLÁUSULA SEXTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ROSELI DA SILVA SOARES
Contratada

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:AE52D64C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº012/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº012/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhor **JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº 35.198.035-0 SSP/SP e, inscrito no CPF nº 238.406.298-02, residente e domiciliada na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 742, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº012/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº012/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº012/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº012/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 01/02/2025.

CLÁUSULA QUARTA:

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA
Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados, sendo:
CLÁUSULA SEXTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:633E629B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº041/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº041/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: MISAC RAMOS

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhor **MISAC RAMOS**, brasileiro, portador do RG nº 7.746.563-4 SESP/PR e, inscrito no CPF nº 026.014.139-99, residente e domiciliada na Rua Alcindo Guanabara, nº 145, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº041/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº041/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº041/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº041/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.
PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 01/03/2025.
CLÁUSULA QUARTA:
Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA
Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados.
CLÁUSULA SEXTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MISAC RAMOS
Contratada

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E1C5ED78

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº059/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº059/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: PAULO DOS SANTOS

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhor **PAULO DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº 7.636.643-8 SESP/PR e, inscrito no CPF nº 006.919.719-94, residente e domiciliada na Rua Ouro Fino, nº 25, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº059/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº059/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº059/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº059/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 20/03/2025.

CLÁUSULA QUARTA:
Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA
Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados.

CLÁUSULA SEXTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

PAULO DOS SANTOS
Contratada

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A5318D00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº060/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº060/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: WILLIAN EVERTON HOFMAN

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhor **WILLIAN EVERTON HOFMAN**, brasileiro, portador do RG nº 10.828.774-8 SESP/PR e, inscrito no CPF nº 068.762.459-26, residente e domiciliada na Rua Lisboa, nº 826, na cidade de Loanda, Estado do Paraná doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº060/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº060/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº060/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº060/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 20/03/2025.

CLÁUSULA QUARTA:

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA

Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados, sendo:

CLÁUSULA SEXTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- PR. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
WILLIAN EVERTON HOFMAN

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:918B2D0D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 CONTRATO Nº034/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº034/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº040/2023-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº002/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: IGOR GABRIEL BISPO VIEIRA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Senhor **IGOR GABRIEL BISPO VIEIRA**, brasileiro, portador do RG nº 10.265.333-5 SSP/PR e, inscrito no CPF nº 063.405.489-97, residente e domiciliada na Rua Taquaritinga, nº 126, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº034/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº034/2024-PML, objetivando Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de operário (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº034/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº034/2024-PML, prorrogando-o por mais 06 (seis) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 20/02/2025.

CLÁUSULA QUARTA:

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, o valor do aditivo permanecerá o mesmo já praticado em Contrato inicial conforme tabela abaixo:

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Operário (Serviços Gerais)	1.302,00	260,40	01	44 horas	06	1.562,40	9.374,40

CLÁUSULA QUINTA

Pela prorrogação do objeto ora credenciado o valor total do Contrato passará de R$9.374,40 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para R$18.748,80(dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pela prestação de mais 06 (seis) meses dos serviços credenciados, sendo:

CLÁUSULA SEXTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de agosto de 2.024

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

IGOR GABRIEL BISPO VIEIRA
Contratada

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:3153B4A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 142/2024, 16 DE AGOSTO DE 2024. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1.522/2023 de 27/06/2023.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 34.765,13 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e treze centavos) destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

SUPLEMENTAÇÕES

07		**Secretaria Municipal de Assistência Social**	
07.004		**Fundo Municipal de Assistência Social**	
07.004.08.244.0002.2.096		**Auxílio Cuidador**	
3.3.90.39.00.00 - 255	000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
07.006		**Fundo Municipal dos Direitos do Idoso**	
07.006.08.241.0002.2.085		**Manutenção de Centro de Convivência da 3ª Idade**	
3.3.90.30.00.00 - 309	900	Material de Consumo	3.910,13
3.3.90.32.00.00 - 310	900	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.910,13
3.3.90.39.00.00 - 311	900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.944,87
		Total da Suplementação	**34.765,13**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o provenientes da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

07		**Secretaria Municipal de Assistência Social**	
07.004		**Fundo Municipal de Assistência Social**	
07.004.08.244.0002.2.104		**Auxílio Leite Integral**	
3.3.90.32.00.00 - 259	000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.000,00
07.004.08.244.0002.2.113		**Auxílio Material de Construção**	
3.3.90.32.00.00 - 273	000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.000,00
		Total do Cancelamento	**20.000,00**

Artigo 3º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, das seguinte fonte de recurso.

900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB n. 1131/2011 c/c 13249-7	6.944,87
900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB n. 1131/2011 c/c 13249-7	7.820,26
Total do Excesso	**14.765,13**

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 16 de Agosto de 2024.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:DAD5A469

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 390 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE

Art. 1º Admitir as candidatas aprovadas no Processo Seletivo Público n.° 001/2023, mencionadas abaixo para exercerem as funções em caráter temporário, observada a ordem de classificação, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Auxiliar de Serviços Gerais

Nome	CPF	Admissão	Lotação
Dienefer Gabriele Kosloski dos Santos	111.902.829-92	09/08/2024	CMEI Construindo O Saber
Jaqueline Tostes de Miranda	116.971.699-70	02/08/2024	Escola Municipal Bom Jesus
Luaine Machado	123.343.299-08	02/08/2024	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Samira de Lima Aquino	136.157.489-56	08/08/2024	CMEI Construindo O Saber

Educador Infantil

Nome	CPF	Admissão	Lotação
Fabiana de Sousa Serqueira	075.270.139-82	13/08/2024	CMEI Caminhos da Esperança

Professor

Nome	CPF	Admissão	Lotação
Belenice Melo Barbosa Monteiro	355.116.598-00	08/08/2024	Escola Municipal Bom Jesus
Elisangela Vitoria Zepechouka	039.845.079-09	08/08/2024	Escola Municipal Alice Machado Ferreira
Jaqueline Goncalves da Silva	045.093.069-62	13/08/2024	Escola Municipal Nossa Senhora do Rocio
Jucicleide da Silva Ferreira Guedes	012.583.184-66	13/08/2024	Escola Municipal Bom Jesus

Art. 2º O contratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de agosto de 2024, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:C22C2922

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 28-2024

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão N° 28/2024

A Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 3952/2024 resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão n° 28/2024 referente à **Contratação de empresa para realização de serviços de pintura conforme termo de referência**, em favor das empresas conforme abaixo;

14.871.695 DENIVAL DE SIQUEIRA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Serviço de pintura de parede de alvenaria externas, altura entre 2,78 e 4,75m, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, raspagem da porção inferior de um metro próximo ao piso para remoção dos desprendimento, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes externos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo, Paredes externas do CRAS de Manfrinópolis em nível térreo.	M2	179,29	17,00	3.047,93
1	2	Serviço de pintura de parede de alvenaria externas, em segundo piso sobre laje ou telhado, altura mínima de 2,72m do chão e cota máxima de pintura até 4,75m de altura, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes externos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo. Paredes externas do CRAS de Manfrinópolis em nível do telhado e sobre esse.	M2	27,76	17,00	471,92
1	3	Serviço de pintura de parede de alvenaria internas térreas, altura até 2,92m, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, raspagem da porção inferior de um metro próximo ao piso para remoção dos desprendimento, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes internos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo. Paredes internas de pé direito simples do CRAS de Manfrinópolis em nível térreo.	M2	285,42	15,00	4.281,30
1	4	Serviço de pintura de parede de alvenaria internas térreas, altura até 4,9m, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, raspagem da porção inferior de um metro próximo ao piso para remoção dos desprendimento, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes internos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo. Paredes internas de pé direito duplo do CRAS de Manfrinópolis em nível térreo.	M2	268,81	15,00	4.032,15
1	5	Serviço de pintura de parede de alvenaria externas, altura entre 3,2 e 3,5m, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, raspagem da porção inferior de um metro próximo ao piso para remoção dos desprendimento, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes externos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo. Paredes externas da Sec. De Assistência Social de Manfrinópolis em nível térreo.	M2	98,23	16,00	1.571,68
1	6	Serviço de pintura de parede de alvenaria internas térreas, altura até 3m, sobre pintura antiga. Incluindo lixamento total da parede existente, raspagem dos materiais/tintas/massas soltas, raspagem da porção inferior de um metro próximo ao piso para remoção dos desprendimento, tratamento de rachaduras com massa adequada a ambientes internos. Seguido de realização de pintura com textura acrílica e posterior pintura com tinta acrílica semi-brilho externa, mínimo de duas demãos (realizar demãos até cobertura total), incluindo isolamento de bordas, janelas e demais itens. Paredes com vãos de janelas e portas, considerado apenas área de pintura, sem vãos. Com fornecimento de serviços e equipamentos para aplicação e preparo. Paredes internas da Sec. De Assistência Social de Manfrinópolis em nível térreo.	M2	130,19	18,00	2.343,42
TOTAL						15.748,40

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 28/2024 datada de 05/08/2024. A execução dos serviços objeto da presente licitação será de 3 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 16/08/2024.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:2C2A58A8

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 111/2024 - SADI WALTER

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 111/2024

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 111/2024**
LEI MUNICIPAL 626/2017	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	SADI WALTER	**MATR.**	**8551**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DEMANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** BEG-5F20
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
09/08/2024	09/08/2024	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTE PARA TRATAMENTO E CONSULTA FORA DOMINILIO	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	

Manfrinópolis – PR, 09 de agosto de 2024.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:86EB09C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1603 DE 20 DE JUNHO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1603/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.306,75 (três mil trezentos e seis reais e setenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
08	Secretaria Municipal de Assistência Social	
08.002.08.244.0100.2.054	Manutenção do Fundo da Assistência Social - Proteção Social Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
940	BLOCO DA GESTAO DE PROGRAMA BOLSA FAMILIA E	R$ 2.000,00
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.306,75
Total Suplementação:		R$ 3.306,75

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
08	Secretaria Municipal de Assistência Social	
08.002.08.244.0110.2.075	Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
940	BLOCO DA GESTAO DE PROGRAMA BOLSA FAMILIA E	R$ 2.000,00
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.306,75
Total Redução:		R$ 3.306,75

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	1.306,75	1.306,75
Total		1.306,75	1.306,75

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 20 de junho de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:698B5A14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1674 DE 09 DE AGOSTO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1674/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 52.432,84 (cinqüenta e dois mil quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
03	Procuradoria Geral do Município	
03.001.02.062.0040.2.006	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.000,00
05	Secretaria Municipal de Administração	
05.001.04.122.0040.2.012	Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.841,62
12	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
12.001.04.122.0014.2.086	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 33.591,22
Total Suplementação:		R$ 52.432,84

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
03	Procuradoria Geral do Município	
03.001.02.062.0040.2.006	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.000,00
05	Secretaria Municipal de Administração	
05.001.04.122.0040.2.013	Manutenção das Ações da defesa Civil	
3.2.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.841,62
12	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
12.001.04.122.0014.2.067	Manutenção e atividades da Festa Feira Agricola e Artesanal de Morretes	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 13.591,22
12.001.04.122.0014.2.086	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Total Redução:		R$ 52.432,84

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	42.591,22	42.591,22
Total 42.591,22			42.591,22

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 9 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FE8A64E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 28 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Consulta Popular/Diretores e Diretores Auxiliares/Gestão 2023-2025

EDITAL Nº 28 DE 16 DE AGOSTO DE 2024

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE do Município de Morretes – Estado do Paraná, **ADRIANA ASSUMPÇÃO** Portaria nº 06 de 04/01/2021, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO E CONSULTA POPULAR instituída pelo Decreto nº 695 de 11 de novembro de 2022 não expediu Edital contendo o resultado da Consulta Popular de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de

Ensino da Rede Municipal de Educação Básica de Morretes, gestão 2023-2025, em conformidade com o Decreto n° 610 de 12 de setembro de 2022, Decreto n° 722 de 25 de novembro de 2022 e o Edital n° 32/2022;

CONSIDERANDO o cumprimento das condicionalidades de melhoria de gestão (itens I, IV e V), conforme previsto na Lei nº 14.113/2020 — que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) — e na Resolução nº 01/2023, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF), **resolve,**

TORNAR PÚBLICO

O resultado da Consulta Popular de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica de Morretes, gestão 2023-2025.

Na data de 16 de dezembro de 2022, encerrado o processo de votação, procedeu-se à apuração dos votos, cujos resultados foram os seguintes:

1.1 Escola Municipal Prof.° Arlindo de Castro

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Fabiane do Rocio Valério Chagas			
Diretora Auxiliar	Lindamir Landucci das Neves	93	0	**93**

1.2 Escola Municipal Benedita da Silva Vieira

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Marcia Maria Araújo			
Diretora Auxiliar	Beatriz Fabiane da Silva	80	03	**77**

1.3 Escola Municipal Profª Desauda Bosco da Costa Pinto

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Lorena Maria Skroch Cogrossi			
Diretora Auxiliar	Mara da Luz	110	07	**103**

1.4 Escola Municipal Dulce Seroa da Motta Cherobim

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Norma Sueli Fonseca de Araújo			
Diretora Auxiliar	Célia de Fátima dos Santos	139	0	**139**

1.5 Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Adriane Silva Jacques Meduna			
Diretora Auxiliar	Terezinha Jesus de Souza	136	07	**129**

1.6 Escola Municipal Miguel Schleder

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Tatianni Sellmer Lopes			
Diretora Auxiliar	Márcio Luis Ferreira	177	0	**96**

1.7 Escola Municipal Miguel Schleder

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Ana Elísia Massuco			
Diretora Auxiliar	Zélia Maria Miranda Cassilha	177	0	**81**

1.8 Centro Municipal de Educação Infantil Maria Luiza Burtz Merkle

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Roseli Ferreira de Miranda Valério			
Diretora Auxiliar	Joselis Honorato dos Santos	140	01	**139**

Encerrada a apuração de votos foram proclamadas eleitas para o mandato de 2023-2025, as seguintes chapas:

2.1 Escola Municipal Prof.° Arlindo de Castro

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Fabiane do Rocio Valério Chagas			
Diretora Auxiliar	Lindamir Landucci das Neves	80	03	**77**

2.2 Escola Municipal Benedita da Silva Vieira

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Marcia Maria Araújo			
Diretora Auxiliar	Beatriz Fabiane da Silva	139	0	**139**

2.3 Escola Municipal Profª Desauda Bosco da Costa Pinto

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Lorena Maria Skroch Cogrossi			
Diretora Auxiliar	Mara da Luz	110	07	**103**

2.4 Escola Municipal Dulce Seroa da Motta Cherobim

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Norma Sueli Fonseca de Araújo			
Diretora Auxiliar	Célia de Fátima dos Santos	139	0	**139**

2.5 Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Adriane Silva Jacques Meduna			
Diretora Auxiliar	Terezinha Jesus de Souza	136	07	**129**

2.6 Escola Municipal Miguel Schleder

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Tatianni Sellmer Lopes			
Diretora Auxiliar	Márcio Luis Ferreira	177	0	**96**

2.7 Centro Municipal de Educação Infantil Maria Luiza Burtz Merkle

CARGO	CANDIDATOS(AS)	Total de eleitores presentes	Votos em branco/nulo	Votos válidos
Diretora	Roseli Ferreira de Miranda Valério			
Diretora Auxiliar	Joselis Honorato dos Santos	140	01	**139**

O registro da apuração foi lavrado em ata apartada, que foi assinada pelos membros das mesas eleitorais e demais presentes como testemunhas.

Conforme prevê o artigo nº 34 da Lei Complementar 30/2015, a investidura dos profissionais à função de Diretor e Diretor Auxiliar se deu por Ato do Executivo Municipal.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 16 de agosto de 2024.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação e Esporte

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6EF429F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 211 2024

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 211/2024

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3303/2023, de 12 de dezembro de 2023.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 55.300,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	

Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE	
Despesa - 861 - 339030 - 00001 - MATERIAL DE CONSUMO	**27.550,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1005.2655000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
Despesa - 999 - 339014 - 00001 - DIÁRIAS - CIVIL	**27.750,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**55.300,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.1600000 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS ADMINISTRAÇÃO EM SAUDE	
Despesa - 803 - 449052 - 00303 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**5.500,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.1606000 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO BÁSICA -	
Despesa - 815 - 449051 - 00303 - OBRAS E INSTALAÇÕES	**1.100,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.1609000 - EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	
Despesa - 825 - 449052 - 00001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**1.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.1611000 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS VIGILANCIA EM SAUDE	
Despesa - 830 - 449052 - 00303 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**1.600,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE	
Despesa - 866 - 339039 - 00001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**11.300,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE	
Despesa - 868 - 339040 - 00001 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	**900,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE	
Despesa - 870 - 339046 - 00001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	**1.100,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO EM SAUDE	
Despesa - 871 - 339046 - 00303 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	**1.200,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2601000 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	
Despesa - 875 - 339030 - 00001 - MATERIAL DE CONSUMO	**2.200,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2601000 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	
Despesa - 876 - 339039 - 00001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**2.200,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO ATENÇAO BASICA - UBS	
Despesa - 887 - 339036 - 00303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	**3.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO ATENÇAO BASICA - UBS	
Despesa - 889 - 339039 - 00303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**1.100,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - HOSPITAL	
Despesa - 908 - 339014 - 00303 - DIÁRIAS - CIVIL	**4.900,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2611000 - MANUTENCAO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS (FEDERAL)	
Despesa - 922 - 339014 - 00001 - DIÁRIAS - CIVIL	**4.650,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2615000 - MANUTENCAO ATIVIDADE VIGILANCIA SANITARIA (FEDERAL)	
Despesa - 940 - 339014 - 00303 - DIÁRIAS - CIVIL	**850,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.305.1003.2616000 - MAN. ATIV. VIG. EPIDEMIOLOGICA	
Despesa - 956 - 339036 - 00303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	**900,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1005.2655000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
Despesa - 1005 - 339039 - 00303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**7.400,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.244.1006.2656000 - DISTRIBUICAO E FORNECIMENTO GRATUITO ABSORVENTE INTIMO HIGIÊNICO	
Despesa - 1006 - 339032 - 00001 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	**4.400,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**55.300,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 16 de agosto de 2024

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:1C66F64F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 71

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: 29.520.027 TALITA MERISSA GUIMARAES, inscrita no CNPJ sob n° 29.520.027/0001-97.
OBJETO: O objeto desta DISPENSA ELETRÔNICA é a Aquisição de Material BANNES e FAIXAS, para atender as necessidades da Secretaria de Administração do Município de Paiçandu

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	V.UNIT	V.TOTAL
1	Ud	20	BANNER EM LONA 1,20cm (largura) x 1,60m (altura) -Confecção de Banner em lona 380 gr, fundo cinza ou preto, impressão digital, colorido, acabamento com bastão de madeira com 19mm de diâmetro, ponteiras de PVC nas extremidades e corda de nylon na parte.	79,99	1.599,80
3	Ud	10	BANNER (BACKDROP) – Impressão e acabamento, formato aproximado de 2,5m x 2,0m (larg. x alt.), em lona fosca 380g; resolução de 820 DPI's reais; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; sob demanda; conforme arte final fornecida pela Instituição	242,35	R$ 2.423,50
			TOTAL		**R$ 4.023,30**

VALOR: R$ 4.023,30 (quatro mil e vinte e três reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 16 de agosto de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:54BDA2D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N. 72/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 43/2024

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**, sob o CNPJ Nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADA: BARIGUI FRANÇA COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 07.764.255/0001-70.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos/Material permanente (VEICULO AUTOMOTOR), entregue em parcela única para atender as necessidades dos CRAS -Centro de Referência da Assistência Social, com recurso da Portaria 378/2020 vinculado ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - PAIF e Portaria 369/2020, através da Secretaria municipal de Assistência Social .

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	**VEÍCULO 0km** Capacidade 5 pessoas - Ano/modelo vigente; 1.0 no mínimo 70 CV álcool/gasolina; cor branca; 4 portas, câmbio manual; alimentação Flex; ar condicionado; direção hidráulica/elétrica; cinto de segurança retrátil de três pontos; desembaçador de vidro dianteiro; limpador e lavador de vidro dianteiro com intermitência; trava elétrica; vidros elétricos nas duas portas dianteiras; gancho universal para fixação de cadeira de criança; airbags frontais (motorista e passageiro); encosto de cabeça; kit de ferramentas exigidos por Lei e normas do CONTRAN. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Porta malas com capacidade mínima de 285L. GARANTIA DE: 03 ANOS OU 100.000 KM. Marca: Citroen C3.	UD	01	79.000,00	79.000,00
	Total				**R$ 79.000,00**

VALOR TOTAL: R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PAIÇANDU, 16 de agosto de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:9996AA9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA 47

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 47/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 51/2024

CONTRATANTE: **PREFEITURA PAIÇANDU**, sob o CNPJ Nº76.282.664.0001-52
CONTRATADA: **CAROL DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ sob n. 07.654.231/0001-68

OBJETO: Aquisição de Skate e equipamento de segurança, através de **PREGÃO ELETRONICO - REGISTRO DE PREÇOS,** com validade de 12 meses para atender às necessidades da Casa Lar, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
2	20	UD	Kit Infantil de Proteção composto por joelheira, cotoveleira e munhequeira para skate. O kit deve fornecer o máximo em proteção e conforto aos joelhos, cotovelos e punhos.Confeccionados em tecido de Nylo; Capa: de PP com ointerior de espuma + EVA; Traseira com Elástico preto;Embalagem: Bolsa de rede de malha com tag.TAMANHOS:P, M, G.	SHOCK	164,91	3.298,20
4	10	UD	Skate infantil profissional DHB kids Shape 7.75 marfins/ Comprimento 27.75cm Roda Blacksheep 53mm Rolamento abec1 Truck Mentex 129mm	CISCO	237,70	2.377,00
			VALOR TOTAL:			R$ 5.675,20

VALOR: R$ 5.675,20 (cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).
VIGENCIA: 12 (DOZE) MESES.

Paiçandu, 16 de agosto de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:00A58DDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA 48

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 51/2024

CONTRATANTE: **PREFEITURA PAIÇANDU**, sob o CNPJ Nº76.282.664.0001-52
CONTRATADA: **LEANDRO GONÇALVES DA SILVA** inscrita no CNPJ sob n. 26.677.406/0001-05

OBJETO: Aquisição de Skate e equipamento de segurança, através de **PREGÃO ELETRONICO - REGISTRO DE PREÇOS,** com validade de 12 meses para atender às necessidades da Casa Lar, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	20	UD	Capacete. Proteção contra impactos, estrutura em poliestireno e camada externa em ABS. Conforme anorma EN 1078. Componentes: Espumas de conforto. Fivela magnética para fechar e abrir o capacete com uma só mão. Dividers reguláveis Turn ring reposicionavel em altura para maior adaptação.Tamanhos: P, M, G	FUNLIGHT	60,23	1.204,60
3	10	UD	Skates Profissional para iniciantes Shape 8.0 marfin/comprimento 80 cm Roda woodlight 53mm Rolamento abec 1 Truck mentex 139mm (de vera ser entregue montado)	FUNLIGHT	164,67	1.646,70
			VALOR TOTAL:			R$ 2.851,30

VALOR: R$ 2.851,30 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e trinta centavos).
VIGENCIA: 12 (DOZE) MESES.

Paiçandu, 16 de agosto de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F5BEFACA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 07/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU. CONTRATADO: ANA ELISA SALOMAO BOSQUE – COMÉRCIO DE LIVROS LTDA, inscrito no CNPJ: 03.669.919/0002-41.

OBJETO: Contratação de empresa visando à Aquisição de testes destinados a Avaliação Psicoeducacional no contexto Escolar, a fim de aperfeiçoamento dos profissionais responsáveis pela avaliação, e ainda contribuir ao diagnóstico em nível técnico com precisão, visando prover condições de atender a demanda de avaliações de forma ampla e consciente priorizando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município. Solicitamos que seja providenciado o processo de INEXIGIBILIDADE de licitação para aquisição desses materiais. Conforme especificação e quantidades abaixo:

ITEM	UNID.	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
1	UND	150	Wisc-IV- Protocolo de Registro Geral	47,52	7.128,00
2	UND	150	Wisc-IV- Protocolo de Resposta 1	30,89	4.633,50
3	UND	6	BPA – bloco de Interpretação com 25 folhas	29,00	174,00
4	UND	6	BPA – conjunto de bloco de respostas com 25 folhas (AA; AC; AD)	88,00	528,00
5	UND	6	TDE II - Livro de Avaliação Geral VOL. 14 - Bloco c/ 25 folhas	50,00	300,00
6	UND	6	TDE II - Livro de Aplicação Subteste Escrita 1° ao 9° VOL. 3 - Bloco c/ 25 folhas	50,00	300,00
7	UND	6	TDE II - Livro de Aplicação Subteste Leitura 1° ao 4° - Vol. 8 - Bloco c/ 25 folhas	51,00	306,00
8	UND	6	TDE II - Livro de Avaliação Quantitativa Subteste Escrita 1° ao 4° - Vol. 4 - Bloco c/ 25 folhas	50,00	300,00
9	UND	6	TDE II - Livro de Avaliação Qualitativa Subteste Escrita 1° ao 4° Vol. 5 - Bloco c/ 25 folhas	50,00	300,00
10	UND	6	TDE II - Livro de Avaliação Subteste Aritmética 1° ao 5° - Vol. 7 - Bloco c/ 25 folhas	50,00	300,00
11	UND	28	TDE II - Livro de Aplicação Subteste Aritmética 1° ao 5° - Vol. 6 - Conjunto c/ 5 unidades	18,00	504,00
12	UND	70	IAR - Caderno de Respostas	18,00	1.260,00
13	UND	1	Preparando a Alfabetização + IAR (caderno e manual)	55,00	55,00
14	UND	1	EAVAP - EF Bloco de respostas c/ 25 folhas	75,98	75,98
15	UND	2	CONFIAS - Bloco de respostas c/ 25 folhas	52,00	104,00
16	UND	1	SRS 2 - Kit completo	474,32	474,32
17	UND	1	Livro: Avaliação Neuropsicológica Cognitiva - Memória de Trabalho - Vol. 4 (Memnon)	115,20	115,20
18	UND	1	Livro: Pare e Pense - Programa para Promoção de Funções Executivas (Hogrefe)	310,00	310,00
19	UND	1	Livro: Direitos das Pessoas com Autismo (Memnon)	126,20	126,20
20	UND	1	Livro: Avaliação de Linguagem e Funões Executivas em Crianças (Memnon)	122,20	122,20
21	UND	1	Livro: Manual de Identificação de Altas Habilidades/Superdotação	84,90	84,90
22	UND	1	Livro: Avaliação Psicológica Infantil (Hogrefe)	161,70	161,70
23	UND	1	Livro: Intervenções em psicopedagogia Vol. 1 (Hogrefe)	123,20	123,20
24	UND	1	Livro: Intervenções em psicopedagogia Vol. 2 (Hogrefe)	123,20	123,20
25	UND	1	Livro: Intervenções em psicopedagogia Vol. 3 (Hogrefe)	123,20	123,20
26	UND	1	Livro: Autismo: Avaliação Psiocológica e Neuropsicológica (Hogrefe)	169,40	169,40
27	UND	1	Livro: PENcE - Programa de Estimulação Neuropsicológica	230,00	230,00
28	UND	1	Livro: Autismo na Primeira Infância (Booktoy)	120,00	120,00
29	UND	1	Livro: Dificuldades Específicas de Aprendizagem (Vozes)	52,00	52,00
30	UND	1	Livro: Autismo Explicado para Crianças (nVersinhos)	48,90	48,90
31	UND	1	Torre de Londres	85,00	85,00
32	UND	1	Cubos corsi - Infantil	95,00	95,00
TOTAL					**18.832,90**

VALOR: R$ 18.832,90 (dezoito mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Paiçandu, 16 de agosto de 2024**.**

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente da Fundação de Educação

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:52C23018

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36/2024 - DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FIRMADOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

A Controladoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a competência da Controladoria Geral do Município quanto à normatização, acompanhamento, sistematização e a padronização dos procedimentos de fiscalização.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO os Decretos Municipais vigentes que designam servidores para a função de fiscais de contratos públicos de bens comuns, obras e serviços;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos pela Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de oferecer subsídios aos fiscais para exercerem suas atribuições;

RESOLVE,

Art. 1º - Estabelecer diretrizes e orientações para que os fiscais e gestores de contratos exerçam o adequado controle e acompanhamento dos contratos administrativos firmados, de forma a perseguir resultados satisfatórios, balizados pelos princípios da gestão pública.

Art. 2º - Os Fiscais de Contratos designados deverão observar, por ocasião de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização quanto à execução dos contratos, no âmbito da Administração Publica Municipal, as determinações estabelecidas por esta Instrução Normativa, e também pelas

Instruções Normativas nº.05/2016, nº.06/2016 e nº.07/2016, e os imperativos previstos pela Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes e vigentes no que couberem.

Art. 3º - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, denominado Fiscal do Contrato, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 4º – A presente Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar procedimentos a serem utilizados na fiscalização de contratos do Poder Executivo Municipal, a fim de padronizar a forma de registro de ocorrências relacionadas a execução do instrumento contratual.

Art. 5º - Esta norma abrange todos os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, que possam vir a ser responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos e atas de registro de preços.

Art. 6º - Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Contrato Administrativo: o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular (pessoa física ou jurídica) ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, segundo o regime jurídico de direito público e abrangendo os Termos de Convênio e Termos de Parceria;
II- Objeto do Contrato: O fornecimento, a obra ou a prestação de serviço, suficientemente caracterizado no contrato;
III- Ata de Registro de Preços: Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
IV- Contratado: Pessoa física ou jurídica com o qual a Administração Pública pactua a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, segundo o regime jurídico de direito público.
V- Contratante: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta que pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento, mediante a celebração de contrato.
VI - Fiscalização de Contratos: É a atividade relacionada à verificação da regularidade da execução do contrato, relativamente à adequação do seu objeto às disposições contratuais, prazos e valores pactuados; e, ainda a necessidade de serem aplicadas sanções ou rescisão contratual.
VII - Fiscal do Contrato: É o representante da Administração, responsável pela fiscalização dos contratos de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas a legislação e normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública.
VIII - Fiscal da Obra: profissional da área de arquitetura ou engenharia civil designado para acompanhar a execução do objeto dos contratos de obras ou reformas;
IX - Gestão do Contrato - Gestão de contratos é atividade relacionada com o planejamento de contratações, formalização e acompanhamento da execução dos ajustes, em âmbito estratégico. A gestão é serviço administrativo propriamente dito, que pode ser desempenhado por uma pessoa, por um setor, ou área demandante.
X - Preposto designado pela contratada: O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. Deve haver designação formal, com a concordância da administração pública e na ausência de designação formal responderá o sócio-administrador. O procedimento de apresentação formal do preposto deve ocorrer sempre que houver sua substituição ou ausência temporária.

Art. 7º -O servidor designado para ser fiscal de contrato deve possuir os seguintes requisitos:

I Ser preferencialmente, servidor efetivo;
II Possuir atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
III Não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 7º - São responsabilidades do fiscal de contratos:
I- Conhecer a legislação aplicável ao objeto contratado, anotada no instrumento contratual e/ou no ato licitatório;
II- Conhecer do objeto do contrato, termos de referência e seus anexos;
III- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
IV - Esclarecer dúvidas com a contratada, encaminhando os problemas que surgirem, quando lhe faltar competência, ao gestor do contrato;
V –Utilizar o formulário de acompanhamento da execução do contrato para registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
VI – Manter arquivados sob sua responsabilidade, todos os documentos/relatórios relativos à execução do contrato.
VII – Informar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

Art. 8º - As principais atribuições do fiscal do contrato são:
I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/termo de referência e seus apensos e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;
III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução, etc.);
IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;
V - O fiscal do contrato deve se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;
VI – Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se esta possui validade, se foi apresentada com tempo hábil para pagamento, se está corretamente preenchida, se os dados bancários estão informados e se o valor cobrado (unitário e total) corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado;
VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;
VIII - Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contração deverá ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;
IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato questões relativas à:

a) prorrogação de contrato, que deve ser providenciada antes de seu término, congregando as justificativas competentes;
b) comunicação para abertura de nova licitação, antes de findo o estoque de bens;
c) comunicação sobre quaisquer problemas detectados na prestação do serviço, que tenham implicações no pagamento;
X - Comunicar por escrito à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com contrato ou com a lei;
XI - Exigir somente o que for previsto no contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida à Seção de Contratos, acompanhada das justificativas pertinentes;
XII - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado e emitir Notificação Extrajudicial ao Contratado solicitando regularização (Anexo II). A ação do fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em virtude de inobservância ou desobediência às cláusulas contratuais e instruções ou ordens da Fiscalização, nos termos do Decreto Municipal nº. 9.986/2015. Deverá ser aberto processo administrativo a partir de memorando com o relato dos fatos (Anexo III).
XIV – Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais.
XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço/fornecimento e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;
XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
XVII - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
XVIII – Emitir mensalmente, nos termos do parágrafo único do art. 14 desta Instrução, formulário de acompanhamento da execução do contrato (Anexo I).

Art. 9º - Qualquer irregularidade deve ser apontada pelo fiscal, o qual entrará em contato com o contratado, ou através de seu preposto, a fim de que o mesmo solucione a irregularidade apontada.

Art. 10 - Toda a comunicação realizada deve ser formal, documental e encaminhada, com cópia, para que conste em anexo aos autos do processo administrativo correspondente.
Art. 11 - Qualquer ação que não esteja sob o alcance do fiscal deve ser levada ao conhecimento do Gestor solicitante, para adoção das medidas pertinentes, lembrando que o fiscal do contrato pode solicitar o assessoramento técnico necessário, bem como orientação do órgão jurídico e da Controladoria Geral.

Art. 12 - Principais irregularidades que devem ser evitadas:

I - Nota fiscal/fatura sem a descrição dos produtos, mão de obra e serviços descritos de forma pormenorizada e todos os campos de identificação da empresa, data, despesas acessórias sem o devido preenchimento;
II - Valor da Nota Fiscal/Fatura incompatível com a proposta apresentada pela Contratada;
III - Ausência de assinatura nos termos de recebimento, bem como ausência de identificação/carimbo de quem os assina;
IV - Ausência das certidões fiscais e/ou guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários junto a Nota Fiscal, quando exigíveis;
V - Manifestação tardia pela prorrogação do Contrato, quando o correto seria bem antes do seu término;
VI - Divergências entre as medições atestadas e os valores efetivamente pagos;
VII - Encaminhamento de questões tardiamente ao órgão competente, com vistas a solucionar os problemas detectados.

Art. 13 - O fiscal deve desenvolver sua atuação de forma bem dinâmica, prática e objetiva, visando sempre a boa e regular execução dos contratos.

Art. 14 - O Fiscal do Contrato deve anotar em expediente próprio (Anexo I – Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato) todas as ocorrências constatadas na fiscalização do contrato, bem como as irregularidades encontradas, se for o caso, as providências que determinou, os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.
Parágrafo único: O formulário de que trata o caput deste artigo deverá ser elaborado mensalmente e acompanhar o processo de pagamento do pagamento do respectivo contrato.

Art. 15 - Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito com comprovação do recebimento.
§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita à empresa, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente.
§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas, junto à empresa, deverão ser registradas, devendo, necessariamente, conter todas as reclamações e quaisquer outras informações consideradas relevantes pela fiscalização ou pela contratada, com clara identificação dos signatários e devidamente assinados, principalmente as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado.

Art. 16 - As reuniões realizadas com a Contratada deverão ser documentadas, e o fiscal deverá elaborar atas de reunião que deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data; nome e assinatura dos participantes; assuntos tratados; decisões; responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo.

Art. 17 - As decisões e providências que ultrapassarem sua competência e apresentarem risco potencial de prejuízos deverão ser levadas à autoridade competente.

Art. 18 - A correta aplicação desta norma depende do envolvimento de todos os servidores, e principalmente dos gestores a quem cabe a cobrança de sua aplicabilidade.

Art. 19 - No período inicial, haverá necessidade de treinamento que possibilite aos servidores o desempenho de suas atividades de forma que venha a atender ao constante na legislação aplicável a fiscalização de contratos.

Art. 20 - O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa na Administração Pública com as de fiscal de contrato, sob pena de não o fazendo cometer insubordinação, art. 198, IV do Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº.1700/94, não podendo alegar desconhecimento de causa.

Art. 21 - Durante a gestão do contrato, não deverá ocorrer ausência concomitante do fiscal do contrato e seu suplente.

Parágrafo único. Em casos excepcionais em que houver a ausência de ambos, a Unidade Executora deverá indicar novo servidor para substituir o fiscal titular durante o afastamento, devendo ser este designado formalmente através de Decreto Municipal.

Art. 22 - Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem, bem como para manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art. 23 - Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais normas competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 24 - O agente administrativo incumbido da função de fiscal de contratos, que atuar de forma lesiva, poderá responder por sua ação, culposa (negligência, imperícia, imprudência) ou dolosa, nas esferas civil (dever de ressarcir o dano), criminal (caso a conduta seja tipificada como crime), administrativa (nos termos do estatuto dos Servidores Públicos) e por improbidade administrativa.

Art. 25 - O Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (Anexo I), devidamente preenchido pelo Fiscal de Contrato, também deverá ser apresentado para os processos de pagamento.

Art. 26 - É parte integrante desta Instrução Normativa o Anexo I: Formulário de acompanhamento da execução dos serviços contratados, Anexo II: Notificação Extrajudicial e Anexo III: Memorando para abertura de processo administrativo perante a Comissão Processante.

Art. 27º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Instrução Normativa nº 20/2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Agosto de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito Municipal

KEITRY KELLEN SWIECH GABARDO
Controladora-Geral do Município

ANEXO I

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. xxx/20xx	VIGÊNCIA: xx/xx/20xx a xx/xx/20xx
UNIDADE DETENTORA DO CONTRATO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADO:	(Razão social e CNPJ)
OBJETO DO CONTRATO:	(descrever o objeto do contrato)
MÊS/ANO DA AVALIAÇÃO:	(indicar o mês e o ano da avaliação)
OCORRÊNCIAS:	
DATA	**1. EXECUÇÃO CONTRATUAL:** (deverá ser relatada a forma que vem sendo prestado o serviço, conforme pactuado no Contrato, e cada problema detectado, se for o caso)
/20xx /20xx /20xx /20xx	
DATA	**2. PROVIDÊNCIAS / DOCUMENTOS EXPEDIDOS:** (deverão ser relatadas as providências adotadas para solução de cada problema detectado na execução, se for o caso, bem como os documentos expedidos à contratada e anexadas cópias)
/20xx /20xx /20xx /20xx	
DATA	**3. RESULTADOS** (informar se os problemas foram sanados ou não e quais as consequências e encaminhamentos, se for o caso)
/20xx /20xx /20xx /20xx	
Fiscal do Contrato: (nome e assinatura) Nome: xxxxxx Matrícula: xxxxxxx	Gestor do contrato: (nome e assinatura) Nome: xxxxxxxxx Secretário Municipal de xxxxxxxxx
Data: /20xx	

ANEXO II
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE:
MUNICÍPIO DE PALMEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX
Endereço: Rua Luiza Trombini Malucelli - 134, Centro - CEP: 84.130-000. Telefone:
(42) 3909 –XX
NOTIFICADO**:**

Número do Contrato	
Modalide, Nº/Ano da Licitação:	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representante Legal (Nome/CPF):	

RELATO DOS FATOS E PROVIDÊNCIAS REQUERIDAS:

Com fulcro no Decreto Municipal nº. 9.986/2015, que estabelece normas regulamentares sobre o procedimento administrativo de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados da Administração Pública, no âmbito do Poder Executivo Municipal e demais normas em vigor, descreve-se a seguir os fatos e/ou orientações buscadas pelo Município de Palmeira à contratada (Razão Social da Contratada).

O Município de Palmeira, através da Secretaria Municipal de XXXXXXX, busca aprimorar constantemente seus controles internos, e assim, notifica a empresa supramencionada devido ao fato a seguir exposto: (descrever os fatos de forma detalhada)

Desta forma solicitamos retorno da empresa Contratada no prazo de 24 horas.

Esta notificação não extingue o direito da Administração Municipal de Palmeira de tomar outras e/ou demais medidas, inclusive judiciais, para garantir a execução do objeto contratado.

É a notificação.
Palmeira – PR, XXX de XXXX de 20xx.

Nome: Nome:
Matrícula: Secretário Municipal de xxxxxxx
Fiscal de Contrato Gestor do Contrato
Decreto Municipal xxxx/20xx Decreto Municipal xxxx/20xx

ANEXO III

MEMORANDO N.º xx/20xx

ASSUNTO: COMISSÃO PROCESSANTE DE FORNECEDORES SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX

RELATO DOS FATOS
Memorando detalhando o caso do descumprimento do contrato e as consequências que estão sendo suportadas pela Administração, juntar fotos, matéria facebook, etc., detalhando se a Administração pública cumpriu sua parte no objeto da contratação (ex: se empenho e pagamento estão em dia, pagamento, condições de trabalho, outros).
Na hipótese de rescisão contratual é necessário detalhar os fundamentos da rescisão contratual, informando qual a hipótese de motivação da rescisão, nos termos da Lei de Licitações aplicável ao Certame (juntar documento que comprove este motivo).)

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Razão Social:
E-mail:
Telefone:
Representante da empresa/pessoa que responda pelo contrato (preposto):
Endereço atual da empresa:
DOCUMENTOS EM ANEXO

CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	( )
CÓPIA DO EMPENHO DA DESPESA	( )
NOTIFICAÇÕES REALIZADAS PELO FISCAL DE CONTRATO	( )
RESPOSTAS DO FORNECEDOR ÀS NOTIFICAÇÕES	( )
Em caso de rescisão contratual juntar: Ciência da Secretaria e justificativa quanto à rescisão, cópia do distrato/ato de rescisão	( )

Palmeira – PR, XXX de XXXX de 20xx.

Nome: Nome:
Matrícula: Secretário Municipal de xxxxxxx
Fiscal de Contrato Gestor do Contrato
Decreto Municipal xxxx/20xx Decreto Municipal xxxx/20xx

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B6DA62A4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora:PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 19.633.424/0001-11

LOTE 1
Valor Total do Lote: 1.811,70 (um mil, oitocentos e onze reais e setenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44761	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE; PRODUTO OBTIDO DO TRIGO MOIDO, LIMPO, DESGERMINADO E SÃOS, ISENTO DE MATÉRIA PRIMA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. COM UMA EXTRAÇÃO MÁXIMA DE 20% E COM TEOR MÁXIMO DE CINZAS DE 0,68%. COM NO MÍNIMO DE GLÚTEN SECO DE 6% P/P – EMBALAGEM 5KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES. O PRODUTO NÃO PODERÁ TER A DATA DE FABRICAÇÃO ANTERIOR A 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS DA DATA DE ENTREGA. PCT DE 5 KG.	CLARISSIMA CLARISSIMA	PCT	122	R$ 14,85	R$ 1.811,70

LOTE 4
Valor Total do Lote: 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Uni	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44772	BARRA DE CEREAL, INTEGRAL, SABOR BANANA E AVEIA,CAIXA CONTENDO 24 UNIDADE DE 25 G. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	NATURALE NATURALE	CX	1.080	R$ 24,00	R$ 25.920,00

LOTE 7
Valor Total do Lote: 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44778	POLVILHO AZEDO, CONTENDO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PRATA PRATA	UN	70	R$ 3,50	R$ 245,00

LOTE 12
Valor Total do Lote: 2.411,16 (dois mil, quatrocentos e onze reais e dezesseis centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44783	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPRESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTÉM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICALMENTE E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS; SABOR UVA; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, EM EMBALAGEM ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG.	REFEISUCOS REFEISUCOS	UN	284	R$ 8,49	R$ 2.411,16

LOTE 13
Valor Total do Lote: 7.844,76 (sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44784	PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E	REFEISUCOS REFEISUCOS	UN	924	R$ 8,49	R$ 7.844,76

		OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR LARANJA; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACOPLÁSTICO, 1KG.					

LOTE 14
Valor Total do Lote: 1.918,74 (um mil, novecentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44785	PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR MARACUJÁ; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG.	REFEISUCOS REFEISUCOS	UN	226	R$ 8,49	R$ 1.918,74

LOTE 15
Valor Total do Lote: 1.859,31 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44786	PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR LIMÃO; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG.	REFEISUCOS REFEISUCOS	UN	219	R$ 8,49	R$ 1.859,31

LOTE 37
Valor Total do Lote: 11.865,50 (onze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55660	*CAIXA DE BOMBOM COM APROXIMADAMENTE 250G, COM BOMBONS SORTIDOS.	NESTLE/GAROTO NESTLE/GAROTO	CX	950	R$ 12,49	R$ 11.865,50

LOTE 38
Valor Total do Lote: 7.548,72 (sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55661	*LEITE EM PÓ INTEGRAL, EMBALAGEM 400 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO	ROMANO ROMANO	UN	568	R$ 13,29	R$ 7.548,72

Valor Total Homologado - R$ 61.424,89

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.
Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731

Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Planalto Comercio E Transportes De Alimentos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 19.633.424/0001-11
RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS
CPF/MF sob o nº 005.351.199-92
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1	**FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE; PRODUTO OBTIDO DO TRIGO MOIDO, LIMPO, DESGERMINADO E SÃOS, ISENTO DE MATÉRIA PRIMA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. COM UMA EXTRAÇÃO MÁXIMA DE 20% E COM TEOR MÁXIMO DE CINZAS DE 0,68%. COM NO MÍNIMO DE GLÚTEN SECO DE 6% P/P ? EMBALAGEM 5KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES. O PRODUTO NÃO PODERÁ TER A DATA DE FABRICAÇÃO ANTERIOR A 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS DA DATA DE ENTREGA. PCT DE 5 KG**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Pct	122	R$ 16,27	R$1.984,94
3º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	122	R$ 16,50	R$2.013,00
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Pct	122	R$ 16,69	R$2.036,18
5º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Pct	122	R$ 16,79	R$2.048,38
6º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	122	R$ 18,60	R$2.269,20
LOTE 4	**BARRA DE CEREAL, INTEGRAL, SABOR BANANA E AVEIA,CAIXA CONTENDO 24 UNIDADE DE 25 G. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	CX	1.080	R$ 29,90	R$32.292,00
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	CX	1.080	R$ 31,89	R$34.441,20
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	CX	1.080	R$ 32,10	R$34.668,00
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	CX	1.080	R$ 34,51	R$37.270,80
LOTE 7	**POLVILHO AZEDO, CONTENDO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	70	R$ 3,54	R$247,80
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	70	R$ 5,39	R$377,30
4º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	70	R$ 5,56	R$389,20
5º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	70	R$ 5,69	R$398,30
LOTE 12	**PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPRESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTÉM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICALMENTE E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS; SABOR UVA; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, EM EMBALAGEM ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG**				

Colocação	Fornecedor:	Un	Quant	Valor Unit.	Valor. Total
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	284	R$ 9,10	R$2.584,40
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	284	R$ 10,00	R$2.840,00
LOTE 13	**PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS; CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR LARANJA; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACOPLÁSTICO, 1KG.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	924	R$ 9,10	R$8.408,40
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	924	R$ 10,00	R$9.240,00
LOTE 14	**PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS;CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR MARACUJÁ; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	226	R$ 9,10	R$2.056,60
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	226	R$ 10,00	R$2.260,00
LOTE 15	**PREPARADO SÓLIDO P/REFRESCO; COMPOSTO DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTA DESIDRATADA; ANTIUMECTANTE, CORANTE INORGÂNICO; ESPESSANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS;CONTEM FENILANINA, VITAMINA C; UM LITRO DE ÁGUA PARA CADA 50 GRAMAS; COLORIDO ARTIFICIALMENTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; SABOR LIMÃO; VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, 1KG.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	219	R$ 9,99	R$2.187,81
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	219	R$ 10,00	R$2.190,00
LOTE 37	***CAIXA DE BOMBOM COM APROXIMADAMENTE 250G, COM BOMBONS SORTIDOS.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Cx	950	R$ 12,75	R$12.112,50
3º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Cx	950	R$ 12,85	R$12.207,50
LOTE 38	**LEITE EM PÓ INTEGRAL, EMBALAGEM 400 GRAMAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	568	R$ 13,48	R$7.656,64
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	568	R$ 13,50	R$7.668,00
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	568	R$ 13,60	R$7.724,80

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:E2930B5C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR LTDA
CNPJ/CPF: 09.199.742/0001-62

LOTE 2
Valor Total do Lote: 284,48 (duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44764	FERMENTO QUÍMICO; TIPO EM PÓ; COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SÓDIO; BICARBONATO DE SÓDIO, FOSFATO MONO-CALCIO, VALIDADE MÍNIMA 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; ACONDICIONADO EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA CONTENDO 100 G.	DONA BENTA	UN	112	R$ 2,54	R$ 284,48

LOTE 10
Valor Total do Lote: 17.222,10 (dezessete mil, duzentos e vinte e dois reais e dez centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44781	SUCO PRONTO DE CAIXINHA - SABORES VARIADOS - 200 ML.	NUTRI NECTAR	UN	9.730	R$ 1,77	R$ 17.222,10

LOTE 11
Valor Total do Lote: 426,60 (quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44782	DOCE DE LEITE CREMOSO. CONTENDO LEITE,AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, SAL, ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO, NÃO CONTEM GLÚTEN. POTES DE POLIETILENO DE APROXIMADAMENTE 350G. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	DULCE GOSTO	UN	90	R$ 4,74	R$ 426,60

LOTE 16
Valor Total do Lote: 5.316,57 (cinco mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	47633	REFRIGERANTE SABOR LARANJA, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA.	BEFRICOL	Fardo	189	R$ 28,13	R$ 5.316,57

LOTE 17
Valor Total do Lote: 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44790	REFRIGERANTE SABOR LIMÃO, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA.	BEFRICOL	Fardo	176	R$ 28,75	R$ 5.060,00

LOTE 18
Valor Total do Lote: 5.292,00 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44789	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA.	BEFRICOL	Fardo	189	R$ 28,00	R$ 5.292,00

LOTE 20
Valor Total do Lote: 327,56 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54355	*DOCE EM PASTA: SABOR MORANGO, OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DE VEGETAL, COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO. CLASSIFICADO EM SIMPLES, COM CONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOS UNIFORMES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 400 G, COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	OLIVEIRA	UN	76	R$ 4,31	R$ 327,56

LOTE 22
Valor Total do Lote: 13.755,00 (treze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44795	AÇÚCAR, TIPO REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CARACTERÍSTICAS: DISSOLUÇÃO RÁPIDA GRANULOMÉTRICA FINA, BRANCO, ORIGEM VEGETAL PURO, SEM CORANTES, SEM UMIDADE OU EMPEDRAMENTO E COM CRISTAIS BEM DEFINIDOS COMPOSTO DE SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APARÊNCIA, COR E CHEIROS PRÓPRIOS DO TIPO DE AÇÚCAR. APLICAÇÃO: ADOÇANTE. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 5 KGS. PRESENÇA DE ROTULAGEM, CONSTANDO NESTA, O NOME E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, CNPJ. DE 1ª QUALIDADE.VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5KG.	CARAVELAS	PCT	750	R$ 18,34	R$ 13.755,00

LOTE 23
Valor Total do Lote: 814,32 (oitocentos e quatorze reais e trinta e dois centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44797	SAL; REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM C/ 1 KG.	LN	UN	783	R$ 1,04	R$ 814,32

LOTE 24
Valor Total do Lote: 241,36 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44798	DOCE EM PASTA; OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DE VEGETAL COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH; E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO; CLASSIFICADO EM SIMPLES; COM CONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOS UNIFORMES; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; SABOR GOIABA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO APROXIMADAMENTE 400 G; COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	OLIVEIRA	UN	56	R$ 4,31	R$ 241,36

LOTE 25
Valor Total do Lote: 261,69 (duzentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44799	* DOCE EM PASTA; OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DE VEGETAL COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH; E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO; CLASSIFICADO EM SIMPLES; COM CONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOS UNIFORMES; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; SABOR UVA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM NO MINIMO 400 G, COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	OLIVEIRA	UN	61	R$ 4,29	R$ 261,69

LOTE 33
Valor Total do Lote: 12.425,00 (doze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55654	*LEITE UHT/UAT; INTEGRAL; TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO DE 3%; VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A CONTAR DA ENTREGA, CAIXA CARTONADA E ALUMINIZADA CONTENDO 1 LITRO	LAT VIDA	UN	2.500	R$ 4,97	R$ 12.425,00

LOTE 39
Valor Total do Lote: 586,44 (quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55662	*ADOÇANTE, DE BAIXO VALOR ENERGÉTICO, QUE PROPORCIONA AO ALIMENTO O GOSTO DOCE, EMBALAGEM CONTENDO 80ML. COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	ADOCYL	UN	162	R$ 3,62	R$ 586,44

LOTE 42
Valor Total do Lote: 712,48 (setecentos e doze reais e quarenta e oito centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	56165	*MARGARINA; DE PRIMEIRA QUALIDADE: COM SAL; TEOR DE LIPÍDIOS DE FORMA PRECISA NA EMBALAGEM, ACIMA DE 80%; PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; VALIDADE MÍNIMA 5 MESES A CONTAR DA ENTREGA, EM POTE PLÁSTICO DE 500G, ATÓXICO; EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	DUALIS	UN	122	R$ 5,84	R$ 712,48

LOTE 48
Valor Total do Lote: 949,60 (novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	103129	POTE DE SORVETE, SABOR MORANGO, CONTENDO 2 L	SABORY	UN	40	R$ 23,74	R$ 949,60

Valor Total Homologado - R$ 63.675,20

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.

Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097

2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal N.º 14.135/21)
Secretário Municipal De Assistência Social
Contratante

Clair Jose Sklarski Junior LTDA
CNPJ/MF sob o nº 09.199.742/0001-62
CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR
CPF/MF sob o nº 050.973.389-10
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 2	**FERMENTO QUÍMICO; TIPO EM PÓ; COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SÓDIO; BICARBONATO DE SÓDIO, FOSFATO MONO-CALCIO, VALIDADE MÍNIMA 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; ACONDICIONADO EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA CONTENDO 100 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	112	R$ 2,79	R$312,48
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	112	R$ 2,80	R$313,60

4º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	112	R$ 5,24	R$586,88
LOTE 10	**SUCO PRONTO DE CAIXINHA - SABORES VARIADOS - 200 ML.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Un	9.730	R$ 1,78	R$17.319,40
3º	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA CNPJ: 23.325.264/0001-10	Un	9.730	R$ 1,79	R$17.416,70
4º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	9.730	R$ 1,82	R$17.708,60
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	9.730	R$ 2,10	R$20.433,00
6º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	9.730	R$ 2,15	R$20.919,50
7º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	9.730	R$ 2,16	R$21.016,80
8º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	9.730	R$ 2,59	R$25.200,70
9º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	9.730	R$ 2,59	R$25.200,70
LOTE 11	**DOCE DE LEITE CREMOSO. CONTENDO LEITE,AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, SAL, ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO, NÃO CONTEM GLÚTEN. POTES DE POLIETILENO DE APROXIMADAMENTE 350G. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	90	R$ 4,80	R$432,00
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	90	R$ 5,05	R$454,50
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	90	R$ 5,60	R$504,00
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	90	R$ 6,50	R$585,00
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	90	R$ 8,10	R$729,00
LOTE 16	**REFRIGERANTE SABOR LARANJA, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Fardo	189	R$ 28,90	R$5.462,10
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Fardo	189	R$ 29,50	R$5.575,50
4º	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA CNPJ: 23.325.264/0001-10	Fardo	189	R$ 29,95	R$5.660,55
5º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Fardo	189	R$30,20	R$5.707,80
6º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Fardo	189	R$30,90	R$5.840,10
7º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Fardo	189	R$32,62	R$6.165,18
8º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Fardo	189	R$32,70	R$6.180,30
LOTE 17	**REFRIGERANTE SABOR LIMÃO, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Fardo	176	R$ 28,90	R$5.086,40
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Fardo	176	R$ 29,50	R$5.192,00
4º	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA CNPJ: 23.325.264/0001-10	Fardo	176	R$29,95	R$5.271,20
5º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Fardo	176	R$30,20	R$5.315,20
6º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Fardo	176	R$30,90	R$5.438,40
7º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Fardo	176	R$32,62	R$5.741,12
8º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Fardo	176	R$32,70	R$5.755,20
LOTE 18	**REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, EMBALAGEM COM 6 GARRAFAS COM 2L CADA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Fardo	189	R$ 28,90	R$5.462,10
3º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Fardo	189	R$ 28,90	R$5.462,10
4º	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA CNPJ: 23.325.264/0001-10	Fardo	189	R$29,95	R$5.660,55
5º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Fardo	189	R$30,20	R$5.707,80
6º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Fardo	189	R$30,90	R$5.840,10
7º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Fardo	189	R$34,79	R$6.575,31
8º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Fardo	189	R$37,70	R$7.125,30
LOTE 20	***DOCE EM PASTA: SABOR MORANGO, OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DEVEGETAL, COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO. CLASSIFICADO EM SIMPLES, COMCONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOSUNIFORMES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEMPLÁSTICA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 400 G, COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	76	R$ 4,46	R$338,96
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	76	R$ 4,50	R$342,00
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	76	R$ 4,60	R$349,60
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	76	R$ 5,15	R$391,40
LOTE 22	**AÇÚCAR, TIPO REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CARACTERÍSTICAS: DISSOLUÇÃO RÁPIDA GRANULOMÉTRICA FINA, BRANCO, ORIGEM VEGETAL PURO, SEM CORANTES, SEM UMIDADE OU EMPEDRAMENTO E COM CRISTAIS BEM DEFINIDOS COMPOSTO DE SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APARÊNCIA, COR E CHEIROS PRÓPRIOS DO TIPO DE AÇÚCAR. APLICAÇÃO: ADOÇANTE. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 5 KGS. PRESENÇADE ROTULAGEM, CONSTANDO NESTA, O NOME E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, CNPJ. DE 1ª QUALIDADE.VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5KG**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	750	R$ 18,50	R$13.875,00
3º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Pct	750	R$ 20,00	R$15.000,00
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Pct	750	R$20,07	R$15.052,50
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	750	R$20,25	R$15.187,50
LOTE 23	**SAL; REFINADO; IODADO; COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM C/ 1 KG.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	783	R$ 1,24	R$970,92
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	783	R$ 1,25	R$978,75
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	783	R$ 1,45	R$1.135,35
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	783	R$ 1,50	R$1.174,50
6º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	783	R$ 1,59	R$1.244,97
7º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	783	R$ 1,60	R$1.252,80
8º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	783	R$ 1,78	R$1.393,74
LOTE 24	**DOCE EM PASTA; OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DE VEGETAL COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH; E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO; CLASSIFICADO EM SIMPLES; COM CONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOS UNIFORMES; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; SABOR GOIABA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO APROXIMADAMENTE 400 G; COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	56	R$ 4,46	R$249,76
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	56	R$ 4,50	R$252,00
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	56	R$ 4,60	R$257,60
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	56	R$ 5,15	R$288,40
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	56	R$ 6,29	R$352,24
LOTE 25	**DOCE EM PASTA; OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DE VEGETAL COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE ÁGUA; CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH; E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS A SUA COMPOSIÇÃO; CLASSIFICADO EM SIMPLES; COM CONSISTÊNCIA FIRME EM PEDAÇOS UNIFORMES; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; SABOR GOIABA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO APROXIMADAMENTE 400 G; COM VALIDADE DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	61	R$ 4,46	R$272,06

3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	61	R$ 4,50	R$274,50
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	61	R$ 4,60	R$280,60
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	61	R$ 5,15	R$314,15
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	61	R$ 6,29	R$383,69
LOTE 33	***LEITE UHT/UAT; INTEGRAL; TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO DE 3%; VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A CONTAR DA ENTREGA, CAIXA CARTONADA E ALUMINIZADA CONTENDO 1 LITRO**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	2.500	R$ 4,99	R$12.475,00
3º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	2.500	R$ 5,05	R$12.625,00
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	2.500	R$ 5,06	R$12.650,00
5º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	2.500	R$ 5,13	R$12.825,00
6º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	2.500	R$ 5,29	R$13.225,00
LOTE 39	***ADOÇANTE, DE BAIXO VALOR ENERGÉTICO, QUE PROPORCIONA AO ALIMENTO O GOSTO DOCE, EMBALAGEM CONTENDO 80ML. COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	162	R$ 3,75	R$607,50
LOTE 42	***MARGARINA; DE PRIMEIRA QUALIDADE: COM SAL; TEOR DE LIPÍDIOS DE FORMA PRECISA NA EMBALAGEM, ACIMA DE 80%; PODENDO CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; VALIDADE MÍNIMA 5 MESES A CONTAR DA ENTREGA, EM POTE PLÁSTICO DE 500G, ATÓXICO; EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	122	R$ 6,29	R$767,38
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	122	R$ 6,31	R$769,82
LOTE 48	**POTE DE SORVETE, SABOR MORANGO, CONTENDO 2 L**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Un	40	R$ 27,00	R$1.080,00

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:0B6910DD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: UNIÃO ELETROMÓVEIS LTDA
CNPJ/CPF: 03.483.400/0001-93

LOTE 3
Valor Total do Lote: 10.758,44 (dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44804	CAFÉ TIPO 2, TORRADO E MOÍDO, DE PRIMEIRA QUALIDADE;, EMPACOTADO A VÁCUO PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM (TIPO TIJOLINHO) DE 500 G, COM NO MÁXIMO DE 15% DE GRÃO P.V.A (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), ISENTO DE BEBIDAS RIO OU RIOZONA, PONTO DE TORRA MÉDIA, MOAGEM MÉDIA/FINA E INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. VALIDADE MÍNIMA 4 MESES CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	Terra da gente Terra da gente	UN	1.078	R$ 9,98	R$ 10.758,44

LOTE 31
Valor Total do Lote: 4.497,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54293	*SUSPIRO, CONTENDO EM CADA CAIXA 50 UNIDADES. PESO LÍQUIDO DA CAIXA 1,050KG.PESO LÍQUIDO DA UNIDADE 15 G.	Fronteira 1,050 kg	CX/50	150	R$ 29,98	R$ 4.497,00

LOTE 40
Valor Total do Lote: 3.926,45 (três mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	56163	*MARGARINA CREMOSA SEM SAL, EM	Doriana sem sal	UN	605	R$ 6,49	R$ 3.926,45

		10G DO PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 72KCAL, 8G GORDURAS TOTAIS, 65% DE LIPÍDEOS, 0% DE GORDURA TRANS., 45 MCG DE VITAMINA A. APRESENTAÇÃO, ASPECTO CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMO E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. EMBALAGEM EM POTES DE POLIPROPILENO ATÓXICO RESISTENTE COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO ENTRE A TAMPA E O POTE. EMBALAGEM: POTE DE 500G.					

Valor Total Homologado - R$ 19.181,89

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.

Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097

2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF Sob O N.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF Sob O N.°409.810.299-49
(Decreto Municipal N.º 14.135/21)
Secretário Municipal De Assistência Social
Contratante

União Eletromóveis LTDA
CNPJ/MF Sob O Nº 03.483.400/0001-93
ANGELA MARIA TEIXEIRA DOS SANTOS
CPF/MF Sob O Nº 029.850.759-55
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 3	**CAFÉ TIPO 2, TORRADO E MOÍDO, DE PRIMEIRA QUALIDADE;, EMPACOTADO A VÁCUO PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM (TIPO TIJOLINHO) DE 500 G, COM NO MÁXIMO DE 15% DE GRÃO P.V.A (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), ISENTO DE BEBIDAS RIO OU RIOZONA, PONTO DE TORRA MÉDIA, MOAGEM MÉDIA/FINA E INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. VALIDADE MÍNIMA 4 MESES CONTAR DA DATA DA ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	1.078	R$ 11,70	R$12.612,60
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	1.078	R$ 11,71	R$12.623,38
4º	VITOR AUGUSTO DIAS SILVA CNPJ: 48.947.862/0001-52	Un	1.078	R$ 15,34	R$16.536,52
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	1.078	R$ 15,50	R$16.709,00
6º	JCN COMERCIO DE ALIMENTOS EM CNPJ: 55.966.697/0001-41	Un	1.078	R$ 15,50	R$16.709,00
LOTE 31	***SUSPIRO, CONTENDO EM CADA CAIXA 50 UNIDADES. PESO LÍQUIDO DA CAIXA 1,050KG.PESO LÍQUIDO DA UNIDADE 15 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Cx	150	R$ 31,90	R$4.785,00
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Cx	150	R$ 35,89	R$5.383,50
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Cx	150	R$ 36,00	R$5.400,00
5º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Cx	150	R$ 36,55	R$5.482,50
LOTE 40	***MARGARINA CREMOSA SEM SAL, EM 10G DO PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 72KCAL, 8G GORDURAS TOTAIS, 65% DE LIPÍDEOS, 0% DE GORDURA TRANS., 45 MCG DE VITAMINA A. APRESENTAÇÃO, ASPECTO CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMO E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. EMBALAGEM EM POTES DE POLIPROPILENO ATÓXICO RESISTENTE COM LACRE DE PAPEL ALUMINIZADO ENTRE A TAMPA E O POTE. EMBALAGEM: POTE DE 500G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	605	R$ 6,50	R$3.932,50

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:1C894020

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 02.590.424/0001-89

LOTE 5
Valor Total do Lote: 226,10 (duzentos e vinte e seis reais e dez centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44775	POLVILHO DOCE, PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 12 MESES, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS, EMBALAGEM 500 G.	RD PCT 500G	UN	70	R$ 3,23	R$ 226,10

LOTE 6
Valor Total do Lote: 3.402,72 (três mil, quatrocentos e dois reais e setenta e dois centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44776	MILHO PARA PIPOCA, GRUPO DURO, CLASSE AMARELO, TIPO 1, EMBALAGEM 500 G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS.	RD PCT 500G	UN	1.224	R$ 2,78	R$ 3.402,72

Valor Total Homologado - R$ 3.628,82

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.

Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097

2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com

3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município

a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Juliantoni Distribuidora De Alimentos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 02.590.424/0001-89
ANTONIO CACEFFO
CPF/MF sob o nº 300.859.509-04
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 5	**POLVILHO DOCE, PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 12 MESES, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS, EMBALAGEM 500 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR - MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	70	R$ 3,97	R$277,90
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	70	R$ 5,05	R$353,50
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	70	R$ 5,92	R$414,40
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	70	R$ 6,30	R$441,00
LOTE 6					
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**

2º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR - MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	1.224	R$ 2,79	R$3.414,96
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Un	1.224	R$ 3,00	R$3.672,00
4º	JCN COMERCIO DE ALIMENTOS EM CNPJ: 55.966.697/0001-41	Un	1.224	R$ 3,99	R$4.883,76
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	1.224	R$ 4,49	R$5.495,76

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:2151A1AC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA LTDA
CNPJ/CPF: 53.814.361/0001-38

LOTE 8
Valor Total do Lote: 7.557,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44779	BISCOITO DOCE C/ RECHEIO; TIPO WAFER ,VÁRIOS SABORES DE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL; AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 140 G.	BAUDUCCO BAUDUCCO	PCT	4.580	R$ 1,65	R$ 7.557,00

LOTE 9
Valor Total do Lote: 11.309,40 (onze mil, trezentos e nove reais e quarenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44780	SUCO PRONTO DE CAIXINHA - SABORES VARIADOS - 1L.	MARATA MARATA	UN	2.060	R$ 5,49	R$ 11.309,40

LOTE 27
Valor Total do Lote: 1.382,50 (um mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Uni	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54307	*BALA MASTIGÁVEL, FRUTAS DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM COM 600G	FLORESTAL FLORESTAL	PCT	175	R$ 7,90	R$ 1.382,50

LOTE 28
Valor Total do Lote: 1.224,50 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54308	*PIRULITO, COM SABOR ARTIFICIAL DE FRUTA, NO FORMATO REDONDO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	FLORESTAL FLORESTAL	PCT	155	R$ 7,90	R$ 1.224,50

LOTE 29
Valor Total do Lote: 14.816,30 (quatorze mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54285	*PAÇOCA EMBALAGEM COM 1KG, CONTENDO 50 UNIDADES DE 20 G.	N BONN N BONN	PCT/50	647	R$ 22,90	R$ 14.816,30

LOTE 30
Valor Total do Lote: 4.428,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54292	*PIPOCA DOCE, PEQUENA COM	CEGONHA CEGONHA	Fardo	120	R$ 36,90	R$ 4.428,00

		12G, CONTENDO EM CADA FARDO 50 UNIDADES.					

LOTE 41
Valor Total do Lote: 15.652,65 (quinze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	56164	*BISCOITO SALGADO, SABOR ORIGINAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 156G CONTENDO 06 EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 24 A 27G CADA, CONTENDO NO MÁXIMO 1,4G DE GORDURA SATURADA POR PORÇÃO DE 26G, SEM GORDURA TRANS. SIMILAR AO PADRÃO CLUB SOCIAL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O MÍNIMO DE 80% DA VALIDADE A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PITSTOP PITSTOP	UN	4.485	R$ 3,49	R$ 15.652,65

Valor Total Homologado - R$ 56.370,35

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.
Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Conti Comercio De Produtos E Cia LTDA
CNPJ/MF sob o nº 53.814.361/0001-38
LUCIO CONTI
CPF/MF sob o nº 634.309.919-00
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 8	**BISCOITO DOCE C/ RECHEIO; TIPO WAFER ,VÁRIOS SABORES DE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL; AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; VALIDADE MINIMA 5 MESES A CONTAR DA DATA ENTREGA, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 140 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	RUFINI ALIMENTOS LTDA CNPJ: 03.913.371/0001-52	Pct	4.580	R$ 1,70	R$7.786,00
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	4.580	R$ 2,00	R$9.160,00
4º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Pct	4.580	R$ 2,66	R$12.182,80
5º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	4.580	R$ 2,66	R$12.182,80
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	4.580	R$ 2,66	R$12.182,80
LOTE 9	**SUCO PRONTO DE CAIXINHA - SABORES VARIADOS - 1L**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA. CNPJ: 23.325.264/0001-10	Un	2.060	R$ 5,75	R$11.845,00
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Un	2.060	R$ 5,79	R$11.927,40
4º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR - MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	2.060	R$ 5,84	R$12.030,40
5º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	2.060	R$ 6,06	R$12.483,60
6º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	2.060	R$ 6,37	R$13.122,20
7º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	2.060	R$ 6,99	R$14.399,40
8º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Un	2.060	R$ 7,30	R$15.038,00
9º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	2.060	R$ 7,34	R$15.120,40
LOTE 27	**BALA MASTIGÁVEL, FRUTAS DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM COM 600G**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	175	R$ 8,30	R$1.452,50
3º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR - MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Pct	175	R$ 11,99	R$2.098,25
4º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Pct	175	R$ 12,15	R$2.126,25
5º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	175	R$ 12,15	R$2.126,25
6º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	175	R$ 12,15	R$2.126,25
LOTE 28	**PIRULITO, COM SABOR ARTIFICIAL DE FRUTA, NO FORMATO REDONDO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Pct	155	R$ 8,48	R$1.314,40
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	155	R$ 8,50	R$1.317,50
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	155	R$ 11,13	R$1.725,15
LOTE 29	***PAÇOCA EMBALAGEM COM 1KG, CONTENDO 50 UNIDADES DE 20 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	647	R$ 24,40	R$15.786,80
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	647	R$ 26,85	R$17.371,95
4º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	647	R$ 27,47	R$17.773,09
5º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Pct	647	R$ 27,47	R$17.773,09
LOTE 30	***PIPOCA DOCE, PEQUENA COM 12G, CONTENDO EM CADA FARDO 50 UNIDADES.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Fardo	120	R$ 42,99	R$5.158,80
LOTE 41	***BISCOITO SALGADO, SABOR ORIGINAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 156G CONTENDO 06 EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 24 A 27G CADA, CONTENDO NO MÁXIMO 1,4G DE GORDURA SATURADA POR PORÇÃO DE 26G, SEM GORDURA TRANS. SIMILAR AO PADRÃO CLUB SOCIAL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O MÍNIMO DE 80% DA VALIDADE A PARTIR DA DATA DE ENTREGA**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	4.485	R$ 3,50	R$15.697,50
3º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Un	4.485	R$ 5,40	R$24.219,00
4º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Un	4.485	R$ 5,90	R$26.461,50
5º	VTR COMERCIAL LTDA CNPJ: 52.932.346/0001-21	Un	4.485	R$ 5,99	R$26.865,15
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	4.485	R$ 6,00	R$ 26.910,00

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:BD1BE4FC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: LBSX COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
CNPJ/CPF: 04.252.693/0001-60

LOTE 19
Valor Total do Lote: 4.580,80 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44792	ACHOCOLATADO EM PÓ; DE PRIMEIRA QUALIDADE; OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLÚVEL, LEITE, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, MINERAIS, VITAMINAS, AROMATIZANTES, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA; CONSTITUÍDO DE PÓ FINO E HOMOGÊNEO; ISENTO DE SOJA OU FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS; ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3% P/P; ACONDICIONADO EM FRASCO, CONTENDO 400 GRAMAS CADA, VALIDADE MÍNIMA 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	LA REND	PCT	1.120	R$ 4,09	R$ 4.580,80

LOTE 21
Valor Total do Lote: 4.401,34 (quatro mil, quatrocentos e um reais e trinta e quatro centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44794	BISCOITO DOCE: TIPO MAISENA, SEM RECHEIO, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 400G, DE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, EM EMBALAGEM FILME, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-48 (DECRETO 12.486, DE 20/10/78).	PICCININI	PCT	1.226	R$ 3,59	R$ 4.401,34

Valor Total Homologado - R$ 8.982,14

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.
Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira

CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

LBSX Comercio De Produtos Alimenticios LTDA
CNPJ/MF sob o nº 04.252.693/0001-60
JULIANA VILAS BOAS
CPF/MF sob o nº 066.716.989-02
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 19	**ACHOCOLATADO EM PÓ; DE PRIMEIRA QUALIDADE; OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLÚVEL, LEITE, AÇÚCAR,MALTODEXTRINA, MINERAIS, VITAMINAS, AROMATIZANTES, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA; CONSTITUÍDO DE PÓ FINO E HOMOGÊNEO; ISENTO DE SOJA OU FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS; ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3% P/P; ACONDICIONADO EM FRASCO, CONTENDO 400 GRAMAS CADA, VALIDADE MÍNIMA 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Pct	1.120	R$ 4,29	R$4.804,80
3º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Pct	1.120	R$ 4,35	R$4.872,00
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	1.120	R$ 5,00	R$5.600,00
5º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Pct	1.120	R$ 6,00	R$6.720,00
6º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	1.120	R$ 6,23	R$6.977,60
7º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	1.120	R$ 6,23	R$6.977,60
LOTE 21	**BISCOITO DOCE: TIPO MAISENA, SEM RECHEIO, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 400G, DE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA,EM EMBALAGEM FILME, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-48 (DECRETO 12.486, DE 20/10/78).**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Pct	1.226	R$ 3,60	R$4.413,60
3º	CASA DO PASTEL CAFÉ LTDA – ME CNPJ: 07.792.299/0001-03	Pct	1.226	R$ 3,64	R$4.462,64
4º	RUFINI ALIMENTOS LTDA CNPJ: 03.913.371/0001-52	Pct	1.226	R$ 3,67	R$4.499,42
5º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Pct	1.226	R$ 3,90	R$4.781,40
6º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Pct	1.226	R$ 4,25	R$5.210,50
7º	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES CNPJ: 19.633.424/0001-11	Pct	1.226	R$ 5,70	R$6.988,20
8º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Pct	1.226	R$ 5,75	R$7.049,50
9º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	1.226	R$ 5,75	R$7.049,50

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:CA729599

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA LTDA
CNPJ/CPF: 32.656.339/0001-37

LOTE 26
Valor Total do Lote: 4.172,35 (quatro mil, cento e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	44800	CHÁ MATE TOSTADO, SABOR NATURAL, CAIXA CONTENDO 40 GRAMAS, CONTENDO 25 SACHES EM CADA CAIXA.	CAPIMAR CAPIMAR	Cx	1.703	R$ 2,45	R$ 4.172,35

Valor Total Homologado - R$ 4.172,35

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.
Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Edicleia Aparecida Zachesky Da Silva LTDA
CNPJ/MF sob o nº 32.656.339/0001-37
EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA
CPF/MF sob o nº 071.672.359-03
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 26	CHÁ MATE TOSTADO, SABOR NATURAL, CAIXA CONTENDO 40 GRAMAS, CONTENDO 25 SACHES EM CADA CAIXA				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Cx	1.703	R$ 3,38	R$5.756,14
3º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Cx	1.703	R$ 3,39	R$5.773,17
4º	VEM COMERCIO ATACADISTA CNPJ: 24.209.764/0001-50	Cx	1.703	R$ 3,50	R$5.960,50
5º	LBSX COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 04.252.693/0001-60	Cx	1.703	R$ 4,01	R$6.829,03
6º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Cx	1.703	R$ 4,49	R$7.646,47

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:7B458880

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: CASA DO PASTEL CAFE LTDA
CNPJ/CPF: 07.792.299/0001-03

LOTE 32
Valor Total do Lote: 4.470,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	54294	*MARIA MOLE, CONTENDO NA CAIXA 50 UNIDADES. PESO DA CAIXA 1,200KG	SABOROSO SABOROSO	CX/50	150	R$ 29,80	R$ 4.470,00

LOTE 34
Valor Total do Lote: 5.350,40 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55656	*QUEIJO; MUSSARELA, FATIADA; EMBALADO EM PLÁSTICO INVIOLÁVEL, COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA EMBALAGEM 1 KG	DELA VITA DELA VITA	KG	128	R$ 41,80	R$ 5.350,40

LOTE 35
Valor Total do Lote: 3.753,96 (três mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55658	*PRESUNTO COZIDO; FATIADO; CONSTITUÍDO DE CARNE SUÍNA, ÁGUA, SAL, MALTODEXTRINA, PROTEÍNA VEGETAL, GLUCOSE DE MILHO, AÇÚCAR, ESPESSANTE CARRAGENA, ESTABILIZANTES PIROFOSFATO TETRASSÓDICO E TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ANTIOXIDANTE ERITORBATO DE SÓDIO, CONSERVADORES NITRITO E NITRATO DE SÓDIO E CORANTE NATURAL DE COCHONILHA,NÃO CONTÉM GLÚTEN, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A CONTAR DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ATÓXICO, POR QUILO	DALIA DALIA	KG	123	R$ 30,52	R$ 3.753,96

LOTE 36

Valor Total do Lote: 17.160,00 (dezessete mil, cento e sessenta reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55659	*BOMBOM PACOTE CONTENDO 1KG, SIMILAR AO SONHO DE VALSA	ARCOR ARCOR	PCT	390	R$ 44,00	R$ 17.160,00

LOTE 43
Valor Total do Lote: 3.336,00 (três mil, trezentos e trinta e seis reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55666	*AMENDOIM SALGADO, PACOTE COM 90 G.	MENDORATO MENDORATO	UN	1.390	R$ 2,40	R$ 3.336,00

LOTE 44
Valor Total do Lote: 7.308,00 (sete mil, trezentos e oito reais)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55236	*PANETONES DE FRUTAS CRISTALIZADAS Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, frutas cristalizadas, uvas passas, ovo integral, gema de ovo, extrato de malte, sal, soro de leite, emulsificante: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aromatizantes e conservados: propionato de cálcio. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS E DERIVADOS, DERIVADOS DE TRIGO, CEVADA, SOJA E DE LEITE. PODE CONTER: CENTEIO, AVEIA, AMENDOIM, AMÊNDOA, AVELÃS, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, PISTACHES, GERGELIM E NOZES. 400 gramas.	MARCA PROPRIA AMRCA PROPRIA	UN	580	R$ 12,60	R$ 7.308,00

LOTE 45
Valor Total do Lote: 11.788,80 (onze mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Item	Códigos	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	55237	* CHOCOTONE COM GOTAS DE CHOCOLATE- FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVO INTEGRAL, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, GOTAS SABOR CHOCOLATE (AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, SORO DE LEITE, PERMEADO DE SORO DE LEITE, CACAU EM PÓ, EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE), GLUCOSE, SAL, EXTRATO DE MALTE, EMULSIFICANTE: MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, CONSERVADOR: PROPIONATO DE CÁLCIO E AROMATIZANTES. CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS, DERIVADOS DE TRIGO, LEITE, SOJA E DE CEVADA. PODE CONTER: CENTEIO, AVEIA, AMENDOIM, AMÊNDOA, AVELÃS, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, PISTACHES, GERGELIM E NOZES. Aproximadamente 500 gramas.	MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA	UN	921	R$ 12,80	R$ 11.788,80

LOTE 49
Valor Total do Lote: 1.155,20 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	103130	POTE DE SORVETE SABOR CREME, CONTENDO 2 L	BAPKA BAPKA	UN	40	R$ 28,88	R$ 1.155,20

Valor Total Homologado - R$ 54.322,36

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.

Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município de Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Casa do Pastel Cafe LTDA
CNPJ/MF sob o nº 07.792.299/0001-03
ADRIANO DA SILVA NIZER
CPF/MF sob o nº 027.375.619-22
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 32	**MARIA MOLE, CONTENDO NA CAIXA 50 UNIDADES. PESO DA CAIXA 1,200KG**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Cx	150	R$ 29,98	R$4.497,00
3º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Cx	150	R$ 30,50	R$4.575,00
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Cx	150	R$ 30,99	R$4.648,50
LOTE 34	***QUEIJO; MUSSARELA, FATIADA; EMBALADO EM PLÁSTICO INVIOLÁVEL, COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA EMBALAGEM 1 KG**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Kl	128	R$ 43,90	R$5.619,20
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Kl	128	R$ 46,31	R$5.927,68
LOTE 35	***PRESUNTO COZIDO; FATIADO; CONSTITUÍDO DE CARNE SUÍNA, ÁGUA, SAL, MALTODEXTRINA, PROTEÍNA VEGETAL, GLUCOSE DE MILHO, AÇÚCAR, ESPESSANTE CARRAGENA, ESTABILIZANTES PIROFOSFATO TETRASSÓDICO E TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ANTIOXIDANTE ERITORBATO DE SÓDIO, CONSERVADORES NITRITO E NITRATO DE SÓDIO E CORANTE NATURAL DE COCHONILHA,NÃO CONTÉM GLÚTEN, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A CONTAR DA ENTREGA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ATÓXICO, POR QUILO**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Kl	123	R$ 30,52	R$3.753,96
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Kl	123	R$ 30,52	R$3.753,96
LOTE 36	***BOMBOM PACOTE CONTENDO 1KG, SIMILAR AO SONHO DE VALSA**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA CNPJ: 53.814.361/0001-38	Pct	390	R$ 45,10	R$17.589,00
3º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Pct	390	R$ 45,29	R$17.663,10

LOTE 43	***AMENDOIM SALGADO, PACOTE COM 90 G.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	1.390	R$ 2,50	R$3.475,00
3º	JULIANTONI DISTRIBUIDORA DE CNPJ: 02.590.424/0001-89	Un	1.390	R$ 2,84	R$3.947,60
4º	VTR COMERCIAL LTDA CNPJ: 52.932.346/0001-21	Un	1.390	R$4,32	R$6.004,80
LOTE 44	***PANETONES DE FRUTAS CRISTALIZADAS Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, frutas cristalizadas, uvas passas, ovo integral, gema de ovo, extrato de malte, sal, soro de leite, emulsificante: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aromatizantes e conservados: propionato de cálcio. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS E DERIVADOS, DERIVADOS DE TRIGO, CEVADA, SOJA E DE LEITE. PODE CONTER: CENTEIO, AVEIA, AMENDOIM, AMÊNDOA, AVELÃS, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, PISTACHES, GERGELIM E NOZES. 400 gramas.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	RUFINI ALIMENTOS LTDA CNPJ: 03.913.371/0001-52	Un	580	R$ 13,00	R$7.540,00
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	580	R$ 14,50	R$8.410,00
4º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	580	R$ 20,31	R$11.779,80
5º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	580	R$ 20,59	R$11.942,20
LOTE 45	**CHOCOTONE COM GOTAS DE CHOCOLATE- FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVO INTEGRAL, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, GOTAS SABOR CHOCOLATE (AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, SORO DE LEITE, PERMEADO DE SORO DE LEITE, CACAU EM PÓ, EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE), GLUCOSE, SAL, EXTRATO DE MALTE, EMULSIFICANTE: MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, CONSERVADOR: PROPIONATO DE CÁLCIO E AROMATIZANTES. CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS, DERIVADOS DE TRIGO, LEITE, SOJA E DE CEVADA. PODE CONTER: CENTEIO, AVEIA, AMENDOIM, AMÊNDOA, AVELÃS, CASTANHA-DECAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, PISTACHES, GERGELIM E NOZES. Aproximadamente 500 gramas.**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	RUFINI ALIMENTOS LTDA CNPJ: 03.913.371/0001-52	Un	921	R$ 13,00	R$11.973,00
3º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	921	R$ 14,50	R$13.354,50
4º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	921	R$ 20,31	R$18.705,51
5º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	921	R$ 20,59	R$18.963,39
LOTE 49	**POTE DE SORVETE SABOR CREME, CONTENDO 2 L**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR – MINI CNPJ: 09.199.742/0001-62	Un	40	R$ 28,89	R$1.155,60

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:D19880E5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mario Antonio Wieczorek,** portador da cédula de identidade R.G n° **208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 409.810.299-49**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 14.135/21**considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 63/2024, processo administrativo nº 12741/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de gêneros alimentícios visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 03.612.312/0004-97

LOTE 51
Valor Total do Lote: 3.266,20 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	103243	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA DE SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, COM PREDOMINÂNCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO À CASEÍNA, ACRESCIDO DE PREBIÓTICOS (TEOR MÍNIMO DE 0,4G/100ML). INDICAÇÃO: CRIANÇAS MENORES DE 6 MESES. EMBALAGEM 800G	Aptamil Premium 1 - Danone Lata de 800g	UN	70	R$ 46,66	R$ 3.266,20

LOTE 52
Valor Total do Lote: 3.316,60 (três mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos)

Item	Código	Especificação	Marca	Uni	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	103244	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, À BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, INDICADO PARA LACTENTES DE 6-12 MESES DE VIDA, COM PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE E CASEÍNA, DEVERÁ CONTER PREBIÓTICOS (GOS FOS), ARA E DHA. INDICAÇÃO: CRIANÇAS DE 6	Aptamil Premium 2 - Danone Lata de 800g	UN	70	R$ 47,38	R$ 3.316,60

		A 12 MESES. EMBALAGEM DE 800G					

Valor Total Homologado - R$ 6.582,80

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
Os produtos deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho. As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades. As notas de empenho, bem como as solicitações à contratada serão repassadas via e-mail, devendo a contratada acusar recebimento do mesmo. Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na RuaFlávio Santos S/N ao lado do Complexo Esportivo Sebastião Amâncio dos Santos, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000. Os servidores deste setor serão responsáveis pelo recebimento. O contato com a Secretaria deverá ser realizado através do número (42) 99107-9616, sendo que este pode ser realizado em qualquer momento dentro do horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta.
Assistência Social: (42) 99107-9616
Educação: (42) 3909-5050
Esporte e Lazer: (42) 99942-4731
Saúde: (42) 3909-5097
2.3 – Demais informações necessárias para execução do objeto:
- Os pães poderão ser solicitados diariamente;
- Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade; - Todo produto deverá ser rotulado conforme legislação vigente, quanto as informações nutricionais e segurança alimentar exigidos pela ANVISA;

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Ao ser emitida a nota de empenho, esta será encaminhada para a empresa, sendo solicitado a confirmação de recebimento pela mesma. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal. A nota fiscal deverá ser encaminhada via e-mail. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico. O número do empenho e da licitação deverão constar na nota fiscal. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
Assistência Social: gestorsocial.palm@gmail.com.
Educação: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br
Esporte e Lazer: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Saúde: nafsaude1@gmail.com
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município
a) Secretaria Municipal de Saúde.
b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *17/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo das servidoras designadas através do Decreto Municipal nº. 15.025 de 07 de janeiro de 2022.
13.1.1.Secretaria Municipal de Assistência Social:Carla Daiana de Souza Kavalkeviski, Maria Eduarda Viante e Michele Aparecida Batista.
13.1.2. Secretaria Municipal de Educação: Paola Diovana Gomes
13.1.3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: Luiz Ricardo Rolinski - Fiscal de Contrato
13.1.4. Secretaria Municipal de Saúde: Aline Pacheski - Titular; Bruna Fernanda Venc dos Santos - Titular; Marlo Adriano Ayres - Titular; Gleicine Aparecida Morais – Suplente.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 07 de agosto de 2024.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
MARIO ANTONIO WIECZOREK
CPF/MF sob o n.°409.810.299-49
(Decreto Municipal n.º 14.135/21)
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

Nutriport Comercial LTDA
CNPJ/MF sob o nº 03.612.312/0004-97
ALEXANDRE TABUENCA DA SILVA
CPF/MF sob o nº 043.068.978-00
Contratada

Testemunhas:

_____
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
RG sob o nº 9419970-0
Fiscal Titular de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
RG sob o nº 10.214.690-5
Fiscal Titular de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 51	**FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO, ISENTA DE SACAROSE, INDICADO PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, COM PREDOMINÂNCIA DAS PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE EM RELAÇÃO À CASEÍNA, ACRESCIDO DE PREBIÓTICOS (TEOR MÍNIMO DE 0,4G/100ML). INDICAÇÃO: CRIANÇAS MENORES DE 6 MESES. EMBALAGEM 800G**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	A C MATERIAIS MEDICOS LTDA CNPJ: 11.138.620/0001-08	Un	70	R$ 55,77	R$3.903,90
3º	VTR COMERCIAL LTDA CNPJ: 52.932.346/0001-21	Un	70	R$ 61,77	R$4.323,90
4º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	70	R$ 61,78	R$4.324,60
5º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	70	R$ 61,78	R$4.324,60
LOTE 52	**FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, À BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, INDICADO PARA LACTENTES DE 6-12 MESES DE VIDA, COM PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE E CASEÍNA, DEVERÁ CONTER PREBIÓTICOS (GOS FOS), ARA E DHA. INDICAÇÃO: CRIANÇAS DE 6 A 12 MESES. EMBALAGEM DE 800G**				
Colocação	**Fornecedor:**	**Un**	**Quant**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
2º	UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 03.483.400/0001-93	Un	70	R$ 54,90	R$3.843,00
3º	VTR COMERCIAL LTDA CNPJ: 52.932.346/0001-21	Un	70	R$ 61,90	R$4.333,00
4º	EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA CNPJ: 32.656.339/0001-37	Un	70	R$61,91	R$4.33,70

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:0AF79796

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 02/2024 - COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO DO CONTESTADO - CIVIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº. 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 8208/2024

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 02/2024 cujo objeto prevê o Credenciamento de entidades consignatárias e instituições financeiras interessadas em prestar serviços de concessão de empréstimos e financiamentos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores ativos deste Município.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
COOPERATIVA DE CREDITO DA REGIAO DO CONTESTADO - CIVIA	10.218.474/0001-68	17759/2024	O proponente não apresentou o documento solicitado no inciso IV do item 4.2.1 do edital: b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual. E apresentou a prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a apresentação de Certidão Positiva de Débitos Municipais, assim não supre a exigência do edital que solicita a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais. A partir desta publicação fica convocada a complementar a documentação.

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Após complementação da documentação de habilitação, caso haja, o proponente será declarado habilitado. O resultado quanto a habilitação será publicado no Diário Oficial do Município, divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site oficial do Município, sendo que a partir desta publicação será aberto o prazo para apresentação de recursos sob o julgamento efetuado, os quais deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

CRISTIANE PEREIRA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:B8793B06

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2024

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Procuradora-Geral, **Sra. Natália Blum de Aguiar,** inscrita no **CPF/MF sob o n.° 068.073.326-45**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 16.455/2023** considerando o julgamento da DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2024**, processo administrativo nº 15179/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com as classificações por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação sob demanda de empresa para encadernações de atos oficiais, através da Procuradoria Geral do Município conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: **24.335.213 VANESSA CRISTINA PINTO**
CNPJ/CPF: 24.335.213/0001-32

Item	Código	Especificação	Un	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	104191	Encadernações de atos oficiais, em capa dura na cor preta, hotstamp em dourado, na capa e lombada, folhas no tamanho A4, sendo coladas e costuradas com capacidade de 200 páginas por capa	Un	85	R$ 35,00	R$ 2.975,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

- Os produtos devem atender exatamente às especificações descritas no termo de referência.
- Os livros deverão seguir as especificações: tamanho A4, 200 folhas em média, capa dura cor preta na dimensão 24x33cm, com letras tipo 36 caixa alta e baixa, na cor dourada.
- A entrega deve ser realizada dentro de um prazo específico de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos atos oficiais. Garantindo a organização e arquivamento adequado dos documentos.
- O serviço deve ser realizado na quantidade exata solicitada pela Procuradoria, sem exigências mínimas adicionais por parte da contratada.
- Se houver atrasos na entrega dos produtos ou serviços, a contratada estará sujeita a penalidades.
- A Prefeitura de Palmeira será responsável pelo transporte do material impresso para encadernação até a sede da empresa vencedora do certame, bem como pela retirada do mesmo; desde que a empresa esteja localizada até o limite de 110 (cento e dez) km de distância da Sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Palmeira, Paraná. Ultrapassado este limite de distância, os custos do transporte do material impresso (retirada e entrega junto à Sede da Prefeitura Municipal de Palmeira), serão de responsabilidade da empresa licitante vencedora do certame.
- Manter informado o Município quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento e qualquer outra de interesse da Administração.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A Prefeitura de Palmeira será responsável pelo transporte do material impresso para encadernação até a sede da empresa vencedora do certame, bem como pela retirada do mesmo, desde que a empresa esteja localizada até o limite de 110 (cento e dez) km de distância da Sede da Prefeitura Municipal. Ultrapassado este limite de distância, os custos do transporte do material impresso (retirada e entrega junto à Sede da Prefeitura Municipal de Palmeira), serão de responsabilidade da empresa licitante vencedora do certame.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. - Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento pelo fiscal de contrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
4.2. Além do órgão gerenciador, não há demais órgãos participantes de registro de preço.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *11/06/2024 (DD/MM/AAAA)*.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo dos servidores nomeados através do Decreto 15.025/2022: Victor Brustolin Vida e Isadora Stadler Rocha Leite.

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 16 de agosto de 2024

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
NATÁLIA BLUM DE AGUIAR
CPF n.º 068.073.326-45
(Decreto Municipal n.º 16.455/2023)
Procuradora-Geral do Município
Contratante

24.335.213 Vanessa Cristina Pinto
CNPJ/CPF: 24.335.213/0001-32
VANESSA CRISTINA PINTO
CPF/MF sob o nº 295.281.678-61
Contratada

Testemunhas:

_____
Victor Brustulim Vida
RG n.º 5.914.390-5
Fiscal Titular do Contrato

_____
Isadora Stadler Rocha Leite
RG n.º 12.536.788-7
Fiscal Suplente do Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

O Item 1 não obteve fornecedores que aceitaram cotar com o mesmo preço do adjudicatário e também não obtiveram fornecedores que mantiveram a proposta original.

Publicado por:
Letícia Xavier Gonçalves
Código Identificador:53B98D68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO - DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 19/09/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ACT2342	277490A000204752	11/05/2024	55414	R$ 195,23
AEE4F12	277490A000184812	17/05/2024	58191	R$ 880,41
AJG3046	277490A000204777	11/05/2024	55411	R$ 195,23
AKM9789	277490A000184813	17/05/2024	58191	R$ 880,41
AMC9F99	277490A000204794	11/05/2024	54870	R$ 195,23

ANE5394	277490A000204796	11/05/2024	76252	R$ 293,47
ANG3A01	277490A000204781	11/05/2024	55411	R$ 195,23
ANV5200	277490A000204766	11/05/2024	55411	R$ 195,23
AOJ3620	277490A000204198	23/05/2024	57380	R$ 293,47
AQH1252	277490A000204802	11/05/2024	76251	R$ 293,47
AQT1090	277490A000204883	23/05/2024	76331	R$ 293,47
AQX7645	277490A000204194	17/05/2024	51851	R$ 195,23
AQY1742	277490A000204800	11/05/2024	76252	R$ 293,47
ARC1918	116100T001419309	18/05/2024	54870	R$ 195,23
ARD0948	277490A000204779	11/05/2024	55411	R$ 195,23
ARJ9E52	277490A000204763	11/05/2024	76252	R$ 293,47
ASI2902	277490A000204792	11/05/2024	76252	R$ 293,47
ASO1C48	277490A000204764	11/05/2024	76252	R$ 293,47
ASP8D32	277490A000204775	11/05/2024	55411	R$ 195,23
ATR0A19	277490A000204769	11/05/2024	55411	R$ 195,23
AUE4750	277490A000204774	11/05/2024	76251	R$ 293,47
AUH5A55	277490A000204803	11/05/2024	54521	R$ 195,23
AUX5792	277490A000204780	11/05/2024	55411	R$ 195,23
AUZ1401	277490A000204782	11/05/2024	76252	R$ 293,47
AVF7406	277490A000204786	11/05/2024	76251	R$ 293,47
AVO8J01	277490A000204760	11/05/2024	76251	R$ 293,47
AWL3234	277490A000204196	20/05/2024	51851	R$ 195,23
AYJ9424	277490A000204755	11/05/2024	76252	R$ 293,47
AYU7953	277490A000204879	23/05/2024	76331	R$ 293,47
AZU6G98	277490A000204772	11/05/2024	55414	R$ 195,23
BAH5E16	277490A000204790	11/05/2024	54870	R$ 195,23
BAZ0761	277490A000204771	11/05/2024	55414	R$ 195,23
BBE3730	277490A000204793	11/05/2024	76252	R$ 293,47
BBJ7H67	277490A000204200	24/05/2024	76331	R$ 293,47
BBX9849	277490A000204784	11/05/2024	76251	R$ 293,47
BCF6G51	277490A000204762	11/05/2024	55414	R$ 195,23
BCQ0852	277490A000204885	23/05/2024	76331	R$ 293,47
BDT3F58	277490A000204787	11/05/2024	76252	R$ 293,47
DBI7468	277490A000204761	11/05/2024	76252	R$ 293,47
DIH1E10	277490A000204770	11/05/2024	76251	R$ 293,47
EAN4621	277490A000204754	11/05/2024	55414	R$ 195,23
HTT3553	277490A000204773	11/05/2024	54870	R$ 195,23
IES1I82	277490A000204192	16/05/2024	54870	R$ 195,23
IQR9C41	277490A000204878	23/05/2024	76331	R$ 293,47
JKL6B75	277490A000204881	23/05/2024	76331	R$ 293,47
LZN0B65	277490A000204882	23/05/2024	76331	R$ 293,47
NGT5I22	277490A000204799	11/05/2024	55414	R$ 195,23
PYI9G41	277490A000204880	23/05/2024	76331	R$ 293,47
RHC6A41	277490A000204783	11/05/2024	76251	R$ 293,47
RHI6H27	116100T001923154	18/05/2024	54521	R$ 195,23
RHJ1D36	277490A000204876	23/05/2024	76331	R$ 293,47
SDQ5G46	277490A000204757	11/05/2024	55414	R$ 195,23
SIR4J09	277490A000204884	23/05/2024	76331	R$ 293,47

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:B0ED3925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 860/2024

Dispõe sobre a designação de servidoras para prestarem serviços na função de Professora Substituta.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº. 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** as servidoras municipais, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, abaixo relacionadas, para prestarem serviços na função de **Professora Substituta**, nos termos do Art. 23 da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

	SUBSTITUTA	MAT.	CONT.	SUBSTITUIÇÃO DE:	INÍCIO	TÉRM.	TURNO	ESCOLA/CMEI
•	PATRICIA DE FATIMA PEREIRA	3693	2	TANIA SANCHES	07/02/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES
•	ELIANE CRISTINA CAVALCANTI DE ALMEIDA	4923	1	HELOISA CRISTINA DIAS	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
•	SILVANA DA SILVA	5367	2	NELMA CRISTIANE DOS SANTOS FERNANDES	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	10802	3	SANDRA REGINA ZANOLLI	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DACIA FIGUEIREDO FORTES
•	CARLA APARECIDA RIBEIRO TEIXEIRA	5366	2	JACYARA MARTA POMIN GOMES	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
•	ROSIMEIRE PEREIRA DOS SANTOS	8341	2	JUANITA CÁCIA DA SILVA MACEDO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO REAL
•	MARIA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	8479	1	SIDINEIA CAETANO	07/02/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	ROSANGELA APARECIDA BELICI	3858	2	CLAUDIA ALBARELLO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	ADRIANE KARINE MARIANO ANICIAS	8717	2	CILMA DA SILVA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA
•	EUNICE FAGUNDES DE MOURA	8740	4	SUZANE RANGEL SCHWENK CAMPOS	01/08/24	23/09/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOÊMIA RIBEIRO DO AMARAL
•	KARLA DA SILVA LIMA	9293	2	SONIA HATUM ALONSO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS

								DUMONT
•	VERA LUCIA FERREIRA CRUZ	9558	2	DAYANE ELISA DE SOUZA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	NILZA MARIA DE OLIVEIRA	9584	1	SANDRA REGINA DE SOUZA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	KEROLLEN ANGELICA AGOSTINHO DOS SANTOS	9586	1	ROSANGELA ROSSINI	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE VAZ DE CARVALHO
•	PATRICIA PAULINO GRAÇA	9717	2	RENATA ARAMINHO MILITÃO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	ALCIONEDIE MARIA DOS SANTOS NEGRÃO	9782	2	ALESSANDRA SACHES KULEVICZ	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	SINARA DA SILVA ZANELATO	9783	1	LEOMAR SOLANGE RODRIGUES PARANGABA MAZETTO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	LUZIA ALVES PEREIRA DE JESUS	9891	6	LEONICE DE SOUZA PEREIRA DOS SANTOS	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA – CLASSE ESPECIAL
•	APARECIDA GONÇALVES FERNANDES	9960	3	MARIA NILZETE CARVALHO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	CLAUDIA MÔNICA SIMÕES LOPES	3308	3	TANIA SANCHES	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES
•	ELSA DIAS TEIXEIRA	3311	3	MARIA NILZETE CARVALHO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES
•	ELOIR ALVES DA SILVA	3849	4	SONIA MARISA RODRIGUES CANATO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE VAZ DE CARVALHO
•	ANDREA ELETÍCIA ARACY DE NOVAES	3919	1	NELMA CRISTIANE DOS SANTOS FERNANDES	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	GISELE CHRISTINE SIMÕES JAPERT	4274	1	IEDA DE ASSIS DE OLIVEIRA MESTRINER MARQUES	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
•	LUCINEA DOS SANTOS DIAS	10614	3	LEONICE DE SOUZA PEREIRA DOS SANTOS	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	SILVIA MARIA NEGRAO DE MELO	6725	1	MARIA APARECIDA BORGES DA SILVA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE VAZ DE CARVALHO
•	CASSIANE COSTA DA SILVA	7393	2	SUSANA SILVÉRIO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
•	VALDELY CRISTINA RODRIGUES	8183	1	SANDRA REGINA DE SOUZA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	THAIS DA SILVA REIS DE SOUZA	8337	2	HELOÍSA CRISTINA DIAS	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
•	DEBORA MANOEL DOS SANTOS	8722	2	SIDINEIA CAETANO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	SONIA MARTA BORGES PAVANI	8752	4	SONIA MARIA DOS SANTOS SALLES	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
•	ADALCIRA APARECIDA GUIMARAES SANCHES	8778	2	THAISA CRISTINA RIBEIRO CARDOSO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DACIA FIGUEIREDO FORTES
•	YASMIM VICTORIA COSTA DOS SANTOS	10084	3	VALDENICE GOMES XAVIER EVANGELISTA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	ELIANE TORQUETI RODRIGUES	9948	2	NEUSA MARIA RECH	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL MARIA SCHUERROF BACK
•	GRAZIELA FERNANDO DA SILVA SALVADOR	9536	2	SONIA HATUM ALONSO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
•	ELAINE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS	9711	1	ROSIVANIA DA COSTA BARBOSA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	SHIRLEY MARQUES DOS REIS DE SOUZA	10204	1	GILDA HELENA ZIOLI	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
•	ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA NEGRÃO GOMES	9554	1	CILMA DA SILVA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA
•	SMAILY GABRIELI MARQUES	9718	1	REGINA ROSA DE OLIVEIRA	29/07/24	06/09/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO REAL
•	ÂNGELA DA SILVA PÍCOLI	4461	1	JOSEMARI CAROLINE DE ALMEIDA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	JULIANA CARINHENA DE CARVALHO	9730	2	EDUARDO MOURA GOBO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	CLEOVANIA DE OLIVEIRA DA SILVA	9953	2	MARYELLEN COLNAGO ANGELO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
•	ANA CRISTINA FURTADO PEREIRA	9991	2	GILDA HELENA ZIOLI	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
•	FRANCIELLE DA SILVA FRANÇA	9944	2	MARYELLEN COLNAGO ANGELO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	MICHELLE MARIA ORSI DE OLIVEIRA	9939	1	SUZANE RANGEL SCHWENK CAMPOS	01/04/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	GIOVANA DE SOUZA DE LIMA	9608	2	MARIA REGINA RODRIGUES DE SOUZA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA
•	ELIANE ANDRADE DA CUNHA DA SILVA	10307	3	LEOMAR SOLANGE RODRIGUES PARANGABA MAZETTO	12/04/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	LETÍCIA JASPER	9958	1	CLAUDIA REGINA GARCIA LEAL	22/04/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL CLEMENTE NIEHUES
•	SAMARA LUIZA GOMES AVELIS	10699	3	CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI	22/04/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOÊMIA RIBEIRO DO AMARAL
•	GISLAINE PATRÍCIA BRAGA	10209	2	PRISCILA LIMA DA SILVA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTA TERESINHA
•	JAQUELINE RODRIGUES DE SOUZA ALÉCIO	7245	2	KARINA DOS SANTOS SILVA	26/04/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DACIA FIGUEIREDO FORTES
•	LUCIANA ANDREIA FREDERICO CHAMP BARBOSA	10943	1	ARIANE CRISTINA DA SILVA VAZ	01/05/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ILDA CAMPANO
•	MARILDA MORAES DO NASCIMENTO	3689	1	JOYCE GALVÃO MACHADO	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	ELIZABETE MARIA NOVAIS DE MORAES	9713	1	ANA PAULA AMORIM OTTERSBACH	07/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
•	FLÁVIA FERREIRA DE OLIVEIRA	9956	2	LUCIANA ROSA CORDEIRO DA SILVA	25/07/24	25/09/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ISBELA FELIPE
•	MILENA MOREIRA DE SOUZA	9943	1	MARINALVA RODRIGUES PRATA	21/08/24	05/10/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
•	ALINE ZANELATO BONETTI	8766	2	THEREZA LUCIANA DECLEVA FERNANDES	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VAZ DE CARVALHO
•	AMANDA ARROTEIA TRINDADE FONSECA	5494	1	DIANA NOGUEIRA	17/05/24	30/11/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO REAL
•	JULIETE SANTOS BORGES	10530	3	LETÍCIA DE SOUZA DA SILVA FREITAS	17/05/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DACIA FIGUEIREDO FORTES
•	SANDRA MEIRE CARDOSO DA SILVA DA SILVEIRA	4879	5	SANDRA MARA FORMICOLI	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ISBELA FELIPE

•	CAROLINE DE LIMA MENDONÇA	10935	1	WALQUÍRIA DE MATOS LEITE	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DACIA FIGUEIREDO FORTES
•	LILIAN REIS FERNANDES DA SILVA	9914	2	ROSIVANIA DA COSTA BARBOSA	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
•	ALUSKA DOS SANTOS COLUCCI	9959	2	FABIANE CAVALCANTI DE ANDRADE	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
•	VANIA FIGUEIREDO CLAUDINO	11028	1	CLEUZA DA APARECIDA DA SILVA	26/07/24	16/12/24	MATUTINO	CMEI ANTÔNIA AYRES DE OLIVEIRA
•	PAULA PATRICIA RODRIGUES FIGUEREDO BARBOSA	9923	1	CLEUZA DA APARECIDA DA SILVA	26/07/24	16/12/24	VESPERTINO	CMEI ANTÔNIA AYRES DE OLIVEIRA
•	HIAGO HENRIQUE DA SILVA	10926	1	CAROLINE MILIOLI	08/08/24	06/09/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	FRANCIELE MOREIRA MAGALHÃES DIONÍSIO	10085	2	RUTE RODRIGUES DOS SANTOS DE SOUZA	08/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
•	GRAZIELE VICINI RODRIGUES	11051	1	SIDNEIRE CAETANO	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
•	ANA PAULA GIMENES DOS SANTOS	10365	2	NATAN DE SOUZA MIRANDA	29/07/24	06/10/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	ALANE MARQUES RIBEIRO DOS SANTOS	10051	1	ELISSANDRA MARIA PETIK	29/07/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
•	RAQUEL DE MORAIS BENITES	10921	1	IEDA DE ASSIS OLIVEIRA MESTRINER MARQUES	01/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
•	FLÁVIA RAFAELA LEBIS	8963	2	FABIANE CAVALCANTI DE ANDRADE JOAQUIM	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	RONALDO DA SILVA NOGUEIRA	11195	1	KARINA BEATRIZ EICKHOFF	06/08/24	06/09/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	IVANA PREUSS	9924	2	ROSANGELA POCRIFKA VITURI	12/08/24	21/08/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
•	VERA LÚCIA FERREIRA CRUZ	9558	2	DAYANE ELISA DE SOUSA	01/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA NETO
•	MARIA CRISTINA FURLAN DOS SANTOS	9949	2	AGATHA CRISTINA DA SILVA DE SOUZA	13/08/24	16/12/24	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ILDA CAMPANO
•	GRAZIELI BOMBONATO ESCALIANTE COITO	10005	2	AGATHA CRISTINA DA SILVA DE SOUZA	13/08/24	16/12/24	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ILDA CAMPANO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:95C01B9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 04/10/2024.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAP0050	277510T000106081	13/08/2024	51851
ABM7395	277510T000057648	10/08/2024	57030
ADH0H79	277510T000057651	10/08/2024	57030
AEU0358	277510T000075039	12/08/2024	60412
AFR5E80	277510T000106066	09/08/2024	76331
AFW4568	277510T000082285	08/08/2024	54526
AGH2952	277510Z000023359	30/07/2024	55412
AGM0844	277510T000082286	08/08/2024	76251
AGO6902	277510Z000023356	30/07/2024	55412
AHG4882	277510Z000023363	30/07/2024	55412
AHM5E44	277510T000102129	13/08/2024	76331
AJW3D17	277510T000106034	08/08/2024	76332
AJZ7J26	277510T000040419	13/08/2024	76251
AKF8272	277510T000106060	09/08/2024	76331
AKK0103	277510T000057654	12/08/2024	55417
ALA7E88	277510T000036577	10/08/2024	54526
ALJ4529	277510T000036591	13/08/2024	76331
ALV5588	277510Z000023352	30/07/2024	55412
AMD4E99	116100T001837039	08/08/2024	55414
AMH7350	277510T000038367	13/08/2024	55417
ANI2F60	277510Z000023375	30/07/2024	55412
AOA1D88	277510T000054850	13/08/2024	60501
AOC7603	277510T000082290	13/08/2024	76331
AOD9290	277510T000074077	09/08/2024	61220
AOX9H81	277510Z000023381	30/07/2024	55412
AQN9A31	277510Z000023377	30/07/2024	55412
AQP8B24	277510Z000023369	30/07/2024	55412
AQT0723	277510T000039285	13/08/2024	76251

ARB1370	277510Z000023376	30/07/2024	55412
ARC7276	277510T000036595	13/08/2024	61220
ARJ0961	277510T000106065	09/08/2024	51930
ARU7336	277510T000096061	08/08/2024	55417
ASG3G56	277510T000038363	13/08/2024	55417
ASP3E10	277510T000102131	13/08/2024	76332
ATK0878	277510Z000023351	30/07/2024	55412
ATZ8651	277510T000099099	13/08/2024	76331
AUD1994	277510T000074082	13/08/2024	76331
AUD5772	277510T000038366	13/08/2024	54526
AUF0A87	277510Z000023360	30/07/2024	55412
AUF1205	277510T000096062	08/08/2024	76251
AUI8416	277510T000106077	13/08/2024	76331
AVB3C59	277510Z000023362	30/07/2024	55412
AVJ3637	277510Z000023371	30/07/2024	55412
AVM7408	277510T000071743	13/08/2024	76331
AVM7408	277510T000074080	13/08/2024	76332
AWG6F18	277510T000099094	12/08/2024	76331
AWJ4408	277510Z000023357	30/07/2024	55412
AWP0C07	277510T000074081	13/08/2024	76331
AWQ0F06	277510Z000023380	30/07/2024	55412
AWR1A19	277510T000055928	09/08/2024	58350
AWR1A19	277510T000055927	09/08/2024	54870
AXC4D20	277510T000054849	13/08/2024	66372
AXG6I39	277510T000106036	08/08/2024	76331
AXH1C02	277510T000106045	08/08/2024	76332
AXP6884	277510T000096063	08/08/2024	55417
AXS7H33	277510Z000023370	30/07/2024	55412
AYB4J34	277510T000106050	09/08/2024	76331
AYR2F24	277510T000106058	09/08/2024	76332
AYT4201	277510T000036543	06/08/2024	55411
AYU1A25	277510Z000023378	30/07/2024	55412
AYU1A25	277510Z000023354	30/07/2024	55412
AZD0716	277510T000038357	10/08/2024	58511
AZI3A50	277510T000071751	13/08/2024	76331
AZI5893	277510T000051840	12/08/2024	76332
AZP2I82	277510Z000023365	30/07/2024	55412
AZP2I82	277510Z000023383	30/07/2024	55412
AZQ5726	277510T000039283	09/08/2024	65800
AZR4F59	277510T000096059	08/08/2024	76331
AZR7503	277510T000102125	13/08/2024	76331
AZV6H28	277510T000071735	09/08/2024	76331
AZW1F19	277510T000106073	13/08/2024	76331
AZX2C68	277510T000074083	13/08/2024	76331
AZX4388	277510T000040418	13/08/2024	54526
BAB3C07	277510T000106083	13/08/2024	55417
BAD5J21	277510T000057650	10/08/2024	57030
BAK5B72	277510T000106064	09/08/2024	76331
BAO7510	277510T000075049	13/08/2024	55500
BAP7953	277510T000036583	10/08/2024	60501
BBA6D59	277510T000071748	13/08/2024	76331
BBG9G45	277510T000106062	09/08/2024	76331
BBH9B92	277510T000026584	09/08/2024	55417
BBP4617	277510T000040420	13/08/2024	76252
BBQ5262	277510T000051838	10/08/2024	76251
BBR5F19	277510Z000023361	30/07/2024	55412
BBU2067	277510T000099096	12/08/2024	76331
BBY1J50	277510T000071738	10/08/2024	76331
BCP5348	277510T000071750	13/08/2024	57030
BCP7F98	277510T000106063	09/08/2024	76332
BCQ2522	277510T000096068	09/08/2024	76331
BCU5F94	277510T000106072	12/08/2024	54600
BCY2E00	277510T000102130	13/08/2024	76331
BCY3H74	277510T000075036	08/08/2024	55417
BDC9H98	277510T000082291	13/08/2024	76331
BDE1C58	277510T000106051	09/08/2024	76332
BDL8B24	277510T000099097	13/08/2024	76332
BDL8B24	277510T000099098	13/08/2024	60501
BDO7H58	277510T000096073	12/08/2024	55411
BDR8B09	277510T000075044	12/08/2024	51930
BDS9H29	277510T000036592	13/08/2024	76331
BDT7C93	277510T000040414	12/08/2024	55417
BDU4B58	277510T000096070	09/08/2024	76331
BDV1J59	277510T000036581	10/08/2024	60501
BEK2C73	277510T000106040	08/08/2024	76331
BEM2789	277510T000038359	10/08/2024	55411
BER4A55	277510T000099093	10/08/2024	76331
BER5H54	277510T000106079	13/08/2024	55411
BEX4I59	277510T000082287	13/08/2024	76331
BZM0781	277510T000106075	13/08/2024	76252
DCX8J99	277510T000096058	08/08/2024	76252
DFE4503	277510T000106038	08/08/2024	60501
DKE3H30	277510Z000023364	30/07/2024	55412
DKE3H30	277510Z000023373	30/07/2024	55412
DRS0G11	277510T000075042	12/08/2024	60501
EDS3J18	277510T000082289	13/08/2024	76331
EGM0A92	277510T000106054	09/08/2024	76332
EIP9A95	277510T000036582	10/08/2024	76331
EKW6B05	277510T000099095	12/08/2024	76331

EMH8A06	277510T000036580	10/08/2024	55417
EQM3G90	277510T000071744	13/08/2024	57030
ERZ1011	277510T000096055	08/08/2024	55411
FTH9C68	277510T000102122	12/08/2024	76331
FVK4H50	277510T000057646	10/08/2024	57030
GAE1C75	277510T000106055	09/08/2024	76332
GHX2A52	277510T000106046	08/08/2024	76332
HNE9C52	277510T000099090	10/08/2024	76331
IGG5218	277510T000099089	10/08/2024	51930
ILW4C19	277510T000074085	13/08/2024	55411
IPP7J04	277510T000040415	12/08/2024	52070
IRJ2F36	277510T000075034	08/08/2024	57030
JAN3H98	277510T000102127	13/08/2024	54870
JAO5G53	277510T000075041	12/08/2024	76331
JBD6C32	277510Z000023385	30/07/2024	55412
JMC9579	277510Z000023355	30/07/2024	55412
JQA6690	277510T000106059	09/08/2024	55411
JQP3526	277510T000075037	08/08/2024	57030
KRI3C54	277510T000039281	09/08/2024	76251
LXG5G11	277510T000096054	08/08/2024	54600
LYE2I51	277510T000102120	12/08/2024	76331
MBB3C97	277510T000082293	13/08/2024	76331
MBI7256	277510Z000023386	30/07/2024	55412
MCS5246	277510T000102132	13/08/2024	76332
MDG0H34	277510T000099101	13/08/2024	55411
MEM7G37	277510T000071742	12/08/2024	76331
MEM7G37	277510T000038364	13/08/2024	55417
MFM8B16	277510T000057653	12/08/2024	55417
MFQ3062	277510T000102123	12/08/2024	76332
MGG1D75	277510T000106041	08/08/2024	76332
MHC9993	277510Z000023368	30/07/2024	55412
MHH6J69	277510T000096056	08/08/2024	55411
MHT9G79	277510T000096052	08/08/2024	55417
MHW4C20	277510T000038356	10/08/2024	66371
MIG3G50	277510T000106039	08/08/2024	76332
MIO0F03	277510T000075033	08/08/2024	57030
MIU1601	277510T000075038	10/08/2024	55411
MIU2H61	277510T000039282	09/08/2024	76251
MIZ3740	277510T000106069	12/08/2024	76332
MJY6521	277510T000096066	09/08/2024	51930
MKH1J80	277510T000038347	08/08/2024	60412
MKV4F49	277510T000036594	13/08/2024	55417
MKX8D40	277510T000099100	13/08/2024	76331
MLX1489	277510T000106067	12/08/2024	76331
MMB6D73	277510T000075040	12/08/2024	54522
MWA3G12	277510T000038358	10/08/2024	58511
NPO1154	277510T000026583	09/08/2024	60501
OKU2D29	277510T000071746	13/08/2024	76331
OLF5032	277510T000082292	13/08/2024	76331
OOH0I33	277510T000054846	10/08/2024	55411
OPJ9670	277510Z000023387	30/07/2024	55412
OYP3G19	277510T000102118	12/08/2024	76331
PEN4445	277510T000082288	13/08/2024	76331
PKD6F90	277510Z000023372	30/07/2024	55412
PKD6F90	277510Z000023367	30/07/2024	55412
PNG7A31	277510T000071736	09/08/2024	76331
PNY6C88	277510T000106044	08/08/2024	76331
POF5E70	277510Z000023374	30/07/2024	55412
QAZ8H30	277510T000036597	13/08/2024	76331
QHY8016	277510T000054851	13/08/2024	66372
QIY4845	277510Z000023382	30/07/2024	55412
QJA0H84	277510T000096071	09/08/2024	76331
QJA9581	277510T000039284	12/08/2024	76331
QJM1H52	277510T000096069	09/08/2024	58194
QJX4444	277510T000102121	12/08/2024	58194
QLB7H96	277510Z000023358	30/07/2024	55412
QWG3E49	277510T000106048	09/08/2024	76331
QWZ0G90	116100T001482423	08/08/2024	54284
RDZ4I07	277510T000051843	13/08/2024	51930
RHJ3D67	277510T000106035	08/08/2024	76331
RHL8J53	116100T001837040	08/08/2024	55414
RHW7J29	277510T000075051	13/08/2024	60501
RHW8A61	277510T000075035	08/08/2024	55417
RML6J34	277510T000106076	13/08/2024	55411
RNT3D99	277510T000071740	12/08/2024	55417
RUU5H48	277510T000074078	12/08/2024	76331
RUX5E48	277510T000096065	09/08/2024	76331
RXP1E16	277510Z000023366	30/07/2024	55412
RYB1F29	277510T000074084	13/08/2024	76331
SDS9B96	277510T000075045	13/08/2024	55417
SEE7H69	277510T000102128	13/08/2024	76331
SEE8I12	277510T000096072	12/08/2024	76332
SEP0659	277510T000026586	13/08/2024	76331
SES1H04	277510T000051841	13/08/2024	76332
SEU4B22	277510T000074086	13/08/2024	76331
SFF0C63	277510T000106043	08/08/2024	76332
SXB3B42	277510T000038362	12/08/2024	55411
SXE4I92	277510T000036590	12/08/2024	76331

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:1A50D8C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 312/2024 – DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

PORTARIA N.º 312/2024 – de 16 de agosto de 2024.

Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Paulo José Rodrigues	09/08/2024	09/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Márcio Ultchak	09/08/2024	09/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
Márcio Ultchak	11/08/2024	11/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
Silvio Renato Lalik	12/08/2024	12/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	12/08/2024	12/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Cesar Pijak	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Luiz Bazo	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	LOGAN EEZ 1B07	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Irati/PR	ONIX SDX 3B45	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
Márcio Ultchak	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	SPIN BBX 5462	Transporte de Pacientes
Silvio Renato Lalik	13/08/2024	13/08/2024	1	104,55	104,55	Irati/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Silvio Renato Lalik	14/08/2024	14/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	14/08/2024	14/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Cesar Pijak	14/08/2024	14/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	LOGAN EEZ 1B07	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	15/08/2024	15/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Márcio Ultchak	15/08/2024	15/08/2024	1	104,55	104,55	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Maria Rosemeide Kmita	20/08/2024	22/08/2024	2	313,65	627,30	Curitiba/PR	----------	Serviços atinentes a Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de agosto de 2024.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

MARIA ROSEMEIDE KMITA
Secretária Da Saúde

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:47BADDFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Item 01 – adjudicado para DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 56.081.482/0001-06, sediado à Rua Adolfo Lutz, n° 535, Jardim São Luiz, cidade de Ribeirão Preto, São Paulo/SP, representado por Luiz Carlos Gelotti, RG 4.169.049, CPF 290.459.598-87, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	0348807	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE COM 100 UNIDADES - ABAIXADOR LÍNGUA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO: CERCA DE 14 CM, FORMATO: TIPO ESPÁTULA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, LARGURA: CERCA DE 1,50 CM, ESPESSURA: CERCA DE 2 MM	PACOTE COM 100UN CADA	50	R$ 4,91	R$ 245,50
3	397510	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO DE MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO OU LIGA DE ALUMÍNIO EM CORES DE ACORDO COM O PADRÃO DE CODIFICAÇÃO DO CALIBRE (NBR), BISELTRIFACETADO, SILICONIZADO EM SUPERFÍCIE EXTERNA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, APIROGÊNICO E ATÓXICO COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, **Nº 20 X 5,5**. EMBALADA UNITARIAMENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UN CADA	30	R$ 5,90	R$ 177,00
97.	0437868	FITA MICROPOROSA HIPOALÉRGICA 10,0CM X 10M, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO-TECIDO A BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE POLIACRILATOHIPOALERGENICO. UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, PONTO FALSO, PROTEÇÃO DE CORTES, ETC. DE FINÍSSIMA ESPESSURA E EXCELENTE FIXAÇÃO, NÃO MACHUCA A PELE AO SER REMOVIDA, SENDO INDICADA PARA CURATIVOS EM REGIÕES DO CORPO COM ALTA SENSIBILIDADE, PRINCIPALMENTE EM CRIANÇAS E IDOSO.	UNIDADE	150	R$ 7,20	R$ 1.080,00
109.	0389338	LANCETA AUTOMATICA 23G CAIXA COM 100- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDE A NR 32; PENETRAÇÃO CONSISTENTE; ESTERILIZADAS POR RADIAÇÃO - ÓXIDO DE ETILENO; AUTOMÁTICA: ACIONAMENTO POR CONTATO; ESPESSURA ULTRAFINA PARA PUNÇÃO INDOLOR; NÃO PERMITE REUTILIZAÇÃO; DESCARTE SEGURO; USO ÚNICO; AGULHA: AÇO INOXIDÁVEL TIPO 304; CORPO DA LANCETA: CORPO EM PLÁSTICO E TAMPA EM ABS. DIÂMETRO DA AGULHA 23G - TIPO TRIFACETADA.	CAIXA COM 100	50	R$ 12,00	R$ 240,00
121.	0454590	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇAÕ DE O2 COM RESERVATORIO RN - FORNECER O2 EM FLUXOS IGUAIS OU SUPERIORES AO FLUXO INSPIRATÓRIO MÁXIMO DO INDIVÍDUO UTILIZA ORIFÍCIOS DE TAMANHOS DIFERENTES COM FLUXOS DE O2 VARIÁVEIS PARA AJUSTE DA FIO2. FIO2 FIXA. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	5	R$ 19,38	R$: 96,90
123.	485315	MÁSCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO CAIXA COM 50 UN. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APROXIMADAS: COM ELÁSTICO;TRIPLA CAMADA COM FILTRO QUE PROPORCIONA UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; TIRAS SUPER RESISTENTES DE 40 CM DE COMPRIMENTO; CLIPS NASAL DE 14 CM DE COMPRIMENTO; SOLDA POR ULTRASSOM; COR BRANCA.	CAIXA COM 50 UND	100	R$ 4,28	R$ 428,00
139.	439728	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML SEM AGULHA - DEVE APRESENTARSTOPPER FINO PARA MELHOR LEITURA DA DOSAGEM. BICO LUERSLIP, ESTÉRIL, FABRICADA EM POLIPROPILENO INCOLOR, CORPO TRANSPARENTE QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO MEDICAMENTO, SILICONADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE P PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. QUE ATENDA A NBR 32. FABRICADA SEGUINDO AS BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DA ANVISA .	UNIDADE	4000	R$ 0,45	R$ 1.800,00
140.	0439630	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML SEM AGULHA BICO LATERAL LUER SLIP- SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA, BICO LUERSLIP, ESTÉRIL, FABRICADA EM POLIPROPILENO INCOLOR, CORPO TRANSPARENTE QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO MEDICAMENTO, SILICONADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM ELA. QUE ATENDA A NR32.	UNIDADE	2000	R$ 0,65	R$ 1.300,00
204.	0452240	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO G- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 86 X 10 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	30	R$ 12,30	R$ 369,00
226.	0269941	ÁLCOOL EM GEL COM PUMP 70° INPM/ ÁLCOOL 70% 500ML. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	200	R$ 5,30	R$ 369,00
237.	0398705	PVPI DEGERMANTE TENSOATIVO 1L - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DEGERMANTECOMTENSOATIVOS 10% (IODOPOVIDONA SOLUÇÃO) - DETALHES DO PRODUTO: A BASE DE POLIVINILPIRROLIDONA IODO (PVP-I) EM SOLUÇÃO DEGERMANTE, CONTENDO 1% DE IODO ATIVO, UM COMPLEXO ESTÁVEL E ATIVO QUE LIBERA IODO PROGRESSIVAMENTE. É ATIVO CONTRA TODAS AS FORMAS DE BACTÉRIAS NÃO ESPORULADAS, FUNGOS E VÍRUS. É INDICADO PARA ANTI-SEPSIA DA PELE, MÃOS E ANTEBRAÇOS.	UNIDADE	60	R$ 50,00	R$ 3.000,00

242.	0431301	VASELINA LÍQUIDA - HOSPITALAR 1000 ML, (GRAU FARMACÊUTICO), INDICADA COMO EMOLIENTE PARA PELE. COMPOSIÇÃO VASELINA LÍQUIDA 100%, FRASCO DE 1000ML COM EXCELENTE VEDAÇÃO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	60	R$ 28,60	R$ 1.716,00
261.	0268222	BICARBONATO DE SOÓDIO 8,4% 10ML CX COM 200 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA	03	R$ 158,00	R$ 474,00
262.	0267162	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% 10ML CX COM 200 UNIDADES- SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA	03	R$ 90,00	R$ 270,00
264.	0267574	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML CX COM 200 UNIDADES- SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXAS	03	R$ 84,00	R$ 252,00
271.	299675	SOLUÇÃO MANITOL 20 % - 250ML SISTEMA FECHADO-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 500 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	FRASCO	100	R$ 8,00	R$ 800,00
281.	0303292	SORO SIST FECHADO RINGER C/LACTADO 500ML- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO +CLORETO DE CÁLCIO + LACTATO DE SÓDIO. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 500 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	1200	R$ 6,20	R$ 7.440,00
282.	268076	SULFATO DE MAGNESIO 10% 10ML CX COM 200 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. VALIDADE MÍNIMA 1 ANO.	CAIXA	03	R$ 210,00	R$ 630,00
TOTAL						R$ 31.178,40

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

LUIZ CARLOS GELOTTI
290.459.598-87
Responsável Legal Da Empresa
DDIMEBRAS Comercial Hospitalar LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:7A71FDC9

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Item 01 – adjudicado para VALE COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, CNPJ 32.635.445/0111-34, sediado à Rua Emilio Barizon, n° 1.352, Parque Residencial Santa Rosa, cidade de Cambé/PR, representado por Bruno Tainan Paes da Silva, RG 10.913.427, CPF 077.418.739-54, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	397513	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO DE MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO OU LIGA DE ALUMÍNIO EM CORES DE ACORDO COM O PADRÃO DE CODIFICAÇÃO DO CALIBRE (NBR), BISELTRIFACETADO, SILICONIZADO EM SUPERFÍCIE EXTERNA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, APIROGÊNICO E ATÓXICO COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, **Nº 13 X 4,5.** EMBALADA UNITARIAMENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UN CADA	30	R$ 5,2625	R$ 157,875
4	439809	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 0,6 CX C/ 100: DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO. CÂNULA SILICONADA QUE DESLIZA FÁCIL MENTE, DIMINUINDO A DOR DO PACIENTE; BISELTRIFACETADO QUE TORNA A APLICAÇÃO MAIS FÁCIL E REDUZ A DOR DO PACIENTE; CANHÃO COLORIDO PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO CALIBRE DA AGULHA; PROTETOR PLÁSTICO QUE GARANTE A TOTAL PROTEÇÃO DA AGULHA PARA UM MELHOR ACOPLAMENTO À SERINGA; CÓDIGO EAN NAS EMBALAGENS UNITÁRIAS E NAS CAIXAS DAS AGULHAS. REGISTRO MS E ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 100 UN CADA	60	R$ 5,675	R$ 340,50
5	439804	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 0,8 CX C/ 100: DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO. CÂNULA SILICONADA QUE DESLIZA FÁCIL MENTE, DIMINUINDO A DOR DO PACIENTE; BISELTRIFACETADO QUE TORNA A APLICAÇÃO MAIS FÁCIL E REDUZ A DOR DO PACIENTE; CANHÃO COLORIDO PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO CALIBRE DA AGULHA; PROTETOR PLÁSTICO QUE GARANTE A TOTAL PROTEÇÃO DA AGULHA PARA UM MELHOR ACOPLAMENTO À SERINGA; CÓDIGO EAN NAS EMBALAGENS UNITÁRIAS E NAS CAIXAS DAS AGULHAS. REGISTRO MS E ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 100 UN CADA	50	R$ 5,25	R$ 262,50
6	397505	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO DE MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO OU LIGA DE ALUMÍNIO EM CORES DE ACORDO COM O PADRÃO DE CODIFICAÇÃO DO CALIBRE (NBR), BISELTRIFACETADO, SILICONIZADO EM SUPERFÍCIE EXTERNA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, APIROGÊNICO E ATÓXICO COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, **Nº 25 X 7**. EMBALADA UNITARIAMENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UN CADA	60	R$ 5,00	R$ 300,00
7	439805	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL, CANHÃO DE MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO OU LIGA DE ALUMÍNIO EM CORES DE ACORDO COM O PADRÃO DE CODIFICAÇÃO DO CALIBRE (NBR), BISELTRIFACETADO, SILICONIZADO EM SUPERFÍCIE EXTERNA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, APIROGÊNICO E ATÓXICO COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, **Nº 30 X 8**. EMBALADA UNITARIAMENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UN CADA	60	R$ 5,00	R$ 300,00
8	0439799	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, CÂNULA EM AÇO	CAIXA COM 100	80	R$ 5,675	R$ 454,00

		INOXIDÁVEL, CANHÃO DE MATERIAL PÁSTICO ATÓXICO OU LIGA DE ALUMÍNIO EM CORES DE ACORDO COM O PADRÃO DE CODIFICAÇÃO DO CALIBRE (NBR), BISELTRIFACETADO, SILICONIZADO EM SUPERFÍCIE EXTERNA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, APIROGÊNICO E ATÓXICO COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA, **Nº 40 X 12**. EMBALADA UNITARIAMENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	UN CADA			
12	0407961	ALGODÃO ALVEJADO, PURIFICADO ISENTO DE IMPUREZAS ,TIPO HIDRÓFILO, NÃO ESTÉRIL. PACOTE COM ROLO 500 GRAMAS, TAMANHO MÍNIMO DE 24CM DE LARGURA = ALGODÃO PACOTE 500 GRAMAS, TAMANHO MÍNIMO DE 24CM DE LARGURA- COR BRANCA, PURO, SEM IMPERFEIÇÕES, ACONDICIONADO EM ROLO COM CAMADA CONTÍNUA, SOBRE PAPEL APROPRIADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE	1200	R$ 13,7162	R$ 16.459,44
14	448245	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EMMANTAS, 100% FIBRA ALGODÃOCRÚ 08CM X 100CM, ENROLADOEM PAPEL APROPRIADO, NÃOESTÉRIL, EMBALADO EM PACOTES COM 12 UNIDADES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE	30	R$ 4,554	R$ 91,08
15	448246	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EMMANTAS, 100% FIBRA ALGODÃOCRÚ 10CM X 100CM, ENROLADOEM PAPEL APROPRIADO, NÃOESTÉRIL, EMBALADO E PACOTES COM 12 UNIDADES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE	30	R$ 5,106	R$ 102,12
17	0444355	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS, MEDINDO **10 CM** DE LARGURA COM 1,80 METROS. PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM, MEDINDO 6 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3 GR CONFECCIONADA COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, COM COMPOSIÇÃO DE FIOS COM NO SIMO 64% DE ALGODÃO, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM, CONFORME PORTARIA MS-SVS, Nº 01 DE 23/01/96. SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 6,30	R$ 1.890,00
18	0444362	ATADURA DE CREPE, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, APROXIMADAMENTE 92% ALGODÃO CRU, 8% DE POLIAMIDA, TRAMA REGULAR COM NO MÍNIMO 13 FIOS/CM2, NÃO ABRASIVA. **TAMANHOS: 12 CM** DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE COMPRIMENTO (ESTICADA). PACOTE COM 12 UNIDADES.	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 7,662	R$ 2.298,60
21	444342	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM, MEDINDO 6 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM, MEDINDO 6 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3 GR CONFECCIONADA COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, COM COMPOSIÇÃO DE FIOS COM NO MÍNIMO 64% E ALGODÃO, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTENDO Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM, CONFORME PORTARIA MS-SVS, Nº 01 DE 23/01/96. SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 4,9125	R$ 1.473,75
22	0444350	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS, MEDINDO **8 CM** DE LARGURA COM 1,80 METROS. PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM, MEDINDO 6 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO. CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3 GR CONFECCIONADA COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, COM COMPOSIÇÃO DE FIOS COM NO SIMO 64% DE ALGODÃO, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM, CONFORME PORTARIA MS-SVS, Nº 01 DE 23/01/96. SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 6,075	R$ 1.822,50
24.	0444610	ATADURA GESSADA 10 CM - ATADURAS DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFIAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR, MEDINDO 10CM X 3M, COM QUANTIDADE DE GESSO SUFICIENTE PARA DAR CREMOSIDADE APÓS IMERSÃO EM ÁGUA, TEMPO DE SECAGEM DE 5 A 6 MINUTOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME PORTARIA MSSVS, N°01 DE 23/01/96. CAIXA COM 20 UNIDADES SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA COM 20 UN	20	R$ 46,75	R$ 935,00
32.	0419371	BOLSA COLETORA URINA SISTEMA FECHADO (2 L)- COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO COM VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA CONTROLE DE EXERCÍCIOS VESICAIS E PROTEÇÃO, COM REGISTRO DE ESTERILIZAÇÃO, CAPACIDADE 2LT EM PVC ESPECIAL TOTALMENTE ATÓXICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADO A GÁS DE OXIDO DE ETILENO, SISTEMA FECHADO PARA COLETA DE URINA, BOLSA TRANSPARENTE NA FACE ANTERIOR E BRANCO NA FACE POSTERIOR PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO; VÁLVULA ANTI-REFLUXO VERTICAL; TUBO EXTENSOR EM PVC COM 1,10CM; ALÇA DE CORDÃO COM 40CM DE COMPRIMENTO; EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO, ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO, VALIDADE POR 5 ANOS.	UNIDADE	1000	R$ 2,875	R$ 2.875,00
34.	0273745	CADARÇO SARJADO 10M- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	UNIDADE	10	R$ 0,4795	R$ 4,795

		GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. CADARÇO SARJADO - FIXAÇÃO DE CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA. - COMPOSIÇÃO: 90% ALGODÃO 10% POLIÉSTER. - SARJADO DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. - TAMANHO: 10MM X 10 METROS.				
37.	0422819	CÂNULA DE GUEDEL 1- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 1,71	R$ 25,65
39.	0422817	CÂNULA DE GUEDEL 3- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 2,1625	R$ 32,4375
40.	0422820	CÂNULA DE GUEDEL 4- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 1,71	R$ 25,65
41.	0422818	CÂNULA DE GUEDEL 5- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 1,1875	R$ 17,8125
43.	0395230	CANULA NASAL ADULTO TIPO OCULOS (CATÉTER) - UTILIZADA PARA ADMINISTRAR OXIGÊNIO EM PACIENTES ADULTOS QUE NECESSITAM DE FLUXO DE O2. SUA COLOCAÇÃO E UTILIZAÇÃO É SIMPLES E PERMITE QUE O PACIENTE CONVERSE E SE ALIMENTE SEM INTERRUPÇÃO DE OXIGÊNIO. MODELO TIPO ÓCULOS QUE PROPORCIONA AO PACIENTE MAIS CONFORTO E ALTO DESEMPENHO NO SEU DIA-A-DIA. SEU MATERIAL DEVE SER MACIO, LEVE E TRANSPARENTE, ANATOMICAMENTE PROJETADO PARA FICAR APOIADO SOB O LÁBIO SUPERIOR E SE ENCAIXAR DIRETAMENTE NAS NARINAS COM ESTABILIDADE. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	500	R$ 0,8875	R$ 443,75
59.	0269971	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5CM X 7,5CM DOBRADA, 13 FIOS CM², 15X30 COM ABERTA. PCT COM 500 UNIDADES: NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO TELA OU CROUCHE, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0. APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 13.843 E NBR 14.108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER N° DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003. **PACOTE COM 500 UNIDADES**. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE	4.000	R$ 19,25	R$ 77.000,00
62.	0438519	DRENO PEN ROSE Nº1 – ESTERIL, EMBALADO, INDIVIDIUAL ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 1,275	R$ 25,50
63.	0438522	DRENO PEN ROSE Nº2 – ESTERIL, EMBALADO , INDIVIDIUAL ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 1,8063	R$ 36,126
64.	0440501	DRENO PEN ROSE Nº3 – ESTERIL, EMBALADO , INDIVIDIUAL ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA	UNIDADE	20	R$ 1,9876	R$ 39,752

		DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
65.	0461243	ELETRODO DE MONITOR CARDÍACO, DESCARTÁVEL, DORSO DE PAPEL MICROPOROSO, ADESIVO HIPOALERGÊNICO NA FACE INTERNA, COM ADESIVIDADE GARANTIDA EM PRESENÇA DE UMIDADE, GEL ELETROLÍTICO E PRESILHA PARA ENCAIXE, TAMANHO ADULTO. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA SEM IMPERFEIÇÕES. PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	PACOTE	300	R$ 9,8125	R$ 2.943,75
66.	0386478	EQUIPO DE DUAS VIAS POLIFIX - DESENVOLVIDO COM A PRINCIPAL FUNÇÃO DE DUPLICAR O ACESSO VENOSO, CONECTANDO DUAS VIAS DE INFUSÃO (EQUIPOS, EXTENSORES) AO ACESSO VENOSO (ESCALPE, CATETER OU AGULHA). COMPOSIÇÃO FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE. POSSUIR DUAS EXTREMIDADES DISTAIS COM CONECTORES LUERLOCK, DUAS EXTENSÕES EM PVC DOTADAS DE DISPOSITIVO CLAMP (ABRE E FECHA), UM INTERMEDIÁRIO EM "Y" UNINDO AS EXTENSÕES DISTAIS À EXTENSÃO PROXIMAL (LUERSLIP); TUBO DE 18 CM; ATÓXICO E APIROGÊNICO; LIVRE DE PIROGÊNIOS OU ENDOTOXINAS BACTERIANAS; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	2500	R$ 0,4625	R$ 1.156,25
70.	0276877	ESCOVA DE ASSEPSIA COM CLOREXIDINA 2%- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESCOVA PARA ASSEPSIA COM CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 22ML SCRUB. CONJUNTO ESCOVA/ESPONJA PLÁSTICA COM DUPLA FACE, EMBEBIDA EM SOLUÇÃO DEGERMANTE COM 22ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% E TENSOATIVO. DUPLA FACE. SOLUÇÃO COM TENSOATIVOS CONJUNTO ESCOVA-ESPONJA. ANTISSÉPTICO TÓPICO E ANTISSEPSIA DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO.	UNIDADE	70	R$ 1,75	R$ 122,50
71.	0437863	ESPARADRAPO IMPERMEAVEIS MEDINDO 10 X 4,5CM, COR BRANCO CONFECCIONADO COM TECIDO 100% ALGODÃO, COM CAPA COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. NELE É APLICADA MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS, SONDAS ENTRE OUTROS .	UNIDADE	500	R$ 7,85	R$ 3.925,00
72.	0437861	ESPARADRAPO IMPERMEAVEIS MEDINDO 2,5 X 4,5CM, COR BRANCO CONFECCIONADO COM TECIDO 100% ALGODÃO, COM CAPA COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. COM APLICAÇÃO DE MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. FÁCIL DE RASGAR E DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE, INDICADO PARA DIVERSOS USOS, COMO A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, ATADURAS, SONDAS ENTRE OUTROS.	UNIDADE	500	R$ 2,8531	R$ 1.426,55
95.	0279065	FITA ADESIVA HOSPITALAR 16MM X 50, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO TRATADO COM LÁTICES DE ESTIRENO BUTADIENO. EM UMA DE SUAS FACES MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL E RESINA E, NA OUTRA FACE UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINAS ACRÍLICAS QUE PROPORCIONAM UMA EXCELENTE ADESIVIDADE. ACEITA BEM SEM BORRAR, A ESCRITA COM LÁPIS OU TINTA; É INDICADA PARA FIXAÇÃO DE ATADURAS, RÓTULOS DE SOROS; IDENTIFICAÇÃO DE SERINGAS, MAMADEIRAS, ETC.	UNIDADE	300	R$ 3,10	R$ 930,00
96.	0279026	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19MM X 30M, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CONFECCIONADA COM DORSO DE PAPEL CREPADO A BASE DE CELULOSE. RECEBE, EM UMA DE SUAS FACES, MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINAS E, NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. IDEAL PARA O FECHAMENTO DE PACOTES QUE SERÃO ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE, FUNCIONA COMO INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO, POIS POSSUI LISTRAS DE TINTA TERMOREATIVA QUE, QUANDO SUBMETIDOS A ESTERILIZAÇÃO, MUDAM SUA COLORAÇÃO.	UNIDADE	300	R$ 3,6875	R$ 1.106,25
98.	0437865	FITA MICROPOROSA HIPOALÉRGICA 2,5CM X 10M, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO-TECIDO A BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE POLIACRILATOHIPOALERGENICO. UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, PONTO FALSO, PROTEÇÃO DE CORTES, ETC. DE FINÍSSIMA ESPESSURA E EXCELENTE FIXAÇÃO, NÃO MACHUCA A PELE AO SER REMOVIDA, SENDO INDICADA PARA CURATIVOS EM REGIÕES DO CORPO COM ALTA SENSIBILIDADE, PRINCIPALMENTE EM CRIANÇAS E IDOSO.	UNIDADE	150	R$ 2,25	R$ 450,00
99.	483439	FITA MICROPOROSA HIPOALÉRGICA 5,0CM X 10M, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO-TECIDO A BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE POLIACRILATOHIPOALERGENICO. UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DE CURATIVOS, PONTO FALSO, PROTEÇÃO DE CORTES, ETC. DE FINÍSSIMA ESPESSURA E EXCELENTE FIXAÇÃO, NÃO MACHUCA A PELE AO SER REMOVIDA, SENDO INDICADA PARA CURATIVOS EM REGIÕES DO CORPO COM ALTA SENSIBILIDADE, PRINCIPALMENTE EM CRIANÇAS E IDOSO.	UNIDADE	700	R$ 3,95	R$ 2.765,00
100.	0442728	FRALDA GERIÁTRICA TAM G (70-90KG)- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE COM 8 UNIDADES	300	R$ 11,62	R$ 3.486,00
101.	0360501	FRALDA GERIÁTRICA TAM XG (ACIMA DE 90KG)- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE COM 7 UNIDADES	300	R$ 10,5875	R$ 3.176,25
103.	0427338	FRALDA GERIÁTRICA TAM P (10-40KG)- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE COM 10 UNIDADES	300	R$ 12,50	R$ 3.750,00
107.	0437645	KIT PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETO CONTENDO MÁSCARA INFANTIL, EXTENSOR E COPINHO, COM ENCAIXE PARA AR COMPRIMIDO- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O KIT NEBULIZADOR FOI DESENVOLVIDO PARA	UNIDADE	20	R$ 8,4875	R$ 169,75

		SER CONECTADO A UM APARELHO DE NEBULIZAÇÃO OU REDE DE OXIGÊNIO. ELE CONTA COM 1 MÁSCARA MACIA E ATÓXICA, 1 MANGUEIRA E COPO DOSADOR QUE NÃO DERRAMA O MEDICAMENTO.				
108.	0242918	LÂMINA P/ BISTURI Nº 22 CX C/ 100 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, PARA REALIZAR CORTE DE TECIDOS; COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA - ESTERILIDADE GARANTIDA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ORIGINAL INTACTA, ATÓXICA. VALIDADE DE 5 ANOS RESISTENTE A CORROSÃO E A PERDA DA AFIAÇÃO SE MANTIDA NA EMBALAGEM ORIGINAL	CAIXA COM 100	10	R$ 20,625	R$ 206,25
120.	0454566	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE O2 COM RESERVATORIO ADULTO - FORNECER O2 EM FLUXOS IGUAIS OU SUPERIORES AO FLUXO INSPIRATÓRIO MÁXIMO DO INDIVÍDUO UTILIZA ORIFÍCIOS DE TAMANHOS DIFERENTES COM FLUXOS DE O2 VARIÁVEIS PARA AJUSTE DA FIO2. FIO2 FIXA. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	50	R$ 4,3625	R$ 218,125
122.	0454567	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇAÕ O2 COM RESERVATORIO INFANTIL - FORNECER O2 EM FLUXOS IGUAIS OU SUPERIORES AO FLUXO INSPIRATÓRIO MÁXIMO DO INDIVÍDUO UTILIZA ORIFÍCIOS DE TAMANHOS DIFERENTES COM FLUXOS DE O2 VARIÁVEIS PARA AJUSTE DA FIO2. FIO2 FIXA. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES .	UNIDADE	20	R$ 4,42	R$ 88,40
125.	0451074	MASCARA LARINGEA 1,5 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA).	UNIDADE	20	R$ 14,375	R$ 287,50
131.	0451484	MASCARA LARINGEA 6,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) .	UNIDADE	20	R$ 17,675	R$ 353,50
135.	0437173	SCALP 21 CAIXA COM 100 - SCALP COM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, BISEL CURTO E TRIFACETADO, ASA FLEXÍVEL E ANTIDERRAPANTE, TUBO EXTENSOR DE MATERIAL FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE DE ATÉ 30 CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR RÍGIDO TIPO LUER COM TAMPA, POSSUIR PROTETOR DE AGULHA. ESTÉRIL E APIROGÊNICO, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DIFERENCIANDO O NÚMERO POR COR PADRONIZADA DE ACORDO COM NBR 9753, CALIBRE Nº 21.	CAIXA COM 100	3	R$ 17,125	R$ 51,375
143.	0438112	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML SEM AGULHA - DEVE APRESENTAR STOPPER FINO PARA MELHOR LEITURA DA DOSAGEM. BICO LUERSLIP, ESTÉRIL, FABRICADA EM POLIPROPILENO INCOLOR, CORPO TRANSPARENTE QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO MEDICAMENTO, SILICONADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE P PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. QUE ATENDA A NBR 32. FABRICADA SEGUINDO AS BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DA ANVISA.	UNIDADE	8000	R$ 0,198	R$ 1.584,00
144.	0444392	SERINGA 1 ML COM AGULHA DESCARTÁVEL PARA INSULINA, MEDIDO 0,5ML X 0,30, ULTRA FINE, COM TRAVA DE SEGURANÇA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA, CONECTOR UNIVERSAL, EMBOLO COM ANEL INTERNO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. QUE ATENDAANR32. SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML COM AGULHA 13X45, DESENVOLVIDA PARA A APLICAÇÃO DE INSULINA EM INDIVÍDUOS PORTADORES DE DIABETES. PELA VIASUBCUTÂNEA. ESTÉRIL, CORPO. AGULHA: DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO. CÂNULA SILICONIZADA QUE DESLIZA FACILMENTE, DIMINUINDO A DOR DO PACIENTE; BISELTRIFACETADO QUE TORNA A APLICAÇÃO MAIS FÁCIL E REDUZ A DOR DO PACIENTE; CANHÃO COLORIDO PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO CALIBRE DA AGULHA; PROTETOR PLÁSTICO QUE GARANTE A TOTAL PROTEÇÃO DA AGULHA PARA UM MELHOR ACOPLAMENTO À SERINGA; CÓDIGO EAN NAS EMBALAGENS UNITÁRIAS E NAS CAIXAS DAS AGULHAS. REGISTRO MS E ATENDENDO A	UNIDADE	2.000	R$ 0,2063	R$ 0,2063

		LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES				
147.	0283986	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 18- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,6564	R$ 65,64
155.	0435995	SONDA FOLEY 14- SONDA DE DEMORA: BORRACHA SILICONE, ADICIONAIS: 2 VIAS COM BALÃO 5 ML, COM DUAS VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A EXTREMIDADE PROXIMAL (PONTA) ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTO E NA MESMA ALTURA, FORMA DE APRESENTAR: EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	100	R$ 2,6155	R$ 261,55
156.	0435999	SONDA FOLEY 16- SONDA VESICAL DE DEMORA: BORRACHA SILICONE, ADICIONAIS: 2 VIAS COM BALÃO 5 ML, COM DUAS VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A EXTREMIDADE PROXIMAL (PONTA) ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTO E NA MESMA ALTURA, FORMA DE APRESENTAR: EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	100	R$ 2,50	R$ 250,00
163.	0438398	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 14- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,5726	R$ 57,26
169.	0435907	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,825	R$ 82,50
171.	0435909	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 16- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL	UNIDADE	100	R$ 1,00	R$ 100,00

		SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
175.	0435928	SONDA RETAL 10- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLI CLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADES	40	R$ 0,765	R$ 30,60
176.	0435929	SONDA RETAL 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS, PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	30	R$ 0,8766	R$ 35,064
177.	0435930	SONDA RETAL 14- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	40	R$ 0,8613	R$ 34,452
178.	0435931	SONDA RETAL 16- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	40	R$ 0,90	R$ 36,00
179.	0435932	SONDA RETAL 18- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	40	R$ 1,0278	R$ 30,834
180.	0435933	SONDA RETAL 20- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	30	R$ 1,098	R$ 32,94
181.	0435934	SONDA RETAL 22- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	30	R$ 1,2114	R$ 36,342
182.	0435935	SONDA RETAL 24- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC).	UNIDADE	30	R$ 1,2114	R$ 36,342

		DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
184.	0435927	SONDA RETAL 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS, PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	30	R$ 0,6876	R$ 20,628
185.	0435936	SONDA RETAL 8- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. POLICLORETO DE VINILA (PVC). COMPRIMENTO: 40 CM. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS, PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA RETAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO RETAL, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	30	R$ 0,729	R$ 21,87
191.	0435987	SONDA URETRAL 20- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,936	R$ 93,60
193.	0436076	SONDA URETRAL 24- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 1,143	R$ 114,30
199.	0452220	TALA ALUMÍNIO COM ESPUMA 19MM X 180 MM PACOTE COM 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA COM ESPUMA UTILIZADA NA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS QUANDO DA FRATURA OU ENTORSES. DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL E HIGIÊNICO. COMPOSIÇÃO: ESPUMA ANTIALÉRGICA E ALUMÍNIO 100%. IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FRATURAS E ENTORSES. UTILIZAÇÃO GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS. VALIDADE: 60 MESES. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 12 UNIDADES.	UNIDADE	15	R$ 1,3329	R$ 19,9935
200.	0452224	TALA ALUMÍNIO COM ESPUMA 25MM X 260 MM PACOTE COM 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA COM ESPUMA UTILIZADA NA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS QUANDO DA FRATURA OU ENTORSES. DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL E HIGIÊNICO. COMPOSIÇÃO: ESPUMA ANTIALÉRGICA E ALUMÍNIO 100%. IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FRATURAS E ENTORSES. UTILIZAÇÃO GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS. VALIDADE: 60 MESES. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 12 UNIDADES.	UNIDADE	15	R$ 2,2739	R$ 34,1085
209.	0459095	TUBO DE SILICONE 15M REFERÊNCIA 200- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESENVOLVIDO PARA SER UTILIZADO COMO GARROTE A FIM DE FACILITAR A PUNÇÃO INTRAVENOSA. PODE SER UTILIZADO COMO VIA DE TRANSPORTE DE GASES E FLUIDOS E COMO EXTENSÃO DE PASSAGEM DA ASPIRAÇÃO DE FLUIDOS, DENTRE OUTROS. POSSUI TAMANHO ADEQUADOS PARA CADA NECESSIDADE. CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL. NÃO ESTÉRIL. POSSUI 15 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	50	R$ 18,00	R$ 540,00
210.	0460728	TUBO DE SILICONE 15M REFERÊNCIA 202- ATENDENDO A	UNIDADE	50	R$ 12,06	R$ 361,80

		LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESENVOLVIDO PARA SER UTILIZADO COMO GARROTE A FIM DE FACILITAR A PUNÇÃO INTRAVENOSA. PODE SER UTILIZADO COMO VIA DE TRANSPORTE DE GASES E FLUIDOS E COMO EXTENSÃO DE PASSAGEM DA ASPIRAÇÃO DE FLUIDOS, DENTRE OUTROS. POSSUI TAMANHO ADEQUADOS PARA CADA NECESSIDADE. CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL. NÃO ESTÉRIL. POSSUI 15 METROS DE COMPRIMENTO.				
211.	0459114	TUBO DE SILICONE 15M REFERÊNCIA 206- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESENVOLVIDO PARA SER UTILIZADO COMO GARROTE A FIM DE FACILITAR A PUNÇÃO INTRAVENOSA. PODE SER UTILIZADO COMO VIA DE TRANSPORTE DE GASES E FLUIDOS E COMO EXTENSÃO DE PASSAGEM DA ASPIRAÇÃO DE FLUIDOS, DENTRE OUTROS. POSSUI TAMANHO ADEQUADOS PARA CADA NECESSIDADE. CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL. NÃO ESTÉRIL. POSSUI 15 METROS DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	50	R$ 14,382	R$ 719,10
212.	451434	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,42	R$ 68,40
213.	451436	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,5-TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,42	R$ 68,40
214.	458766	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,0-TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,402	R$ 68,04
215.	463606	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,5 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,5964	R$ 71,928
216.	451427	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 5,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 5,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,402	R$ 68,04
217.	451419	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 5,5 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 5,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,528	R$ 70,56
218.	451412	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,42	R$ 68,40
219.	467659	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,5 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,42	R$ 68,40
220.	451413	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,5 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA	UNIDADE	60	R$ 3,546	R$ 212,76

		CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
224.	0277319	ÁGUA OXIGENADA 10V 1L - ÁGUA OXIGENADA, SOLUÇÃO DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 3%, 10 VOLUMES, USO EXTERNO ADULTO E PEDIÁTRICO, CADA 10 ML CONTÉM: PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO = 3,0G; VEÍCULO QSP = 100,0ML. MEDICAMENTO ANTISSÉPTICO TÓPICO, UTILIZADO PARA ASSEPSIA DE FERIMENTOS E EM GARGAREJOS OU BOCHECHOS. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. USO HOSPITALAR.	UNIDADE	60	R$ 4,40	R$ 264,00
231.	0328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO FRASCO 1LT - IV ENZ.	UNIDADE	50	R$ 12,50	R$ 625,00
234.	0437161	HIPOCLORITO HOSPITALAR 1000ML - PARA SUPERFÍCIES FIXAS, À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE CLORO ATIVO ESTABILIZADO (10.000 PPM). POSSUIR AÇÃO BACTERICIDA, ATUANDO COMO ELEMENTO OXIDATIVO EM CADEIAS PROTÉICAS DE MICROORGANISMOS. REGISTRO NA ANVISA E PARA "USO HOSPITALAR"	UNIDADE	50	R$ 2,70	R$ 135,00
235.	0437156	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% 1.000ML. DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO EM ARTIGOS HOSPITALARES, MATERIAIS DE INALOTERAPIA E ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA. REGISTRO NA ANVISA E PARA "USO HOSPITALAR.	UNIDADE	60	R$ 3,564	R$ 213,84
241.	0269881	SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA AQUOSA 1 LITRO- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% 1000ML. FRASCO. INDICADA COMO ANTISSÉPTICO TÓPICO, ANTISSEPSIA DA PELE NO PRÉ-OPERATÓRIO.	UNIDADE	60	R$ 4,75	R$ 285,00
244.	475722	ALCOOL 70% LIQUIDO, 1 LITRO. SEGUINDO AS NORMAS REGULAMENTADORAS EM VIGOR, PARA USO DA COZINHA, COM ALTO ÍNDICE DE DESINFECÇÃO.	UNIDADE	300	R$ 5,3625	R$ 1.608,75
286.	0279890	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML - EM PLÁSTICO RESISTENTE. BICO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO CURVADO AZUL, PARA USO PROFISSIONAL, FACILITANDO O USO. COM TAMPA, ÓTIMA VEDAÇÃO, SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	50	R$ 2,4262	R$ 121,31
287.	0279892	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML - EM PLÁSTICO RESISTENTE. BICO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO CURVADO AZUL, PARA USO PROFISSIONAL, FACILITANDO O USO. COM TAMPA, ÓTIMA VEDAÇÃO, SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	30	R$ 3,80	R$ 114,00
299.	0444415	CAMPO ESTÉRIL SEM FENESTRA - AZUL OU VERDE 40CMX40CM.	UNIDADE	80	R$ 1,61	R$ 128,80
300.	0444416	CAMPO ESTÉRIL SEM FENESTRA - AZUL OU VERDE 50CMX50CM.	UNIDADE	80	R$ 1,8458	R$ 147,664
314.	0438927	ESTETOSCOPIO INFANTIL - ESTETOSCÓPIO DUPLO, INDICADO PARA VERIFICAÇÃO DE SINAIS VITAIS, AUXILIAR NA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E SERVIÇOS DE TRIAGEM. UTILIZADO PARA REALIZAR A AUSCULTA DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA, SEU AUSCULTADOR DUPLO PERMITE SER USADO EM DUPLA FUNÇÃO. AUSCULTADOR:CABEÇA DUPLA PERMITE AUSCULTAÇÃO DE SONS EM ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA; HASTES: LEVES E MAIS RESISTENTES, QUE PROPORCIONA MAIS ERGONOMIA E DESEMPENHO; OLIVAS: MACIAS EM SILICONE QUE SE AJUSTAM AO CANAL AUDITIVO, PERMITINDO MAIOR CONFORTO E SEU ENCAIXE SEM ROSCA CRIA UMA EXCELENTE VEDAÇÃO ACÚSTICA; ACABAMENTO: EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO. TAMANHO COMPATÍVEL AO SOLICITADO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	10	R$ 15,66	R$ 156,60
321.	0362345	ÓCULOS DE PROTEÇÃO - OS ÓCULOS DE SEGURANÇA FORAM CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO ÓPTICO, POSSUI ARMAÇÃO DE NYLON E HASTES COM COMPRIMENTO REGULÁVEL. A CURVATURA LATERAL DE SUAS LENTES AUMENTA A ÁREA DE PROTEÇÃO. PERMITE UTILIZAÇÃO DE CLIP QUE SE ENCAIXA NA PARTE INTERNA DOS ÓCULOS PARA USO EM CONJUNTO COM LENTES GRADUADAS. MODELO ANTIEMBAÇANTE. - LENTE INCOLOR: PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS. PROTEÇÃO: UVA E UVB, FILTRO: 99,9%, VISOR: INCOLOR, TAMANHO: ÚNICO, VEDAÇÃO: LATERAL,ARMAÇÃO:NYLONTRATAMENTO: ANTIEMBAÇANTE. EM IMPERFEIÇÕES. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	50	R$ 4,05	R$ 202,50
343.	0363484	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE CONTAMINADO 7 LITROS (DESCARPAK): COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE CONTAMINADO COM CAPACIDADE TOTAL PARA 1LITRO, LITRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL APROPRIADO, RÍGIDO, IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A PERFURAÇÃO EM CONDIÇÕES DE USO E DESCARTE, COM FUNDO RÍGIDO E REFORÇADO, SEM QUE OCORRA TRANSFIXAÇÃO E RESISTENTE AQUEDA, MANTENDO A INTEGRIDADE COM RELAÇÃO A MONTAGEM E FECHAMENTO, ISENTO DE RUPTURA, DEFORMAÇÃO OU PERFURAÇÃO, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, COM ORIENTAÇÕES DE USO DO FABRICANTE, COLOCADAS DE FORMA QUE PERMITA FÁCIL VISUALIZAÇÃO E COMPREENSÃO EM CADA COLETOR. ABERTURA QUE FACILITE A COLOCAÇÃO DOS OBJETOS, ALÇAS RESISTENTES PARA TRANSPORTE, FIXAS AO COLETOR, POSICIONADAS DE FORMA FUNCIONAL, TAMPA AFIXADA AO COLETOR COM DISPOSITIVO QUE ASSEGURE A INVIOLAÇÃO DO MESMO APÓS O USO.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	300	R$ 3,4375	R$ 1.031,25
344.	0363482	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE CONTAMINADO 13 LITROS (DESCARPAK): COLETOR PARA MATERIAL PERFURO CORTANTE CONTAMINADO COM CAPACIDADE TOTAL PARA 1LITRO, LITRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL APROPRIADO, RÍGIDO, IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A PERFURAÇÃO EM CONDIÇÕES DE USO E DESCARTE, COM FUNDO RÍGIDO E REFORÇADO, SEM QUE OCORRA TRANSFIXAÇÃO E RESISTENTE AQUEDA, MANTENDO A INTEGRIDADE COM RELAÇÃO A MONTAGEM E FECHAMENTO, ISENTO DE RUPTURA, DEFORMAÇÃO OU PERFURAÇÃO, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO	UNIDADE	300	R$ 4,50	R$: 1.350,00

		PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, COM ORIENTAÇÕES DE USO DO FABRICANTE, COLOCADAS DE FORMA QUE PERMITA FÁCIL VISUALIZAÇÃO E COMPREENSÃO EM CADA COLETOR. ABERTURA QUE FACILITE A COLOCAÇÃO DOS OBJETOS, ALÇAS RESISTENTES PARA TRANSPORTE, FIXAS AO COLETOR, POSICIONADAS DE FORMA FUNCIONAL, TAMPA AFIXADA AO COLETOR COM DISPOSITIVO QUE ASSEGURE A INVIOLAÇÃO DO MESMO APÓS O USO.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
345.	439115	FRASCO COLETOR UNIVERSAL, ESTÉRIL, CAPACIDADE 80ML E COM GRADUAÇÃO COM ESCALA 10ML; CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE; TAMPA COM ROSCA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE PARA EXAME, POLIETILENO CRISTAL, DESCARTÁVEL, 80 ML, COM TAMPA ROSQUEADA, ESTÉRIL	FRASCO	2000	R$ 0,3788	R$ 757,60
349.	0443439	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 5CM DIMENSÕES: 5X 100M;GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M², COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIONA, LIVRE DE RASGO, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA, BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDAS, PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANTO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº. DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	ROLO	100	R$ 21,0308	R$ 2.103,08
350.	0442385	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10 CM, DIMENSÕES: 10 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	50	R$ 41,15	R$ 2.057,50
351.	0442668	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15 CM, DIMENSÕES: 15 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	100	R$ 62,425	R$ 6.242,50
352.	0442384	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20 CM, DIMENSÕES: 20 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	50	R$ 83,95	R$ 4.197,50
353.	0446031	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 25 CM, DIMENSÕES: 25 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA,	ROLO	50	R$ 93,7625	R$ 4.688,125

		LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.				
354.	0442386	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30 CM, DIMENSÕES: 30 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	50	R$ 123,475	R$ 6.173,75
358.	0246549	SACO DE LIXO HOSPITALAR 15 LITROS, SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS; CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO; CONSTA A SIMBOLOGIA DE MATERIAL INFECTANTE DE ACORDO COM A NBR 7500; DEVERÁ APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTÉUDO EM MANUSEIO, DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA 9191; COM BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA, OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO E FACILIDADE DE ABERTURA SEM PROVOCAR DANOS AOS SACOS; O PRODUTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM OS PADRÕES ABNT E DO IPT; PACOTE COM 100 UNIDADES, INFORMANDO CAPACIDADE, DIMENSÕES, NÚMERO DE UNIDADES, E DEMAIS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	PACOTE	100	R$ 9,75	R$ 975,00
359.	0345587	SACO DE LIXO HOSPITALAR 30 LITROS, SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS; CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO; CONSTA A SIMBOLOGIA DE MATERIAL INFECTANTE DE ACORDO COM A NBR 7500; DEVERÁ APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTÉUDO EM MANUSEIO, DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA 9191; COM BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA, OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO E FACILIDADE DE ABERTURA SEM PROVOCAR DANOS AOS SACOS; O PRODUTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM OS PADRÕES ABNT E DO IPT; PACOTE COM 100 UNIDADES, INFORMANDO CAPACIDADE, DIMENSÕES, NÚMERO DE UNIDADES, E DEMAIS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	PACOTE	100	R$ 15,00	R$ 1.500,00
361.	0296528	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS, SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS; CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO; CONSTA A SIMBOLOGIA DE MATERIAL INFECTANTE DE ACORDO COM A NBR 7500; DEVERÁ APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME, PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTÉUDO EM MANUSEIO, DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA 9191; COM BOA RESISTÊNCIA MECÂNICA, OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO E FACILIDADE DE ABERTURA SEM PROVOCAR DANOS AOS SACOS; O PRODUTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM OS PADRÕES ABNT E DO IPT; PACOTE COM 100 UNIDADES, INFORMANDO CAPACIDADE, DIMENSÕES, NÚMERO DE UNIDADES, E DEMAIS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	PACOTE	100	R$ 31,25	R$ 3.125,00
TOTAL						178.006,50

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;
III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – **CADASTRO DE RESERVA**
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – **DO FORO**
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – **DA PUBLICIDADE**
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

BRUNO TAINAN PAES DA SILVA
077.418.739-54
Responsável Legal da Vale Comercio de Produtos Medicos e Hospitalares.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:4D49FD40

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Item 01 – adjudicado para IMPERIUM MED. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ 43.269.791/0001-62, sediado à Av. José Oscar Salazar, n° 1953, cidade de Erechim Rio Grande do Sul, representado por Mateus Felipe Miotto, RG 9.971.298-7, CPF 024.794.920-52, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60.	0272020	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, TIPO QUEIJO, ROLO GRANDE - MEDINDO 91 CM X 91 M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS,	PACOTE	200	R$ 46,52	R$ 9.304,00

		MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 01 UNIDADE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003.				
TOTAL						R$ 9.304,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Por decurso do seu prazo de vigência;

II – Se não restarem fornecedores registrados;

III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.

§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

LMATEUS FELIPE MIOTTO
024.794.920-52
Responsável legal da empresa
Imperium Med. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:03D7872B

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na

Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Item 01 – adjudicado para METROMED COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 83.157.032/0001-22, sediado à Estrada Boa Esperança, n° 1918, Bairro Fundo, Cidade de Rio do Sul/SC, representado por Helena Maria Woitexen, CPF 684.532.649-53, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
67.	0386112	EQUIPO MACRO GOTAS PACOTE COM 25 UNIDADES: EQUIPO MACRO GOTAS COM PONTA PERFURANTE TRIFACETADA, PARA ADAPTAÇÃO DO EQUIPO EM QUALQUER RECIPIENTE DE SOLUÇÃO (BOLSAS OU FRASCOS), ACOMPANHADO DE TAMPA PROTETORA QUE MANTÉM A ESTERILIDADE DA PONTA PERFURANTE E DO INTERIOR DO EQUIPO; RESPIRO DE AR COM TAMPA REVERSÍVEL E FILTRO HIDRÓFOBO BACTERIOLÓGICO QUE IMPEDE A ENTRADA DE MICRORGANISMOS ASSEGURANDO QUE TODO AR ADMITIDO NO INTERIOR DO SISTEMA SEJA FILTRADO E EVITA O COLABAMENTO DO SORO; CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, (20 GOTAS/ML); FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15 QUE RETÉM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO; TUBO FLEXÍVEL EM PVC, SEM EFEITO MEMÓRIA, TRANSPARENTE, MEDINDO 150CM, REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO QUE PERMITE RIGOROSO CONTROLE DO GOTEJAMENTO; PINÇA CLAMP QUE PROPORCIONA UMA OCLUSÃO DO FLUXO SEM ROMPIMENTO DO TUBO OU EFEITO MEMÓRIA; INJETOR LATERAL EM "Y" COM SUPORTE PARA DEDOS ATENDENDO A NR32, COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE; CONECTOR DISTAL LUERLOCK ROTATIVO COM CONECTORES COM CONICIDADE DE 6% (LUER) DE ACORDO COM A NBR ISO 594-1/2003, COM TAMPA PROTETORA QUE MANTÉM A ESTERILIDADE DO CONECTOR E DO INTERIOR DO EQUIPO; COM FILTRO BACTERIOLÓGICO DE 0,22?; PARA A RETIRADA DE AR DO TUBO FLEXÍVEL, EVITANDO A FORMAÇÃO DE BOLHAS ATÓXICO E APIROGÊNICO; ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, COM VALIDADE DE CINCO ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO; FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR ISO 8536-4; APRESENTAR AMOSTRA, REGISTROS, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 502 INMETRO, ALVARÁ SANITÁRIO DO FABRICANTE OU IMPORTADOR.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE COM 25 UN	700	R$ 20,13	R$ 14.091,00
75.	336430	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, ESTÉRIL, **TAMANHO PEQUENO**, LUBRIFICADO, COM EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	500	R$ 1,29	R$ 645,00
81.	487026	FIO CATGUT CROMADO 1.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	10	R$ 99,11	R$ 991,10
82.	487015	FIO CATGUT CROMADO 2.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
83.	487003	FIO CATGUT CROMADO 3.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
84.	486981	FIO CATGUT SIMPLES 0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
85.	486988	FIO CATGUT SIMPLES 1.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
86.	486970	FIO CATGUT SIMPLES 2.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
87.	486957	FIO CATGUT SIMPLES 3.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
88.	486946	FIO CATGUT SIMPLES 4.0 CX- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 99,11	R$ 594,66
90.	442098	FIO NYLON 1 CAIXA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	8	R$ 46,74	R$ 373,92
91.	281322	FIO NYLON 3-0 CAIXA - FIO MONONYLON PRETO AGULHA CORTANTE 3-0 (3 CM) EMBALADO INDIVIDUALMENTE C/ 24 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA	CAIXA COM 24 UNIDADES	8	R$ 35,95	R$ 719,00

		CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
92.	281990	FIO NYLON 4-0 CAIXA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	20	R$ 35,95	R$ 287,60
93.	281320	FIO NYLON 5-0 CAIXA - FIO MONONYLON PRETO AGULHA CORTANTE 5-0 (2 CM) EMBALADO INDIVIDUALMENTE C/ 24 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	8	R$ 35,95	R$ 287,60
94.	382759	FIO NYLON 6-0 CAIXA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	8	R$ 35,95	R$ 287,60
115.	0269946	LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 6,5 - CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, COM BAINHA, COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, EMENDAS OU FUROS, DEVE SER ANTIDERRAPANTE E APRESENTAR ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E SENSIBILIDADE TÁTIL COMPATÍVEIS COM A FINALIDADE, LUBRIFICADA COM PRODUTO ATÓXICO. O PRODUTO DEVE SER HIPOALÉRGICO. CADA PAR DE LUVAS EM EMBALAGEM DUPLA, SENDO A INTERNA UM ENVELOPE IDENTIFICANDO A MÃO DIREITA E ESQUERDA, COM PUNHOS E POLEGARES DOBRADOS ADEQUADAMENTE, DE FORMA A FACILITAR O CALÇAMENTO SEM CONTAMINAR. A EMBALAGEM EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITA SUA TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. APRESENTAR REGISTRO NO MS E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 332/12 E 451/12INMETRO. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	300	R$ 1,29	R$ 387,00
116.	0269839	LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 7,0 - CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, COM BAINHA, COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, EMENDAS OU FUROS, DEVE SER ANTIDERRAPANTE E APRESENTAR ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E SENSIBILIDADE TÁTIL COMPATÍVEIS COM A FINALIDADE, LUBRIFICADA COM PRODUTO ATÓXICO. O PRODUTO DEVE SER HIPOALÉRGICO. CADA PAR DE LUVAS EM EMBALAGEM DUPLA, SENDO A INTERNA UM ENVELOPE IDENTIFICANDO A MÃO DIREITA E ESQUERDA, COM PUNHOS E POLEGARES DOBRADOS ADEQUADAMENTE, DE FORMA A FACILITAR O CALÇAMENTO SEM CONTAMINAR. A EMBALAGEM EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITA SUA TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. APRESENTAR REGISTRO NO MS E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 332/12 E 451/12INMETRO. - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	400	R$ 1,29	R$ 516,00
117.	0269838	LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 7,5 - LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 7,5 CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, COM BAINHA, COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, EMENDAS OU FUROS, DEVE SER ANTIDERRAPANTE E APRESENTAR ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E SENSIBILIDADE TÁTIL COMPATÍVEIS COM A FINALIDADE, LUBRIFICADA COM PRODUTO ATÓXICO. O PRODUTO DEVE SER HIPOALÉRGICO. CADA PAR DE LUVAS EM EMBALAGEM DUPLA, SENDO A INTERNA UM ENVELOPE IDENTIFICANDO A MÃO DIREITA E ESQUERDA, COM PUNHOS E POLEGARES DOBRADOS ADEQUADAMENTE, DE FORMA A FACILITAR O CALÇAMENTO SEM CONTAMINAR. A EMBALAGEM EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITA SUA TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. APRESENTAR REGISTRO NO MS E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 332/12 E 451/12INMETRO.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	600	R$ 1,29	R$ 774,00
118.	0276340	LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 8,0 - LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 8,0 CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, COM BAINHA, COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, EMENDAS OU FUROS, DEVE SER ANTIDERRAPANTE E APRESENTAR ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E SENSIBILIDADE TÁTIL COMPATÍVEIS COM A FINALIDADE, LUBRIFICADA COM PRODUTO ATÓXICO. O PRODUTO DEVE SER HIPOALÉRGICO. CADA PAR DE LUVAS EM EMBALAGEM DUPLA, SENDO A INTERNA UM ENVELOPE IDENTIFICANDO A MÃO DIREITA E ESQUERDA, COM PUNHOS E POLEGARES DOBRADOS ADEQUADAMENTE, DE FORMA A FACILITAR O CALÇAMENTO SEM CONTAMINAR. A EMBALAGEM EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITA SUA TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. APRESENTAR REGISTRO NO MS E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 332/12 E 451/12INMETRO.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	300	R$ 1,29	R$ 387,00
119.	0269947	LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 8,5 - LUVAS CIRÚRGICAS, ESTÉREIS, DESCARTÁVEIS, Nº 8,5 CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, COM BAINHA, COM TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, EMENDAS OU FUROS, DEVE SER ANTIDERRAPANTE E APRESENTAR ELASTICIDADE, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E SENSIBILIDADE TÁTIL COMPATÍVEIS	UNIDADE	300	R$ 1,29	R$ 387,00

		COM A FINALIDADE, LUBRIFICADA COM PRODUTO ATÓXICO. O PRODUTO DEVE SER HIPOALÉRGICO. CADA PAR DE LUVAS EM EMBALAGEM DUPLA, SENDO A INTERNA UM ENVELOPE IDENTIFICANDO A MÃO DIREITA E ESQUERDA, COM PUNHOS E POLEGARES DOBRADOS ADEQUADAMENTE, DE FORMA A FACILITAR O CALÇAMENTO SEM CONTAMINAR. A EMBALAGEM EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E LAMINADO DE POLIPROPILENO COM ABERTURA EM PÉTALA, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITA SUA TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. APRESENTAR REGISTRO NO MS E CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 332/12 E 451/12INMETRO.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
145.	0454392	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 14 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEALES EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C. 1 ORIFÍCIOS LATERAL, PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INICIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R$ 0,56	R$ 33,60
146.	0454393	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 16- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,59	R$ 59,00
148.	0282637	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 20- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,69	R$ 69,00
149.	0356236	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 22- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA	UNIDADE	100	R$ 0,74	R$ 74,00

		ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
150.	0383547	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 24- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R$ 0,75	R$ 45,00
151.	0454396	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	50	R$ 0,52	R$ 26,00
152.	0454406	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 8- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	50	R$ 0,52	R$ 26,00
153.	454404	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 10- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHOS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	50	R$ 0,52	R$ 26,00
154.	0279764	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO	UNIDADE	120	R$ 0,53	R$ 63,60

		PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
157.	436837	SONDA FOLEY 18- 3 VIAS DE LATEX, ESTERIL, DESCARTÁVEL E SILICONADA EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	50	R$ 3,71	R$ 185,50
158.	0436003	SONDA FOLEY 18- SONDA VESICAL DE DEMORA: BORRACHA SILICONE, ADICIONAIS:2 VIAS COM BALÃO 5 ML, COM DUAS VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A EXTREMIDADE PROXIMAL (PONTA) ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTO E NA MESMA ALTURA, FORMA DE APRESENTAR: EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	100	R$ 2,65	R$ 265,00
159.	438578	SONDA FOLEY 20- 3 VIAS DE LATEX, ESTERIL DESCARTÁVEL E SILICONADA EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	50	R$ 3,71	R$ 185,50
160.	0436010	SONDA FOLEY 20- SONDA VESICAL DE DEMORA: BORRACHA SILICONE, ADICIONAIS:2 VIAS COM BALÃO 5 ML, COM DUAS VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A EXTREMIDADE PROXIMAL (PONTA) ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTO E NA MESMA ALTURA, FORMA DE APRESENTAR: EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E ABERTURA EM PÉTALA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	100	R$ 3,05	R$ 305,00
161.	0438396	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 10- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,53	R$ 53,00
162.	0438397	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,54	R$ 54,00
164.	0438399	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 16- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO,	UNIDADE	100	R$ 0,62	R$ 62,00

		EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
165.	0438400	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 18- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	80	R$ 0,70	R$ 56,00
166.	0435903	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA.ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,53	R$ 53,00
167.	0435904	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA 8- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADA PARA REMOVER LÍQUIDOS E GAZES DO TRATO GASTROINTESTINAL SUPERIOR, USADA EM ADULTOS E CRIANÇAS PARA OBTER UMA AMOSTRA DO CONTEÚDO GÁSTRICO (ESTÔMAGO) A FIM DE REALIZAR ESTUDOS LABORATORIAIS E PARA ADMINISTRAR MEDICAÇÕES DIRETAMENTE DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA CURTA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,53	R$ 53,00
168.	0435906	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 10- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,73	R$ 73,00
170.	0435908	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 14- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA	UNIDADE	100	R$ 0,95	R$ 95,00

		NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.				
172.	0435910	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 18- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 1,14	R$ 114,00
173.	0437216	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	60	R$ 0,64	R$ 38,40
174.	0437217	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 8- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DESTINADO A COLETAR AMOSTRAS DO CONTEÚDO GÁSTRICO DE ADULTOS E CRIANÇAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS LABORATORIAIS E ADMINISTRAR MEDICAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DENTRO DO TRATO GASTROINTESTINAL, É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 110 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA NASOGÁSTRICA LONGA", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,69	R$ 69,00
186.	0438412	SONDA URETRAL 10- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	200	R$ 0,50	R$ 100,00
187.	0438413	SONDA URETRAL 12- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	200	R$ 0,50	R$ 100,00

188.	0435982	SONDA URETRAL 14- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	200	R$ 0,53	R$ 106,00
189.	0435991	SONDA URETRAL 16- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,56	R$ 56,00
190.	0435983	SONDA URETRAL 18- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,57	R$ 57,00
194.	0439069	SONDA URETRAL 4- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,49	R$ 49,00
195.	0437437	SONDA URETRAL 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,50	R$ 50,00

196.	0435971	SONDA URETRAL 8- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O CATETER URETRAL, TAMBÉM CHAMADO DE SONDA URETRAL É UM DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). INDICADA PARA ESVAZIAMENTO DA BEXIGA, SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA, EM PACIENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA / DIFICULDADE DE ESVAZIAMENTO VESICAL DE DIFERENTES ORIGENS. UTILIZADO TAMBÉM PARA A REALIZAÇÃO DO CATETERISMO VESICAL INTERMITENTE, TAMBÉM DENOMINADO COMO CATETERISMO INTERMITENTE LIMPO OU SONDAGEM DE ALÍVIO. PRODUTO ESTÉRIL. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. 40CM DE CUMPRIMENTO. DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA URETRAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO DA URETRA, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. A SONDA URETRAL É UMA SONDA DE ALÍVIO (PERMANÊNCIA CURTA). ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,50	R$ 50,00
208.	0428622	TOUCA HOSPITALAR - MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR : SEM COR, GRAMATURA : CERCA DE 60 GM2, TAMANHO : ÚNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PACOTE COM 100 UNIDADES	30	R$ 8,07	R$ 242,10
221.	0451265	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	60	R$ 3,72	R$ 223,20
222.	0451302	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,5 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,5 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	40	R$ 3,72	R$ 148,80
223.	0284250	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 9,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 9,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 3,72	R$ 74,40
228.	437412	DESINFETANTE À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CLORETO ALQUIL DIMETIL, BENZIL AMÔNIO + TENSOATIVOS SOLUÇÃO CONCENTRADAS, TEOR ATIVO EM TORNO DE 50% SOLUÇÃO AQUOSA COM AROMA 1 LITRO.	UNIDADE	50	R$ 9,97	R$ 498,50
230.	0328077	DETERGENTE ENZIMÁTICO FRASCO COM 5000ML - INDICADO PARA: LIMPEZA DE INSTRUMENTOS MEDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS. POSSUIR EFICÁCIA NA REMOÇÃO E LIMPEZA DE MATÉRIA ORGÂNICA EM ENDOSCÓPIOS, FIBROSCOPIOS E CANULADOS. DETERGENTE ENZIMÁTICO QUE POSSUI 4 ENZIMAS QUE ATUAM NA REDUÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA NOS ARTIGOS EM ATÉ 5 MINUTOS. SUA FORMULAÇÃO EXCLUSIVA CONTÉM TENSOATIVOS QUE ASSOCIADOS COM AS ENZIMAS RESULTAM EM UMA MAIOR EFICIÊNCIA NA LIMPEZA. EMBALAGEM COM 5000ML. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES .	UNIDADE	50	R$ 77,98	R$ 3.899,00
269.	0268237	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA FRASCO COM GOTEJADOR DE 100 ML- SORO FISIOLÓGICO É UMA SOLUÇÃO QUE CONTÉM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO (NACL) EM ÁGUA DESTILADA.	FRASCO	300	R$ 1,77	R$ 531,00
270.	268237	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA FRASCO COM GOTEJADOR DE 250 ML- SORO FISIOLÓGICO É UMA SOLUÇÃO QUE CONTÉM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO (NACL) EM ÁGUA DESTILADA.	FRASCO	300	R$ 2,28	R$ 684,00
306.	0439214	CUBA RIM- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. CUBA INOX EM AÇO INOXIDÁVEL . TOTALMENTE FEITA EM AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS, PRESERVANDO A BELEZA, A HIGIENE E A DURABILIDADE DO MATERIAL. ACABAMENTO EM BRILHO; CAPACIDADE DE 740 ML.	UNIDADE	10	R$ 47,75	R$ 477,50
308.		ELETRODO TIPO FACA CURVO MÉDIO. CORPO DE INOX CIRÚRGICO. AUTOCLAVÁVEL. CONFECCIONADO COM ISOLAMENTO TERMOELÉTRICO. MEDIDA APROXIMADA 67 MM. EMAI.	UNIDADE	10	R$ 38,41	R$ 384,10
309.	392882	ELETRODO USO MÉDICO. MATERIAL FILAMENTO: AÇO INOXIDÁVEL. TIPO: FACA PEQUENA. COMPRIMENTO: 67 MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA BISTURI ELÉTRICO.	UNIDADE	10	R$ 38,41	R$ 384,10
313.	0438922	ESTETOSCOPIO ADULTO - ESTETOSCÓPIO DUPLO, INDICADO PARA VERIFICAÇÃO DE SINAIS VITAIS, AUXILIAR NA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E SERVIÇOS DE TRIAGEM. UTILIZADO PARA REALIZAR A AUSCULTA DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA, SEU AUSCULTADOR DUPLO PERMITE SER USADO EM DUPLA FUNÇÃO. AUSCULTADOR: CABEÇA DUPLA PERMITE AUSCULTAÇÃO DE SONS EM ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA; HASTES: LEVES E MAIS RESISTENTES, QUE PROPORCIONA MAIS ERGONOMIA E DESEMPENHO; OLIVAS: MACIAS EM SILICONE QUE SE AJUSTAM AO CANAL AUDITIVO, PERMITINDO MAIOR CONFORTO E SEU ENCAIXE SEM ROSCA CRIA UMA EXCELENTE VEDAÇÃO ACÚSTICA; ACABAMENTO: EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO. TAMANHO COMPATÍVEL AO SOLICITADO. ATENDENDO A	UNIDADE	40	R$ 15,60	R$ 624,00

		LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.				
318.	0381138	LANTERNA CLINICA - ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 3V - CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE - ACABAMENTO ANODIZADO, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA - LED DE ALTA POTÊNCIA COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS - ACIONAMENTO ATRAVÉS DO BOTÃO LIGA/DESLIGA - POSSUI CONVENIENTE CLIP DE BOLSO - ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AAA INCLUSAS. MEDIDA APROXIMADA: 14CM. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	6	R$ 25,82	R$ 154,92
319.	0409320	MACA RIGIDA DE RESGATE EM POLIETILENO: ESPECIFICAÇÕES: PROJETADA PARA O TRANSPORTE MANUAL DE VITIMAS É TIPO:PRANCHA, LARGURA:CERCA DE 0,40 M, ALTURA:CERCA DE 0,60 M, CAPACIDADE DE CARGA:ATÉ 250 KG, COMPONENTES:ATÉ 5 CINTOS DE SEGURANÇA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ATÉ 20 PEGA MÃOS	UNIDADE	5	R$ 434,44	R$ 2.172,20
332.	0475453	PINÇA MOSQUITO HEMOSTÁTICA 10 CM- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	10	R$ 33,36	R$ 333,60
337.	0384214	TERMOMETRO ELETRONICO DE GELADEIRA COM MAXIMA E MINIMA	UNIDADE	10	R$ 75,09	R$ 750,90
348.	0436058	INDICADOR BIOLÓGICO, UTILIZADO PARA MONITORAMENTO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO À VAPOR; CONTÉM UMA POPULAÇÃO DE *GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS;* RESULTADOS FINAIS APÓS APENAS 24 HORAS DE INCUBAÇÃO; A POPULAÇÃO ESTÁ INCUBADA EM UMA TIRA DE PAPEL, PRESENTE DENTRO FRASCO TERMOPLÁSTICO QUE SERVIRÁ COMO AMBIENTE DE CULTURA. TAMBÉM ESTÁ CONTIDA NO FRASCO, UMA AMPOLA DE VIDRO QUEBRÁVEL, CONTENDO MEIO DE CULTURA QUE, CORRETAMENTE INCUBADO, MUDA DE COR NA PRESENÇA DE ESPOROS VIÁVEIS; CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA	200	R$ 20,74	R$ 4.148,00
367.	0289970	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 4- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. INDICADO PARA ASPIRAR SECREÇÕES TRAQUEOBRÔNQUICAS, TRATA DE UMA NECESSIDADE APRESENTADA POR PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM MANTER A PERMEABILIDADE DAS VIAS AÉREAS, COMO NOS CASOS DE: PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA OU ESPONTÂNEA; SECREÇÕES NASOTRAQUEAIS EM PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM ELIMINAR SECREÇÕES SOZINHAS E/OU QUE APRESENTAM GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PULMONAR; PACIENTES INTUBADOS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. É CONFECCIONADA EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COMPRIMENTO DE 50 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM PGC. 1 ORIFÍCIOS LATERAIS , PONTA ABERTA. ESTÉRIL: ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DISPOSITIVO ATÓXICO, TRANSPARENTE, FABRICADO EM POLIVINILA (PVC). DIÂMETRO VIDE TAMANHO "SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL", NO INÍCIO DA DESCRIÇÃO. TUBO DE PVC FLEXÍVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES FECHADA, A QUAL SERVE PARA SER INTRODUZIDA NO ORIFÍCIO, E COM 2 ORIFÍCIOS NAS LATERAIS PARA A ASPIRAÇÃO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA. ISENTA DE REBARBA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. USO ÚNICO.	UNIDADE	100	R$ 0,51	R$ 51,00
368.	0451418	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,0 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,0 SILICONADO, ATÓXICO, CURVADO ANATOMICAMENTE COM MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO AO LONGO DO TUBO, PARA ASSEGURAR A INSUFLAÇÃO SIMÉTRICA DO BALÃO E A CENTRALIZAÇÃO DA PONTA NO INTERIOR DA TRAQUEIA, PONTA PROXIMAL COM CONECTOR DE 15 MM (UNIVERSAL). ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	60	R$ 3,72	R$ 223,20
370.	288988	ABSORVENTE HIGIÊNICO. TIPO: NORMAL COM ABAS. FORMATO: TRADICIONAL. PACOTE COM 8 UNIDADES.	PACOTE COM 08 UN	12000	R$ 2,20	R$ 26.400,00
TOTAL						R$ 69.352,56

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

HELENA MARIA WOITEXEN
684.532.649-53
Responsável legal da empresa Metromed Com. De Materiais Médicos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:84C5C48B

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Item 01 – adjudicado para YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ 51.740.794/0001-60, sediado à Rua Saíra Ouro, n° 210, Bairro Jardim Universitário, cidade de Arapongas, Paraná, representado por Irene Lopes Salvi, CPF 515.443.269-04, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
76.	0413311	ESPELHO LARINGEO - ESPELHO PARA LARINGE TAMANHO Nº 5. INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE. PODE SER ESTERILIZADO EM AUTOCLAVE. INSTRUMENTAL, ÓTIMA QUALIDADE E ACABAMENTO IMPECÁVEL. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	5	R$ 13,15	R$ 65,75
79.	0281805	FIO ALGODAO 2.0 - CAIXA COM 24 ENVELOPES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ALGODÃO – SUTURA DE ORIGEM VEGETAL E SINTÉTICA, NÃO ABSORVÍVEL, OBTIDA DA TORÇÃO DE FIBRAS LONGAS DE ALGODÃO E FILAMENTOS DE POLIÉSTER TRATADOS, PERMITINDO UMA SUTURA COM DIÂMETRO UNIFORME E ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA. ALGODÃO (ALGODÃO + POLIÉSTER), NÃO ABSORVÍVEL - VEGETAL E SINTÉTICA, ALGODÃO PRETO TORCIDO, ESTERILIZAÇÃO RADIAÇÃO GAMA (R).	CAIXA 24 UNIDADES	10	R$ 70,50	R$ 705,00

80.	0281806	FIO ALGODAO 3.0 - CAIXA COM 24 ENVELOPES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ALGODÃO – SUTURA DE ORIGEM VEGETAL E SINTÉTICA, NÃO ABSORVÍVEL, OBTIDA DA TORÇÃO DE FIBRAS LONGAS DE ALGODÃO E FILAMENTOS DE POLIÉSTER TRATADOS, PERMITINDO UMA SUTURA COM DIÂMETRO UNIFORME E ALTO GRAU DE RESISTÊNCIA. ALGODÃO (ALGODÃO + POLIÉSTER), NÃO ABSORVÍVEL - VEGETAL E SINTÉTICA, ALGODÃO PRETO TORCIDO, ESTERILIZAÇÃO RADIAÇÃO GAMA (R).	CAIXA COM 24 UNIDADES	10	R$ 67,55	R$ 675,50
104.	0454554	KIT MASCARA DE VENTURI ADULTO - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. A MÁSCARA DE OXIGÊNIO VENTURI É UTILIZADA PARA FORNECER UM SISTEMA DE RESPIRAÇÃO EM QUE A ENTRADA DE AR PERMITE UMA COMBINAÇÃO PRÉ-AJUSTADA DE OXIGÊNIO E AR AMBIENTE, QUE DISPÕE AO PACIENTE UMA TERAPIA DE CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO CONTROLADO COM UM NÍVEL ABAIXO DO ATMOSFÉRICO. OFERECE CONFORTO E O SISTEMA DISPONIBILIZA DE SEIS CONCENTRAÇÕES PRECISAS DE OXIGÊNIO. MÁSCARA DE OXIGÊNIO EM PVC; RESISTENTE E NÃO TÓXICO, NÃO ESTÉRIL. 01 TUBO CORRUGADO; 06 DILUIDORES EM POLIPROPILENO; 01 TUBO DE O2;	UNIDADE	30	R$ 13,00	R$ 390,00
105.	0454555	KIT MASCARA DE VENTURI INFANTIL - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. A MÁSCARA DE OXIGÊNIO VENTURI É UTILIZADA PARA FORNECER UM SISTEMA DE RESPIRAÇÃO EM QUE A ENTRADA DE AR PERMITE UMA COMBINAÇÃO PRÉ-AJUSTADA DE OXIGÊNIO E AR AMBIENTE, QUE DISPÕE AO PACIENTE UMA TERAPIA DE CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO CONTROLADO COM UM NÍVEL ABAIXO DO ATMOSFÉRICO. OFERECE CONFORTO E O SISTEMA DISPONIBILIZA DE SEIS CONCENTRAÇÕES PRECISAS DE OXIGÊNIO. MÁSCARA DE OXIGÊNIO EM PVC; RESISTENTE E NÃO TÓXICO, NÃO ESTÉRIL. 01 TUBO CORRUGADO; 06 DILUIDORES EM POLIPROPILENO; 01 TUBO DE O2;	UNIDADE	20	R$ 13,00	R$ 260,00
141.	0439627	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML SEM AGULHA LUER SLIP-SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML SEM AGULHA - DEVE APRESENTAR STOPPER FINO PARA MELHOR LEITURA DA DOSAGEM. BICO LUERSLIP, ESTÉRIL, FABRICADA EM POLIPROPILENO INCOLOR, CORPO TRANSPARENTE QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO MEDICAMENTO, SILICONADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. QUE ATENDA A NBR 32. FABRICADA SEGUINDO AS BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DA ANVISA.	UNIDADE	2000	R$ 0,81	R$ 1.620,00
142.	0438113	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML SEM AGULHA - DEVE APRESENTAR STOPPER FINO PARA MELHOR LEITURA DA DOSAGEM. BICO LUERSLIP, ESTÉRIL, FABRICADA EM POLIPROPILENO INCOLOR, CORPO TRANSPARENTE QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO NÍVEL DO MEDICAMENTO, SILICONADA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE P PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA. QUE ATENDA A NBR 32. FABRICADA SEGUINDO AS BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DA ANVISA.	UNIDADE	7000	R$ 0,47	R$ 3.290,00
197.	0452248	TALA ALUMÍNIO COM ESPUMA 12MM X 120 MM PACOTE COM 12-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA COM ESPUMA UTILIZADA NA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS QUANDO DA FRATURA OU ENTORSES. DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL E HIGIÊNICO. COMPOSIÇÃO: ESPUMA ANTIALÉRGICA E ALUMÍNIO 100%. IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FRATURAS E ENTORSES. UTILIZAÇÃO GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS. VALIDADE: 60 MESES. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 12 UNIDADES.	UNIDADE	15	R$ 9,08	R$ 136,20
198.	0452218	TALA ALUMÍNIO COM ESPUMA 16MM X 120 MM PACOTE COM 12-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA COM ESPUMA UTILIZADA NA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS QUANDO DA FRATURA OU ENTORSES. DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL E HIGIÊNICO. COMPOSIÇÃO: ESPUMA ANTIALÉRGICA E ALUMÍNIO 100%. IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FRATURAS E ENTORSES. UTILIZAÇÃO GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS. VALIDADE: 60 MESES. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 12 UNIDADES.	UNIDADE	15	R$ 20,11	R$ 301,65
206.	0452242	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO XXG- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 30 X 08 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	50	R$ 25,19	R$ 1.259,50
227.	0344580	ALCOOL IODADO 1L - ÁLCOOL IODADO 0,1% SOLUÇÃO ALCOÓLICA CONTENDO 0,1% DE IODO, INDICADA COMO ANTISSÉPTICO TÓPICO, UTILIZADA EM CURATIVOS NO TRATAMENTO DE FERIDAS. EMBALAGEM DE 1000ML .	UNIDADE	40	R$ 27,73	R$ 1.109,20

232.	443871	FORMOL 10% 1 LITRO . GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	8	R$ 12,13	R$ 97,04
243.	0380630	BENZINA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, COM ODOR DE GASOLINA, FÓRMULA QUÍMICA:MISTURA DE HIDROCARBONETOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, FAIXA DE DESTILAÇÃO:DESTILADOS NA FAIXA ENTRE 60 E 120¿C, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 97%, CARACTERÍSTICA AD	LITRO	3	R$ 32,78	R$ 98,34
246.	405153	LIMPA ALUMINIO, GALÃO DE 5 LITROS - INDICADO PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO COMO PANELAS, FORMAS, UTENSÍLIOS DE COZINHA.	UNIDADE	12	R$ 26,43	R$ 317,16
247.	449804	PANO MULTIUSO PERFEX LIMPEZA PICOTADO ROLO 600 UN - 28X40CM- ROLO COM 600 PANOS PERFEX PICOTADOS MICROFIBRA COZINHA	UNIDADE	12	R$ 75,55	R$ 906,60
248.	336316	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA – PACOTE COM 100 UNIDADES. SANGONADA ELÁSTICA AJUSTÁVEL.	PACOTE	50	R$ 8,22	R$ 411,00
256.	457212	LUVA LIMPEZA PESADA LATÉX VERNIZ SILVER AZUL. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO EM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS. PACOTE COM 1 PAR	PACOTE	40	R$ 8,80	R$ 352,00
297.	0464913	CAMPO ESTÉRIL COM FENESTRA - AZUL 10 CM OU VERDE 30CMX30CM .	UNIDADE	100	R$ 4,65	R$ 465,00
298.	0436019	CAMPO ESTÉRIL COM FENESTRA - 10CM AZUL OU VERDE 60CMX60CM .	UNIDADE	100	R$ 5,58	R$ 558,00
301.	0444417	CAMPO ESTÉRIL SEM FENESTRA - AZUL OU VERDE 60CMX60CM.	UNIDADE	80	R$ 5,12	R$ 409,60
TOTAL						R$ 13.427,54

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

IRENE LOPES SALVI
515.443.269-04
Responsável legal da empresa
Ynemed Produtos Medicos e Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:4C1E0CCC

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR
CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 00.656.468/0001-39, sediado à Rua Anita Ribas, n° 410, Bairro Bacacheri, cidade de Curitiba/PR, representado por Marcelo Lipinscki, CPF 489.947.070-34,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
258.	0470124	ACIDO GRAXO 200 ML - ÓLEO GIRASSOL CICATRIZANTE 200ML - ÓLEO CICATRIZANTE CURATIVO, FORMULADO COM ÓLEO DE GIRASSOL RICO EM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (ÁCIDO OLEICO, ÁCIDO LINOLEICO E ÁCIDO LINOLÊNICO), TRIGLICÉRIDES CÁPRICA/ CAPRÍLICO DE CADEIA MÉDIA, ÁCIDO LÁURICO, ALÉM DE POSSUIR VITAMINAS A E, LECITINA DE SOJA E ÓLEO DE SOJA, A FIM DE HIDRATAR E PREVENIR FERIDAS E ESCARAS. APLICAR EM PELE INTEGRA PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA DE PRESSÃO. USO EXTERNO. DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES E COM REGISTRO NA ANVISA/MS. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	200	R$ 4,49	R$ 898,00
260.	0276839	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML CX COM 200 UNIDADES - SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA DE ÁGUA PARA INJEÇÃO. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA	15	R$ 41,00	R$ 615,00
263.	0448699	CLORETO DE SÓDIO 0,9% CX COM 200 UNIDADES SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA. FRASCO DE 10 ML. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXAS	05	R$ 43,30	R$ 1.080,00
265.	270019	GLICONATO DE CÁLCIO 10% CX COM 200 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA	03	R$ 360,00	R$ 1.080,00
268.	0267328	PHOSFOENEMA - FRASCO 130MLFOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 16G (A) + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 6G (B) - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREG. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	150	R$ 6,00	R$ 900,00
TOTAL						R$ 3.709,50

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.
CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:
I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;
II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.
§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;
II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

MARCELO LIPINSCKI
489.947.070-34
Responsável Legal da Empresa
Soma/pr Comercio de Produtos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:5074A37B

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 81.706.241/0001-98, sediado à Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, n° 847, Bairro Parolin, cidade de Curitiba/PR, representado por Elcio Luis Bordignon, CPF 972.234.769-15,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
266.	0267540	GLICOSE 25% 10ML CX COM 200 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA	04	R$ 90,00	R$ 360,00
267.	267541	GLICOSE 50% 10ML CX COM 200 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA	03	R$ 97,00	R$ 291,00

TOTAL		R$ 651,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Por decurso do seu prazo de vigência;

II – Se não restarem fornecedores registrados;

III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.

§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do Fornecedor:

I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

ELCIO LUIS BORDIGNON
972.234.769-15
Responsável legal da empresa
Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:5491CC60

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.° 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para PROSAUDE DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 85.247.385/0001-49, sediado à Rua Uruguai, n° 1538, Bairro Maria Goretti, cidade de Chapecó/SC, representado por Christiano Altair Mattana Giordani, CPF 076.332.029-39,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
272.	0268236	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML, SISTEMA FECHADO - UNIDADE-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 1000 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	2000	R$ 8,00	R$ 16.000,00
273.	0268236	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML, SISTEMA FECHADO - UNIDADE-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO.SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E ISOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 100 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	8000	R$ 3,20	R$ 25.600,00
274.	0268236	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML, SISTEMA FECHADO - UNIDADE-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO.SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E ISOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 250 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	8000	R$ 3,95	R$ 31.600,00
275.	0268236	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML, SISTEMA FECHADO - UNIDADE-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO. SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E ISOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 500 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	5000	R$ 4,95	R$ 24.750,00
277.	0366913	SORO GLICOFISIOLOGICO 1X1 500ML, SISTEMA FECHADO-ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO. SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 500 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	2000	R$ 5,90	R$ 11.800,00
278.	0270092	SORO GLICOSADO 5% 250ML, SISTEMA FECHADO- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 250 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	2000	R$ 4,60	R$ 9.200,00
279.	0270092	SORO GLICOSADO 5% 500ML, SISTEMA FECHADO- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 500 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	2000	R$ 5,75	R$ 11.500,00
280.	303292	SORO SIST FECHADO RINGER C/LACTADO 1000ML- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO +CLORETO DE CÁLCIO + LACTATO DE SÓDIO. APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. APRESENTAÇÕES: FRASCOS DE 1000 ML. SISTEMA FECHADO. DESTINADAS A APLICAÇÃO PARENTERAL.	UNIDADE	1000	R$ 9,00	R$ 9.000,00
TOTAL						R$ 139.450,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.
CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:
I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;
II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.
§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;
II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
076.332.029-39
Responsável Legal da Empresa
Prosaude Dist. de Medicamentos LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:D6E94CC9

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 03/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 24/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para KIENTRO BRASIL LTDA, CNPJ 85.247.385/0001-49, sediado à Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 1538, Bairro Loteamento INOCOOP, cidade de São Paulo/SP, representado por Josiane Sabino Mattos, CPF 055.686.606-11,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
289.	0439956	BACIA INOX 35X7,5 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TOTALMENTE FEITA EM AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS, PRESERVANDO A BELEZA, A HIGIENE E A DURABILIDADE DO MATERIAL. CARACTERÍSTICAS ACABAMENTO EM BRILHO; DIMENSÕES CERCA DE 35 CM DE DIÂMETRO; FABRICADO EM INOX; CAPACIDADE MÍNIMA DE 3L (3,000 ML).	UNIDADE	5	R$ 79,00	R$ 395,00

290.	0378218	BACIA INOX 41X34,5CM - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TOTALMENTE FEITA EM AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS, PRESERVANDO A BELEZA, A HIGIENE E A DURABILIDADE DO MATERIAL. CARACTERÍSTICAS ACABAMENTO EM BRILHO; DIMENSÕES MÍNIMAS 41 X 34,5 CM; FABRICADO EM INOX.	UNIDADE	5	R$ 84,00	R$ 420,00
292.	0440141	BANDEJA INOX 30X20X4CM- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. SEM IMPERFEIÇÕES. BANDEJA / CUBA INOX EM AÇO INOXIDÁVEL PARA AUXÍLIO DURANTE O PROCEDIMENTOS MÉDICOS. TOTALMENTE FEITA EM AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS, PRESERVANDO A BELEZA, A HIGIENE E A DURABILIDADE DO MATERIAL. CARACTERÍSTICAS ACABAMENTO EM BRILHO.	UNIDADE	10	R$ 64,00	R$ 640,00
305.	0439204	CUBA ASSEPSIA EM INOX 300ML- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. CUBA INOX EM AÇO INOXIDÁVEL. TOTALMENTE FEITA EM AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS, PRESERVANDO A BELEZA, A HIGIENE E A DURABILIDADE DO MATERIAL. ACABAMENTO EM BRILHO; DIMENSÃO: 9 X 5CM.	UNIDADE	10	R$ 11,90	R$ 119,00
TOTAL						R$ 1.574,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

JOSIANE SABINO MATTOS
055.686.606-11
Responsável Legal da Empresa
Kientro Brasil LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:89D8A0F9

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 29/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 02/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 14/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para ALTERMED MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02, sediado à Rua Boa Esperança, n° 2320, cidade de Rio do Sul/SC, representado por Anacleto Ferrari, CPF 523.140.819-00,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	0444365	ATADURA DE CREPE, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, APROXIMADAMENTE 92% ALGODÃO CRU, 8% DE POLIAMIDA, TRAMA REGULAR COM NO MÍNIMO 13 FIOS/CM2, NÃO ABRASIVA, **TAMANHOS: 15 CM** DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE COMPRIMENTO (ESTICADA). PACOTE COM 12 UNIDADES.	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 9,31	R$ 2.793,00
20	0444371	ATADURA DE CREPE, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, APROXIMADAMENTE 92% ALGODÃO CRU, 8% DE POLIAMIDA, TRAMA REGULAR COM NO MÍNIMO 13 FIOS/CM2, NÃO ABRASIVA, **TAMANHOS: 20 CM** DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE LARGURA E APROXIMADAMENTE 1.80 M DE COMPRIMENTO (EM REPOUSO) OU 4,50 M DE COMPRIMENTO (ESTICADA). PACOTE COM 12 UNIDADES.	PACOTE COM 12 UNIDADE	300	R$ 10,73	R$ 3.219,00
23	0485089	ATADURA DE RAYON 7,5CM X 5M - ESTÉRIL, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTOS E MANCHAS. ATÓXICA E APIROGÊNICA. ESTERILIZADO A GÁS OXIDO DE ETILENO. INDICADA PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL, COMO CURATIVOS PARA QUEIMADURAS	ROLO	100	R$ 6,14	R$ 614,00
28.	0444608	ATADURA GESSADA 6 CM ATADURAS DE GAZE IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFIAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR, MEDINDO 6CM X 3M, COM QUANTIDADE DE GESSO SUFICIENTE PARA DAR CREMOSIDADE APÓS IMERSÃO EM ÁGUA, TEMPO DE SECAGEM DE 5 A 6 MINUTOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME PORTARIA MSSVS, N°01 DE 23/01/96. CAIXA COM 20 UNIDADES. SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA COM 20 UN	20	R$ 25,03	R$ 500,60
29.	0444608	ATADURA GESSADA 8 CM – IMPREGNADAS COM GESSO COLOIDAL E COM LATERAIS DE CORTE SINUOSO, QUE EVITAM O DESFIAMENTO, ENROLADA EM TUBO PLÁSTICO CIRCULAR PERFURADO OU TRIANGULAR, MEDINDO 8CM X 3M, COM QUANTIDADE DE GESSO SUFICIENTE PARA DAR CREMOSIDADE APÓS IMERSÃO EM ÁGUA, TEMPO DE SECAGEM DE 5 A 6 MINUTOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME PORTARIA MSSVS, N°01 DE 23/01/96. CAIXA COM 20 UNIDADES.	CAIXA COM 20 UN	50	R$ 32,80	R$ 1.640,00
30.	0375041	AVENTAL DESCARTÁVEL-AVENTAL DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL ESPECIAL DESCARPACK – MANGA LONGA, DESENVOLVIDO PARA A PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CONTRA POSSÍVEIS CONTAMINAÇÕES DURANTE PROCEDIMENTOS. NÃO ESTÉRIL; FABRICADO EM TNT(TECIDO NÃO TECIDO) 100% POLIPROPILENO; POSSUI ELÁSTICO NO PUNHO E TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E PESCOÇO; ATÓXICO E APIROGÊNICO; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; GRAMATURA: 15G/M²; COR: BRANCA; QUANTIDADE: PACOTE COM 10 UNIDADES; REGISTRO ANVISA. SEM IMPERFEIÇÕES. GARANTIA: CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE	30	R$ 13,33	R$ 399,90
52.	456008	COLAR CERVICAL G - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA.POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA	UNIDADE	20	R$ 12,67	R$ 253,40

		NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO.				
53.	0455905	COLAR CERVICAL GG - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA.POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO	UNIDADE	20	R$ 12,93	R$ 258,60
54.	0455920	COLAR CERVICAL INFANTIL - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO.	UNIDADE	10	R$ 13,17	R$ 131,70
55.	456005	COLAR CERVICAL M - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA.POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO.	UNIDADE	20	R$ 12,98	R$ 259,60
56.	456007	COLAR CERVICAL P - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA.POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO. POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO	UNIDADE	20	R$ 13,18	R$ 263,60
57.	0455904	COLAR CERVICALPP .ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO.	UNIDADE	20	R$ 13,17	R$ 263,40
58.	0456005	COLAR CERVIVAL OBESO (EG) - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO ESSENCIAL PARA RESGATAR VÍTIMAS DE ACIDENTES COM MAIOR SEGURANÇA, SEU USO EVITA DANOS À MEDULA DURANTE O TRANSPORTE DA VÍTIMA E DEVE SER MANUSEADO POR PESSOAS TREINADAS. ESTE PRODUTO APRESENTA ALTA DURABILIDADE POR SER UMA PEÇA ÚNICA E DESENVOLVIDA EM MATERIAL PEAD DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI REVESTIMENTO EM BORRACHA TIPO E.V.A, QUE PROPORCIONA MAIOR CONFORTO, ENQUANTO A ABERTURA NA PARTE POSTERIOR, UTILIZADA PARA PALPAÇÃO, AJUDA A REFRESCAR, UMA ABERTURA NA PARTE DA FRENTE DO COLAR POSSIBILITA A PALPAÇÃO DO PULSO CAROTÍDEO E O ACESSO À TRAQUEIA, É FECHADO POR VELCRO LARGO, RESISTENTE E POSSUI NA ÁREA ARTICULADA, UM BOTÃO PRETO QUE IDENTIFICA A SUA MONTAGEM E TAMANHO.	UNIDADE	20	R$ 12,93	R$ 258,60
68.	0386129	EQUIPO MICRO GOTAS PACOTE COM 25 UNIDADES: EQUIPO	PACOTE COM 25	60	R$ 1,77	R$ 106,20

		MICROGOTAS COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO; INJETOR LATERAL EM "Y'' COM ÁREA PARA RÁPIDA ASSEPSIA COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE OU VALVULADO; DISPOSITIVO DE ENTRADA DE AR LATERAL COM FILTRO HIDRÓFOBO DE 15 MICRAS; CÂMARA DE GOTEJAMENTO COM FILTRO DE FLUÍDO NO SEU INTERIOR (MALHA DE 15 MICRAS), TRANSPARENTE COM MICROGOTEJADOR PARA 60 MGTS/ML, FLEXÍVEL E COM PERFURADOR DO SORO TIPO LANCETA; TUBO EXTENSOR EM PVC OU POLIETILENO FLEXÍVEL, UNIFORME; TRANSPARENTE EM TODA SUA EXTENSÃO, IGUAL OU SUPERIOR A 1,20 M DE COMPRIMENTO. CONECTOR LUERLOCK E PROTETORES QUE GARANTAM A SUA ESTERILIDADE.- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UN			
69.	0386007	EQUIPO NUTRIÇÃO ENTERAL MACRO GOTAS FLEXIVEL. PACOTE COM 25 UNIDADES.	PACOTE COM 25 UN	30	R$ 25,60	R$ 768,00
73.	479759	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, ESTÉRIL, **TAMANHO GRANDE**, LUBRIFICADO, COM EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	400	R$ 1,93	R$ 772,00
74.	479757	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, ESTÉRIL, **TAMANHO MÉDIO**, LUBRIFICADO, COM EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	700	R$ 1,51	R$ 1.057,00
89.	281315	FIO NYLON 0 CAIXA COM 24 - FIO MONONYLON PRETO AGULHA CORTANTE 0 (3 CM) EMBALADO INDIVIDUALMENTE C/ 24 UNIDADES- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R$ 32,67	R$ 261,36
102.	0358131	FRALDA GERIÁTRICA TAM M (40-70KG)- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	PACOTE COM 10 UNIDADES	300	R$ 14,52	R$ 4.356,00
124.	0451032	MASCARA LARINGEA 1,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA)	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40
126.	0451472	MASCARA LARINGEA 2,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) .	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40
127.	0451031	MASCARA LARINGEA 2,5 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) .	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40
128.	0451473	MASCARA LARINGEA 3,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA).	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40
129.	0451474	MASCARA LARINGEA 4,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) .	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40
130.	0451477	MASCARA LARINGEA 5,0 - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE	UNIDADE	20	R$ 15,52	R$ 310,40

		VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ESTERILIZADA EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS; PRONTAS PARA USO IMEDIATO; FORMATO TRADICIONAL CLÁSSICO: O MAIS ACEITO; ECONOMIA EM CUSTOS DE LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO; MARCAÇÕES E MANUAL EM PORTUGUÊS; ESTERILIZAÇÃO VÁLIDA POR 5 ANOS; MARCA LINEAR PARA REFERÊNCIA DE POSIÇÃO AO LONGO DO TUBO; INFORMAÇÕES CLARAS SOBRE VOLUME E PRESSÃO DE ENCHIMENTO, TAMANHO E FAIXA DE PESO DO PACIENTE;EMBALADAS ESTERILIZADAS EM BERÇO PROTETOR EXCLUSIVO; CÓDIGO DE BARRAS PADRONIZADO (EAN); ISENTA DE LÁTEX; PRODUZIDA EM PVC SILICONADO DE ALTA QUALIDADE; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA).				
132.	485533	MASCARA PROTETOR RESPIRATÓRIO DESCARTÁVEL N95 OU PFF2 PARA USO HOSPITALAR - CONFECCIONADA EM MATERIAL HIPOALERGÊNICO , INODORO , ATÓXICO, COM RESISTÊNCIA ADEQUADA A SUA FINALIDADE; FORMATO NÃO CÔNICO, COM DESIGN ANATÔMICO PARA ADAPTAÇÃO AO ROSTO, DE MODO A EVITAR TOTAL ENTRADA E SAÍDA DE AR PELAS BORDAS; INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE CONTRA EXPOSIÇÃO DE AGENTES BIOLÓGICOS CAUSADORES DE TUBERCULOSE, RUBÉOLA, SRAG/SARS, VARICELA, SARAMPO, GRIPES H1N1 E H5N1, ETC. E CERTOS AERODISPERSÓIDES EM FAIXA DE TAMANHO DE PARTÍCULAS DE 0,1 A 10 MICRA (DIÂMETRO AERODINÂMICO MÉDIO) OU MAIORES, INCLUINDO AS GERADAS POR ELETROCAUTÉRIO, CIRURGIA A LASER ENTRE OUTROS INSTRUMENTOS MÉDICOS ELÉTRICOS. CONSTITUÍDA POR NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE FIBRA SINTÉTICA REPELENTE A LÍQUIDOS QUE BARRA A ENTRADA DE LÍQUIDOS CORPÓREOS PROVENIENTES DE RESPINGOS. DENSIDADE E POROSIDADE CAPAZES DE ATUAR COMO BARREIRA A MICROORGANISMOS. FILTRO BACTERIOLÓGICO DE CAPACIDADE FILTRANTE ACIMA DE 95%. DUPLO SISTEMA DE TIRAS ELÁSTICAS PARA PRESSÃO ANATÔMICA. DOTADA DE CLIP NASAL, REVESTIDO, PRODUZIDO EM ALUMÍNIO FLEXÍVEL. DEVE CONSTAR NO PRODUTO O SELO DO INMETRO, CÓDIGO CA E CLASSE DE PROTEÇÃO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNIDADE	1000	R$ 0,60	R$ 600,00
136.	0437171	SCALP 23 CAIXA COM 100 - SCALP COM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, BISEL CURTO E TRIFACETADO, ASA FLEXÍVEL E ANTIDERRAPANTE, TUBO EXTENSOR DE MATERIAL FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE DE ATÉ 30 CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR RÍGIDO TIPO LUER COM TAMPA, POSSUIR PROTETOR DE AGULHA. ESTÉRIL E APIROGÊNICO, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DIFERENCIANDO O NÚMERO POR COR PADRONIZADA DE ACORDO COM NBR 9753, CALIBRE Nº 23.	CAIXA COM 100	20	R$ 21,33	R$ 426,60
137.	0437165	SCALP 25 CAIXA COM 100 - SCALP COM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, BISEL CURTO E TRIFACETADO, ASA FLEXÍVEL E ANTIDERRAPANTE, TUBO EXTENSOR DE MATERIAL FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE DE ATÉ 30 CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR RÍGIDO TIPO LUER COM TAMPA, POSSUIR PROTETOR DE AGULHA. ESTÉRIL E APIROGÊNICO, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DIFERENCIANDO O NÚMERO POR COR PADRONIZADA DE ACORDO COM NBR 9753, CALIBRE Nº 25.	CAIXA COM 100	20	R$ 21,33	R$ 426,60
138.	0437343	SCALP 27 CAIXA COM 100 - SCALP COM CÂNULA EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADA, BISEL CURTO E TRIFACETADO, ASA FLEXÍVEL E ANTIDERRAPANTE, TUBO EXTENSOR DE MATERIAL FLEXÍVEL, ATÓXICO E TRANSPARENTE DE ATÉ 30 CM DE COMPRIMENTO, CONECTOR RÍGIDO TIPO LUER COM TAMPA, POSSUIR PROTETOR DE AGULHA. ESTÉRIL E APIROGÊNICO, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DIFERENCIANDO O NÚMERO POR COR PADRONIZADA DE ACORDO COM NBR 9753, CALIBRE Nº 27.	CAIXA COM 100	7	R$ 21,33	R$ 149,31
288.	0459184	ASPIRADOR A VACUO PORTATIL 3,2L- GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PARELHO DE SUCÇÃO COMPACTO QUE NÃO NECESSITA DE MANUTENÇÃO OU LUBRIFICANTE E FOI DESENVOLVIDO PARA ASPIRAR LÍQUIDOS E SECREÇÕES, IDEAL PARA USO DOMÉSTICO, CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS. - PORTÁTIL; -SILENCIOSO; - ECONÔMICO; - FÁCIL MANUSEIO; - FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; - USO CLINICO.	UNIDADE	3	R$ 1.640,00	R$ 4.920,00
291.	345379	BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM:250 KG, VOLTAGEM:110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, TIPO PLATAFORMA COM COLUNA E RODAS, DIMENSÕES, PLATAFORMA COM 489 X 714 MM, TIPO PAINEL, CRISTAL LIQUIDO COM ILUMINAÇÃO, SENSIBILIDADE 50 G.	UNIDADE	3	R$ 1.575,75	R$ 4.727,25
307.	0454905	DETECTOR FETAL DE MESA- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. EQUIPAMENTOS DE ALTA SENSIBILIDADE, DESENVOLVIDOS COM O QUE EXISTE DE MAIS ATUAL NO MERCADO, PLACA ELETRÔNICA COM COMPONENTES SMD. SÃO UTILIZADOS PARA CAPTAR MOVIMENTOS NO INTERIOR DO CORPO HUMANO POR MEIO DO SISTEMA DOPPLER. PERMITE A DETECÇÃO DO CORAÇÃO DO FETO E O DIAGNÓSTICO DA GRAVIDEZ MÚLTIPLA ENTRE A 10ª E 12ª SEMANA DE GESTAÇÃO, POSSIBILITANDO A AVALIAÇÃO DO RITMO CARDÍACO FETAL DURANTE A GRAVIDEZ E PRÉ-PARTO. POSTERIORMENTE POR VOLTA DA 24ª À 26ª SEMANA DE GRAVIDEZ, O SOM DISTINTO E CLARO DA PLACENTA AJUDA SUA LOCALIZAÇÃO E FÁCIL ITA O DIAGNÓSTICO DA PLACENTA PRÉVIA. O FLUXO DO CORDÃO UMBILICAL, TAMBÉM PODE SER OUVIDO NESSE ESTÁGIO. SÃO AFERIDOS PARA UMA EXCELENTE SENSIBILIDADE E UM MENOR NÍVEL DE RUÍDOS, OBTENDO ASSIM ÓTIMOS RESULTADOS NA OBSTETRÍCIA. GABINETE E TRANSDUTOR EM MATERIAL ABS DE ALTO IMPACTO QUE EVITA A OXIDAÇÃO E DETERIORAÇÃO AO LONGO DO TEMPO. /SUPORTE LATERAL PARA TRANSDUTOR FACILITANDO SEU ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 1 MINUTO SEM USO, CONTROLE DE VOLUME E TONALIDADE. AO DESLIGAR O EQUIPAMENTO A ÚLTIMA CONFIGURAÇÃO DE VOLUME E TONALIDADE FICAM ARMAZENADOS NA MEMÓRIA. TRANSDUTOR DESCONECTÁVEL, FACILITANDO A TROCA EM CASO DE MANUTENÇÃO, COM TECNOLOGIA MICRO PROCESSADA QUE DISPENSA A CALIBRAÇÃO	UNIDADE	02	R$ 912,65	R$ 1.825,30

		DO EQUIPAMENTO APÓS SUA SUBSTITUIÇÃO. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO E GRAVADOR DE SOM. FILTRO MINIMIZADOR DE INTERFERÊNCIA DURANTE A UTILIZAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES: FAIXA DE MEDIÇÃO DE FCF: 30 A 240 BPM . CICLAGEM DE 6.000 A 60.000 E FREQUÊNCIA DE TRABALHO 2MHZ ±10%. ALIMENTAÇÃO CHAVEADA QUE OPERA DE 110 A 230 V ±10% E FREQUÊNCIA DE 50/60HZ. DIÂMETRO MÁXIMO DO FOCO ULTRASSÔNICO: 50 MM. PROFUNDIDADE MÁXIMA DO FEIXE ULTRASSÔNICO: 200 A 250 MM. CONTROLE DE VOLUME DIGITAL: 9 NÍVEIS (1 - 9). CONTROLE DE TONALIDADE DIGITAL: 10 NÍVEIS (0 – 9). ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR NA LATERAL DO GABINETE. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. POSSUI FUSÍVEL DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA DA CORRENTE ELÉTRICA. PESO LÍQUIDO: 1,5KG. DIMENSÕES: (L.P.A) 217X250X100MM. POTÊNCIA: 32 VA/ 15W. POTÊNCIA ULTRASSÔNICA: 5MH/CM². GARANTIA: 2 ANOS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM:01 – DF 7000 S01 – TRANSDUTOR 2MHZ 01 – FONE PARA OUVIDO 01 – FRASCO DE GEL 01 – CABO DE ALIMENTAÇÃO 01 – MANUAL DE INSTRUÇÕES.				
310.	0432469	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO DE ALTA PRECISÃO, INDICADO PARA A MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL SANGUÍNEA. APARELHO DE EXTREMA QUALIDADE E FÁCIL DE USAR. 1 MANÔMETRO 0 - 300 MMHG (52 X 98 X 35,5 MM) 1 BRAÇADEIRA TAMANHO ADULTO, 1 VÁLVULA DE DEFLAÇÃO, 1 PERA, 1 ESTOJO PARA VIAGEM. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, BRAÇADEIRA COM MANGUITO EM PVC E FECHAMENTO EM METAL, BRAÇADEIRA E PERA LIVRES DE LÁTEX - MAIOR DURABILIDADE E MENOR RISCO DE ALERGIA, MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO COM TECNOLOGIA JAPONESA, MONITORAMENTO RÁPIDO E EFICAZ DA PRESSÃO ARTERIAL, QUALIDADE NO VELCRO DA BRAÇADEIRA.	UNIDADE	40	R$ 56,00	R$ 2.240,00
311.	0432475	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. EQUIPAMENTO DE ALTA PRECISÃO, INDICADO PARA A MEDIÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL SANGUÍNEA. APARELHO DE EXTREMA QUALIDADE E FÁCIL DE USAR. 1 MANÔMETRO 0 - 300 MMHG (52 X 98 X 35,5 MM) 1 BRAÇADEIRA TAMANHO INFANTIL, 1 VÁLVULA DE DEFLAÇÃO, 1 PERA, 1 ESTOJO PARA VIAGEM. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, BRAÇADEIRA COM MANGUITO EM PVC E FECHAMENTO EM METAL, BRAÇADEIRA E PERA LIVRES DE LÁTEX - MAIOR DURABILIDADE E MENOR RISCO DE ALERGIA, MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO COM TECNOLOGIA JAPONESA, MONITORAMENTO RÁPIDO E EFICAZ DA PRESSÃO ARTERIAL, QUALIDADE NO VELCRO DA BRAÇADEIRA.	UNIDADE	10	R$ 53,33	R$ 533,30
323.	300324	OTOSCÓPIO - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. O OTOSCÓPIO LED PROFISSIONAL É UM EQUIPAMENTO PORTÁTIL ESPECÍFICO PARA EXAMINAR AS PARTES INTERNAS DO OUVIDO, TENDO COMO COMPONENTES: ESPÉCULOS COM DIVERSOS TAMANHOS PARA ADAPTAR AO OUVIDO DE CADA PACIENTE, LÂMPADA TIPO LED PARA ILUMINAR ATRAVÉS DE FEIXE DE LUZ CONCENTRADO E UMA LENTE COM AUMENTO DE 2,5 VEZES PARA UMA ANÁLISE COM EXCELENTE NITIDEZ.	UNIDADE	10	R$ 218,81	R$ 2.188,10
326.	0385777	PAPAGAIO INOX - FABRICADO EM AÇO INOX, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL: GARANTINDO A BIOSSEGURANÇA TANTO AO PROFISSIONAL COMO PARA O PACIENTE. CAPACIDADE DE 1000 ML. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	10	R$ 94,65	R$ 946,50
334.	0456412	REANIMADOR MANUAL ADULTO AMBU- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. CONTENDO BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA, EXTENSOR DE O² E RESERVATÓRIO. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	10	R$ 133,32	R$ 1.333,20
336.	0478668	REANIMADOR MANUAL NEONATAL AMBU- COMPONENTE REANIMADOR MANUAL, TIPO, ALÇA DE APOIO, MATERIAL SILICONE TAMANHOS NEONATAL, COMPATIBILIDADE, COMPATIBILIDADE ESPECIFICAS TIPO USO REUTILIZÁVEL	UNIDADE	05	R$ 133,32	R$ 666,60
338.	0435801	TERMOMETRO DIGITAL CLÍNICO - ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL BRANCO. PRODUTO É DESTINANDO À VERIFICAÇÃO DA TEMPERATURA DO CORPO HUMANO; TERMÔMETRO DE TEMPERATURA MÁXIMA; À PROVA D´ÁGUA, A UNIDADE DE MEDIÇÃO É GRAUS CELSIUS (°C), COM PRECISÃO DECIMAL; EMITE SINAIS SONOROS (BEEPS) DIFERENCIADOS AO FINAL DA MEDIÇÃO, PARA -INDICAR TEMPERATURA NORMAL OU FEBRIL; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; TOMADA DE TEMPERATURA EM APROXIMADAMENTE 1 MINUTO; ECOLOGICAMENTE CORRETO: NÃO CONTÉM MERCÚRIO OU SUBSTÂNCIAS TÓXICAS.GARANTIA DE 6 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	30	R$ 9,80	R$ 294,00
340.	0471688	TESOURA RETA 12 CM- MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. MATERIAL AUTOCLAVÁVEL. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO CORTANTE - COM QUALIDADE MÁXIMA, ARTICULAÇÕES FIRMES. .ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO 10 ANOS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. REGISTRO ANVISA E CERTIFICAÇÃO RDC 16/2013. ANVISA.	UNIDADE	15	R$ 20,41	R$ 306,15
342.	0299313	**VALVULA REDUTORA/ REGULADORA COM FLUXÔMETRO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO**COR: VERDE PADRONIZADA PELA ABNT. MODELO: SAÍDA COM FLUXÔMETROS. CORPO: LATÃO CROMADO CONEXÃO DE ENTRADA E SAÍDA: LATÃO CROMADO MANÔMETRO: AÇO COM PINTURA EPÓXI CONEXÕES DE ENTRADA E SAÍDA, CONFORME NORMAS ABNT. ESCALA DO MANÔMETRO/VÁLVULA DE PRESSÃO FIXA: ESCALA EXTERNA: 0 À 315 KGF/CM² ESCALA INTERNA: 0 À 31,5 KPA VÁLVULA DE PRESSÃO VARIÁVEL: ENTRADA: 0 À 200 KGF/CM²/ SAÍDA: 0 - 8 KGF/CM²PRESSÃO DE TRABALHO DO CILINDRO CHEIO: 150 OU 200KGF/CM² VÁLVULA DE ALÍVIO (SEGURANÇA): 6,5+/-0,3KGF/CM² VÁLVULA DE PRESSÃO VARIÁVEL: FAIXA DE TRABALHO 0-8 KGF/CM²VÁLVULA DE ALÍVIO (SEGURANÇA): 9,5 +/- 0,4 KGF/CM2.	UNIDADE	10	R$ 227,99	R$ 2.279,90

355.	0443097	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 40 CM, DIMENSÕES: 40 CM X 100 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	50	R$ 174,00	R$ 8.700,00
357.	0442531	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100 CM, DIMENSÕES: 100 CM X 200 M; GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M²; COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO; O PAPEL DEVERÁ TER ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME PARA QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO; DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; POSSUIR SELAGEM TRIPLA MULTILÍNEA QUE PROPORCIONE MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO E DO CORRETO MODO DE ABERTURA NA EMBALAGEM; TODA A IMPRESSÃO DO ENVELOPE DEVE SITUAR-SE NA ÁREA EXTERNA PARA EVITAR A MIGRAÇÃO DE TINTA AO CONTEÚDO A SER ESTERILIZADO; COM BARREIRA MICROBIANA, LIVRE DE RASGOS, DOBRAS OU DIFERENÇAS DE ESPESSURA; BAIXA PERMEABILIDADE A LÍQUIDOS; PROPORCIONA A ABERTURA ASSÉPTICA DA EMBALAGEM PROCESSADA DE MANEIRA ÍNTEGRA, ALTAMENTE RESISTENTE ÀS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO SATISFATÓRIO EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM PRESENÇA DE REBARBAS, MANCHAS OU DELAMINAÇÃO; APRESENTAÇÃO EM ROLOS COM 100 METROS, CONSTANDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.	ROLO	50	R$ 33,44	R$ 1.672,00
TOTAL						R$ 54.273,17

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

ANACLETO FERRARI
523.140.819-00
Responsável Legal da Empresa
Altermed Mat. Méd. Hospitalar LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:E9757019

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2024 DO PROCESSO N° 14/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 2/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 02/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 14/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para TECH-SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 21.831.246/0001-85, sediado à Rua Nelson Espindola, n° 138, cidade de Barra Velha/SC, representado por Mirian Stuani de Almeida, CPF 427.852.781-00,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35.	0422824	CÂNULA DE GUEDEL 0- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 2,25	R$ 33,75
36.	0450961	CÂNULA DE GUEDEL 00- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 2,25	R$ 33,75
38.	0427150	CÂNULA DE GUEDEL 2- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.	UNIDADE	15	R$ 2,25	R$ 33,75
42.	0422816	CÂNULA DE GUEDEL 6- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO. AS CÂNULAS DE GUEDEL FORAM DESENVOLVIDAS PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES QUE NECESSITAM MANTER AS VIAS	UNIDADE	15	R$ 2,25	R$ 33,75

		AÉREAS PERMEÁVEIS E EM CASOS EM QUE HÁ A NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO FREQUENTE. TEM COMO FUNÇÃO MANTER A LÍNGUA DISTANTE DA PAREDE POSTERIOR DA FARINGE OU PROTEGER O TUBO ENDOTRAQUEAL DA COMPRESSÃO DOS DENTES. ACESSÓRIO PARA OXIGENOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA, VENTILAÇÃO MECÂNICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, BOMBAS DE INFUSÃO, GASES ESPECIAIS, HOME CARE, MÁSCARA, MONITORAÇÃO, OXIMETRIA, ODONTOLOGIA, VETERINÁRIA, U.T.I. E RECUPERAÇÃO.				
201.	0452239	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO M- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 63 X 09 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	30	R$ 9,18	R$ 459,00
202.	0452238	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO P- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 53 X 08 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	50	R$ 7,55	R$ 604,00
203.	0452237	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO PP- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 30 X 08 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	30	R$ 5,18	R$ 155,40
205.	0452241	TALA FÁCIL (EVA) TAMANHO GG- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. TALA ARAMADA EM EVA COMPOSTOS POR CORES POR TAMANHOS DIFERENTES. TAM. 30 X 08 CM. INDICAÇÃO UNIVERSAL: USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. ARAMADA, REVESTIDA DE EVA, PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. ACABAMENTO SEM IMPERFEIÇÕES, CORTES, FUROS, DESCOLAMENTO, DESCUSTURAMENTO.	UNIDADE	50	R$ 19,98	R$ 999,00
320.	0407753	MANTA TÉRMICA EMBALADA INDIVIDUALMENTE- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES. USADO PARA MANTER O AQUECIMENTO DA VÍTIMA, EM POLIETILENO ALUMINIZADO, PERFEITO ISOLANTE TÉRMICO DE BAIXO PESO, MANTÉM O CALOR INTERNO E REFLETE O CALOR EXTERNO. A PROVA D ÁGUA E VENTO, E RESISTENTE AO ATRITO COM O SOLO, MEDIDA 2,10 X 1,40.	UNIDADE	100	R$ 4,60	R$ 460,00
329.	0467745	PINÇA ANATÔMICA DESSECAÇÃO 14 CM- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	10	R$ 16,32	R$ 163,20
330.	0467995	PINÇA DENTE DE RATO 12 CM- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	20	R$ 17,32	R$ 346,40
335.	0456413	REANIMADOR MANUAL INFANTIL AMBU- ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. CONTENDO BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA, EXTENSOR DE O^2 E RESERVATÓRIO. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 4/5 A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SEM IMPERFEIÇÕES.	UNIDADE	10	R$ 146,36	R$ 1.463,60
TOTAL						R$ 4.785,60

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;
II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;
III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

MIRIAN STUANI DE ALMEIDA
427.852.781-00
Responsável Legal da Empresa
Tech-sul Industria e Comercio LTDA.

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:74ABBF22

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 02/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 14/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 40.892.801/0001-23, sediado à Rua Cristo Redentos, n°79, Bairro Pioneiros Catarinenses, cidade de Cascavel/PR, representado por Marcos Leandro Kerin, CPF 049.421.729-42,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

294.	406357	BOMBA DE INFUSÃO, POLICARBONATO VOLUMÉTRICAS (LINEAR), 0,1 A 999,9 ML/H,ENTERAL / PARENTAL ALÇA PARA TRANSPORTE, TECLADO DE MEMBRANA, SENSOR DE PRESSÃO PROGRAMAÇÃO, ML/H GOTAS, VOLUME/TEMPO, DOSE EM MG, MCG, MMOL E MEQ.	UNIDADE	01	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
339.	0438089	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE TESTA SEM CONTATO. SENSOR INFRAVERMELHO PERMITE MEDIR A TEMPERATURA DA TESTA COM PRECISÃO EM APENAS 3 SEGUNDOS SEM QUALQUER CONTATO COM O PACIENTE. ALARME E LUZ INDICATIVA EM CASO DE FEBRE (TEMPERATURA NORMAL: VERDE / FEBRE: VERMELHA); TEMPERATURA DA TESTA (3 SEGUNDOS); TECNOLOGIA INFRAVERMELHO, NÃO UTILIZA MERCÚRIO; GARANTIA DE 5 ANOS; VALIDADO CLINICAMENTE; REGISTRO ANVISA/MS. À PROVA D´ÁGUA, A UNIDADE DE MEDIÇÃO É GRAUS CELSIUS (°C), COM PRECISÃO DECIMAL. TEMPO DE RESPOSTA: 3S. ALIMENTAÇÃO: 3VDC (2 PILHAS AA) OU RECARREGÁVEL EM TOMADA. SELEÇÃO DA UNIDADE DE TEMPERATURA (°C / °F). MIRA LASER. CONGELAMENTO AUTOMÁTICO DE LEITURA. ILUMINAÇÃO DO VISOR (BACKLIGHT). DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 20 SEGUNDOS DE INATIVIDADE. INDICAÇÃO DE PILHAS FRACA. COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO .	UNIDADE	10	R$ 66,90	R$ 669,00
TOTAL						R$ 3.169,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;

II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.

§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.

§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I – For liberado do compromisso;

II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor De Compras E Licitação

MARCOS LEANDRO KERIN
049.421.729-42
Responsável Legal Da Empresa K & M Medical Comercio De Produtos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Maiara Andressa Kravec
Código Identificador:15400A20

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 28/2024 DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 28/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2024	**PROTOCOLO N.º 02/2024**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 05/07/2024	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR, com sede no (a) com a Prefeitura em Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr - Cep 84.635-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 80.059.918/0001-45, Sra. **BRUNA CRISTINA MARKEVICZ,** CPF: 069.139.359.19 RG: 10.828.472-2, Diretora Presidente, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 104/2021, de 06 Outubro de 2021, publicada no 05 de Outubro de 2021, portador da matrícula funcional nº 104/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° 02/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sendo registrado pelo Processo Administrativo n° 14/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais, soluções, embalagens e insumos de saúde em atendimento a solicitação da Fundação Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin/PR, especificado no item do Termo de Referência, anexo ao Edital do referido Pregão, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
§ 1º. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
§ 2º. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
§ 3º. Participam deste Registro de Preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) insumos ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
adjudicado para IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 30.597.921/0001-44, sediado à Alameda São Caetano, n° 1807, Bairro Santa Maria, cidade de São Caetano do Sul/SP, representado por Regina Bernadete Ferreira Guinez, CPF 299.606.818-15,conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓD BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
346	406357	TESTE BOWIE & DICK PACOTE PRONTO PARA ESTERILIZACAO EM AUTOCTESTE BOWIE & DICK PACOTE PRONTO PARA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE COM SISTEMA PRE-VACUO- INDICADOR BIOLOGICO, TIPO: SEGUNDA GERACAO APRESENTACAO, AUTOCONTIDO, AMPOLACOM MEIO DE CULTURA ,ESPECIE, BACILLUSSTEOROTHERMOPHILLUS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS RESPOSTA EM 24 HORAS APLICACAO PARA ESTERILIZACAO A VAPOR	UNIDADE	230	R$ 15,05	R$ 1.380,00
TOTAL						R$ 1.380,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial.
CLÁUSULA QUARTA – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual n.° 2.734/2015; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:
I - Eventual redução daqueles praticados no mercado;
II - Fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.
§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
I – Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado;
II – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;
III – a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
§ 3º Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
§ 4º Quando for de sua iniciativa, a demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será encargo do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.
§ 5º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no Edital.
§ 6º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, registrados no Anexo desta Ata, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo preço registrado nesta ata de registro de preços.
§ 7º Se comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
§ 8º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 9º Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.
§ 10º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I – For liberado do compromisso;
II – Descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV – Sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
V – Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.
§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I – Por decurso do seu prazo de vigência;
II – Se não restarem fornecedores registrados;
III – por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
IV – Por razões de interesse público devidamente justificadas.
§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, do Município e publicação do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
Constituem obrigações do Fornecedor:
I – Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
II – Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
III – manter as condições de regularidade fiscal;
IV – Manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do Município, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
I – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
II – Emitir a ordem de compra, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
III – verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
IV – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
V – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
VI – Registrar no Sistema irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
Não será permitido a adesão a outro órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os insumos com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Mallet – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE
O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Esta Ata será divulgada no portal da internet www.paulofrontin.pr.gov.br e no D.O.M.E.PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
O Pregão nº 3/2023 é realizado pelo Pregoeiro Eder Renato Stelmach, designado no Decreto n.º 191/2022, publicado no D.O.M no dia 21/09/2022.
Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Paulo Frontin, 16 de agosto de 2024

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR
105.769.529-74
Diretor de Compras e Licitação

REGINA BERNADETE FERREIRA GUINEZ
299.606.818-15
Responsável Legal da Empresa is 8 International Supplies Importação e Comercio de Produtos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Maiara Andressa Kravec
Código Identificador:FFB429B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 416/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MATHEUS FRANCISCO PEDRON 08087500970
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS, ATENDENDO TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL
ADITIVO: PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 16 DE AGOSTO DE 2025, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQÜENTES.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço Contrato	Preço Reajustado
LOTE: 003 - Lote 003	1	71817	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT	HORAS	422,00	90,00	93,69
LOTE: 003 - Lote 003	2	71818	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT.	UNID	50,00	90,00	93,69
LOTE: 007 - Lote 007	1	71823	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA PEGEOUT	HORAS	124,00	105,50	109,83
LOTE: 007 - Lote 007	2	71824	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA PEGEOUT.	UNID	15,00	90,00	93,69
LOTE: 008 - Lote 008	1	71825	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA CITRÕEN	HORAS	102,00	109,00	113,47
LOTE: 008 - Lote 008	2	71826	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA CITRÕEN.	UNID	15,00	90,00	93,69
LOTE: 021 - Lote 021	1	71846	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL E DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA HONDA	HORAS	150,00	85,00	88,49

REFERENTE: PREGÃO Nº 106/2022
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 418/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ROBERTO DA CUNHA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS, ATENDENDO TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL
ADITIVO: PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 16 DE AGOSTO DE 2025, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQÜENTES.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Contratadoo	Preço Reajustado
LOTE: 001 - Lote 001	1	71813	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULOS LEVES DA MARCA VOLKSWAGEM.	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	120,00	85,00	88,49
LOTE: 001 - Lote 001	2	71814	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA VOLKSWAGEM.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	10,00	90,00	93,69
LOTE: 002 - Lote 002	1	71815	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FORD	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	127,00	85,00	88,49
LOTE: 002 - Lote 002	2	71816	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FORD.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	20,00	90,00	93,69
LOTE: 004 - Lote 004	1	71819	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA GM CHEVROLET	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	415,00	85,00	88,49
LOTE: 004 - Lote 004	2	71820	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA GM CHEVROLET.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	50,00	90,00	93,69
LOTE: 005 - AMPLA CONCORRENCIA	1	71821	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	915,00	85,00	88,49

			DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT					
LOTE: 005 - AMPLA CONCORRENCIA	2	71822	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	20,00	90,00	93,69
LOTE: 011 - AMPLA CONCORRENCIA	1	71831	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	490,00	75,00	78,08
LOTE: 011 - AMPLA CONCORRENCIA	2	71832	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	ROBERTO DA CUNHA	UNID	60,00	160,00	166,56
LOTE: 012 - COTA ME/EPP	1	71831	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	160,00	75,00	78,08
LOTE: 012 - COTA ME/EPP	2	71832	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	ROBERTO DA CUNHA	UNID	20,00	160,00	166,56
LOTE: 013 - AMPLA CONCORRENCIA	1	71833	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	677,00	75,00	78,08
LOTE: 013 - AMPLA CONCORRENCIA	2	71834	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	8,00	160,00	166,56
LOTE: 014 - COTA ME/EPP	1	71833	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	225,00	75,00	78,08
LOTE: 014 - COTA ME/EPP	2	71834	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	2,00	160,00	166,56
LOTE: 015 - Lote 015	1	71835	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES BENZ.	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	382,00	75,00	78,08
LOTE: 015 - Lote 015	2	71836	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES-BENZ	ROBERTO DA CUNHA	UNID	25,00	160,00	166,56
LOTE: 016 - Lote 016	1	71837	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA AGRALE	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	505,00	75,00	78,08
LOTE: 016 - Lote 016	2	71838	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA AGRALE.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	30,00	180,00	187,38
LOTE: 017 - Lote 017	1	71839	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	302,00	75,00	78,08
LOTE: 017 - Lote 017	2	71840	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	15,00	180,00	187,38
LOTE: 018 - Lote 018	1	71841	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	163,00	75,00	78,08
LOTE: 018 - Lote 018	2	71842	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	5,00	160,00	166,56
LOTE: 019 - Lote 019	1	71843	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	378,00	80,00	83,28
LOTE: 019 - Lote 019	2	71844	DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA.	ROBERTO DA CUNHA	UNID	5,00	160,00	166,56
LOTE: 020 - Lote 020	1	71845	SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL E DIAGNOSTICO COM SCANER PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE REBOQUES E SEMI REBOQUES DA MARCA SR/TROPA.	ROBERTO DA CUNHA	HORAS	300,00	75,00	78,08

REFERENTE: PREGÃO Nº 106/2022
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:B07195BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 107/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA SECRETARIA DE SAÚDE DE REALEZA – PR.
ADITIVO: REEQUILIBRAR O VALOR DOS ITENS CONSTANTES NA TABELA ABAIXO CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 124, DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/21, DE 01/04/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQÜENTES.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Reequilibrado
LOTE: 001 - Lote 001	4	70560	AGULHA 20X55 C/100	TKL	CX	50,00	5,75	7,25
LOTE: 001 - Lote 001	5	18153	AGULHA 25 X 7 C/ 100	TKL	UNID	1.000,00	5,10	7,52

REFERENTE: PREGÃO Nº 21/2024
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:ACCB729A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 343/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA SECRETARIA DE SAÚDE DE REALEZA – PR.
ADITIVO: REEQUILIBRAR O VALOR DOS ITENS CONSTANTES NA TABELA ABAIXO CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 124, DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/21, DE 01/04/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQÜENTES.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Reequilibrado
LOTE: 001 - Lote 001	5	18153	AGULHA 25 X 7 C/ 100	TKL	UNID	300,00	5,00	7,52

REFERENTE: PREGÃO Nº 54/2024
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:4716AB5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 158/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MG2 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO NOS TERMOS PREVISTOS EM EDITAL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.
ADITIVO: REEQUILIBRAR O VALOR DOS ITENS CONSTANTES NA TABELA ABAIXO CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 124, DA LEI FEDERAL Nº. 14133/21, DE 01/04/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQÜENTES.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço reequilibrado
LOTE: 001	184	71169	PARACETAMOL 500 MG CÓD BR 267778	BELFAR	CPR	80.000,00	0,06	0,0764

REFERENTE: PREGÃO Nº 19/2024
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2024

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:F085B9D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 60/2024

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 60/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ROZELI DE FATIMA BUCCO CORDEIRO LTDA
CNPJ.: 76.075.308/0001-68
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 15 de agosto de 2024.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0257/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ROZELI DE FATIMA BUCCO CORDEIRO LTDA
CNPJ.: 76.075.308/0001-68
VALOR: R$ **155.575,71** (Cento e Cinqüenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **15/08/2024** à **14/08/2025.**
ASSINATURA: 15/08/2024
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)GIOVANNA CARLA CORDEIRO VILCEK
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição	Marca	Un	Quant	Preço un	Preço total
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	1	70201	Coroa de flores artificiais. Coroa de flores artificiais tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	200,47	7.818,33
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	2	70202	Embalagem para remoção caso COVID 19.	SERVIÇO	UN	10,00	228,63	2.286,30
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	3	70203	Ornamentação de flores artificiais fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	216,33	1.946,97
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	4	70204	Ornamentação de flores artificiais. tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	194,24	5.827,20
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	5	70205	Preparação do corpo. Higienização e tamponamento do corpo.	SERVIÇO	UN	39,00	511,71	19.956,69
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	6	70206	Translado (KM rodado). Translado municipal e regional, sendo o valor referente ao km rodado.	SERVIÇO	KM	6.000,00	3,02	18.120,00
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	7	70207	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – G.	SERVIÇO	UN	3,00	2.778,10	8.334,30
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	8	70208	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – GG.	SERVIÇO	UN	3,00	3.215,79	9.647,37
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	9	70209	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – Acima de 2 metros.	SERVIÇO	UN	3,00	2.492,88	7.478,64
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	10	70210	Urna Adulto, medindo 1,90 metros. Urna sextavada, vernizada, alça varão, com visor, rendada, com babado e sobre babado	SERVIÇO	UN	20,00	2.482,55	49.651,00
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	11	70211	Urna Infantil, medindo 1,40 metros. Urna sextavada, vernizada, 6 alças dobráveis, com visor, renda, babado e sobre babado.	SERVIÇO	UN	5,00	1.336,52	6.682,60
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	12	70212	Urna Natimorto, medindo 0,80 metros. Urna 04 alças dobráveis, vernizada, rendada, com babado e sobre babado.	SERVIÇO	un	5,00	1.015,04	5.075,20
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	13	70213	Velas 24 horas.	SERVIÇO	un	39,00	6,32	246,48
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	14	70214	Vestuário Fúnebre fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	216,96	1.952,64
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	15	70215	Vestuário fúnebre tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	200,92	6.027,60
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	16	70216	Véu tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	116,01	4.524,39
OTAL								155.575,71

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 60/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ROZELI DE FATIMA BUCCO CORDEIRO LTDA
CNPJ.: 76.075.308/0001-68
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 15 de agosto de 2024.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0257/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ROZELI DE FATIMA BUCCO CORDEIRO LTDA
CNPJ.: 76.075.308/0001-68
VALOR: R$ **155.575,71** (Cento e Cinqüenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **15/08/2024** à **14/08/2025.**
ASSINATURA: 15/08/2024
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)GIOVANNA CARLA CORDEIRO VILCEK
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição	Marca	Un	Quant	Preço un	Preço total
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	1	70201	Coroa de flores artificiais. Coroa de flores artificiais tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	200,47	7.818,33
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	2	70202	Embalagem para remoção caso COVID 19.	SERVIÇO	UN	10,00	228,63	2.286,30
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	3	70203	Ornamentação de flores artificiais fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	216,33	1.946,97
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	4	70204	Ornamentação de flores artificiais. tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	194,24	5.827,20
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	5	70205	Preparação do corpo. Higienização e tamponamento do corpo.	SERVIÇO	UN	39,00	511,71	19.956,69
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	6	70206	Translado (KM rodado). Translado municipal e regional, sendo o valor referente ao km rodado.	SERVIÇO	KM	6.000,00	3,02	18.120,00
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	7	70207	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – G.	SERVIÇO	UN	3,00	2.778,10	8.334,30
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	8	70208	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – GG.	SERVIÇO	UN	3,00	3.215,79	9.647,37
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	9	70209	Urna Adulto Vernizada, com varão e visor, forração babado e sobre babado fora do padrão – Acima de 2 metros.	SERVIÇO	UN	3,00	2.492,88	7.478,64
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	10	70210	Urna Adulto, medindo 1,90 metros. Urna sextavada, vernizada, alça varão, com visor, rendada, com babado e sobre babado	SERVIÇO	UN	20,00	2.482,55	49.651,00
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	11	70211	Urna Infantil, medindo 1,40 metros. Urna sextavada, vernizada, 6 alças dobráveis, com visor, renda, babado e sobre babado.	SERVIÇO	UN	5,00	1.336,52	6.682,60
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	12	70212	Urna Natimorto, medindo 0,80 metros. Urna 04 alças dobráveis, vernizada, rendada, com babado e sobre babado.	SERVIÇO	un	5,00	1.015,04	5.075,20
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	13	70213	Velas 24 horas.	SERVIÇO	un	39,00	6,32	246,48
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	14	70214	Vestuário Fúnebre fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	216,96	1.952,64
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	15	70215	Vestuário fúnebre tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	200,92	6.027,60
LOTE: 001 - AMPLA CONCORRENCIA	16	70216	Véu tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	116,01	4.524,39
OTAL								155.575,71

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:7ED46F30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 142/2024

RESULTADO FINAL DA PROMOÇÃO HORIZONTAL
MAGISTÉRIO 2024

A Prefeitura Municipal de Rio Negro, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento ao disposto nos artigos 42 e 45 da Lei Municipal nº 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 084, de 05 de julho de 2022, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos profissionais pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, o presente Edital que estabelece o **RESULTADO FINAL**, após entrega de documentação da **promoção horizontal do quadro próprio do magistério para o ano de 2024.**

PROGREDIRAM DE NÍVEL:

Nº	Funcionário - Código	Funcionário - Contrato	Funcionário - Descrição	Data Admissão	Nível - Descrição	Novo Nível
	4502	2	Adriana Da Silva Pinto	10/03/2009	PC20-5	PC20-6
	24635	1	Alessandra Maria Pasdiora	21/07/2015	PC20-4	PC20-5
	18830	4	Ana Cristina Dos Santos	10/03/2009	PC20-5	PC20-6
	24600	1	Ana Paula Plautz Kuhne	20/07/2015	PC20-4	PC20-5
	10502	3	Ana Paula Ritzmann Malinovski	17/06/2019	PC20-2	PC20-3
	23582	5	Andreia De Lima Bento	14/02/2013	PB40-5	PB40-6
	24708	1	Bernadete Rank Padilha	22/07/2015	PC20-4	PC20-5
	25470	1	Bruna Branco Walter	19/09/2016	PC40-3	PC40-4
	20010	4	Carla Adriana Fuchs De Castro	01/02/2011	PC20-5	PC20-6
	5487	2	Carmelita Regina Zilioto Soares	14/02/2008	PC20-5	PC20-6
	8710	2	Claudia Aparecida Reichardt Gonçalves	25/04/2000	PC20-11	PC20-12
	10340	11	Crislaine Francine Denck	07/03/2019	PB40-2	PB40-3
	18538	1	Cristiane Carvalho	02/02/2009	PC20-5	PC20-6
	25658	1	Cristiane Pscheidt Kobczinski	08/03/2017	PC20-3	PC20-4
	19852	5	Cristiane Schafhauser	03/11/2010	PC20-5	PC20-6
	16624	1	Daniele Cristina Herzer Dallabona	14/02/2008	PC20-6	PC20-7
	24546	6	Desiree Francielli Colaço Fernandes	01/04/2019	PC20-2	PC20-3
	24546	5	Desiree Francielli Colaço Fernandes	17/06/2015	PC20-4	PC20-5
	10499	2	Diuliana Aparecida Ruthes Polak	10/06/2019	PC20-2	PC20-3
	19860	4	Ediane Bueno Costa	03/11/2010	PA20-6	PA20-7
	10170	3	Elena Rodrigues	07/11/2018	PC40-1	PC40-2
	18562	1	Eliane Aparecida Eckel	02/02/2009	PC20-5	PC20-6
	18562	2	Eliane Aparecida Eckel	12/03/2013	PC20-5	PC20-6
	18953	1	Eliane Konig Wilczek	06/04/2009	PC20-5	PC20-6
	24619	9	Eliane Liebel	20/07/2015	PC40-4	PC40-5

	5398	2	Elza Maria De Lima Lourenço	15/08/2002	PC20-9	PC20-10
	19992	3	Emanuela Felix De Sousa Fuchs	01/02/2011	PC20-5	PC20-6
	9709	1	Eva Angelita Brandemburg	08/01/2001	PB20-4	PB20-5
	4820	2	Fatima Emidia Pedro	01/04/2002	PC20-9	PC20-10
	5304	1	Gelvani Gruber Alves	20/02/1997	PC20-12	PC20-13
	23590	3	Geovane Augustin Schmidt	14/02/2013	PC20-5	PC20-6
	24643	6	Gerciane Gruber Wotroba	21/07/2015	PC20-4	PC20-5
	2259	2	Giovana Stall Kalil	19/02/1997	PC20-12	PC20-13
	18899	5	Gisela Cunha	01/06/2016	PC20-4	PC20-5
	10286	4	Gisele Scru Fuchs	12/02/2019	PC20-2	PC20-3
	23612	7	Giselle Correa Marques	14/02/2013	PC20-5	PC20-6
	100099	2	Iasminda Maria Rauen Deda	05/05/2017	PC20-2	PC20-3
	2321	2	Janice Bastos Ribeiro	01/09/2002	PC20-9	PC20-10
	20060	2	Janine Maria Koene	21/03/2017	PC20-2	PC20-3
	23680	1	Jaqueline Cordova Neppel	19/02/2013	PC40-5	PC40-6
	18945	5	Joani Danubia Hilgenstieler Walecsko	06/04/2009	PB20-5	PB20-6
	10189	1	João Tobias De Moraes	07/11/2018	PC40-2	PC40-3
	10278	5	Jocemara Maria De Campos	05/02/2019	PC20-2	PC20-3
	23639	1	Joelma Chaves Gonçalves	14/02/2013	PC20-4	PC20-5
	10464	1	Joseneia Gomes Dos Santos Drosdeck	02/05/2019	PC20-2	PC20-3
	5339	3	Josiane Vichinheski Prestes	16/12/2010	PC20-5	PC20-6
	9652	1	Judi Emili Martins Popper	08/01/2001	PC20-11	PC20-12
	24686	2	Juviliane Eneyde Gutstein Padilha	21/07/2015	PC40-4	PC40-5
	2399	2	Leoni Aparecida Jollembeck	19/02/1997	PC20-12	PC20-13
	2402	2	Leonilda Rodrigues Rauen	15/08/2002	PC20-9	PC20-10
	18970	1	Lia Cristina Rumph	06/04/2009	PC20-5	PC20-6
	25526	11	Luana Eduarda De Andrade	11/10/2016	PB40-3	PB40-4
	24627	2	Lucimara Gruber Pereira	21/07/2015	PC20-4	PC20-5
	9733	1	Margarete Bauer	08/01/2001	PC20-9	PC20-10
	5150	2	Mariles Eles Pszybyla	01/04/2002	PC20-9	PC20-10
	25534	1	Milena Cristine Domiciano Bendlin	11/10/2016	PC40-3	PC40-4
	4863	1	Monica Alessandra Belem	05/03/1993	PC20-10	PC20-11
	4081	2	Patricia Veras Basso	20/02/1997	PC20-7	PC20-8
	24511	11	Ray Marcelo Trindade De Oliveira	20/05/2015	PB40-4	PB40-5
	24597	1	Richard Antonello	20/07/2015	PC20-2	PC20-3
	25631	7	Rosana Rodrigues De França Wotroba	05/04/2019	PC20-2	PC20-3
	25631	6	Rosana Rodrigues De França Wotroba	06/03/2017	PC20-3	PC20-4
	2712	2	Roseli Mayer Rauen	02/02/2009	PC20-5	PC20-6
	23698	7	Rosi Aparecida Da Rosa Rodrigues	21/02/2013	PC20-5	PC20-6
	19879	2	Rosimar Dos Santos Numer Da Trindade	03/11/2010	PC20-5	PC20-6
	23620	1	Rubia Valeria Gruber	15/02/2013	PC20-5	PC20-6
	20087	1	Sandra Aparecida Maia De Siqueira	01/02/2011	PC20-5	PC20-6
	23086	9	Sandra Berenice Colaço	03/09/2012	PC40-4	PC40-5
	23574	2	Sandra Maria Teixeira De Souza	14/02/2013	PC40-5	PC40-6
	9695	1	Sidineia Leite Pires Da Fonseca	08/01/2001	PC20-10	PC20-11
	5215	1	Simone Valerio Schoeffel	20/02/1997	PC20-12	PC20-13
	10383	5	Solange Regina Signorelli Konkel	12/03/2019	PC20-2	PC20-3
	25640	1	Suellen Ribeiro Bergamini	07/03/2017	PC20-3	PC20-4
	10430	1	Suelyn Luiz	03/04/2019	PC20-2	PC20-3
	10588	7	Tatiane Cristine França	08/07/2019	PC20-2	PC20-3
	24678	1	Valdirene Do Rocio Gomes Siqueira Haaben	21/07/2015	PC20-4	PC20-5
	10375	1	Vania Semkowicz	12/03/2019	PC40-2	PC40-3
	9067	2	Veridiane Aparecida Veiga Alves	14/02/2013	PC20-5	PC20-6

NÃO COMPARECERAM/NÃO ENTREGARAM DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO DEVIDO AVANÇO:

Nº	Funcionário - Código	Funcionário - Contrato	Funcionário - Descrição	Data Admissão	Nível - Descrição
	10367	1	Flavia Alzira Goffi De Lima Cardoso	08/03/2019	PC40-2
	24694	1	Simone Braz De Queiroz	20/07/2015	PC20-3
	20044	4	Simoni Maria Prestes De Souza	07/02/2011	PC20-4

As alterações terão validade a partir de 1º de agosto de 2024.

Rio Negro, 16 de agosto de 2024.

DANIELE DE SOUZA ALVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:48D178C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 330 15 DE AGOSTO DE 2024.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de **R$ 721.000,00,** para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº, 472 de 26 de dezembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei 4.193/2023 de 15/12/2023– Lei Orçamentária Anual – LOA/2024.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 721.000,00 (setecentos e vinte e um mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.193/2023 de 15/12/2023, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.15.451.0007.1.007	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 221.000,00
07.01.26.782.0007.2.032	3.3.90.30.00.00.00	000	R$ 500.000,00
TOTAL			**R$ 721.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.193/2023 de 15/12/2023, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.15.451.0007.1.007	4.4.90.61.00.00.00	000	R$ 721.000,00
TOTAL			**R$ 721.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2024, previsto no Decreto nº 472 de 26 de dezembro de 2023, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 721.000,00 (setecentos e vinte e um mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
07.01	4.4	000	Agosto	R$ 221.000,00
07.01	3.3	000	Agosto	R$ 500.000,00
TOTAL				**R$ 721.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
07.01	4.4	000	Agosto	R$ 721.000,00
TOTAL				**R$ 721.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 de Agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:53C29C6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2024

Ref. Pregão nº 073/2024

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa SUMMER FILMS COMERCIO DE PELICULA PARA CONTROLE SOLAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº08.185.744/0001-30, com sede à Rua 24 de Maio, nº 1750, Bairro Rebouças, CEP nº80.220-060, fone nº (41)3332-6161, e-mail: summer.films@outlook.com, na cidade de Curitiba-PR, , representada pelo Srº. ADEMIR HENRIQUE STADLER HASS, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de Serviço de remoção e instalação de película protetora (Insulfilme fume de nano carbono, reduz 50% do calor e bloqueia 99% dos raios UV – garantia 5 anos) para janelas e portas, tonalidade a definir, com fornecimento de material, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 073/2024, devidamente homologado pelo Município em 12/08/2024.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	M2	2.300,00	68126	Serviço de instalação de película protetora (Insulfilme fume de nano carbono, reduz 50% do calor e bloqueia 99% dos raios UV – garantia 5 anos) para janelas e portas, tonalidade a definir, com fornecimento de material.	58,00	133.400,00	CONCO COLOR & COATING PROFESSI

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Realizar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir os serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os serviços deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;

Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;

Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

A prestação do serviço deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

A prestação do serviço deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias OU CONFORME ACORDADO ENTRE AMBAS AS PARTES, no local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 133.400,00 (cento e trinta e três mil e quatrocentos reais) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
Advertência;
Multa;
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento pelas partes, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete; 03 – Procuradoria Geral; 04 – Administração; 05 – Finanças; 06 – Planejamento; 07 – Infra Estrutura; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 11 – Esportes; 12 – Desenvolvimento Econômico; 13 – Agricultura e Meio Ambiente; 14 – Cultura e Turismo; 15 – Governo; 16 – Compras e Patrimônio; 17 – Serviços Públicos; 18 – Mulher e Família; 30 - Fundo Municipal de Previdência.

Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, em duas (2) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 12 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***SUMMER FILMS COMERCIO DE PELICULA PARA CONTROLE SOLAR LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:9B484527

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2024

Ref. Pregão nº069/2024

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº01.382.022/0001-26, com sede à Rua Dr. Mário Jorge, nº 191 Bairro Cic, CEP nº81.450-580, fone nº (41)3888-5800, e-mail: comercial@compasa.com.br, na cidade de Curitiba-PR, , representada pelo Srº. WILLIAN DE SOUZA ANDRADE, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) retirado na usina e Emulsão Asfáltica tipo RL-1C, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº069/2024, devidamente homologado pelo Município em 13/08/2024.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	TON	4.000,00	58511	Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), RETIRADO NA USINA.	447,98	1.791.920,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado em até 02 (dois) dias OU CONFORME ACORDADO ENTRE AMBAS AS PARTES, no local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado,

podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 1.791.920,00 (um milhão, setecentos e noventa e um mil e novecentos e vinte reais) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA

O prazo de entrega dos itens será de até 02 (dois) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento pelas partes, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pelo Município de Rolândia:

Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;

Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;

Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;

Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:

Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;

Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Será utilizada a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 13 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:6732B8C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2024

Ref. Pregão nº069/2024

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº06.218.782/0001-16, representada com sede à Rodovia BR 376, Lote 6/7//7-A-3-1, Bairro Gleba Patrimônio Marialva, CEP nº86.990-000, fone nº (44)3232-4748, e-mail: comercial@casadoasfalto.com, na cidade de Marialva-PR, pelo Srº. PAULO FILIPE PIMENTEL, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) retirado na usina e Emulsão Asfáltica tipo RL-1C, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº069/2024, devidamente homologado pelo Município em 13/08/2024.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
2	2	TON	300,00	62751	Emulsão Asfáltica - Tipo RL-1C	3.534,00	1.060.200,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado em até 02 (dois) dias OU CONFORME ACORDADO ENTRE AMBAS AS PARTES, no local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 1.060.200,00 (um milhão, sessenta mil e duzentos reais) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA

O prazo de entrega dos itens será de até 02 (dois) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento pelas partes, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Será utilizada a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 13 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:17952E52

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO Nº 098/2024

CONTRATO Nº 098/2024

Ref. Pregão nº 067/2024

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. AILTON APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, assim denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa WEB PORTAL PARANA LTDA cadastrado no CNPJ/MF sob nº 04.168.559/0001-86, estabelecida na Avenida Nassim Jabur nº 145, Box 115 bairro paulista , na cidade de LONDRINA -PR, CEP86.079-050, Fone (43) 3374.2154, E-mail Paul@folhadelondrina.com.br, neste ato legalmente representada pelo Sr. JOSÉ NICOLAS MURTA MEJIA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de LONDRINA - PR, RG nº 110.XXX.XXX-X SESP-PR e do CPF/MF nº 744.XXX.XXX-XX, doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente CONTRATO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem como objeto a aquisição dos produtos discriminados conforme tabela abaixo, conforme documentação levada a efeito pelo **Pregão nº 057/2024,** devidamente homologado pelo CONTRATANTE em **09/12/2024**.

Item	Unid.de Medida	Qtd.	Descrição do produto	Preço Unitário	Preço Total
01	**Ctm/ Coluna**	**8.000**	Contratação para a eventual prestação de serviços de publicação em jornal de circulação regional e estadual para publicação de atos oficiais da prefeitura do Município de Rolândia/PR	**25,30**	**202.400,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA
1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.
2. Entregar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
3. Entregar produtos/serviços acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes à quantidade, marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia/validade e/ou descrição dos serviços realizados.
4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
5. A adjudicatária, assim como a contratante, deverá atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

6. A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
7. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
8. Se os serviços apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão aceitos, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
9. Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital, conforme Art. 56 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de Novembro de 2011.
10. A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
11. A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do contrato e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.
12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
13. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
14. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
15. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
16. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Documento de Referência, sem prévia autorização da CONTRATADA.
17. Prestar esclarecimentos à CONTRATADA sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independentemente de solicitação.
18. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA, cujas reclamações se obriga a atender.
19. Caso houver alguma solicitação de alteração, por parte do órgão licenciador após a análise, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela (s) alteração(ões) solicitadas, até que sejam aprovados os pedidos de licença.
20. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar as alterações solicitadas, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
21. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com deslocamento de equipes, amostras, etc.
22. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar os serviços entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
1. Promover o pagamento de acordo com o contrato pré-estabelecido;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do bem a ser adquirido;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços e demais informações necessárias para a correta execução do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS/DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
1. O fornecimento dos serviços de publicação deverá ser efetuado mediante requisição emitida via e-mail pela Secretaria competente do Município.
2. A publicação deverá ser efetuada no dia seguinte ao da solicitação, salvo feriados ou finais de semana quando o órgão não tiver expediente.
3. Os itens entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 24 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
4. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 dia para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade legível da publicação, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
5. As solicitações obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Contrato. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do contrato à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
6. Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
7. Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
9. A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, serviços serão recebidos definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
10. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos serviços, estes serão rejeitados, em todo ou em parte, conforme dispõe o a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
11. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega dos serviços a serem substituídos.
12. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o serviços entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.
13. O Contrato será para publicação em jornal de circulação regional para divulgação de atos oficiais da prefeitura do Município de Rolândia, com edições diárias, no mínimo por cinco dias da semana.

14. A publicação deverá ser feita em letra tipo Arial/Times, tamanho 10 à 12 para Título e de 06 à 12 para texto, seguindo os padrões de publicação dos atos oficiais.
15. As publicações deverão ser realizadas impreterivelmente no prazo de até um dia útil após o envio do arquivo, que será enviado via e-mail até as 17:00 horas pelo Município de Rolândia.
Condições e pagamento: mensal em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal, mediante depósito eletrônico em conta corrente, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
16. O contrato será por um período de 12 meses, até o limite do valor e quantidades estipuladas no mesmo, podendo ser aditado ou prorrogado, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DESCRIÇÃO DETALHADA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
1. De jornal de circulação regional para divulgação de atos oficiais da prefeitura do Município de Rolândia, com edições diárias, no mínimo por cinco dias da semana.
2. A adjudicatária deverá possuir tiragem mínima de 4.200 exemplares e abranger as cidades da região norte e central do Estado do Paraná, dentre elas os municípios de Arapongas, Apucarana, Londrina e Rolândia.
3. A publicação deverá ser feita em letra tipo Arial/Times, tamanho 07 à 10 para Título e de 06 à 12 para texto, seguindo os padrões de publicação dos atos oficiais.
4. As publicações deverão ser realizadas impreterivelmente no prazo de até um dia útil após o envio do arquivo, que será enviado até as 17:30 horas pelo Município de Rolândia.
5. A quantidade a ser registrada é **de 8.000 cm/coluna.**
6. Condições e pagamento: mensal em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal, mediante depósito eletrônico em conta corrente, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
7. A adjudicatária deverá enviar dois exemplares de cada publicação enviada, uma física junto da fatura e uma digital que deverá ser enviada em resposta ao e-mail solicitante na data em que for publicada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES
a) O licitante e o Contratado que incorra em infrações, conforme Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03(três) anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e não superiora 06(seis) anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.
V.a) As sanções previstas nas alíneas "I","II","III"e"IV"do item anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.
V.b) Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.
V.c) A multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21,será aplicada a quem:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
b) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06(seis)anos,será aplicada a quem:
I) recursar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
II) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
III) apresentar documentação falsa;
IV) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
V) não mantiver a proposta;
VI) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
VII) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas no item 12.9;
VIII) cometer fraude fiscal.
c) O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos,será aplicado a quem:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
IV.a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
IV.b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
IV.c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

IV.d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
IV.e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
IV.f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
IV.g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
d) Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
e) Na hipótese do ocorrido nesta clausula, autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas anteriormente.
f) Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
I) Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar coma Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
II) Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior na alínea"I".
g) Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:
I) Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
II) Os danos resultantes da infração;
III) Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
IV) Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
V) Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
h) Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
i) Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos Contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.
j) Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES
1. Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.
Parágrafo Primeiro
Compete ao , quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.
Parágrafo Segundo
É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO
A Prefeitura Municipal de Rolândia, após o ateste do fiscal responsável pelo recebimento definitivo dos serviços prestados, realizará o pagamento em até 30 dias.
A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município. A ausência da manutenção das certidões quando do processo licitatório, ensejará em notificação ao fornecedor, podendo ocorrer a rescisão entre as partes.
A ADJUDICATÁRIA deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Na ocorrência de suspensão de pagamento devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta deste Contrato.
A ADJUDICATÁRIA deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, podendo não ocorrer o pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo

contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial, comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 7.892/2013.
2. É vedada a detentora do Contrato interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste termo.
3. A Administração poderá revisar os preços registrados, nesta ata, a fim de verificar a vantajosidade, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução ou elevação dos preços praticados no mercado e poderão ser revistos, cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores.
4. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
5. Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
8. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
9. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, respeitadas as condições de prestação dos preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I)Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação deste Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
13. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
14. Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

1. É obrigações do Detentor do Contrato:

Custos de tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais;

Custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação, assim definido na Norma Tributária.

2. O Detentor do Contrato deve levar em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no inciso II do artigo 104, inciso III do artigo 105 e artigo 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021;

Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no do **Pregão Nº 057/2024** previstos no artigo 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Em caso de rescisão prevista § 2º do artigo 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem que haja culpa da **Contratada**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do artigo 137 acarreta as consequências previstas no artigo 139, incisos I a IV, ambos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Caso haja a necessidade, o contrato poderá ser aditado em prazo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DEO CONTRATO

Para a fiscalização, gestão e supervisão do contrato fica estipulado o que se segue:

1 - O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, sendo eles capacitados para exercerem essas funções.

2 - Caberá a gestão do contrato à Gestora de Contratos o Sra. Creonice Maria Tozini a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhore a execução do contrato.
3 - A fiscalização da execução dos serviços será exercida por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de Rolândia.
4 - Fica nomeado como fiscal de contrato o Sr. **JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA** que será responsável pela fiscalização dos serviços que este termo contratual compreende, sendo responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, cobranças, notificações, elaboração de relatórios e solicitação de sanções que possam a ocorrer no decorrer da vigência do contrato.
5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
6 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.
7- A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar os resultados e andamento dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.
8- Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO
1 - Serão utilizadas as seguintes fontes de recurso e seus respectivos desdobramentos:
02. Chefia de Gabinete
02.01 Diretória do Gabinete
041310002.2.006.3390.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
2 - Fica determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA ONZE- DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 12 de agosto de 2024.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***WEB PORTAL PARANA LTDA***
Contratante	Contratada

JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA
Fiscal do Contrato

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	***SÉRGIO DOMINGUES***
Secretária Municipal De Compras, Licitações E Patrimônio	Chefia De Gabiente

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:5520F748

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 068 /2024

Objeto: Aquisição de Prensa enfardadeira vertical, com porta de segurança, caixa de prensagem na dimensão mínima (largura 1000mm; altura 1400mm; profundidade 600mm); motor trifásico de no mínimo 5cv.; potência hidráulica nominal mínima de 15 t.

Homologo o presente PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS em favor da(s) empresa(s) conforme os dados da tabela abaixo, para que a adjudicação nela procedida, produza seus efeitos jurídicos e legais:

Nome do Fornecedor	Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
DMC BRASIL CARSONI LTDA	1	1	und	2,00	68108	Prensa enfardadeira vertical, com porta de segurança, caixa de prensagem na dimensão mínima (largura 1000mm; altura 1400mm; profundidade 600mm); motor trifásico de no mínimo 5cv.; potência hidráulica nominal mínima de 15 t; estrutura de chapa de aço 1020 ou superior na espessura mínima de 3/16"; pintura eletrostática; voltagem de 220v trifásico; acionamento do motor em partida direta; Acionamento bimanual; sistema eletro-hidráulico sistemas de segurança que atendam a NR12 - "SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS EEQUIPAMENTOS", conforme estabelece a Portaria 3.214/78 e atualizações; dispositivos de emergência; painel de comando com detecção de falha de seus componentes; sistema de retenção mecân	20.890,00	41.780,00	PRÓPRIA

Valor Total Por Fornecedor em R$:

Vencedor(es):	**Valor Total em R$:**
DMC BRASIL CARSONI LTDA	41.780,00

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rolândia, 12 de agosto de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:7E4E7EA3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 644/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
A	Josenilton Rossi Marcelino	Eletricista	Ibaiti	20/08/2024	Transportar paciente	PBL2C49	45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 16 de agosto de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:D110ECF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO							
PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2024							
Modalidade:	Concorrência						
Número/Ano:	2/2024		**Data de abertura:**		26/07/2024		
Data adjudicação:			**Data homologação:**				
Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**		Menor preço		
Modo de disputa:	Fechado-Aberto		**Condição de pagamento:**		Por etapa		
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	Não	
Objeto da licitação:							
REGISTRO DE PREÇOS PARA RECAPE DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ÁREA DE 11.897,53 M², COMPREENDENDO, URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, E ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO							
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do Art. 76 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):							

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
PEMAQ TERRAPLENAGEM LTDA	46.534.246/0001-44	R$ 719.803,64
Total:		**R$ 719.803,64**

PEMAQ TERRAPLENAGEM LTDA - Não Exclusivo		**Valor Total:**	**R$ 719.803,64**		
Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
16380	RECAPE DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ)	m²	1,0000	R$ 719.803,64	R$ 719.803,64

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 16 de agosto de 2024

Data: 16/08/2024 14:43:19	Página: 1 de 1	
Data da emissão: 16/08/2024 14:43:19	ÁGILIBlue Compras e licitações - Ágili Software Brasil	Emitido por: MARCOS VINICIUS DUARTE

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:3F514502

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2021, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 095/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700.
CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.982.200/0001-00;
OBJETO: Estabelecer a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro no valor unitário mensal.

Lote	Item	Und.	Descrição	Valor Homologado	Valor Ajustado
1	2	Serviço	CESSÃO DE DIREITO DE USO SEM LIMITE DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO REMOTO ILIMITADO E HOSPEDAGEM EM NUVEM DO SISTEMA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	R$3.193,25	R$3.328,25
2	2	Serviço	CESSÃO DE DIREITO DE USO SEM LIMITE DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO REMOTO ILIMITADO E HOSPEDAGEM EM NUVEM DO SISTEMA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$ 971,77	R$ 1.012,85

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Sim
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 032/2021 contrato nº 112/2021.

Santa Cruz de Monte Castelo, 07 de agosto de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:BAAA5755

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

ERRATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n° 008/2024,
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 013/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 051/2024

Objeto: **"AQUISIÇÃO PNEUS, CÂMARAS, ANEL DE VEDAÇAO, PROTETOR DE PNEUS PARA VEICULOS E MAQUINAS, EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR."**.

Onde lê-se:

*** JN PNEUS LTDA,** inscrita no CNPJ de n.º 44.472.217/0001-70, Av. 7 de setembro, 553, centro, CEP: 88.760-000, na cidade de Rio Fortuna, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 6.468,00 (seis mil quatrocentos e sessenta e oito reais);

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
51	PNEU 750 - 16 , 10 LONAS, AGRÍCOLA	UNIDADE	SUPERGUIDER QH641	4	R$ 360,00	R$ 1.440,00
55	PNEU 215 / 75 R16	UNIDADE	MASSIMO DUREVO V1	12	R$ 419,00	R$ 5.028,00
VALOR ESTIMADO						**R$ 6.468,00**

*** LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA-DEMAIS**, inscrita no CNPJ de n.º 02.678.428/0001-13, Av. General Osório D, 1127, letra D, Sala 02, CEP: 89.82-212, na cidade de Chapecó, Estado do Santa Catarina, com valor estimado de R$ 36.053,00 (trinta e seis mil e cinqüenta e três reais);

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
7	PNEU 80/100-14 BIZ TRASEIRO	UNIDADE	SERVIS CRUISER	4	R$ 110,00	R$ 440,00
31	PNEU 20.5 X 25 - 16 LONAS	UNIDADE	BRANSALES G2/L2	8	R$ 4.209,00	R$ 33.672,00
41	CÂMARA DE AR 12.4 X 24	UNIDADE	BRANSALES	4	R$ 135,00	R$ 540,00
44	PNEU 15 X 6.00 - 6	UNIDADE	FORERUNNER LG01	6	R$ 120,00	R$ 720,00
57	PNEU 90 / 90 - 18 - YAMAHA FACTOR TRASEIRO	UNIDADE	SERVIS CRUISER	3	R$ 122,00	R$ 366,00
58	PNEU 2.75 / 18 - YAMAHA FACTOR DIANTEIRO	UNIDADE	SERVIS CHEETAH REAR	3	R$ 105,00	R$ 315,00
VALOR ESTIMADO						**R$ 36.053,00**

Leia-se:

*** JN PNEUS LTDA,** inscrita no CNPJ de n.º 44.472.217/0001-70, Av. 7 de setembro, 553, centro, CEP: 88.760-000, na cidade de Rio Fortuna, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 16.836,00 (dezesseis mil, oitocentos e trinta e seis reais);

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
46	PNEU 235/75 - R17,5 LISO	UNIDADE	XBRI ECOWAY P1	18	R$ 576,00	R$ 10.368,00
51	PNEU 750 - 16 , 10 LONAS, AGRÍCOLA	UNIDADE	SUPERGUIDER QH641	4	R$ 360,00	R$ 1.440,00
55	PNEU 215 / 75 R16	UNIDADE	MASSIMO DUREVO V1	12	R$ 419,00	R$ 5.028,00
VALOR ESTIMADO						**R$ 16.836,00**

*** LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA-DEMAIS**, inscrita no CNPJ de n.º 02.678.428/0001-13, Av. General Osório D, 1127, letra D, Sala 02, CEP: 89.82-212, na cidade de Chapecó, Estado do Santa Catarina, com valor estimado de R$ 36.623,00 (trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais);

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total

6	PNEU 2.50 - 17 BIZ DIANTEIRO	UNIDADE	SERVIS FRONT LONG LIFE FRONT	6	R$ 95,00	R$ 570,00
7	PNEU 80/100-14 BIZ TRASEIRO	UNIDADE	SERVIS CRUISER	4	R$ 110,00	R$ 440,00
31	PNEU 20.5 X 25 - 16 LONAS	UNIDADE	BRANSALES G2/L2	8	R$ 4.209,00	R$ 33.672,00
41	CÂMARA DE AR 12.4 X 24	UNIDADE	BRANSALES	4	R$ 135,00	R$ 540,00
44	PNEU 15 X 6.00 - 6	UNIDADE	FORERUNNER LG01	6	R$ 120,00	R$ 720,00
57	PNEU 90 / 90 - 18 - YAMAHA FACTOR TRASEIRO	UNIDADE	SERVIS CRUISER	3	R$ 122,00	R$ 366,00
58	PNEU 2.75 / 18 - YAMAHA FACTOR DIANTEIRO	UNIDADE	SERVIS CHEETAH REAR	3	R$ 105,00	R$ 315,00
VALOR ESTIMADO						**R$ 36.623,00**

Santa Cruz de Monte Castelo, 16 de agosto de 2024.

SABRINA HERMÍNIO
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:54858A10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO À NÃO APRESENTAÇÃO DE PROJETOS EM METODOLOGIA BIM - BUILDING INFORMATION MODELING

JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO À NÃO APRESENTAÇÃO DE PROJETOS EM METODOLOGIA BIM – *BUILDING INFORMATION MODELING*

Com fundamento no paragrafo único do artigo 516 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022:

Parágrafo único. A não adoção da metodologia BIM e/ou de tecnologias compatíveis com o referido método, nas contratações públicas de obras e serviços de engenharia deverá ser devidamente justificada e fundamentada no procedimento licitatório.

Considerando da mesma forma:

O artigo 513 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 que obriga, *no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, e nas condições estabelecidas neste Regulamento, à adoção da metodologia BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da Informação da Construção) e a utilização de tecnologias compatíveis com os modelos virtuais nas contratações públicas de obras e serviços de arquitetura e engenharia e, ainda, em ações, de mesma natureza, financiadas com recursos do Governo Estadual*;

O artigo 524 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 que estabelece a responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná – SEIL que *deverá, por meio de atos administrativos próprios, realizar pesquisa e desenvolvimento para padronizar as especificações técnicas necessárias para as contratações de obras e serviços de arquitetura e engenharia com exigência do uso da metodologia BIM, e avaliar a maturidade da metodologia BIM no Governo do Estado do Paraná*;

A Instrução Normativa nº 01/2024, de 17 de junho de 2024, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná – SEIL, que resolve estabelecer padrão de justificativa para a não apresentação de projetos em BIM, assim como limite temporal desse aceite até 31 de dezembro de 2025;

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, vem respeitosamente apresentar justificativa quanto à não apresentação dos projetos de arquitetura e engenharia nos padrões estabelecidos para a Metodologia BIM do Estado do Paraná, conforme artigos 513 a 526 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, devido aos seguintes motivos:

O município ainda está desenvolvendo sua estratégia de implantação BIM, mas não iniciou as aquisições de softwares, máquinas e capacitação dos profissionais.

Ciente: /Original Assinado/
FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR declara ter ciência quanto ao prazo máximo de 31 de dezembro de 2025, estabelecido pela Instrução Normativa nº 01/2024, de 17 de junho de 2024, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná – SEIL, para aceite de justificativa quanto ao não atendimento do requisito normativo que trata da obrigatoriedade de apresentação de projetos em BIM para obras e serviços de arquitetura e engenharia por meio de convênios ou financiamento com recursos estaduais.

Ciente: / Original Assinado/
FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

Desta forma, cientes das exigências da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, apresentamos, no Anexo I, as ações realizadas, em andamento ou programadas para a efetiva implementação da metodologia BIM.

Sem mais, permanecemos a disposição para maiores esclarecimentos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 16 de agosto de 2024.

/Original Assinado/
FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

ANEXO I DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO À NÃO APRESENTAÇÃO DE PROJETOS EM METODOLOGIA BIM – *BUILDING INFORMATION MODELING*

Quadro de ações para a efetiva implantação da Metodologia BIM no Município:		**Realizado ou em andamento:**			**Programado:**		
		2023		**2024**		**2025**	
Ação:	**Descrição:**	**1ºS**	**2ºS**	**1ºS**	**2ºS**	**1ºS**	**2ºS**
Implantação:	Diagnóstico				**X**		
	Formalização da equipe BIM				**X**		
	Definição da estratégia de implantação					**X**	
Investimentos em equipamentos e licenças:	Aquisição de computadores					**X**	
	Aquisição de licenças para modelagem dos projetos					**X**	
	Aquisição de licenças para gestão e coordenação dos projetos					**X**	
	Aquisição de licenças para acompanhamento e fiscalização de obras					**X**	
Capacitação da equipe técnica:	Eventos de alinhamento conceitual						**X**
	Contratação de cursos dos softwares						**X**
	Contratação de consultoria para a implantação						**X**
	Desenvolvimento de padrões e procedimentos						**X**

Ciente: /Original Assinado/
FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:DB915197

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2024

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 028/2024.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender os Programas PNAE(Programa Nacional de Alimentação Escolar) destinados à alimentação escolar nas Escolas Municipais, vinculadas a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras - PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal n° 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Eletrônico n° 028/2024, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

ITEM	**Proponente Vencedora**	**Valor Total do Item em R$**
ITEM 01	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.580,00
ITEM 02	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.612,00
ITEM 03	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 930,00
ITEM 04	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 704,00
ITEM 05	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 85.734,00
ITEM 06	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.809,00
ITEM 07	ZILDA COUTO DA SILVA	R$ 259,00
ITEM 08	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.140,00
ITEM 09	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.296,00
ITEM 10	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.827,50
ITEM 11	KF ANTONELLI LTDA	R$ 2.190,00
ITEM 12	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 535,50
ITEM 13	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 14	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 15	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.400,00
ITEM 16	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 697,50
ITEM 17	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 412,50
ITEM 18	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 405,00
ITEM 19	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 338,00
ITEM 20	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 239,00
ITEM 21	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 145,00
ITEM 22	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 593,60
ITEM 23	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 1.836,00
ITEM 24	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.023,00
ITEM 25	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 610,50
ITEM 26	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 1.008,00
ITEM 27	DESERTO	DESERTO
ITEM 28	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.580,00
ITEM 29	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.800,00
ITEM 30	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.470,00
ITEM 31	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.846,00
ITEM 32	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 950,40
ITEM 33	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.896,00
ITEM 34	DESERTO	DESERTO
ITEM 35	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.113,00
ITEM 36	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.927,50
ITEM 37	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 243,00
ITEM 38	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 441,60

ITEM 39	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 1.160,00
ITEM 40	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 1.162,00
ITEM 41	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 876,00
ITEM 42	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 230,00
ITEM 43	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.280,00
ITEM 44	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.250,00
ITEM 45	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.245,50
ITEM 46	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 370,00
ITEM 47	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 6.384,00
ITEM 48	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 2.128,00
ITEM 49	TOSCAN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	R$ 306,00
ITEM 50	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 768,00
ITEM 51	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.262,50
ITEM 52	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 282,00
ITEM 53	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 596,00
ITEM 54	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 12.922,00
ITEM 55	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 22.575,00
ITEM 56	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 49.780,00
ITEM 57	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 57.780,00
ITEM 58	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 18.310,50
ITEM 59	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 5.600,00
ITEM 60	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 7.466,00
ITEM 61	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 34.000,00
ITEM 62	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 28.380,00
ITEM 63	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.188,00
ITEM 64	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 31.845,00
ITEM 65	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.500,00
ITEM 66	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.240,00
ITEM 67	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.200,00
ITEM 68	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.752,00
ITEM 69	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.086,00
ITEM 70	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.236,00
ITEM 71	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.887,50
ITEM 72	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.140,00
ITEM 73	DESERTO	DESERTO
ITEM 74	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.522,50
ITEM 75	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 17.064,00
ITEM 76	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.332,00
ITEM 77	DESERTO	DESERTO
ITEM 78	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.677,50
ITEM 79	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.440,00
ITEM 80	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 7.466,00
ITEM 81	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.962,00
ITEM 82	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.896,00
ITEM 83	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.145,00
ITEM 84	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 5.157,50
ITEM 85	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.450,00
ITEM 86	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 6.972,00
ITEM 87	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.453,00
ITEM 88	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.626,00
ITEM 89	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 2.709,00
ITEM 90	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.620,00
ITEM 91	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.296,00
ITEM 92	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.421,00
ITEM 93	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 7.920,00
ITEM 94	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.653,75
ITEM 95	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 4.690,00
ITEM 96	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 798,40
ITEM 97	FRACASSADO	FRACASSADO
ITEM 98	ALTO URUGUAI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.224,00
ITEM 99	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	R$ 1.450,20
ITEM 100	ZILDA COUTO DA SILVA	R$ 768,00
ITEM 101	ZILDA COUTO DA SILVA	R$ 3.066,00
ITEM 102	ZILDA COUTO DA SILVA	R$ 11.300,00
ITEM 103	ZILDA COUTO DA SILVA	R$ 8.995,00
ITEM 104	ODALAN TRANSPORTES E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 3.984,00
ITEM 105	FRACASSADO	FRACASSADO

São José das Palmeiras, 15/08/2024.

Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:58A4DFD8

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RESULTADO PRELIMINAR DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024 - LEI ALDIR BLANC ANÁLISE DE MÉRITO

RESULTADO PRELIMINAR DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024 - LEI ALDIR BLANC ANÁLISE DE MÉRITO

A Comissão de Seleção, designada pela Portaria nº 175, de 06 de agosto de 2024, deu início ao processo de análise das propostas para a execução de projetos, conforme previstos no Edital, publicado e veiculado por meio do Diário Oficial do Município de São José das Palmeiras. O processo de análise foi realizado no dia 16 de agosto de 2024, e contou com a participação dos membros Sr(a). Marlene Kazik Sarmento Bassi, Sr(a). Regina Cristina Borges e Sr(a). Jessica de Souza Tavares Amaral.

Art. 1º Após a "Análise de Mérito" dos projetos apresentados para este Edital de Chamamento, segue abaixo o resultado preliminar da Chamada Pública nº 001/2024:

Categoria:	CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS				
Vaga/Valor:	Uma vaga de atéR$ 47.454,82				
Razão Social	**CNPJ**	**Nome do Projeto**	**Valor do Projeto**	**Nota Final**	**Resultado**
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARANDU	45.006.240/0001-31	Mostra Cultural	R$47.454,82	75	Classificado

Categoria:	CATEGORIA CAPACITAÇÕES				
Vaga/Valor:	Quatro vagas de até R$ 500,00 cada				
Razão Social	**CNPJ**	**Nome do Projeto**	**Valor do Projeto**	**Nota Final**	**Resultado**
CAROLINE VESSANI FERREIRA	56.428.168/0001-57	Fotografia na prática	R$ 500,00	75	Classificado
CAROLINE VESSANI FERREIRA	56.428.168/0001-57	Introdução a fotografia	R$ 500,00	75	Classificado
EWERTON LUCIANO BAY	14.869.133/0001-03	Introdução a gravação de vídeos pelo celular	R$ 500,00	70	Classificado
EWERTON LUCIANO BAY	14.869.133/0001-03	Iluminação na gravação de vídeos	R$ 500,00	70	Classificado

Art. 2º Em face do presente resultado cabe recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico via o email pnab.saojosedaspalmeiras.pr@gmail.com ou, ainda, presencialmente no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, conforme o art. 16, inciso III, do Decreto n. 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:2B650CC6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
FICHA DE AVALIAÇÃO 01 - EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO
EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - Município de São José das Palmeiras

Categoria: AÇÕES CULTURAIS GERAIS
Proponente - Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARANDU
Título do Projeto: MOSTRA CULTURAL

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir: Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos; Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos; Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS			
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**	**Nota obtida**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10	10
PONTUAÇÃO CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		70	70
PONTUAÇÃO EXTRA			
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**	
H	Pessoas jurídicas compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas ou representante legal é pessoa negra	5	0
I	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher	5	5
J	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social [enviar comprovação]	5	0
PONTUAÇÃO EXTRA		**15**	**5**
PONTUAÇÃO FINAL		**85**	**75**

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

Comissão De Seleção Para Análise De Mérito:

MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI	*REGINA CRISTINA BORGES*	*JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL*

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:DD4E222B

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
FICHA DE AVALIAÇÃO 02 - EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO
EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - Município de São José das Palmeiras

Categoria: CAPACITAÇÕES
Proponente - Razão Social: CAROLINE VESSANI FERREIRA
Título do Projeto: FOTOGRAFIA NA PRÁTICA

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir: Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos; Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos; Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS			
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**	**Nota obtida**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10	10
PONTUAÇÃO CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		**70**	**70**
PONTUAÇÃO EXTRA			
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**	
H	Pessoas jurídicas compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas ou representante legal é pessoa negra	5	0
I	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher	5	5
J	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social [enviar comprovação]	5	0
PONTUAÇÃO EXTRA		15	5
PONTUAÇÃO FINAL		85	75

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

Comissão De Seleção Para Análise De Mérito:

MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI	*REGINA CRISTINA BORGES*	*JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL*

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:47FEDE24

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
FICHA DE AVALIAÇÃO 03 EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO
EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - Município de São José das Palmeiras

Categoria: CAPACITAÇÕES
Proponente - Razão Social: CAROLINE VESSANI FERREIRA
Título do Projeto: INTRODUÇÃO A FOTOGRAFIA

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir: Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos; Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos; Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS			
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**	**Nota obtida**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10	10
PONTUAÇÃO CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		**70**	**70**
PONTUAÇÃO EXTRA			
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**	
H	Pessoas jurídicas compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas ou representante legal é pessoa negra	5	0
I	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher	5	5
J	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social [enviar comprovação]	5	0
PONTUAÇÃO EXTRA		**15**	**5**
PONTUAÇÃO FINAL		**85**	**75**

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

Comissão de Seleção para Análise de Mérito:

_____	_____	_____
MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI	***REGINA CRISTINA BORGES***	***JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL***

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:6CAED33B

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
FICHA DE AVALIAÇÃO 04 EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO
EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - Município de São José das Palmeiras

Categoria: CAPACITAÇÕES
Proponente - Razão Social: EWERTON LUCIANO BAY
Título do Projeto: INTRODUÇÃO A GRAVAÇÃO DE VÍDEOS PELO CELULAR

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir: Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos; Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos; Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS			
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**	**Nota obtida**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10	10
PONTUAÇÃO CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		70	70
PONTUAÇÃO EXTRA			
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação	
H	Pessoas jurídicas compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas ou representante legal é pessoa negra	5	0
I	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher	5	5
J	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social [enviar comprovação]	5	0
PONTUAÇÃO EXTRA		15	5
PONTUAÇÃO FINAL		85	75

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

Comissão de Seleção para Análise de Mérito:

_____ *MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI*	_____ *REGINA CRISTINA BORGES*	_____ *JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL*

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:339588E1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
FICHA DE AVALIAÇÃO 05 - EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO
EDITAL 001/2024 – LEI ALDIR BLANC - Município de São José das Palmeiras

Categoria: CAPACITAÇÕES
Proponente - Razão Social: EWERTON LUCIANO BAY
Título do Projeto: ILUMINAÇÃO NA GRAVAÇÃO DE VÍDEOS

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir: Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos; Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos; Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS			
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**	**Nota obtida**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10	10
E	Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente -Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10	10
PONTUAÇÃO CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		**70**	**70**
PONTUAÇÃO EXTRA			
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**	
H	Pessoas jurídicas compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas ou representante legal é pessoa negra	5	0
I	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres ou representante legal é mulher	5	5
J	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social [enviar comprovação]	5	0
PONTUAÇÃO EXTRA		**15**	**5**
PONTUAÇÃO FINAL		**85**	**75**

São José das Palmeiras/PR, 16 de agosto de 2024.

Comissão de Seleção para Análise de Mérito:

_____ *MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI*	_____ *REGINA CRISTINA BORGES*	_____ *JESSICA DE SOUZA TAVARES AMARAL*

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:791810FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 300/2024

PORTARIA Nº 68/2024

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Art. 1º - Conceder aos servidores municipais relacionados nesta portaria, suas férias, bem como determinar o pagamento do adicional de 1/3 de seus vencimentos, conforme Lei Municipal nº 7/1993.

N.º Ordem	**Nome do Servidor e numero da matricula**	**Período Aquisitivo**	**Período de Fluição**
1	Adriana Liutti – 302	31-07-2023/30-07-2024	02-01-2025/31-01-2025

2	Aquelis Regilaine Grassi – 346	01-08-2023/31-07-2024	18-12-2024/16-01-2025
3	Catia Ap. Farias Oliveira - 552	05-08-2023/04-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
4	Fabiano Ap. Negrizolli – 359	31-07-2023/30-07-2024	18-12-2024/16-01-2025
5	Izamara M. Dos Santos Silva - 554	19-08-2023/18-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
6	Angela Alves Gallea – 660	02-08-2023/01-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
7	Kennya Alexandra B. R Souza - 551	05-08-2023/04-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
8	Lidiana De Oliveira - 553	19-08-2023/18-08-2024	02-01-2025/21-01-2025
			07-07-2025/16-07-2025
9	Rodrigo De Souza D. Silva – 345	01-08-2023/31-07-2024	10-02-2025/19-02-2025
			05-03-2025/14-03-2025
			07-07-2025/16-07-2025
10	Elvis Da Silva Caldeira Neres - 601	03-08-2023/02-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
11	Crislaine Ap. Da Silva Tonin - 661	08-08-2023/07-08-2024	09-12-2024/18-12-2024
			19-02-2025/28-02-2025
			09-06-2025/18-06-2025
12	Ane Marcelly Colombo Buzetti - 698	01-08-2023/31-07-2024	06-01-2025/26-01-2025
13	Carlos Eduardo Dias Leandro - 699	04-08-2023/03-08-2024	05-08-2024/14-08-2024
			16-12-2024/24-12-2024
14	Francisco Bispo do Nascimento - 702	17-08-2023/16-08-2024	22-11-2024/06-12-2024
			30-06-2025/14-07/2025
15	Bruna Siqueira - 703	22-08-2023/21-08-2024	18-12-2024/16-01-2025
16	Thais Soares de Aragão Leal de Souza - 705	23-08-2023/22-08-2024	02-01-2025/21-01-2025
17	Rosangela Aparecida Ferriera Datri - 706	24-08-2023/23-08-2024	18-12-2024/16-01-2025

Art. 2º - Conceder ao servidor municipal acima relacionado no **número de ordem 12, 13 e 16**, a conversão de 10 (Dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme artigo 101, do § 5º da Lei municipal 07/2093.

Art. 3º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 07 de Agosto de 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

(republicado por conter erros no período de fluição)

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:78D5B28E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

GABINETE DA PREFEITA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2024

Torna-se pública a **homologação** da Dispensa de Licitação a que se refere o processo administrativo sob o nº 72/2024, cujo objeto é **Contratação da Associação de Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira – ACRESSA para coleta, triagem e destinação final dos resíduos recicláveis coletados pelo Programa de Coleta Seletiva de Lixo (Instituído pela Lei Municipal N. 1.770/2021). A quantidade mensal máxima de material reciclável comercializado, que será remunerado pelo Município é de 20.000 kg. A associação deverá realizar no mínimo duas coletas porta-a-porta por semana no perímetro urbano do município,** sendo adjudicada a **Associação de Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira - ACRESSA** inscrita no CNPJ Nº 29.274.346/0001-60, localizada na Chácara Santa Maria, S/N, Zona Rural do Município de São Sebastião da Amoreira, no Estado do Paraná, conforme descrição a seguir:

Lote	Item	Qtde	Und	Especificação completa dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
1	1	240.000	Kg	Quantidade máxima de materiais recicláveis comercializados mensalmente, incluindo no mínimo duas coletas porta-a-porta por semana no perímetro urbano do município.	R$ 0,8675	R$ 208.200,00

São Sebastião da Amoreira, 09 de agosto de 2024.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:430378A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024-CMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 027/2024-CMS
TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de administração, gerenciamento e intermediação de cartões de ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, com dispositivo de segurança ou tarja magnética, com senha pessoal, para atendimento aos servidores públicos efetivos, cedidos, temporários e comissionados da Câmara Municipal de Sarandi, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios *in natura*, refeições, materiais de limpeza e itens de higiene pessoal, por meio de rede de estabelecimentos credenciados na forma definida pela legislação vigente, para um total estimado de 50 (cinquenta) funcionários por mês, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

Qtd	Vlr. Unit. 2024	Vlr. Unit. 2025	Vlr. Unit. 2026	Vlr. Unit. 2027	Vlr. Unit. 2028	Vlr. Unit. 2029
50	R$ 367,50	R$ 407,74	R$ 452,39	R$ 501,92	R$ 556,89	R$ 617,86
		Valor total por ano, em reais (valor unitário x 50 x 12)				
	R$ 55.125,001	R$ 244.644,00	R$ 271.434,00	R$ 301.152,00	R$ 334.134,00	R$ 278.037,002
	Valor total da contratação (5 anos):					**R$ 1.484.526,00**

1 - O valor total para o ano de 2024 refere-se somente aos meses de outubro a dezembro.
2 - O valor total para o ano de 2029 refere-se somente aos meses de janeiro a setembro.

R$ 1.484.526,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais).

LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, DE 2021, da Lei Complementar n° 123, de 2006, da Lei Municipal n° 3.008, de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Local: www.gov.br/compras
Data: Até às 12:00 horas de 04/09/2024, horário de Brasília-DF.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:
Local: http://www.gov.br/compras;
Data: Às 18:00 horas de 03/08/2024, horário de Brasília-DF.
Edital na íntegra: Estará à disposição na plataforma http://www.gov.br/compras;, no site deste Legislativo: https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/3/licitacoes/detalhes?entidade=3&exercicio=2024&tipoLicitacao=6&licitacao=3 e na Divisão de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Sarandi, na Av. Maringá, 660, Jardim Europa, Sarandi - Paraná, a partir do dia da publicação deste Aviso no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Sarandi, 16 de agosto de 2024.

ALEX FRANCISCO DE SOUZA
Agente de Contratação
Portaria nº 021/2024/CMS.

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:6E96D2BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 2135/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar na forma que especifica.

WALTER VOLPATO, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 6º, da Lei Orçamentária Anual-LOA nº. 2992/2023, de 20/12/2023,

D E C R E TA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no valor de R$ 243.233,00 (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e trinta e três reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0012.5.001.		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA OS PROGRAMAS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
2325-4.4.50.42.00.00	33899	AUXÍLIOS	2.655,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
09.001.18.541.0016.2.203.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA E COLETA DE LIXO URBANO	
664-3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240.578,00
Total Suplementação:			**243.233,00**

Art. 2º - O recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior no valor R$ 243.233,00 (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e trinta e três reais), será obtido através do cancelamento parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

Redução			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0012.6.002.		MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
2153-3.3.50.43.00.00	33899	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.655,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
09.001.18.541.0016.1.201.		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
631-4.4.90.52.00.00	01511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	240.578,00
Total Redução:			**243.233,00**

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir desta data.

PAÇO MUNICIPAL, 13 de agosto de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Anselmo de Azevedo
Código Identificador:CE36D396

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 2136/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar na forma que especifica.

WALTER VOLPATO, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 6º, da Lei Orçamentária Anual-LOA nº. 2992/2023, de 20/12/2023,

D E C R E TA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no valor de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
04.001.04.122.0006.2.061.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
14-3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.04.122.0009.2.081.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
83-3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0040.2.141.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
441-3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.600,00
442-3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	28.400,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.301.0017.2.222.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA -PAB	
2332-3.3.90.40.00.00	12494	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
Total Suplementação:			**126.000,00**

Art. 2º - O recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior no valor R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), será obtido através do cancelamento parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
04.001.04.122.0006.2.061.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
13-3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.04.122.0009.2.081.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
79-3.3.90.34.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	9.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0015.2.148.		INCENTIVO E APOIO ÀS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA ÁREA ASSISTENCIAL	
417-3.1.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.303.0017.2.229.		MANUTENÇÃO DO TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME) - CAPS II.	
2268-3.3.90.39.00.00	12494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
Total Redução: 126.000,00			

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir desta data.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de agosto de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Anselmo de Azevedo
Código Identificador:BC1D4F3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 007/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

OBJETO: A presente Chamada pública para o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, com fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

RODO SERVICE LTDA - CNPJ N.º: 00.688.075/0002-98, para fornecer os seguintes:

LINHA PESADA				**COLOCAÇÃO SORTEIO**
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 170,00	5º COLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	15º COLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 120,00	8º COLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 220,00	4º COLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 127,00	6º COLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	2º COLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 188,00	5º COLOCADO

LINHA PESADA			**COLOCAÇÃO SORTEIO**
Item	**Descrição**	**DESCONTO MÍNIMO SOB Tabela Referencial de Serviços e as tabelas de preços das Montadoras e alternativamente referenciados na AUDATEX/MOLICAR**	
1	Fornecimento de peças e componentes originais ou genuínas.	5%	24º COLOCADO
2	Peças de reposição mercado alternativo.	10%	24º COLOCADO

Sengés, 16 de agosto de 2024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:7F7D64AB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4227/2024

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, NELSON FERREIRA RAMOS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.660 DE 05/10/2023.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0004.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0017.2059	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIAS URBANAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	170.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0004.2005	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
26.782.0017.2057	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.500,00
12.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0017.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	33.000,00
	SUBTOTAL	52.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0017.2062	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.000,00
15.452.0017.2061	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.500,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
13.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ESPECIAIS	
15.452.0017.2063	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00
	SUBTOTAL	48.000,00
	TOTAL	170.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 12/08/2024

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:CC659404

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 52/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, COM A AQUISIÇÃO DE PROJETO TÉCNICO, APROVAÇÃO NA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONSISTINDO NA INSTALAÇÃO DE MÓDULOS SOLARES (PLACAS) NO TELHADO DA EDIFICAÇÃO DO HOSPITAL SÃO LUCAS E INSTALAÇÃO DE INVERSOR ELÉTRICO, COM POSTERIOR COMISSIONAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E CONEXÃO NA REDE ELÉTRICA DA CONCESSIONÁRIA, CONTRATO Nº. 52/2023 – OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 27/2023, ESTABELECIDO ENTRE O **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO MF/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº 648.871.09-9, INSCRITA NO CPF/MF SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA ÂNGELO RAZABONI, Nº320, NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, DORAVANTE DENOMINADO DE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A **EMPRESA R. R. SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA,** CNPJ Nº 2**4.276.083/0001-04**, SITUADA NA RUA MARIO ZANETA Nº 11, ALTO DAS PALMEIRAS, CEP: 86170-000 SERTANÓPOLIS - PR, TELEFONE: 43-3232-3832, NESTE ATO REPRESENTADO PELO **SENHOR RODRIGO MARCOLINO GOMES,** COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 7.239.871-8 SESP~PR, INSCRITO NO CPF Nº 038.998.179-66, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS PR. DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATADA**

CLÁUSULA PRIMEIRA.
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E QUINTA CLÁUSULA – DO VALOR DO CONTRATO, DE N.º 52/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023, DE ACORDO COM O ART. 57 DA LEI 14.133/21.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	ADITIVO 22,54%
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, COM A AQUISIÇÃO DE PROJETO TÉCNICO, APROVAÇÃO NA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, AQUISIÇÃO DE MAT MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONSISTINDO NA INSTALAÇÃO DE MÓDULOS SOLARES (PLACAS) NO TELHADO DA EDIFICAÇÃO DO HOSPITAL SÃO LUCAS E INSTALAÇÃO DE INVERSOR ELÉTRICO, COM POSTERIOR COMISSIONAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E CONEXÃO NA	SERVIÇO	SERV	1	R$ 120.999,00	27.277,30

	REDE ELÉTRICA DA CONCESSIONÁRIA.					

CLÁUSULA SEGUNDA
O VALOR DO ADITIVO É O EQUIVALENTE A QUANTIA DE **R$ 27.277,30 (VINTE E SETE MIL, DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS).**

CLÁUSULA TERCEIRA
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.

E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE **TERMO ADITIVO**, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 16 DE AGOSTO DE 2024

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA	***RODRIGO MARCOLINO GOMES***
Serviço Municipal De Saúde	R. R. Solar Serviços Elétricos LTDA
Contratante	Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:4883340D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 353/2024

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N° 63/2024 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão N° 63/2024 de 26/06/2024(vinte e seis dias de junho de 2024) que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração e gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético para atender a demanda do auxílio de benefícios eventuais regulamentados pelo artigo 20 da Lei Municipal nº 083/2009..**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes

BPF CARTÃ•ES LTDA										
Lote	Item	Código do produto/serviço	Cód.catálogo de materiais	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	UN	UN de fornecimento	Preço unitário	Taxa dos credenciados
1	1	54369		Prestação de serviço de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de benefício eventual através de cartão magnético.		1,00	GB		180.000,00	0,01%

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezesseis dias de agosto de 2024. (16/08/2024).

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:F8E4B117

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE FINANÇAS
50 MAIORES PAGAMENTOS - 07/2024

Em atendimento a Lei n.022/2001, regulamentada pelo Decreto n. 491/2003, o Município de Terra Roxa, publica o relatório dos 50 (cinquenta) maiores pagamentos efetuados no mês de julho de 2024.

ITEM	FAVORECIDO	DATA PGTO	VLR. PAGO	HISTÓRICO DO PAGAMENTO
1	MUNICÍPIO DE TERRA ROXA	07/2024	2.891.506,48	FOLHA DE PAGAMENTO
2	PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA	07/2024	1.132.063,22	ENCARGOS SOCIAIS E APORTE ATUARIAL RPPS.
3	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA	07/2024	438.449,54	DESPESAS COM CONSÓRCIO DO MÊS.
4	RS TRENTO LTDA	07/2024	299.628,00	UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE ESCOLAR.
5	UTC RESÍDUOS SÓLIDOS LTDA	07/2024	297.664,18	SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS DOMICILIARES.

6	N.M REBELO LTDA	07/2024	290.593,85	SERVIÇOS DE REFORMAS DIVERSAS.
7	POSTO DE MOLAS SAO PAULO LTDA	07/2024	249.119,70	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.
8	CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAMU OESTE	07/2024	164.753,90	CONSORCIO DO PERÍODO.
9	INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	07/2024	152.886,26	RECOLHIMENTO ENCARGOS SOCIAIS PARTE PATRONAL E DO SERVIDOR.
10	MORI, ROSSO & CIA LTDA	07/2024	144.842,08	AQUISIÇAO DE COMBUSTIVEIS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS.
11	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA	07/2024	138.128,00	CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO
12	TRANS VT TRANSPORTES LTDA	07/2024	117.514,48	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR
13	AGIL EIRELI	07/2024	116.024,23	CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
14	SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA	07/2024	111.709,65	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GALERIAS PLUVIAIS, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO.
15	ARAQUAPLAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	07/2024	102.291,80	AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARA ESCOLAS
16	BANCO DO BRASIL S/A	07/2024	98.999,25	REFERENTE CONTRIBUIÇÃO DO PASEP E TARIFAS BANCÁRIAS.
17	COPEL DISTRIBUICAO S.A	07/2024	97.271,12	ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO.
18	CEBRADE - CENTRAL BRASILEIRA DE ESTAGIO LTDA	07/2024	96.309,38	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIOS.
19	WESTRACTOR PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES EIRELI - EPP	07/2024	87.284,22	MANUTENÇÃO DE TRATORES.
20	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB	07/2024	87.217,25	PAGAMENTO DE PASEP.
21	C O PERES & SIMOES LTDA	07/2024	81.870,12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS
22	ROSILENE MARIA DE MENDONCA ANTONIO	07/2024	62.746,77	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.
23	HF ENGENHARIA LTDA	07/2024	58.412,81	EXECUÇÃO DE REDE DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO CENTRO DE EVENTOS
24	I.S. SARDIMS	07/2024	53.633,98	TELAS PROTETORAS ANTI- INSETOS E JANELAS PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIOS.
25	SILVA E SIMOES LTDA	07/2024	51.722,47	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.
26	LS REFRIGERAÇÃO LTDA	07/2024	44.877,68	EXAUSTORES PARA INSTALAÇÃO NO BARRACÃO DA UVR.
27	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	07/2024	42.877,80	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	07/2024	39.986,81	ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E FGTS.
29	TORNEARIA BERRI LTDA	07/2024	39.430,45	MATERIAIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM BENS IMÓVEIS.
30	A. CARNEVALI - EIRELI	07/2024	38.149,00	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS
31	ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA	07/2024	37.975,84	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
32	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR	07/2024	37.345,66	CONSUMO DE ÁGUA DAS DIVERSAS SECRETARIAS.
33	CLAUDIO JUNIOR VALVASORI FERNANDES	07/2024	36.329,84	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E DE PONTE DE CONCRETO
34	TECHX INFORMÁTICA LTDA	07/2024	34.650,00	EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIAS.
35	TERRA TUR TRANSPORTE LTDA	07/2024	33.403,78	SERVIÇOS DE TRANSPORTE.
36	ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS	07/2024	33.338,44	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, MEIO FIO E SARJETAS
37	MIKE DE OLIVEIRA MADEIRA	07/2024	32.088,00	CURSO DE FOMAÇÃO PEDAGÓGICA
38	IPM SISTEMAS LTDA	07/2024	32.011,22	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA.
39	AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A	07/2024	30.448,65	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E JUROS.
40	ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MAT. RECICL. DE TERRA ROXA	07/2024	28.837,57	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA UVR.
41	IMAGENS FERNANDES LTDA	07/2024	28.163,20	SERVIÇOS DE EXAMES DE IMAGEM PARA SECRETARIA DE SAÚDE.
42	PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA	07/2024	25.626,34	PROJETO CRESCER (OFICINA DE BALÉ E FANFARRA)
43	AMOP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ	07/2024	24.653,13	MENSALIDADE , FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E INSCRIÇÃO NA XIX FERMOP/2024
44	SERVICOS DE TOMOGRAFIA REIS LTDA.	07/2024	24.223,44	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
45	L. R. CARVALHO - CLÍNICA	07/2024	23.763,00	SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS PARA O MUNICÍPIO.
46	UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA	07/2024	23.046,05	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.
47	EDER JAIME BERRI	07/2024	22.149,00	DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO EM FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO.
48	UILHAN SCHENATO MEGDA	07/2024	21.772,50	RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.
49	AGOSTINELLI & CIA LTDA	07/2024	21.695,44	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.
50	ALPHAVIAS ENGENHARIA LTDA	07/2024	21.517,00	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM - PISTA DE CAMINHADA SANTA RITA.
Nota Explicativa: Os pagamentos efetuados, referem-se a despesas efetuadas no mês de Julho/2024 e anteriores.				

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:8CEE0877

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2024

Nº TERMO	OBJETO	CONTRATADA	FISCAL DE MONITORAMENTO SIT TCE PR	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 01/2024	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER A APAE DE TIJUCAS DO SUL, EM DETRIMENTO A EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL Nº 202437050004	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIJUCAS DO SUL – PR CNPJ N° 02.828.669/0001-00	ARIADNE CAROLINE DO NASCIMENTO SARAIVA	05/08/2024	05/08/2024	05/02/2025	R$ 100.000,00

Tijucas do Sul, 16 de agosto de 2024.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Khadija de Barros Crul
Código Identificador:7F216063

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º89/2024

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **LUBE PACK COMERCIAL LTDA –EPP** ,CNPJ: sob nº. 46.310.289/0001-46
OBJETO Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Óleos Lubrificantes, Graxas e Produtos de Limpeza Automotiva, para uso na Frota Municipal pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

LOTE 1:R$ 1.745,60					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Galão 5L Desengraxante, aspecto físico: líquido viscoso, composição: lauril éter, sulfato de sódio, espessante, inibi-, características adicionais: líquido concentrado, base alcalina, solúvel em aplicação: limpeza pesada. Dosagem 1lt p/ 10lts de Agua. **Marca Inquibras**	Galão 5 lts	80	21,82	1.745,60

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.04.122.0004.2006 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. De Administração			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
36	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
06.001.12.361.0038.2024 Manutenção do Transporte Escolar			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
121	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1103
07.001.08.122.0006.2027 Manutenção da Assistência Social Geral			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
179	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
270	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	11494
09.002.15.452.0021.2037 Manutenção e Controle da Frota Municipal			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
374	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
11.001.18.542.0025.1201 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
425	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001

DATA: Tunas do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
PEDRO LORENÇO JORGE, Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:830C3FFA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º90/2024

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **GRUPO BELA VISTA LTDA** ,CNPJ: sob nº. 41105473/0001-30
OBJETO Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Óleos Lubrificantes, Graxas e Produtos de Limpeza Automotiva, para uso na Frota Municipal pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

Lote 2 R$ 5.779,60					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	Detergente automotivo ácido concentrado. Acido fluorídrico, decapante desincrustaste. Para limpeza automotiva, motor, chassi, rodas e carrocerias de alumínio. Dosagem 1 lt p/ 10 lts de Agua.MARCA NOVAL	Galão 5 litros	30 80	33,50	2.680,00
2	Detergente limpeza veículo (shampoo), aspecto físico: líquido viscoso, composição: ácido sulfônico, hidróxido de sódio, tensoativo, aplicação: lavagem veículos e superfícies pintadas, características adicionais: líquido concentrado, solúvel em água, base neutra. Dosagem 1 lt p/ 10lts de Agua.MARCA NOVAL	Galão 5 litros	90	34,44	3.099,60

LOTE 5 :R$ 789,00					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Óleo 2 Tempo API/TC** :lubrificante de elevado poder detergente para motores dois tempos de motosserras e roçadeiras a gasolina, nos quais se adiciona óleo ao combustível. Embalagem (frascos de 200 ml).MARCA UNI	Unid	100	7,89	789,00

LOTE 6:R$ 10.899,00					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Óleo Lubrificante Automotivo** – para motores a gasolina, álcool ou GNV, SAE 5 w - 30, API SM, embalagem:1 ltsMARCA UNI	Unid	100	18,99	1.899,00
2	**Óleo Lubrificante Automotivo** – para motores a gasolina, álcool ou GNV, SAE 10 W- 40, API SN:1 ltsMARCA UNI	Unid	500	18,00	9.000,00

LOTE 7 :R$ 5.150,00					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Graxa de Rolamento**, de alta performance NLGI 2 - Aditivo MOS2, para aplicação em rolamentos com carga severa, condição de vibração e presença de água. Composta de sabão de Cálcio/Lítio, Viscosidade de Óleo ISO 220. Embalagem de 20 KG.MARCA TG	Balde	1	416,00	416,00
2	**Graxa a base de sabão de cálcio:** utilizada em pinos e articulações de chassis, aplicação em veículos diversos, classificação NLGI 2, devendo apresentar boa adesividade a peças lubrificadas de elevada resistência a lavagem por	Balde	15	315,00	4.734,00

	água. Produto de boa qualidade. Embalagem 20 kg .MARCA TG				

LOTE 8:R$ 10.184,00					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Arla 32** – agente redutor líquido automotivo composto por 32,5% de ureia de alta pureza em água desmineralizada, transparente não inflamável e não tóxica aplicação em veículos com sistema SCR (redução catalítica seletiva) embalagem /balde 20 litros.MARCA ECOBRILHO	Balde	100	101,84	10.184,00

LOTE 9:R$ 6.829,20					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Óleo Lubrificante Sintético Ultra SAE-5w30 Motores flex e diesel**: utilizado em veículos diversos, classificação API SN, óleo sintético ultra recomendado para motores de 4 tempos, flex, a gasolina, gnv e diesel, para diversos modelos de veículos de passeio e utilitários nas mais variadas condições de operação. Embalagem de 01 litro.MARCA UNI	Uni	360	18,97	6.829,20

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.04.122.0004.2006 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. De Administração			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
36	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
06.001.12.361.0038.2024 Manutenção do Transporte Escolar			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
121	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1103
07.001.08.122.0006.2027 Manutenção da Assistência Social Geral			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
179	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
270	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	11494
09.002.15.452.0021.2037 Manutenção e Controle da Frota Municipal			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
374	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
11.001.18.542.0025.1201 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
425	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001

DATA: Tunas do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
ELIZABETE MACHADO DE LIMA , Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:D5E01B7B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º91/2024

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **PETRO TRUCK DISTRIBUIDOORA DE LUBRIFICANTES EIRELI,**CNPJ: sob nº. 37.005.258/0001-90
OBJETO Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Óleos Lubrificantes, Graxas e Produtos de Limpeza Automotiva, para uso na Frota Municipal pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

LOTE 3:R$ 21.237,50					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Óleo Lubrificante Mineral 15w40 motores a diesel**: aplicação em caminhões diversos, classificação api ci-4/sl, acea e7-12, mercedes benz 228.3, volvo vds 3 cummins ces 20078, caterpillar ecf-1 a e ecf-2 e globaldhd-1. Embalagem: 20lts.MARCA MULT LUB	Galão	50	237,50	11.875,00
2	**Óleo Lubrificante Mineral AW68:** utilizado em sistemas hidráulicos e conversores de torque aplicação em veículos diversos, classificação din51524-2: 2006-09; embalagem: balde 20 litros.**MARCA MULT LUB**	Galão	30	200,00	6.000,00
3	**Óleo Lubrificante ATF 20.** Óleo formulado com básicos minerais de alta qualidade e aditivos específicos para a lubrificação de transmissões mecânicas e direção hidráulicas de diversos fabricantes, transmissões automáticas de veículos antigos ou quaisquer outras aplicações quando requerido um óleo tipo a sufixo a (tasa), embalagem 1lt.**MARCA MULT LUB**	Embalagem 1lt	60	30,00	1.800,00
4	**Óleo Lubrificante Mineral SAE 90:** para engrenagens aplicação em veículos diversos classificação API GL-5, óleo lubrificante mineral para uso em caixas de engrenagens hipoides de eixos traseiros, caixas de mudanças e caixas de engrenagens hipóides em geral. Embalagem: 20lts.MARCA MULT LUB	Galão	5	312,50	1.562,50

LOTE 4: R$ 590,75					
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Fluído de Freio DOT 3** :utilizado em freios a disco ou a tambor, aplicação em veículos diversos classificação SAE J 1703, FMVSS-116 DOT 3, e ABNT NBR 9292 tipo 3, fluido sintético atendendo à especificação DOT 3, para uso em sistemas de freios, (Frascos de 500 ml).MARCA POWER BRIL	Unid	50	11,82	590,75

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.04.122.0004.2006 Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. De Administração			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
36	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
06.001.12.361.0038.2024 Manutenção do Transporte Escolar			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
121	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1103
07.001.08.122.0006.2027 Manutenção da Assistência Social Geral			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
179	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
270	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	11494
09.002.15.452.0021.2037 Manutenção e Controle da Frota Municipal			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
374	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001
11.001.18.542.0025.1201 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
425	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1001

DATA: Tunas do Paraná, 16 de agosto de 2024.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
ADILSO AUGUSTINHO CARNIEL , Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:83C6430D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DESPESAS COM SAÚDE 1º BIMENTRE REPUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
01/2024 A 02/2024				
RREO – ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35)	R$ 1,00			
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**53.938.000,00**	**53.938.000,00**	**5.554.199,88**	**10,30**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**20.178.000,00**	**20.178.000,00**	**817.286,90**	**4,05**
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	**4.506.000,00**	**4.506.000,00**	**380.870,77**	**8,45**
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**18.004.000,00**	**18.004.000,00**	**2.480.210,92**	**13,78**
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	**11.250.000,00**	**11.250.000,00**	**1.875.831,29**	**16,67**
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**106.450.000,00**	**106.450.000,00**	**24.096.950,09**	**22,64**
Cota-Parte FPM	63.000.000,00	63.000.000,00	12.869.087,48	20,43
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	14.034,24	4,01
Cota-Parte IPVA	9.500.000,00	9.500.000,00	4.754.885,04	50,05
Cota-Parte ICMS	33.200.000,00	33.200.000,00	6.274.326,49	18,90
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	84.518,91	21,13
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	100.097,93	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	**160.388.000,00**	**160.388.000,00**	**29.651.149,97**	**18,49**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (Por Subfunção e Categoria Econômica)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.990.000,00**	**12.990.000,00**	**3.433.927,78**	**26,44**	**2.722.726,20**	**20,96**	**2.412.780,87**	**18,57**
Despesas Correntes	12.590.000,00	12.590.000,00	3.433.927,78	27,28	2.722.726,20	21,63	2.412.780,87	19,16
Despesas de Capital	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**21.955.000,00**	**21.955.000,00**	**3.601.772,12**	**16,41**	**2.007.124,03**	**9,14**	**1.989.882,00**	**9,06**
Despesas Correntes	21.720.000,00	21.720.000,00	3.573.998,73	16,45	1.991.394,69	9,17	1.974.152,66	9,09
Despesas de Capital	235.000,00	235.000,00	27.773,39	11,82	15.729,34	6,69	15.729,34	6,69
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**1.810.000,00**	**1.810.000,00**	**907.457,87**	**50,14**	**139.929,68**	**7,73**	**113.862,68**	**6,29**
Despesas Correntes	1.610.000,00	1.610.000,00	907.457,87	56,36	139.929,68	8,69	113.862,68	7,07
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**590.000,00**	**590.000,00**	**81.685,70**	**13,85**	**81.685,70**	**13,85**	**81.685,70**	**13,85**
Despesas Correntes	570.000,00	570.000,00	81.685,70	14,33	81.685,70	14,33	81.685,70	14,33
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**37.495.000,00**	**37.495.000,00**	**8.024.843,47**	**21,40**	**4.951.465,61**	**13,21**	**4.598.211,25**	**12,26**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**8.024.843,47**	**4.951.465,61**	**4.598.211,25**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	2.130.015,89	2.130.015,89	2.130.015,89
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.894.827,58**	**2.821.449,72**	**2.468.195,36**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		4.447.672,50	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**1.447.155,08**	**- 1.626.222,78**	**- 1.979.477,14**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**19,88**	**9,52**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024					0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a Pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	4.447.672,50	5.894.827,58	1.447.155,08	0,00	2.130.015,89	0,00		0,00		3.577.170,97
Empenhos de 2023	22.896.595,77	35.270.787,96	12.374.192,19	76.760,27	0,00	0,00	54.106,41	0,00	22.653,86	12.351.538,33
Empenhos de 2022	20.666.364,63	39.234.778,01	18.568.413,38	460.025,40	0,00	0,00	270.815,92	0,00	189.209,48	18.379.203,90
Empenhos de 2021	17.367.027,61	27.323.181,09	9.956.153,48	124.536,93	0,00	0,00	124.536,93	0,00	0,00	9.956.153,48
Empenhos de 2020 e anteriores	93.395.960,88	142.843.885,31	49.447.924,43	180.337,80	11.119,13	0,00	180.337,80	0,00	0,00	49.459.043,56
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANC. OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	262.364,82	262.364,82	262.364,82	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**-**	**262.364,82**	**262.364,82**	**262.364,82**	**-**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**15.120.000,00**	**15.120.000,00**	**3.726.237,59**	**24,64**
Proveniente da União	12.585.000,00	12.585.000,00	3.005.744,91	23,88
Proveniente dos Estados	2.535.000,00	2.535.000,00	720.492,68	28,42
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**1.805.800,00**	**1.805.800,00**	**182.196,36**	**10,09**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**16.925.800,00**	**16.925.800,00**	**3.908.433,95**	**23,09**

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**10.291.000,00**	**11.270.977,86**	**1.351.018,36**	**11,99**	**776.176,68**	**6,89**	**764.506,59**	**6,78**
Despesas Correntes	9.291.000,00	10.270.977,86	1.326.013,68	12,91	776.176,68	7,56	764.506,59	7,44
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	25.004,68	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.890.000,00**	**13.830.247,86**	**2.016.650,00**	**14,58**	**1.382.249,74**	**9,99**	**1.221.394,77**	**8,83**
Despesas Correntes	2.890.000,00	2.890.000,00	655.754,12	22,69	611.512,19	21,16	607.012,19	21,00
Despesas de Capital	0,00	10.940.247,86	1.360.895,88	12,44	770.737,55	7,04	614.382,58	5,62
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**1.359.000,00**	**1.359.000,00**	**13.853,82**	**1,02**	**12.005,20**	**0,88**	**7.005,20**	**0,52**
Despesas Correntes	1.359.000,00	1.359.000,00	13.853,82	1,02	12.005,20	0,88	7.005,20	0,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**410.000,00**	**410.000,00**	**40.966,24**	**9,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	410.000,00	410.000,00	40.966,24	9,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**750.000,00**	**750.000,00**	**56.886,94**	**7,58**	**56.641,86**	**7,55**	**56.641,86**	**7,55**
Despesas Correntes	750.000,00	750.000,00	56.886,94	7,58	56.641,86	7,55	56.641,86	7,55
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**15.720.000,00**	**27.640.225,72**	**3.479.375,36**	**12,59**	**2.227.073,48**	**8,06**	**2.049.548,42**	**7,42**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	23.281.000,00	24.260.977,86	4.784.946,14	19,72	3.498.902,88	14,42	3.177.287,46	13,10
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	24.845.000,00	35.785.247,86	5.618.422,12	15,70	3.389.373,77	9,47	3.211.276,77	8,97
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.169.000,00	3.169.000,00	921.311,69	29,07	151.934,88	4,79	120.867,88	3,81
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.000.000,00	1.000.000,00	122.651,94	12,27	81.685,70	8,17	81.685,70	8,17
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	750.000,00	750.000,00	56.886,94	7,58	56.641,86	7,55	56.641,86	7,55
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**53.215.000,00**	**65.135.225,72**	**11.504.218,83**	**17,66**	**7.178.539,09**	**11,02**	**6.647.759,67**	**10,21**
1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.								

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:77933F9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DESPESAS COM SAÚDE 2º BIMENTRE REPUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
01/2024 A 04/2024				
RREO – ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**53.938.000,00**	**53.938.000,00**	**14.148.879,87**	**26,23**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**20.178.000,00**	**20.178.000,00**	**3.961.236,92**	**19,63**
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	**4.506.000,00**	**4.506.000,00**	**875.857,19**	**19,44**
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**18.004.000,00**	**18.004.000,00**	**5.533.239,52**	**30,73**
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	**11.250.000,00**	**11.250.000,00**	**3.778.546,24**	**33,59**
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**106.450.000,00**	**106.450.000,00**	**43.050.435,78**	**40,44**
Cota-Parte FPM	63.000.000,00	63.000.000,00	22.324.938,78	35,44
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	28.131,34	8,04
Cota-Parte IPVA	9.500.000,00	9.500.000,00	6.994.683,96	73,63
Cota-Parte ICMS	33.200.000,00	33.200.000,00	13.423.665,15	40,43
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	178.918,62	44,73
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	100.097,93	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	**160.388.000,00**	**160.388.000,00**	**57.199.315,65**	**35,66**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (Por Subfunção e Categoria Econômica)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.990.000,00**	**12.990.000,00**	**6.458.725,70**	**49,72**	**6.197.368,14**	**47,71**	**5.972.876,28**	**45,98**
Despesas Correntes	12.590.000,00	12.590.000,00	6.457.665,70	51,29	6.197.368,14	49,22	5.972.876,28	47,44
Despesas de Capital	400.000,00	400.000,00	1.060,00	0,27	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**21.955.000,00**	**21.955.000,00**	**7.351.155,51**	**33,48**	**5.761.559,76**	**26,24**	**5.550.191,01**	**25,28**
Despesas Correntes	21.720.000,00	21.720.000,00	7.290.398,17	33,57	5.718.437,34	26,33	5.507.068,59	25,35
Despesas de Capital	235.000,00	235.000,00	60.757,34	25,85	43.122,42	18,35	43.122,42	18,35
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**1.810.000,00**	**1.810.000,00**	**1.014.694,72**	**56,06**	**498.643,69**	**27,55**	**459.578,22**	**25,39**
Despesas Correntes	1.610.000,00	1.610.000,00	1.014.694,72	63,02	498.643,69	30,97	459.578,22	28,55
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**590.000,00**	**590.000,00**	**168.296,19**	**28,52**	**168.296,19**	**28,52**	**168.296,19**	**28,52**
Despesas Correntes	570.000,00	570.000,00	168.296,19	29,53	168.296,19	29,53	168.296,19	29,53
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**150.000,00**	**150.000,00**	**7.875,00**	**5,25**	**7.875,00**	**5,25**	**7.875,00**	**5,25**
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	7.875,00	5,25	7.875,00	5,25	7.875,00	5,25
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**37.495.000,00**	**37.495.000,00**	**15.000.747,12**	**40,01**	**12.633.742,78**	**33,69**	**12.158.816,70**	**32,43**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**15.000.747,12**	**12.633.742,78**	**12.158.816,70**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	2.124.330,43	2.124.330,43	2.124.330,43
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**12.876.416,69**	**10.509.412,35**	**10.034.486,27**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		8.579.897,35	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**4.296.519,34**	**1.929.515,00**	**1.454.588,92**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**22,51**	**18,37**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2024					0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a Pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2024	8.579.897,35	12.876.416,69	4.296.519,34	0,00	2.124.330,43	0,00		0,00		6.420.849,77
Empenhos de 2023	22.896.595,77	35.270.787,96	12.374.192,19	76.760,27	0,00	0,00	54.106,41	0,00	22.653,86	12.351.538,33
Empenhos de 2022	20.666.364,63	39.234.778,01	18.568.413,38	460.025,40	0,00	0,00	270.815,92	0,00	189.209,48	18.379.203,90
Empenhos de 2021	17.367.027,61	27.323.181,09	9.956.153,48	124.536,93	0,00	0,00	124.536,93	0,00	0,00	9.956.153,48
Empenhos de 2020 e anteriores	93.395.960,88	142.843.885,31	49.447.924,43	180.337,80	11.119,13	0,00	180.337,80	0,00	0,00	49.459.043,56
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANC. OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	262.364,82	262.364,82	262.364,82	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**-**	**262.364,82**	**262.364,82**	**262.364,82**	**-**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**15.120.000,00**	**15.120.000,00**	**7.696.417,95**	**50,90**
Proveniente da União	12.585.000,00	12.585.000,00	4.653.734,53	36,98
Proveniente dos Estados	2.535.000,00	2.535.000,00	3.042.683,42	120,03
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**1.805.800,00**	**1.805.800,00**	**584.140,50**	**32,35**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**16.925.800,00**	**16.925.800,00**	**8.280.558,45**	**48,92**

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**10.291.000,00**	**15.166.250,07**	**2.366.515,79**	**15,60**	**1.594.758,11**	**10,52**	**1.564.220,16**	**10,31**
Despesas Correntes	9.291.000,00	13.511.250,07	2.293.029,35	16,97	1.583.307,65	11,72	1.552.769,70	11,49
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.655.000,00	73.486,44	4,44	11.450,46	0,69	11.450,46	0,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.890.000,00**	**14.599.724,77**	**4.001.842,89**	**27,41**	**3.106.231,93**	**21,28**	**3.095.231,93**	**21,20**
Despesas Correntes	2.890.000,00	3.659.476,91	1.024.733,40	28,00	993.233,40	27,14	993.233,40	27,14
Despesas de Capital	0,00	10.940.247,86	2.977.109,49	27,21	2.112.998,53	19,31	2.101.998,53	19,21
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**1.359.000,00**	**1.551.330,00**	**118.244,31**	**7,62**	**50.674,32**	**3,27**	**20.575,20**	**1,33**
Despesas Correntes	1.359.000,00	1.479.000,00	109.796,33	7,42	50.674,32	3,43	20.575,20	1,39
Despesas de Capital	0,00	72.330,00	8.447,98	11,68	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**410.000,00**	**410.000,00**	**45.773,51**	**11,16**	**11.651,79**	**2,84**	**10.514,05**	**2,56**
Despesas Correntes	410.000,00	410.000,00	45.773,51	11,16	11.651,79	2,84	10.514,05	2,56
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**750.000,00**	**750.000,00**	**115.145,04**	**15,35**	**115.145,04**	**15,35**	**115.145,04**	**15,35**
Despesas Correntes	750.000,00	750.000,00	115.145,04	15,35	115.145,04	15,35	115.145,04	15,35
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**15.720.000,00**	**32.497.304,84**	**6.647.521,54**	**20,46**	**4.878.461,19**	**15,01**	**4.805.686,38**	**14,79**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	23.281.000,00	28.156.250,07	8.825.241,49	31,34	7.792.126,25	27,67	7.537.096,44	26,77

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	24.845.000,00	36.554.724,77	11.352.998,40	31,06	8.867.791,69	24,26	8.645.422,94	23,65
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.169.000,00	3.361.330,00	1.132.939,03	33,71	549.318,01	16,34	480.153,42	14,28
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.000.000,00	1.000.000,00	214.069,70	21,41	179.947,98	17,99	178.810,24	17,88
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	750.000,00	750.000,00	115.145,04	15,35	115.145,04	15,35	115.145,04	15,35
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	170.000,00	170.000,00	7.875,00	4,63	7.875,00	4,63	7.875,00	4,63
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**53.215.000,00**	**69.992.304,84**	**21.648.268,66**	**30,93**	**17.512.203,97**	**25,02**	**16.964.503,08**	**24,24**

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:85B9EC34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DESPESAS COM SAÚDE 3º BIMENTRE REPUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
01/2024 A 06/2024
RREO – ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35) — R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**53.938.000,00**	**53.938.000,00**	**28.178.449,63**	**52,24**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**20.178.000,00**	**20.178.000,00**	**12.368.484,27**	**61,30**
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	**4.506.000,00**	**4.506.000,00**	**1.368.064,45**	**30,36**
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**18.004.000,00**	**18.004.000,00**	**8.546.372,87**	**47,47**
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	**11.250.000,00**	**11.250.000,00**	**5.895.528,04**	**52,40**
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**106.450.000,00**	**106.450.000,00**	**62.833.089,00**	**59,03**
Cota-Parte FPM	63.000.000,00	63.000.000,00	34.023.886,30	54,01
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	46.228,25	13,21
Cota-Parte IPVA	9.500.000,00	9.500.000,00	8.389.919,39	88,31
Cota-Parte ICMS	33.200.000,00	33.200.000,00	19.990.061,22	60,21
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	282.895,91	70,72
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	100.097,93	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	**160.388.000,00**	**160.388.000,00**	**91.011.538,63**	**56,74**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (Por Subfunção e Categoria Econômica)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.990.000,00**	**12.990.000,00**	**8.540.015,33**	**65,74**	**8.302.501,09**	**63,91**	**8.050.642,06**	**61,98**
Despesas Correntes	12.590.000,00	12.590.000,00	8.538.955,33	67,82	8.302.501,09	65,95	8.050.642,06	63,94
Despesas de Capital	400.000,00	400.000,00	1.060,00	0,27	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**21.955.000,00**	**22.691.932,04**	**11.053.402,45**	**48,71**	**9.071.216,22**	**39,98**	**8.950.278,09**	**39,44**
Despesas Correntes	21.720.000,00	22.456.932,04	10.973.919,69	48,87	8.991.733,46	40,04	8.870.795,33	39,50
Despesas de Capital	235.000,00	235.000,00	79.482,76	33,82	79.482,76	33,82	79.482,76	33,82
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**1.810.000,00**	**2.210.000,00**	**1.328.761,56**	**60,12**	**901.090,60**	**40,77**	**885.254,60**	**40,06**
Despesas Correntes	1.610.000,00	2.010.000,00	1.328.761,56	66,11	901.090,60	44,83	885.254,60	44,04
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**590.000,00**	**590.000,00**	**202.864,60**	**34,38**	**174.401,96**	**29,56**	**174.401,96**	**29,56**
Despesas Correntes	570.000,00	570.000,00	201.182,20	35,30	172.719,56	30,30	172.719,56	30,30
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	1.682,40	8,41	1.682,40	8,41	1.682,40	8,41
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**150.000,00**	**150.000,00**	**7.875,00**	**5,25**	**7.875,00**	**5,25**	**7.875,00**	**5,25**
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	7.875,00	5,25	7.875,00	5,25	7.875,00	5,25
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**37.495.000,00**	**38.631.932,04**	**21.132.918,94**	**54,70**	**18.457.084,87**	**47,78**	**18.068.451,71**	**46,77**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**21.132.918,94**	**18.457.084,87**	**18.068.451,71**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.609.286,33	1.609.286,33	1.609.286,33
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**19.523.632,61**	**16.847.798,54**	**16.459.165,38**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		13.651.730,79	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**5.871.901,82**	**3.196.067,75**	**2.807.434,59**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**21,45**	**18,51**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou

		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	j))
Diferença de limite não cumprido em 2024					0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a Pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2024	13.651.730,79	19.523.632,61	5.871.901,82	0,00	1.609.286,33	0,00		0,00		7.481.188,15
Empenhos de 2023	22.896.595,77	35.270.787,96	12.374.192,19	76.760,27	0,00	0,00	54.106,41	0,00	22.653,86	12.351.538,33
Empenhos de 2022	20.666.364,63	39.234.778,01	18.568.413,38	460.025,40	0,00	0,00	270.815,92	0,00	189.209,48	18.379.203,90
Empenhos de 2021	17.367.027,61	27.323.181,09	9.956.153,48	124.536,93	0,00	0,00	124.536,93	0,00	0,00	9.956.153,48
Empenhos de 2020 e anteriores	93.395.960,88	142.843.885,31	49.447.924,43	180.337,80	11.119,13	0,00	180.337,80	0,00	0,00	49.459.043,56
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANC. OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	262.364,82	262.364,82	262.364,82	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	**262.364,82**	**262.364,82**	**262.364,82**	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**15.120.000,00**	**15.120.000,00**	**16.470.135,65**	**108,93**
Proveniente da União	12.585.000,00	12.585.000,00	9.312.031,48	73,99
Proveniente dos Estados	2.535.000,00	2.535.000,00	7.158.104,17	282,37
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**1.805.800,00**	**1.805.800,00**	**1.108.242,01**	**61,37**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**16.925.800,00**	**16.925.800,00**	**17.578.377,66**	**103,86**

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**10.291.000,00**	**17.578.798,07**	**6.621.265,69**	**37,67**	**4.464.081,22**	**25,39**	**4.460.465,09**	**25,37**
Despesas Correntes	9.291.000,00	15.260.700,07	5.755.942,85	37,72	4.430.142,38	29,03	4.428.286,25	29,02
Despesas de Capital	1.000.000,00	2.318.098,00	865.322,84	37,33	33.938,84	1,46	32.178,84	1,39
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.890.000,00**	**14.516.774,77**	**5.373.671,24**	**37,02**	**5.351.171,24**	**36,86**	**5.309.466,97**	**36,57**
Despesas Correntes	2.890.000,00	3.576.526,91	1.479.016,14	41,35	1.456.516,14	40,72	1.414.811,87	39,56
Despesas de Capital	0,00	10.940.247,86	3.894.655,10	35,60	3.894.655,10	35,60	3.894.655,10	35,60
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**1.359.000,00**	**1.001.830,00**	**124.444,18**	**12,42**	**89.825,40**	**8,97**	**84.825,40**	**8,47**
Despesas Correntes	1.359.000,00	929.500,00	115.155,00	12,39	83.816,22	9,02	78.816,22	8,48
Despesas de Capital	0,00	72.330,00	9.289,18	12,84	6.009,18	8,31	6.009,18	8,31
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**410.000,00**	**637.552,59**	**50.240,35**	**7,88**	**43.495,51**	**6,82**	**33.344,78**	**5,23**
Despesas Correntes	410.000,00	516.181,00	50.240,35	9,73	43.495,51	8,43	33.344,78	6,46
Despesas de Capital	0,00	121.371,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**750.000,00**	**776.181,49**	**203.503,97**	**26,22**	**203.503,97**	**26,22**	**203.503,97**	**26,22**
Despesas Correntes	750.000,00	776.181,49	203.503,97	26,22	203.503,97	26,22	203.503,97	26,22
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**15.720.000,00**	**34.531.136,92**	**12.373.125,43**	**35,83**	**10.152.077,34**	**29,40**	**10.091.606,21**	**29,22**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	23.281.000,00	30.568.798,07	15.161.281,02	49,60	12.766.582,31	41,76	12.511.107,15	40,93
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	24.845.000,00	37.208.706,81	16.427.073,69	44,15	14.422.387,46	38,76	14.259.745,06	38,32
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.169.000,00	3.211.830,00	1.453.205,74	45,25	990.916,00	30,85	970.080,00	30,20
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.000.000,00	1.227.552,59	253.104,95	20,62	217.897,47	17,75	207.746,74	16,92
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	750.000,00	776.181,49	203.503,97	26,22	203.503,97	26,22	203.503,97	26,22
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	170.000,00	170.000,00	7.875,00	4,63	7.875,00	4,63	7.875,00	4,63
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**53.215.000,00**	**73.163.068,96**	**33.506.044,37**	**45,80**	**28.609.162,21**	**39,10**	**28.160.057,92**	**38,49**

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:39836577



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2023 A JUNHO/2024														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	07/2023	**08/2023**	**09/2023**	**10/2023**	**11/2023**	**12/2023**	**01/2024**	**02/2024**	**03/2024**	**04/2024**	**05/2024**	**06/2024**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.582.255,55	1.912.501,84	1.925.278,95	2.034.385,91	2.029.919,19	3.341.951,30	2.009.018,71	1.977.876,47	2.022.428,82	2.515.378,60	2.173.139,22	2.155.896,90	26.680.031,46	0,66
Pessoal Ativo	2.535.053,01	1.865.299,30	1.878.076,41	1.987.183,37	2.029.919,19	3.341.951,30	2.009.018,71	1.977.876,47	2.022.428,82	2.515.378,60	2.173.139,22	2.155.896,90	26.491.221,30	0,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.226.852,24	1.556.445,52	1.564.858,60	1.664.496,81	1.693.676,46	2.671.588,50	1.852.776,60	1.822.917,93	1.863.163,94	2.363.815,14	1.946.240,79	1.977.590,54	23.204.423,07	0,66
Obrigações Patronais	308.200,77	308.853,78	313.217,81	322.686,56	336.242,73	670.362,80	156.242,11	154.958,54	159.264,88	151.563,46	226.898,43	178.306,36	3.286.798,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.202,54	47.202,54	47.202,54	47.202,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.810,16	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	47.202,54	47.202,54	47.202,54	47.202,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.810,16	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	10.778,85	50.964,64	57.154,37	21.558,79	0,00	27.850,39	29.225,82	16.531,53	20.808,46	11.941,69	40.439,94	287.254,48	0,66
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	10.778,85	19.625,08	24.299,48	6.086,35	0,00	0,00	15.709,92	4.584,44	9.004,44	0,00	19.270,15	109.358,71	0,66
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	31.339,56	32.854,89	15.472,44	0,00	27.850,39	13.515,90	11.947,09	11.804,02	11.941,69	21.169,79	177.895,77	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.582.255,55	1.901.722,99	1.874.314,31	1.977.231,54	2.008.360,40	3.341.951,30	1.981.168,32	1.948.650,65	2.005.897,29	2.494.570,14	2.161.197,53	2.115.456,96	26.392.776,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											64.637.689,35			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)											3.343.415,00			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)											0,00			
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)											273.928,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)											61.020.346,35			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)											26.392.776,98		43,25%	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	07/2023	**08/2023**	**09/2023**	**10/2023**	**11/2023**	**12/2023**	**01/2024**	**02/2024**	**03/2024**	**04/2024**	**05/2024**	**06/2024**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											32.950.987,03		54%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											31.303.437,68		51,3%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											29.655.888,33		48,6%	

Publicado por:
Fernando Aparecido Miguel
Código Identificador:470DAE2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESCALA SEMANAL SOBREAVISO SETOR TRANSPORTE

DEPARTAMENTO: SERVIÇOS RODOVIARIOS
Horário e Escala dos Serviços conselho
Mês: AGOSTO 2024

Nome	Horário	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S
		29	30	31	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
ADEMIR DA SILVA ALVES	17:00 A 23:59																			S										
ADEMIR DA SILVA ALVES	00:00 A 23:59																				S									
ADEMIR DA SILVA ALVES	00:00 A 23:59																					S								
ADEMIR DA SILVA ALVES	00:00 A 08:00																						S							

Fe= Férias - **A**: Atestado médico - **L**: Licença - **S** - sobreaviso

Foz do Jordão 16 de Agosto de 2024.

_____
Assinatura do Secretario

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:942D23A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
JULGAMENTO DO PROTOCOLO 2646-24

JULGAMENTO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO N°09/2023
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXERCÍCIO 2024.
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de agosto de 2024, a Comissão Permanente de Licitação do CIS/AMUNPAR concluiu os trabalhos de análise dos documentos solicitados por meio do Oficio nº323/2024 vinculado ao chamamento supracitado respeitado o protocolo de documentação n° 2646/2024 da proponente **CENTRO ODONTOLOGICO SÃO FRANCISCO LTDA**, a fim de atender o Memorando 455/2024.
De acordo com o Memo 455/24, a Diretoria de Divisão Técnica sugere que seja publicado junto ao edital de credenciamento em vigência, desde que comporte no orçamento, uma ampliação dos atendimentos para a especialidade em odontologia “Periodontia” até o final do exercício de 2024, no valor de R$119.400,00 (cento e dezenove mil, quatrocentos reais) com a justificativa de excesso de demanda.
A empresa supra convocada em virtude de sua classificação no processo conforme CRC-CLASSIFICAÇÃO **3ª-CP 09-2023** confirmou sua aceitação para contratação no cadastrado de reserva por meio de Oficio.
Desta forma está a proponente **CENTRO ODONTOLOGICO SÃO FRANCISCO LTDA** habilitada a contratação imediata no valor total para homologação de **R$119.400,00 (cento e dezenove mil, quatrocentos reais).**
Anexos:

Anexo I – Distribuição de demanda

TABELA DE VALORES – ORÇAMENTO – 2024															
AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24															
				ÁREA ODONTOLÓGICA											
Nº PROTOCOLO	NOME DA EMPRESA	CLASSIFICAÇÃO GERAL NO ITEM	ITEM	OBJETO	VALOR UNTÁRIO	DEMANDA DO CIS ANO	VALOR R$ TOTAL ANO	ATENDIMENTO DA GRADE	OFERTA TOTAL DA CREDENCIADA	EQUIDADE NA DEMANDA	DISTRIBUIÇÃO FINAL	VALOR R$ TOTAL ANO P/CONTRATO	CLASSIFICAÇÃO CADASTRO DE RESERVA	SALDO DA OFERTA DA CREDENCIADA	SALDO DE DEMANDA DO CIS
			1	EXAMES ODONTOLÓGICOS	VALOR UNIT	QTDE/ANO	VALOR ANO								
			7	PERIODONTIA CEO I	VALOR UNIT	QTDE/ANO	VALOR ANO								
			7.1	CONSULTA/AVALIAÇÃO	20,00	732	14.640,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							288
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							732	732	732	R$14.640,00		0	
			7.2	RASPAGEM CORONO-RADICULAR (POR SEXTANTE)	50,00	3696	184.800,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							2188
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							3696	3696	3696	R$184.800,00		0	
			7.3	ENXERTO GENGIVAL	94,00	36	3.384,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							5
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							36	36	36	R$3.384,00		0	
			7.4	GENGIVECTOMIA (POR SEXTANTE)	105,00	60	6.300,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							28
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							60	60	60	R$6.300,00		0	
			7.5	GENGIVOPLASTIA (POR SEXTANTE)	85,00	36	3.060,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							6
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							36	36	36	R$3.060,00		0	
			7.6	TRATAMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL (POR SEXTANTE)	64,00	36	2.304,00								
								AMPLIAÇÃO DE DEMANDA CONFORME MEMORANDO Nº 455-24							5
1557	CENTRO ODONTOLÓGICO SÃO FRANCISCO	1º CLASSIFICADA							36	36	36	R$2.304,00		0	

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:8C748753

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL Nº 034/2024

CONCURSO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO:

SÚMULA: Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Municipal Edital nº 001/2024, 15 de Fevereiro de 2024, para os cargos de auxiliar de serviços gerais, zeladora e dá outras providências:

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei;
Art. 1º - Ficam convocados para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, no Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias, no horário das 07:30 as 11:30hrs e das 13:00 as 17:00hrs, os candidatos aprovados no Concurso Publico 001/2024, na forma constante no anexo, que fica fazendo parte integrante do Edital nº 001/2024, de 15 de Fevereiro de 2024, para apresentar documentação constante do Edital, para fins de nomeação:

auxiliar de serviços gerais – afrodescendente

INSC	NOME	OBJETIVA	TÍTULO	PRÁTICA	DIDÁTICA	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	CG	MAT	CE
2374571	ALMIR BATISTA	70.00				70.00	4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/04/1980	4.00	16.00	10.00	40.00

zeladora – ampla concorrência

INSC	NOME	OBJETIVA	TÍTULO	PRÁTICA	DIDÁTICA	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	CG	MAT	CE
2371492	JULIANA TEREZINHA DE AVILA	82.00				82.00	6	ZELADORA	06/04/1992	8.00	16.00	6.00	52.00
2370968	SISSIANE SOUZA FAGUNDES	82.00				82.00	7	ZELADORA	17/12/1978	10.00	18.00	10.00	44.00

zeladora – afrodescendente

INSC	NOME	OBJETIVA	TÍTULO	PRÁTICA	DIDÁTICA	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	CG	MAT	CE
2372390	TERESINHA APARECIDA LEMES DE SOUZA	50.00				50.00	3	ZELADORA	09/07/1962	6.00	12.00	4.00	28.00

Art. 2º - O candidato que regularmente convocado deixar de comparecer perderá a sua vaga e novo Edital de convocação será expedido, observando-se a ordem de classificação, o mesmo ocorrendo para aqueles candidatos que deixarem de apresentar a sua documentação completa constante do Edital nº 001/2024.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 16 de Agosto de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Geremia
Código Identificador:162296AB